



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PARMÊNIDES JUSTINO PEREIRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E CONSCICÊNCIA POLÍTICA
NA LUTA PELO ESPAÇO URBANO: A RESISTÊNCIA
DA VILA DE PESCADORES DE JARAGUÁ**

**CAMPINAS - SP
2015**

PARMÊNIDES JUSTINO PEREIRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E CONSCICÊNCIA POLÍTICA
NA LUTA PELO ESPAÇO URBANO: A RESISTÊNCIA
DA VILA DE PESCADORES DE JARAGUÁ**

Tese de Doutorado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título de
Doutor em Educação, na área de
Concentração de Ciências sociais na
Educação.

Orientador: Salvador Antônio Mireles Sandoval

O ARQUIVO DIGITAL CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
PARMÊNIDES JUSTINO PEREIRA, E ORIENTADA PELO
PROF. DR. SALVADOR ANTÔNIO MIRELES SANDOVAL

**CAMPINAS
2015**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

P414e Pereira, Parmênides Justino, 1968-
Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano em Maceió : a resistência da vila de pescadores de Jaraguá / Parmênides Justino Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Salvador Antônio Mireles Sandoval.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação popular. 2. Consciência política. 3. Pescadores - Jaraguá (AL).

I. Sandoval, Salvador Antônio Mireles, 1946-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Popular education and political consciousness in struggle for urban space maceió : the resistance Jaraguá fishermen village

Palavras-chave em inglês:

Popular education

Political consciousness

Fishermen- Jaraguá (AL)

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Salvador Antônio Mireles Sandoval [Orientador]

Alessandro Soares da Silva

Helena Maria Santana Sampaio Andery

Luciano Pereira

Marcos Ribeiro Mesquita

Data de defesa: 25-11-2015

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**EDUCAÇÃO POPULAR E CONSCICÊNCIA POLÍTICA
NA LUTA PELO ESPAÇO URBANO: A RESISTÊNCIA
DA VILA DE PESCADORES DE JARAGUÁ**

Autor : Parmênides Justino Pereira

Orientador: Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval

COMISSÃO JULGADORA:

Alessandro Soares da Silva

Helena Maria Santana Sampaio Andery

Luciano Pereira

Marcos Ribeiro Mesquita

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2015

Epígrafe

“Mais que dar o peixe, ou ensinar a pescar, urge devolver, ao pescador, o mar.”

Cosme Rogério

Lembro-me de minhas primeiras leituras, quando a filósofa falava que não existia nada, na história universal, que não fosse vivenciado pelos sujeitos no cotidiano. Falar dos moradores resistentes da Vila de Pescadores de Jaraguá me emociona, porque eu pude ver em vidas o que a filosofia me ensinou em letras.

Dedicatória

Em memória de meu pai, como cumprimento da promessa feita no seu leito de
morte.

À minha mãe, pelo amor e dedicação.

Às minhas filhas, como incentivo para o futuro.

Aos pescadores e marisqueiras de Jaraguá, que com sua bravura deram exemplo e
ensino de luta e resistência para toda a cidade.

Agradecimentos

À minha esposa Leonilda, pelo incentivo e compreensão.

À Enaura, pelo compartilhamento de informações, opiniões e vivências desta luta.

À professora Marluce Cavalcante, exemplo de dedicação acadêmica e luta política, pioneira no apoio a esta resistência.

Ao professor Marcos Mesquita, pelos momentos de reflexão.

Aos professores Alessandro Silva e Salvador Sandoval, pelo acolhimento.

À professora Ana Luiza Azevedo Firemann.

A todos que de algum modo contribuíram com informações e reflexões.

Resumo

Nosso objetivo consistiu em identificar os elementos pedagógicos constituídos na resistência dos moradores da Vila de Pescadores de Jaraguá, em Maceió-AL, no contexto da luta urbana, no sentido de configurar os desdobramentos procedentes dos processos de Educação Popular e da formação de consciência política presentes nesta comunidade. Especificamente, buscamos compreender que fatores contribuam para a formação da consciência crítica deste grupo, em seus aspectos ideológicos e empíricos, considerando sua posição política de veemente recusa em serem removidos do território que ocupam há décadas. Em conflito com a Prefeitura da cidade, que buscava transferi-los para um condomínio de apartamentos em outra localidade, esta comunidade chama atenção pela persistência de seus objetivos de permanência, pautados pela necessidade de manutenção da tradicionalidade e da territorialidade, motivo pelo qual recusam a transformação da área em um parque turístico, cuja construção restringe o acesso dos moradores da vila aos equipamentos coletivos da pesca. Utilizamos como principal recurso metodológico a pesquisa participante, pela qual nos propusemos a acompanhar as lideranças e demais membros da comunidade nas ações de enfrentamento, fazendo-nos presentes nos momentos cruciais da luta, bem como compartilhando momentos essenciais de seu cotidiano. Realizamos também entrevistas abertas e semidirigidas, nas quais procuramos extrair sentidos produzidos pelos moradores em sua interpretação da realidade conflituosa. Os resultados nos revelaram um profundo sentimento de pertencimento ao lugar, permeado pela convicção de uma identidade coletiva característica de uma comunidade tradicional, aspecto que os credencia ao gozo dos direitos específicos voltados para a proteção deste tipo de população. Entretanto, este autorreconhecimento esbarrou na intransigência do poder público, irreduzível na implantação de seu projeto de intervenção urbana, além de ignorar a importância cultural alegada em defesa da permanência dos moradores. Do ponto de vista geopolítico, percebemos que a inversão de papéis de atores sociais culminou na desqualificação social dos atores sociais como pretexto para o enobrecimento do espaço, consolidando os efeitos excludentes do processo de revitalização urbana da cidade. Do ponto de vista pedagógico, apreendemos que o nível de consciência da comunidade é decorrente de diversos fatores, como atividades culturais e organizacionais praticadas na elaboração de projetos e na militância comunitária da Associação de Moradores e o nível de articulação que estabeleceram com amplos setores da sociedade, sobressaindo-se as relações acadêmicas com a Universidade e as relações de parceria com Ministérios do Governo Federal. Além disso, observamos uma forte influência das concepções libertárias de Paulo Freire, adquiridas nos projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos realizados na comunidade. Do ponto de vista da Psicologia Política, o modelo de consciência proposto por Sandoval proporcionou o entendimento empírico mais detalhado dos elementos psicológicos que permearam a construção da resistência. Desta forma, concluímos que os impactos da Educação Popular fizeram diferença na formação política desses moradores, capacitando-os para o enfrentamento da luta contra a remoção, no que entendemos a necessidade de reprodução desses mecanismos de empoderamento junto a outras comunidades que já sofrem, ou que hipoteticamente venham a sofrer igual processo de expropriação.

Abstract

Our goal was to identify pedagogical elements which the resistance of the residents in Fishing Village of Jaraguáin Maceió-AL, in the context of urban struggle, in order to set up the developments coming from popular education processes and the formation of political consciousness present this community. Specifically, we seek to understand what factors contribute to the formation of critical consciousness of this group, its ideological and empirical aspects, considering his vehement refusal policy position on removal from the territory they have occupied for decades. In conflict with the town Hall, which transferred them to an apartment complex in another location, this community calls attention to the persistence of its permanence goals, guided by the need to maintain traditionalism and territoriality, why refuse the transformation of area into a tourist park, whose destination the village is restricted to collective fishing equipment. We used as the main methodological resource participatory research, in which we propose to follow the leaders and other members of the community in coping actions, if doing this in crucial moments of struggle and sharing essences moments of their daily lives. We also conduct open interviews and semi-structured, where we try to extract some meanings produced by the residents in their interpretation of the conflicting reality. The results showed us a deep sense of belonging to the place, permeated by the conviction of a collective identity characteristic of a traditional community, aspect that accredits the enjoyment of specific rights dealing with the protection of this type of population. However, this self-recognition bumped into the intransigence of the government, irreducible in the implementation of its project of urban intervention, in addition to ignoring the alleged cultural importance in defending the permanence of residents. From the geopolitical point of view, we realize that the role reversal of social actors culminated in the social disqualification of social actors as a pretext for the ennoblement of space, consolidating the exclusionary effects of urban revitalization process of the city. From the pedagogical point of view, we realize that the community's level of consciousness is due to several factors, such as cultural and organizational activities practiced in developing projects and community activism of the Residents' Association, the level of articulation that has always established with broad sectors of society, standing up academic relations with the University and partnerships with ministries of the Federal Government, however observe a strong influence of libertarian ideas of Paulo Freire, acquired in the "Youth and Adult Literacy projects" carried out in the community. From the point of view of Political Psychology, we realize that the model of consciousness proposed by Sandoval gave the most detailed empirical understanding of the psychological elements that permeate the building of resistance. We conclude that the Popular Education impacts made a difference in the political education of residents, enabling them to coping the fight against removal, as we understand the need to reproduction these empowerment mechanisms with other communities already suffering, or hypothetically come suffers the same process of expropriation.

Lista de abreviaturas

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.
BOPE – BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.
CESMAC – CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MACEIÓ.
CUEM – CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA MORADIA.
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES.
DER – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS.
DPU/AL – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM ALAGOAS.
DPU/PE - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – REGIONAL – RECIFE.
FAL – FACULDADE DE ALAGOAS.
FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.
IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE.
IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.
LOM – LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.
MPF/AL – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE ALAGOAS.
OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.
PRODETUR – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.
PNPCT – POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.
PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS.
SMCCU – SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE E CONVÍVIO URBANO.
SPU – SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO.
UEM – UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL.
UFAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.
UNCISAL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	19

PARTE I - A história dos habitantes contra a história dos governantes: contradições entre a cidade do desejo e a cidade do despejo.

Capítulo 1. Revitalização de Jaraguá ou revitalização do capital? A resistência de pescadores e marisqueiras por uma urbanização inclusiva	32
1.1. Importância social dos pescadores do desenvolvimento da cidade	32
1.2. Do apogeu do bairro de Jaraguá à origem da ocupação atual da comunidade	34
1.3. Reestruturação do patrimônio e revitalização de Jaraguá: Prefeitura apresenta a Vila como valor cultural e interesse paisagístico	43
1.4. Mudança de governo e de política urbana: remover a favela para “limpar a cidade” e o enfrentamento da vila dos pescadores	59
1.5. Mudança na Associação de Moradores: novo grupo retoma fôlego da resistência	68
1.6. Nova mudança de governo e a inversão da estratégia de expulsão: a batalha no campo judicial	95
1.7. Novo quadro redefine os atores do conflito: pescador contra pescador na audiência do Ministério Público	115
1.8. A batalha judicial: relativizando fatos e leis.....	123
1.9. Surgimento do Movimento Abrace a Vila: de como a resistência dos pescadores de Jaraguá se transforma em resistência de toda a cidade.....	139
1.10. O dia do fico: moradores reagem politicamente à sentença e não assinam a adesão para a transferência.....	148
1.11. Sobre a inversão de atores e sentidos: os equívocos de uma decisão jurídica descontextualizada.....	159
1.12. O dia do despejo: de como a luta pelo espaço transcende a batalha corpo a corpo para o campo da memória política	169
1.13. Considerações sobre a resistência de Jaraguá: avanços e recuos na luta entre o poder público e os excluídos	182

PARTE II - De como a resistência contra a política de *Gentrification* de Jaraguá teve suas bases na Educação Popular e em processos de formação da Consciência Política

Capítulo 2. <i>Gentrification</i> e tradição em conflito: incongruências de sentidos sobre o uso do espaço urbano	194
2.1. A batalha da subjetividade: comunidade e Prefeitura disputam a imagem do lugar	222
Capítulo 3. Educação Popular: processos educativos e culturais como mecanismos de potencialização e instrumentalização dos pescadores para a resistência.....	230
3.1. A resistência na perspectiva da Pedagogia do Oprimido: formação da consciência crítica como elemento de libertação	250
Capítulo 4. A resistência da Vila de Pescadores na Perspectiva da Psicologia Política: sobre a participação em ações coletivas e formação da consciência política	288
4.1. Elementos de formação da consciência política na Vila de Jaraguá	305
4.2. Considerações psicopolíticas acerca da resistência: inversão de identidades e adversários define a remoção.....	340
Capítulo 5. À guisa de conclusão: Resistir ao estigma de “favela violenta”, contra um “Estado violento”, e aprender que “lutar” é sinônimo de “ter juízo”	349
Bibliografia.....	357

INTRODUÇÃO

Esta história tem início quando começamos a perceber um movimento que se tornou corriqueiro no cotidiano do maceioense: a remoção de favelas. Esta ação foi operada pela Prefeitura, em sua política de desenvolvimento urbano para a cidade, ao longo de aproximadamente três décadas. A Prefeitura de Maceió, em diferentes gestões, promoveu diversas remoções de grupos populacionais dos chamados assentamentos “subnormais”, populações que habitavam em condições de precariedade e vulnerabilidade social. Cada remoção teve sua própria história e seus motivos específicos, particulares; porém, existem alguns traços gerais que as unificam, como, por exemplo, o fato de todos os grupos desta natureza serem levados para um mesmo território. Essa ação promoveu uma grande concentração da população pobre da cidade, formando um grande complexo habitacional em torno do já existente conjunto Benedito Bentes I, na zona de expansão da cidade.

Em diferentes espaços das áreas centrais da cidade foram removidos diferentes grupos populacionais, com diversas características, porém, todos ligados por uma coisa em comum: a condição socioeconômica e o modo precário como viviam e vivem em seus territórios, novos exploradores de um novo lugar, criado para agregar estes grupos de maceioenses segregados. Este quadro revelou uma situação política problemática que merece ser analisada: existe um conflito aberto entre os grupos populacionais pobres, marginalizados, que vivem em situação de vulnerabilidade, e a Prefeitura de Maceió, cuja política urbana se reduz à prática da remoção, pois os retira de seus lugares de origem, quais sejam os tecidos privilegiados da cidade, e concentra-os nestes complexos habitacionais, em vez de legalizar e urbanizar os espaços em viviam.

Autoridades locais chegaram a chamar o complexo habitacional para onde foram enviados esses moradores expulsos de “favela pública”. O argumento para essa mudança seria sanar a má visibilidade mostrada pela pobreza (SANTOS, 1979) dos grupos populacionais que, vítimas da espoliação urbana, da especulação imobiliária e da reestruturação do setor canavieiro, acabaram refugiando-se nos espaços em conflito (terrenos públicos, encostas, grotas, etc.). Trata-se de territórios ocupados há décadas por estes grupos populacionais, mas que no redesenho da cidade acabam em disputa com outros setores, os quais passam a reivindicar essas áreas outrora abandonadas, mas que despertam interesse econômico quando entram na rota da mercantilização do espaço. No caso da comunidade de Jaraguá, os principais interessados na atual política são os setores ligados diretamente ao turismo (hotéis,

restaurantes, operadoras turísticas, transporte, etc.), tendo como ilustração as possibilidades de ampliação do Cais do Porto, e a construção de uma marina e a valorização imobiliária do entorno.

A remoção dos pobres e sua conseqüente segregação na zona de expansão da cidade estão associadas à política de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Maceió. É na discrepância dos discursos entre gestores e moradores que encontramos a situação-problema a ser investigada: uma enorme incongruência entre a cidade pensada por seus governantes e a cidade desejada por seus habitantes (PEREIRA, 2005). Esta política tem como princípio reformular um desenho da cidade, de modo a promover sua reestruturação e adaptação para o desenvolvimento do turismo, atividade apontada pelos governantes como redenção econômica da capital alagoana. As principais intervenções públicas no espaço urbano, neste período, consistem na reforma e ampliação do aeroporto, recuperação das orlas lagunar e marítima, melhorias nas áreas nobres da cidade (bairros de Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca, Mangabeiras – entorno de concentração de shoppings, hotéis, bares, restaurantes, moradias e demais equipamentos urbanos voltados para o consumo da classe média), revitalização do Centro, e o polêmico projeto de revitalização do bairro de Jaraguá. A Prefeitura de Maceió, portanto, interveio em dois campos bem definidos: por um lado, melhorias nas áreas nobres; por outro, remoção de populações em situação de precariedade dos tecidos urbanos privilegiados. Nosso trabalho, pois, concentra-se no entendimento destes dois campos de intervenção: analisar a resistência dos grupos populacionais excluídos deste processo, qual seja, os desdobramentos desta política de enobrecimento da cidade.

A revitalização do bairro de Jaraguá e a resistência da Vila dos pescadores.

Para ilustrar o conflito acima, pretendemos fazer um recorte através de uma situação atual que tem mexido com a cidade: a revitalização do bairro de Jaraguá, que em virtude da polêmica em torno dos seus desdobramentos políticos, utilizaremos como estudo de caso. Partimos do princípio de que todo o projeto de Desenvolvimento Urbano da Administração Municipal consiste numa “política de enobrecimento” da cidade. No entanto, trata-se aqui de uma ampliação deste conceito conforme trabalhado por Leite (2007), dada sua adequação à fomentação e aquecimento do turismo. Concretamente, o enobrecimento propriamente dito acontecerá no megaprojeto de revitalização do bairro de Jaraguá, como desdobramento das políticas de *gentrification* (ZUNKIN, 2000a; FEATHERSTONE, 1995;

HARVEY, 1992) ocorridas no mundo (Londres, Nova Iorque, Évora, Tijuana, Buenos Aires) e no Brasil (São Paulo, São Luiz, Belém, Fortaleza, Salvador, Recife).

Por resguardar velhos armazéns e casarões da arquitetura neoclássica, por ter sido o centro das atividades políticas, econômicas e culturais que deram início ao povoamento da cidade de Maceió, o bairro de Jaraguá, até então abandonado e depredado, será palco de grande investimento público voltado para sua transformação em lugar de consumo do turismo cultural e de lazer. As alterações da paisagem urbana para a transformação deste sítio histórico em área de entretenimento e consumo cultural, para efeito de turistificação do espaço (VASCONCELOS, 2004), acontecerão nos moldes da apropriação privada do espaço urbano, com suas fronteiras bem definidas em torno do consumo, gerando imediatamente, como nos outros espaços acima citados, uma guerra de lugares entre população, poder público, e grupos socioeconômicos interessados na *gentrification* (LEITE, 2007). O suposto resgate da tradição, reivindicado nos argumentos deste projeto, dá-se por meio do consumo visual da espetacularização das fachadas neoclássicas, privilegiando a memória das elites locais e seus feitos políticos, em detrimento do resgate das memórias da vida pública cotidiana e dos demais sentidos de pertencimento atribuídos pelos habitantes enquanto “territórios de subjetivação” (GUATTARI, 1985, 1992), tal como vivido pelos trabalhadores, ou seja, operários e pescadores.

É no interior deste projeto que encontraremos a maior evidência do conflito acima citado: a política de urbanização *versus* remoção da vila dos pescadores de Jaraguá. Esta comunidade é apontada por estudiosos locais (BARROS, 2009) como patrimônio imaterial da cidade, tanto pela atividade pesqueira, quanto por sua importância histórica. Inicialmente inclusa como subprojeto da revitalização do bairro, a urbanização dessa comunidade pautada pela permanência desses moradores acabou não se consolidando por motivos ainda desconhecidos.

Com a mudança de gestão na prefeitura da cidade (saída de Kátia Born e entrada de Cícero Almeida em 2004), trocou-se a política de urbanização pela política da remoção, o que intensificou a tensão entre o poder público municipal e comunidade, devido à forte resistência dos pescadores, que insistiram em permanecer no local. A reação dos pescadores foi imediata, porque a Lei Orgânica do Município prevê que nenhuma remoção pode acontecer sem consulta prévia à comunidade. Consideramos aqui que a história dessa resistência se configura como emblemática da condição segregacionista da política urbana praticada em Maceió, uma vez que nela se percebem com clareza os traços do autoritarismo

que o Poder Público pode impor por meio do controle urbano, bem como a ambiguidade dos critérios técnicos que justificam a remoção, que se fundamenta apenas pelo estigma e pela discriminação (uma forte campanha de difamação da comunidade).

Enfim, apresentamos um quadro de conflito entre a Prefeitura e Comunidade dos Pescadores de Jaraguá, que pretendemos utilizar como recorte de um conflito maior existente entre a Prefeitura e demais grupos populacionais pobres que resistem à sua política urbana—voltada para o privilégio dos setores econômicos ao longo de três décadas. Nosso questionamento considera que existem no tecido urbano maceioense espaços de resistência popular contra as remoções, a exemplo da Vila de Pescadores de Jaraguá, a qual tomamos aqui como estudo de caso. Nestes espaços, pelos motivos alegados ao longo deste trabalho, os moradores engendraram ações políticas diversas, mediante a participação direta nos mecanismos de garantia da cidadania, concebendo a construção de uma consciência coletiva e conseguindo a adesão de setores estratégicos da sociedade, como movimentos sociais, igreja, Universidade (UFAL), movimentos culturais, parlamentares. Tal consciência se estabeleceu em defesa da permanência desta comunidade no espaço atualmente ocupado, mediante processo de urbanização.

Diante desse quadro, nossas perguntas fundamentais são: o que diferencia estas comunidades resistentes das demais comunidades efetivamente removidas e segregadas na zona de expansão da cidade? Que fatores contribuíram, nestas comunidades, para o desenvolvimento de uma consciência coletiva, coadunando um grupo em prol de ações coletivas, participação direta nos mecanismos de promoção da cidadania, e luta pelo direito à cidade? Sob que condições estas populações têm gozado dos princípios dos direitos básicos garantidos pela proposição de uma sociedade democrática? Em que sentido a construção os laços de pertencimento contribuem para a formação da resistência? Quais os elementos presentes na comunidade que contribuíram para a formação da consciência política e a paixão pela participação em ações coletivas? Que elementos do contexto político interno e externo à comunidade favoreceram o paulatino abandono da resistência por parte de alguns moradores, gerando o enfraquecimento do movimento e a consolidação da remoção?

Mediante tal problematização, desenvolvemos a hipótese de que a identidade coletiva colaborou como um dos principais fatores na formação de uma consciência política, caracterizando os moradores das favelas em dois níveis, bastante delimitados pelos subgrupos formados a partir do momento em que a comunidade se defronta com o processo de cooptação de parte de seus membros: a) pessoas individualmente fracassadas no processo de

produção, ao que Santos (1997) chamou de “sobra humana economicamente ativa”, oriundas tanto da reestruturação produtiva do setor canavieiro (principal fonte de renda dos alagoanos) como da própria exclusão social gerada na pobreza urbana, tendo os mesmos, como referência coletiva, apenas o estigma de favelados e os respectivos atributos estereotipados que os desqualificam socialmente: perigosos (tráfico de drogas, assalto, estupros, homicídios, demais delitos), sujos (acumulação de lixo nas comunidades), ignorantes (baixa escolaridade), promíscuos (prostituição adulta e infantil), violentos (violência doméstica e crimes passionais), etc.;b) pessoas individualmente submetidas aos mesmos estigmas acima citados, contudo reconhecidas socialmente como grupo distinto, a partir de uma identidade social associada às suas práticas laborais e sua respectiva importância histórico-cultural no processo produtivo da cidade: a pesca, a coleta do sururu, a reciclagem do lixo, e associada ao evidente processo de conscientização. No caso específico da Vila de Jaraguá, essas duas definições nos parecem muito claras para que possamos nos referir a dois grandes grupos que se formaram na comunidade ao longo dessa luta: os desistentes e os resistentes.

A segunda caracterização proporcionaria a superação do estigma por via da construção de uma identidade coletiva, potencializando, nas comunidades, recursos cognitivos e alianças políticas no contexto da reordenação do espaço urbano e seu respectivo caráter ditatorial. No caso das comunidades removidas, apesar da ocorrência de uma resistência imediata (protesto e enfrentamento com a polícia), sem essa identidade coletiva ocorreria a percepção de que a remoção aconteceria mais como fatalidade (naturalização da dinâmica da cidade) e menos como processo sociopolítico, dada a ineficiência na capacidade de abstração e refletividade características da vida cotidiana. Sem essa identidade, possivelmente também não haveria relações mediatizadas com setores mais amplos da sociedade organizada.

Considerando que o reordenamento produtivo da cidade, por meio da reestruturação do espaço urbano, este está atrelado a um processo histórico maior de revitalização do capital; considerando também o seu caráter dinâmico, partimos do princípio de que outras ações, envolvendo outros espaços, estão por vir, mediante a demanda histórica. Ou seja, conforme as exigências e pressões políticas prementes, a Administração Municipal promoverá novos projetos de urbanização com finalidades de utilização do espaço urbano para aquecimento de determinada atividade econômica – principalmente no que diz respeito às adequações da cidade ao gozo do mercado imobiliário - tendo como prioridade a remoção das comunidades pobres, em vez da urbanização e dignidade dos espaços por eles habitados.

A julgar por este caráter segregacionista e antidemocrático como foi conduzido o redesenho da cidade em Maceió, especialmente nas últimas décadas, acreditamos que outras comunidades serão vítimas dos mesmos conflitos e conseqüente sofrimento oriundo da política de desenvolvimento urbano e sua respectiva política habitacional voltada para comunidades pobres e assentamentos subnormais. Pautados pelos princípios norteadores da cidadania e do direito à cidade (LEFEBVRE, 1969), consideramos necessário contribuir com estas comunidades para o enfrentamento de situações similares, em caso do reconhecimento de violação dos respectivos direitos. Neste sentido, acreditamos que o registro histórico das comunidades removidas, ou em processo de remoção, por meio da configuração do atual quadro das comunidades em conflito com a Gestão Pública, poderá potencializar o entendimento do modo como se dá, no interior das mesmas, o processo de construção da consciência política e mobilização para a participação em ações coletivas. Compreender os fatores promotores de coesão social e organização para a participação política como elementos necessários ao fortalecimento e crescimento destes grupos frente a investidas do Poder Público proporciona caminhos para um debate mais esclarecedor dos mecanismos pedagógicos envolvidos na resistência popular. Deste modo, as comunidades que hoje vivem em situação similar, ou que se tornem alvo deste projeto, podem ter maiores instrumentos reflexivos em seu processo de formação e construção da luta política pelo espaço urbano. Por outro lado, acreditamos que o desvelamento desses fatores subjetivos, bem como os aspectos promotores do sentimento de injustiça e da construção de estigmas, possibilitam uma reflexão acerca das políticas públicas habitacionais voltadas para essas populações, de modo a transcender seu caráter assistencialista, em busca de uma política emancipatória, sobretudo dialogada, em vez da imposição oficial de onde e/ou como os pobres devem morar.

Ainda que o movimento de resistência tenha sido derrotado, não no sentido simbólico da luta, que permanece como memória social, mas no sentido prático da disputa do território (consolidação da remoção forçada – ainda que não tenha sofrido a força bruta da intervenção policial), acreditamos que o exemplo dos pescadores e marisqueiras de Jaraguá possa inspirar outras situações de resistência, tal como já ocorre na resistência dos moradores do bairro Garça Torta, que inclusive tomaram emprestada a própria nomenclatura do movimento, que se intitulou “Abraça a Garça”. É preciso, também, que se guardem as devidas proporções sociopolíticas, pois ainda que a Garça Torta preserve habitantes tradicionais de origem pobre, sobretudo pescadores, o movimento se configura como uma reação da classe média local contra as investidas de uma elite que almeja se apossar do lugar,

sob a égide do mercado imobiliário. Portanto, para além da derrota territorial do movimento de resistência de Jaraguá, o entendimento dos processos internos que geraram tanto a coesão do grupo e o fortalecimento da identidade coletiva para a construção da consciência política, quanto a o esfacelamento do movimento pela desistência paulatina dos moradores mediante forte contexto de cooptação, a resistência da Vila de pescadores de Jaraguá fica como elemento histórico a ser considerado nos novos (presentes e futuros) processos de resistência popular na cidade de Maceió.

Para facilitar tal discussão, este trabalho foi dividido em dois momentos. Na primeira parte, apresentamos um esforço de reconstrução historiográfica a fim de situar os atores sociais nesta história, fazendo um apanhado do contexto em que acontece a luta entre comunidade e Prefeitura de Maceió. Na segunda parte, iniciamos um diálogo teórico com alguns autores cujos postulados ajudam na compreensão do discurso produzido pelos pescadores e marisqueiras que protagonizaram esta resistência. Iniciamos esta parte com a apresentação de elementos sociológicos, geográficos e urbanísticos que envolvem o tema, apresentando igualmente aspectos teóricos trabalhados por diversos autores. Em seguida, construímos um capítulo voltado para a apresentação dos elementos pedagógicos encontrados nesse processo, bem como uma possível aproximação com o debate teórico e suas possíveis relações com os relatos dos moradores resistentes. Na sequência, apresentamos um resumo de pressupostos teóricos da Psicologia Política que contribuem para o entendimento sobre os aspectos subjetivos da consciência construída ao longo da resistência.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nosso estudo foi norteado pelos princípios da metodologia qualitativa, considerando que o mundo social é um universo de símbolos e significados, tendo o pesquisador como tarefa a busca dos conceitos e ações produzidos pelos atores na construção social de sua vida cotidiana. Para Costa (2008, p. 86) “os métodos qualitativos partem do pressuposto básico de que o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos, o que implica a busca desta significação e de seus significados”. Trata-se de estudar as coisas em seu *setting* natural interpretando os fenômenos em termos da significação que as pessoas dão a eles (DENZIN; LINCOLN apud GRUBITS; NORIEGA, 2004, p. 41).

Chizzotti (2006) considera que o que se designa como pesquisa qualitativa abrange correntes de pesquisa muito diferentes, mas que em síntese corroboram com a recusa do modelo experimental, recorrendo às especificidades do fenômeno humano e social. Neste sentido, o conhecimento não se reduziria a um rol de dados conectados por uma teoria explicativa, mas a um processo em que o sujeito-observador seria parte integrante do processo de conhecimento e interpretaria os fenômenos, atribuindo-lhes significados. Isso devido à distinção rigorosa alimentada principalmente por Wilhelm Dilthey entre **explicação** (concepção racionalista que dá conta das causas dos fatos em busca de um “porquê”) e **compreensão** - concepção que visa entender os sentidos dos fatos por meio do “como” (GRUBITS; NORIEGA, 2004, p.38).

Nosso estudo, pois, concentrou-se em um fenômeno simultaneamente singular e universal, construindo no contexto de intersubjetividades, de modo que a perspectiva hermenêutico-dialética nos possibilitou a penetração numa realidade simbólica constituída para além dos fatos em si, percebida por sentimentos, valores, juízos, percepções pessoais, interações sociais, ou seja, no modo singular como os atores sociais se apropriam dos fatos históricos. Sobre a perspectiva hermenêutica na pesquisa, consideramos salutar o entendimento dos limites metodológicos entre fatos e juízos feito por Gummenson:

A distinção entre fatos e juízos de valor é menos clara; o reconhecimento da subjetividade é procurado. O entendimento que, a princípio, não pode ser articulado em palavras ou não é totalmente consciente - o conhecimento tácito desempenha papel importante. Os dados são principalmente não-quantitativos. Tanto distância, como compromisso: pesquisadores são atores que também querem experimentar em seu interior o que eles estão estudando. Pesquisadores aceitam a influência tanto da ciência, como da experiência pessoal: utilizam sua personalidade como um instrumento. Pesquisadores permitem tanto os sentimentos como a razão para governar suas ações. (GUMMENSON apud COSTA, 2008, p. 87).¹

De tal modo, partimos em busca da interpretação que nossos personagens fazem do problema em questão, para refletir, no bojo desta interpretação, sobre os mecanismos que atuam como fatores desencadeantes ou inibidores da ação coletiva e dos efeitos da participação política no conflito urbano aqui levantado.

¹La distinción entre hechos y juicios de valor es menos clara; se busca el reconocimiento de la subjetividad. El entendimiento previo que, a menudo, no puede ser articulado en palabras o no es enteramente consciente – el conocimiento tácito juega un importante papel. Los datos son principalmente no cuantitativos. Tanto distancia como compromiso: los investigadores son actores que también quieren experimentar en su interior lo que están estudiando. Los investigadores aceptan la influencia tanto de la ciencia como de la experiencia personal: utilizan su personalidad como un instrumento. Los investigadores permiten tanto los sentimientos como la razón para gobernar sus acciones. (GUMMENSON apud COSTA, 2008, p. 87).

Os principais meios de coleta de dados na pesquisa qualitativa são a observação participante, a história de vida, a entrevista, a história oral, o teatro da espontaneidade, dentre outros (CHIZZOTTI, 2006; HAGUETTE, 1999). Em nosso trabalho, privilegiamos os preceitos da pesquisa participante, pelo próprio fato de já estarmos em relação com o grupo bem antes de iniciar este trabalho; e as entrevistas abertas e semidirigidas, dada a potencialidade que as mesmas possuem em favorecer o discernimento do entrevistado. A pesquisa documental se concentrou na leitura de documentos relativos ao processo jurídico e à documentação produzida ao longo das ações de enfrentamento da Associação de Moradores, e matérias jornalísticas extraídas de jornais impressos e mídia eletrônica.

Todavia, consideramos que uma das principais fontes de informações deste trabalho consiste na observação participante, não no sentido tradicionalmente positivista que dá origem a esta técnica, que incorre numa ineficiente “autoridade interpretativa” do pesquisador, mas pautados pela evolução epistemológica desta técnica, em sua concepção hermenêutica, acompanhando o sentido sociológico do termo, tal como inaugurado pelo interacionismo simbólico, pela etnometodologia e pelo dramaturgismo social, para os quais a organização societal está assentada nos “sentidos”, “definições” e “ações” que os indivíduos e grupos elaboram no processo de interação simbólica no cotidiano. Esta definição adquire novos meandros ao longo do tempo, e será Florence Kluckhohn que trará uma definição bastante próxima do que queremos expor sobre nossa atuação na comunidade. Para ela, esta participação deve significar um envolvimento maior do pesquisador, um compartilhar das atividades e processos subjetivos do grupo no seu cotidiano: “um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas” (HAGUETTE, 1999). Já Eduard C. Lindeman enfatiza que a importância do observador nas atividades do grupo favorece o fato de que ele pode, desta forma, ver as coisas de dentro:

Para fins experimentais os observadores que cooperam têm sido chamados de “observadores participantes”. O termo implica não que os observadores estejam participando de um estudo, mas que eles estão participando nas atividades do grupo observado. Deve o observador participante ser treinado para olhar exatamente os mesmos fatores que são vistos por um observador do lado de fora? Este método levaria inevitavelmente ao erro, pois o observador participante deve ser livre para ver muitas vezes coisas que um observador de fora jamais pode ver (LINDEMAN apud HAGUETTE, 1999, p. 70).

Schwartz e Schwart apresentaram uma sistematização da observação participante a partir da apresentação operacional e da descrição das partes componentes do processo tal

como ele é experimentado pelo observador. Sua definição assevera a interação face a face como pré-requisito da observação participante.

Para nossos fins, definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integrante da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela (SCHWART & SCHWART, apud HAGUETTE, 1999, p. 71).

Estes autores consideram que não existe incompatibilidade entre objetividade e intervenção, pois, contrariamente, os dados se aperfeiçoam quando o pesquisador desempenha papel ativo na realidade estudada (HAGUETTE, 1999, p. 74). É exatamente esta similaridade entre pesquisa e intervenção que faz com que Haguette reconheça aproximações entre estes autores e a Pesquisa Participante. É importante destacar que o que diferencia nosso trabalho da Pesquisa Participante é que tomamos como base os mesmos pressupostos epistemológicos, mas não realizamos grupos operativos, tal como nos trabalhos clássicos desta abordagem metodológica. Em nosso caso, não agimos como facilitadores de grupo ou catalizadores de enfoques a serem apontados e problematizados pelo grupo para posteriores análises. Isto porque a problemática já estava posta a partir de uma situação já preexistente, qual seja, a resistência contra a política de remoção da prefeitura de Maceió, assim como o grupo estudado já possuía, no âmago desta situação política vivida, seus próprios mecanismos de problematização, organização de dados, análise e síntese da questão, no que concordamos com Demo (2008) quando este afirma que quando há consciência suficiente, a própria população inicia o processo, dispensando o facilitador.

A metodologia da Pesquisa Participante não foi uma escolha, foi uma dinâmica natural da relação com a comunidade, já estabelecida desde 2005. Não se trata de um projeto de pesquisa que buscou um objeto e elegeu a Vila como foco, pois uma vez já comprometido com a luta deste grupo populacional, o surgimento do doutorado transformaria nossa parceria em pesquisa, e não o contrário. Com isso, fica claro o lugar de onde falamos, de onde escolhemos os sujeitos, onde buscamos referenciais para análises. Falamos de dentro da comunidade, não como membro, mas como parceiros de luta, como alguém que há dez anos participa diaadia das reuniões, das estratégias, compartilhando momentos de alegrias nas vitórias parciais de algumas batalhas, compartilhando tristezas nos momentos de dores.

Assim, nos colocamos num papel ambíguo, uma vez que, apesar do envolvimento emocional oriundo da parceria na luta, o distanciamento reflexivo existe na medida em que não somos um deles.

Todavia, aqui se encontra um dos elementos preponderantes da Pesquisa Participante, que é a inserção do pesquisador. Segundo Oliveira & Oliveira (2008), a inserção é o processo pelo qual o pesquisador atenua a distância que o separa do grupo social estudado. É necessário que o pesquisador não seja visto como um intruso, um estranho que desperta a desconfiança do grupo. Ser aceito como realmente é, respeitando os limites do fato de ser “outro” que irá embora ao final da relação. Portanto, apesar de sua inserção, o pesquisador não se confunde com o pesquisado.

Conhecemos a comunidade em 2002, quando da remoção de 350 famílias que viviam em condições subumanas. Tais famílias não eram ligadas à pesca, foram largadas lá pela Secretaria Municipal de Habitação no ano de 2000. A história desse povo já havia nos inspirado a desenvolver nossa dissertação de mestrado em Sociologia (PEREIRA, 2005). Desde então, estabelecemos relações com as lideranças comunitárias, que lutavam contra a remoção de toda a comunidade. Participamos de reuniões e audiências, e dos demais momentos da na luta. Em um determinado momento, houve uma mudança de contexto, dois líderes comunitários aceitaram a remoção, conseguindo posteriormente influenciar grande parte da comunidade, enquanto outro grupo de novas lideranças insistia na permanência. Ainda que nossa relação fosse muito próxima dos líderes anteriores, logo percebemos algo especial neste novo grupo, e suspeitamos de um processo de cooptação por parte dos velhos líderes. Foi esta percepção, movida por nossa imaginação sociológica, que nos motivou a seguir na mesma linha de atuação, qual seja, a de apoiar a permanência da comunidade, agora sob a égide de novas lideranças surgidas no seio da própria comunidade.

Consideramos que esta relação com a comunidade coloca-nos numa posição privilegiada, no sentido de falar a partir de quem ocupa um espaço dentro do próprio grupo, convivendo no cotidiano da luta (inclusive com os dois grupos que se tornaram oponentes). Com isso, acreditamos inverter o sentido da pesquisa positiva, na qual o saber voltado para grupos populacionais marginalizados consiste em identificar, analisar e quantificar, no sentido de programar políticas de intervenção construídas de fora. Como salienta Oliveira & Oliveira (2006), são os que detêm o saber e o poder social, por meio de instrumentos científicos, que determinam unilateralmente o quê, pra quê, onde, como e quando deve ser pesquisado, além da manipulação do uso dos resultados das pesquisas sociais. Os grupos estudados não têm

nenhum poder sobre a pesquisa. Para nos contrapor a esse uso domesticador do conhecimento, esses autores salientam que a pesquisa da realidade é imperativa para transformá-la, e que aquisição de conhecimento e capacitação de quadros são dimensões inseparáveis do mesmo “itinerário político-pedagógico”.

Estes autores recorrem a Paulo Freire para demonstrar que não se trata de ter nos homens o objeto de investigação. O que se pretende investigar não são os homens como se fossem “peças anatômicas”, mas seu pensamento-linguagem, sua percepção da realidade, sua visão de mundo. Ou seja, a pesquisa aqui é tratada como busca das experiências cotidianas do grupo, e em que sentido essas experiências fortificam e qualificam o mesmo para o enfrentamento, para o conflito. Deste modo, as pessoas da comunidade jamais serão objetos de pesquisa: elas são sujeitos. Isso, na medida em que o propósito da pesquisa seja a transformação da realidade, e em sendo eles parte constituinte dessa realidade a ser transformada. Daí a busca de uma metodologia que não esteja comprometida com a construção de resultados utilizáveis, que, via de regra, facilitam a manipulação por parte dos centros de poder.

Por isso mesmo, a escolha metodológica se mostra tão importante, visto que uma das primeiras premissas da Pesquisa Participante é a ausência de neutralidade do pesquisador. Como afirmou Demo (2008, p. 17),

[...] neutralidade e objetividade são entidades mitológicas, inventadas, sobretudo, para acobertar práticas escusas. O que a Pesquisa Participante faz é colocar simplesmente colocar na mesa do modo mais transparente possível, as ideologias em jogo, para que sejam discutidas abertamente.

Este legado positivista não encontra fundamentos quando o objetivo da investigação é decifrar processos inacabados, construídos historicamente numa realidade social em movimento. E o que encontramos nesta realidade constitui o próprio objeto em si, não são meros contextos ideológicos abstraídos de uma suposta natureza pura a ser desvendada. Assim, as desigualdades sociais, a divisão desigual da produção social, que gera não apenas a pobreza, mas a própria guerra pelo espaço urbano por parte dos excluídos, não são variáveis passíveis de isolamento, mas a própria base na qual se desenrolam as ações, pensamentos e comportamentos. A hierarquia e desigualdade social não esgotam a realidade social, estão sujeitas a rupturas. Os fatos sociais não são coisas, são produtos da ação humana, que não se reduz a meros processos de condicionamentos, porque nela os sujeitos se reconhecem como atores e protagonistas de sua história.

Como bem colocaram Oliveira & Oliveira (2006, p.24),

Dentro desta relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separado do seu objeto de pesquisa. O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão de mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. E é esta visão de mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados.

Deste modo, nosso trabalho está isento do mito da neutralidade, na medida em que assumimos nossa intencionalidade, a partir da perspectiva crítica e problematizadora em que situamos metodologicamente esta pesquisa. Assim, nosso propósito consistiu na apreensão das redes de relações sociais, na captação dos conflitos e das contradições inerentes a ele, não no sentido de amenizar ou solucioná-los, mas de explorar suas brechas, abrindo caminho para rupturas e mudanças. Ou seja, não nos interessou em momento algum a postura da pesquisa positivista pautada pela “constatação” dos fatos, das falas, do pensamento do grupo social estudado², mas pelo contrário, questionar em que sentido essas falas, esses pensamentos e ações ampliam as espessuras do conflito, exibindo suas contradições, ao pôr em oposição os discursos dos atores sociais envolvidos. Esta prática de pôr à mesa as contraposições encontradas impede que a análise seja confundida ou invertida maliciosamente, sem riscos de considerar como crítica aquilo que o pesquisador está na verdade exaltando, nem considerar exaltação aquilo que se está na verdade criticando.

Isso porque apreender a realidade é muito mais do que expor o que está codificado na lógica interna dos fatos. Como esclareceu Marcuse (apud Oliveira & Oliveira, 2006), o pensamento só corresponde à realidade quando capta suas contradições e a transforma. Por isso, compreender a realidade significa compreender o que as coisas realmente são, de modo que se não há transformação, é porque o saber produzido não atingiu a essência da realidade social estudada, e é isso que implica na recusa da facticidade. Portanto, em oposição à neutralidade científica do pesquisador, a Pesquisa Participante se apresenta como:

[...]proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma desses processos. Adotando uma dupla postura de pesquisador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006, p. 26).

² Muitas vezes estas constatações, isentas de uma análise epistemologicamente situada, geram ambiguidades que acabam produzindo leituras equivocadas ou contraditórias sobre os dados, invertendo inclusive a própria lógica intencional do pesquisador e sendo até utilizadas como álibi contra o grupo estudado.

Isto, claro, se o pesquisador realmente estiver comprometido. Como já dito, ao longo de um intervalo de tempo que se iniciam no ano de 2005, estabelecemos uma relação de proximidade com a Vila de Pescadores de Jaraguá, oriunda de nossa dissertação de mestrado, de modo que passamos a conviver com os moradores e participar ativamente das atividades e acontecimentos, frequentando reuniões, audiências, bem como acompanhando suas lideranças no cotidiano da luta em viagens a Brasília, Recife, e demais compromissos relativos à resistência. Estivemos lado a lado com a presidente da Associação de Moradores na reunião com o Ministro da Pesca e a Secretária Geral da SPU em Brasília, na audiência com o Desembargador que julgou o último recurso da Defensoria e em duas reuniões com os defensores regionais em Recife, assim como acompanhamos as lideranças nas reuniões com a defensoria de Alagoas, na audiência com o juiz que julgou a Ação Civil Pública, assim como estivemos presentes em praticamente todos os atos públicos, protestos, eventos culturais e acadêmicos, além das reuniões internas.

Assim, esta participação ativa e direta no cotidiano da luta nos levou a relatar fatos e situações que vivenciamos juntos, não apenas sob a condição de pesquisador em busca de uma informação, mas como protagonista das situações analisadas. Deste modo, nossas análises consistem em duas linhas de trabalho: na primeira expomos diretamente de nossas impressões obtidas neste convívio, na segunda busca os sentidos expressos nas falas dos moradores, produzidos nas entrevistas.

Precisamos esclarecer que a escolha metodológica, mais como exigência da prática acadêmica desenvolvida na comunidade, deve ser reconhecida, sobretudo, como pesquisa militante. Segundo Bringel & Varela (2014), esta modalidade é

[...] entendida como um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores, comunidades organizadas, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços formais ou não de ensino, de pesquisa e de extensão.

No sentido de produzir avanços nas metodologias de pesquisa que visem orientar conhecimentos e atuações capazes de promover mudanças sociais, de maneira responsável e ética, e de contribuir com os desdobramentos das possibilidades e limites da pesquisa científica socialmente engajada, Bringel e Varela (2014) retomam o debate clássico sobre teoria e práxis, e o papel dos Movimentos Sociais e da Universidade. Com isso, pretendem esclarecer os atuais desafios da pesquisa militante e a produção de conhecimento. Para estes autores, pesquisa militante contempla linhas de pesquisas associadas a diversas formas de ação coletiva, orientadas em função de transformação social. Assim, predomina o

compromisso ético e político com a mudança social, envolvendo atuações proativas tanto na vida profissional, como na vida acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização, recolocando as investigações concernentes às mudanças sociais em um patamar digno e legítimo. Com relação às tentativas recorrentes de deslegitimar o termo militante e de uma suposta vinculação acrítica a organizações políticas, os autores lembram que a recíproca também é verdadeira, ou seja, criticam a falta de compromisso de parte dos pesquisadores, uma vez que nem sempre fica muito claro até que ponto o rigor metodológico obscurece a inferência extrínseca de ideologias nas pesquisas. Concluem, portanto que a fronteira entre pesquisador e militante deve ser urgentemente superada a partir da ressignificação da pesquisa socialmente engajada.

A superação da dicotomia teoria/prática, bem como as alegações apresentadas com relação aos limites e possibilidades da pesquisa militante representou para nós momentos de dificuldades, marcados por dúvidas e incertezas, no que se refere à seleção das informações adquiridas ao longo deste processo. Isso porque o papel de militante da causa em tela nos rendeu o privilégio de acessar o que podemos chamar aqui de informações de bastidores, em todos os níveis do conflito, cuja fidedignidade da informação exigiria a exposição da fonte, o que implicaria no comprometimento destas, em um contexto conflituoso em que as pessoas o tempo todo se demonstravam temerosas em fornecer informações. Assim, informações obtidas de conversas informais, telefonemas, bate-papos em redes sociais, vazamentos de informações oriundos de informantes privilegiados, dentre outras situações, não foram consideradas neste trabalho, o que nos rendeu certa angústia, uma vez que seriam dados essenciais na constatação do caráter higienista da questão política aqui trabalhada.

De tal modo, pela impossibilidade de lidar com dados tais como a pressão política de setores privados, ou visões preconceituosas sobre a comunidade, estes ficaram de fora de nossa análise, em respeito à fidedignidade dos dados. A angústia residiu na ambiguidade vivenciada, uma vez que o papel de militante não poderia, em momento algum, ultrapassar o papel de pesquisador, e vice-versa, procurando ser fiel ao equilíbrio necessário desta perspectiva metodológica. Outra dimensão desta ambiguidade consistiu no fato que, uma vez declaradamente defensores da comunidade, nos expomos a debates públicos com agentes da Prefeitura, desde audiências a entrevistas nas mídias locais, o que nos prejudicou na possibilidade de coletar dados do outro lado do conflito.

O segundo instrumento utilizado na coleta dados foi a entrevista, algumas abertas, algumas semidirigidas. Minayo (2013, p.64) explica que a entrevista é uma estratégia que visa colocar duas ou mais pessoas em conversa, realizada por iniciativa do entrevistador no sentido de adquirir informações sobre sua abordagem do problema, e a vantagem consiste no fato de que por esse meio é possível adquirir informações provenientes do diálogo direto com aquele que vivencia a questão social estudada, ocasionando acesso direto às suas próprias reflexões acerca do fato.

As entrevistas abertas foram utilizadas pelo fato de que a pesquisa qualitativa pressupõe menos uma ordem estabelecida de perguntas, podendo se assemelhar a uma conversa (ALVES-MAZZOTTI, 1999, p. 168). E junto das entrevistas abertas, foram as conversas informais propriamente ditas que favoreceram o acesso às informações, que se renovavam e se transformavam de forma dinâmica durante o turbulento processo de remoção, na medida em que a entrevista formal de certo modo intimidava os sujeitos, mediante o clima de tensão e perigo que envolvia os que estavam envolvidos na luta, quer seja na resistência, quer seja na adesão à transferência. Haguette (1999, p. 88) lembra que as afirmações de natureza subjetiva estão sempre imersas em relações que devem ser levadas em conta, como o estado emocional do informante, suas opiniões, seus valores e atitudes.

Outros entrevistados, especialmente aqueles que fazem parte de organizações como comunidades, sindicato, etc., percebem a entrevista como uma armadilha para “fazê-los falar” sobre coisas ou pessoas, o que pode comprometê-los (HAGUETTE, 1999, p. 91).

É neste sentido que a informalidade da entrevista aberta e da conversa informal contribui na superação nos limites de verbalização do informante. Já na entrevista semidirigida, cuja dinâmica pode ser preestabelecida por meio de um roteiro de entrevista, o entrevistado tem liberdade para expor seu ponto de vista, começando e terminando onde desejar, embora o entrevistador tenha liberdade para intervir, podendo conduzir a fala no sentido de manter o foco na abordagem daquilo que deseja explorar na sua problemática, de modo a trazer o entrevistado de volta ao assunto, caso haja desvio considerável na fala. Todavia, vale ressaltar que o entrevistador não deve se deter a seu roteiro de maneira rigorosa, para não comprometer o desenvolvimento da entrevista (DI DOMENICO, 1999, p. 53).

Para conhecer os sujeitos entrevistados, consideramos importante demonstrar um recorte temporal na história da comunidade que interfere em nosso procedimento, uma vez que no primeiro momento os moradores representavam um grupo homogêneo e se posicionavam todos contra a remoção. Portanto, para entender porque atores desta questão se

subdividem em três subgrupos, é preciso entender que em determinado momento acontece uma divisão política, culminando na adesão de parte da comunidade ao projeto da Prefeitura, criando-se inclusive um clima de rivalidade entre eles. Assim, a divisão ocasionou a formação de três grupos, a saber, o grupo da resistência, que desde o início recusou-se a ser transferido para os apartamentos construídos na praia do Sobral; o grupo dos desistentes³, aqueles que resistiram inicialmente, mas que em determinado momento abandonam a luta e aderem ao projeto da transferência; e aqueles que aderiram à remoção, mas no ato da transferência acabaram excluídos dos apartamentos, por motivos diversos, ficando na comunidade e sendo forçados a lutar junto aos moradores da resistência. Este terceiro grupo de moradores ficou conhecido como “coletividade invasora”⁴, uma vez que não foram reconhecidos oficialmente como membros da comunidade tradicional.

Realizamos entrevistas semidirigidas com alguns personagens do chamado grupo da resistência, mais precisamente os líderes comunitários e personagens estrategicamente privilegiados em virtude do tempo de moradia e/ou nível de engajamento na luta. A intenção destas entrevistas consistiu em três finalidades: primeiro, promover uma reconstituição histórica da remoção e da resistência; segundo, configurar a percepção que esses atores sociais têm do processo, no que concerne à polaridade remoção versus urbanização *in loco*; terceiro, entender o significado da participação coletiva e da organização comunitária no contexto das respectivas remoções.

Com o grupo dos transferidos e da chamada “coletividade invasora” utilizamos entrevistas abertas e conversas informais, na medida em que o diálogo era dificultado pela condição de vulnerabilidade e risco mediante o conflito, assim como por uma questão de perfil, pois não possuíam com tanta veemência as qualidades sociais procuradas por nós em virtude da problematização, quais sejam, o primado das ações coletivas e a vertente da consciência política. Este mesmo procedimento foi realizado com os moradores transferidos, dado o clima de tensão que envolveu os momentos posteriores à transferência. Nesse sentido,

³ Ao longo deste trabalho nos referiremos a este grupo com esta denominação (desistentes), considerando que a delimitação da problemática começa a partir do processo de resistência liderado pela Associação de Moradores. Assim, entendemos como “desistentes” os moradores que no primeiro momento resistiram ao projeto de intervenção urbana da Prefeitura de Maceió, mas que em um determinado momento abriram mão da resistência e aderiram à remoção. Os desistentes também sofrerão uma divisão a partir da data da transferência dos moradores para os apartamentos no condomínio da praia do Sobral, na medida em que nem todos serão contemplados, constituindo, assim, um novo subgrupo neste processo político: o grupo dos excluídos.

⁴ Esta nomeação é imprópria, uma vez que estes moradores não são invasores, mas como assim foram designados pela prefeitura nos autos da Ação Civil Pública, convencionou-se chamá-los por esse rótulo. Reproduzimos aqui essa forma coloquial de identificá-los para melhor entendimento da subdivisão ocorrida no interior da comunidade.

entrevistamos seis moradores indicados pelos próprios moradores resistentes, considerando que em alguns casos foram mantidas as relações com certo nível de amistosidade, enquanto que alguns passaram a conviver em clima de conflito. Também realizamos entrevista aberta com um dos líderes do movimento de adesão ao projeto de transferência, devido a certo grau de amizade que possuíamos com o mesmo, por ter sido informante no nosso trabalho de mestrado, em situação anterior.

Mediante o clima de tensão e adversidade que envolveu esta história, marcada por ameaças e embates pesados entre as pessoas da comunidade e as pessoas da prefeitura, consideramos importante manter sigilo sobre a identidade dos entrevistados, principalmente considerando que muitos só se prestaram a fornecer entrevista com o compromisso de não serem identificados. Assim, ao longo deste trabalho, as falas dos pescadores e marisqueiras serão apresentadas com nomes fictícios, com ressalva para as falas que coletamos em jornais e periódicos, por já serem informações de domínio público. Também optamos por manter o nome real de alguns personagens que consideramos mais significativos, desde que o conteúdo da fala não seja considerado comprometedor no jogo de poderes do conflito em tela.

Neste sentido, consideramos problemática a descrição detalhada do perfil dos entrevistados, uma vez que, se o objetivo é preservar a identidade, incorre no risco de revelá-la pelos detalhes do perfil. Considerando também que as entrevistas aqui apresentadas não foram realizadas de forma sistemática, mas colhidas ao longo do conflito em momentos diferentes e contextos distintos, optamos por apresentar em cada fala um perfil mínimo, de modo bastante resumido, em nota de rodapé. Todavia, acreditamos que esta limitação, ainda que dificulte o entendimento do lugar e do papel de cada personagem no contexto do problema analisado, não retira a importância de sua fala no entendimento global tanto da questão da remoção, da resistência, bem como das questões específicas as quais se propõem a falar. De todo modo, apresentamos um perfil bastante detalhado daquela que pode ser considerada, em todos os aspectos, a personagem central desta história, que é a presidente da Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá (AMAJAR), Maria Enaura. Considerando seu papel de líder comunitária e uma das principais personagens da resistência, ao longo deste trabalho apresentamos sua história e suas posições políticas de modo quase que biográfico, principalmente pelo seu papel de educadora nos processos de formação política e cultural da comunidade, que servirão como fomento do processo de consciência aqui descrito.

Para uma compreensão objetiva do objeto estudado, realizamos pesquisa documental a partir de documentos alusivos aos fatos, produzidos tanto no cotidiano das

comunidades, como no diaadia das Instituições e da Administração Pública. Utilizamos a análise dos documentos com dois propósitos: primeiro, no sentido de articular uma dinâmica que ajude a reconstituir uma pretensa cronologia dos fatos; segundo, para extrair deles informações que corroboram ou contradigam os sentidos expressos nos discursos produzidos por nossos entrevistados. Neste sentido, a Associação dos Moradores foi a principal fonte de fornecimento desses documentos, na medida em que as reuniões e audiências aconteciam. Também utilizamos fontes de jornais impressos e mídia eletrônica acumulada ao logo deste trabalho, na medida em que já que vasta produção jornalística foi produzida durante este processo.

As informações e análises provenientes destas fontes documentais foram utilizadas na primeira parte deste trabalho, no que se refere à formação histórica deste conflito. Tentamos construir uma ordem cronológica dos fatos, e fundamentar as informações e argumentos de acordo com o conteúdo dos documentos e matérias jornalísticas, associados às informações fornecidas pelos militantes da Associação dos Moradores e pelas nossas próprias observações.

PARTE I - A história dos habitantes contra a história dos governantes: contradições entre a Cidade do desejo e a cidade do despejo.

Capítulo 1. Revitalização de Jaraguá ou revitalização do capital? A resistência de pescadores e marisqueiras por uma urbanização inclusiva

1.1. Importância social dos pescadores do desenvolvimento da cidade

Consideramos aqui a história de Jaraguá em três períodos. Primeiro, seu início e crescimento até meados do século XX, quando entra em decadência. Segundo, após perder o *status* e se tornar esquecido, período em torno de cinquenta até aos anos 90, década que se inicia um movimento de revitalização do bairro. O terceiro período corresponde à continuidade deste processo de revitalização do bairro de Jaraguá, porém com uma mudança de perspectiva na política urbana, quando as gestões da Prefeitura de Maceió passaram a ter como prioridade a remoção da Vila dos Pescadores.

Durante o processo de remoção houve uma polêmica, desnecessária, sobre a real historicidade da vila, uma vez que a Prefeitura não concorda com a tese de que a história da cidade teria surgido de uma vila de pescadores, sustentando sua tese num mapa de 1973, em que a vila não aparece. Achar que um mapa seria capaz de dar conta dos aspectos dinâmicos da História e da Geografia foi mais uma estratégia política de desqualificação da comunidade do que propriamente um interesse lógico pelo conhecimento real da história da cidade. Isso porque afirmar a importância histórica da vila não é afirmar que a formação histórica de Maceió teria ocorrido exatamente naquele local específico, que sequer existia antes do assoreamento proveniente da construção do porto. Todavia, é certo afirmar não apenas a importância de Jaraguá nessa formação, como a presença dos pescadores neste processo, como parte constituinte da população, sobretudo, como parte constituinte da classe trabalhadora.

A importância de Maceió no cenário regional decorre bastante do ancoradouro, e todo o litoral era cheio de pescadores desde a época colonial. As evidências culturais da importância dos pescadores na formação social de Maceió são antigas.

Tais evidências remontam a presença de grupos indígenas no território alagoano, ao longo de toda costa, bem como do fato que esses grupos se valiam das boas condições do ancoradouro de Jaraguá para o desenvolvimento de suas práticas. Entre elas, a da pesca. (ROCHA, 2009, p.6).

Neste sentido, entendemos que quando os brasilianistas descreviam relatos de navegantes espanhóis sobre o vilarejo de Jaraguá, compreende-se que também nestes vilarejos a presença da atividade pesqueira predominava. Neste sentido, referências apontam para o povoamento de Jaraguá já desde 1635:

Tivessem De Hoces e Rojas se arriscado a atacar Recife, como alguns oficiais insistentemente aconselharam, seriam possivelmente bem sucedidos, pois os moradores das cercanias estavam prontos a se revoltar assim que os soldados ibéricos pusessem os pés em terra. Para grande alívio dos holandeses, os comandantes espanhóis resolveram não arriscar, velejando ao longo da costa e indesejando desembarcar os seus homens em Jaraguá, lugarejo de Alagoas. (BOXER, sd, p.87).

É salutar perceber que, a essa altura, não havia sinais do engenho que sustenta uma das teses sobre o surgimento de Maceió. Ainda segundo Rocha (2009, p.6),

O historiador Moacir Sant’Anna defende a tese de que Maceió teria surgido de uma pequena aldeia de pescadores em Jaraguá. Em suas pesquisas, ele encontrou um documento provando que o engenho *Massayó* (possível origem da cidade, segunda outra tese) moeu apenas duas vezes, por estar localizado em uma área indevida para o cultivo de cana-de-açúcar, de modo que sua participação não foi decisiva para o crescimento da cidade.

Esta tese faz sentido quando a comparamos com outras informações que obtivemos de historiadores locais, para os quais o mapa de Maceió, em meados do século XIX, mostra que Jaraguá correspondia à metade da cidade e Maceió não possuía vales para engenho, com exceção do Centro, ou da região do Meirim, entre os bairros de Saúde e Benedito Bentes.

A vocação portuária, e consequente utilização da enseada das canoas (Yar-á-gua), em diferentes épocas por diferentes grupos sociais e modos de produção distintos, a presença do mar e da lagoa na produção de alimento, tudo isso revela a importância social dos pescadores não apenas na subsistência da força de trabalho, mas em todo desenvolvimento da cidade. Outras referências também reforçam a importância da atividade pesqueira e do papel social dos pescadores na formação da cidade, como pode ser visto em Thomaz Espíndola (2001): “[...] Na distância de 2 e meia para 3 léguas os navios ancorados no Porto de Jaraguá e o vasto atlântico com os seus lugares no extremo do horizonte: contém 174 fogos; a saber, 82 casas de telha e 92 de palha, habitadas por pescadores [...]”. Todavia, é em Craveiro Costa (1981) que encontramos referência mais próxima, fazendo alusão ao povoamento a partir do riacho Salgadinho e estabelecendo relações com o início do bairro:

Era, da margem esquerda do riacho afora, além do alagadiço, diante do mar, uma ou outra habitação rústica de pescadores e gente de labores marítimos. O bairro de Jaraguá começa a surgir. Foi o português José Antônio Martins

quem primeiro construiu aí e levantou a capela de Nossa Senhora Mãe do Povo.

Assim, consideramos que a importância social dos pescadores na formação da cidade é um fato incontestável, baseado em referências historicamente consistentes, embora o mapa de 1957, apresentado pela Prefeitura, não dê conta dessa realidade – limitações cartográficas. Todavia, essa dinâmica ocupacional teria sido marcada pelo vai e vem das migrações, ora espontâneas, ora forçadas, como demonstram as reestruturações urbanas acontecidas na cidade, sobretudo no século XX, no que incorreu a atual ocupação naquele exato local, como demonstraremos mais adiante.

1.2. Do apogeu do bairro de Jaraguá à origem da ocupação atual da comunidade

Jaraguá começa a se destacar como zona portuária que movimentava o comércio, a cultura, a vida da cidade, a vila que disputou com Marechal Deodoro a luta para que Maceió se tornasse capital de Alagoas. Graças ao porto, construído em 1944, onde as principais companhias marítimas faziam escalas, Jaraguá se transformou no principal polo de comércio de todos os ramos de negócios da época, sobretudo exportação de açúcar, fumo, coco, couro e algodão. Vale ressaltar a importância de um engenho de açúcar de propriedade do coronel Apolinário Fernandes Padilha, no início de seu povoamento. Chamava atenção por ser uma aldeia de pescadores⁵. Em 1818, com a chegada do primeiro governador de Alagoas, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, o lugar passou a viver um crescimento vertiginoso, com a instalação de pontos comerciais, belos sobrados, ponto de encontro de empresários, intelectuais e políticos, o que levou o governador a trocar a capital de Alagoas do Sul (povoado do Francês) por Maceió, devido, sobretudo, ao movimento do porto de Jaraguá. E, conseqüentemente, onde há homens importantes há também grandes prostíbulo (o dos ricos, o famoso Mossoró, na antiga Rua da Alfândega, atual Sá e Albuquerque; o dos pobres, onde atualmente está a Avenida Duque de Caxias), tornando o bairro reduto de boêmios e pessoas que procuravam divertimento.

A primeira casa construída no local foi a do proprietário de sesmaria, Manoel Antônio Duro, em 1609. Contudo, conta-se que os índios Caetés já utilizavam a enseada como porto. Este dado nos revela um processo histórico em que já na época colonial se percebe o fenômeno da substituição da comunidade local por setores da elite colonizadora, a

⁵ Disponível em: www.coisasdealagoas.com.br/bairros/Jaraguá.htm.

qual, por meio de instrumentos políticos e jurídicos, apropriou-se do local para finalidades econômicas, mesmo sem ter vingado a prosperidade capitalista sonhada pelos colonizadores (invasores europeus).

Todavia, esta informação reforça a vocação do local como cais natural, que se justifica pelo próprio nome: Yara-a-guá (enseada do ancoradouro), ou Yara-guá (enseada das canoas). A geografia presenteara o local com a capacidade de servir como barreira de proteção das embarcações contra as correntes marinhas. É esta característica que faz do lugar a passagem e estada de variados visitantes. E é quando o Porto de Jaraguá supera o Porto do Francês, que se desenvolve o comércio no povoado, atraindo cada vez mais pessoas.

Logo acontece a construção da alfândega, a junta de arrecadação real, uma fortaleza, o armazém real e a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, além de vários trapiches. Por volta do século XVIII, Jaraguá foi palco de violento conflito entre brasileiros e portugueses, quando da independência da República. A comunidade local assumiu a defesa dos ideais burgueses inspirados pela revolução francesa, lutando ao lado dos nossos “jacobinos”, que pleiteavam autonomia frente à coroa portuguesa.

O primeiro trapiche surgiu no início do século XIX, por volta de 1820. Estes estabelecimentos, que armazenavam as mercadorias importadas e aquelas preparadas para exportação, muito contribuíram para acelerar o crescimento do local, que aumentava em número de casas comerciais e residenciais, bancos, companhias de navegação e cabarés, tornando-se um dos principais centros comerciais da época. Até o final do século XIX, os trapiches e demais estabelecimentos comerciais se multiplicaram.

No início do século XX, o bonde elétrico substituiu o bondinho puxado por burros. Havia bondes de luxo para transportar pessoas ilustres, e até o bonde funerário, todo pintado de preto. Até meados deste século, Jaraguá ainda disputava com o centro de Maceió o comércio varejista e atacadista, como lojas de tecidos, chapéus, sapatarias, farmácias, etc. Comerciantes, bancários e funcionários públicos tinham o lugar como o preferido para morada, cujo acesso era feito de bonde (antes da chegada do bonde, a ligação com o centro era feita via jangadas que atravessavam o riacho Salgadinho). A fotografia abaixo mostra pescadores de Jaraguá em atividade em 1930, próximo ao trapiche que dava com a estátua da liberdade, exatamente onde hoje se localiza a vila.



Esta cena acontece exatamente onde se localizava a vila dos pescadores antes de sua remoção.

Fonte: <https://plus.google.com/photos/115963702313024985866?banner=pwa&pid=5198791746453671666&oid=115963702313024985866.963702313024985866>.

Outra questão histórica que alimentou os debates entre comunidade e Prefeitura foi a tese de que pescador não precisa viver em frente ao mar, porque em outros pontos da cidade existem pescadores que não moram na praia, a exemplo dos bairros de Pajuçara, Jatiúca e Ponta Verde. Este argumento esbarra não apenas na impossibilidade de compreender uma comunidade tradicional importando o contexto de outras realidades históricas, como também na omissão de fatos históricos que explicam como esses pescadores foram afastados da praia, por meio de reestruturações urbanas higienistas e avanços do mercado imobiliário voltado para o consumo da elite. É neste sentido que se explica, por exemplo, o surgimento do bairro de Ponta Verde, atual bairro nobre, mas que já foi reduto de muitos dos pescadores, e que, como relata Sarmiento (2002, p.72), recebeu grande parte de seu povoamento de pescadores que foram expulsos de seu lugar de origem para dar lugar às moradias das classes privilegiadas.

Em 1927, o prefeito Moreira Lima decidiu derrubar os velhos quarteirões de taipa para, em seu lugar, construir casas modernas. Os bairros se renovavam, ruas novas apareciam, palacetes eram construídos, casas e praças edificadas. Em Pajuçara, no Centro e no Farol, começavam a surgir novas casas residenciais. Ativavam-se os calçamentos, os alinhamentos e aberturas de ruas. Os demais bairros não apresentavam grandes renovações e eram ainda caracterizados por sítios e casas de sobrados. Nesta época surgia um lugar novo, a Ponta da Terra, atual Ponta Verde, **para onde se encaminhavam a mocambaria dos pescadores, expelida da Pajuçara pelas novas construções e pelas ruas que surgiam.** [Grifo nosso]

Como se pode perceber, este dado corrobora com a tese de que a remoção de pescadores da orla maceioense é antiga, e está associada ao processo de expropriação

urbana(substituição, por meio de política pública, da população pobre, tradicionalmente habitante do lugar, por uma população oriunda de classes abastadas). Acrescente-se a isso que grande parte desses pescadores até hoje resiste no atual bairro de Ponta da Terra, principal reduto de pescadores, ao passo que os pescadores da Ponta Verde e Jatiúca resistiram até por volta de vinte anos atrás, nas proximidades da praia, quando a chegada de um Shopping Center engendrou uma invasão de equipamentos urbanos a serviço da classe média alta, como condomínios, supermercados, farmácias, escolas, faculdades, bares, restaurantes, galerias, bancos, dentre outros. Assim, o destino desses pescadores foi recuar para a periferia, enquanto parte da população pobre de outrora se espreme num eixo de resistência em torno da Rua Santa Fernanda, no bairro de Jatiúca. A foto abaixo contradiz o discurso da suposta “felicidade” dos pescadores da praia de Pajuçara, amplamente divulgada nas rádios locais como álibi para justificara remoção da Vila de Jaraguá, uma vez que após o processo de expropriação urbana acima mencionado, aqueles pescadores tiveram que adaptar sua forma de trabalho na praia sob a forma de contra uso do espaço.



Pescadores da Praia de Pajuçara guardam seus equipamentos de trabalho em caixotes improvisados e largados a céu aberto, num lugar que outrora servia de trabalho e moradia.

A vila de Jaraguá, neste sentido, é apenas mais um exemplo de continuidade dessa higienização da orla maceioense. A própria localização da vila até sua expulsão é um reflexo deste movimento geopolítico de empurra daqui, tira dali, de submissão das populações pobres aos ditames do poder público e sua política de remoção, e inclusive de certos processos de grilagem relatado pelos moradores antigos, quando a área era abandonada e utilizada por criadores de gado⁶.

⁶ Informação obtida através de entrevista realizada com seu Carlos (nome fictício), morador antigo da localidade e já falecido, em 2005, quando da realização de nossa dissertação de mestrado.

A explicação mais plausível que tem sido utilizada sobre da ocupação da Vila recai na hipótese do assoreamento provocado pelas obras do cais do Porto de Maceió, uma vez que aquele espaço não existia como solo seco, e a maré adentrava até onde hoje se encontra a Praça do Museu da Imagem do Som. Todavia, o renomado historiador Dirceu Lindoso revelou no documentário intitulado “Meu Lugar”⁷, que em sua juventude já frequentava a Vila de Pescadores de Jaraguá, antes mesmo da construção do cais do Porto, o que comprova que as dimensões geográficas da vila se davam muito para além do local que hoje ocupam.

A despeito de ter aglomerado no seu interior pescadores oriundos de diversos estados, como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e de toda a costa do Estado de Alagoas, de Maragogi a Piaçabuçu, muitas famílias pesqueiras são oriundas das ondas migratórias urbanas da cidade ao longo de anos, como Ponta da Terra, Levada, Trapiche, dentre outros. Há relatos que a antiga balança teria sido onde hoje se encontra as Lojas Americanas, embora observemos, na vivência cotidiana da cidade, que a aglomeração mais recente, remontando aos anos oitenta, inicia-se onde hoje se encontra o Memorial da República, em frente ao coreto, de onde podíamos atravessar, no tempo dos banhos dominicais na praia da Avenida⁸, em direção à Pajuçara. Essa configuração da comunidade de pescadores, cuja identidade de Vila de Pescadores ainda não existia enquanto forma de denominação - uma vez que a atribuição aparecerá primeiramente como síntese dos argumentos do projeto de revitalização de Jaraguá - começará a sofrer investidas da Prefeitura, por meio de várias remoções, começando pelo então Prefeito Fernando Collor, (1979–1982), retirando grande quantidade de moradores e os realocando na zona de expansão da cidade, próximo ao posto da Polícia Federal, cruzamento da BR 104 com 316, aglomeração que ficou conhecida como favela do DER, como nos conta dona Mariluze, ex-presidente da Associação de Moradores:

Aquele povo da balança um bocado foi removido, outro povo foi tirado pra construir esse estacionamento, aí esse povo acabou voltando, porque quem depende da pesca tem que tá perto do mar. O Collor quando foi prefeito tirou um bocado, depois entrou o Zé bandeira, tirou outro bocado, cada prefeito que entrou tirou um pedaço da comunidade⁹.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VNjI7nMeziQ>.

⁸ Uma vez que a praia que já foi considerada a mais bonita de Maceió é, atualmente, a mais poluída, devido à poluição do Riacho Salgadinho, principal foco de degradação ambiental da área.

⁹ Entrevista realizada em 2005, durante nossa realização da dissertação de mestrado em Sociologia. Dona Mariluze, á época, era a principal liderança da comunidade.

A comunidade Jaraguá se caracterizava como assentamento urbano subnormal, onde se acomodavam, em condições subumanas, cerca de 700 famílias, das quais de trezentas a quatrocentas eram de pescadores. A pesca era atividade mais antiga do bairro, na verdade o que deu origem ao lugar. É um bairro cercado pelo mar, pela Pajuçara e pelo centro da cidade. A chegada começa pelo mar e é marcada pela presença de muitos barcos de pesca ancorados.

O espaço socialmente produzido é descrito por nossos personagens como lugar que era cercado por terrenos fechados, e uma forte vigilância para que famílias ali não se fixassem. “Os usineiros sempre tiveram interesse nessa área. Aqui por trás se criava gado, onde hoje é a delegacia era um antigo riacho”.¹⁰ Eles descrevem como as cercas foram se fincando e redefinindo o esquema de propriedade do local:

Os “ricos” foram cercando, pegando um pedaço de terreno, depois aumentavam a cerca, assim, do nada, sem nenhum problema. Foram pegando os pedaços de terreno, cercando e se apropriando. Ali se tornava dele, de direito. Foi assim que se tornaram donos. Por isso parte de Jaraguá pertence aos usineiros e a esse povo rico. Foi tudo invadido.¹¹

Depois ficou a vigilância para os pobres não erguerem barracos. Seu Carlos se lembra de uma situação em que um pescador tentou erguer sua habitação, mas um oficial da Marinha Brasileira derrubou, alegando que ali era área do “Governo”. Pouco tempo depois, uma senhora amiga dele “que vivia na panelinha deles”, construiu uma casa de alvenaria no mesmo local e a transformou num bar, numa casa de jogos, onde os ricos iam se divertir. “Ele próprio foi o primeiro a frequentar a casa, o mesmo que derrubou o barraco do pescador”, nos conta Seu Carlos. Consideramos interessante notar que este processo de ocupação é um pouco semelhante com o descrito processo de ocupação feito pelos “ricos”, com a diferença de que para os ricos não houve resistência do poder público, ao contrário, a posse acabou se legalizando. O mesmo não se diz dos pobres, que foram perseguidos, ameaçados de expulsão, taxados de invasores e rotulados como ilegais.

Todavia, apesar das represálias, a vila proliferou. As pessoas foram tendo filhos, os filhos foram crescendo, casando, tendo filhos, os filhos cresceram, casaram, os netos foram aparecendo, a família crescendo, e os pais tiveram que construir novos barcos e novas casas para alojar os filhos crescidos e casados que se multiplicavam. Seu Carlos narra como se deu

¹⁰ Depoimento de seu Carlos (nome fictício), hoje falecido. Quando ele chegou em Jaraguá, o bairro era reduto da criação de gado, terrenos vigiados por capatazes.

¹¹ Entrevista com seu Carlos (nome fictício) em 2005, durante a realização de nossa dissertação de mestrado em Sociologia. Seu Carlos era um dos moradores mais antigos da comunidade, e lá gozava de certo prestígio. Apesar de sua influência sobre as questões da vila, nunca se envolveu de forma mais ativa nas ações da Associação de Moradores. Na época desta entrevista ele não pescava mais, estava aposentado e bastante doente. Queixava-se da perda de vários amigos que foram removidos em 2002.

essa ocupação: “então os pais faziam um barco, separava um pedacinho de terra, levantava um barraco e dizia, toma, vai cuidar da tua vida e trabalhar pra sustentar tua família”. Depois foram chegando primos, compadres, demais parentes, os que já estavam ajudavam, passavam tempos na casa de um e depois já construía seu barco e sua casa. E assim a vila foi crescendo. Começou como um arruado bem organizado, de casas simples, não havia lixo, esgoto a céu aberto, nem os demais problemas ambientais que comprometerão a comunidade no futuro.

Foi dessa forma que a comunidade foi se formando (na verdade reestruturando um povoamento já antigo e disperso pela dinâmica da urbanização do bairro no apogeu econômico), na dinâmica de uma luta desigual pela sobrevivência, pela busca de um lugar no sistema de produção, por um lugar no espaço, ou seja, a formação da existência atrelada à conquista de um local para morar e trabalhar. Um lugar na vida e um lugar na cidade. O espaço existencial caminhando junto com o espaço territorial. A geografia da cidade se desenhando com o pincel dos projetos de vida e afirmação do Eu, no enfrentamento cotidiano de subjetividades marcadas por uma política perversa¹², uma sociabilidade injusta e desigual, uma justiça duvidosa, um mercado sedento de lucro e isento de ética.

Este foi o modo como se aglomeraram “espontaneamente”: como ação cotidiana, como estratégia de subsistência, como projeto de vida, como formação de um Eu¹³; nas trocas de experiências e interações sociais marcadas por alegrias e tristezas, felicidade e sofrimento, desespero e esperança, expectativa, desconfianças, insegurança. Como resistência política. Ali, vidas distintas confluíram e construíram juntas as raízes de um grupamento que se consolidaria no local. Nesta construção sociocultural do lugar, por exemplo, Dona Mércia¹⁴ teve dez filhos que lhe renderam vinte e cinco netos, ambas as gerações nascidas e criadas na Vila dos Pescadores de Jaraguá.

Em 2001, época da remoção das 350 famílias para o Conjunto Carminha, a comunidade de Jaraguá era uma comunidade heterogênea. Lá coabitavam diferentes grupos populacionais que ao longo do tempo foram ali se fixando, através dos processos de migração natural da atividade pesqueira e do processo social que impulsiona o crescimento urbano. Dados de 1995¹⁵ demonstram que 20% da população sempre viveu no local, através de um

¹² No sentido psicossocial do termo.

¹³ E, conseqüentemente, do nós.

¹⁴ Dona Mércia (nome fictício) era uma das principais lideranças comunitárias em 2012. Em períodos eleitorais, sempre trabalhava de cabo eleitoral, fazendo o elo da comunidade com os políticos locais.

¹⁵ MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Instituto Municipal de Planejamento e Ação Regional (IMPAR **Plano Setorial de Desenvolvimento Urbano para o bairro de Jaraguá.**), 1995.

mecanismo de reprodução a partir do qual os filhos crescem e casam, constroem família e armam outro barraco ao lado do barraco dos pais; ao passo que 25% da comunidade era oriunda do próprio bairro; enquanto 25% migraram de outros bairros da cidade; sendo 18% advindos de outros municípios, provavelmente da reestruturação do setor sucroalcooleiro nos anos oitenta; e dos 10% que migraram de outros Estados, muitos podem ser oriundos da própria migração característica da pesca. Nestes três últimos grupos também se encontravam aqueles que eram familiares de pescadores, atraídos pelo sucesso dos parentes.

Segundo nossos entrevistados, o processo de favelização começa a partir dos anos oitenta, quando além dos atrativos naturais do lugar e sua localização privilegiada no tecido urbano, alguns eventos de natureza política contribuíram para o crescimento desordenado e densidade populacional. O mais crítico, citado pelos moradores, foi a remoção de famílias sem-teto que viviam dispersas em diversos pontos da cidade, associado a famílias de desabrigados das chuvas torrenciais que anualmente inundam a cidade, colocados na comunidade pela então Secretária Lucíola Toledo, amontoados no Armazém da Antiga Cibrazen, uma fábrica de gelo extinta por Fernando Collor. Essas famílias viviam de outros empregos e subempregos na região, como catadores de lixo, empregadas domésticas, guardadores de carro, ambulantes, atividades portuárias, atividades auxiliares da pesca, dentre outras.

O estopim da favelização na comunidade de pescadores de Jaraguá acontece quando o Estado, por meio da Secretaria de Habitação, sai recolhendo os pobres de vários setores da cidade e os colocam no galpão de um antigo armazém da Cibrazen. Michel Foucault (1978), no livro intitulado *“A história da loucura”* descreveu um processo semelhante na Europa do século XVIII. Os pobres eram recolhidos das ruas e confinados em asilos. Com a necessidade de mão de obra, foi preciso libertar os pobres para transformá-los em trabalhadores. Os loucos, por sua vez, por não serem úteis ao processo de produção, foram recolhidos e confinados, assumindo os antigos leitos dos pobres até aos dias de hoje, quando foram gradativamente libertados pelas reformas psiquiátricas.

No entanto, o armazém estourou, pois os barracos foram aparecendo em torno do armazém, e crescendo exponencialmente e adentrando a vila de pescadores. A comunidade passa a conviver com uma heterogeneidade cultural oriunda dessa migração forçada. A droga e a violência logo se transformam na marca da vila, que passa a ser chamada de favela. A mídia dá ênfase ao problema, e logo ser morador do lugar se transforma em estigma negativo. Estas migrações forçadas caracterizam a desastrosa ação do Poder Público local na formação

da cidade, decidindo ideologicamente onde, quando e como os pobres podem ou não morar. Seu Carlos lembra que em alguns momentos eles chegavam do nada, invadiam a vila e já iam pintando os barracos, marcando-os com um “X”. Não conversavam, não dava satisfação, simplesmente anotavam coisas e riscavam as residências que seriam derrubadas. Dona Mércia conta que uma senhora teve derrame quando os guardas municipais e policiais militares derrubaram a casa dela. “Só não foi pior porque ela não ficou embaixo, fugiu, mas por eles, eles derrubaram por cima, com ela dentro”.

Após a fixação dessas famílias, outros barracos com famílias estranhas à cultura da pesca foram se aglomerando no entorno do galpão da antiga fábrica. A construção do Oleoduto da Petrobrás, cuja passagem pela comunidade levou a empresa a indenizar 33 famílias cujos barracos passavam sobre a linha de construção do duto, alimentou em outras famílias a ilusão de uma possível indenização. No governo da prefeita Kátia Born, o projeto de revitalização de Jaraguá também nutriu a ilusão de que seriam indenizados e ganhariam casas. Essas últimas migrações comprometeram drasticamente o nível das relações socioafetivas na comunidade, intensificadas pelas diferenças culturais dos distintos grupos que ali coabitavam. Segundo os moradores, é a partir daí que a comunidade começa a se defrontar com a violência, o tráfico de droga, e o estigma de favela.

A área da praia era uma sequência de lixo acumulado. Após o lixo, encontrávamos as pessoas do lugar, idosos catando objetos, trabalhando, passeando. Em meio aos becos, entre um barraco e outro, diversas situações da vida cotidiana da comunidade. Vimos na comunidade uma arquitetura marcada por espaços de múltiplas funções, que ao mesmo tempo servia de oficina de trabalho (tratamento do peixe), lazer, varal para estender roupas, e ponto de encontro (bate-papo com as amigas e presença das crianças). Esta multiplicidade de funções dos espaços ocorria em vários outros barracos. Também se encontravam ali variações de terraço/oficina, jardim/varal, quarto/cozinha, quarto/sala, sala/banheiro, etc. O terraço poderia ser a própria rua. À frente da casa geralmente tinha várias utilidades, como varal, oficina, bate-papo, bar, jardim, etc. Muitos jovens reunidos. Ali se trabalhava, se divertia, conversavam, perambulavam, havia toda uma sociabilidade que engendrava diversas atividades, muito embora a atividade principal fosse a pesca. Muitas vezes a frente do barraco se transformava em ponto comercial, comportando balanças e caixas de isopor para o trabalho com os peixes. A rua se transformava em espaço para secagem do pescado.¹⁶

¹⁶ Visitas *in loco* realizadas durante a realização de nossa dissertação de mestrado em 2004.

1.3. Reestruturação do Patrimônio e revitalização de Jaraguá: Prefeitura apresenta a Vila como valor cultural e interesse paisagístico.

O bairro de Jaraguá voltou a ser o foco das atenções quando a prefeitura o incluiu no projeto de revitalização que acompanhou a “moda” do desenvolvimento sustentável, através de um movimento de revitalização de centros históricos que começou a surgir nas principais capitais brasileiras, no sentido de resgate das atividades locais, como também atividades artísticas, como foram os casos de empreendimentos na mesma ordem em centros históricos como Recife, João Pessoa, Salvador, Porto Seguro, e São Luiz.

Jaraguá era, até então, um bairro histórico esquecido, cuja movimentação econômica, política, cultural começou. Enfim, onde a vida cidadina de Maceió desenhou seus primeiros passos. Nos arredores do cais do porto, a cidade efervesceu como espaço de construção de bens materiais e vida comunitária. Mas até meados dos anos 90, o que restava do bairro eram velhos armazéns de exportação abandonados, ferrovias desativadas, praças depredadas e descaracterizadas, a vila dos pescadores favelizada, e apenas lembranças de um lugar que deu vida à cidade.

Maceió é uma cidade cujo fluxo de visitas turísticas se concentra no turismo de sol e praias, onde os visitantes procuram desfrutar as belezas naturais expostas nos litorais. Conseqüentemente, no período chuvoso cai vertiginosamente o fluxo de visitantes. Para dar resposta a esta demanda, a Prefeitura Municipal se empenhou no planejamento e execução do projeto revitalização do bairro de Jaraguá, bairro tombado pelo Conselho Estadual de Cultura e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, projeto este que aparece como tentativa de diversificação da oferta turística, através do turismo cultural centrado no lazer, entretenimento e conservação do patrimônio histórico. Este projeto é lançado em 11/08/1995, no coreto da Avenida da Paz, pelo então prefeito Ronaldo Lessa, que será sucedido pela prefeita Kátia Born, esta última dando total impulso à continuidade do projeto no percurso de dois mandatos.

Antes disso, o jornal Gazeta de Alagoas de 08/06/1997 lançara um caderno especial em conjunto com a Prefeitura, no qual se anunciava o empreendimento como o mais importante investimento público da época, que transformaria o bairro em um belo atrativo para a cultura, o lazer, o turismo, o comércio de serviços. Nessa publicação, a prefeitura destaca que o projeto acarretará uma grande demanda turística, atraindo o visitante de “renda mais elevada” e promovendo o aumento de sua permanência na cidade. Assim, Maceió

passaria a ter um complemento ao turismo de sol e mar, através do turismo de eventos, do turismo náutico e do turismo cultural.

Um dos primeiros passos do projeto foi a elaboração de leis que dividiram a cidade em Zonas Especiais de Preservação (ZEP), mais especificamente a Lei Municipal 4.545 de 22/11/1996. Com ela, Jaraguá ficou definida como ZEP-1. Esta Zona, por sua vez, subdividiria o bairro em cinco setores: Setores de Preservação Rigorosa (SPR-1 e SPR-2); e os Setores de Preservação Ambiental (SPA-1, SPA-2, SPA-3). O Decreto Municipal 5.569¹⁷, por sua vez, estabeleceu normas que garantiram a caracterização do bairro dentro dos padrões esperados, como a manutenção da tipologia construtiva e a volta do alinhamento das fachadas. A partir dele, só se permite modificação de fachadas se for comprovado que a alteração vise à caracterização original. As coberturas devem permanecer de cerâmica. Não se permite mais recuo nos logradouros. As novas construções não podem reduzir a visibilidade de uma edificação histórica. As modificações no interior das edificações não podem provocar alterações nas fachadas. Não se permite mais remembramento ou desmembramento do solo que não sejam para retornar ao parcelamento original. Os letreiros não podem ser luminosos. Ficam proibidas atividades geradoras de poluições atmosféricas, hídricas, sonoras ou visuais. Proíbe-se a circulação e estacionamento de veículos pesados na Rua Sá e Albuquerque. E, por fim, se estabelece que o lote mínimo localizados no SPA-1 é de 125m² e o máximo, de 300m². Já os lotes mínimos localizados no SPA-2 seriam de 300m² e o máximo, sujeito a estudos, dependendo do uso. Esse mesmo Decreto estabelece a Vila de Pescadores como Zona Especial de Preservação, como descreve Vasconcelos:

Em 1996, um decreto municipal de Maceió instituiu, em seu artigo 1º, que grande parte do Jaraguá se tornaria Zona Especial de Preservação – ZEP “[...] constituída pelo sítio histórico do Jaraguá, considerada área de interesse histórico e arquitetônico, tendo sua preservação dirigida à vocação turística, de lazer e de cultura” (MACEIÓ, 1996). Segundo esse mesmo documento, no seu Art. 1 – V, **a área da Vila dos Pescadores é um Setor de Preservação Ambiental – SPA, a qual é [...] considerada de interesse social por ser constituída de construções ocupadas por populações de baixa renda, cuja atividade principal é a pesca** (VASCONCELOS, 2005, p.59. Grifo nosso).

Como se pode perceber – e consideramos salutar abrir este parêntese –, a linguagem do decreto é clara e objetiva, não restando dúvidas quanto à importância da vila tanto do ponto de vista turístico, quanto do ponto de vista ambiental. E neste momento do processo, não se tratava de projetos de marina ou centro pesqueiro, mas da vila em si, concernente à sua

¹⁷ MACEIÓ. Prefeitura de Maceió. **Decreto municipal nº 5.569, de 22 de novembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.gw3-al.com.br/>>. Acesso em 12 jun. 2004.

dimensão coletiva enquanto ambiente de trabalho e moradia. Portanto, esta dimensão sociocultural e jurídica põe em contradição os futuros argumentos da prefeitura de Maceió e do discurso jurídico produzido nesta questão de que a permanência dos moradores vai de encontro aos interesses do turismo e do meio ambiente, como veremos ao trabalhar mais adiante o período conflituoso da remoção. Neste momento histórico exposto acima, o contexto político e o discurso oficial eram de aceitação e contemplação da permanência dos moradores.

Para gerenciar o projeto, é criada a Unidade Executora Municipal/PRODETUR, (UEM), através da Lei Municipal 4.487 de 27/03/1996. Devido às dificuldades financeiras do Estado de Alagoas, apenas o município de Maceió assumiu a contrapartida do poder público, num empreendimento de US\$ 44 milhões, para serem gastos com abastecimento d'água, limpeza urbana, melhoria das vias públicas, restauração de edifícios e praças, enterramento de redes de energia e telefonia.

No relatório de atividades de março a dezembro/96, a UEM destaca os dois principais problemas do bairro: o aporte maciço de esgoto sem tratamento que desemboca na praia, provenientes da bacia Reginaldo/Salgadinho – objetivo não cumprido até os dias de hoje -, e o que chamam de “problema ambiental”, na antiga Vila dos Pescadores localizada às margens do Jaraguá, caracterizada como favela.

Os objetivos básicos do PRODETUR/NE¹⁸ eram: a criação de áreas turísticas, promovendo o incremento desta atividade no município; resgatar o patrimônio histórico/arquitetônico local, através de sua correta recuperação e revitalização; melhorar as condições de vida da população, através da provisão de serviços de saneamento; preservar os ecossistemas terrestres e marinhos do bairro; e melhorar as condições de acessibilidade à área de intervenção. Para tanto, a Prefeitura promoveu um amplo investimento de infraestrutura básica e serviços públicos (abastecimento d'água, esgoto sanitário, tratamento e controle de resíduos sólidos, vias de acesso) que potencializassem as atividades turísticas, cuja abrangência seria a região do Nordeste brasileiro, com recursos da ordem de US\$ 80 milhões, sendo metade financiada pelo BID, por meio do BNB, e a outra metade seria a contrapartida dos poderes público federal, estadual ou municipal. Com novos investimentos e aumento da permanência dos turistas, a consequência esperada seria o aumento na geração de emprego e

¹⁸ BANCO DO NORDESTE. 2003. PRODETUR-NE. Disponível em: <<http://www.bancodonordeste.gov.br/prodetur/default.htm>>. Acesso em 12 jun. 2004 .

renda. Com isso, os poderes locais integravam a cidade na reprodução do capital através da atividade turística, como afirmou Vasconcelos (2004),

[...] O desenvolvimento do turismo dá-se de acordo com a conjuntura socioeconômica em que a atividade ocorre, e o PRODETUR surge em um contexto de articulação entre os capitais multinacionais e os interesses das elites nacionais.

O projeto de revitalização foi fragmentado em subprojetos, quais sejam: a revitalização de obras físico-arquitetônicas, que incluíam a restauração do prédio da Associação Comercial de Maceió e o Museu da Imagem e do Som; a despoluição do tradicionalmente poluído Riacho Salgadinho, através de um sistema de gradeamento e barramento que impediriam os resíduos pesados de chegarem à praia, e que em seguida seriam enviados a coletores que os enviam para o emissário submarino – mas, como dito acima, o projeto não cumpriu seu objetivo. Acrescenta-se também a reestruturação do sistema viário da área interna do bairro, como o alargamento de Pontes na Avenida da Paz, drenagem e pavimentação para evitaras tradicionais inundações na Avenida Cícero Toledo, parte da Rua Comendador Leão, Avenida Maceió, e as ruas Graciliano Ramos, Mato Grosso, além das margens do riacho Salgadinho. A Rua Sá e Albuquerque, principal artéria do bairro, teve o asfalto negro quebrado até aparecerem as antigas pedras (os trilhos do antigo bonde que circulava não estavam no local). Postes de cimento foram retirados e substituídos; as fiações da luz elétrica e da telefonia ficaram subterrâneas.

Some-se a essas mudanças previstas no projeto a construção de um grande estacionamento na Avenida Cícero Toledo; o tratamento e destino final do lixo; a construção do Centro de Convenções, antiga reivindicação do setor turístico, com possibilidade para realização de encontros, congressos, convenções, exposições; a construção de uma marina – contudo, naquele momento não se cogitava a construção da marina sobre a área da vila dos pescadores, tal como ocorrerá em outro momento, como demonstraremos posteriormente. A partir destas mudanças, se espera a valorização do comércio à sua volta através da estimulação dos esportes náuticos, alavancando a indústria náutica, atividades culturais e entretenimentos, estimulação da rede hoteleira; e a polêmica reurbanização da vila dos pescadores, que é o objeto de nosso interesse neste estudo.

A iniciativa da prefeitura visava estimular uma onda de adesão de investimentos privados para o local. Esperava-se a construção de restaurantes, boates, casas de show, cinemas, áreas de exposição, museus, centro de compras, galerias de arte, centros de lazer, hotéis, dentre outros investimentos. De fato, a primeira fase do projeto estimulou os

empresários a investirem na área, sobretudo na Rua Sá e Albuquerque, acreditando na obtenção de lucro com a atração de turistas e consumidores locais. O investimento em Jaraguá atraiu os empresários não apenas pela promessa de transformação do lugar em um poderoso polo de negócios da cidade, mas também pela política de incentivo prevista no Decreto 5.569 acima citado, que assegurava isenção de IPTU por dois anos para obras de conservação, cinco anos para obras de reparação, e 10 anos para obras de restauração das edificações. Também ficava assegurada a redução de 20% do Imposto sobre Serviço (ISS) pelo prazo de um ano sobre atividades relacionadas com o projeto. Além disso, teriam benefícios fiscais os empresários que concordassem em transferir seu negócio para outro local, caso sua atividade não fosse compatível com a revitalização do bairro.

A turistificação do bairro não vingou em curto prazo. Em sua primeira fase, os visitantes externos não apareceram, a população maceioense não aderiu a esse movimento de institucionalização da cultura local, e a população do bairro, sobretudo, não possuía poder aquisitivo para usufruir os supostos benefícios oferecidos, que estavam muito além de seu padrão de consumo. Podemos perceber em Vasconcelos (2004), como foi grande o número de empreendimentos de lazer que fecharam suas portas num curto espaço de tempo. “O jornal Primeira Edição, em edição especial de 05 a 11 de 2005, traz o título ‘O bairro fantasma’”, relatando o abandono e fracasso do projeto de revitalização.

Como vimos, o projeto de revitalização foi centrado na apresentação do local como cenário urbano que registra o apogeu e declínios econômico, político, social e cultural na formação da cidade, por meio de suas ruas, praças, instituições, porto, museu e casario de antigas fachadas, que resguardam um patrimônio arquitetônico estilo neoclássico colonial. Jaraguá era a memória do apogeu que marcou o bairro como palco da boemia alagoana e reduto de intelectuais, e personalidades ilustres da elite econômica local. Contudo, consideramos que a história de um lugar não pode ser contada apenas através das epopeias de suas elites, esquecendo-se o suor, lágrimas e alegrias das pessoas comuns, os trabalhadores, cuja ausência deixaria o lugar sem história.

O direcionamento do programa de desenvolvimento do turismo acabaria por não atingir as metas a que se propôs, mas não sem deixar as sequelas tradicionais do caráter excludente da atividade turística, que onde se programa, ocasiona conflitos e exclusão das comunidades locais. Como observamos em Rodrigues, citada por Vasconcelos (2004):

[...] fortalecimento do turismo receptivo internacional, calcado em projetos de grande envergadura (modelo mexicano), financiados por capitais

transnacionais, nos quais a tendência à exclusão das comunidades locais é preocupante.

Neste sentido, consideramos a revitalização do bairro de Jaraguá no contexto da globalização do turismo, caracterizado por capitais transnacionais, projetos de grande porte e exclusão social da comunidade local. Assim, um dos principais problemas da revitalização do bairro de Jaraguá como potencialidade turística pode estar associado a um dado importante citado por Vasconcelos (2004) que é a capacidade de reordenamento do território para sua realização. Este autor explica que este reordenamento apresentou uma falha crucial, qual seja o esquecimento da potencialização de uma melhoria de vida para a comunidade local, fato facilmente observado não apenas pela remoção de 350 famílias da comunidade de Jaraguá em 2002, como no descaso frente às condições suburbanas da Vila dos Pescadores.

É interessante notar que a condição de pobreza que descrevemos conviveu simultaneamente com a área revitalizada, num flagrante contraste social intrigante, apesar de a Vila dos Pescadores ter sido considerada como Setor de Preservação Ambiental (SPA) pelo Decreto Municipal nº 5.569, de 22 de novembro de 1996. Vasconcelos (2004) apresenta algumas características físico-territoriais do lugar: aglomeração sem ordem, com utilização de material precário em área sem parcelamento definido; predominância de uso residencial misto; tipologia construtiva precária (barracos); alta densidade urbana horizontal; inexistência completa de infraestrutura urbana.

Na verdade, o próprio projeto de revitalização¹⁹ já focalizava em seu conteúdo as ações que deveriam ser executadas como parte do processo de turistificação do lugar. No projeto apresentado para aquisição das verbas do PRODETUR, estava incluída a urbanização da vila, (no mesmo espaço onde as famílias vivem), através da implantação do sistema de saneamento básico, coleta seletiva do lixo, energia elétrica, abastecimento d'água, pavimentação, drenagem, construção de residências térreas de sobrados, orçados em R\$ 7.919.000,00.²⁰ O projeto arquitetônico elaborado para isto em 1996/1997 incluía também a construção do mercado modelo, estacionamentos, centro de convivência, cais, seca de pescado, escola de pesca, estaleiro, cooperativa de pesca, correios/telefone, praça, primeiros socorros, pontos comerciais, área de lazer e esporte, casa cercada por área verde, como

¹⁹ MACEIÓ. Projeto de revitalização do bairro de Jaraguá. Disponível em: <http://www.gw3-al.com.br/>>. Acesso em 15/01/2005.

²⁰ PASCUAL Arquitetos Associados. 1996/1997. Revitalização da Vila dos Pescadores. Projeto Arquitetônico. Jaraguá, Maceió-AL.

coqueiros e árvores frutíferas, afirmando o princípio de autossustentação da comunidade.²¹O projeto incluía ensino de outras línguas para a comunidade se relacionar com turistas, o que empolgou os técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Segundo o arquiteto Responsável, Ovídio Pascual, em matéria do jornal Alagoas em Tempo de 23/10/2005,

A vila dos Pescadores surgiu na primeira metade do século passado e envolve um sedimentado ambiente social que pode ser utilizado como atrativo para o emergente pólo turístico de Jaraguá. [...] isso mostraria a possibilidade de sociabilização, da integralização e do desenvolvimento de uma área pobre (favela), transformando-o em um prospero bairro. [...] **A presença da Vila de Pescadores, em Jaraguá, pode e deve ser explorada como um atrativo turístico de grande potencial, ao invés de ser vista como um empecilho para o crescimento do local como pólo turístico.** [Grifo nosso]

Esta informação é de extrema importância histórica, pois como se verá adiante, com as mudanças de perspectiva da Prefeitura, argumentar-se-á que a remoção da vila é condição para adequar a área às finalidades turísticas, como se a presença dos pescadores em suas moradias também não servisse de instrumento urbano para tal finalidade, o que vai de encontro a todos os conceitos contemporâneos no âmbito do próprio turismo, como ressalta Vasconcelos (2007).

Essa era a concepção compartilhada por arquitetos, urbanistas e especialistas em turismo, sobretudo por ser um período em que estavam no auge os preceitos do desenvolvimento sustentável, que se estimulavam debates e práticas tanto nas academias, quanto nos órgãos públicos. Esta mesma concepção, defendida pela equipe de urbanistas da prefeitura de Maceió, ao colocar a urbanização da Vila como nono subprojeto da revitalização de Jaraguá, foi também corroborada por uma das principais urbanistas locais, também professora. Esta arquiteta e urbanista nos revelou que, curiosamente, foi procurada por uma empresa (cujo proprietário seria uma pessoa de fortes ligações com a Prefeitura) para formular um parecer sobre o projeto de urbanização da vila, que o fez, mas que posteriormente, o mesmo empresário a procurou para formular um parecer contrário, desfazendo tudo que tinha sido dito no parecer solicitado (informação verbal)²². Segundo a professora, que ficou indignada com tal proposta, obviamente recusada, este foi o único parecer que realizou gratuitamente, dada a importância social e cultural que visualizou no projeto. Descrevemos abaixo algumas considerações contidas no referido parecer, emitido em 26 de janeiro de 2005:

²¹ PASCUAL, citado por Vasconcelos (2004, p.44).

²² Informação colhida em conversa informal com a profissional durante coleta de dados.

Do projeto – Tem como objetivo a reordenação sócio-espacial da Vila dos Pescadores através da construção dos seguintes itens:

(i) 330 unidades residenciais, distribuídas em três tipologias diferentes; (ii) rede de abastecimento d'água e ligações domiciliares interligadas ao sistema existente; (iii) rede de esgotamento sanitário e ligações domiciliares interligadas ao sistema existente; (iv) rede elétrica e ligações intra-domiciliares incluindo 7 subestações de 75 KVA; (v) rede de drenagem; (vi) pavimentação do sistema viário da vila, incluindo passeios externos às casas.

Ainda constava nesse projeto a construção de estaleiro, creche, posto de saúde e regularização fundiária do terreno. O parecer favorável à reordenação da população no local traz três dimensões da questão. Quanto à dimensão político-institucional, a importância consiste na esfera ética, uma vez que se atende aos direitos humanos essenciais, no que transcrevemos integralmente os termos do parecer:

(i) a mobilização de recursos para a produção de habitação de interesse social, **na localidade onde a população se assenta** [...] em consonância com as discussões mais atuais sobre os rumos da Política Habitacional Brasileira; (ii) a intenção de redistribuição de renda já que, ao manter a população no local [...], regularizando sua situação fundiária e urbanística, garante-lhes o acesso a benefícios urbanos que de outra forma lhes seriam negados [...]. (Grifo nosso).

Quanto à dimensão econômica, o parecer ressalta a “(i) **ampla possibilidade de incorporação da área aos atrativos turísticos do município de Maceió e da região**” (Grifo nosso). Quanto aos benefícios territoriais,

(i) a manutenção de populações, principalmente aquelas de baixas rendas, em áreas centrais da cidade que já tem infraestrutura, diminuindo assim os custos do crescimento urbano extensivo em direção às periferias não estruturadas e pouco acessíveis, tal como já acontece em Maceió.

Podemos perceber, pois, que tanto o projeto da Pascual Arquitetura, encomendado pela Prefeitura, como o projeto da empresa LOG, acima citado, foram amplamente respaldado por especialistas do urbanismo, e todos centrados na permanência das famílias no próprio local, sobretudo ressaltando sua importância cultural, e sua adequação aos preceitos do turismo.

Deste modo, munida do projeto da Pascual Arquitetura e das verbas do PRODETUR (cerca de oito milhões de reais), a prefeitura firma um convênio com a Secretaria de Patrimônio da União, obtendo a concessão da área para a implementação da urbanização. O contrato de cessão sob a forma de utilização gratuita foi firmado sob o nº 10465.000270/98-76, em 18 de outubro de 2004. Em sua cláusula quarta, define:

[...] é, com fundamento no art. 18, Inciso I, da Lei nº 9.636, de 15/05/1998, publicada no DOU de 15/05/1998, feita a cessão, sob a forma de utilização gratuita do imóvel acima descrito, que se destina à implantação do projeto de

Revitalização do bairro de Jaraguá, com a reurbanização da Vila dos Pescadores.

Na cláusula sétima do mesmo convênio subscreve-se: fica o cessionário obrigado a: “1 - zelar pela área cedida e realizar a sua fiscalização, conservação e guarda; [...]” somada esta cláusula com as cláusulas firmadas com a Petrobrás, torna-se clara a responsabilidade da Prefeitura pela guarda do local, devendo zelar não apenas por sua limpeza, como pela guarda, impedindo novas ocupações. A importância histórica destas informações consiste, como veremos mais adiante, em se perceber que nada foi feito em relação ao cumprimento destas responsabilidades firmadas em convênio, pelo contrário, no auge do conflito e do processo jurídico que se desenrolará, a Prefeitura tentará (com êxito junto à Justiça) culpar a Associação dos moradores por estes fatores.

Voltando à finalidade principal deste convênio de cessão, para que não fiquem dúvidas quanto ao que se entendia por urbanização da Vila dos Pescadores, recorreremos ao ofício 223/UEM/PRODETUR/97, de 23 de setembro de 1997, no que a Prefeitura esclarece à SPU:

As obras contempladas no Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá, situadas na orla, entre o porto de Jaraguá e o Coreto da Avenida da Paz, resume-se à Reurbanização da Vila de Pescadores, que compreende a infraestrutura da vila, **com saneamento, abastecimento d’água, energia elétrica, pavimentação e drenagem e a construção de 273 imóveis residenciais, área de lazer e equipamentos comunitários.**²³[...] na continuação da revitalização a orla será urbanizada, no trecho entre o terreno pertencente à Marinha e o riacho do Salgadinho, com passeios, arborização e estacionamento, além da proposta de construção de uma marina (Grifo nosso).

O ofício é assinado por Otávio Lessa de G. Santos, secretário executivo da Unidade Executora Municipal (gabinete do prefeito). Para respaldar ainda mais a viabilidade técnica de tal projeto, acrescentamos aqui dois documentos importantes. Durante o longo processo de cessão da área entre a Superintendência de Patrimônio da União e a prefeitura, a SPU consultou vários órgãos envolvidos diretamente com a questão. A marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos de Alagoas, emitiu resposta por meio do ofício 0761, de 30 de novembro de 1998, alegando não haver de sua parte nenhum impedimento ao projeto. Outro ofício, emitido em 24 de março de 2011, sob nº 235/2011 – CPAL-MB, deixa o parecer ainda mais claro: [...]“[...] participo a Vossa Senhoria que a construção de moradias ou um projeto de urbanização, na área citada, não prejudicará as atividades desta capitania”. Resposta igualmente positiva foi dada pela Administração do Porto de Maceió, pelo ofício nº 0134/98,

²³ Grifo nosso.

de 26 de maio de 1998 “comunicamos não existir qualquer óbice por parte desta administração neste sentido”. Não tivemos acesso ao parecer do Instituto do Meio Ambiente, porém conhecemos seu resultado por meio de um parecer técnico de nº 315/GEAES/SPU, de 02 de junho de 2004, no item 4 subscreve: “Informamos que a Capitania dos Portos e o **Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas**, nada tem a opor com relação ao pleito [...]” (Grifo nosso). Esta mesma informação aparece num parecer do IBAMA, por meio do ofício 184/98/GAB/SUPES/AL, em novembro de 1998:

No que se respeita à solicitação da Prefeitura Municipal de Maceió, de cessão dos terrenos de propriedade da União compreendidos entre o Porto de Maceió e a embocadura da lagoa da Anta e entre o coreto da praia na Avenida da Paz e a Dias Cabral, o IBAMA nada tem a opor.

Outro importante documento que também assegura esta informação é o próprio parecer da consultoria Jurídica da SPU, PARECER/MP/CONJUR/RM/nº 1049-5.4.1/2004, no item III. Resgatamos estes documentos porque os pareceres do IMA e do IBAMA não constam no processo de cessão que tivemos acesso, e ao procurar a SPU/AL, tivemos a informação que tais pareceres desapareceram.²⁴Entretanto, essa troca de informações oficiais, devidamente documentada, dá conta de que tanto o IMA quanto o IBAMA nada opuseram à construção de moradias na Vila dos Pescadores, quando esta construção, politicamente, interessava à prefeitura.

A leitura dos documentos deste período nos revela nada menos do que duas chaves importantes para o entendimento da problemática da Vila. Primeiro, que existe total possibilidade técnica e legal de urbanização da Vila, contemplando o espaço das moradias concomitantemente com os espaços coletivos de trabalho e lazer. Esta realidade encontrada nos documentos encontra-se também nos depoimentos, projetos e pareceres técnicos de profissionais da área, sobretudo pela própria equipe técnica da Secretaria de Planejamento da prefeitura, que referendou a importância cultural, econômica, social e paisagística desta urbanização no próprio projeto de revitalização do bairro de Jaraguá, conforme acima demonstrado. Alguns documentos trazem, concomitantemente, informações referentes ao projeto de construção de uma marina, fato polêmico, uma vez que em outros momentos a prefeitura negará que algum dia pensou na construção da mesma.

O desfechodeste processo é conhecido. Findou-se a primeira fase do projeto de revitalização do Jaraguá, e a urbanização da vila dos pescadores não foi realizada. A

²⁴ Informação colhida durante reunião com o superintendente da SPU, Cláudio Beirão, em agosto de 2014, na sede do órgão.

prefeitura, ainda na gestão Kátia Born, argumentou que a dificuldade residia no fato de o PRODETUR/NE não financiar habitações. Foram tentados outros financiamentos, mas os moradores recusaram o projeto de implantação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), porque não queriam “pagar aluguel”. Até hoje não há resposta sobre como uma administração municipal não conseguiria financiamento para a construção de pouco mais de duas centenas de casas por outros meios, ou porque a fonte de recurso para as moradias não fora informada antecipadamente no projeto. Além de não urbanizar a vila dos pescadores, que resistiu drasticamente na luta pelo espaço e preservação de sua história, a prefeitura implantou um amplo projeto de remoção das famílias do local. Com isso, muitos pescadores, familiares de pescadores, auxiliares da atividade pesqueira e as 350 famílias foram morar obrigatoriamente a cerca de 30 km de seu local de trabalho e moradia, nos conjuntos residenciais Carminha e Freitas Neto, na zona de expansão da cidade, no ano de 2002.

Estas famílias, e sua consequente dependência socioeconômica e socioafetiva com o local, não foram incluídas como “patrimônio histórico” do lugar, como também se ampliaram as condições de degradação urbana em que viviam os pescadores da vila. Todo investimento em infraestrutura foi idealizado no sentido de beneficiar o local para a instalação de projetos da iniciativa privada, e como consequência, não atingiu a comunidade local. Um processo de urbanização totalmente exógeno, como afirma Vasconcelos (2004), a revitalização de Jaraguá.

[...] não contribuiu de forma efetiva para o bem-estar humano. [...] O processo de decadência descrito anteriormente denota total descompromisso com um planejamento sério, voltado para o futuro e para o bem-estar da comunidade local.

A remoção das 350 famílias e ameaça de mais remoções (em vez da urbanização da vila) foram vistas como política para minimização dos efeitos negativos, impedindo o projeto de desenvolvimento do local, pois a presença da favela era a pedra no calcanhar da prefeitura. Outro dado era a violência, como assaltos, roubos e arruaças, que eram atribuídos aos moradores da favela. Logo, ficou evidente que a violência do bairro era praticada pela juventude da classe média frequentadora das casas noturnas, assim como já foi a juventude da elite em outros tempos.²⁵ E demonstraremos, posteriormente, que a atribuição da violência do

²⁵ A violência praticada pela classe média vai desde espancamentos, estupros, roubo de carros, homicídios, dentre outros durante o funcionamento das casas noturnas do bairro e são fatos de amplo conhecimento público. Apresentamos abaixo alguns casos disponíveis nos periódicos locais: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=232838>; <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI483417-EI306,00-Estudante+espancado+por+pitboys+e+assassinado.html>; <http://tribunadomoxoto.com/site->

Jaraguá à comunidade era falsa, fato desmistificado após a intervenção da PM na comunidade. Em vez de supostos bandidos, a Polícia encontrou no local apenas famílias pobres vivendo em condições subumanas. O oficial que comandou a remoção das 350 famílias em 2001 afirmou que ficou chocado com o nível subumano que presenciou, como pessoas morando em buracos. Na mesma entrevista, aproveitou para desmistificar a falsa ideia que se tinha da comunidade como produtora de violência, atestando que comparado aos índices de outras comunidades, os índices da vila eram menores e não se configurava como uma gravidade social, do ponto de vista da segurança pública²⁶. Ali havia pequeno tráfico de drogas, vez por outra um homicídio, mas nada que justificasse a acusação exacerbada da comunidade como foco de violência urbana.

Em 2001, foram retiradas essas 350 famílias, a maioria delas oriundas de outros locais de risco, caracterizados pela ocupação irregular do solo urbano por famílias excluídas socialmente. Esta remoção foi patrocinada pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., com recursos na ordem de R\$ 1.400.000,00, divididos em duas parcelas de R\$ 700.000,00, através de convênio com a prefeitura. Essa verba foi levantada através do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança da Petrobrás, iniciativa ligada ao projeto Pégasus, após alguns acidentes de graves proporções, como na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, e na refinaria de Araucária, no Paraná. Este projeto previa um orçamento de um bilhão e duzentos milhões de dólares a serem gastos em cinco anos, além de um trabalho de segurança com as comunidades que vivem no entorno da empresa.²⁷ No caso da comunidade Jaraguá, o problema consistia em haver barracos construídos sobre o oleoduto Pilar/BAMAC, localizado entre o Campus Tamandaré e o terminal da Petrobrás, no Cais do Porto, com 28,8 Km de extensão.

Eram 40 barracos sobre o duto, e 80 sobre a faixa de segurança, a chamada faixa de *non aedificandi*, cuja finalidade é evitar construções numa distância de 15 metros do duto. Para a retirada destas 120 famílias, a empresa estaria disposta a gastar R\$ 800.000,00. A intenção da Petrobrás era a segurança de seu oleoduto, construído em 1987, que transporta a produção de petróleo para o porto, uma vez que em caso de acidente, a presença dos barracos aumentaria as proporções de possíveis vítimas. A ideia inicial era comprar um terreno e

antigo/noticias/item/727-suspeito-do-assassinato-de-ator-caruaruense-e-presos-em-boate-de-maceio;
<http://valeagoraweb.com.br/policia/policia-localiza-taxi-roubado-e-prende-suspeito-de-assalto-em-maceio/>;
<http://geobesouza.blogspot.com.br/2012/08/tiroteio-em-boates-deixa-um-morto-e.html>;
<http://www.correiodobrasil.com.br/tiroteio-em-boate-causa-morte-em-maceio/>.

²⁶ Informação fornecida por meio de entrevista de pesquisa realizada na sede da Polícia Militar de Alagoas, em setembro de 2005.

²⁷ Estas informações foram colhidas nas leituras de documentos gentilmente cedidos pela Transpetro, afiliada da Petrobrás.

construir as casas perto da praia. Com a finalidade de solucionar o problema, a Empresa, através de seu Setor de Avaliação de Patrimônio, também fez levantamento de preços de casas e terrenos na cidade, para uma possível indenização das famílias, de modo que pudessem comprar uma casa em outro local. Pesquisados os bairros do Trapiche e do Tabuleiro do Martins, o preço superior era de R\$ 5.160,00; e o inferior, de R\$ 4.000,00.

A Petrobrás solicitou que a Prefeitura fizesse o levantamento das famílias que desejavam ser indenizadas ou removidas, mas este cadastramento não foi realizado, porque a Prefeitura de Maceió apresentou uma contraproposta, que foi a de remover as famílias para uma área já construída com verbas de emergência aos flagelados das chuvas, localizada no entorno do Conjunto Habitacional Benedito Bentes. Eram os Conjuntos Carminha e Freitas Netos, região de expansão da cidade, sem infraestrutura urbana adequada, numa região isolada da cidade, isenta de comércio, indústria ou qualquer outra finalidade e serviços urbanos. Assim, a Prefeitura engendrou sua política habitacional no sentido de aliar e concentrar as populações pobres que habitavam irregularmente os espaços das regiões da cidade.

Mas se a intenção da Petrobrás era apenas a retirada das famílias que ameaçavam o programa de segurança da empresa, a Prefeitura tinha a intenção de remover toda a comunidade. Nas reuniões que antecederam a assinatura do convênio 330.4.002.01, presentes representantes da empresa e da Prefeitura, como Secretário de Infraestrutura, Secretário de Habitação, representantes da UEM-PRODETUR/NE, além de assessores do então Senador Teotônio Vilela, insistem com a empresa a aumentar a verba e o número de famílias, que seria em número de 230, as quais habitavam no entorno da faixa de *non aedificandi*, como lemos na ata de uma reunião realizada em 31/01/2001. Após várias reuniões, a empresa concorda com a proposta da Prefeitura a aumentar a verba para R\$ 1.400.000,00, incluindo as 230 famílias que não estavam edificadas sobre o duto, em reunião realizada a 20/02/2001. O Secretário de habitação ainda insiste no aumento da verba, mas a empresa fecha a questão no valor acima.²⁸

Essa informação revela uma contradição: ao mesmo tempo em que a Prefeitura de Maceió inclui a urbanização da Vila dos Pescadores como um subprojeto do projeto geral de revitalização de Jaraguá – o que lhe assegura uma volumosa verba de quase oito milhões de reais –, tenta barganhar com a Petrobrás uma verba para remoção de todas as famílias. Ou seja, enquanto os moradores mais antigos, que caracterizavam a população tradicional da vila,

²⁸ Informação retirada da leitura das atas das reuniões entre a Petrobrás e a Prefeitura, concernentes à remoção das 250 famílias em 2001.

acreditavam que seriam beneficiados pela revitalização, na verdade só não foram removidos porque a Petrobrás não concedeu a verba suficiente para a remoção total dos moradores. Esta informação coincide com a informação contida na fala de um ex-secretário executivo da UEM²⁹, ao afirmar que a prefeitura estudou a possibilidade de retirar todos os moradores, inclusive os pescadores:

[...] tem uma proposta auxiliar, que seria realmente tirar todo mundo e **jogar** pescadores ali para beira da lagoa dentro de um conjunto residencial e tal [...] Em minha opinião, o primeiro passo que nunca pôde acontecer já que o estacionamento está pronto, é tirar... [Grifo nosso] (ANDRADE, 2005, p. 143).

Percebe-se que o uso do termo “jogar” já revelava modo como os pescadores eram vistos pelos gestores, como se fossem objetos a ser jogados de um lado para outro. Consideramos este detalhe de grande importância para o entendimento do problema, dentro do enfoque que estamos dando em nosso trabalho. Enquanto a imprensa local noticiou o fato como um convênio Prefeitura/Petrobrás, de cunho social, que estaria beneficiando as pessoas com casas, uma vez que elas eram invasoras e estavam sobre o oleoduto- o que não seria permitido por lei³⁰ -, aqui demonstramos que apenas 120 famílias se enquadravam neste prospecto, pois 230 não estavam sobre o oleoduto e, conseqüentemente, não tinham que ser necessariamente removidas, ao menos não neste enquadramento, ou neste argumento.

Do ponto de vista da opinião e da propaganda, era veiculada a ideia de que a prefeitura estaria promovendo o desenvolvimento urbano, enquanto removia populações pobres da cidade para os arredores do Bairro do Benedito Bentes. No entanto, nossa análise demonstrou que ocorreu exatamente o contrário, pois com a mudança, os grupos removidos continuavam sem acesso à infraestrutura urbana. Não apreciaram grande progresso com relação à situação de miséria em que viviam. Ou seja, a situação continuou caótica, embora as pessoas da cidade não vissem mais no seu dia a dia aqueles moradores que foram removidos. Lá estavam eles, instalados longe da cidade, além do fato do pescador que faleceu por atropelamento, quando se deslocava de bicicleta no perigoso trajeto entre o novo assentamento e a vila.

Contudo, a sociedade se surpreendeu com a resistência dos moradores, que bloquearam a pista e atearam fogo aos objetos, no sentido de chamar a atenção da imprensa e da sociedade para as arbitrariedades e a forma truculenta e sem critérios com que a Prefeitura estava

²⁹ Órgão responsável pela execução do projeto de revitalização.

³⁰ Em declaração na Tribuna de Alagoas de 08/05/2001, o Secretário de Habitação, Claudionor Araújo, afirma que a comunidade de Jaraguá será transformada em cartão postal da cidade. Nesta mesma edição, a Prefeita Kátia Born afirma que a remoção oferece qualidade de vida aos moradores removidos, que corriam risco de vida em caso de acidente.

demolindo os barracos. Foi aí que se percebeu que a suposta política habitacional que se estava divulgando, na verdade era um conflito de alta intensidade entre os moradores e a prefeitura, que tinha interesse em retirá-los do local para usá-lo como espaço de atração turística na consolidação do projeto de revitalização do Jaraguá. Das aproximadamente 700 famílias que ali habitavam há décadas, apenas trezentas poderiam permanecer, porque só elas seriam contempladas pelas intenções da prefeitura para o local, embora se conteste os critérios que definiam a procedência de cada um. Posteriormente, vamos ver que nem essas escaparam das investidas de remoção, que finalmente se consolidou em 2015.

Essa primeira remoção serviu como tática de enxugamento, ou seja, reduzir a população pela metade num primeiro momento, para em seguida dar sequência à remoção da outra metade, que é, de fato, o que ocorre posteriormente. A revolta, a indignação, o sofrimento expressos nos rostos dos moradores, sobretudo na ira dos adultos que se comportavam como se estivessem numa guerra, e no choro dos adolescentes,³¹ expostos à situação humilhante e conflituosa, fez ver que na verdade não estava havendo uma relação harmoniosa entre uma comunidade supostamente beneficiada e um poder que estaria fornecendo um benefício. Havia na verdade uma disputa pelo local, e essa disputa estava se dando no exercício da violência. A imprensa local, por sua vez, cumpriu seu papel de maquiagem este conflito sob o pretexto de benesses da política habitacional do município, e de algum modo conseguiram inverter o sentido da remoção na consciência da sociedade.

Ao entrevistarmos uma arquiteta da Secretaria de Planejamento de Maceió³², ela afirmou que seria possível a verticalização de moradias no local, mas que era pessoalmente contra, porque ali não deveria haver habitações, e sim edificações coletivas, porque a presença da comunidade incomodava os comerciantes. Ou seja, a impossibilidade da verticalização das habitações, como solução para abrigar a densidade populacional, não seria derivada de questões técnicas, mas de uma opção política em privilegiar as estratégias mercadológicas do projeto. Na concepção defendida por aquela profissional, o desenvolvimento urbano era pensado para que o turista, ao chegar ao bairro de Jaraguá, se depare com a atividade da pesca e, enquanto atração e visibilidade paisagística, e não com a vida cotidiana do pescador. Já uma engenheira da Secretaria Estadual de Habitação, que participou do processo como representante da UEM³³, nos relatou que parte da equipe concordava com a presença das habitações e a outra parte não concordava. Um argumento citado por ela pelos partidários da

³¹ As expressões podem ser observadas na filmagem em VHS da Polícia Militar de Alagoas.

³² Entrevista realizada em 23 de outubro de 2004.

³³ Entrevista realizada em 14 de outubro de 2004.

não construção das habitações na vila dos pescadores foi o de que “favela é favela em qualquer lugar, não importando se você botá-la dentro de um castelo”. Por trás dessa discriminação, encontra-se o que consideramos aqui como a culpabilização pessoal pela pobreza. Essa concepção foi defendida teoricamente por O. Lewis, que acreditava ser mais difícil acabar com a cultura da pobreza do que com a pobreza em si, porque os pobres tendem a permanecer pobres e disseminar a cultura da pobreza entre suas gerações (LEWIS apud SANTOS, 1979). Estes dados também corroboram com a leitura de que a remoção dos pescadores estaria permeada de sentimentos higienistas em relação aos habitantes da vila.

Consideramos importante salientar que o convênio para a retirada das famílias em 2001 previa a liberação da segunda parcela do valor (R\$ 700.000,00) concedido para a relocação dos moradores apenas após a reurbanização da área, o que não aconteceu. Por meio do convênio nº 3304.002.01, a Petrobrás se compromete em repassar esta verba para a Prefeitura, mediante as seguintes condições:

- a) 3.3.2 – **Promover a limpeza e a urbanização da área**, objeto de desocupação incluindo a área da antiga CIBRAZEN, na forma do projeto – anexo I; b) 3.3.3 - No exercício do poder de polícia, por meio da Guarda Municipal, **impedir que novas invasões ocorram na área**, objeto de desocupação; c) 4.4 – Os repasses financeiros ao partícipe beneficiado – Município – obedecerão, necessariamente, o cronograma físico-financeiro, **condicionados à integral conclusão de cada etapa nele estabelecido[...]**
- 4.5.2 – R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), no prazo de 08 (oito) dias, imediatamente após conclusão da urbanização da área desocupada, incluindo-se a área da antiga CIBRAZEM, tudo em conformidade com o projeto, parte integrante deste instrumento convenial, Anexo II. (Grifos nossos).

O recurso foi repassado, conforme recibo assinado pelo secretário de habitação em 28/12/2001. Em ofício de nº 167/01, de 30 de agosto de 2001, a Prefeitura de Maceió comunica que “já concluímos a transferência das famílias que encontravam sobre o duto, na Vila dos pescadores em Jaraguá”. Assim, a partir desta data, nenhum barraco estaria adentrando a faixa de segurança do oleoduto. Mesmo assim, como pode ser visto, a urbanização não aconteceu. Toda infraestrutura criada no local foi a construção de barracos de madeira cobertos com telhas brasilite e lavanderias coletivas sobre a área que era o galpão do antigo depósito CIBRAZEN. Estes barracos eram quentes e inadequados à moradia. Vasconcelos (2004) descreve o quadro:

A área continua superpopulosa, devido às péssimas condições de habitação e à falta de espaço físico para a grande quantidade de moradores; a maioria das casas e dos barracos não tem água potável; a falta de saneamento culmina

em esgoto a céu aberto; o lixo é gerado e acumulado no local, acarretando graves problemas ambientais; não existe uma infraestrutura mínima capaz de gerar qualidade de vida; além de inúmeros outros problemas de ordem sócio-econômico-ambiental.

Ou seja, mesmo depois da remoção de metade da comunidade, as intervenções urbanas previstas no projeto de revitalização com recursos do PRODETUR não aconteceram. Não encontramos dados oficiais sobre a comunidade, mas em um levantamento feito em 14/05/2002 por uma liderança, a pedido de uma comunicadora da Petrobrás, havia no local: 370 barracos residenciais, 48 depósitos para apoio dos barcos, 10 pontos comerciais, três oficinas de motor e três estaleiros. Neste levantamento também constava a informação de que os barracos eram construídos de madeira, compensado, lona plástica, telha de amianto, não havia sistema de esgoto, nem água encanada, poucos tinham banheiro. A falta de acesso e o acúmulo de lixo também permaneciam como problemas centrais da comunidade.

1.4. Mudança de governo e de política urbana: remover a favela para “limpar a cidade” e o enfrentamento da vila dos pescadores.

No dia 31 de agosto de 2005, o prefeito Cícero Almeida, que sucedeu Kátia Born, foi ao jornal Tribuna de Alagoas declarar o fim da “favela Jaraguá”, cujos moradores seriam removidos para a praia Sobral. A notícia pegou a cidade de surpresa. Primeiro, porque a comunidade não sabia e não contava com os planos da Prefeitura de removê-la. Segundo, porque quem o sabia, imaginava que seriam removidos para uma área próxima ao Posto Justino e Centro de Convenções, no próprio Jaraguá. Em matéria posterior, o chefe da edilidade afirmaria que não queria prejudicar ninguém, apenas “limpar a cidade”.

Por conta dessa “limpeza”, não seria viável, do ponto de vista mercadológico, remover a comunidade para as proximidades do Centro de Convenções, e já havia um movimento de resistência a essa ideia dentro da própria Prefeitura³⁴. Presenciamos narrativas com comentários discriminatórios quanto aos moradores da vila. Os jornais que trabalharam matéria sobre Jaraguá sempre os tratavam como invasores e favelados. No início do projeto de revitalização do bairro sedimentou a ideia errônea de que a violência do bairro era praticada pelas pessoas da favela, tal como ocorrera no bairro do Recife. Os dados demonstram, no entanto, que a onda de violência que ocorreu no bairro a partir da revitalização vinha sendo praticada pela classe média, no usufruto das casas noturnas, como descrito anteriormente. Quem espancava nas boates noturnas, quem matava, assaltava a mão armada, roubava carros,

³⁴ Informação retirada de conversas informais.

faziam arruaças no Jaraguá? A história mostra que os usuários noturnos do bairro praticavam a violência, e não os moradores da comunidade. Mas esta violência, apesar de ser de conhecimento público, foi intencionalmente omitida nos debates sobre a remoção, dando-se ênfase exacerbada a casos isolados de violência ocorridos no interior da “favela”.

É importante notar aqui, inclusive para posteriores análises, que tudo aconteceu à revelia da comunidade. Ou os pescadores sabiam do seu próprio destino pelos jornais, ou eram surpreendidos com as visitas desastrosas do Secretário de Habitação, que geralmente terminavam em confusão. No dia 03 de setembro de 2005, o jornal Gazeta de Alagoas trouxe uma matéria em que os pescadores reafirmam que a área foi doada pela União para os moradores. É importante reproduzir a fala do pescador João Lopes Gomes, de 64 anos, que diz: “vim do Rio Grande do Norte e cheguei aqui em 1957. Conheço o mar de Jaraguá com a palma da minha mão. Se formos retirados daqui estaremos condenados à fome”. No dia 06 de setembro de 2005, o mesmo jornal publicou uma reunião da comunidade com a promotora do Ministério Público Estadual, Alessandra Beurlen. Esta defendeu a tese de entrar com uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura, no sentido de cobrar suas responsabilidades. A promotora revelou ter ouvido relatos dramáticos. A então líder comunitária Mariluze disse que o trecho oferecido não era apropriado para a pesca, pois o mar é violento, tem muitas pedras, embora “o problema não se reduza à localização, mas ao direito que a comunidade tem de permanecer na área”.

Há duas coisas a serem notadas nesta ocasião. Primeiro, trata-se de um momento em que a imprensa ainda publicava, vez por outra, algumas matérias independentes, e asseguramos que isto tem muita relação com o fato de haver um bom relacionamento dos professores da UFAL que trabalhavam na vila com uma nova geração de jornalistas que ocupavam importantes espaços na imprensa local, naquele momento específico. Dizemos isso porque em um determinado momento a mídia local assume um papel bastante tendencioso em benefício da Prefeitura, com matérias voltadas para a criminalização da comunidade. Segundo, é que neste momento da luta é notório que não havia, por parte da prefeitura, nenhum projeto alternativo que não fosse a simples remoção para a praia do Sobral. A proposta era clara em remover os pescadores para construir a marinha de Maceió. O prefeito Cícero Almeida fazia questão de anunciar publicamente sua construção, assim como algumas revistas especializadas já apresentavam a maquete da marina. Disso resultava outra dimensão: a homogeneidade e coesão do grupo na resistência, cuja união política chamava atenção. Esta

união, porém, em seguida será minada pelas articulações da Prefeitura, como veremos posteriormente.

Pegos de surpresa, os moradores se revoltaram, sentiram-se agredidos e convocaram uma assembleia para discutir o assunto, convidando os professores da UFAL que desenvolviam trabalho na comunidade. Na assembleia realizada dia 02/11/2005, estivemos presentes junto com a Professora Marluce Cavalcante, que há anos desenvolvia um trabalho junto à comunidade e coordenava um projeto de extensão com alunos do Curso de Ciências Sociais da UFAL, além de alunos do Curso de Direito da UFAL, orientados pela professora Elaine Pimentel, e alunos da Faculdade de Alagoas (FAL). Naquela ocasião, foi discutida a necessidade de união na comunidade, o fortalecimento das lideranças e as posições a serem defendidas na audiência com o Ministério Público. A decisão dos presentes foi de resistir, lutar para permanecer no Jaraguá. Segundo os moradores, já naquela assembleia os resultados começaram a ser positivos, porque no dia seguinte a imprensa noticiou a assembleia e a proposta de resistência, e pela primeira vez – até aquele instante - a imprensa local não tratou a comunidade com conteúdo discriminatório.

Finalmente, no dia 03/11/2005, aconteceu a audiência com o Ministério Público Estadual, quando os moradores reafirmaram seu desejo e necessidade de ficar na vila. Por solicitação da Procuradora do Ministério Público Estadual, foi convocado um encontro, marcado para o dia 20/11/2005, entre a comunidade, gestores da Prefeitura e a Universidade Federal de Alagoas, representada por nós, a professora Marluce Cavalcante, a professora Elaine Pimentel e a professora Mara Rejane. A comunidade, por sua vez, convocou nova assembleia para o dia 08/11/2005, para repassar os acontecimentos da audiência, e definir estratégias de atuação. Ficou estabelecido entre eles que a Associação dos Moradores, que funcionava sem registro, deveria providenciar sua legalidade; os moradores não dariam entrevista à imprensa sobre o assunto, só os membros da associação que estavam acompanhando as negociações; e que nenhuma família daria informações para cadastros, pois estavam saturados de fornecer informações sem obter resultados; e por fim se decidiu que a comunidade respaldaria o projeto da Pascual Arquitetura, solicitando sua implantação e a aplicação da verba liberada pelo BID via PRODETUR.

Dia 12/11/2005, os moradores receberam a visita do Deputado Estadual do PT, Paulo Fernandes (o Paulão), que se comprometeu em entregar uma carta dos moradores ao presidente Lula, na ocasião de sua visita à inauguração do aeroporto, mas o deputado acabou não voltando para pegar a carta. Nessa mesma reunião, o arquiteto Ovídio Pascual expôs

emocionadamente seu projeto para a comunidade. A nova audiência com o Ministério Público e os gestores aconteceu dia 20/11/2005, conforme o combinado. O pescador Josué Félix (Neno) ressaltou que o Poder Público não conseguia olhar “outro Jaraguá”, referindo-se ao descaso da prefeitura com a vila dos pescadores. Afirmou que a vila é uma tradição que vem dos pais e avós, e que a urbanização da vila nunca saíra do papel. “Não queremos morar na ‘belíssima Jaraguá’, só queremos cuidar de nossos afazeres”, concluiu. Dona Mariluze, então presidente da Associação dos Moradores, disse que tinha cinquenta e cinco anos no local e dela já se desenvolvera uma geração de dezenas de netos. Afirmou que trabalhava vinte e quatro horas no local, e por isso não poderia ir para outro local, além do que, o mar da Praia do Sobral ser muito “brabo” e inadequado para a pesca. “Viemos pedir o apoio da Justiça, porque é dali que criamos nossos filhos, e é ali que queremos nossas casas”, concluiu a moradora. A professora Marluce Cavalcante afirmou que como professora da FAL (Faculdade de Alagoas), pediu que os alunos daquela instituição fizessem intervenções na comunidade esquecida pela municipalidade. Em 2002, eles realizaram ali um censo, que detectou 400 crianças vivendo em condições precárias, e adultos analfabetos, além de uma visão de descrédito da população em relação à comunidade.

O representante da Unidade Executora Municipal (UEM), Wilson Fragoso, aproveitou a oportunidade para afirmar que a posição da Prefeitura era contrária à da comunidade, e que a ação da Prefeitura não poderia se deter a uma questão “humanitária” e sem técnica. Disse que a questão da comunidade Jaraguá não poderia ser dissociada das demais comunidades que habitam em “assentamentos subnormais”, e que para enfrentar essa “subnormalidade” deveria submeter o problema a um planejamento adequado, uma vez que o quadro de Maceió é crítico. O então secretário afirmou que naquele momento – 2005 – 50,3% das habitações de Maceió eram precárias; 5.000 habitações eram irregulares; e 17.600 deveriam ser construídas para sanar o déficit habitacional. Segundo ele, a Prefeitura não pensava a questão apenas como Jaraguá, e sim como planejamento, e que tudo estaria sendo desenvolvido em concordância com o Plano Diretor da Cidade e o Estatuto da Cidade. Defendeu que a permanência das famílias deveria ser submetida a critérios urbanísticos, e neste sentido a Prefeitura pretendia fazer um uso “cultural mais adequado” do local – uma clara afronta às dimensões culturais da comunidade. Por isso, a comunidade não deveria permanecer na praia, e sim nas proximidades, onde a Prefeitura, através do turismo, desenvolveria projetos de geração de renda.

Antônio Azevedo, então representante do Secretário Municipal de Planejamento, disse que deveria ser discutido com a comunidade e os técnicos. No entanto, impressiona o fato de que foi preciso a comunidade ir ao Ministério Público para que essa possibilidade de discussão acontecesse. Segundo ele, os estudos que levavam à permanência dos pescadores no local foram caindo aos poucos, na medida em que não houve sustentação técnica para a mesma. Contudo, no final da reunião, por meio dos questionamentos da procuradora, descobrimos que, de fato, a Prefeitura não possuía tais estudos, que se tratava de uma fala flutuante. Diante desta contradição, Azevedo afirmou que a Prefeitura, naquele momento, ainda não teria uma opinião fechada sobre o que fazer com o local, mas que o Plano Diretor não viabilizava as atividades, o que leva à conclusão de que as habitações deveriam ser levadas para o entorno e que a vila era inadequada para alguns equipamentos urbanos, como polícia, bombeiros, coleta de lixo, gás, insalubridade, etc.

Contudo, o então vereador do PT, Judson Cabral, reafirmou que, desde 1994, o projeto original da revitalização de Jaraguá foi justificado com a manutenção da vila dos pescadores pela Prefeitura e pela UEM, e que não entendia os motivos da mudança de posição do poder público. Disse também que remover a comunidade para perto ou para longe não era uma questão de benevolência, uma vez que a própria Lei Orgânica do Município já prevê que qualquer remoção teria de ser feita para perto. Lembrou que a Petrobrás indenizou as famílias, que a colônia de pescadores fez uma triagem e lá havia 350 famílias de nativos. E que não só a fragilidade do esgoto, como todos os outros empecilhos técnicos apresentados pelos gestores, poderiam ser facilmente superados pela engenharia. O vereador, que é engenheiro e se projetou na política no Sindicato dos Urbanitários, lembrou às autoridades presentes que hoje não há problemas desta ordem que não sejam contemplados com soluções tecnológicas. Garantiu que qualquer projeto que se faça para a reurbanização da vila permitiria a implantação de equipamentos urbanos, e que o Plano Diretor, em algum momento, servia como argumento contrário à questão, pois contemplava a permanência da comunidade, uma vez que prevê a inclusão social.

O procurador da República, Rodrigo Tenório, lembrou aos representantes da Prefeitura que o convênio firmado entre a União e a Prefeitura, para a concessão do terreno, não previa a retirada dos moradores, e que a dificuldade de serviços urbanos alegada pelas autoridades seriam resolvidas no próprio projeto de urbanização, como previsto. Portanto, não via na argumentação da Prefeitura nada que justificasse a remoção dos moradores.

Presente na audiência, a convite da comunidade, como professor membro do Fórum de alunos e professores da UFAL envolvidos com a comunidade Jaraguá, nossa intervenção consistiu em desmistificar a ideia de que a Petrobrás teria interesse em retirar a comunidade. Este interesse não existia e, sobretudo, não havia, do ponto de vista técnico, nenhum risco quanto à presença dos moradores e a edificação de suas moradias. Contestamos a concepção da Prefeitura de que os aspectos humanitários deveriam ser colocados em segundo plano frente aos aspectos técnicos, porque, pelo contrário, a ciência e a tecnologia não poderiam ser utilizadas como argumento para se promover políticas públicas desumanas. Neste sentido, não seria a comunidade que deveria se adequar aos projetos da Prefeitura, e sim os projetos da Prefeitura que deveriam se adequar à comunidade. E quem não entendíamos qual o conceito de cultura afirmado pela Prefeitura, na medida em que afirmava que queria fazer um “uso cultural mais adequado no local”. Por tanto, lembramos que quando os fundadores do Engenho Massayó chegaram de Santa Luzia do Norte, já encontraram, do outrolado do Riacho Salgadinho, um povoado que se desenvolvia em torno de uma vila de pescadores, um dado histórico-cultural que faz da vila um local culturalmente adequado às exigências urbanas do bairro.

Desta audiência foi tirada como proposta que a Prefeitura não mais removeria a comunidade para a Praia do Sobral, como havia anunciado, e que tudo que fosse tratado para o local seria negociado com a comunidade, a Universidade e o Ministério Público. Decidiu-se também a chamada de uma audiência pública, com a finalidade de esclarecer as possibilidades ou impossibilidades técnicas de urbanização da vila. Foi acordado um prazo de quarenta e cinco dias para que as partes envolvidas apresentassem seus argumentos. Os moradores comemoraram o acordo como uma vitória, pois, embora ainda não tivesse sido a garantia da permanência, era o primeiro passo de uma resistência que, se outrora acontecia na relação desigual estabelecida com a prefeitura, caracterizada pela arbitrariedade, ameaça e truculência, agora estaria sendo mediada pela Universidade e o Ministério Público Estadual. Isso possibilitou aos moradores discutir com o Poder Público numa situação de igualdade, o que não acontecia até então. O desfecho, porém, foi o seguinte: a Prefeitura não cumpriu com sua palavra, não apresentou nenhum estudo, não voltou a se reunir com a comunidade e a sociedade, e deu continuidade a seu plano de remoção, à revelia da população residente na Vila.

A conclusão que tiramos deste evento é a de que não havia, por parte da Prefeitura, estudos técnicos que inviabilizem a permanência da comunidade e justificassem a remoção. Os

gestores da cidade não apresentaram argumentos lógicos, pelo contrário, demonstraram que não sabiam o que fazer com os moradores, e não tinham sequer um projeto para o anunciado terreno da Praia do Sobral. Até aquele momento, ninguém sabia o que aconteceria com os moradores caso houvesse a remoção, por que nem a Prefeitura sabia como seriam as casas, e que equipamentos urbanos o novo assentamento teria. O Poder executivo municipal não possuía dados oficiais, não conhecia a comunidade, trabalhava com estimativas inadequadas³⁵. O que apresentaram para a comunidade e a sociedade como um todo foi apenas uma exacerbada vontade compulsiva de retirar os moradores do local. E qual interesse pairava sobre tal compulsão? Os moradores relataram que sabiam de muitos interesses obscuros de grupos financeiros poderosos, mas este trabalho é deveras limitado para este alcance. A título de análise sociológica, o que vimos na verdade foi um impulso em retirar os pobres do tecido urbano privilegiado, abrindo o caminho para que, posteriormente, a elite faça uso mercadológico do mesmo. Tudo isso em detrimento de uma finalidade social, cultural, histórica e humanitária do lugar.

Quando a comunidade decidiu se fechar para a Prefeitura no tocante à realização de cadastros, isto aconteceu porque desde o lançamento da pedra fundamental do projeto de revitalização do Jaraguá, já teriam se passado dezanos, e tudo o que a comunidade recebera da Prefeitura foram promessas não cumpridas e abandono. Naquela década, a Prefeitura só assumiu compromissos que não cumpriu, o que deixou a comunidade saturada do que chamou de enganação. Sentiam-se enganados e roubados, porque muito dinheiro³⁶ já teria sido capitaneado pela Prefeitura em nome da reurbanização da vila dos pescadores, e nada teria sido feito, incluindo os R\$ 7.919.000,00 do PRODETUR. E a condição de vida dos moradores ficou visível. A Vila sempre é usada como argumento para justificar os recursos junto aos financiadores, mas no final só sobraram relatórios e projetos não realizados para a comunidade, enquanto a Prefeitura ficava com o dinheiro. A história de recompensá-los pela remoção com projetos de geração de renda já durava uma década, mas o que eles receberam da Prefeitura foi repressão, através da ação truculenta da Guarda Municipal e a SMCCU. A experiência entre comunidade e Prefeitura, na fala de um de nossos personagens, Dona

³⁵ O único documento apresentado foi um termo de referência para licitação, que jogou com a estimativa de 500 famílias, quando o levantamento da comunidade e do grupo da Universidade era de 400 famílias, aproximadamente.

³⁶ Os 75 milhões de dólares dos programas PRODETUR I e II foram justificados tendo a reurbanização da vila como subprojeto, e a Petrobrás investiu R\$ 1.400.000,00 na gestão Kátia Born e 33 mil cruzeiros na Gestão José Bandeira.

Mariluze, pode ser descrita da seguinte forma: “a prefeitura a parece em tempos de eleição, para pedir votos, e quando passa a eleição, para derrubar barracos”.

É preciso problematizar a opinião dos técnicos - da impossibilidade urbanística de permanência dos moradores -, até porque esta concepção não era unânime dentro do próprio urbanismo. Na medida em que arquitetos sustentam que existe a possibilidade técnica desta permanência, concluímos que a opinião da equipe técnica da prefeitura não convenceu os presentes à audiência. Isso porque, apesar das dificuldades, não existia um obstáculo intransponível para a efetivação da urbanização. A ausência de projetos e dados oficiais fragilizaram os argumentos da Prefeitura. O único documento que esta apresentou foi um termo de licitação, que sequer estava pronto, pois passava por fase de tradução do espanhol para o português. Essa inexistência de critérios técnicos só corroborava ainda mais para a evidência higienista da insistência pela remoção.

Por outro lado, a comunidade apresentou como contraponto o projeto da Pascual Arquitetura, no qual se constata a possibilidade concreta e objetiva de urbanização da Vila, contendo edificações coletivas da pesca, habitações adequadas, área de lazer e comércio. Este projeto foi aprovado pelo Ministério das Cidades, caso contrário, a União não concederia o terreno para a Prefeitura. A própria União aparece como ratificadora da legitimidade do mesmo, uma vez que reconheceu o interesse social do projeto, na medida em que este foi uma condição essencial do convênio de concessão. Além disso, o projeto havia recebido um prêmio internacional de urbanismo na Espanha, o que assegurava sua credibilidade como proposta urbanística para o local. Não estamos fazendo apologia do projeto, uma vez que seria secundário se a prefeitura adotasse este ou outro projeto, pois a questão central era a remoção ou permanência da comunidade. Por isso, a insistência neste projeto não é mostrá-lo como alternativa de realização, mas atestar que o mesmo acabou se constituindo em um importante instrumento para comprovar, com elementos técnicos e científicos propícios ao urbanismo, que não existia a tão falada impossibilidade de permanência da comunidade.

Existia, sim, a possibilidade de urbanização da vila, existiu a verba do PRODETUR II, e a carta branca da União, proprietária do terreno. Tanto a verba, quanto a carta branca firmada em convênio, foram conquistadas com o projeto de urbanização da Vila e manutenção das famílias. E depois de tudo pronto, quiseram retirar os moradores. Que a segregação existe, isto é uma questão objetiva. Todavia, que seja operada pelo poder público, eis aí uma implicação ética. Não é este o papel esperado pela municipalidade, uma vez que esta

prática segregacionista, tal como operada por governos do início do século XX se encontram em contradição com as exigências atuais tanto da questão urbana, como da questão política em seus aspectos da construção da cidadania. A cidadania pode se reproduzir na cabeça dos técnicos da Prefeitura: ela tem que ser negociada.

É desta forma que o conflito entre Prefeitura e comunidade vai ficando cada vez mais acirrada. Numa publicação de 12 de novembro de 2006, no jornal Gazeta de Alagoas, arquitetas da Secretaria Municipal de Planejamento afirmam a impossibilidade de construir as casas por causa do Plano Diretor, argumento já refutado na audiência do Ministério Público. Principalmente, porque está subscrito Art. 53 do plano diretor, que constitui diretrizes específicas para a ZEP³⁷ Jaraguá, em seu item II – “**incentivo ao uso residencial** e de comércio e serviços compatíveis”. Ainda ressalte-se o que diz o Art. 92, §2º, II – “**reassentamento da população apenas em situação de risco à vida ou ambientais**”. O Art. 96, §2º, IV define os critérios dessa classificação de risco, todavia nenhum dos itens procedem em relação à realidade geográfica da vila. Ainda que se argumente o fato de a vila estar também localizada numa ZAIP³⁸, duas situações contradizem o discurso da Prefeitura: a primeira é o fato de que a vila se enquadra em todos os critérios de interesse paisagístico, conforme está posto no nono subprojeto do Projeto de Revitalização de Jaraguá (elaborado por esta mesma Secretaria), e no Decreto Municipal 5.569, de 22 de novembro de 1996, já citado anteriormente³⁹.

A segunda situação consiste no fato de, neste ano de 2015, estarem sendo construídas torres residenciais por toda extensão da orla de Maceió, especialmente na beira-mar do seu Litoral Norte, tendo como principal exemplo o condomínio de luxo que se ergue entre o Shopping Parque e a orla do bairro de Cruz das Almas. Como explicar que a orla de Maceió é proibida só para os pescadores, e não para os ricos? Ademais, acrescenta-se o fato de que as moradias dos pescadores já existiam antes da implantação do Plano Diretor, ou seja, não se trata de uma nova ocupação, mas da melhoria das habitações existentes (ainda que a construção das casas de alvenaria implicasse a demolição dos barracos, o que se altera é o tipo de moradia, mas a moradia em si já existia há décadas).

O conflito aberto entre Prefeitura e comunidade se acentuava. Por um lado, a comunidade insistindo em permanecer no local, em nome de sua tradicionalidade; por outro

³⁷ Zona Especial de Proteção.

³⁸ Zonas Ambientais de Interesse Paisagístico.

³⁹ Art. 1 – V, a área da Vila dos Pescadores é um Setor de Preservação Ambiental – SPA, a qual é “[...] considerada de interesse social por ser constituída de construções ocupadas por populações de baixa renda, cuja atividade principal é a pesca.”

lado, a Prefeitura insistindo (ainda que por argumentos questionáveis) na impossibilidade de permanência, bem como na própria negação desta tradicionalidade, afirmando que a “favela” era dominada por vagabundos traficantes. O conflito tomou um tom maior quando, em outubro de 2006, o Ministro da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, visitou a comunidade. O jornal Gazeta de Alagoas de 12 de novembro registrou o fato da seguinte forma:

A atitude, tomada depois que o Ministro recebeu um documento reivindicatório da comunidade, não foi bem apreciada pela administração municipal. A insatisfação ocorre não somente porque o Ministro não teve acompanhamento do prefeito Cícero Almeida, ou de técnicos do município, mas por ser considerada interferência em questões internas.

No dia 10 de janeiro de 2007, os moradores fecharam a pista com um protesto que chamou atenção da cidade. Pensava-se que uma obra de urbanização da área do Porto já seria parte da anunciada remoção. Este protesto foi coberto por todos os jornais locais, dando grande visibilidade à questão. O líder comunitário Josué Félix declarou a “O Jornal”: “O prefeito deveria ter conversado com a comunidade e nós só ficamos sabendo através da televisão”. Esta fala tem uma grande importância histórica, pois posteriormente demonstraremos que este morador participará do processo de divisão da comunidade, passando a defender a prefeitura e proferindo palavras exatamente contrárias a essas. Assim, este morador da Vila acabará se transformando num dos principais personagens desta história, liderando, como veremos posteriormente, o grupo dos desistentes, aqueles que abandonarão a resistência. Apesar de seus pais terem tido barco, os moradores relatam que ele nunca viveu propriamente da pesca, levando a vida como comerciário, gerente de uma loja no Centro de Maceió. Todavia, quando nos aproximamos da comunidade, ele já figurava como um dos principais líderes, junto com dona Mariluze, a Lúcia, e o seu Anselmo.

1.5. Mudança na Associação de Moradores: novo grupo retoma fôlego da resistência

Por volta de 2008 começa a existir certo esfacelamento da coesão do grupo pelas velhas lideranças. Dois líderes comunitários, acima mencionados, seu Anselmo e Josué Félix, (Neno), subitamente mudam de postura e passam a defender o projeto da Prefeitura, abandonando a resistência e passando a reproduzir falas que contradiziam seu próprio discurso ao longo do tempo. Esta mudança de postura, apesar de inicialmente já produzir desistências no âmbito da resistência, dada a influência desses líderes na comunidade, concomitantemente acarreta o descontentamento de muitos moradores, que insistirão na resistência, gerando uma grande divisão na comunidade. Assim como Josué Félix, Seu

Anselmo igualmente não era pescador, era aposentado, porém morador antigo da comunidade. Havia certo tempo que já exercia a liderança na vila, intermediando as relações com alguns políticos em períodos eleitorais. Àquela altura havia estabelecido, junto com o Neno, relações com o deputado Paulão. Foi um dos que lutaram contra a remoção das 250 famílias para o bairro do Benedito Bentes em 2002, alegando que na lista havia pescadores. Todavia, será ele, junto com o Neno, que formarão a linha de frente do grupo que aqui chamamos de desistentes, liderando a uma debandada de famílias do movimento de resistência em direção à adesão ao projeto da prefeitura. Em conversa informal, ele nos informou que sua decisão se deveu a o fato de sentir-se cansado de tantas promessas não cumpridas que os fizeram “mofar” na lama e no lixo, em meio ao tráfico de drogas, no que reconheceu, pelo cansaço, a vantagem de aderir à remoção, quando a prefeitura apresentou algo de concreto.

Em dezembro de 2008 houve eleição para a diretoria da Associação de Moradores. A necessidade de mudança na entidade, segundo uma pesquisadora da comunidade, teve um desdobramento mais técnico que político, porque surge da necessidade de organização da comunidade para se adequar às exigências dos projetos que surgiam, sobretudo o PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade) do Ministério do Esporte. Por meio deste projeto se desenvolviam atividades de futebol, capoeira, dança, recreação infantil, entre outras. Este programa exigia reuniões todas as semanas com os monitores, e determinava tomada de posição, dos eventos, das coisas que precisavam acontecer, e isso não se conseguia mais. Segundo depoimentos⁴⁰, seu Anselmo se recusava a se sentar com dona Mariluze, presidente da Associação, e estava se tornando impraticável reunir a entidade, e o programa ficava cada vez mais sem o seu referencial, uma vez que vivia um momento de dispersão. Havia um esfacelamento da diretoria, que não se encontrava, reduzindo-se a dona Mariluze. Já passava do tempo de mandato e não tinha ninguém que quisesse assumir. As coisas eram levadas desorganizadamente, não havia atas, organização da documentação, apesar de se reconhecer o grande esforço e a representatividade da gestão de dona Mariluze. A liderança era figura já conhecida no meio político pelo barulho que fazia nos protestos que organizava, na sua luta pela comunidade, mas o fato de ser analfabeta também contribuía para esta lacuna da Associação, no sentido pedagógico e organizacional. Com sua postura agressiva e discurso inflamado, sua marca era afirmar que os moradores da vila só saíam no caixão. Ao longo de sua trajetória como líder, ficou conhecida pela quantidade de aparições nos jornais e noticiários de TV.

⁴⁰ Entrevista com moradores que participaram da transição na Associação dos Moradores.

Deste modo, surgiu a iniciativa das pessoas que organizavam o PELC de assumir a Associação, sob pena de o próprio projeto não ter condições de continuidade. O entendimento era que o PELC não se sustentaria mais sem a parceria da Associação. E foi em nome dessa sustentabilidade que este grupo se mobilizou no processo eleitoral, no sentido de resgatar a entidade. É deste contexto que surge o nome da Enaura, indicada pelos colegas, que de início encarou com receio, mas aos poucos foi se montando a equipe, que tinha em sua maioria pessoas simples, pessoas que não exerciam liderança no dia a dia da comunidade, com exceção da Lúcia, que tinha certa liderança e já fazia parte da resistência com os demais. Foi feita uma convocação, uma discussão do estatuto, uma comissão eleitoral composta por pessoas de fora da comunidade, quando se cita o nome do Coronel Adilson Bispo, Pablo, e a professora de Capoeira, Sirlene. Uma vez lançada a chapa, inicia-se um clima de pequena tensão entre as velhas lideranças e o novo grupo liderado por Enaura, todavia, o processo transcorreu sem problemas.

Enaura assume a Associação dando a ela outra cara e outra concepção, com muita informação, com muita formação política. Ao mesmo tempo, a renovação já começa num clima de divisão da comunidade, em meio a rixas com as velhas lideranças. Neste sentido, ouvimos uma liderança dos pescadores, numa reunião com um vereador, afirmar que “o erro da comunidade foi ter dado poder demais a Enaura”. Outra percepção foi o convite que recebemos para uma reunião no Ministério Público Federal, e chegando lá, nos deparamos com uma liderança acompanhada por um deputado federal e uma líder da colônia de pescadores. Claramente havia uma divisão na comunidade. Ao mesmo tempo, a renovação contemplava os pescadores mais resistentes, aqueles que insistiam na permanência e se encontravam insatisfeitos com a mudança de comportamento das lideranças, sobretudo de Neno e o seu Anselmo que, como dito anteriormente, estavam pendendo para abandonar a resistência. Assim, com um estilo de trabalho mais pautado pela busca de apoio nas Instituições, na busca de instrumentos jurídicos, articulação com a Universidade, com o Ministério Público, com a Defensoria, com o SESC, com os Ministérios, contrastando com a gestão de dona Mariluze, que apesar do discurso inflamado, possuía pouca consistência prática, surge a nova Associação como elemento de retomada da resistência, reorganizando os moradores que eram contrários à remoção, em detrimento do movimento de desistência das velhas lideranças, coordenadas por Neno e seu Anselmo.

Apesar das divergências, o trabalho da Associação foi se consolidando no seio da comunidade, sobretudo pela seriedade e competência com que eram tratados os projetos.

Uma vez que estes precisavam de uma entidade que lhes desse respaldo, com a renovação da Associação, as coisas passaram a funcionar, com os projetos de alfabetização de jovens e adultos, e, sobretudo, com a conquista de um ponto de cultura. Isso foi decisivo para dar continuidade a esse processo de motivação, de trabalho com as crianças e os jovens da comunidade. O Ponto de Cultura Enseada das Canoas foi um peso grande, deu sustentação e referencial para o público infantil. Todavia, este aspecto mais pedagógico, de grande cunho organizacional, que a Associação toma como chegada do grupo liderado por Enaura, não impediu que a Associação também se projetasse com força na luta política. Como afirma a pesquisadora Marluce Cavalcante⁴¹, a luta política sempre foi mais forte, quando exigia esforços, todas as outras atividades, todos os outros direcionamentos ficavam em segundo plano. “Não tinha como disputar, entre dedicar tempo para a luta e dedicar tempo para o projeto, a luta estava sempre em primeiro lugar”. E não podia ser diferente, uma vez que se tratava do período de auge dos ataques da prefeitura contra a comunidade, não só nas visitas tumultuadas e conflituosas, como também na atuação midiática contra a “favela dos perigosos”, momento de extrema violência simbólica e campanha de estigmatização que influenciava a opinião pública.

Se por um lado os interesses iniciais eram burocráticos— assumir a Associação em nome da sustentabilidade dos projetos culturais—o contexto empurrou as novas lideranças para a necessidade de preservação do próprio território. E, por conseguinte, acabou por projetar Enaura como grande liderança, em virtude da necessidade de organizar reuniões, de articulações com as instituições, o trato com a imprensa, o enfrentamento com as autoridades municipais, os embates com a SPU, tudo contribuiu para a formação política dela e do grupo, munido de informações e desenvolvendo a habilidade política pela necessidade, pelo contexto conflituoso em que acabaram encontrando ao assumir a Associação. Como afirmou Enaura, no momento em que tinha um grupo se entregando para a prefeitura, um grupo de pessoas que tinha “outra instrução”, que participava dos projetos de alfabetização de jovens e adultos e que, por isso, tinha contato com outros pensamentos, com as ideias de Paulo Freire, com o a descoberta de que tinham direitos e poderiam lutar por esses direitos, a resistência começou a retomar o fôlego. As pessoas mais tradicionais perceberam e passaram a andar junto com a Associação, endossando a resistência. Ainda que os projetos fossem muito pautados em um discurso de busca de cidadania, a ameaça de expulsão, por seu turno, apresentava-se como violação maior da cidadania que se tentava resgatar via projetos

⁴¹ Entrevista de pesquisa realizada na residência da Pesquisadora em maio de 2012.

culturais. Inaugura-se uma nova postura. Em um momento em que a Prefeitura chegava impondo reuniões que a comunidade não queria, não estava interessada, os resistentes passaram a ter o respeito de uma entidade com referencial.

Além da diferença de formação educacional e política entre Enaura e dona Mariluze, que fortaleceu os vínculos da comunidade com as instituições, o resgate de uma Associação esfacelada, dividida, abandonada pelas principais lideranças, não apenas garantiu legitimidade à luta, como também ajudou a construir uma nova concepção, a potencializar na comunidade uma leitura de mundo, uma capacidade de ler e entender o processo político. Por ser alfabetizadora e ter saído dos projetos de alfabetização da CUT e do Instituto Paulo Freire, Enaura reúne uma capacidade de pensar, de organizar, de agir, conseguindo repassar isso para pessoas, funcionando como agente multiplicadora na comunidade. Antes mesmo de desenvolver institucionalmente seu papel de alfabetizadora, já era a referência das pessoas, ensinava a escrever, a ler algumas palavras, quando alguém precisava assinar um documento, dentre outras situações. Era uma pessoa que sempre organizava, dava direção a quem buscava o conhecimento e trouxe isso para a Associação, a capacidade de ajudar, organizar o grupo, se apropriar do conhecimento.

E nos dois sentidos acima apresentados, quais sejam organização de projetos culturais voltados para o resgate da cidadania, a recuperação de crianças e adolescentes da comunidade e a resistência política, podemos afirmar que a Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá (AMAJAR), sob a liderança de Enaura, engendrou um dos maiores processos de mobilização e resistência da cidade, sensibilizando e conquistando apoio em todos os segmentos sociais. Ao mesmo tempo, promoveu-se para fora da comunidade uma nova concepção, um modelo de organização social que rerepresentava a comunidade, que ocupava os espaços sociais com as produções das crianças, os museus, as praças, os eventos, com suas exposições de pintura, fotografia, apresentação do maracatu, venda de instrumentos de percussão fabricados pelas próprias crianças, extraindo elogios de pessoas e instituições ligadas à cultura. Igualmente no campo político, a resistência vai atrair aliados, além da comunidade acadêmica que adentra na comunidade produzindo vários artigos científicos, monografias e dissertações. Historiadores locais acreditam se tratar de um dos maiores processos de resistência da história de Maceió. E do ponto de vista prático, a resistência começa a surtir efeitos.

Em junho de 2009, o Presidente Lula visitou Maceió para a inauguração de obras de reestruturação da orla, e se demonstrou perplexo e indignado ao sobrevoar a Vila de

helicóptero. Ao que chamou de “ilhota de miséria”, o presidente chamou atenção do então Prefeito Cícero Almeida e do governador do Estado, afirmando que não poderia recuperar a orla e deixar aquilo pra todo mundo ver, colocando o Ministério das Cidades e o Programa Minha Casa, Minha Vida à disposição. Todavia, a exposição do presidente, apesar de ter sido pública, e de seu discurso ser de fácil acesso a todos, gerou uma polêmica na cidade. O Prefeito Cícero Almeida distorceu sua fala, afirmando que o presidente Lula defendeu a retirada dos moradores, versão esta corroborada por quase todos os jornais locais. A degravação do vídeo⁴², por sua vez, deixa claro que não essa a fala do presidente:

Não é tirar como antigamente não. É preciso tratar as pessoas com respeito e **colocar no lugar daqueles barracos uma casa digna, de alvenaria para as pessoas morarem.**[...] E o que é importante notar, e o Cícero sabe disso, deve saber muito mais do que eu que aquele povo que mora ali deve trabalhar naqueles barquinhos que ficam lá na frente. Então ali é o **local de moradia e o local de trabalho deles.** (Grifo nosso).

Percebe-se que em nenhum momento de sua fala ele se refere à remoções dos moradores, mas a distorção desta fala, propagada pela imprensa, ajudou a reforçar na população o sentimento da necessidade de retirar, principalmente por conta da popularidade do presidente, dando certa legitimidade à ação da prefeitura. No dia 04 de outubro de 2009, a jornalista Wanessa Oliveira publicou no periódico Gazetaweb.com⁴³, na íntegra, uma entrevista com o prefeito, em que fica clara a falta de sentido de seus argumentos, entrando em evidente contradição com os fatos, além de distorcer a fala do presidente Lula. Reproduzimos aqui alguns trechos:

G - Quando o presidente Lula veio a Maceió para inaugurar as obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), ele teceu alguns comentários sobre a Vila dos Pescadores. Entre essas afirmações, ele disse ‘acho que o Cícero deve saber mais do que eu que aquele lugar é de trabalho e moradia’. Pouco depois, disse que não quer polícia tirando os moradores de lá, mas que removam os barracos e coloquem casas de alvenaria no lugar. O senhor acha que há uma divergência de opiniões entre o Governo Federal e o Município no que diz respeito à localização da nova Vila dos Pescadores?

P - Não existe um fundo de verdade na pessoa que lhe passou esse pronunciamento do presidente. Ele disse o seguinte: eu consegui sobrevoar, a orla está bonita, mas consegui sobrevoar em uma área e ainda identifiquei uma favela. E é inadmissível que aquelas pessoas, aqueles pescadores, continuem naquela vila. E quero dizer que estou à disposição para contribuir com vossa excelência para que possamos resolver isso’.

E eu tive que engolir aquilo ali, porque estávamos em outra aeronave. Ele vinha em uma com o governador. O presidente não tinha conhecimento de

⁴² Degravação do vídeo com a fala do presidente durante visita e a Maceió, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wg0ngIU3pJ4>. Acesso em junho de 2009.

⁴³ Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=186877&e=13>.

que já tínhamos os recursos alocados para fazer a obra. Quando encerrou suas palavras, eu quebrei o protocolo, peguei o microfone, me abracei com o presidente e disse: ‘ presidente, não saia daqui com essa imagem. Quero dizer que o dinheiro para os pescadores já foi liberado por vossa excelência e as obras já devem ser iniciadas no dia 10 de agosto.

G - Só retificando, prefeito. Não foi ninguém que nos passou o pronunciamento do presidente. Realmente nós vimos e temos o vídeo em que ele deixa bem claro [VER VÍDEO] ter observado que ‘aquele é um lugar de moradia e trabalho’ e defendeu que os barracos fossem removidos para serem colocadas casas de alvenaria no lugar.

P - O presidente, inclusive, em um evento que participei no Rio de Janeiro, há pouco mais de um mês, também falou da burocracia que existe no país: da liberação de recursos, da licença ambiental, das áreas adequadas e inadequadas, da licitação para início de obra, mas, em nenhum momento, deixou claro que aquilo era área da União e que não poderia ser construído ali. Ele sabe, aliás, que será construída uma grande marina. O projeto já está pronto. As obras da vila dos pescadores já foram iniciadas e há uma previsão de 12 meses para entrega da obra.

Mesmo a jornalista insistindo que o vídeo com a fala do presidente desmente sua posição, ele insiste na distorção. Ele também se demonstra vazio ao justificar a remoção, afirmando que o motivo é o fato de ser área da União, que seria uma exigência da União. Porém, a Jornalista teve o cuidado de entrevistar o gerente de patrimônio da União, que negou tal interesse, ratificando tratar-se de interesse da Prefeitura. Na matéria, o prefeito retifica a substituição da Vila dos Pescadores pela marina, ressaltado que o presidente Lula sabia do projeto da marina. Todavia, mais uma vez ele se contradiz, ao afirmar que a União recebeu esse projeto, informação negada na mesma matéria pelo gerente regional José Roberto. Então, o prefeito desconversa:

G - A marina vai, então, substituir a Vila dos Pescadores. A ideia da construção da marina está inclusa dentro desse último projeto que foi entregue e aceito pela Superintendência de Patrimônio?

P - Está inclusa.

G - Em uma conversa com o superintendente, ele afirmou que o projeto de reurbanização encaminhado ao órgão não contemplava a criação de uma marina.

P - Ele recebeu o projeto dos pescadores. E o projeto da marina está todo pronto conosco. Já foi feita a demonstração.

G - Mas então não foi entregue?

P - Não, porque ainda temos um ano que é o prazo para conclusão das obras da Vila. Mas acredito que a assessoria do doutor José Roberto já deve estar informada sobre como vamos utilizar esse espaço, extraoficialmente.

Aqui o prefeito revelou uma das maiores irregularidades deste projeto: a informação de que a União seria informada “extraoficialmente” de como a Prefeitura utilizaria o lugar e que o projeto entregue à SPU não estaria completo, porque a parte da marina só seria entregue posteriormente. “Ele recebeu o projeto dos pescadores”, ou seja, a parte relativa ao Centro Pesqueiro, mas o projeto da marina, que já “está todo pronto conosco” ficou apenas

subentendido. A gravidade destas afirmações públicas concedidas pelo chefe maior da municipalidade consiste em que, pautada por essa fragilidade, a União de fato vai emitir, em 13 de novembro de 2009, um termo de Guarda Provisória de Imóvel da União. Os termos da guarda não tratam da construção da marina, embora o Prefeito tenha anunciado publicamente que a União foi informada “extraoficialmente”. Vale reproduzir aqui o item 5 deste documento: “A presente guarda terá prazo de vigência pelo período em que o processo que trata da cessão do imóvel ao município estiver em trâmite visando autorização ministerial, ou caso a mesma venha a ser indeferida”.

O que chama atenção é que o termo de cessão, até a presente data, não aconteceu, embora a União vá emitir uma portaria de nº 2, de 02/12 de 2012, autorizando o uso do terreno. Informações colhidas na Secretaria da SPU em Brasília, no decorrer de nosso trabalho, dão conta de que esta portaria ainda não dá poderes de intervenção à Prefeitura sobre a área, no sentido da intervenção⁴⁴. Esta informação é importante, na medida em que percebemos que a prefeitura ainda não tem o real domínio sobre a área, o que existe é uma autorização precária gerada de uma portaria, instrumento que, segundo técnicos da Secretaria Nacional da SPU, não têm sequer precedente na história na instituição. Por fim, documentos e relatos nos dão conta de que a União desempenhou um papel omisso e conivente com as intenções da prefeitura, porém nunca tentou a expulsão da comunidade, que era, até aquele momento, o principal argumento da Prefeitura.

No dia 02 de setembro de 2009, os moradores fecharam a pista, em protesto contra a remoção. A pista foi desbloqueada depois que o comando de gerenciamento de crise da PM garantiu promover uma reunião com o Prefeito (fato inédito na história em tela). No jornal gazetaweb de 03 de setembro de 2009, o Prefeito respondeu aos moradores afirmando que “meia dúzia de vagabundos não podem comprometer o projeto da prefeitura [...] já temos o projeto de uma marina para o local e não vamos aceitar que um vagabundo qualquer se contraponha à situação”.

No dia 04 de setembro de 2009, a Prefeitura lançou a pedra fundamental da construção dos apartamentos para onde os pescadores seriam removidos. Foi enviado um ônibus para os residentes da Vila que até aquele momento tinham aceitado a remoção. A AMAJAR, por sua vez, aproveitou a ocasião e organizou um grande protesto, deliberado em assembleia. Enaura conta que num determinado momento resolveram “bater em retirada”,

⁴⁴ Informação retirada do acompanhamento da presidente da Associação de Moradores a uma reunião com a Secretaria Nacional da SPU em Brasília.

pois a coisa “tava ficando preta pro nosso lado”, a ponto de incorrer na violência. A manchete da Gazeta de Alagoas de 05 de setembro de 2009 dá o tom do confronto: “Manifestantes tiram Almeida do sério e quase trocam tapas com Secretário Municipal de Habitação, que ameaçou ‘baixar o cacete’ durante solenidade no Sobral” (Grifo nosso). Numa das legendas da mesma matéria, pode-se observar a forma desrespeitosa como os pescadores eram tratados pela Prefeitura: “Secretário chamou o protesto de injusto e acusou os manifestantes de envolvimento com drogas”. Consideramos importante reproduzir a fala do Secretário:

É uma manifestação injusta. Quando fomos discutir o projeto a maioria da comunidade aceitou e temos aqui um abaixo-assinado de 300 famílias apoiando o projeto. Essa minoria aí é gente envolvida com droga e que tem bodega pra vender cachaça.

A informação inverídica passada pelo Secretário, por sua vez, contrastava com a informação do MPF/AL, que em visita à comunidade constatou que 67% dos moradores não aceitavam a transferência. Os pescadores, por sua vez, não se intimidaram: “A gente não veio aqui pra brigar não. Mas se for pra baixar o cacete, pode vir! Venha! A gente tem direito de protestar”. Reafirmando a total ignorância da Prefeitura quanto à realidade da comunidade, o prefeito voltou a afirmar a existência de uma suposta ONG que nunca existiu:

[...] o protesto teria sido articulado por uma ONG ligada a um de seus adversários políticos e a uma professora universitária a quem chamou de ‘doutora Marluce’. Aqui não será mais uma favela e isso preocupa a ONG, que não terá mais motivo de existir.

É de conhecimento público que tal ONG nunca existiu, a professora citada trabalhava na Faculdade de Alagoas (FAL), onde começou a desenvolver projetos de extensão na comunidade. O deputado Judson Cabral, do PT, tradicional aliado da comunidade, entrou em confronto com o deputado Arthur Lira, do PMN, filho do deputado federal Benedito de Lira, um dos idealizadores da remoção. O debate aconteceu no dia 08 de setembro de 2009 e o deputado Judson enfatizou a falta de diálogo com a comunidade e a forma agressiva com que a prefeitura tratava os resistentes.

Em 14 de outubro de 2009, os moradores voltaram a protestar no centro da cidade. O ato teve apoio de movimentos sociais, estudantes, sindicatos e parlamentares, o que projetou a luta da comunidade. O jornal Alagoas em Tempo Real destacou que o protesto era uma resposta às “recentes declarações do Prefeito Cícero Almeida, que chamou os trabalhadores da Vila de Pescadores do Jaraguá de traficantes e vagabundos”. A matéria traz também a fala de Enaura, fato raro, visto que a imprensa geralmente destacava apenas a fala das autoridades:

As declarações do prefeito ofendem toda a comunidade, formada, em sua ampla maioria, por pessoas ligadas à atividade da pesca. A prefeitura está querendo desqualificar socialmente a vila e que nenhum dos problemas apresentados justifica a retirada de seus moradores. Se eles querem reconstruir a comunidade, de um jeito que tenha saneamento, revitalizar, como dizem, porque não podem construir aqui mesmo? Se não tem espaço para construir as casas para todos nós, então como é que vai dar para construir uma marina turística e, ainda, ter espaço para que possamos trabalhar aqui?

O jornal Primeira Edição do mesmo dia também destacou a fala de Enaura: “A comunidade da Vila dos Pescadores quer a construção das casas no Jaraguá, o projeto de um condomínio para os pescadores na praia do Sobral nunca foi discutido com a comunidade. A Prefeitura quer tirar os pescadores para dar lugar a uma marina para os turistas”. O Alagoas 24 horas traz a seguinte afirmação da presidente da Associação: “O prefeito costuma dizer que estamos saindo da miséria, mas nunca estivemos na miséria. O que nos falta é saneamento e infraestrutura”.

As contradições e incongruências do projeto de remoção se acumulam e são claramente denunciadas pela Associação e pelos professores da UFAL e outras Instituições de ensino que atuam na comunidade. Elas estão postas nos documentos, nas reportagens, nos debates, nas reuniões. Uma reportagem da jornalista Wanessa Oliveira para a Gazetaweb em 04 de outubro de 2009 dá o tom do clima do conflito: “Pescadores de Jaraguá e Prefeitura de Maceió em guerra fria”. O subtítulo, porém, revela o caráter higienista do projeto na voz do próprio prefeito: “Não queremos retirar as pessoas de suas casas, apenas melhorar o visual da cidade”. Um dado importante é notar que a jornalista teve a iniciativa de entrevistar os agentes da delegacia local, quando os mesmos afirmaram publicamente que a “favela” de Jaraguá não apresentava graves índices de violência:

Com relação à questão da criminalidade no espaço atual que compreende a Vila, agentes do 2º Distrito Policial, que abrangem toda área referida, informaram que não há grande número de incidências no território. “Não recebemos muito chamado para aquela área, não”, afirmou o agente Ferreira.

O discurso dos agentes põe em contradição o mito de “favela perigosa dominada pelo tráfico”, como dizia a prefeitura na mídia.

Uma estratégia de combate encontrada pela comunidade foi tentar a legalização fundiária da área, por meio da Medida Provisória 2.220 de 04/09/2001. Em 18/02/2010 a associação de moradores dá entrada no requerimento endereçado à SPU/AL, sob protocolo nº 04982.000505/2010-07. Reproduzimos abaixo partes deste requerimento:

[...] Requer título de **concessão de uso especial para fins de moradia**, cessão de uso gratuito, conferida de forma coletiva, e gratuita, aos moradores

que há mais de 15 anos ocupam e residem no imóvel, que tem como legítima propriedade a União. [...] Fundamento legal: Lei, MP 2.220 de 4 de setembro de 2001 que “Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do Art. 183 da Constituição se cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU - e dá outras providências. Art. 2º Nos imóveis de que trata o Art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer outro título, de outro imóvel urbano ou rural.

O requerimento foi assinado por 161 moradores, em consonância com a Constituição Federal, Art. 183:

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Acrescente-se ainda, como dispositivo legal, a Instrução Normativa nº 2, de 23 de novembro de 2007, a qual dispõe especificamente sobre o procedimento para a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CUEM, que assim estabeleceu:

Art. 4º - A Concessão de Uso Especial para fins de Moradia CUEM será conferida a quem comprovar que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, imóvel da União de até duzentos e cinquenta metros quadrados, quando situado em área urbana e utilizado para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural e que ainda esteja residindo no imóvel. [...].

§ 2º O poder público tem obrigação de conferir a CUEM a todos os moradores que atendam aos requisitos da Medida Provisória nº 2.220, de 2001, e que solicitem o reconhecimento de seu direito à moradia conforme estabelecido nesta Instrução Normativa.

Entretanto, tal pedido foi indeferido em 02 de março de 2010, por meio do ofício nº 183/2010 – SPU/AL, com o seguinte argumento:

Em atenção ao requerimento, datado de 12 de fevereiro de 2010, informamos a Vossa Senhoria que indeferimos o pleito, considerando que a área relacionada à vila de pescadores já foi solicitada a esta SPU/AL, pelo Município de Maceió, para fins de urbanização.

O fato de a área ter sido solicitada não significa ter sido concedida, uma vez que o que existia era uma guarda provisória, documento precário, se relacionado ao direito subjetivo da comunidade, previsto em lei. Ademais, a lei 9.636 de 15 de maio de 1998 traz no Art. 1º a seguinte assertiva:

É o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Secretaria do patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a executar

ações de **identificação, demarcação, cadastramento, registro, e fiscalização** dos bens imóveis da União, inclusive de assentamentos informais de baixa renda [...].

Art. 6º §1º: Nas áreas urbanas, em imóveis possuídos por população carente ou de baixa renda para sua moradia, onde não for possível individualizar as posses, poderá ser feita a demarcação da área a ser regularizada, cadastrando-se o assentamento, para posterior outorga de título de forma individual coletiva.

Percebe-se que não havia impedimento legal para regularização de uma área que, como é de conhecimento público, é ocupada há décadas por aquela população, podendo a União ter fomentado a regularização – incluindo projetos de intervenções urbanas previstas na própria política de regularização das terras da União ocupadas por populações de baixa renda. O desfechada história, por sua vez, mostrou que a União não cumpriu os termos da Lei acima citada. Ademais, a referida Guarda Provisória emitida em 13 de setembro de 2009, trazia em seu texto o seguinte intuito: “O imóvel está sendo entregue ao Município de Maceió, para guarda e vigilância, no estado em que se encontra, para poder evitar mais degradações e coibir as invasões constantes na área”. Não é de nossa competência elaborar aqui um debate jurídico, mas nos limites de nosso trabalho percebemos que os termos da guarda provisória inviabilizam e tornam improcedentes os argumentos apresentados no item 2 do ofício de indeferimento acima citado, no que se refere ao uso do item II do Art. 5º da MP 2.220: “É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º [...] em outro local na hipótese de ocupação de imóvel: II – destinado a projeto de urbanização”.

Todavia, cumpre notar que a Portaria que autoriza o Município ao uso do terreno na obra de urbanização será publicada apenas em 02 de fevereiro de 2012, no Diário oficial da União, ou seja, não havia oficialização da urbanização que por ventura ilustrou a SPU a indeferir o pleito da comunidade. Este mesmo item apresenta também como impedimento o Art. 4º da MP 2.220, tratando de que “No caso de a ocupação acarretar risco à vida e à saúde dos ocupantes, o poder público garantirá ao possuidor o exercício do direito de que tratam os 1º e 2º, em outro local”. Nesse caso cumpre destacar que o Plano Diretor da cidade define as condições de risco da ocupação do solo urbano:

Art. 96 §2º, IV – situação de risco, em decorrência das moradias estarem:

- a) sujeitas a deslizamento, em encostas ou grotas de alta declividade;
- b) sujeitas a enchentes, na beira da lagoa Mundaú, rios, riachos e canais ou em fundos de vale e linhas de drenagem natural;
- c) em terrenos turfosos impróprios para construção;
- d) sob as redes de alta tensão;
- e) nas faixas de domínio da rede ferroviária;
- f) sobre canais e galerias de águas pluviais;
- g) junto ao local de destino final de resíduos sólidos.

Como pode ser percebido, nenhum item se enquadra à vila de pescadores, o que comprova a inadequação do indeferimento. A não qualificação do suposto risco inviabiliza a desqualificação da MP 2.220 para o caso, principalmente se considerarmos que os riscos à saúde decorrentes da falta de saneamento e acúmulo de lixo não são propriedade do terreno em si, mas da falta de investimentos públicos, facilmente resolvidos por uma intervenção urbana adequada. Tal urbanização está prevista na própria política da União, prometida pelo Ministério da Pesca, e no próprio programa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, do Ministério das Cidades, de onde foi gerada a verba para o projeto da prefeitura, cuja finalidade primordial do referido programa, como já dito neste trabalho, seria manter as comunidades no local que ocupam.

Ou seja, a atuação da SPU no caso da Vila dos Pescadores não nos revela uma ação convincente. De acordo com os fatos, e com a legislação vigente, a história poderia ser diferente, caso a União não tivesse autorizado a Prefeitura a fazer uma intervenção numa área ocupada há décadas por uma comunidade tradicional. A esse respeito cabe aqui recorrer aos argumentos da professora de argumentação jurídica Ana Luiza AzevedoFiremann, da Faculdade de Alagoas⁴⁵:

Assim, resta indubitável e sem margem para questionamentos que os pescadores/moradores da Vila dos Pescadores de Jaraguá, seja individualmente ou coletivamente, possuem direito líquido e certo à concessão de uso especial para fins de moradia do terreno da União no qual residem, e que, como atores partícipes e moradores de comunidade tradicional, com cultura própria, têm ainda a proteção da sua tradição e territorialidade, conforme determinado no Decreto 6.040 de 2007, de maneira a preservar sua continuidade e suas gerações futuras, resguardando, igualmente, não somente sua história, mas também a história do Município de Maceió [...]. Ora, tal indeferimento vai de encontro a toda a legislação no que diz respeito ao direito à moradia, passando pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade, pela Medida Provisória 2.220, pela Instrução Normativa nº 2, a qual trata, especificamente, da CUEM, sendo, pois, uma afronta ao ordenamento jurídico brasileiro e às garantias fundamentais, pilar maior da cidadania, da dignidade e do Estado Democrático de Direito. [...] Ao se constatar o direito líquido e certo dos autores à Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CUEM do imóvel no qual residem, por várias décadas, e do qual tiram seu sustento e mantêm sua tradição e cultura, a “guarda provisória” dada à Prefeitura de Maceió é que deveria ter sido revogada, e não o contrário, pois os demandantes têm proteção legal prioritária.

Ou seja, a atitude da SPU inviabilizou o gozo de um direito líquido e certo da comunidade em relação à posse ao território, visto que, diante do conflito de interesses sobre a

⁴⁵ Texto publicado na página eletrônica do Movimento Abrace a Vila. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/255112871350488/permalink/338898726305235/>.

área, a demanda dos moradores teria prioridade sobre a demanda da prefeitura. Prioridade que ao não ser levada em consideração, deu margem para a futura Ação Civil Pública por parte da Prefeitura, solicitando a remoção dos moradores resistentes.

Todavia, já se percebe aqui uma comunidade pautada por uma atuação política diferente, mais orientada, ordenada: ao mesmo tempo em que é atacada, igualmente contrataca com os recursos que o sistema democrático lhe permite. A habilidade política em apontar as contradições, o modo de falar, a segurança nas palavras, a convicção dos argumentos, revelam um novo tipo de liderança, cuja postura e formação terão efeitos diretos no fortalecimento da resistência. Exemplo é o apoio que a comunidade receberá do Ministério Público Federal, representado pelo procurador Rodrigo Tenório. Em 21 de outubro de 2009, os moradores foram ouvidos pelo MPF. A reunião também contou com a presença de Yure Batalha, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que ressaltou o fato de o bairro de Jaraguá ser tombado por lei estadual, de modo que qualquer obra deveria ser aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura. Este é mais um preceito legal que seria ignorado pelo Poder Público Municipal. O comando de gerenciamento de crise da Polícia Militar também esteve presente. A Prefeitura foi chamada, mas não enviou nenhum representante.

Esta é uma das marcas deste processo, a Prefeitura nunca participou de nenhuma discussão, nenhuma reunião ampla e democrática, aberta a toda a comunidade e as instituições, cuja pauta fosse o debate de alternativas para a urbanização da Vila. As únicas vezes que a Prefeitura aparecia eram nas audiências convocadas pelo Ministério Público federal ou estadual, ou quando realizava suas próprias reuniões, com seus próprios convidados – moradores desistentes selecionados – com a pauta da remoção já previamente definida e inviolável.

Como afirmou Enaura nessa reunião, o clima na comunidade era de muito medo, e a tática da prefeitura era evitar este tipo de encontro em que seus argumentos fossem postos à prova, diante de outras instituições. Nunca realizaram uma reunião ampla, uma assembleia democrática. O trabalho da Prefeitura era feito pautado pela estratégia de levar pequenos grupos para a Secretaria de Habitação, recrutados pelas lideranças aliadas. Essa informação coincide com muitos depoimentos e muitas conversas que tivemos com os moradores, como nos conta Dona Mariluze, que havia sido uma das principais lideranças:

Nunca chamaram pra conversar. A Dra. chegava aqui pegava um bocado levavasimbora lá pros prédios. Nunca marcou uma reunião. Era chegar, pegar aquela turminha, se ela fosse com a cara da pessoa tudo bem. Se a

comunidade tivesse dado oportunidade de ele chegar aqui e fazer o que ele fez, eles hoje não procurava o direito deles na justiça. Teria sido tudo na tranquilidade. Mas porque foram na justiça contra o povo de Jaraguá? Se o povo fosse a favor não precisava brigar na justiça.⁴⁶

Os relatos dão conta de uma comunidade dividida pelo medo. A experiência anterior de 2002, quando 350 famílias foram levadas para o entorno do bairro Benedito Bentes, além de todas as remoções anteriores, pesou bastante no imaginário dos moradores, e a ameaça não era uma fantasia, era real. Ainda que concretamente não houvesse qualquer plano oficial da prefeitura em realizar tal transferência, seus funcionários e moradores aliados conseguiram introduzir certo terrorismo psicológico em torno desta ameaça, como vemos na fala de seu Juvenal:

Toda vida o povo foi contra. Porque eles diziam aqui que quem não fosse pro apartamento ia pro Benedito Bentes. Aí a metade com medo foram. E a metade que sabe que o trabalho é aqui, que até hoje tem gente que vive passando fome lá vem trabalhar de pés ficaram amedrontado e foram. E quem não teve medo ficaram. Eles disseram que ia derrubar tudo, ia botar BOPE, Força Nacional...⁴⁷

Segundo relataram os moradores, no dia a dia as lideranças cooptadas convenciam os moradores a ir conversar com a Prefeitura, eram levados numa van, muitas vezes voltavam convencidos de assinar a adesão. E o argumento era sempre o mesmo. Segundo o pescador José Cícero, as reuniões com a prefeitura eram pra afirmar o que eles queriam:

Eles dizem pra onde você tem que ir, e diz que o local que você quer não serve pra construir nada e que ele não vai construir. Não se engane, não fica ninguém, se você não aceitar você vai perder. Quer dizer, a negociação foi essa, uma negociação que só tinha uma parte, que era a deles, a nós só cabia ter que aceitar apulso. Não tinha outra opção.⁴⁸

A grande maioria dos moradores que ouvimos apresentou o mesmo discurso, qual seja, o fato de aceitarem a transferência por medo, após serem abordados pelos próprios moradores escolhidos para formar a comissão da prefeitura dentro da comunidade, como conta a marisqueira Bernadete:

A gente tava reivindicando porque não queria vir pra cá. O secretário não pode dizer que o povo queria vir, porque não quis. Quiseram sim, a comissão que eles fizeram com Lia, seu Anselmo, Neno, Iracema. Convencendo as pessoas a vir, quem não queria ir era taxado como sendo da resistência e não tinha direito a participar das reuniões, eu mesma fui barrada, era

⁴⁶ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2012.

⁴⁷ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2012. Seu Juvenal nasceu e se criou na Vila. Semianalfabeto, pai de cinco filhos, afirmou que fora bastante assediado pelos líderes da desistência e por uma alta funcionária da Secretaria de Habitação.

⁴⁸ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2012. José Cícero é pescador e chegou na Vila com cinco anos de idade, trazido por seu padrinho que era dono de barco. Sua esposa complementava a renda vendendo comida.

discriminação. As reuniões sobre o depósito eu não tinha direito de ir, só quem tinha aceitado a transferência. Dizem que é moradia digna. Digno é onde a gente ganha o pão.⁴⁹

Essa comissão era formada por quatro moradores, dentre os quais dois deles eram membros da velha diretoria da associação. Além destes, duas mulheres a compunham. A esposa de um pescador, e outra senhora que não participava da cadeia da pesca, A esse respeito, Bernadete apresentou o seguinte relato:

Ela chegou aqui de paraquedas e arrumou um barraquinho, deixou os filhos passando fome, ficava aí os bichinhos na rua, pedindo coisas, a comunidade ajudava, um dava um pão, um prato de comida. Ela deixava os filhos aí e passava meses num cabaré em Salvador. Outras vezes ia se prostituir no Recife. Aí a Enaura botou os bichinho no Ponto de Cultura e ajudou muito. Depois que fizeram as comissões ela se encaixou na comissão e se encheu de poder. Quando a prefeitura começou a fazer as reuniões queria pessoas da comunidade pra ser liderança. Pegou algumas pessoas e fez uma comissão pra organizar a ida pros apartamentos. Eles são os olheiros da prefeitura na comunidade. Tem pessoas com mais de trinta anos que tá lá como traficante. Um menino que nasceu e se criou aqui, casou, tem três filhos, ficou de fora porque a comissão disse que ele era traficante. A irmã dele disse que lá na habitação ele não pode nem chegar, porque é tido como traficante.⁵⁰

Além da comissão, relatam a ação da alta funcionária da Secretaria de Habitação que coordenava a remoção. Na hierarquia, seria a segunda pessoa abaixo do Secretário, e segundo os relatos, podemos perceber que sua atuação na vila se dava por meio de dois comportamentos: uns, conquistava pela persuasão, apresentando-se como amiga, querendo ajudar; enquanto que com outros, agia pelo amedrontamento. O medo foi o principal elemento de persuasão na maioria dos relatos, como podemos ver na fala da marisqueira Josefa:

No começo eu não queira ir não. Mas começaram a esperar ordem do juiz. A moça disse que esse negócio de juiz é uma só, não tem vários juizes. E a senhora tem que assinar e pegar o que é seu. Se a senhora não assinar, assine logo dizendo que não quer. Senão a senhora vai ficar sem nada. Aí eu assinei porque eu não podia ficar na rua. Minha preocupação agora é minha filha que tá aqui ainda. Ela garantiu que não me preocupasse porque quem tá aqui não vai ficar ninguém na rua. Todos têm direito a um ambiente. Quando eu vi o problema da Ilsa, que ficou sem nada, eu preferi assinar. Riscaram o nome dela do cadastro. Eu não tenho pra onde ir, não tenho outra solução, tive que assinar.⁵¹

⁴⁹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2012. Bernadete chegou na Vila aos oito anos de idade, quando seu tio, que veio primeiro, convenceu seu pai a deixar o Rio Grande do Norte, já que em Jaraguá a fartura de peixe, na época, era mais atrativa que o trabalho nas salinas. De temperamento forte, participa ativamente da Associação de Moradores, e demonstra muito orgulho em pertencer à resistência. Afirma que isso não tem preço, e que os quarenta anos vividos na Vila é que a levam a lutar até o último instante.

⁵⁰ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2012.

⁵¹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2012. Josefa chegou na Vila no ano de 1990, acompanhando o marido. Logo se inseriu na cadeia da pesca, através da mariscagem. Ressentia-se por não ter coragem de lutar, embora admirasse os que se mantiveram na resistência.

Enquanto alguns moradores se entregavam pelo medo, outros afirmavam claramente a possibilidade de tirar vantagem da transferência, sonhavam em ganhar o apartamento, vender, e reconstruir o barraco na comunidade, porque tinham plena convicção de que a comunidade permaneceria do mesmo jeito. “Isso aqui não vai acabar nunca”, configurando uma verdadeira descrença na eficácia do Movimento, como discutiremos mais adiante.

No dia 04 de fevereiro de 2010, o site do MPF noticia a orientação do órgão sobre o caso, com o título: “Vila dos Pescadores deve permanecer sob domínio da União, orienta MPF/AL: prefeitura quer construir uma marina no local; moradores seriam removidos para o Sobral”⁵². A recomendação foi respaldada pelo fato de que a prefeitura não tinha cumprido os requisitos prescritos na Lei Orgânica do Município e na Lei 9.636/98. Basicamente, o Procurador afirma o descumprimento do Artigo 111, da LOM, que impõe a necessidade de consulta prévia em caso de remoção.

Ao contrário do que argumenta a Prefeitura, **as famílias de pescadores que ocupam o local têm se colocado contra a remoção**, como constatado pessoalmente pelo procurador durante audiência em outubro do ano passado. Além disso, uma pesquisa da Universidade Federal de Alagoas juntada ao procedimento administrativo que investiga o uso do local constatou que **67% dos moradores não desejam residir em outro local**. (Grifo nosso).

Consideramos importante destacar o trecho abaixo:

Ante os princípios da legalidade e da moralidade administrativa, a cessão pela União não pode ser usada para a prática de ilícitos. Por isso é crucial que, antes de concretizar a cessão, a União observe primeiramente o cumprimento no artigo 111º da Lei Orgânica do Município de Maceió.

Esta publicação no site de MPF é de 04/02/2010, mas, como já apresentado neste trabalho, em 2009 a SPU concedera a guarda provisória da área para a prefeitura, com o agravante de que, por causa dessa guarda provisória, a SPU negará o Pedido de Concessão de Uso Especial para fins de moradia, como vimos acima. Posteriormente, a Associação de Moradores encaminhará ofício ao MPF/AL solicitando informações sobre o cumprimento desta ilegalidade, não obtendo resposta.

Ainda segundo o procurador do MPF/AL, a Prefeitura teria anunciado por meio de publicação oficial a construção de uma marina, e que tanto a marina, quanto o plano de trabalho do Centro Pesqueiro apresentam indícios da

⁵² Disponível em:

http://www.pral.mpf.mp.br/admin/noticias/arquivo/vila_dos_pescadores_deve_permanecer_sob_domnio_da_uni_o_orienta_mpfal/. Acesso em 05 mar 2011.

[...] possibilidade de áreas do imóvel serem destinadas a empreendimentos de fins lucrativos. Neste caso, a Lei 9.636/98 determina que a cessão, se houver, deverá ser onerosa e respeitar os procedimentos licitatórios, sempre que existam condições de competitividade.

A atuação do Ministério Público, nesta fase da luta, também consistiu em exigir da prefeitura suas obrigações legais, como a coleta de lixo, que era negligenciada pelo poder público. A recomendação exige que a limpeza urbana seja feita em até 72 horas, e que

[...] a mantenha de forma regular, da mesma forma que faz nas áreas vizinhas, preservando assim o meio ambiente e a saúde dos moradores. Uma inspeção feita nesta sexta-feira pelo Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas comprovou que a prefeitura não vem realizando, como mínimo de regularidade, a coleta de lixo no local.

Como de costume, a recomendação não foi atendida, acumulando-se o lixo na comunidade, a despeito de inúmeros ofícios expedidos pela Associação de Moradores ao longo do tempo. É importante notar também o quanto ela expõe, de modo claro, o tratamento diferenciado que a prefeitura dispõe à comunidade, em relação ao tratamento à população circunvizinha, sobretudo nas áreas nobres.

Outro evento que deixou a comunidade perplexa foi a divulgação de um edital para licitação de empresa para operacionalização da remoção, em março de 2010 intitulado **“Trabalho Técnico-Social para o Projeto de Urbanização da Vila dos Pescadores do Bairro de Jaraguá – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários”**.⁵³

O texto revela o nível de incongruência entre o que a Prefeitura dizia e o que de fato existia na comunidade. Com tom higienista, o edital trazia a imagem de uma comunidade totalmente desqualificada e descaracterizada. Apresentamos abaixo alguns tópicos deste edital acompanhados de nossa contestação.

1) **“comunidade propensa apenas à ‘reprodução biológica extremamente débil’** – informação absurda, pois o senso da UFAL revela que a média familiar é quatro a cinco pessoas, bem dentro da média brasileira; 2) **“nível de organização apático”** – informação inverídica, visto que a comunidade era representada pela Associação de Moradores e Amigos do Jaraguá (AMAJAR), legalizada e legítima, com alto grau de adesão e apoio no interior do grupo e, sobretudo, reconhecimento dos movimentos sociais e instituições, e que sustentava a resistência, motivo pelo qual a Prefeitura tenta ignorar, violando o princípio da auto-organização da comunidade; 3) **“comunidade segregada do**

⁵³ MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Diretoria de Licitações/SMF. Edital de pregão eletrônico – DL/SMF 16/2010.

convívio maior da cidade” – na verdade os pescadores possuem bom nível de articulação com a sociedade, uma vez que são filiados à Colônia de Pescadores Z-11, praticam os deveres cívicos, recebem diversos grupos acadêmicos para pesquisa e extensão, representam e executam um Ponto de Cultura do Ministério da Cultura (maior façanha do grupo), jovens se destacam na pintura de quadros, na música do Maracatu, no futebol, no teatro local, na dança, na capoeira, além da atividade profissional, pois sua produção de pescado abastece grande parte da cidade; 4) **“relações familiares e interpessoais agressivas”** – informação preconceituosa construída junto ao estigma de bandidos criado pela Prefeitura; 5) **“comunidade incapaz de autossustentação, necessitada de intervenções no âmbito da assistência social e das benesses do Poder Público”** – outra inverdade, pois apesar da pobreza, não viviam na miséria, e nunca tiveram nenhuma intervenção favorável de nenhum dos poderes, salvo a participação nos programas sociais do Governo Federal, o que é natural às comunidades pobres de todo o Brasil; 6) **“exclusão de representação de seus interesses, devido os projetos nunca saírem do papel”** – Este argumento atesta a incompetência e apatia do Poder Público, não da comunidade; 7) **“precária inserção no mercado de trabalho”** – na verdade estão inseridos no mercado através da pesca, e as condições precárias do trabalho são decorrentes da negligência da prefeitura, pois a urbanização da Vila sanaria tais precariedades.

Como a própria Prefeitura afirmou nos argumentos do processo judicial, a urbanização resolveria todos os problemas relativos à precariedade lá existente. Numa eficaz análise deste edital, claramente expressão do racismo de Estado, Hüning (2014, p. 8) descreve como o poder público transforma o discurso oficial em veículo de transformação da comunidade como inimiga da cidade, em suas estratégias biopolíticas.

Produce-se aí uma verdade do Estado sobre a forma como são concebidas as pessoas e seus modos de vida nessa comunidade, promovendo a inferiorização biológica e social por processos que, de certo modo, legitimam e justificam a imposição da violência. São fundamentais aqui as noções de risco e perigo a partir das quais se podem acionar discursos e práticas em nome de uma segurança para a cidade e até mesmo para as próprias pessoas que aí residem (Foucault, 2008a). Racismo e criminalização das condutas e dos hábitos tornam possível que o Estado sustente tais práticas e discursos sobre seus cidadãos, acenando com proposições higienistas no governo contemporâneo da cidade.

Hüning recorre a Michel Foucault para demonstrar o caráter grotesco deste documento oficial, comparando-o aos textos psiquiátricos/penais analisados na obra “Os

anormais”⁵⁴, em virtude da violenta contradição de "deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los" (FOUCAULT apud HÜNING, 2014, p.6), considerando que os índices apontados como desqualificantes sociais da comunidade são exatamente oriundos de sua própria ineficiência, ou talvez sua proposital omissão, na produção da situação degradante que, construída na ausência de direitos e no usufruto real de uma condição cidadã, servirão como pretexto para o discurso criminalizante que justificará a remoção.

Insatisfeitos com a campanha de desqualificação social, como pode ser visto não apenas nos registros da imprensa, mas no documento acima, a comunidade recorre ao IPHAN, onde entra com pedido de reconhecimento, requerendo inscrição no Livro de Registro Ofícios e Modos de fazer, relativos ao ofício da pesca tradicional, e o registro no Livro de Registro de Lugar, onde se realiza esse fazer. A decisão saiu de uma deliberação no *Seminário de Cartografia do Ponto de Cultura Enseada das Canoas: YAR-Á-GUÁ cultural: o lugar e o labor como patrimônio cultural imaterial*, mais uma das atividades deste projeto. A ideia era desconstruir a imagem negativa disseminada pelo poder público, bem como adquirir mais elementos de defesa do território. Aqui se percebe que os moradores não atribuem importância apenas ao ofício em si, mas ao lugar onde se realiza este ofício, e a iniciativa de recorrer ao IPHAN vai ao sentido de tentar preservar esse lugar. Reproduzimos abaixo alguns itens do requerimento:

- Estudo e historiadores indicam a importância da enseada de Jaraguá como originária da vila que deu origem à cidade de Maceió através da vivência e atividade de pescadores que remonta ao tempo de grupos indígenas que se estendia pelo litoral;
- O lugar, Jaraguá, é patrimônio cultural tombado pelo Conselho Estadual de Cultura e a Vila dos Pescadores está dentro da área tombada;
- A Vila de Pescadores é o lugar de manutenção das tradições da pesca através da comunidade de pescadores que luta por permanecer ali e vivenciar sua identidade, sua cultura e seu patrimônio intangível;
- O terreiro de raiz africana da Vila de Pescadores, ali existente, é igualmente elemento representativo de relações culturais entre diferentes matrizes e espaço de manutenção de seus referenciais (música e dança afro-brasileira, capoeira, coco-de-roda, batuque, religiosidade).

A estratégia de recorrer ao IPHAN acabou não funcionando. Passou um bom tempo para que finalmente o órgão fizesse contato. Meses depois apareceu uma comissão técnica que fez algumas visitas, para em seguida desaparecer hoje não mais entrar em contato.

⁵⁴ Foucault, M. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

No dia 07 de novembro de 2011, houve mais uma reunião entre o MPF/AL e a Prefeitura, na qual o procurador solicitou da Prefeitura um estudo que oferecesse alternativas às famílias que desejassem permanecer. Foi dado um prazo de dez dias, porém esse estudo, como todos os outros solicitados nas audiências anteriores, nunca apareceu. Na mesma reunião foi solicitado também opções de fornecimento de transporte da nova área para a vila. Como será observado posteriormente, nenhuma linha de transporte será criada, e os moradores destinarão parte de seu já precário orçamento no gasto com transporte clandestino. Curiosamente, mais uma vez ficou reafirmado que não seria feita remoção das famílias que se recusavam: “Na reunião, os representantes da Prefeitura afirmaram que não farão em hipótese alguma remoção forçada dos moradores e que irão buscar opções para a construção de um píer e de uma pequena quantidade de apartamentos no local”.

Portanto, percebe-se, neste momento da luta, uma atuação do MPF/AL muito centrada na garantia dos direitos da comunidade, bem como transparência na vigilância do emprego da lei. A alegria desses desdobramentos se traduzia pela euforia dos moradores, que acreditavam na eficácia da resistência e começavam a colher os frutos de uma Associação de moradores restaurada e comandada por uma liderança mais dinâmica, e com maior discernimento no trato com a luta e com as instituições. Apesar das exigências feitas pelo MPF/AL, a SPU enviou por meio do ofício nº 139/2010 – SPU/AL, de 12 de fevereiro de 2010, comunicado ao procurador de que enviou solicitação de esclarecimento à prefeitura. Por meio do ofício nº 166/2010-SPU/AL, a SPU solicita à prefeitura que esclareça “quais as providências administrativas legais da Prefeitura Municipal de Maceió para atendimento ao previsto no Art. 111º da lei orgânica do Município de Maceió, tendo em vista a reurbanização do assentamento precário com remoção de seus moradores”. A prefeitura responde com ofício nº 136/2010, de 05 de março de 2010, nos seguintes termos: “Em relação ao previsto no Art. 111º da Lei Orgânica do Município de Maceió, segue, anexada, cópia do Termo de Adesão Coletivo assinado pelos moradores da favela do Jaraguá, em fevereiro de 2010, cientes das normas do Projeto de Urbanização vila dos pescadores”.

Todavia, o referido termo é assinado por 119 moradores, o que equivale a um terço da população da vila na época, configurando-se como minoria, assim como não esclarece como e de que forma foi consolidada tal adesão, uma vez que os moradores asseguravam nunca ter havido, por parte da Prefeitura, a realização de algum tipo de reunião ampla e democrática, em espaço aberto na comunidade para tratar do assunto. O mais estranho desse termo coletivo é que nele está escrito que os moradores têm “pleno

conhecimento” das normas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cuja regulamentação prevê que a verba seja usada para urbanização no próprio local. Percebe-se assim que a prefeitura vai de encontro à norma do programa, ao apresentar o código de postura do Município como impedimento para a construção de moradias no local – como pode ser visto no plano de trabalho apresentado sob nº 251.148-64/2008 -, ainda que não haja neste código uma única linha escrita a esse respeito. Vemos como extrema discrepância um cidadão assinar um documento contra si mesmo, ou seja, afirmar ter ciência de uma regulamentação que diz que ele tem direito de permanecer no local, mas mesmo assim aceitaria ser removido.

Portanto, neste momento é importante demonstrar a dinâmica e os atores do conflito, para entender, ou procurar entender, como esta situação haverá de se reverter, gerando um longo processo jurídico. Isso porque, no campo jurídico, a configuração histórica mudará totalmente, a ponto de se inverter os sentidos deste conflito. Neste caminho, vale apenas trazer outro debate polêmico, que foi o embate entre Prefeitura e União. A posição da União variou ao longo deste processo conforme o jogo político de sua gerência, como se pode ver na publicação de 09/03/2008, da Gazeta de Alagoas, que trata da contradição de posições entre os órgãos: “mas o gerente substituto do patrimônio da União em Alagoas, Mário Gama, disse que isso é uma decisão da Prefeitura e que a União não se opõe à construção das moradias onde hoje existe a Vila”. Todavia, a Prefeitura negara qualquer diálogo no sentido desta permanência, alegando contraditoriamente a União como impedimento, como descreve a mesma matéria: “as casas não poderão ser construídas onde hoje existe a vila de pescadores porque o terreno pertence à União, que não permitiria a construção de moradias”.

Esta alegação, todavia, não apenas foi desmentida pelo gerente da SPU, conforme reportagem acima, como entra em contradição com o próprio convênio de cessão firmado entre prefeitura e União, conforme já citado anteriormente, para urbanização da Vila com Verbas do PRODETUR. O resgate dessas falas também se nos revela importante pelo fato de elas configurarem o tipo de relação entre Prefeitura e comunidade, ao longo deste processo. Nesta mesma reportagem, o Secretário de Habitação define os termos da remoção: “[...] a prefeitura não vai mais discutir o local da transferência e que as famílias devem ser retiradas até o fim do ano. **A transferência vai ser feita e quem não aceitar vai sair de qualquer jeito**” (Grifo nosso). Como pode ser observado, trata-se de uma relação marcada pela intransigência e autoritarismo, totalmente inversa à situação de suposto diálogo que será descrita posteriormente nos autos da ação civil pública e, sobretudo, na contramão do Plano

Diretor e da Lei orgânica do Município. Na mesma reportagem, também se pode observar outra informação interessante. A professora Marluce Cavalcante, da Faculdade de Alagoas (FAL), se diz surpresa com a atitude da Prefeitura, mostrando a Ata de Reunião com o Ministério Público de 2005, em que a Prefeitura se compromete em não remover os moradores que preferirem ficar no local. Todavia, a matéria revela, sobretudo, uma inesperada e misteriosa mudança de postura de parte dos moradores, a partir de uma visita do Secretário à comunidade, conforme pode ser lido na reportagem acima citada:

A maioria dos moradores é contra a transferência e reivindica que as moradias sejam construídas no mesmo local onde vivem a mais de seis décadas. [...] Mas depois da ‘visita’ do secretário de habitação, Nilton Nascimento, no início da semana, um ‘racha’ dividiu a comunidade. Agora, um número representativo de moradores da Vila de Pescadores aceita serem transferidos para o Sobral.

A informação é clara quanto à divisão política citada ter acontecido por força de uma “visita do Secretário”, ou seja, da interferência direta da prefeitura no processo político interno da comunidade. As entrelinhas desta história não haverão de fornecer subsídios para chegar ao que de fato aconteceu com um grupo de cerca de quatro lideranças comunitárias que mudaram de opinião repentinamente sobre a transferência. Para nosso entendimento, cabe apenas colocar o contexto e apresentar a versão dos moradores entrevistados ao longo deste trabalho. A começar pela estranheza de uma mudança tão drástica, de um problema social tão complexo, começar a se reverter a partir de uma “visita do Secretário”, como está sublinhado pelo repórter responsável pela matéria. É importante também anotar o discurso do pescador Josué Félix, para posteriores comparações: “Nós, enquanto liderança da comunidade, vamos acatar o que a maioria decidir. A decisão tem que ser democrática. Se a maioria resolver ficar, vamos brigar para que as moradias sejam construídas aqui”. Entretanto, a decisão democrática favorável à permanência não foi respeitada pelo próprio líder acima entrevistado, que junto com outra liderança comunitária, começa a desenvolver um trabalho de persuasão, nos bastidores da comunidade, para a aceitação da transferência. Em uma publicação do periódico Alagoas 24 horas ainda podemos ver essas duas lideranças figurado no quadro da resistência, recorrendo ao Ministério Público Estadual pela permanência⁵⁵. A coesão do grupo começa a ser minada, e dois fatores haverão de contribuir para a consolidação deste racha: a instrumentalização dessas lideranças nos bastidores da Secretaria de

55

Disponível

em:

<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/index.asp?vEditoria=Macei%C3%83%C6%92%C3%82%C2%B3&vCod=3238>.

Habitação, contrastando com a eleição de uma nova diretoria da Associação; e um acordo do PT com o prefeito Cícero Almeida, em troca de uma Secretaria Municipal e do apoio à candidatura de Dilma para a presidência.

Começou a pesar a tendência de velhas lideranças estranhamente mudando de lado não apenas para aceitar o projeto da prefeitura, mas para trabalhar em prol do convencimento dos moradores, a ponto de se tornarem militantes do projeto de remoção junto à comunidade. Uma liderança comunitária recorda este momento nas seguintes palavras:

Teve um momento que eles foram chamados, houve uma formação deles lá, no sentido de que ‘ali não fica ninguém’. Então eles acreditaram nisso e conseguiram passar, fazendo medo ao povo. O Neno e o Seu Anselmo passaram quase a morar na Secretaria de Habitação, teve um momento que eles já falavam em nome da prefeitura, se tornaram os homens de confiança deles.

Os moradores da resistência relatam que os funcionários da Prefeitura andavam dentro da comunidade acompanhados das lideranças então cooptadas, cujo comportamento pode ser descrito de duas formas. Primeiro, para aqueles que estavam em dúvida, apresentavam um discurso de convencimento, pautado pelo argumento do cansaço, que durante anos viveram no lixo, naquele “inferno”, e que agora pela primeira vez tinham alguma coisa concreta, sair da degradação para morar num lugar decente, já com terreno comprado, não se tratava mais de promessas vazias. Não é de se estranhar boa parte ter aceitado, principalmente aqueles que não dependiam da pesca. Eram 450, mas muitos não trabalhavam com a pesca, seus direitos eram garantidos pelo tempo de moradia. Era o caso das próprias lideranças cooptadas, um que era aposentado e nunca pescou; outro ganhou a vida como comerciante. Segundo, para o outro grupo de moradores que dependiam da pesca, estes mantiveram forte a resistência, mas funcionou a estratégia de afirmar que se não aceitassem as remoções, seriam transferidos para o Conjunto Residencial Carminha, local distante 40 km, para onde foram levadas as 350 famílias em 2002, ou mesmo que sairiam sem nada, porque a prefeitura era forte e o pescador era fraco, favelado, sem apoio da população.

Esse discurso, reproduzido por essas lideranças e por funcionários da prefeitura, coadunava com o comportamento da prefeitura na voz de seu maior representante, o prefeito, que sempre que se referia à vila era chamando seus moradores de traficantes, vagabundos, acusando os resistentes de “cabras da peste” e afirmando que a polícia “iria dar um jeito”. Nas palavras do pescador Elinaldo:

A prefeitura nunca chamou a comunidade pra conversar. A doutora chegava aqui, pegava um bocado e levava aquela turminha pra Secretaria. Eles diziam aqui que quem não fosse pros apartamentos ia pro Benedito Bentes.

Que iam derrubar tudo, botar o BOPE, a Força Nacional, aí a metade dos pescadores e marisqueiras foram. E a metade que não teve medo ficou.⁵⁶

O outro fator que contribui com a adesão foi a retirada do apoio do Partido dos Trabalhadores à resistência. Tradicional defensor da comunidade, o deputado Paulão foi protagonista de um acordo político no início de 2009, que selou a aliança entre o PT e o Prefeito. Como dizia o próprio deputado, esta aliança reproduzia os desenhos políticos da coligação nacional. Os efeitos desse acordo, que rendeu a Secretaria Municipal de Educação para o PT, marcam o início do afastamento do deputado Paulão nos marcos da resistência, fenômeno que seria confirmado com a atuação de seu filho junto à CUFA (Central Única das Favelas). Segundo os moradores ligados à resistência, o filho de deputado foi uma das personagens no trabalho de convencimento pela remoção no seio da comunidade, junto ao presidente da CUT. O deputado Judson Cabral, do PT, por sua vez, manteve-se firme na defesa da permanência, por muito tempo sendo a base de apoio da comunidade na Assembleia Legislativa de Alagoas, onde inclusive realizou uma sessão especial sobre a vila (este que foi um dos dois únicos votos contra o acordo com o Prefeito, o que demonstra certa relação do enfraquecimento da resistência com o desenrolar da política local, diretamente afetada pelo acordo).

Em nossa pesquisa de campo, obtivemos a informação que pessoas ligadas ao PT entendem que o problema foi o Paulão ter ouvido as pessoas erradas⁵⁷. Em vez de acreditar na liderança, nos grupos formados pelos legítimos representantes da comunidade e de sua entidade representativa, ele teria dado mais ouvido às velhas lideranças, resultando na desistência da luta pela permanência e consequente colaboração com a prefeitura, processo que descrevemos anteriormente. Desse modo, contraditoriamente à postura ética praticada até aquele momento, o PT colaborou com um processo de negação da legitimidade de uma Associação de Moradores, representante legal de uma comunidade, para compactuar com a Prefeitura negociações praticadas à revelia desses representantes. Como afirmou uma professora que acompanhou de perto este processo, parte da comunidade, sobretudo aqueles que foram convencidos a ser removidos, por ser de pouca formação, achavam isso natural, porque não tinham o entendimento de se tratar de um processo de cooptação.

⁵⁶ Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2013. Elinaldo é uma das principais lideranças da resistência. Ao longo da convivência com a comunidade, notamos que em todas as atividades de luta ele estava sempre a frente, e geralmente acompanhava Enaura nas audiências e reuniões.

⁵⁷ Entrevista de pesquisa realizada com militante do PT em 22 de janeiro de 2015.

Concordando com esse entendimento, uma ativista integrante do PT e da CUT⁵⁸, descreve como observou o momento e coloca sua avaliação do papel da CUT e do PT neste processo. Segundo ela, o que deu pra perceber foi uma grande “cooptação do poder público”. Por ser uma área nobre, dos grandes hotéis da região, no momento da revitalização do Jaraguá ficou no imaginário do povo que colocou bares ali, e rede hoteleira da região, que era difícil o comércio e o desenvolvimento por causa da marginalidade. E as coisas que ocorriam eram em virtude disso. Então o poder público, com a visão voltada pra favorecer o setor imobiliário e setor turístico, adotou essa lógica, porque eles consideravam, e continuam considerando, que a favela é quem produz os marginais que atrapalharam o processo da revitalização. Infelizmente, afirma esta ativista que acompanhou de perto a história da Vila de Jaraguá, essa concepção distorcida tomou conta também de alguns dirigentes da CUT e do PT, que foram muito influenciados por algumas lideranças da velha Associação, ignorando a versão das novas lideranças que surgiam em torno de Enaura.

Pior foi quando o PT entrou pra esse governo⁵⁹. Minha gente, o que nos faz entrar nesse governo, se não temos alinhamento político nenhum com esse governo? Só porque estava se apontando a possibilidade de apoiar Dilma, só porque ele estava com 88% de popularidade, reverter isso pra Dilma, fazer uma aliança para o governo federal. O Cícero Almeida ficou sem partido e o Benedito de Lira e o João Lyra rasgando elogios a Dilma, então numa conversa que aconteceu em Brasília, com o Lula, o prefeito e esse povo foi que se apontou para essa aliança. Sem necessidade, antes de concretizar a eleição, a gente entrar numa secretaria. Foi um desastre, porque tudo de ruim que aconteceu se reverteu na eleição. O próprio Tomás Beltrão, que assumiu a Secretaria de Educação, teve reflexo na eleição. Uma base política ideológica dos técnicos da Secretaria de Educação rompeu conosco. Quase perdemos o SINTEAL, ganhamos no sufoco por dois votos. Foi uma vitória com sabor de derrota. Demonstração do que foi nossa presença nesse governo Cícero Almeida.⁶⁰

Coincidência ou não, é a partir desta aliança que a cisão na comunidade se amplia. Os dados colhidos são suficientes para demonstrar que esta coalizão PT/velhas lideranças/Prefeitura consolida o racha, amplia a divisão, instrumentaliza as lideranças desistentes e isolam as lideranças resistentes. Além da cooptação de lideranças por parte da prefeitura, um fator preponderante no processo de convencimento foi a atuação da CUT na comunidade, que passou a defender a remoção. Muitas reuniões foram realizadas no interior da própria CUT, algumas contando com a presença de representante da Caixa Econômica

⁵⁸ Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2015, na sede da CUT. Optamos por preservar a identidade da entrevistada.

⁵⁹ Referindo-se à gestão do Cícero Almeida.

⁶⁰ Idem nota 58.

Federal, onde se definiam estratégias de adesão à remoção⁶¹. Entrevistamos pessoas que participaram deste processo, cuja avaliação é que a participação da CUT neste momento foi pautada muito mais por interesses pessoais de seu representante, que era candidato a vereador e pretendia tirar proveito político desta articulação. Para esta militante, a CUT influenciou diretamente no processo de convencimento de parte dos moradores para aceitar a remoção. E se sente indignada quando se refere ao apoio da entidade no desenvolvimento do condomínio da praia do Sobral, sobretudo, em colocar o nome de uma militante histórica do PT na escola construída pela Prefeitura dentro do condomínio.

Chegar ao ponto de colocar o nome da escola de uma companheira de luta, a Cidinha, para inclusive fazer a cooptação ainda maior de uma parte do PT que já estava dentro da SEMED⁶², porque inclusive uma irmã dela trabalhava na SEMED e ficou toda orgulhosa, mas eu tenho certeza que, se a companheira Cidinha estivesse viva, não iria concordar com esse tipo de coisa.

Portanto, há uma ambiguidade no papel da CUT e do PT. Na verdade, uma parte desta entidade e deste partido, principalmente seus dirigentes que tinham uma ligação com o grupo que foi cooptado pela Prefeitura e conseguiu convencer os moradores que estavam sob seu leque de influências. Dizemos parte, porque outra parte da CUT se posicionou contrária a essa prática. Dentro do próprio PT, o então deputado Judson Cabral se manteve aliado da parte resistente da comunidade até o momento da sentença judicial, além de militantes históricos do PT que defenderam a permanência dos moradores, como veremos posteriormente, ingressando o Movimento Abrace a Vila. No entanto, essa prática ambígua vai enfraquecer a comunidade e consolidar a divisão. Restará ao grupo da resistência, cada vez mais isolado politicamente, construir outras relações, como a estabelecida com a Universidade, que passa a assumir o papel de apoio à resistência.

Para engrossar este dilema na relação entre PT e a Vila dos Pescadores do Jaraguá, ela também comenta a desastrosa participação da CUFA (Central Única das Favelas) na cooptação dos moradores:

Porque moravam naqueles apartamentos na Cruz das Almas, nunca moraram em favela, como é que vem querer representar movimento de favela? Aqueles meninos não tinham clareza das coisas, aí sofrem a influência da Prefeitura pra ir pra lá convencer o povo a sair... Que tipo de resistência eles querem construir? Porque a CUFA é resistência. Tenho certeza que a CUFA nacional não sabe disso.

⁶¹ Informação colhida em entrevista com membro da CUT e do PT, em 21 de janeiro de 2015. Esta informação também foi ressaltada na entrevista com uma moradora que participou das reuniões, na medida em que era cabo eleitoral do partido na comunidade, embora tenha permanecido na resistência.

⁶² Secretaria Municipal de Educação.

Ainda que ciente de que a atuação do PT e da CUT consistiu em um erro político, provavelmente decorrido da aliança nacional com o prefeito, esta militante acredita que o suposto erro histórico foi muito mais influenciado por interesses pessoais dos dirigentes da CUT, com finalidades eleitoreiras. Ela se lembra de ter presenciado uma articulação de um dirigente com as lideranças cooptadas:

Ele entrou lá por conta do Neno e do seu Anselmo, trouxeram eles pra se filiar ao PT. Ele teve participação direta. Teve reuniões aqui na sala da presidência, com grupos de moradores. Ele teve uma influência direta nisso, aí juntou a candidatura dele, e a aliança com Cícero Almeida, aí casou os interesses. Enaura ficou isolada porque não fazia parte do grupo que ele estava defendendo. Esse momento se cristalizou. [...] eles pensaram que tirando uma metade das pessoas, os outros não teriam como resistir. Só que eles não contavam que o Dr. Rodrigo Tenório, do Ministério Público Federal, iria segurar, como segurou. Ele ia pessoalmente lá e dizia que não iria permitir derrubar a casa de ninguém.

Foi assim que se consolidou a divisão política da comunidade, fato crucial na reviravolta que a prefeitura consegue dar na recusa de seu projeto. Beneficiado pelas alianças políticas nacionais e locais, o poder público municipal aproveita o enfraquecimento da comunidade, que perde seu principal apoio a nível parlamentar e suas principais lideranças, ficando a resistência a cargo da nova geração de líderes comunitários encabeçados por Enaura. Esta, por sua vez, fica cada vez mais sem terreno político, visto que foram ignorados e o processo de remoção começou, a partir deste momento, a ocorrer na relação da prefeitura com essas lideranças e seus interlocutores, à revelia da Associação de Moradores, que mesmo assim manteve bravamente a resistência com apoio dos acadêmicos que realizavam trabalhos de pesquisa e extensão, e o apoio do Procurador Rodrigo Tenório, do MPF, até o momento em que este acaba sendo substituído de suas funções. Toda negociação do projeto de remoção passou a funcionar sob a égide da comissão de moradores indicada pela prefeitura, que passou a exercer, informalmente, o papel de representante que não lhe cabia oficialmente, uma vez que a comunidade era representada pela Associação de moradores, numa clara violação dos princípios democráticos previstos tanto na ética política, como na legislação vigente.

1.6. Nova mudança de governo e a inversão da estratégia de expulsão: a batalha no campo judicial

Com a saída do prefeito Cícero Almeida e a entrada da Gestão Rui Palmeira, o conflito teve continuidade, embora com um novo aspecto. A nova gestão manteve a ofensiva da remoção, igualmente sem se propor ao diálogo com a comunidade resistente, porém com um tom menos agressivo que a gestão anterior. Já não se via o Prefeito ir a público ameaçar

passar o trator ou meter o cacete nos moradores, embora se tenha mantido a mesma política e os mesmos argumentos, e igualmente o controle da informação, pois a imprensa local cumpria o papel de assegurar à opinião pública que a Vila se tratava de uma favela habitada por gente perigosa, que deveria ser removida porque a prefeitura estaria dando moradia digna para todos. Como exposto acima, foi um momento em que o MPF/AL, na pessoa do procurador Rodrigo Tenório, e a DPU, com a defensora Tarsila Lopes, acompanharam muito de perto o processo, e de algum modo evitaram que o desfecho caminhasse para algum tipo de remoção truculenta. Os ânimos continuaram acirrados, porém intermediados por estas instituições, o que de alguma forma garantiu à comunidade usufruir dos recursos que uma sociedade democrática ainda disponibiliza para os oprimidos, como por exemplo, não ser removido à força.

O dia D: a batalha da transferência dos pescadores para o novo condomínio.

Após anos de batalhas entre Prefeitura e comunidade, chegou finalmente o dia da transferência dos moradores que aceitaram a remoção “voluntariamente”. O projeto da Prefeitura consistiu na construção de um condomínio com 450 apartamentos. No lugar onde residiam os pescadores, após sua remoção, seria construído o que chamou de “Centro Pesqueiro”, cujo projeto prevê a construção da balança, estaleiros, museu da vila dos pescadores, uma praça e um grande estacionamento.

O dia 21 de junho de 2014 foi marcado por muita confusão. Se por um lado parte dos moradores aguardava na expectativa de serem levados para suas novas casas, alimentando o sonho da casa própria, as sessenta e seis famílias dos moradores resistentes assistiam apreensivos ao trabalho da Prefeitura. Equipes de várias secretarias e setores da municipalidade chegaram cedo, como uma força tarefa, com caminhões para os móveis e ferramentas para destruir os barracos. No dia anterior, os moradores resistentes se reuniram com a prefeitura, mediados pelo Ministério Público Federal, e teriam firmado um acordo, garantindo que não seriam demolidos os seus barracos. Seriam demolidos apenas os dos moradores que desejariam sair espontaneamente. Desta forma, os barracos foram pintados, um por um, com os símbolos “F” para fica, e “D” para demolir. Entretanto, a prefeitura não cumpriu sua parte no acordo, e tentou derrubar barracos acordados de ficar, não se sabe se por provocação ou por atitude consciente de rompimento do trato. Outra confusão girava em torno

do fato de que muitos moradores acusavam a prefeitura de beneficiar algumas pessoas, doando mais de um apartamento para determinadas famílias.⁶³

Por outro lado, pessoas ficaram fora do cadastro, de modo que nem foram contemplados com apartamentos, nem constavam na lista das 66 famílias resistentes. O clima só ficou tenso mesmo quando a prefeitura resolveu partir para a agressão e invadiu a sede da Associação dos Moradores. Funcionários autorizados pelos chefes da operação quebraram o cadeado da Associação, e começaram a retirar as os móveis. Logo correu a notícia por toda comunidade, gerando grande revolta, uma vez que na Associação funcionava a escola e o Ponto de Cultura. Em pouco tempo, criou-se o tumulto, moradores expulsaram os funcionário da sede, enquanto outros punham os móveis de volta. Em meio a bate-boca, os diretores da SMCCU insistiam na demolição, enquanto os moradores exibiam o documento assinado pela Prefeitura no Ministério Público.

Minutos antes, presenciamos o chefe da operação, em tom de irritação, afirmar que era para derrubar tudo “sem pena, pode derrubar que eu me responsabilizo”, afirmava para os funcionários. Em poucos minutos, chegaram ao local o procurador do MPF, e a Defensora Pública, chamando ambas as partes para conversar. Só a partir deste momento as hostilidades cessaram. Marcada uma reunião para o final da tarde, finalmente os ânimos se apaziguaram e a transferência seguiu sem maiores problemas. Em ata, ficou acordado que não haveria remoção dos moradores que não aceitavam a saída, firmando-se um Termo de Ajuste de Conduta. O procurador reafirmou a posição do MPF/AL: “[...] a convenção 169 da OIT, a CF, o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica do Município garantem que as famílias tradicionais têm direito de permanecer **independente de estarem cadastradas ou não** (BRASIL, 2012. Grifo nosso)”.



Encontro entre MPF/AL, moradores e Prefeitura, em meio ao conflito do dia da transferência dos moradores.

⁶³ Informação verbal colhida *in loco* durante a transferência dos moradores, por meio de depoimentos pronunciados por alguns moradores e registrados por meio de gravação em aparelho celular.

Além da resistência dos moradores que não queriam deixar o local, outro problema surgiu com a transferência: o número de pessoas deixadas de fora do cadastramento, bem como as afirmações de ter havido benefício para pessoas que não faziam parte da comunidade tradicional, como dissemos mais acima. Ouvimos muitos relatos *in loco*, no dia da transferência, como pode também ser visto na fala desta moradora no jornal TNH1⁶⁴:

Segundo a moradora Sirleide da Silva, eles resistem porque os apartamentos foram entregues de forma desordenada, muitas vezes, segundo ela, a pessoas que moram na favela há menos tempo. Ainda de acordo com Sirleide, várias pessoas que participaram da primeira transferência venderam os apartamentos e voltaram a ocupar a favela do Jaraguá, fazendo com que a comunidade permanecesse do mesmo tamanho.

Os relatos de injustiça para uns e favorecimento para outros é comum no dia a dia da comunidade. O problema existe, sobretudo pela própria falta de um estudo bem elaborado sobre ela, mesmo que na audiência de 2005 com o Ministério Público tivesse se solicitado tal estudo, este nunca aconteceu. Em 07/07/2011, o MPF voltaria a solicitar estudo para solucionar conflito⁶⁵, sem sucesso. Consideramos estas informações de grande importância para o entendimento desta história, pois como veremos mais adiante, a sentença judicial será toda baseada em “supostos” estudos realizados pela prefeitura. A referência para a remoção acabou mesmo sendo o cadastro de 2007, que era muito questionado pelos moradores, de onde saíram grandes conflitos e desentendimentos. O periódico Correio do Povo publicou a seguinte matéria a respeito⁶⁶:

Muitos moradores da favela do Jaraguá estão insatisfeitos em relação ao cadastro feito pela SMHAS. Eles reclamam que algumas pessoas que moram na favela desde criança não foram contempladas no processo de cadastramento, enquanto outras que sequer vivem no local já têm apartamentos garantidos.

Nerian Alves dos Santos, 27 anos, disse que cresceu na favela e fez o cadastro como todo mundo, entretanto, o seu nome não consta mais nos registros da Prefeitura. Segundo ela, uma funcionária disse que o seu cadastro “sumiu”. Nerian conta que um relatório sobre o problema chegou a ser feito, mas mesmo assim ela não será transferida para o novo conjunto. “Depois, eles disseram que até o relatório sumiu. O que mais parece é que eles querem beneficiar quem é de fora e quem mora aqui perde o direito”, reclamou a moradora.

⁶⁴ Disponível em: <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/maceio/2014/07/22/304969/moradores-da-favela-de-jaragua-sao-transferidos-para-vila-de-pescadores>

⁶⁵ Disponível em: http://www.pral.mpf.mp.br/admin/noticias/arquivo/mpfal_solicita_estudo__prefeitura_para_solucionar_conflito_com_pescadores_no_jaragu/

⁶⁶ Disponível em: <http://www.correiodopovo-al.com.br/index.php/noticia/2012/05/21/comeca-hoje-desocupacao-da-favela-do-jaragua-versao-de-impresao>

Nerian não foi a única. São vários relatos de desaparecimento de cadastro. O problema é que, segundo os moradores, o tal cadastro na verdade foi uma equipe de quatro pessoas que passou de casa em casa distribuindo uma senha. Estas pessoas sentaram embaixo da sombra de um pé de amêndoas e quem chegou com esta senha deu o nome e o nome da família. Eles sequer têm certeza se essas pessoas eram funcionários da prefeitura, pois dentre elas estaria a filha de uma alta funcionária da Secretaria de Habitação – abaixo do Secretário na hierarquia – e que era a responsável em fazer a ponte entre Prefeitura e comunidade. Neste momento, havia pescadores no mar, assim como pessoas que estavam viajando, ou estavam doentes, além de alguns que não deram o nome porque já eram cadastrados no cadastro de 2001 e pensavam que não precisava ir até à sombra da árvore se cadastrar. Consideramos salutar o relato desta esposa de um pescador, a dona Célia:

Eu moro aqui há quarenta e três anos. Eu vim de Salvador, meu pai era pescador. Eu morava pra lá da balança, quando a favela ainda era mais pra lá. Depois me casei e vim pra cá. Aí a Habitação fez um cadastro em 2001. Aí minha mãe teve um começo de AVC. Então eu fui cuidar dela. Com a morte dela, meu filho, que era criado com ela, entrou em depressão, tentou se matar no alto mar, trouxeram ele amarrado de corda no barco, todo dia ia pro cemitério, eu sei que tive que lutar com ele, com psicólogo, psiquiatra, e nisso foi tempo que o cadastro da Prefeitura passou. Aí eu fiquei de fora. Se eu fosse bandida, traficante, como eles dizem que é o povo daqui, eu tinha ganhado. Porque muitos ameaçaram e ganharam. O cadastro foi embaixo de um pé de árvore que tinha aqui.⁶⁷

Uma fala comum a todo o momento dentro da comunidade foi o método do referido cadastro, como relata o pescador Juvenal: “O cadastro foi feito da seguinte forma: ficou embaixo de uma amendoeira lá, escolheu quatro pessoas da comunidade, pessoas essas que tinha desafetos e escolheram quem eles queriam”. A marisqueira Renata conta que chegou à vila em 2002, vinda do Recife e o cadastro foi feito em nome do seu marido. Porém, com o fim do casamento, ergueu um barraco próximo, para viver com as filhas, que por sinal depois casaram e construíram cada uma seus próprios barracos. Como apenas o barraco original estava cadastrado, seu ex-marido foi contemplado com um apartamento, e ela e as filhas, não. Ou seja, separações conjugais também não foram levadas em conta na definição do perfil da comunidade. O caso considerado pelos moradores como um dos mais injustos é o

⁶⁷ Dona Célia é moradora antiga da vila, seu esposo acabaria se tornando personagem importante deste conflito ao liderar os pescadores e marisqueiras que foram excluídos do cadastro da prefeitura. Ele deixava claro que não reivindicava nada para ele mesmo, porque já teria sido indenizado outrora, embora achasse justo que sua esposa lutasse pelo direito de sua mãe, que era cadastrada e faleceu antes da entrega dos apartamentos. Dona Célia defendia que o direito de moradia de sua mãe deveria ser repassado para seu filho, que morava num barraco ao lado de sua casa, com esposa e filhos, por isso permanecia ocupando a casa da mãe em busca dessa garantia.

de dona Ilsa, pois consta na Secretaria que ela supostamente teria doado o apartamento para outra pessoa.

Tem uma senhora que nasceu na comunidade, tem os filhos dela já de idade, tava na lista dos apartamentos e na hora o nome dela sumiu da lista. “A senhora doou o seu apartamento. Tem um documento assinado que a senhora doou pra outro”, disseram lá na Secretaria.⁶⁸

Trata-se de um processo no mínimo insuficiente, cujos desdobramentos mostram que não deu conta de configurar com um mínimo de precisão a realidade da comunidade, em relação a seus reais integrantes. Para solucionar esta falha, a prefeitura criou um procedimento que chamou de relato. Este consistia em assinalar as pessoas que não constavam no cadastro de 2007, por motivos de falhas, mas que poderiam comprovar serem moradores tradicionais e já morar na comunidade antes deste período. Os moradores confiaram que estariam garantidos, porém após a transferência não foram contemplados, como a dona Eliana:

Ela chegou lá demoliu o meu e colocou em outro lugar na favela. Então eu saí porque não era adequado. Ai ela disse, que o meu cadastro foi perdido, que eu voltasse pra lá que ia passar outra avaliação. “A senhora me aguarde que nós vamos resolver todos os casos”. Até hoje eu tô aqui ameaçada de ir pra rua.⁶⁹

Esta fala revela um discurso comum, que encontramos ao longo do tempo na comunidade, que é o trato informal dado a alguns casos por parte da Secretaria de Habitação.⁷⁰ Enquanto que na Justiça a prefeitura sustentava a confiabilidade do seu cadastro, no dia a dia da comunidade tratava caso a caso, o que gerava uma peregrinação de casos individuais a serem resolvidos. Essa individualização dos casos foi um dos principais motivos de desarticulação da comunidade em sua vida organizativa, uma vez que fugia ao controle da Associação dos Moradores.

Um dos fatos mais singulares foi o do grupo de moradores que abandonou a resistência, preferiu fazer acordo com a Prefeitura, porém não constavam no cadastro de 2007. A promessa seria que, mesmo fora do cadastro, cada família fizesse um relato contando sua história e anexando documentos que comprovassem que já eram moradores da vila antes do cadastro referencial, como demonstrado anteriormente.

⁶⁸ Conversa informal com uma marisqueira em 26 de abril de 2014, registrada em aparelho celular.

⁶⁹ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2013. Dona Eliana decidiu abandonar a resistência e aderir à remoção depois que seu barraco ficou inundado por conta de uma forte chuva.

⁷⁰ Este trato informal, revelado pelos relatos de inúmeras situações particulares resolvidas diretamente entre os moradores e a Secretaria de Habitação é um dos principais dados que põe em questão o nível de eficiência do cadastro de 2007.

Muitos reclamavam que não seriam mais atendidos na Secretaria de Habitação, embora um pescador que conseguiu ser atendido ouviu durante uma reunião, da voz da mesma funcionária acima citada, que “o relato nunca existiu, o relato seria uma invenção só pra acalmar o povo e evitar tumulto na transferência”⁷¹. Dona Mariluze relata sua impressão do relato:

É como a história do relato. O povo foi na onda acreditando que ia ganhar apartamento e agora ficaram só na ilusão, que esse negócio de relato não existe. Só fez enganar o povo pra o povo se acalmar. Teve uma reunião lá, a menina chegou indignada, porque disseram lá mesmo que esse negócio de relato foi pra enganar o povo, disseram na cara. Tem um bocado de gente perdida aí, sem saber o que fazer. Eu bem que disse pra não acreditar em político. Eu não consigo imaginar isso aqui cheio de turistas. Você acha que eles vão fazer o que disse aqui? Vão entregar pros filhos de papai, ou você acha que turista quer passear no fedor do camarão?⁷²

Os problemas da transferência não se resumem aos excluídos do cadastro. Algumas pessoas cadastradas em 2007 já não moravam mais na vila na época da transferência, mesmo assim foram contempladas com apartamentos. É o curioso e coincidente caso de uma ex-funcionária doméstica que nunca teve nada a ver com pesca, e foi morar na Vila pouco antes de 2007. Passou pouco tempo e vendeu o barraco. Quando soube que o critério seria o cadastro de 2007, levantou um barraco em frente ao que teria vendido, até o dia da transferência. Na mesma situação encontravam-se outras pessoas, conforme relatam os moradores. Uma moradora que aderiu a transferência nos informou que quando chegaram na nova moradia já haviam quatorze apartamentos ocupados por pessoas desconhecidas. “Nunca vi aquele povo, eles estavam numa vã estacionada ali ao lado da praça, e depois, quando chegamos, eles estavam lá nos apartamentos”.⁷³

Dona Bernadete descreve:

Já tinha gente morando quando inaugurou. Pessoas que a gente nem conhecia. Num barraco só saiu três apartamentos. O do meu filho queimou. De 2007 pra 2012 passaram muito tempo. Teve gente que vendeu o barraco e a habitação sabia que tinha sido vendido, mesmo assim deu apartamento ao povo de fora que comprou barraco. O meu foi uma traficante. Eu digo por que ela vivia na minha porta. E ganhou apartamento.

Dona Anareclama de doação de apartamentos para pessoas recém-chegadas:

⁷¹ Conversa informal com Alex, comerciante nascido e criado na vila, em 23 de outubro de 2013.

⁷² Entrevista concedida em 17 de abril de 2014. Dona Mariluze, já citada anteriormente, foi presidente da Associação de Moradores antes da Gestão da Enaura. Ela teria sido contemplada com um apartamento, mas permanecia dia e noite na vila por questão de logística e necessidade. Também reivindicava moradias para um filho deficiente e uma filha casada que não foi considerada no critério de coabitação.

⁷³ Informação verbal colhida em conversa informal durante visita aos apartamentos do Sobral em 07 de agosto de 2013.

Só que no meio disso tudo teve muito erro da Prefeitura que deu a muita gente por baixo do pano. Foi muitas pessoas que nem era pescador e nem era daqui, e se tava na justiça, porque foi que sobrou pra fulano? No outro dia levou o Senhor Júlio⁷⁴, eu não tenho nada contra que ele arrumasse a morada dele. Agora de outra maneira. Não era coroar ele, que não é pescador, tinha chegado aqui em 2010, pra um quintal que a moça cedeu pra ele, e ele de repente se tornou dono de um apartamento.⁷⁵

Foi em meio a nossas visitas rotineiras na comunidade e ouvindo dezenas de relatos repetidos e convergentes que tivemos acesso a uma importante informação, que foi o empoderamento da comissão de moradores formada pela prefeitura.⁷⁶ Por meio desses depoimentos, é possível entender não apenas um importante foco de desunião que explica as brechas criadas na coesão do grupo, como também proporciona refletir sobre as supostas injustiças anunciadas pelos moradores durante a transferência para aos apartamentos. Assim como no caso do cadastro, em que os discursos são extremamente coincidentes, o relato de que todo poder de definição dos que teriam direito aos apartamentos ficou restrito a uma comissão de moradores indicada pela prefeitura também se repete em quase todos os depoimentos, como o de seu Isidoro:

Foram quatro pessoas. Uma dessas pessoas morava lá nunca se envolveu com a pesca, ganhou apartamento e trouxe a família do interior. Outra pessoa da comissão nunca pisou o pé na comunidade, ganhou apartamento e o irmão ganhou também. Tudo isso tirou o direito do pescador. Essa pessoa fez o papel sujo contra a comunidade, falou mal de muita gente lá, queimou muita gente. A secretaria não fez a parte dela correta. Disse que contratou uma empresa terceirizada. Pra que a gente precisa de uma empresa terceirizada? Foi um negócio totalmente sujo.⁷⁷

Outro depoimento sobre os desmandos da comissão foi do pescador Henrique:

Sou pescador. Ministério da Pesca, capitania, tudo prova que sou dali pescador. Sabe o que disseram na minha cara? Ali tira quem eu quero, bota quem eu quero, e vai quem eu quero. [...] E ainda levo nome de traficante. Eu vi esse menino nascer e crescer dentro da comunidade. Eu cheguei ali em 79, tenho um monte de documento que prova que todos são da comunidade, carteiras dos mais novos e mais antigos, isso já gerou. Os filhos que foram nascendo, já têm família também, já desmembrou da família do pai, já é pai

⁷⁴ Nome fictício para preservar a identidade da pessoa citada.

⁷⁵ Dona Ana não participava da Associação, nem se considerava do grupo da resistência. Dona de barco, tinha residência fora da comunidade, embora passasse maior parte do seu tempo na vila. Reivindicava uma moradia para seu filho, pescador antigo, que teve seu barraco incendiado momentos antes da passagem da equipe do cadastramento.

⁷⁶ Nosso objetivo nos limites deste trabalho não será averiguar detalhes ou provas dos depoimentos, apenas apreendê-los enquanto discurso dos moradores para explicar os critérios utilizados na caracterização dos moradores – na versão dos personagens ligados ao movimento de resistência –, de como esse discurso justifica os focos de desunião na vida organizativa da comunidade.

⁷⁷ Entrevista concedida em 09 de novembro de 2013. Seu Isidoro é um dos moradores mais antigos, veio do Recife com seus seis filhos. Aceitou a remoção “vencido pelo cansaço”, como costuma dizer, embora suas filhas exerçam papel ativo no movimento de resistência.

também, mas não foram contemplados. E tem muitos que o pai já morreu, a mãe já morreu, alguns envelheceram, mas continuam lá tratando o camarão, são nativos. A própria comissão que a secretaria fez um ajeitado pra lá e só botou quem eles quiseram. Esse senhor aqui tem mais de trinta anos na comunidade e ficou de fora.⁷⁸

Alguns relatam possíveis favorecimentos que teriam motivado os membros da comissão a abandonar a resistência e passar a colaborar com a prefeitura:

As filhas dela de menor cada um ganhou um apartamento no mesmo edifício. O irmão dela ganhou um apartamento sem nunca ter morado aqui, quem mora é a filha. Tem gente que tem máquina, casa de vila e ganhou apartamento. Os pescadores velhos ficaram de fora. O Neto⁷⁹ tá com dois apartamentos. Ele era gerente de loja, vinha aqui visitar o irmão. Pessoas de um barraco ganharam três apartamentos.⁸⁰

A marisqueira Denise foi transferida para o apartamento, mas sua filha foi excluída, e conta que os apartamentos do sobral estavam cheios de pessoas alheias à comunidade.

Tem muita gente aqui dentro que nunca teve barraco lá na favela. Tem muitos. Na minha conta tem uns quarenta, porque eu nasci e se criei ali e nunca vi esse povo antes. Quem era que tinha carro na favela? Ali ninguém tinha carro... Aqui embestou tudo. Meu deus do céu. Minha filha fez o cadastro e disseram que perderam o cadastro dela. Botaram ela no relato, é a conversa dela, mas ninguém sabe o que vai dar essa relato. O negócio era se juntar tudinho, chamar a gazeta e denunciar. Tem muita coisa errada. Tem muita gente que num tem nada haver com a favela. Gente que não tem nada haver, gente que não precisa, ganhou e já vendeu. E muita gente sofrendo ali. No bloco que eu morava outro já vendeu.⁸¹

A grande maioria das falas revela um problema geracional que comprometeu bastante a caracterização da comunidade. Como se pode perceber, é recorrente pais que foram transferidos reclamarem que os filhos ficaram. Este fato ocorreu devido à entrega dos apartamentos acontecerem num intervalo de cinco anos após o cadastro. Com isso, os jovens que na época do cadastro moravam com os pais, porém após esse momento casaram e constituíram outro núcleo familiar, foram desconsiderados. Deste modo, duas ou três famílias foram consideradas como uma, contemplando apenas os pais e deixando os jovens da comunidade excluídos, como visto na fala de Jéssica:

As mães saíram e os filhos ficaram. A minha avó quando morou aqui há muitos anos atrás, minha avó saiu os filhos dela ficaram. Minha mãe saiu e eu fiquei. Aqui muita gente é assim também como eu. Só que muita gente

⁷⁸ Henrique é o filho da dona Ana, citada acima, que teve o barraco queimado.

⁷⁹ Nome fictício da pessoa citada.

⁸⁰ Informação verbal colhida numa conversa informal em grupo, registrada em aparelho celular com o consentimento dos participantes, em 24 de novembro de 2013.

⁸¹ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2013 durante visita aos apartamentos do Sobral.

ficou de menor. E agora que são de maior são moradores daqui, são descendentes. Eles levaram os pais, mas os filhos ficaram. Saíram 17 apartamentos pra pessoas que moravam aqui há menos de uma ano e foram contemplados. E moradores que moram aqui há mais de vinte anos como meu tio não foi contemplado.⁸²

Esta jovem marisqueira, a Larissa, ironiza a situação:

Eu morava na casa da minha mãe, tinha 17 anos. Por isso não entrei no cadastro. Depois eu casei e tive minhas filhas. Aí eles deram apartamento pra minha mãe e eu sou invasora. Só que pela lógica eu sou menos invasora que minha mãe. Porque eu nasci aqui e ela não. Como é que eu posso ter invadido o lugar que eu nasci?⁸³

Mais um relato da coabitação não respeitada na transferência:

Os pais de barraco grande dividiam no meio pros filhos que casavam, aí ficavam duas famílias no mesmo barraco, duas casas em uma no mesmo barraco. Uns ficavam de um lado e uns do outro e ia se multiplicando as famílias. Casava e ia um pro lado e outro pro outro. Passava uma parede o meio. Aí veio essa história de cadastro, relato, aí fizeram só um pra mais de uma família. Isso não existe. E não tinha informação sobre isso. Lá na habitação diziam que era em outro lugar. E assim foi ficando.⁸⁴

Essa exclusão dos jovens ocasionou um conflito de interpretação que é a base da contradição entre o que é dito e o que é feito. Na concepção defendida pela prefeitura, família é o velho. Os filhos, ao que parece, não fazem parte, não são famílias. Apartamento minúsculo tem que servir para o pai, o casal núcleo da família e todos os outros subnúcleos gerados ao longo do tempo. Dizem que estão dando direito a pescador, mas o que se entende por pescador é a pessoa e seu corpo, não sua família, sua comunidade. A marisqueira Petrucia comenta sobre as dezessete famílias que foram contempladas com apartamentos após a transferência, fato que revoltou toda a comunidade, uma vez que, segundo eles, nenhuma dessas famílias era tradicional, haviam chegado após o cadastramento que a prefeitura tanto usou como referência:

Tão dizendo que os 17 do relato vão voltar. Porque parece que deu alguma coisa errada. Não sei o que houve. Acho que denunciaram. Se for mexer tem muita coisa errada. A filha daquela mulher dos peitão, nunca morou lá. Morava no Recife. Era faxineira e o marido era pedreiro. Recebeu um telefonema e veio simhora. Tem um pessoal da Paraíba, da Barra de São Miguel, tem muita gente de fora. Até o homem dos Alcoólicos Anônimos tá morando lá. Morava num barraco da igreja. Vendia roupa usada. Dormia no

⁸² Informação verbal colhida numa conversa informal em grupo, registrada em aparelho celular com o consentimento dos participantes, em 24 de novembro de 2013.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

barraco pra tomar conta, pra não roubarem as coisas. Acabaram cadastrando ele e dando um apartamento pra ele.⁸⁵

Já Raquel, que se queixa do problema do transporte, conta que sua sogra foi beneficiada, mesmo sem necessitar:

Não sei quantos ofícios já foi e nenhum ônibus entrou ainda. O povo gasta mais ou menos seiscentos reais por mês. É um furo no orçamento. A maioria veio porque disse que tinha que vir. Mas dizer que gosta num gosta não. Muitos já alugou e voltaram pra favela. Muitos já venderam. Minha sogra mesmo alugou. Porque minha cunhada não quer nada com a vida. Aí vai ficar o apartamento fechado e ela usando droga na rua? Ela não precisa. Mas isso é problema de cada um. Se tava o nome no cadastro, a pessoa vai deixar passar?⁸⁶

O pescador Patrício aceitou a remoção, mas se coloca a favor da resistência, porque não aceita o fato de terem sido fornecidos apartamentos para pessoas alheias à comunidade, enquanto pescadores e marisqueiras da comunidade tradicional foram excluídos:

Sou pescador original. Moro lá no apartamento. Mas defendo o povo da resistência. Porque tem muita gente estranha ali, tem mais família de quem não é pescador do que pescador. Já teve uma mulher que disse que se apertar pra devolver ela devolve. Porque ela não é pescadora, marisqueira, não é nada. Tiraram o valor do pescador pra dar a quem não tem. Eu amostru tudinho. Mostro quem não é pescador e mostro quem é. Aqui era pelas caras, por detrás dos panos. Davam camarão pra Dra. lá. Um pivete de 17 anos ganhou apartamento, casou agora, fez o barraco agora e já ganhou. Deu peixe, camarão, suborno por fora.⁸⁷

E Alberto reforça o sentimento de injustiça:

Porque ela deu valor mais ao povo que não era daqui, comprado por peixe e camarão houve suborno e a gente que mora aqui é excluído. Botou gente que não era nem daqui. Botou quem ela quis. Porque a Lia e o seu Anselmo não é nem daqui. Que nem ela fez com um amigo aqui “não vou botar você porque você fala muito”... Quer dizer que ela é o que? A dona da Prefeitura? Aí eu perdi minha vez. O próprio Dudinha⁸⁸ fez a casa agora, não tem nem três meses. Ganhou apartamento, excluiu eu, seu Everaldo, que é velho, e outros, o Marcelo, pra tirar quem ela quer e botar quem ela quer. Que nem ela disse “a minoria eu num falo com ninguém não. Falo com a maioria”. Debochando da cara da gente. Não é assim não. Moro aqui há trinta e quatro anos, chega um pessoal que chegou aqui ontem... O Bob⁸⁹ mora no Jacintinho. Chegou aqui com duas cadeiras. Saiu daqui mangando da gente. Fica aí, bando de favelados. E ele nem daqui é. Não é pescador, não nada.

Uma mudança de estratégia da Prefeitura, durante a remoção, ainda causaria novos problemas: os funcionários deixaram de demolir os barracos dos moradores

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2013 durante visita aos apartamentos do Sobral.

⁸⁸ Nome fictício.

⁸⁹ Nome fictício.

transferidos. Com isso, estes moradores se aproveitaram também para ocupar os dois espaços: o condomínio da Prefeitura e a velha moradia. Isso porque, como já era previsto, a mudança acarretaria dificuldades no cotidiano dos moradores. O que antes era apenas alerta das consequências da mudança, passou-se a viver diariamente. Algumas mulheres passaram a gastar R\$ 4,60 de passagem para se deslocar de casa para o trabalho, sendo que seu ganho diário era de R\$ 8,00, ou seja, mas da metade da renda comprometida com o transporte, contando que ainda anda para pegar um ônibus que também não para na vila, passa perto. Para ir direto para a vila, só de carro ou moto, que custa R\$ 6,00, o que equivale à metade ou mais da metade da renda diária de uma marisqueira. Assim, acabou se constituindo um comércio de transporte clandestino em torno do traslado condomínio/vila dos pescadores, acrescentando que muitos dos jovens que fazem o trabalho de moto-táxi são filhos de pescadores e marisqueiras que mudaram de atividade a partir da transferência, o que por si só já configura uma grande perda cultural para a comunidade.

As mulheres que costumavam conciliar o trabalho com as atividades domésticas foram as que mais sentiram, porque na vila faziam as duas coisas, enquanto que a transferência as afastou do controle do dia a dia da casa. Outro aspecto é o horário de trabalho. Os pescadores saíam muito cedo para o mar, cerca de quatro horas da manhã, e isto implicava perigo de assalto no trajeto, para os que vinham a pé, ou acidente ciclístico, para os que vinham de bicicleta, visto não ter ciclovias entre a comunidade e o novo condomínio. Dependendo da atividade, muitos trabalham diuturnamente, preferindo ficar no local, deixando no condomínio apenas a família; muitas famílias que viviam espremidas num barraco entre várias gerações, tipo pais, filhos e netos, aproveitaram os barracos desocupados para se espalharem, desafogando o espaço em que viviam. Outra dificuldade apontada se enquadra no que os psicólogos sociais chamam de sofrimento ético-político (OLIVEIRA, 2002), que é a ansiedade de saber que, enquanto estão na vila trabalhando, os filhos (crianças, adolescentes e jovens) estão lá no condomínio, longe do controle das mães, sujeitos a um ambiente perigoso de tráfico de drogas, de altos índices de atropelamento e afogamento. Vejamos a fala de uma marisqueira: “Eu vou vender e vou embora para o interior. Não vai dar certo esse negócio de viver em prédio. Os meninos todos soltos. Aqui eles estão entre nós, as portas tudo aberta.”.

Em 2014, o filho de uma moradora foi assassinado em frente ao condomínio. Os apartamentos foram construídos ao lado de uma região considerada de alta periculosidade, dominada pelo tráfico de drogas. O uso explícito de droga dentro do condomínio, pudemos

comprovar pessoalmente nas visitas que fizemos. Se o argumento forte da prefeitura era remover a comunidade para livrá-la da droga, a transferência, de fato, não surtiu o efeito propagado.

A ausência dos trabalhos e do cotidiano doméstico foi um dos motivos que trouxeram alguns moradores de volta. Muitas mulheres conciliavam o trabalho com os afazeres domésticos, mas a transferência produziu esta ruptura. A ausência da mulher na casa trouxe prejuízos para algumas famílias. Deixar o filho na creche, por exemplo, foi uma ruptura na família que interrompeu uma história de vida marcada pela presença diária de mãe e filho, agora separados (o encontro se tornou refém do horário de trabalho, do relógio que leva e traz a mãe para o trabalho, que antes era em casa, no mesmo espaço).

O historiador Golbery Lessa observou nas relações de trabalho da comunidade dois métodos clássicos de opressão: o salário pago em produto, sem formalização, e o trabalho autônomo a domicílio (este, por ser autônomo, não é visto como opressão). “A família é quem determina a quantidade e o processo de trabalho no domicílio. Esse trabalho em casa parece ser o que fica em risco com a transferência, pela separação entre trabalho e domicílio”, (informação pessoal)⁹⁰. Ou seja, para este historiador, as perdas econômicas com a transferência são evidentes e muito mais comprometedoras de dano social do que a tradicionalidade e sustentabilidade da comunidade. Assim, a abordagem culturalista, que predomina nas discussões, não daria conta dessas perdas, porque analisa o contexto apenas pelo entendimento que a tradição será reinventada, porém os danos econômicos que comprometem, sobretudo, o orçamento das famílias, não serão reinventados. Na verdade, sequer serão superados pelo fato de a vila ser transformada num parque turístico, porque os turistas não deixarão dinheiro diretamente para a comunidade (a começar pelo fato de que turista não compra peixe), ou seja, os ganhos com o turismo são indiretos, concernentes à cidade como um todo. A fala de seu Isidoro revela essa dimensão econômica do fato⁹¹:

O que levou o pessoal a sair daqui foi o pouco entendimento. Foi a falta de conhecimento, a falta de experiência. Achando que casas, tijolo é comida. Mas não é não, todos que estão lá vem buscar o que comer aqui. Porque lá no condomínio não tem ganho. Ficam dizendo que morada é boa, é. Mas ninguém come tijolo não. Todos que tão morando lá vem buscar a comida aqui, que é onde tem. O ganho é aqui. Lá não tem o que fazer. Muitos foram pra lá e continuam fazendo barraco aqui. Eles dizem que é perto, mas é quatro quilômetros longe da área de pesca. Num podia tá todo mundo quieto no seu local?

⁹⁰ Informação retirada de conversa pessoal com o historiador Golbery Lessa, via meio eletrônico.

⁹¹ Entrevista de pesquisa realizada em fevereiro de 2014.

Talvez a abordagem culturalista que permeou a sentença e o acórdão sejam oriundas da necessidade de minar a tese da defesa, elaborada pela DPU, pautada pela convenção 169 da OIT. Todavia, não podemos deixar de reconhecer a importância da observação do historiador acima, porque a tradicionalidade, perdida ou não perdida, foi um instrumento político de autodefesa para combater o rótulo de invasores, que teve sua importância na construção da identidade e na construção de um discurso jurídico, principalmente no que diz respeito à adequação da realidade sociocultural da comunidade com a legislação vigente. No entanto, trata-se de uma abordagem que revela apenas um lado desta realidade, a sua dimensão cultural, quando há, ainda, as evidentes perdas econômicas não apenas pela divisão do espaço com outra população exótica (por sinal a maior parte do território que se transformará em estacionamento, praça, lanchonete, sorveteria, etc.), e a ruptura com as dimensões do trabalho que dependiam do espaço doméstico como território do trabalho (e de trabalhadores, quando o mesmo era feito em família). Acrescente-se a isso o fato de que aqueles que não foram contemplados com apartamentos seriam dispersos em diversos tecidos da cidade, após o despejo, passando a pagar aluguel e transporte, além de sofrer diminuição no fluxo do trabalho.

No que diz respeito às perdas da transferência, gostaríamos de acrescentar ainda a dimensão coletiva e solidária da atividade pesqueira. O dia a dia da comunidade envolve situações de cooperação mútua, e a qualquer momento pode-se acionar as pessoas para colaboração em alguma necessidade, como demonstra a foto abaixo.



O trabalho coletivo sofreu perdas significativas com a transferência e o despejo. Fonte: Marluce Cavalcante.

Estas pessoas eram acionadas porque estavam próximas, pelo fato de morarem na própria comunidade. Com a ruptura moradia/trabalho, este sistema de colaboração e

solidariedade possivelmente funcionará de forma precária, na medida em que as pessoas passarão a morar no condomínio, e outras sequer estarão no condomínio, serão dispersas nos demais tecidos da cidade. Até o momento do despejo não havia ainda este comprometimento porque, enquanto perdurava a resistência, as pessoas que dependem diretamente da pesca mantinham seu vínculo com o lugar, seja pela reconstrução dos barracos demolidos, seja pernoitando nas casas dos amigos. Com a criação do centro pesqueiro (ou parque turístico) da Prefeitura, este movimento será incerto.

Por fim, o “Dia D” acabou se configurando o divisor de águas e tornou clara a subdivisão da comunidade, definindo o perfil dos moradores pelos respectivos subgrupos que se fomentaram a partir da transferência para o Sobral. O grupo que foi removido é um grupo problemático de se caracterizar, mas do ponto de vista material eles ganharam a moradia, embora do ponto de vista cultural tenham perdido o reconhecimento como pescadores, ainda que não do ponto de vista individual, mas coletivamente (afinal, o que a prefeitura chama de “vila dos pescadores” é o condomínio de apartamentos da praia do Sobral, enquanto que a tradicional vila dos pescadores passará a ser chamada de “centro pesqueiro”). Perderam o status de comunidade tradicional, na medida em que seu território foi ocupado, oficialmente passou para a tutela da prefeitura, que passou a dar as ordens no lugar, definir as regras do cotidiano, e as define pela força da autoridade que lhe foi concedida pelas instituições (União e Justiça Federal), além da ausência dos que foram excluídos e dispersos pelos diversos tecidos da cidade em aluguéis sociais. De tal modo, a Vila de Pescadores de Jaraguá já não se caracteriza com as mesmas configurações, trata-se de um novo espaço, dominado por novos protagonistas. Porque eles perderam? Porque não têm esse reconhecimento? Primeiro é importante lembrar que quando a prefeitura constrói os apartamentos, constrói seu projeto para a construção de uma marina, ignorando completamente a dimensão histórico-cultural da comunidade, estigmatizada com favela dos perigosos. Todas as insistências foram inúteis, não houve acordo. Em nenhum momento deste processo a prefeitura aceitou negociar com os moradores, acaso a pauta não fosse a remoção. Nenhuma proposta de permanência foi aceita como pauta. “Vão sair para um apartamento”, “não vai ficar ninguém”, esta foi a tônica das reuniões.

Entretanto, o fato de o condomínio da praia do Sobral ser chamado vila dos pescadores identifica apenas que aquele grupo populacional seria o grupo de parte de pessoas removidas, não necessariamente uma possível extensão da comunidade, como pressupôs o desembargador que julgou o recurso, como veremos adiante. Ao mesmo tempo, essa

identificação representa uma política habitacional que por força da lei não pode remover os moradores, jogando-os ao relento. Não fossem os avanços da legislação, possivelmente eles seriam lançados na rua, como acontecia há décadas, pela forma como vinha sendo conduzida a questão nos conflitos entre a prefeitura e as comunidades, antes da intervenção do Ministério Público. Como a lei não permite, criou-se a vila dos pescadores. Portanto, isso não representa um reconhecimento de sua tradicionalidade, e sim a construção de um novo (outro) território. A prefeitura desconhece essa tradicionalidade, tenta negar que exista algo do gênero, para além de uma favela de perigosos. Passa a não pesar na balança porque a importância cultural como detentores de saberes da pesca e o interesse paisagístico perde valor, do ponto de vista político e técnico.

Então, apesar de serem contemplados no jogo de poder da revitalização de Jaraguá, e um grupo que não conquista a identidade reivindicada, é uma perda, estão lá porque são pobres e não têm para onde ir – seriam levados para qualquer outro lugar.⁹² É um reconhecimento material imposto pela lei, não é um reconhecimento cultural, e outra evidência desse não reconhecimento é o fato de que quando retiram os que dizem serem “os verdadeiros pescadores” – como se existissem “falsos pescadores” - eles entram no bojo do processo jurídico contra uma suposta coletividade invasora. A prefeitura só reconhece a tradicionalidade a partir da última audiência com o Ministério Público Federal, já sem a figura do procurador que tanto defendeu a comunidade, que fora substituído, quando as lideranças instrumentalizadas pela prefeitura se afirmam, estranhamente, como igualmente tradicionais. Dizemos estranhamente, porque sempre desdenharam deste discurso, nunca reconheceram o próprio processo cultural que os constituiu enquanto grupo, criticavam a Associação de Moradores pelo que consideravam “besteiras da dona Enaura”. Como o impasse estava em torno desta tradicionalidade, a prefeitura passa a jogar com esse discurso, ou seja, passa a reivindicar a tal tradicionalidade pelo fato de os removidos também serem igualmente tradicionais e sentirem-se prejudicados. Por sua vez, a mesma prefeitura que não reconhecia a tradicionalidade como se demonstra nos autos do processo judicial, após a defesa da defensoria e desse reconhecimento é que passa a jogar a seu favor, se é tradicional, teria um universo que é maior, qual seja quatrocentos removidos contra trinta insurgentes que insistem em ficar por “motivos obscuros”. Antes não eram, agora são, porque passam a fazer parte do jogo político.

⁹² Presenciamos uma reunião em 2005 onde a prefeitura apresentou a proposta de remoção para nove possíveis vazios urbanos em diversas partes da cidade.

Até àquele momento eles não eram tratados por sua identidade, inclusive abrem mão dessa identidade pela remoção. Depois voltam a reivindicar essa identidade, que lhe é “concedida” pela prefeitura, ao que vão a público com esse novo discurso de que são tradicionais também. Aqui a identidade deixa de ser resistência para se tornar um fetiche. Não que eles tenham perdido a esta identidade, deixando de ser tradicionais, o que levantamos aqui é que não faziam uso da mesma no jogo de poder político da remoção. Passou a ser o ponto chave da resistência e quando ganhou peso político e jurídico passou a valer também para os opressores. Todavia, como vimos, a disputa pela identidade será caracterizada por visíveis discrepâncias: por um lado todo um conjunto de histórias de vida que se entrelaçam num processo coletivo marcado pelo vínculo ao território (sentido atribuído pela resistência), por outro lado um rótulo criado pelo poder para minimizar e contrapor o poder que o sentido originário da identidade cultural geraria num momento crucial do conflito, assimilado pelas lideranças desistentes como álibi reacionário que justificaria a expulsão.

Assim como a identidade coletiva se configurou como um dos pilares da resistência, motivação maior que estimulou a luta pela permanência, a inversão desta identidade acabou se configurando como uma das causas que contribuíram com a remoção. Ela acontece exatamente quando a vila passa a ser rotulada de “favela dos invasores”, criando na sociedade a ilusão de que a vila passaria a ser no condomínio de apartamentos, quando já demonstramos anteriormente que se trata de outro território, inclusive com a presença de outros moradores advindos de outras urbanidades— os que compraram ou alugaram apartamentos -, dissociados de sua tradicional simbiose moradia/trabalho.⁹³

Mesmo toda capacitação política adquirida na luta não foi suficiente, muito menos para um grupo desorganizado, como o chamado “povo do relato”, os que foram excluídos do cadastramento da prefeitura e acabaram expulsos no dia do despejo. Este grupo nunca teve coesão, nem proposta clara e definida. Ao longo de todo o processo, essas pessoas não eram um grupo – hoje são o que chamamos de subgrupo dos excluídos – mas perderam a verdadeira

⁹³ O jornal Extra, periódico online, na edição de 08/07/2015, traz uma matéria em que o prefeito Rui Palmeira denuncia a venda de apartamentos no condomínio da praia do Sobral. Para nós soa estranha essa atitude tardia da prefeitura, porque esse fato já era denunciado pelo movimento da resistência antes mesmo da prolação da sentença, chegando a levar o fato ao próprio magistrado que julgou a ação civil pública, numa audiência em que também nos fizemos presente. Analisamos a omissão desta informação, e seu reconhecimento tardio, como uma forma de negar a descaracterização do condomínio enquanto pretensa “vila de pescadores”, fato que desqualificaria social e culturalmente o empreendimento, podendo interferir no discurso jurídico que validaria a remoção, na medida em que caracterizaria um dano excessivo à manutenção da tradição tão questionada nos autos, e minimizada pelo magistrado. Disponível em: <http://novoextra.com.br/outras-edicoes/2015/828/17731/rui-palmeira-vai-ao-mpf-denunciar-venda-de-apartamentos-na-vila-dos-pescadores>. Acesso 09 ago. 2015.

identidade que os constituía, que era a comunidade tradicional de pescadores. Isso porque passaram a ser tratados como invasores, não possuindo mais a identidade laboral, não sendo reconhecidos pela justiça e pela prefeitura. Na medida em que adquiriram a identidade de excluídos e passaram a trabalhar em torno dessa nova identidade, o discurso foi construído em torno da exclusão, não mais em defesa da tradicionalidade e identidade cultural, uma vez que não participaram desse processo de construção porque estavam preocupados, cada um, com sua individualidade, e sonhando em serem beneficiados pela prefeitura. No final, não o foram, acabaram sendo injustiçados e abdicaram da luta pela construção daquela identidade sustentada pelo grupo da resistência.

De tal modo, passaram a defender a Associação e a entender que deveriam estar juntos desde o início, apoiando a associação, pois se apoiassem o desfecho poderia ter sido diferente, uma vez que seriam mais de uma centena de famílias contrariando o discurso da prefeitura de que a resistência era formada apenas por uma minoria de vinte e cinco famílias insurgentes. Após perceberem terem sido abandonados pela prefeitura, esse grupo começou a produzir um universo grupal, passaram a construir como coletividade. Assim, do ponto de vista da identidade já são uma coletividade, só que uma coletividade “invasora”, por isso a prefeitura é quem dita o ser, dita quem é e quem não, o que são e o que não são. Então essas pessoas foram alienadas de usara identidade da vila e sua identidade está tutelada ao poder de ação e o poder da fala, da linguagem da prefeitura, que diz o que são e o que podem fazer com eles.

Todo esse poder arbitrado pela prefeitura representa uma alienação de seus destinos. Então eles tentam ainda se constituir enquanto coletividade tradicional, mas na verdade o que eles representam neste contexto político e jurídico é um conjunto de excluídos, de supostos invasores – porque somados aos invasores de fato, e ainda somados às trinta e cinco famílias da resistência que não foram contempladas com apartamentos por não serem reconhecidas, formou-se uma heterogeneidade que confundia ainda mais a realidade social da vila.

Nesse processo de exclusão, essas pessoas fizeram protestos, foram às rádios, prefeitura, comissão de direitos humanos da OAB, ou seja, todo processo vivido pela Associação ao longo de anos, elas passaram a viver nos momentos finais da luta, embora já sem muito poder de razão, devido às circunstâncias do processo. Durante anos, viveram a expectativa da inclusão que não aconteceu, alguns deles também tentando entrar na lógica do clientelismo da prefeitura, o que também não aconteceu, e o que restou foi agir como

deveriam ter agido antes, se juntando à Associação na luta pela moradia e pela identidade. Ao não fazê-lo, ficaram sem a moradia e sem a identidade. E é essa exclusão que vai fazer eles se perceberem como coletividade.

Ajudou a relação com a universidade, a orientação, a construção de uma relação com as instituições para ajudar a fazer um documento, a construir um discurso institucional, mas um dizia uma coisa, outra dizia outra, reinava a desorganização, pilha de papéis desorganizados misturados, todo mundo pegava, opinava, e acabavam “desgrampeados”, espalhados, e cada vez chegando mais documentos que não tinham serventia para a questão, muito se falava e nada se compreendia. Desorientação, falta de compreensão de como lidar, mas ao mesmo tempo se percebia um aprendizado, uma fala que já diz “erramos em acreditar na prefeitura”, “fomos enganados, deveríamos estar com a Associação e se tivéssemos seria diferente”. Já se revelava uma aprendizagem, uma leitura do comportamento anterior, da situação, e quando passaram a não dialogar mais com o Secretário de Habitação, que já era uma relação hostil, e resolveram ir diretamente ao prefeito, foi uma forma de ler o momento, de definir estratégias. Naquele momento, já existia um grupo na internet, e a partir desse diálogo, com essa parcela instruída da sociedade, eles começam a demonstrar um processo de aprendizagem que não tiveram ao longo do tempo enquanto estavam mergulhados nas suas questões pessoais.

Queriam ir à imprensa, mas não tinha articulação, ir a radio, mas sem saber ao certo o que dizer, não sabiam quais instituições deveriam procurar, vê-se uma energia fervilhando, uma força brotando, pra lutar, pra gritar, embora com nítida diferenciação das ações ordenadas do grupo da resistência coordenado pela Associação de Moradores. Tentaram organizar uma reação, mesmo sem experiência na luta, sem aprendizagem, mas como nos momentos finais da luta passam a ser prejudicados, excluídos, o interesse individual deixou de prevalecer e precisaram se organizar como grupo. Todavia, além da aprendizagem que o grupo da resistência adquiriu, faltou-lhes outro fator fundamental, a força de uma liderança. Na verdade, se projetaram algumas lideranças, mas que não tinham o preparo que Enaura teve, através das formações e projetos culturais, luta política e toda uma relação construída neste processo histórico. Ao abrir mão da luta por via da Associação e da União, submeteram-se não apenas a falsas promessas oficiais, como de praxe, mas também a charlatanismos, como o caso do advogado particular que recolheu cinquenta reais de cada um assegurando garantir ganho de causa, e apenas pegou o dinheiro. “O tempo todo estamos aqui sem informação, sem orientação adequada”. Esse é um dado que demonstra o quanto esse

grupo, por sua desorganização do ponto de vista político, em não atuar na militância da Associação e confiar numa liderança, de não participar, ficaram alheios a todo o processo, abstiveram-se de fazer história e viram a história passar diante de si, não sabendo nada do que aconteceu durante todo período da luta. Participaram apenas das reuniões cotidianas com a prefeitura, que na verdade não era a prefeitura, mas a comissão local quem negociava, com jogos de palavras e confusões.

Este foi o destino das cento e dez famílias de pescadores que não foram para os apartamentos. Primeiro ficaram de fora do cadastro de 2007, não foram contemplados, não foram sequer reconhecidos como integrantes da comunidade, sequer existiam como parte da população. Não estavam no cadastro, o relato não funcionou, e como a prefeitura alegava que só ficaram invasores e traficantes, eles não existiam oficialmente. Nos processos político e jurídico, ficaram à margem. Foram marginalizados por todos os lados do conflito. Não participaram da resistência, e a falta de organização pesou quando precisaram de articulação para o enfrentamento. No campo jurídico, como veremos adiante, começaram como coletividade invasora. Depois, houve uma divisão entre tradicionais e invasores, a defensora não teve como definir a população, nem eram invasores, nem eram removidos, nem eram tradicionais que lutavam pela permanência. A identidade desse grupo era de coletividade invasora, o que é incongruente e não corresponde ao que eles realmente são: tradicionais tanto quanto os removidos e os que permanecem. Ao não se organizar para luta, perderam o direito à moradia e perderam também a identidade.

Portanto, a transferência dos moradores que aceitaram voluntariamente acabou por definir três subgrupos distintos, como visto acima, sendo que o subgrupo dos excluídos e o subgrupo dos desistentes (removidos) apresentavam uma visível heterogeneidade, ao passo que o grupo da resistência era um grupo bem definido e homogêneo. Entretanto, essa homogeneidade será vista apenas do ponto de vista sociológico, pois do ponto de vista político será desconstruída pela prefeitura, porque uma vez efetivada a transferência dos moradores, a solução encontrada para minar a resistência será uma ação civil pública, na qual será alegada a existência apenas de 25 famílias tradicionais, desconsiderando as demais famílias, transformando o grupo da resistência em cadastrados e não cadastrados.

1.7. Novo quadro redefine os atores do conflito: pescador contra pescador na audiência do Ministério Público.

Após a remoção dos moradores que aderiram à transferência, e impossibilitada de remover os resistentes à força, graças à atuação muito presente do MPF/AL e da Defensoria Pública, a Prefeitura engendra uma nova estratégia e entra com uma ação civil pública na Justiça Federal solicitando a remoção. Esta medida deveria ser o caminho tomado pela comunidade, como foi sugerido pela procuradora do Ministério Público Estadual, porém descartada após certo processo de aconselhamento por parte de juristas favoráveis à permanência da comunidade, pois alegavam não acreditar na sensibilização do judiciário – tradição em conservadorismo e institucionalismo – em relação a uma favela, pois seria uma população marginalizada em luta contra o poder público, o que poderia incorrer em derrota jurídica que findaria o processo, mas poderia, por outro lado, obter desdobramentos políticos.

Por esse motivo, e pela falta de assessoria jurídica, não enveredaram por esse caminho. Podemos afirmar que, naquele momento, ocorreu um grave erro de estratégia, embora se deva considerar o fato de que a luta se dava no dia adia dos acontecimentos, sem muita elaboração e, como dito acima, sem uma assessoria jurídica. Fato é que, ao contrário do discurso criminalizante e agressivo da gestão Cícero Almeida; na Gestão Rui Palmeira a política higienista toma formas mais sofisticadas, adentrando ao campo da juridificação da vida, ainda que com a mesma agressividade, mas desta vez voltada só para os resistentes, que por sua vez são considerados insurgentes, da parte dos cadastrados; e invisíveis – “coletividade invasora” – da parte dos não cadastrados.

Antes de nos referirmos à ação civil pública propriamente, consideramos importante dissertar sobre um importante episódio ocorrido durante este processo, que foi a audiência pública realizada no Ministério Público Federal, no dia 26 de junho de 2013, já após a substituição do procurador Rodrigo Tenório. Esse episódio deve ser considerado pelo fato de que, pela primeira vez – e possivelmente a única, salvo engano – pudemos ver a divisão política da comunidade ocupando o mesmo espaço em claro confronto, problematizando o que adiante discutiremos como definição clara de adversários. Nesta audiência, assistimos à espetacularização dos moradores digladiando-se, cena que contrastava com o habitual enfrentamento entre moradores e prefeitura.

Coordenado pela procuradora da República Roberta Lima Barbosa, o encontro contou com a presença de várias autoridades que de algum modo mantinham relações com o caso. A mesa foi formada pelo vice-prefeito Marcelo Palmeira; o procurador-geral do Município,

Ricardo Wanderley; o secretário Municipal de Habitação, Mac Lira Paes; a presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (AMAJAR), Maria Enaura Alves do Nascimento; e do Instituto Habitacional Vila dos Pescadores, Maria José dos Santos Martins. Neste evento, pôde-se pela vez assistir a divisão da comunidade num mesmo espaço. O grupo favorável à permanência do lado direito e o grupo favorável à remoção do lado direito do auditório. A cada fala favorável ou contra, o respectivo grupo se manifestava com aplausos.

Nossa intervenção consistiu em desmistificar alguns elementos persistentes discurso de desqualificação da comunidade, bem como de refutar os argumentos apresentados pela Prefeitura, que por sinal eram os mesmos argumentos já apresentados e refutados na audiência de 2005, ou seja, oito anos teriam se passado e a Prefeitura não conseguiu acrescentar elementos novos à sua necessidade compulsiva de remover a comunidade. Primeiro, tentamos conceituar o problema, uma vez que não se pode chamar de urbanização e desenvolvimento urbano, o que na verdade, do ponto de vista sócio-histórico é um processo de higienização urbana, que visa exclusivamente à remoção das comunidades pobres dos tecidos privilegiados da cidade, transformando o lugar em espaço de consumo, com finalidade meramente mercadológica.

Ali residia uma comunidade tradicional que se constituía como patrimônio imaterial de Maceió tanto pelo fato histórico de representar um espaço nascedouro das origens da cidade – povoada por pescadores que habitavam nossa orla –, como pelo fato antropológico de serem herdeiros de práticas laborais cotidianas de extrema importância cultural, sobretudo, como herança dessas práticas indígenas que são engenhosamente mantidas por essas pessoas.

Lembramos que esta comunidade tradicional se transforma em assentamento precário por obra desastrosa do poder público, quando, em meados dos anos 90, a Secretaria de Habitação enxerta a comunidade com flagelados das enchentes, gerando uma alta densidade populacional, posteriores fluxos migratórios descontrolados que iniciam o processo de favelização, como dito anteriormente. Portanto, não se tratava de uma “coletividade invasora”, mas pelo contrário, o invasor seria o Estado.

Elencamos abaixo os argumentos expostos, por sinal, saturados:

- 1) **O oleoduto da Petrobrás.** Trata-se de uma informação inverídica. Primeiro porque não existia um único barraco edificado na zona de não edificação do suposto oleoduto, acaso ele existisse, porque a Petrobrás forneceu uma verba para a prefeitura retirar os referidos

barracos, o que foi feito na gestão da prefeita Kátia Born. Em pesquisa para defesa de Mestrado em Sociologia pela UFAL, entrevistamos dirigentes da Petrobrás, que afirmaram não ter a referida empresa nenhuma restrição à presença da comunidade, pelo contrário, tinha com ela relações de parcerias por meio de seu setor social. Segundo, porque o referido oleoduto sequer existe mais naquela localidade, foi desviado pela Petrobrás, com auxílio da própria prefeitura, que forneceu apoio logístico para esta operação⁹⁴. Portanto, a municipalidade apresenta como empecilho um dado inexistente. Como não saber da inexistência do suposto oleoduto, utilizando-o como álibi para a não construção de moradias, se a própria prefeitura contribuiu com sua remoção?

2) **Conflitos com o cais do porto.** Outra informação inverídica. Quando a SPU assinou o convênio de concessão da área para a prefeitura (com a construção das moradias), ela consultou a Administração do Porto, que afirmou não ter nenhuma restrição à presença da comunidade, assim como consultou também a capitania dos portos. Sem esses pareceres favoráveis não seria possível tal concessão, do ponto de vista legal (conforme informação já evidenciada acima).

3) Quanto aos **impactos ambientais** levantados, outra informação inverídica. Os problemas ambientais levantados, e evidentes, não são decorrentes da presença dos moradores, mas pela total falta de urbanidade gerada da omissão de responsabilidade da Prefeitura. Esta sempre se recusou a intervir no local, apesar dos inúmeros apelos da comunidade, que chegou inclusive a fazer protestos fechando as vias, conforme amplamente noticiado na imprensa local. Não existe nenhum problema ambiental que não seja de fácil solução em virtude dos recursos técnicos existentes, porém, a disponibilização de recursos técnicos e profissionais habilitados pertence à Prefeitura, e não à comunidade. Ademais, a prefeitura se contradiz, uma vez que coloca na própria Ação Civil Pública que seu projeto de urbanização irá sanar essas questões. Portanto, os problemas ambientais não estão condicionados à saída dos moradores, e sim à intervenção urbana adequada.

4) Quanto aos **impedimentos legais do plano diretor**, eles nunca foram apresentados com clareza e objetividade, e consideramos importante repetir seus termos. A saber, no Art. 53 está prescrito: “Constituem diretrizes específicas para a ZEP de Jaraguá: II – ‘incentivo ao uso residencial e de comércio e serviços compatíveis’.” Ou seja, o argumento de que não se podem construir habitações na Zona Especial de Proteção é inverídico. Ainda no Plano diretor

⁹⁴ Informação passada por contato telefônico pelo gerente responsável pra oleoduto da Petrobrás, confirmada por meio do documento TRANSPETRO/DTO/OLEO/OP1/NNESE/OPORSUB 0005/2015. Itabuna-BA, 07 de abril de 2015.

está prescrito em seu Art. 92, § 2º, II: “Reassentamento da população apenas em situação de risco à vida ou ambientais”. Todavia, o Art. 96, §2º, IV, define os critérios dessa classificação de risco, conforme apresentado na página 72 deste trabalho. Lembramos aqui que nenhum dos critérios se aplica à Vila.

Ou seja, nenhum dos critérios objetivos do Plano Diretor classifica a comunidade como sendo de assentamento precário de risco, o que impede sua remoção, nos termos do parágrafo 92 deste mesmo plano. Com isso, fica evidenciado que não se trata de uma área de risco, que o risco ambiental e social não é peculiar do território em si, mas das condições físicas geradas como consequência das negligências do poder público na área.

Como argumentos favoráveis à permanência dos moradores no local, com urbanização e construção de suas moradias, elencaram os itens abaixo, os quais, embora já apresentados anteriormente, consideramos salutar sua retomada:

- a) A urbanização da vila com as moradias foi contemplada como subprojeto do próprio megaprojeto de revitalização do bairro de Jaraguá, conforme projeto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Este projeto foi contemplado com verbas do BID, dentre outras verbas federais, estaduais e municipais. Infelizmente as verbas não tinham rubrica para a construção de moradias, todavia é prova inconteste de sua possibilidade. Cumpre notar que este projeto obedeceu a todas as exigências técnicas e legais, não só relativas à legislação vigente, como produzindo leis específicas, como o Decreto Municipal 5.569 de 1996.
- b) Para a realização deste projeto, cujas verbas para a construção de moradias não conseguiram ser capitaneadas⁹⁵, a SPU assinou um convênio concedendo a área para a prefeitura mediante projeto de urbanização que contemplava a construção de moradias, respaldas todas as questões legais envolvidas junto a seu setor jurídico e a procuradoria da República.
- c) Para a realização da urbanização, a Prefeitura contratou o escritório Pascual Arquitetura, que desenvolveu o projeto das moradias associado aos equipamentos coletivos da pesca, projeto este premiado num congresso científico internacional, o que atesta, de igual modo, as possibilidades técnicas, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, da construção de moradias, bem como sua compatibilidade com a urbanidade em questão.

⁹⁵ A ex-prefeita Kátia Born (que governou por duas gestões, de 1997 a 2004) nos revelou em entrevista de pesquisa (concedida em agosto de 2003) que a verba do PRODETUR não tinha rubrica para a construção de moradias, que fez todo esforço para conseguir junto à Caixa Econômica Federal, mas que não logrou êxito, devido à conjuntura política do momento.

Sobre a possível perda de recursos do Ministério das Cidades, não foi culpa dos pescadores, mas da incompetência da Prefeitura em pleitear a liberação de recursos sem ter a posse da área. Sobre a contestação do indeferimento do Juiz quanto à necessidade de antecipação da tutela, a prefeitura discordou de que havia negociação desde 2007, afirmando que havia apenas pesquisa técnica em consonância e convivência da comunidade. Isto é uma informação inverídica, porque a polêmica na verdade é muito anterior a 2007, data de 2004, quando Cícero Almeida foi eleito prefeito de Maceió. Os moradores foram pegos de surpresa e souberam da remoção pela imprensa, quando este foi à Tribuna de Alagoas anunciar o “fim da favela”, sem sequer ter procurado a comunidade para nenhum tipo de diálogo, como já descrito anteriormente. Ali começava uma etapa de disputa territorial marcada pela agressividade e intransigência da prefeitura, rotulando-os de vagabundos e bandidos, chegando o prefeito a ameaçar passar o trator por cima dos barracos e mandar a polícia “baixar o cacete” nas pessoas. A assembleia popular realizada em 02/11/2005 foi descrita em nossa dissertação de mestrado em Sociologia da seguinte forma:

A decisão dos presentes foi de resistir, lutar para permanecer no Jaraguá. Segundo os moradores, já naquela assembleia os resultados de seus protestos começaram a serem positivos, porque no dia seguinte a imprensa noticiou a assembleia e a proposta de resistência, e pela primeira vez em dez anos a imprensa local não tratou a comunidade com conteúdo discriminatório (PEREIRA, 2005).

E aqui estamos falando não de 66 famílias, mas das 450 famílias que na maior parte deste processo estiveram unidas nesta resistência, conforme descrevemos ao longo deste trabalho. Como afirmar que havia negociação e amistosidade, em um processo que já começa com enfrentamentos, como a batalha que se travou em audiência pública com os Ministérios Público Estadual e Federal, ocorrida no dia 05/11/2005, quando todos os argumentos da prefeitura foram refutados pelos presentes, sem réplica, dado o caráter inverídico e infundado dos mesmos. Considerando que toda política referente à vila era tomada à revelia da comunidade, destacamos aqui fragmento da nossa dissertação de mestrado sobre o evento:

Desta audiência foi tirada como proposta NÃO MAIS REMOVERIA A COMUNIDADE PARA A PRAIA DO SOBRAL, como havia anunciado, e que tudo que fosse tratado para o local seria negociado com a comunidade, a Universidade, e o Ministério Público. Decidiu-se também a chamada de uma audiência Pública, com a finalidade de esclarecer a possibilidade ou impossibilidades técnicas de urbanização da vila. Foi acordado um prazo de 45 dias para que as partes envolvidas apresentassem seus argumentos (PEREIRA, 2005, grifo nosso).

Portanto, não é de hoje que a Prefeitura descumpra acordos, é uma prática que se estende há anos. E os argumentos técnicos solicitados, nunca foram expostos. Esta hostilidade

descrita acima põe em contradição todo o discurso do poder público. Porque os fatos mostram que nunca houve “Trabalhos sociais e Técnicos” dialogados e aceitos, muito menos negociações, e sim conflitos e protestos⁹⁶. Em nenhum momento existiu o clima citado nos autos da Ação Civil Pública, sugerindo uma suposta parceria e amistosidade com a comunidade. Se hoje grande parte da comunidade aceitou a remoção, nunca é tarde lembrar que muitas destas pessoas foram convencidas pelo medo, pelo terror anunciado publicamente pelo então prefeito Cícero Almeida, muitos temeram ficar sem nada, sem os apartamentos e sem os barracos, além de haver um processo de cooptação de lideranças, conforme ouvimos de relatos em nossas andanças pela comunidade⁹⁷.

A aparição de um Instituto representando os removidos e colocando pescador contra pescador nos novos episódios deste conflito é uma demonstração da capacidade do poder destrutivo desta política intervencionista de dividir a comunidade e jogar os pescadores uns contra os outros. Essas pessoas há décadas estavam unidas pelo mesmo propósito de resistir, mas que muitos foram vencidos pelo cansaço de promessas não cumpridas⁹⁸, assim como outra parte desses moradores removidos o foram pelo medo, pela ameaça de violência por parte da Prefeitura. Na audiência, reafirmamos esta informação diante dos presentes, solicitando que os moradores confirmassem ou refutassem a informação, e esta foi confirmada.

Ou seja, nunca existiu, nem na vasta documentação produzida, nem nos autos da ação civil pública, nenhum elemento que justificasse a remoção dessas 66 famílias como uma necessidade incondicional. Pelo contrário, como demonstrado anteriormente, existe, nos termos da lei, nas concepções urbanísticas, e nas prerrogativas sociológicas, geográficas, históricas e antropológicas, elementos que justificam, na verdade, a permanência da comunidade.

Naquela audiência, após a fala da Prefeitura, falou o antropólogo do MPF, fazendo referência a seu parecer técnico realizado na comunidade. Sua fala, ao final amplamente aplaudida pelos defensores da remoção, além de afirmar o fato de que as tradições não acabam com a remoção - o que seria teoricamente verdadeiro, ainda que não

⁹⁶ Ressaltamos que nos referimos aqui não ao Trabalho Técnico Social realizado pela Prefeitura com os moradores convertidos, após a adesão ao projeto, mas a um trabalho dialogado que por ventura tivesse convergência com os anseios da comunidade, mediante consulta prévia prevista pela Lei Orgânica do Município, de forma ampla e democrática.

⁹⁷ Informações obtidas em publicações de jornais locais e de relatos dos moradores durante entrevista de pesquisa.

⁹⁸ Consideramos aqui o fato de que o Instituto que representa o condomínio da Prefeitura é liderado pelas mesmas lideranças comunitárias que engendraram a divisão da comunidade no processo de adesão e transferência, o que configura uma continuidade do processo de enfrentamento.

justifique com isso que os pescadores não poderiam desfrutar de sua tradicionalidade em seu próprio território – se assenta fortemente na percepção da Vila de Pescadores como ambiente atravessado pelo tráfico de drogas, elemento que recebe bastante ênfase no seu discurso, como pode ser visto abaixo:

As tradições que tentam proteger os moradores da vila de pescadores, elas estão nesse momento, sendo atacadas e, talvez, não por aqueles que vocês consideram inimigos. [...] Aquilo que dona Enaura se referiu como inimigos, eu penso que é um pouco diferente, eu grifei, em negrito, no parecer que eu tive oportunidade de fazer em maio [...] que tem uma problemática social que eu não pensei encontrar quando fiz a análise. É a insegurança promovida pelo tráfico de droga presente na Vila de Pescadores de Jaraguá. [...] Este fato era o grande inimigo e possivelmente o maior obstáculo a ser enfrentado⁹⁹.

Esta ênfase exacerbada na questão do tráfico de drogas - que por sinal, como já fora desmistificado neste trabalho, apesar de no passado ter existido, não atingiu a magnitude com a qual se circunscreveu a imagem perigosa da “favela” no discurso midiático - não é corroborada pelos antropólogos da Universidade Federal de Alagoas. Em uma moção de apoio à permanência dos moradores, o conjunto de antropólogos e sociólogos do Instituto de Ciências Sociais da UFAL contestam as medidas adotadas pela municipalidade e o suposto risco oriundo do tráfico como justificativa para a remoção.

Determinadas medidas já postas em prática pelo poder público, como a construção de prédios de apartamentos seguida da remoção precipitada de uma parte desses moradores, e a argumentação da presença de atividades criminosas no local (**tráfico de drogas**), **solapam o argumento central do ponto de vista antropológico**. Entendemos que a “habitação precária” ou as “atividades ilícitas” não são prerrogativas exclusivas daquele espaço urbano, não podendo ser elencadas como justificativa para a remoção da comunidade, e muito menos considerada como substitutiva da solução de seus problemas (BRASIL, 2015. Grifo nosso)¹⁰⁰.

Já a professora Marluce Cavalcante, atualmente aposentada, ex-professora da FAL e da UFAL, procurou ressaltar os aspectos positivos da comunidade, esclarecendo que a literatura científica assegura a importância da Vila na história da cidade, além da produção científica produzida sobre essa comunidade e a necessidade de urbanizar o espaço para seu usufruto. Ressaltou a importância de salvaguardar o direito à tradicionalidade no próprio território, e apelou para o resgate da união entre os moradores, uma vez que havia laços de amizade e parentesco, e que aquela situação era fruto de uma pseudodivisão criada pela

⁹⁹ Audiência Pública realizada no Ministério Público Federal em 26/06/2013. . Degravação de vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W--0ewPUtd0>. Acesso em 02/10/2014.

¹⁰⁰ Moção de apoio lançada pelos antropólogos e sociólogos do Instituto de Ciências sociais da UFAL na plenária de 25/02/2015.

Prefeitura para tentar desmobilizar os resistentes. Instigou os moradores transferidos a criar coragem e defender os pares que ainda resistem, assegurando que não sofreriam represálias, caso tomassem esta atitude.

A professora Simone Hüning, do Instituto de Psicologia da UFAL, destacou que o discurso da Prefeitura era voltado para questões econômicas, recursos, em detrimento das “pessoas”, que era a dimensão fundamental a ser debatida. Ressaltou ainda que a produção científica da geografia, arquitetura, antropologia, dentre outras ciências têm assinalado para a questão da produção da subjetividade na questão espacial, e o quanto esta subjetividade não pode ser entendida separadamente da territorialidade, dada a importância do convívio comunitário e suas especificidades. “Não se pode separar a constituição humana de uma história de vida que se fixa num local. Embora as tradições possam ser transformadas, elas não podem ser impostas, violadas”. Enfatizou também que a situação da Vila consta no mapa de injustiça ambiental da Fiocruz, e que a subjetividade é um elemento fundamental de compreensão das incompatibilidades entre o projeto da prefeitura e as motivações da comunidade:

Habitar um território, além de indicar uma forma peculiar de lidar com os recursos disponíveis geograficamente, também configura laços de sociabilidade entre trocas e modos positivos e singulares de subjetividade. A complexidade em termos desses laços e dessas redes, as formas de reconhecimento mútuo e de autorreconhecimento, são o que constitui uma comunidade, o que não quer dizer que todo mundo pensa igual, mas que há um compartilhamento de uma história. Essa área de Maceió abriga famílias que possuem uma identidade de características próprias, voltadas para a pesca e a construção de barcos. Este é o respeito que a gente tem que ter a essa diversidade e essa cultura. É uma comunidade que difere das propostas de vida neoliberais da cidade urbana contemporânea, que têm um modo de vida tradicional, situada numa parte urbana e nobre da cidade. O mapa apresentado pela prefeitura nos dá a dimensão disso, da proximidade dos prédios nobres da Ponta Verde com esses pescadores. Neste sentido, não se trata apenas de se opor às formas de habitação que estão sendo propostas neste outro espaço, mas as formas de regulamentação de vida não convergem com o que a comunidade intenta, por isso eles têm coragem de dizer “vou continuar lutando”. Portanto, existe sim uma afronta à tradição, existe uma afronta à atividade destas pessoas.

Os moradores da resistência deixaram esta audiência com sentimento negativo e mau pressentimento, visto que a instituição a qual sempre contavam como suporte em sua defesa, aparentava, a partir dali, certo distanciamento. Apesar de a prefeitura, em sua exibição, não ter apresentado nada de novo, nenhum argumento diferente do que já se sabia, quanto à impossibilidade de construção das moradias na vila, do ponto de vista político, o

poder público municipal demonstrou um passo bastante próximo da vitória: a divisão da comunidade assumiu clima de hostilidade morador contra morador, e a utilização de uns contra os outros passou a ser o cerne da questão, o que foi decisivo nos julgamentos jurídicos.

1.8. A batalha judicial: relativizando fatos e leis.

Após o golpe da divisão da comunidade e, sobretudo, o alto número de adesão à transferência, inicia-se uma nova maratona de dificuldades, e a principal delas foi o embate jurídico, uma vez que a ação é concernente ao interesse público, ou seja, a prefeitura, que já manipulava a opinião da sociedade via imprensa, tentava afirmar que a comunidade era contra o interesse público. A ação revelou também a diferença qualitativa do adversário, uma vez que o Prefeito Cícero Almeida tratava a comunidade grosseiramente, ameaçando “baixar o cacete” ao passo que na gestão Rui Palmeira, não menos agressiva no cotidiano de ameaças citadas pelos moradores, as investidas se demonstraram mais inteligentes, a começar pela natureza da ação judicial, que inverte os papéis dos atores sociais do conflito. De adversária da comunidade, num conflito que durava décadas, conforme demonstrado ao logo deste trabalho, a prefeitura se apresenta na Justiça como salvaguarda do interesse público, interesse este ameaçado por supostos “insurgentes”.

Ao tratar uma comunidade tradicional como insurgentes, invasores, só porque não se renderam às suas pressões, à imposição de seu projeto e seu modelo de cidade (pautado pelo uso mercadológico do lugar, como em todos os outros processos de reestruturação de centros históricos, no Brasil e no mundo), a prefeitura cria um novo personagem, o “invasor”, novo adjetivo dos moradores que comprovadamente ocupam o lugar muito antes do cadastro da prefeitura, que são registrados como pescadores e marisqueiras na colônia e na Federação de pescadores, que possuem uma vasta documentação comprovando a veracidade de sua origem, mas que são expulsos como invasores, levados para abrigo na condição de flagelados, porque apesar de serem moradores tradicionais, a prefeitura, que se torna definidora do critério de quem é quem não é, não os reconhece, acreditando que o critério que define a identidade das pessoas é o seu cadastro – indo de encontro ao princípio da autoidentificação prevista em lei, no caso de comunidades tradicionais.

Nessa concepção, não existem invasores, na medida em que os poucos moradores que haviam chegado após o cadastro de 2007 não estavam reivindicando o território, se contentavam com a possibilidade de uma moradia em outro local. Aqueles que ocupavam recentemente a vila nunca fizeram muita questão. Estes “invasores” também não eram os

moradores resistentes, porque os filhos dos moradores não deixarão de serem filhos, nem deixarão de serem nascidos e terem vivido naquele lugar, apenas pelo fato de não constar no cadastro da prefeitura. Não se pode presumir que um cadastramento feito à sombra de uma árvore, em uma comunidade complexa, seja a essência da realidade social desta comunidade. A única verdade é que não existe um estudo real da demografia e morfologia da comunidade, caso contrário não existiria o conflito.

A ação judicial, neste sentido, já começa incongruente, porque começa numa inversão. O magistrado julgará por sobre uma abstração criada pela prefeitura, um falso réu, uma vez que todo discurso jurídico produzido na Ação Civil Pública é essencialmente discrepante, incondizente com a realidade da população ocupante da Vila. A criação dos invasores imaginários já começa pela própria inversão imagética do espaço geográfico, em que os documentos e as falas da municipalidade passam a referir-se ao condomínio construído na praia do Sobral como a real “Vila dos Pescadores”, enquanto na comunidade resistente persiste o estigma de “favela de Jaraguá”.

Como se não fosse suficiente toda a violência praticada contra a comunidade, a ação ainda se apresentava como o objetivo de incriminar os moradores pela prática de esbulho. Aquela centena de moradores tradicionais, que se autoafirmam coletivamente como tais, não são esbulhadores de nenhum patrimônio. Se o fossem, a União não teria cedido a área para a Prefeitura construir 273 moradias no projeto original (negar isto seria o mesmo que afirmar que a União cedeu a área para que a prefeitura assentasse esbulhadores). Eles não poderiam deixar de ser os pescadores “de interesse paisagístico”, de “importância para o desenvolvimento do turismo” de interesse na “preservação ambiental, patrimônio histórico de Jaraguá”, para de repente serem transformados em inimigos da sociedade, aqueles que estariam “destruindo um bem público”, porque sua identidade não pode ser definida nas entrelinhas das mudanças políticas da prefeitura (já que um prefeito diz uma coisa e outro diz outra, tendo que contradizer seu próprio discurso com sua própria história, como demonstram alguns documentos aqui apresentados).

Se eles não são invasores, quem são de fato, os réus? A prefeitura enquadrou a comunidade, e sua Associação representativa, em um lugar de réus que não lhe cabia. Se o objetivo era tirar os invasores, a solução lógica seria retirar os moradores recentes (que eram poucos, e todos sabiam quem eram, tanto a Prefeitura quanto a comunidade sabia quem realmente é tradicional, quem não é). Daí a impossibilidade de colocar todos em uma mesma perspectiva. Tanto o é que, no andamento do processo, o MPF entende que a “coletividade

invasora” não está representada. Quando a Prefeitura se refere ao todo da comunidade comocoletividade invasora (ou seja, não distinguindo os que se enquadraria nestes termos dos que são ocupantes tradicionais) – excetuando apenas os vinte e cinco que ela reconhece oficialmente, na verdade ela está criando uma identidade, e colocando a Associação de Moradores e seus adeptos dentro. Ou seja, o próprio réu da ação é fictício. Tanto que é solicitada a designação de um novo defensor, para o novo réu descoberto pelo MPF/AL, próximo ao final do processo. Se este “novo réu” (mais uma invenção de identidade) estivesse caracterizado desde o início do processo, provavelmente provocasse a necessidade de uma real e atual caracterização da comunidade, porque é fato que de 2007 até 2015 já havia se passado oito anos, quase uma década, e se os dados da prefeitura não batiam com os dados da comunidade, nada mais justo que envolver outras instituições neutras, as quais se propunham a fazer um estudo da comunidade, em nome da veracidade dos fatos.

Em um conflito de interesses não basta tomar parte de um dos lados e adequar o discurso jurídico a essa opção, é preciso ir atrás das comprovações dos fatos. Veracidade que consiste na dificuldade da defensora reconhecer esta “coletividade”, porque o perfil que ela encontra contrasta com o perfil mostrado pela prefeitura (poucas das pessoas que ela defendia se enquadravam na suposta identidade de “invasor”). Ou seja, o novo réu permanecia indefinido.

Mais curioso ainda é o modo como se constrói a composição dos que deveriam “representar” essa suposta “coletividade invasora” no processo. Primeiro, a dona Cícera, que não morava na comunidade há mais de 20 anos. Em conversa informal, ela nos comunicou que nem sabia como o nome dela foi incluído no imbróglio. Todavia, semanas depois nos confidenciou que teria sido convidada para disputar a Associação, ou criar uma nova Associação, no intuito de “derrubar” Enaura junto à comunidade. Não conseguimos esclarecer o papel da Dona Cícera neste enredo, mas o fato é que o réu, que outrora fora identificado como sem representação, agora estaria representado por uma pessoa que não era sequer da comunidade há pelo menos duas décadas. Dona Nanci, que tem histórico psiquiátrico, afirmava não estar em condições de configurar nesta lista de representantes, porque estava tomando remédio controlado. O outro representante foi o Márcio, que tinha chegado à comunidade há cerca de dois anos, segundo os moradores. Porém, semanas após sua intimação, os moradores relataram que ele foi contemplado com um apartamento (mesmo não constando no cadastro de 2007), e com isso deixou de figurar como representante da coletividade.

Pretendemos aqui demonstrar como este processo é pautado por deturpações da realidade, deturpações essas que não seriam devidamente analisadas, algumas ignoradas ao longo dos autos, gerando ao final um critério de “verdade jurídica” e assegurando a inversão dos atores do conflito. A comunidade, fortemente violentada pelo poder público ao longo de décadas, passa a ser analisada como vilã, como inimiga da cidade.

A ação, logo no seu início, no título I, já apresenta a fragilidade da situação, uma vez que a suposta autorização da SPU nada mais é que uma portaria do superintendente regional (Portaria nº 2, de 02 de fevereiro de 2012). Não se trata, pois, de uma “cessão”, como devidamente solicitada pelo prefeito no ofício nº 356/2009/GP. Essa cessão foi concedida, dentro dos preceitos legais e administrativos, no projeto inicial da Prefeitura, quando se previa a construção das moradias, mas expirou. Sabe-se que tal autorização foi concedida em detrimento do direito líquido e certo da comunidade à CUEM.

Afirma-se, no item 1.4 da ação civil pública, que a obra seria executada com recursos do Ministério das Cidades, por meio do programa FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários. Nas diretrizes gerais deste programa fica clara que a finalidade é “atendimento à população **residente** em áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental”, prescrita na alínea b do item III (BRASIL, 2008/2011, grifo nosso). Entretanto, o que se omite na ação civil pública e no próprio Plano de Trabalho que gerou a verba, por meio do Termo de Compromisso nº 0301506-77, DOU 25/01/2010, pg. 62, Seção 3, é que o item 4, alínea b.1, do manual de projetos do Ministério da Cidades, no que se refere às diretrizes específicas, prescreve-se: “a realocação total de famílias deverá ocorrer somente nos casos em que o assentamento precário esteja em área que não seja passível de uso habitacional [...]”.

Ou seja, a verba, que tinha como finalidade urbanizar a área com melhorias e construção de moradias no próprio local, foi indevidamente desvirtuada com argumentos inverídicos, quais sejam, o fato de ser área *non aedificandi* por conta de um suposto oleoduto da Petrobrás, oleoduto este inexistente, como já dito, por ter sido desviado pela empresa com a própria colaboração da Prefeitura via SMCCU e Secretaria do Meio Ambiente; e o Código de Postura do Município, que lido da primeira até a última palavra não apresenta uma única linha referente a tal impossibilidade habitacional. Esta incoerência não apenas evidencia como reforça a tese dos geógrafos, urbanistas, antropólogos sociais e turismólogos de que a preferência pela política de remoção, em detrimento da urbanização *in loco*, pautada pela transferência de populações pobres dos tecidos privilegiados da cidade, tem caráter higienista,

sobretudo na situação em tela, em que se tem recursos jurídicos, técnicos e financeiros de garantir a permanência da população.

Outra incongruência da ação civil pública encontra-se no item 1.7, quando se afirma que “houve a participação efetiva dos moradores da favela do Jaraguá, que manifestaram suas necessidades e anseios”. Essa informação contrasta com os dados que estão postos nos registros noticiários locais, que configuram um longo e agressivo conflito entre Prefeitura e comunidade. Alguns desses registros dos principais órgãos da imprensa local são apresentados ao longo deste trabalho. A própria fala da prefeitura configura sua intransigência: “não vamos mais discutir, vão ter que sair de todo jeito”. Nos anexos do processo podem ser vistos alguns documentos em que a prefeitura justifica seu suposto trabalho técnico social e de diálogo com a comunidade, ao que chamou de “Histórico da intervenção urbana”¹⁰¹. A documentação se contradiz logo na primeira informação, por remontar a um “Fórum de discussão sobre a revitalização da vila de pescadores de Jaraguá com gestores Estaduais, Municipais, e Programa Habitar Brasil – BID”.

Enquanto os gestores discutiam neste fórum, a comunidade em peso protestava pelas ruas da cidade e se reunia com o Ministério Público contra a remoção, como demonstra a própria ata da audiência pública já citada. Em 2007, a prefeitura apresentou uma “pesquisa socioeconômica – incluindo coabitações”, ou seja, o tal cadastro de 2007 que os moradores afirmam ter sido feito embaixo de uma árvore, devido ao não reconhecimento do cadastro anterior (2001) acabou gerando os principais impasses da remoção e do próprio processo judicial. Na sequência, pode-se ver a apresentação do projeto e de trabalho social, que foi realizado com “moradores e líderes”, ou seja, o grupo de quatro líderes que operacionalizaram a divisão da comunidade à revelia de seu legítimo representante (a Associação de Moradores ou mesmo a colônia de pescadores). E o que dizer das inúmeras reuniões e audiências realizadas pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual que geraram compromissos e acordos não cumpridos? E as inúmeras reuniões solicitadas pela Associação, para as quais a prefeitura nunca enviou um representante? Percebem-se algumas fotografias isoladas, com agentes da Prefeitura acompanhados de um ou dois moradores. Em que sentido essas fotografias configuram uma consulta, um debate amplo com a comunidade? Em contraste a isso, as fotografias e registros audiovisuais das assembleias, protestos, reuniões da comunidade no processo de resistência demonstram grande número de pessoas reunidas, democraticamente debatendo e decidindo sobre a situação. As atas de reunião estão disponíveis para análise no

¹⁰¹ Folhas 738-744 do processo nº 0004070-23.2012.4.05.8000.

acervo da Associação de Moradores. Onde estariam as atas de reunião da prefeitura com a comunidade, durante esta suposta aceitação do projeto? Onde foram realizadas as consultas, as assembleias, como é previsto pelo Plano Diretor da cidade, lei orgânica do Município?

O que eles chamam de trabalho técnico social foi pautado por um edital de licitação para terceirização da transferência, cujo conteúdo higienista e preconceituoso já foi debatido anteriormente. Outro dado que caracteriza a falta de diálogo do projeto é o fato de o próprio presidente da Associação dos Pescadores desconhecer o projeto, como ficou evidenciada na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores, noticiada pelo periódico Melhor Notícia¹⁰²:

Um fato que chamou a atenção dos jornalistas foi o total desconhecimento do presidente da Associação dos Pescadores de Maceió, Antônio Gomes. Perguntado sobre a posição da Associação diante do impasse, ele não sabia se posicionar por que não conhecia o projeto. Somente depois que foi informado pelo representante da Favela do Jaraguá, Seu Toinho, como é conhecido, disse que estava ali para defender o melhor para os pescadores.

Este desconhecimento também era comum à presidente da Confederação Alagoana de Pesca, Eliana Moraes, que nos revelou que nunca foi chamada para opinar sobre o projeto¹⁰³. Assim, o que realmente a Prefeitura entendia como “participação” da comunidade, se havia nada menos que as três entidades representativas dos pescadores e moradores afirmando exatamente o contrário? Se a prefeitura não dialogou com as entidades representativas, que são os representantes legítimos perante a sociedade e a lei, onde, quando e com quem aconteceram esses supostos diálogos?

Ou seja, o esforço de reconstituição da história da vila dos pescadores e de sua resistência nos leva a perceber que, de fato, as informações apresentadas aconteceram, houve as referidas reuniões e debates sobre o projeto, mas se omitiu o fato de que aconteceram com moradores condenados a abandonar a área, aqueles já convertidos, não configurando um processo amplo e democrático no qual os mesmos pudessem opinar sobre o tipo de urbanização que queriam, sobre o futuro da comunidade. É importante reconhecer que a quantidade de moradores, que em certo momento acabará se constituindo em maioria, não deixa de dar legitimidade ao processo, embora do ponto de vista sócio-histórico fique o registro de uma clara violação do direito de organização, caracterizado pelo total desprezo

¹⁰² Disponível em: <http://www.melhornoticia.com.br/index/pg/print.php?head=noticia.mht&node=mn21138>. Acesso em 15/12/2009.

¹⁰³ Entrevista concedida na sede da Federação, em agosto de 2014.

pela entidade representativa, por meio da instrumentalização de lideranças que minavam o poder de influência da Associação.

No item 1.12 da Ação Civil Pública, a prefeitura afirma que é de conhecimento público e notório a satisfação das famílias que saíram da favela do Jaraguá, e estão morando na vila dos pescadores, consoante demonstra a matéria veiculada no periódico Gazeta de Alagoas de 03/06/2012. O jornal e a prefeitura se esqueceram de incluir neste argumento as famílias que venderam ou alugaram os apartamentos, além das famílias que voltaram a reconstruir barracos na comunidade e ficaram em dupla residência (deixavam os filhos no apartamento, mas dormiam na comunidade, por causa da necessidade do trabalho noturno). Além disso, reclamavam das perdas econômicas que tiveram pelo fato de não ter transporte público (uma das promessas não cumpridas), sendo forçados a utilizar transporte clandestino de carros e motos (muitos deles dos próprios moradores estranhos que moram nos apartamentos, por meio de compra, aluguel, ou outros meios desconhecidos, e outros dos jovens da comunidade que abandonaram o trabalho da pesca e se transformaram em mototaxistas).¹⁰⁴

Agora, atentemos ao discurso presente no item 1.13 da ação:

A favela do Jaraguá, a bem da verdade, é uma ocupação em bem público da União que vem causando há anos transtorno à coletividade, tendo em vista a insegurança existente no local, além da insalubridade, da falta de estrutura urbanística e ambiental, sendo **dever da Edilidade zelar pela boa e adequada utilização desse bem (Grifo nosso)**.

Como pode a Prefeitura reconhecer o “dever da edilidade”, se esta mesma edilidade nunca agiu em prol de tal zelo, mesmo quando obrigada por força das legislações ambientais, pelas normas urbanas, pelos convênios assinados com a Petrobrás e SPU, pelas recomendações do Ministério Público Federal, conforme expusemos anteriormente? Em vez de zelar pelo local, esta edilidade comportou-se como corresponsável pela degradação do lugar, pela omissão, como está escrito no parecer do IBAMA, acima citado.

O título II da Ação Civil Pública é totalmente ambíguo uma vez que o interesse público contempla os dois interessados na área. “Conforme referido em linhas atrás, o direito difuso que se busca tutela pública é um direito difuso, pois pertence a toda coletividade [...]”. No entanto, a urbanização da vila com a permanência no próprio local igualmente representa o interesse coletivo e um ganho para toda a cidade. E fica claro que este também parecia ser o entendimento da União, no momento em que selou um convênio de cessão com a Prefeitura

¹⁰⁴ Esta foi uma das principais perdas culturais, no contexto em que se alegava que não haveria tais perdas.

para a construção de moradias (sem impedimento técnico ou legal, conforme os termos do convênio). Vale realçar que as justificativas da prefeitura que engendraram tal convênio consistem exatamente na importância dos moradores do ponto do interesse paisagístico e do desenvolvimento do turismo, conforme está exposto em vasta documentação oficial da municipalidade. Do mesmo modo, a ocupação não se configura como esbulho, mas como problema social. A tônica da prática governamental tem sido a de não regularização fundiária das ocupações de áreas da União por populações precárias em situação de risco. Não são poucos os instrumentos de recuperação e regularização fundiária desse tipo de área, sendo um deles o próprio programa do governo federal utilizado pela prefeitura para seu projeto de intervenção (cuja remoção só seria tolerada em casos excepcionais e, como visto, inaplicáveis ao caso em tela).

No transcorrer do processo, ainda houve por parte da Prefeitura uma tentativa de desmoralização da presidente da Associação de Moradores, acusando-a de enxertar a lista dos resistentes com seu filho e seu sobrinho. Percebe-se no ofício G.S nº 327/2012 endereçado ao MPF/AL que o argumento da Prefeitura é o fato de que ambos eram menores de idade na época do cadastramento. Como pode ser observado nos relatos, essa não seria a única situação de coabitação, uma vez que passados cinco anos, esses jovens constituíram novos núcleos familiares (ainda que coabitando o mesmo barraco), ao passo que consta ainda que situações iguais foram prestigiadas pela prefeitura, tendo como exemplo uma das principais lideranças da prefeitura na comunidade, que ganhou dois apartamentos, um para si e um para a filha menor de idade que era solteira e morava com a mesma no mesmo barraco, segundo relato dos moradores. Percebe-se aqui uma desigualdade de critérios na definição das coabitações.

Em meio a essa disputa, em defesa da comunidade a Defensoria Pública da União designou a defensora Tarsila Maria Lopes. Como veremos aqui, a defesa baseou-se em três pilares: as contradições da Prefeitura quanto à urbanização da vila, a tradicionalidade, o direito de posse assegurado por lei. Antes de apresentar alguns elementos desta defesa, faz-se necessário abrir um parêntese para registrar certa diferença nas relações entre comunidade e DPU, uma vez que este dado tem grande influência no andamento do processo. No início foram representados pela defensora acima citada, que demorou no caso, estudou com afinco e estava sempre a disposição da comunidade. Dra. Tarsila estava sempre disponível, ia até a comunidade, inclusive nos momentos de conflito foi decisiva para evitar abusos por parte da prefeitura. A comunidade tinha seu número de telefone, marcavam reuniões e debatiam o caso, muitas vezes acompanhados por professores que também opinavam e contribuía com suas

informações. Esta parceria foi decisiva, até a referida defensora ser removida para outra cidade. Em seu lugar ficou o defensor Samuel, o qual chegou a Maceió num dia, e no outro já seria a audiência no MPF. Sem entender nada, fez uma intervenção que desagradou à comunidade, mas em seguida, quando os recebeu na DPU e entendeu a questão, estudou o caso e apresentou as alegações finais.

Este foi o último momento de real aproximação com a DPU/AL. Em seguida, a comunidade vivenciou uma troca contínua de defensores, perdeu o contato direto, as idas ao órgão passaram a ser maratonas de atendimento com estagiários, que na maioria das vezes não satisfaziam a demanda e não sabiam dar as informações necessárias, e a necessidade de dialogar com o defensor não era suprida. Presenciamos momentos em que, na ausência de um defensor definitivo para o caso, e na impossibilidade de ser recebido pelo defensor de plantão, o estagiário chamou um defensor que, no pátio mesmo (em pé, sem nem convidar pra sentar, como reclamou Enaura) explicou que não tinha mais solução e que o certo era fazer o que o juiz determinou – quando da prolação da sentença).

Em outra situação, também após a sentença, uma defensora se incomodou com a presença do presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, afirmando que abandonaria o caso se soubesse que a comunidade estava sendo assessorada, quando na verdade o objetivo da visita era apenas contribuir com a causa. A partir daí podemos ter uma ideia da dimensão da desigualdade entre as partes no campo jurídico: enquanto a Prefeitura tinha um corpo de procuradores empenhados e acostumados com a causa, a comunidade nem sempre conhecia seu próprio defensor, e o defensor nem sempre conhecia a comunidade ou o processo.

Quando o juiz substituto prolatou a sentença dando ganho de causa para a prefeitura, o fez atribuindo “antecipação de tutela”, o que significa que a prefeitura poderia executar a sentença mesmo antes de acontecer o recurso em segunda instância, deixando toda comunidade em aflição. A defesa acreditava que teria garantido o princípio do contraditório, e a comunidade entrou em desespero porque não sabia o que aconteceria com as famílias que não constavam no cadastro da prefeitura. Por meio de uma articulação com personalidades do judiciário, um grupo de pescadores conseguiu uma audiência com o juiz, desta vez já o titular da vara, quando entregaram um documento assinado por 75 famílias, devidamente documentadas pelos órgãos competentes, comprovando sua atividade como pescadores ou marisqueiras, e que não estariam inclusos no cadastro. No entanto, o esforço foi em vão.

Todavia, consideramos interessante registrar uma posterior declaração deste magistrado na imprensa local, onde se refere à situação como benefício para os “verdadeiros” pescadores:

O magistrado justifica a determinação dizendo que o desejo é resolver o “problema da comunidade de pescadores do bairro de Jaraguá, e a revitalização da área e as construções a serem erguidas só vão trazer vantagens aos **verdadeiros – e tradicionais – pescadores** do bairro do Jaraguá”¹⁰⁵. (Grifo nosso).

Afinal, que critérios o magistrado teria para definir com tanta certeza quem seriam esses “verdadeiros pescadores”, quando os dados mostram que verdadeiros pescadores ficaram de fora do cadastro da prefeitura? Esta afirmação deixa clara a perspectiva que o problema da vila dos pescadores consistia entre discernir verdadeiros ou falsos habitantes – proveniente da inversão de identidade criada pela prefeitura. E o único instrumento que tentava definir esse antagonismo era o cadastro da prefeitura, o mesmo que foi totalmente desqualificado pelos moradores, como demonstrado anteriormente, além do depoimento, em audiência, do líder comunitário Neno, líder dos desistentes, que sequer era pescador, ou da afirmação do magistrado dirigida a nós, na referida audiência, de que partia do princípio de que a prefeitura agia de boa fé. Em uma sociedade em que o Estado é cotidianamente desmascarado por atos de improbidade e corrupção, consideramos que partir desse princípio implica num risco comprometedor, se não da verdade jurídica, mas do fato social.

No entanto, o que problematizamos aqui é o que impediria o magistrado de acreditar igualmente na boa fé daquelas 75 famílias representadas por aqueles pescadores que imploravam em seu gabinete – legitimamente documentadas –, pessoas simples e de pouco estudo que culturalmente respeitam e temem a figura da autoridade, o que diminui as possibilidades de se apresentarem diante de um magistrado federal para alegar inverdades – sobretudo num processo no qual é a parte beneficiada pela sentença quem, de fato, trabalhou com fatos inverídicos.

Não nos cabe aqui fazer qualquer análise jurídica, porque não é de nossa competência, nem objetivo deste trabalho. Entretanto, apresentaremos algumas considerações que compõem nossa compreensão do fato. A leitura que fazemos é pautada nos diálogos que estabelecemos com juristas que conheceram o caso, dentre eles alguns que estudam o processo em nível de pós-graduação¹⁰⁶, além de uma apresentação dos principais argumentos da defesa, elaborado pela Defensoria Pública da União.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/justica-federal-cobra-desocupacao-da-favela-de-jaragua-em-maceio.html>. Acesso em 16/06/2015.

¹⁰⁶ Dissertação de Mestrado em Direito pela UFAL, ainda em andamento.

Deste modo, é interessante notar como um conjunto de leis e acordos municipais, nacionais e internacionais favorecia a permanência da comunidade. A primeira delas é a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 13º - Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

Artigo 14º - 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

Assim, os governos têm responsabilidade em reconhecer o direito dos povos tradicionais sobre o território que ocupam, assegurando sua propriedade. Esta convenção se torna ainda mais necessária na análise a partir do momento em que os magistrados reconhecem a tradicionalidade da vila de pescadores, a despeito de a prefeitura intentar negá-la. Além desta convenção, o Brasil editou normas específicas para a proteção dos povos e comunidades tradicionais, como o Decreto nº 6.040/2007:

Artigo 2º - A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Art. 3º - São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada

povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;
VI - reconhecer, com celeridade, a autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

Este decreto também deixa claro o que são comunidades tradicionais e territórios tradicionais:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

Fato mais grave, entretanto, fora a omissão da União, ao negligenciar o direito de **concessão da área para fins de moradia**, tal como previsto na Medida Provisória 2.220/2001, mediante pedido da comunidade, como já descrevemos anteriormente. Cumpre notar que, ainda que o pedido tenha entrado em confronto com o igual pedido da prefeitura – contradição que poderia ser solucionada por meio da opção do direito líquido e certo da comunidade, em detrimento de uma guarda provisória e precária da prefeitura -, a própria União, de acordo com as atribuições previstas na referida Medida Provisória, poderia e deveria providenciar a regularização fundiária da área ocupada tradicionalmente pelos pescadores e marisqueiras administrativamente, evitando o conflito.

Outro instrumento legal que favorecia o pleito da comunidade e que fora bem utilizado pela defesa foi a Lei Orgânica do Município, que impede a remoção forçada dos moradores e prevê que toda intervenção urbana nas comunidades precárias seja submetida à consulta prévia. Este princípio foi violado, como já descrevemos anteriormente, levando o Ministério Público Federal a recomendar a não concessão da área por parte da União. De acordo com essa lei, é determinado que:

Art. 111 - A remoção de moradias localizadas em áreas de desenvolvimento subnormal, por iniciativa da Administração, é condicionada a prévia consulta aos moradores, objetivando a identificação de suas condições de trabalho, para o fim de orientar nova fixação em condições que lhes permitam a regular continuidade de suas atividades profissionais.

Ainda em termos da legislação municipal, acrescentem-se as prerrogativas explícitas no Plano Diretor do Município de Maceió, que não apenas prevê a proteção a esta comunidade, como não assegura o uso incompatível de seus termos por parte da prefeitura, como já demonstrado anteriormente, sobretudo no improcedente argumento de que a área seria de preservação ambiental, isto porque segundo o Decreto 5.569/1996, no seu Art. 1º, V, a vila de pescadores fora transformada em setor de preservação ambiental, o que invalida qualquer possibilidade de contradição, pelo contrário, reforça ainda mais a adequação da vila ao Plano Diretor. Acrescentem-se também os Termos de Ajuste de Conduta, instrumentos jurídicos que foram ignorados pela prefeitura, tal como o acordo assinado com o MPF em 21 de maio de 2012, quando o Secretário de habitação, na condição de legítimo representante da edilidade, que atuava como *longa manus* do mandatário máximo do município, afirmou que não retiraria os moradores que se recusavam a sair, ressaltando-se ainda que o mesmo fora igualmente assinado pelos demais funcionários do mais alto escalão da prefeitura, tanto da Secretária de Habitação, quanto da SMCCU.

Em junho de 2014 a comunidade foi surpreendida com o resultado da sentença da Ação Civil Pública movida pela prefeitura. A notícia foi descoberta na internet, quando um morador, por curiosidade, resolveu dar uma olhada e encontrou a sentença prolatada já há dias. Com esta informação, Enaura foi até à DPU, onde foi recebida pelo defensor de Plantão, o qual informou que não tinham sido ainda notificados. Então Enaura foi até à Justiça Federal buscar informações, e finalmente no dia seguinte a DPU recebeu a notificação. Já haviam se passado mais de vinte dias da prolatação da sentença. Isso deixou a comunidade em pânico, uma vez que o juiz substituto Aloysio Cavalcanti Lima teria dado ganho de causa para a prefeitura com antecipação da tutela, ou seja, com efeito imediato para a remoção.

Em termos gerais, a sentença deixa claro que, apesar de várias leis citadas pela defesa, como a convenção da OIT, a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a MP 2.220, dentre outras, legislarem favoráveis à comunidade, por se tratar de direito difuso, o magistrado optou por julgar por ponderação, mediante os interesses em questão, mormente o “interesse público” alegado pela Prefeitura. Neste sentido, pesaram com forte influência as alegações do poder público de que a área seria inadequada para moradia, e o fato alegado de que a tradicionalidade não seria extinta, pelo contrário, seria mais bem exercida no novo empreendimento da Prefeitura, citando como base um parecer antropológico do MPF.¹⁰⁷ Foi dado um prazo de 60 dias para que os moradores cadastrados junto à Prefeitura assinassem o

¹⁰⁷ Processo nº 0004070-23.2012.4.05.8000, no TRF-5.

termo de adesão aceitando serem transferidos para os apartamentos, bem como um prazo de 90 dias para que o restante da comunidade, sentenciada como “coletividade invasora”, desocupasse o local, podendo ser levados para abrigos ou escolas. Em caso de descumprimento, foi autorizado o uso da força. A grande preocupação, no entanto, era o prazo dado, uma vez que já se passara quase metade do tempo, ainda não havia nada de concreto em relação à defesa, sabia-se que a DPU iria recorrer, mas a comunidade não tinha acesso à defensora, não conhecia os detalhes do processo.

Todavia, a indignação da comunidade, bem como dos juristas que tentavam compreender a situação e transcrevê-la para os moradores – dada a ausência da DPU neste momento, restrita à elaboração do recurso sem dialogar com a comunidade¹⁰⁸ -, consistia no fato de que (i) as provas apresentadas pela prefeitura foram visivelmente refutadas tanto pela inexistência de veracidade, como nocaço do oleoduto da Petrobras, tanto pelo uso improcedente de recursos legais, como o Plano Diretor, como pelas contradições de pareceres, como os relativos à questão ambiental e a postura contraditória da própria União, que ora cede a área para construção de moradias, ora para a versão excludente atual do projeto; (ii) os direitos constitucionais incontestáveis terem sido relativizados sem que se tratasse de uma situação extrema¹⁰⁹; (iii) dois Termos de Ajuste de Conduta assinados entre a Prefeitura e o Ministério Público Federal foram desconsiderados pelo magistrado, pelo fato de não terem sido assinados pelo Prefeito, e sim por seus representantes legais; (iv) execução da remoção sem que a defesa tivesse apresentado ainda o recuso, indo de encontro ao direito ao contraditório.

Uma leitura sociológica primária nos leva a perceber, para além das questões jurídicas, a transformação de moradores de uma comunidade tradicional em moradores de rua, esta era, na verdade, a sensação gerada nas pessoas da Vila, indignados pela possibilidade iminente de serem despejados de suas casas. Na condição de representante do suposto “interesse público”¹¹⁰, a Prefeitura ignorara as afirmações democráticas e populares desses interesses, outorgando para si o direito (e dever) de afirmar quem é e quem não é pescador, uma clara contradição da lei, que assegura às comunidades tradicionais esse direito de autoafirmação. Não caberia ao Estado determinar quem pertence ou não pertence a uma

¹⁰⁸ Nas várias idas à DPU os moradores só conseguiam ser atendidos por estagiários. Tivemos a oportunidade de acompanhá-los nestes momentos.

¹⁰⁹ Na verdade o agravamento seria o despejo, como de fato ocorreu, uma vez que cerca de 110 famílias tradicionais perderam seu território e sua identidade, passando a configurar o quadro dos sem-teto da cidade.

¹¹⁰ Utilizamos o termo “suposto” porque a permanência dos moradores também atendia aos critérios de interesse público, como foi demonstrado anteriormente por meio de estudos, documentos e legislações.

comunidade tradicional, porque por meio desta prática se constituíram exemplos extremos de arbitrariedades. Ademais, o “interesse público” igualmente contido na permanência dos moradores está por demais configurado, seja por elementos históricos, sociológicos e antropológicos, seja por elementos jurídicos.

O que se percebe na verdade é a consolidação e o respaldo legal de um longo processo de violência simbólica, de estigmatização, de criminalização, em que se selecionou significativa parcela da comunidade por meio de práticas clientelistas, restando aos resistentes o rótulo de outsiders, bandidos perigosos, o discurso de que "os nossos pescadores" são os verdadeiros pescadores, enquanto aqueles que resistem à imposição do modelo hegemônico de cidade proposto não passam de invasores, e as pessoas e instituições que os defendem são meros oportunistas aproveitadores da miséria para fazer proselitismo.¹¹¹

Trata-se se, portanto, de um momento histórico em que fatos inverídicos são sacralizados como atos de “boa fé”, *status* que o poder público recebe a *priori*, num contexto em que toda a sociedade acaba por ser resumida ao Estado (como se interesse público se confundisse com interesse do Estado).¹¹² É fundado nesta contradição que o magistrado afirma, com muita convicção, que o gasoduto da Petrobrás é "fato inconteste" por ambas as partes, quando na verdade a única coisa inconteste é que o gasoduto sequer é um fato. Não há gasoduto, como já demonstramos.¹¹³ Quanto ao parecer do IMA, na verdade é um relatório de vistoria assinado por um agrônomo e um economista, duas páginas sem muitos dados técnicos, cuja conclusão afirma a impossibilidade de construção de habitações.¹¹⁴ Este documento põe em contradição o próprio órgão, que emitiu parecer favorável à construção de 273 moradias, conforme parecer técnico nº 315/GEAES/SPU de 2009, principalmente quando se percebe que as condições ambientais da vila eram as mesmas nas duas situações. Assim, torna-se ambígua uma avaliação ambiental mediante pareceres contraditórios, cujo conteúdo varia de acordo com o interesse da prefeitura no contexto político do momento da solicitação, o que se desdobra em função do jogo de poder e do papel dos atores políticos que demandam tais avaliações. Vale salientar que este último compõe o processo de cessão da área, processo rígido e extremamente burocrático transpassado por inúmeros órgãos técnicos e jurídicos, ao

¹¹¹ Esta foi a forma como a prefeitura se referiu aos aliados do movimento de resistência, principalmente aos professores da UFAL, nos órgãos da imprensa local.

¹¹² Entendendo-se “Estado” como prefeitura, já que no contexto estudado, o Estado tem múltiplas faces.

¹¹³ Conforme documentação apresentada acima na nota 94 .

¹¹⁴ Consideramos importante registrar que o suposto “laudo do IMA”, amplamente divulgado pela prefeitura, na verdade é um relatório de vistoria (ALAGOAS, sd), que cita “estudos anteriores”, mas não traz a referência de tais estudos. Pelo argumento apresentado, nenhuma edificação obteria autorização na orla de Maceió, porque toda a área de praia da cidade está acima dos níveis de “coliformes totais e fecais”.

contrário do parecer no qual a Prefeitura se sustenta, elaborado mediante solicitação de uma autorização precária e uma guarda provisória. Neste íterim, fato importante é também a existência de um Parecer Técnico Ambiental, encomendado pela SPU ao IBAMA, em 2011 (Parecer Técnico 008/2011- NUBIO/DIPRAM/IBAMA/ALAGOAS) em que fica claro que **"Não é possível atualmente inferir se a poluição encontrada na área da Vila dos Pescadores é resultado somente deste local, ou se há influência de esgoto e lixo em épocas específicas do ano, despejado pelo riacho salgadinho, por exemplo,"** [Grifo nosso], ainda quanto ao lixo, conclui-se que "[...]ou não há coleta de lixo neste local, ou a coleta não tem sido realizada em quantidade ou frequência suficiente" [Grifo nosso].

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei 12.305/10), incube-se aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios. O Art. 26 deixa claro que a limpeza urbana é de responsabilidade do Poder Público, o Art. 28 isenta de responsabilidade o "gerador" de resíduos sólidos domiciliares a partir da disponibilização adequada para coleta, assim como o Art. 29 assegura que "Cabe ao Poder Público atuar com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento do evento lesivo ao meio ambiente, ou à saúde pública relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos". O referido relatório do IBAMA não conclui nem a favor da construção de moradias (pleito da comunidade), nem a favor da "cessão de uso especial para fins de urbanização" (pleito da Prefeitura), mas deixa claro que o colapso ambiental existente na área é efeito da derrocada social em que se encontra a vila, do que se deduz um dano gerado pela omissão da Prefeitura. Mais ainda, o parecer é finalizado com a responsabilização da Prefeitura pela situação, nos seguintes termos:

Pontualmente, entretanto, entre vários passivos ambientais existentes, é possível inquirir sobre a ineficácia da coleta de lixo pela Prefeitura de Maceió na praia em frente à Vila dos Pescadores de Jaraguá. Frise-se que essa grave falha tem configurado a existência de um lixão a céu aberto à beira mar, conduta passível, como já explanado, de autuação por crime ambiental (BRASIL, 2011, folha 12).

Diante do exposto, indagamos: quem são os verdadeiros responsáveis pela degradação ambiental da vila? Quem, de fato, teria a obrigação legal de zelar pela área? Como culpabilizar as vítimas do dano ambiental? Enfim, esses elementos acima descritos, ignorados pela sentença, põem por terra os argumentos da prefeitura quanto à impossibilidade de construção de moradias, quanto à formação social da comunidade – realidade explícita na entrada da vila por meio de uma faixa com a frase “somos pescadores, não invasores” -, e

quanto à criminalização da comunidade, especialmente no que se refere ao exagero na questão do tráfico de drogas, desqualificada pelos próprios dados da Secretaria de Defesa Social.

Concluimos que, do ponto de vista da legislação vigente no ordenamento jurídico brasileiro, além de elementos jurídicos internacionais, não faltaram recursos para garantir a defesa da comunidade e de seu território. Como de praxe, uma vez que nosso trabalho consistia em acompanhar as lideranças comunitárias nas suas ações de enfrentamento, estivemos presente também na audiência da presidente da Associação com o desembargador que julgou a medida cautelar e pôs por terra o recurso da comunidade. A fala deste magistrado nos evidencia a ambiguidade da sentença: “Quando eu li a sentença eu pensei que o juiz iria dar favorável à comunidade, ele reconhece a tradicionalidade, vai, vai, vai, e no final dá contrário”.¹¹⁵

De modo geral, o que podemos perceber desta decisão judicial? Primeiro que o magistrado reconhece que a legislação vigente pesa a favor da permanência da comunidade em seu território tradicional, tal como já descrevemos acima; segundo, decide relativizar essas leis, em nome do interesse público. Entendemos que a relativização da lei é um princípio importante que favorece a sociedade quando a questão envolve desdobramentos sociais, mas entendemos também que o uso desse princípio no caso da vila dos pescadores provocou o efeito contrário do que se pretendia com o mesmo, ou seja, a sentença ocasionou um prejuízo social para a cidade, tanto pelos aspectos históricos e culturais já descritos, como pela exclusão de mais de uma centena de famílias que foram expulsas de seu território tradicional e transformadas em sem-teto. Este agravante foi incessantemente alertado pelos defensores, mas o dano social prevaleceu – diante de um princípio que, em tese, deveria evitar o dano.

1.9. Surgimento do Movimento Abrace a Vila: de como a resistência dos pescadores de Jaraguá se transforma em resistência de toda a cidade

Numa reunião convocada por aliados da comunidade, realizada no auditório do Espaço Cultural da UFAL, estiveram presentes estudantes, professores, jornalistas, urbanistas, advogados e membros da comunidade. Naquela ocasião, tentou-se definir estratégias de luta. Alguns coletivos defendiam a proposta de resistir à remoção, proposta que não foi muito prestigiada pela maioria. Ficou definida uma manifestação de apoio das entidades, além da construção de um ato popular em apoio à causa dos pescadores. Foi criada uma página no

¹¹⁵ Informação verbal colhida em audiência no gabinete do presidente do Tribunal Regional de Justiça, ao receber membros da comunidade e da academia.

facebook que logo atingiu 622 membros, em que as postagens favoráveis à permanência dos moradores, por via da rede social, começaram a atingir pessoas que até o momento não sabiam muito a respeito desta luta, salvo pelas publicações da mídia. Já a comunidade Abrace a Vila atingiu o número de 1.514 seguidores. A petição criada para pedir a permanência dos moradores chegou a 1.600 assinaturas. Moções de apoio foram lançadas na internet, algumas das quais citaremos abaixo. Em sua manifestação, o DCE da UNCISAL anuncia sua solidariedade à permanência, como aponta alguns elementos do conflito:

Trata-se da expulsão travestida de remoção, da única comunidade pesqueira tradicional da cidade. [...] A prefeitura quer construir um centro pesqueiro retirando as famílias dos pescadores do local. No que diz respeito ao estacionamento, a ideia se torna mais absurda quando lembramos que existe, no próprio Jaraguá, praticamente em frente à vila, um estacionamento de grandes dimensões. [...] Segundo o Secretário, o estacionamento é necessário porque é perigoso atravessar a avenida ao deixar o automóvel no estacionamento já existente. [...] É preciso que fique claro que o movimento em defesa da permanência das famílias no local, autodenominado abrace a vila, não é contra o Centro Pesqueiro, [...] é contra a retirada arbitrária e mal fundamentada de dezenas de famílias que vivem há mais de 80 anos no local, que desenvolveram uma profunda relação pertencer-habitar-morar no bairro de Jaraguá [...].

O Conselho Regional de Serviço Social também emitiu nota de apoio e orientação aos profissionais da área:

[...] Neste sentido, o CRESS 16ª Região/AL vem a público se posicionar em apoio à permanência das famílias, da Vila de Pescadores de Jaraguá, no local em que já se encontram a 60 anos, de onde tiram seu sustento em condições diretas com a tradição e a cultura da pesca artesanal, tendo como referência os princípios do nosso Código de Ética Profissional. O CRESS vem a público também orientar os Assistentes Sociais, que por ventura, por razão de atividade profissional, estejam envolvidos nas ações de remoção da comunidade da Vila de Pescadores de Jaraguá, quanto à forma de enfrentar essas situações de desalojamento compulsório de famílias, tendo como referência os princípios do nosso Código de Ética Profissional, bem como, no documento intitulado “Princípios Básicos de Orientações para caso de ameaça de despejo”, elaborado pela relatoria Especial para Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas [...].

A manifestação do Conselho de Serviço Social tornou-se mais preocupante, sobretudo, quando um grupo de moradores, acompanhados por membros do Movimento Abrace a Vila, recorreram ao Núcleo Estadual de Direitos Humanos, diante da ameaça de invasão policial e desocupação truculenta na comunidade, sem garantia de direitos das crianças e idosos da vila. O Conselho Federal de Psicologia também emitiu nota em apoio à luta dos moradores, como reproduzimos abaixo:

Práticas de higienismo físico e moral fazem parte dos modos de planejamento urbano no Brasil, desde o final do século XIX e começo do século XX, mas infelizmente não podem ser consideradas como parte apenas de nosso passado. Na atualidade, especialmente diante das fortes pressões do mercado imobiliário, em um país que se apresenta como palco para grandes eventos e destino turístico internacional, temos acompanhado inúmeros processos de remoção forçada de comunidades em nome do embelezamento e limpeza social das cidades.

É nesse contexto que o Conselho Federal de Psicologia tomou conhecimento da situação vivida pela Vila de Pescadores do Jaraguá, uma comunidade pesqueira tradicional da capital Alagoana, que luta pelo direito a permanência no território da União onde vive e trabalha há mais de 60 anos. Em um conflito que já se arrasta por mais de uma década, intensificaram-se nos últimos anos as investidas da Prefeitura Municipal de Maceió para remoção da comunidade do local onde vivem, para em seu lugar construir uma área voltada à atividade turística. Para efetivar seu projeto, o poder público municipal agiu durante anos de forma negligente com a comunidade, no que concerne à oferta de serviços básicos, como o recolhimento de lixo e oferecimento de infraestrutura, além de promover publicamente discursos de preconceito e criminalização de seus residentes.

Compreendendo tal situação como uma violação aos direitos dessa comunidade, a comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, vem a público posicionar-se como apoiadora da luta das famílias que lutam pela permanência em seu território, pela preservação de seu patrimônio sociocultural e pela proteção aos vínculos comunitários dessas famílias entre si e com o lugar. A remoção forçada desses moradores significa uma violência física e subjetiva irreparável¹¹⁶.

Em nota, o PSTU também manifestou seu apoio à permanência dos pescadores:

Nenhuma das alegações da prefeitura parece condizer com a realidade da Vila dos Pescadores, segundo seus próprios habitantes. Como a de que não há condições de saneamento básico no local, o que é contradito pela população através do fato de essa possibilidade existir na circunvizinhança, da vila (o cais do porto, o IPHAN, e os bancos, por exemplo). [...] Está claro que a destruição da Vila de Pescadores do bairro de Jaraguá representaria uma derrota sem tamanho para os trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Alagoas e uma perda irreparável para a nossa cultura e nossa memória. Não podemos aceitar que essa lógica mesquinha do desenvolvimento visual e superficial, esse progresso para poucos e esse projeto de cidade para os carros e para as elites deem fim a uma parte importante da história da classe que construiu esse estado e que o carrega nas costas diariamente: a classe trabalhadora¹¹⁷.

Os moradores da ocupação Isidoro, em Belo Horizonte, que também passavam por um processo de luta, divulgaram fotos das crianças da comunidade exibindo cartazes do #Abraça a vila, ao tempo em que o movimento Ocupe Estelita, em Recife, divulgou em sua

¹¹⁶Nota do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/cdhcftp-emite-nota-de-apoio-a-vila-dos-pescadores-do-jaragua-em-alagoas/>.

¹¹⁷Disponível em: <http://www.pstualagoas.com.br/2014/08/a-destruição-da-vila-de-pescadores-do-html>.

página “o OcupeEstelita abraça a Vila Jaraguá – mais uma luta ecoa de Maceió: pela preservação da vila Jaraguá, a única comunidade pesqueira tradicional da cidade”.



O apoio político do Movimento Ocupe Estelita, que protagonizou uma histórica resistência na luta pelo espaço urbano em Recife, demonstra o quanto a expulsão dos moradores da Vila de Jaraguá está conectada a um processo segregacionista universal, comum às políticas urbanas recentes no Brasil e no mundo.

O jornal Brasil de Fato deu ampla cobertura ao Ato Popular em defesa da Vila, realizado em 08 de agosto de 2014. Com o título “com trabalho e cultura, comunidade luta contra a Prefeitura de Maceió”, a matéria refere-se ao “ato cultural em favor da comunidade histórica reúne artistas e sociedade civil em apoio à resistência da Vila dos Pescadores encontra o despejo autorizado pela Justiça”.¹¹⁸ A mídia Ninja também publicou, em 13 de agosto de 2014, matéria relacionada ao ato cultural, com o título “A vila dos Pescadores do Jaraguá precisa do seu abraço”, com a seguinte apresentação:

Na última sexta aconteceu o segundo ato Abraça a Vila que procura dialogar com a sociedade os problemas de infraestrutura e o descaso da Prefeitura de Maceió ao negligenciar recursos básicos para a permanência qualificada dos moradores da comunidade da Vila de Pescadores de Jaraguá, Maceió (AL).¹¹⁹

O periódico Tribuna Hoje foi um dos únicos a dar cobertura ao ato, destacando o apoio dos movimentos sociais e a pauta de reivindicação dos moradores: “Os pescadores defendem a reurbanização do local, mas com a permanência das famílias”¹²⁰. Apresentaram-

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/29479>. Acesso em 12/08/2014.

¹¹⁹ Disponível em: <https://ninja.oximity.com/article/A-Vila-dos-Pescadores-do-Jaragu%C3%A1-1>. Acesso em 13 de agosto de 2014.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.tribunahoje.com/noticia/113554/cidades/2014/08/12/abrace-a-vila-faz-vigilia-contra-despejo-de-pescadores.html>.

se no evento a banda Barba de Gato, os grupos Família Todos Um Cia Hip Hop, Rogério Dias, Fagner Dubrown, Natalinha Marinho, o maracatu mirim Enseada das Canoas (formado pelas crianças da Vila) e o coletivo Afrocaeté, que encerrou com um cortejo de maracatu.



O primeiro Ato Popular em defesa da Vila dos Pescadores foi marcado por danças como capoeira, maracatu e coco-de-roda, com auge na realização de uma grande ciranda com os moradores, estudantes, profissionais de diversas áreas e Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais divulgaram uma carta de apoio à luta dos moradores de Jaraguá, intitulado “Carta dos Movimentos Sociais em defesa da Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió-AL”, a qual transcrevemos abaixo:

Assumimos a tarefa de escrever esta carta aberta para demonstrar a nossa posição em relação à polêmica permanência da Vila de Pescadores em Jaraguá, no município de Maceió.

Representamos movimentos sociais que assumem compromissos com a melhoria da vida das pessoas, das famílias, dos trabalhadores, das minorias (nem sempre pequenas). Buscamos entender a sociedade na perspectiva de um mundo igualitário, sem preconceitos e discriminações a partir de uma leitura da valorização da vida. Como movimentos sociais, estamos indo além de sermos “formadores de opinião”, mas propositores de políticas públicas que atendam os princípios inscritos na Carta Magna do nosso País: respeito aos direitos do cidadão, direito a moradia, saúde, educação, lazer, liberdade de expressão, direito de escolha.

Defendemos a ideia de uma Maceió bela, limpa, acolhedora dos visitantes, respeitosa com seus cidadãos. Isto se conquista com boa administração. Entretanto, nada disso combina com a prática atual de expurgar as populações pobres do meio urbano considerando-as incapazes de convivência, destituindo-as de suas relações sociais e de identidade, despejando-as para “fora da cidade” como se fazia no final da Idade Média no outro lado do mundo.

Entendemos que a Vila de Pescadores no bairro de Jaraguá se constitui num lugar natural, histórico – lugar habitado por tribos indígenas, pescadores de linha Tupi, que nomearam o lugar – hoje habitado por pescadores artesanais que desenvolvem atividade de pesca identificada como patrimônio histórico imaterial de maior relevância em Alagoas, terra das águas. *Sua localização*

deve ser preservada independentemente dos interesses imobiliários envolvendo suas terras; devendo o Poder Público, em caso de querer implantar um espaço territorial especialmente protegido, consultar essas comunidades via institutos como as audiências públicas, assegurando, destarte, o princípio jurídico-ambiental da participação popular nas mesmas, e evitar, ao máximo, exceto em casos extremos, a remoção dessas comunidades de seu meio ambiente, sob risco de destruição do patrimônio cultural imaterial ali constituído.

Sabemos que a paisagem de favela pode ser facilmente resolvida se o governante municipal atender a determinação do Presidente da República (Lula, 2009) de “construir casas decentes de alvenaria no local de trabalho e moradia dos pescadores”, “O Cícero sabe melhor do que eu que aqueles barcos representam o trabalho deles” e, que, portanto, não devem ser removidos do lugar, da terra pátria que conquistaram terras da União.

Denunciamos a pressão psicológica sobre a população com as ameaças de expulsão que partem da Secretaria de Habitação e Planejamento e do próprio prefeito do Município de Maceió e relacionamos algumas razões:

- 1) Na audiência pública na Câmara Municipal de Maceió realizada em 15 de dezembro de 2009 a comunidade se fez presente e afirmou sua decisão de permanecer o local;
- 2) A atividade econômica e de subsistência que desenvolvem lhes garante a vida diária;
- 3) A Constituição da República de 1988 reconhece a importância dos bens imateriais, bastando que os mesmos sejam "bens portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira". Destruir a cultura é crime.
- 4) O real objetivo da investida contra o povo é a liberação da área para maior ganho econômico das elites;

Na história dessa resistência estão: arquitetos com Projeto de Urbanização da Vila (o Pascual é de 1995); parlamentares das três esferas do poder; Ministério Público Municipal, Estadual e Federal; Universidade Federal de Alagoas e faculdades privadas; Associação Comercial e entidades gestoras de cultura, arte e negócios do bairro; Presidente da República sobrevoou a Vila, defendeu sua permanência; Ministro da Pesca e aquicultura visitou a Vila, recebeu comitiva da Vila em 2009 e acompanha a luta junto ao Coordenador da pesca artesanal do Ministério da Pesca; Confederação dos Pescadores; Movimento Nacional dos Pescadores; 600 Psicólogos de todo o país assinaram livro de apoio à resistência; a Associação dos Moradores apresentou pedido de posse coletiva da área junto a União.

Tornamos pública nossa adesão a essa luta e resistência na terra de Zumbi.

Paralelo ao Ato Popular, o Movimento Abrace a Vila conclamou uma vigília de resistência na Vila. Na tenda montada em frente à comunidade, os integrantes do movimento se revezavam junto com os moradores, que geralmente serviam pirão de peixe e camarão para os presentes. O cansaço, porém, não evitou a dispersão, e com o tempo a vigília foi perdendo força. Importante frisar aqui presença incansável dos estudantes do CESMAC, que transformaram a luta em trabalho da disciplina de Psicologia Social, e dos membros da União da Juventude Comunista, bem como dos membros do Partido Comunista Brasileiro.

Cientes da dispersão, os líderes do Movimento chamaram um segundo ato popular, que contou com a presença dos artistas Emerson Padilha (Banda Interrompidos), May Honorato, Janaína Martins, Bruno Berle, Consultório na Rua, Freak ZN e NêgaPiu, Cosme Rogério, além da capoeira e do maracatu dos meninos da Vila. Todos os atos eram marcados pela exposição de fotografias e pinturas das crianças da vila, bem como oficinas de pintura. O objetivo era exatamente tentar mostrar para a sociedade este outro lado da comunidade, a produção cultural o trabalho artístico com as crianças.

Paralelamente à realização dos atos Populares, o Movimento Abrace a Vila movimentava o debate na página da comunidade, por meio de depoimentos, fotografias, informes, troca de documentos, publicações de artigos, manifesto de opiniões, articulação de atividades com divisões de tarefas, etc. Espontaneamente o movimento criou células, subdividindo-se em núcleos, como núcleo jurídico, que interpretava a situação jurídica à medida que as coisas iam acontecendo, núcleo de imprensa, que apesar da blindagem da mídia local em benefício da prefeitura, vez por outra conseguia emplacar alguma matéria favorável à Vila, núcleo de articulação política, este conseguiu articular uma reunião entre a AMAJAR e a Secretaria Nacional da SPU, quando foram apresentados documentos e relatos sobre a situação, no que, a princípio, sinalizou-se uma possibilidade de estudo da situação, embora até a SPU não tenha transformado os anunciados esforços em ações concretas. Na oportunidade, também foi feita uma visita ao Ministério das Cidades, onde a Presidente da Associação de Moradores informou sobre as informações inverídicas contidas no Plano de Trabalho apresentado pela prefeitura para obtenção da verba com a finalidade de remoção. O item IV, alínea b.1 do manual de apresentação de projetos diz “a realocação total de famílias deverá ocorrer somente nos casos em que o assentamento precário esteja em área que não seja passível de uso habitacional [...]”¹²¹. Como requisito técnico desta impassibilidade foi apresentado o código de postura do município, que não apresenta nenhuma linha (como não deveria apresentar por não essa sua finalidade) sobre tal impedimento; outro argumento é o já citado oleoduto inexistente, apontando a área impropriadamente como *non aedificandi*. A Associação de moradores entrou com um requerimento no Ministério das cidades solicitando revisão do termo de compromisso nº 0301506-77, por conta dessas mentiras, gerando um processo administrativo que pode ter como consequência a suspensão da verba do projeto.

¹²¹BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos precários. Brasília, 2008/2011.

A ampliação da luta com a formação do Abrace a Vila pode ser percebida na reação dos adversários. No dia 09 de fevereiro de 2015, o periódico Cada Minuto publicou um artigo sobre a vila, em que o responsável afirma que “abraçar a vila é abraçar a droga”, e que o Movimento Abrace a Vila era composto de “pseudointelectuais e pseudoestudantes”¹²². A matéria repercutiu na cidade, causando revolta não apenas nos membros do movimento, como em diversos setores da sociedade. Várias respostas foram publicadas na página do movimento, o que reacendeu a mobilização, culminando no terceiro Ato Popular.

O terceiro Ato Popular aconteceu no dia 20 de fevereiro de 2015, com a presença praticamente dos mesmos artistas dos atos anteriores. Chamava a atenção o número de participantes, pois a cada ato registrou-se um aumento não apenas na quantidade de pessoas, como também na variação de participantes, uma vez que se notava a presença de pessoas que participavam pela primeira vez. A presença do Movimento Abrace a Vila representa na verdade um divisor de águas na história da resistência. Inicialmente, pelo fato de representar uma rearticulação do grupo da resistência com a sociedade, aliviando a tensão da fase de isolamento político em que se encontrava. A presença de pessoas de fora, associada à reaproximação da Associação de Moradores com o grupo do seu Waldomiro reacende a chama da resistência, alimenta os ânimos e cria na comunidade um ambiente de luta mais compacto e mais vigoroso.

Este acontecimento também revela um novo ciclo de sustentabilidade da luta, na medida em que a comunidade passa a depender menos da Universidade e dos professores e alunos envolvidos nos projetos de pesquisa e extensão. O movimento amplia os apoios, atrai novos aliados, além de dar maior visibilidade à questão, que passava despercebida pela manipulação da informação midiática, que dava ênfase exclusiva ao projeto e ao discurso da remoção. Os motivos da resistência passam a povoar as consciências, graças ao poder de comunicação das redes sociais e da infiltração dos membros do movimento na classe média da cidade.

É no bojo dessas novas alianças que os moradores da Vila passam a fazer parte de um pequeno, porém eficiente circuito de luta, chamado Ciranda Urbana. Engloba vários movimentos, como o Abrace a Garça (surgido como inspiração do próprio Abrace a Vila, em defesa das comunidades tradicionais do litoral Norte, contra as investidas do mercado imobiliário), o grupo Diretos Urbanos-AL, voltado para debates sobre a questão urbana, e o

¹²² Disponível em: <http://cadaminuto.com.br/blog/bernardino/263854/2015/02/09/parabens-maceio-a-favela-de-jaragua-ate-que-enfim-vai-acabar>.

MOVA (Movimento Cultural Alagoano), criado a partir da mobilização de artistas alagoanos contra a nomeação de uma Secretária de Estado da Cultura acusada de corrupção. É desta articulação que surgiu uma parceria mais sólida, culminando na criação do blog do Abrace a Vila¹²³, e do quarto Ato Popular, com a realização da tradicional Ciranda Urbana (encontro de grupos políticos e culturais da questão urbana) na própria Vila dos pescadores, tendo como atração principal o rapper Vitor Pirralho, lançando seu novo projeto, “efeito moral”, e do grupo Tequilla Bomb.

Do ponto de vista político, todavia, uma das principais conquistas do movimento foi a o apoio conseguido junto aos antropólogos do Instituto de Ciências Sociais da UFAL. A moção de apoio emitida em nota pelo conjunto dos professores pesquisadores da Universidade contribuiu com a necessidade da comunidade de emitir um parecer que contestasse as alegações antropológicas presentes na sentença judicial e no acórdão emitido pelo desembargador, ambos afirmando terem se baseado no parecer técnico do MPF/AL. O conteúdo da moção de apoio deixa clara a necessidade de permanência da comunidade, sob o ponto de vista antropológico, e a Associação dos Moradores solicitou da Universidade a elaboração de um parecer, no sentido de tentar, ainda, fazer chegar esta acepção antropológica favorável nas mãos dos Ministros do Supremo que julgarão o recurso especial encaminhado pela DPU/PE.

Desta forma, consideramos que o surgimento do Movimento Abrace a Vila recoloca a comunidade no cerne da sociedade civil, resgatando sua imagem e sua dignidade, na medida em que não apenas traz para dentro da Vila profissionais, estudantes, pessoas de diversas classes sociais e distintos tecidos da cidade, assim como projeta a Vila para o restante da cidade, minando o campo da imagética, reconstituindo a reputação solapada e danificada pelas campanhas discriminatórias da prefeitura. Esse movimento tem como efeito maior a retirada do grupo da resistência do isolamento político em que caíram após o processo de cooptação das principais lideranças da comunidade, fornecendo o grupo e dando fôlego à resistência por meio de uma nova visibilidade, na medida em que as redes sociais proporcionaram um salto sobre a blindagem da mídia local.

¹²³ Disponível em: <https://abraceavila.wordpress.com/>

1.10. O dia do fico: moradores reagem politicamente à sentença e não assinam a adesão para a transferência.

Um fato novo reacende os ânimos no conflito Prefeitura/comunidade. Com a sentença, desvelou-se uma situação que vinha acontecendo sem muito alarde, tomando seu desfecho final, qual seja um grupo de setenta e nove famílias que ficaram de fora dos apartamentos e esperava ser contemplada através do relato. No entanto, concluída a transferência, nada aconteceu. Alguns ainda ganharam promessas de serem inclusas num conjunto residencial Caeté, ainda em obras, mas sua a localização era longe do trabalho na vila, inviabilizando a continuidade dessas famílias no trabalho da pesca e, conseqüentemente, afetando a sustentabilidade da tradicionalidade do grupo. Ademais, não havia nenhuma garantia, o que se tinha era a mera inclusão numa lista de espera.

Após ser divulgada a sentença, como prazo definido para remover os últimos moradores cadastrados, e consolidado o despejo de todo o restante, o desespero tomou conta da comunidade. A situação causou uma peregrinação na Secretaria de Habitação, embora muitos não tenham conseguido sequer ser atendidos. Alguns recebiam como informação que não tinham mais como serem contemplados porque seu relato teria se perdido. Desorganizados, inseguros, e sem saber como proceder, este grupo se reuniu em torno da pessoa de um pescador, seu Waldomiro, que começou a recolher a documentação das pessoas¹²⁴. Com ajuda da Associação de moradores, elaborou um documento que foi entregue ao núcleo de direitos humanos da OAB. Reproduzimos abaixo parte deste documento:

Todavia, ressaltamos que a Prefeitura, ao remover para o condomínio da Praia do Sobral, levou muitas famílias que não pertencem à comunidade, no que solicitamos uma auditoria das autoridades competentes, bem como muitas famílias de pescadores legítimos, devidamente documentados pelas Colônias de Pescadores Z-1 e Z-16, com comprovante de residência e relatos de moradores antigos, ficaram de fora do cadastro da prefeitura, que se mostra irredutível em nos reconhecer como moradores tradicionais da comunidade, considerando que somos invasores. Ou seja, além de sermos despejados de nossas moradias sem ser dada opção de habitação em outro local, ainda sairemos taxados de invasores do lugar onde ocupamos há décadas, e se fosse realmente aplicada a lei, nos seria concedida a posse, pois acreditamos que existem muitos instrumentos jurídicos para isso.

Deste modo, no dia 12 de agosto do corrente ano, a ação de despejo da Prefeitura deixará 79 famílias de pescadores, moradores tradicionais da comunidade, na rua, sem direito a uma opção de habitação. Reafirmamos que o cadastro da Prefeitura não dá conta da população da vila, uma vez que

¹²⁴ Cópia desta documentação nos foi entregue. Nela pode-se constatar a veracidade da informação, qual seja, de que se trata de famílias devidamente cadastradas na Federação Alagoana de Pesca, na Marinha, munidas de comprovante de residência, inclusive comprovante de cadastramento junto à Prefeitura em 2001.

no ato do cadastro, realizado embaixo de um pé de amêndoas, alguns pescadores estavam no mar, outros viajando, outros doentes, alguns eram desafetos dos agentes da comunidade que apontavam os moradores para os técnicos que faziam o cadastro, e muitos já possuíam cadastro desde 2001, e pelos motivos alegados ficaram de fora.

Ainda acrescentamos que o processo que gerou a sentença de desocupação foi julgado à nossa revelia, porque não fomos representados no mesmo, sendo condenados sem direito à defesa.

O fato de se considerarem julgados à revelia consiste em afirmar que a Associação de Moradores presidida por Enaura só representava, enquanto ré da ação, as 66 famílias que subscreviam a vontade de permanecer. Portanto, estes moradores, que não estavam contidos neste subgrupo, nem tampouco eram invasores – não poderiam, portanto, serem considerados réus na chamada “coletividade invasora” -, e de fato não “existiram” em momento algum dos autos do processo.

Embora não tenha gerado nenhum efeito jurídico, os moradores ganharam o apoio do núcleo de Direitos Humanos da OAB, que tentou, ainda sem sucesso, fazer algo. O presidente do núcleo chegou a se reunir com a DPU, no sentido de tentar contribuir, mas o esforço gerou mais desconforto do que frutos, uma vez que a defensora considerou uma invasão ao trabalho da defensoria, ameaçando abandonar o caso se soubesse que a comunidade estaria recebendo assessoria jurídica (o que não era o caso). Este inconveniente entre DPU e OAB revela a dificuldade daquele momento, de como a relação amigável com a DPU, no tempo da defensora Tarsila Lopes, teria se transformado em distanciamento. Após o afastamento da referida defensora, salvo na curta passagem do defensor Samuel, a Associação praticamente não teve contato direto com o defensor do caso, sendo recebida apenas por estagiários, como já relatado neste trabalho.

Em meio a muitas articulações que surgiram, e do apoio externo que a comunidade recebeu com a formação do Movimento Abrace a Vila, acabaram sendo recebidos por um desembargador estadual, que se demonstrou sensível e se comprometeu em ajudar. Contam os pescadores que este entrou em contato com o juiz no sentido de tentar convencê-lo a rever o prazo da sentença, de modo a garantir o amplo direito ao contraditório, sem sucesso, mas que teria conseguido ao menos uma audiência entre o juiz e os pescadores. Estes entregaram um documento no qual relataram a aflição diante da pressão psicológica usada pela prefeitura, pois o funcionário que lá estava diariamente cuidando dos interesses da Prefeitura dizia de casa em casa que a violência seria grande (que inclusive iria viajar pra não ver a desgraça), que o Conselho Tutelar iria tomar os filhos dos moradores e só devolveria

depois da remoção, dentre outras barbáries. Reafirmaram que não havia apenas 25 famílias, como ressaltara a prefeitura, que representavam setenta e nove famílias abandonadas pela prefeitura e que seriam despejados sem direito a nada. Reproduzimos abaixo um trecho do documento entregue ao magistrado.

Queremos esclarecer que na vila dos pescadores não foram retirados todos os pescadores e deixado apenas três dezenas de resistentes, como diz a prefeitura. Quando a Prefeitura diz que tem 420 famílias retiradas apoiando seu projeto, contra 34 resistentes e os invasores, acrescentamos que neste universo matemático tem dezenas de pessoas alheias à comunidade que foram contempladas com apartamentos, por motivos obscuros que desconhecemos; também foram retiradas famílias que, apesar de ser da comunidade, não vive da pesca e são recém-chegados, mas foram beneficiados por uma política de favorecimento, uma vez que o verdadeiro critério para a retirada das famílias foi a indicação a dedo de uma comissão de quatro pessoas da comunidade que atuavam em favor da Prefeitura. Esta comissão é a mesma que reivindica a retirada de todos os pescadores, quando na verdade nenhum deles sequer é pescador. Somem-se ainda aquelas pessoas que mesmo tendo direito aos apartamentos, por serem moradores antigos, mas não vivendo da pesca por motivo de aposentadoria ou saúde, venderam ou alugaram seus apartamentos, além dos pescadores legítimos que, mesmo contemplados, voltaram para a vila, pela necessidade de estar ali diuturnamente, por motivo de labuta e cotidiano cultural que construímos ao longo de décadas de ocupação, além daqueles que vão e vêm todos os dias arriscando a vida num trajeto perigoso, uma vez que o trecho do condomínio até a vila é ocupado por usuários de droga, traficantes, área de prostituição, como é de conhecimento público de toda população, sem contar que a área do condomínio é também uma área perigosa de tráfico, no que têm ocorrido muitos assaltos aos moradores removidos, e para se livrar dessa situação estão gastando cerca de R\$ 600,00 por mês de lotação.

O grupo de moradores excluídos do cadastro decidiu fazer um protesto na frente da comunidade. Queimaram pneus e fecharam a rua, no intuito de chamar a atenção da sociedade para o caso. Mas a tentativa foi frustrada, porque a mídia local distorceu o sentido do protesto. No ato do protesto, um programa de TV¹²⁵ ao vivo pôs o secretário de Habitação para falar ao telefone, e este afirmou que o protesto era organizado pela Associação de Moradores, que estava tentando impedir a saída de três famílias que aderiram à transferência. Presenciamos o protesto, assim como estivemos próximo a essas famílias e observamos que o mesmo não tinha a menor relação com a Associação, que as famílias ali presentes eram ligadas ao grupo liderado pelo seu Waldomiro, e que em nenhum momento houve relação com famílias que estavam se mudando, e cujas mudanças aconteceram sem problemas. Mais uma batalha midiática perdida, pois o protesto não surtiu o efeito esperado. Presenciamos também mulheres com crianças nos braços querendo se dirigir ao gabinete do Prefeito, para

¹²⁵ Programa Fique Alerta, da TV Pajuçara, apresentado por Gernand Lopes.

protestar, numa clara demonstração de falta de organização e discernimento político por parte deste grupo.

Em meio às desesperadas tentativas de resistir ao despejo, aconteceu uma reunião na Federação Alagoana de Pescadores. Sem conseguir precisar o número de pessoas, asseguramos que havia muitos presentes, a ponto de lotar o espaço. O advogado da Federação esclareceu que não teria meios jurídicos de reverter a sentença, que os prejudicados deveriam procurar entrar individualmente na justiça e que a Federação nada poderia fazer. Ainda assim, a Presidente se comprometeu em solicitar da Prefeitura este cadastro, para fazer comparações com os registros dos pescadores afiliados na Federação. Presente na reunião, o vereador Galba Novaes se comprometeu em interceder politicamente. Afirmou que falaria com o prefeito para que fosse revista a situação dos que de fato eram moradores tradicionais e estavam fora do cadastro. Ele alertou que em poucos dias haveria uma sessão especial na Câmara, e que os moradores deveria ir até lá. E foram. Porém, uma falha de comunicação gerou o que, segundo o vereador, seria um mal entendido, porque os moradores de fato foram, mas foram para protestar na porta. Segundo o líder do protesto, o vereador ficou insatisfeito, porque teria chamado o povo para negociar com a Prefeitura. “Negociar o que, a essa altura do campeonato? O Prefeito quer botar o povo na rua e nunca quis negociar com ninguém”, afirmou o pescador.



Protesto em frente à câmara de vereadores, agosto de 2014. Moradores tradicionais se recusam a serem expulsos como invasores.

O fato é que o povo compareceu em massa, muita gente levantando cartazes com os dizeres: “A pesca é em Jaraguá, é lá que queremos ficar”, “somos pescadores, não invasores”, “mais que dar o peixe, ou ensinar a pescar, urge devolver, ao pescador, o mar”, “praias de Maceió: Jaraguá = pesca, Sobral = surfista”, “em Jaraguá nasci, em Jaraguá quero ficar”. Muitos gritavam palavra de ordem, grupos de capoeira apoiaram o protesto. O grupo da resistência participou junto com os moradores do grupo de seu Waldomiro, selando uma

aliança importante na reconstituição da coesão da comunidade. O maracatu mirim da Vila também se apresentou, com reforço de veteranos do coletivo Afrocaeté, que estavam presente.

Dona Nanci, moradora antiga da vila, pegou o microfone e fez a seguinte fala: “Eu quero que vejam se esses meninos que estão aqui, que fizeram essa apresentação, são os filhos dos traficantes que se encontram na área dos pescadores”. Outra marisqueira fez um discurso longo e inflamado, reclamando que o Secretário de Habitação, Mac Lira, se recusou a receber uma comissão de pescadores porque, segundo ele, “não falava com perdedores”. Transcrevemos abaixo a fala da marisqueira:

Moro na vila há trinta anos, no dia 12, o senhor prefeito, junto com seu secretário Mac Lira, e a Sra. Suzana, são essas pessoas que eles vão colocar na rua. Nós estamos reivindicando nossos direitos, porque é a lei federal que diz que o pescador tem que tá protegido, e o pescador tem que morar no seu local de trabalho. Esse juiz caiu de paraquedas e deu essa sentença absurda, então pedimos que o poder público faça alguma coisa, porque há mais de 60 anos que a vila existe, realmente tem pessoas trabalhadoras, não somos bandidos como o secretário diz, e a mídia de Maceió, quando for divulgar alguma coisa da vila, que vá conhecer a vila, que vá realmente saber quem tá certo e quem tá errado, porque a lei nos dá o direito de permanecer lá, o juiz sabe disso, e lei é feita pra se cumprir, porque lá é o lugar da gente, nos sobrevivemos lá, criamos nossos filhos. Somos nós quem tem que decidir o que é melhor pra gente, não eles. Eu espero que a mídia quando for falar, fale a verdade, não invente a favor da prefeitura, que é o que eles fazem.

Cada morador que fazia uso da palavra fazia questão de demonstrar sua indignação. Um princípio de tumulto aconteceu quando um vereador tentou agredir a Jornalista Wanessa Oliveira. Uma comissão de vereadores saiu para atender os manifestantes. A Vereadora Heloísa Helena se comprometeu em articular uma audiência com o Prefeito, mas ao final nenhum dos encaminhamentos aconteceu.

Na noite anterior ao término do prazo para assinatura da adesão dos resistentes para ir para os apartamentos, completando-se os sessenta dias dados pelo juiz, a comunidade ainda não sabia se teria direito a recurso. O clima era de incertezas e ansiedade. Uma reunião foi marcada na praça em frente à comunidade, já tumultuada, uma vez que os resistentes precisavam se reunir apenas entre eles, mas se aglomeravam pessoas ligadas à prefeitura. Havia extrema dificuldade de se reunir na vila, porque tudo que se falava ou decidia era levado pelos aliados da prefeitura. Não havia um passo da comunidade que a prefeitura não soubesse no dia seguinte.

Um convidado lembrou que a luta daquela comunidade poderia ser considerada uma das maiores resistências da história de Maceió. Jaraguá era ocupada por trabalhadores, dentre eles pescadores. As remoções de comunidades pobres acontecerem recentemente sem

resistência, daí a importância da luta deles, com ou sem vitória. A Associação segurava a resistência aos trancos e barrancos, enfrentando não apenas a prefeitura, mas críticas e divergências dentro da própria comunidade. Uma professora lembrou a importância que a resistência estava refletindo inclusive para aqueles que abandonaram a luta, cedendo espaço para a Prefeitura, e no final foram deixados de fora e estão sendo rotulados de invasores. Já teriam sido expulsos, não fosse a bela atuação do Dr. Rodrigo Tenório à frente do MPF/AL, e da Associação dos Moradores, de modo que a luta acabou favorecendo a todos. Abrir mão de ir para o apartamento foi uma demonstração de amor, de coragem e de consciência. As falas dos moradores deixavam clara a consciência do que pleiteavam:

A luta não é por um apartamento, a luta é pelo nosso lugar e vamos lutar até o último minuto, até a sentença final, até vir do Recife e dizer: perdeu... Aí a gente bota as bolsas nas costas e vamos embora, mas vamos com dignidade. Sabemos que vamos passar dificuldades, mas preferimos, a perder a moral e a dignidade para a prefeitura, que sempre nos humilhou e nunca nos respeitou. Desde o início era pra prefeitura fazer isso que estamos fazendo, assembleias onde todo mundo possa opinar, mas eles escolheram quatro pessoas, deram poder a essas pessoas que saíram indicando quem tinha ou quem não tinha direito a ganhar apartamento. Agora tá aí o resultado, esse povo todo vai ser despejado. Hoje tem mais invasores nos apartamentos do aqui, aqui tem mais pescadores do que lá nos apartamentos... Porque a Prefeitura joga sujo, diz que lá tá uma maravilha mais todo sabe que não tá uma maravilha, porque se tivesse uma maravilha o povo não tava aqui de novo, porque tem muita gente que tá lá e tem barraco aqui.

A sentença saiu no diário oficial no dia 12/06/2015. Apenas no dia 07 de julho a DPU foi notificada. O juiz negou o agravo, e fato mais grave foi o fato de só ter dado ciência do mesmo numa sexta-feira, pois após na segunda-feira seria feriado no judiciário, e no dia seguinte já se esgotaria o prazo para as famílias resistentes assinarem o termo de adesão para a transferência. Ou seja, passados sessenta dias da sentença, as famílias sequer sabiam se teriam direito a recurso, sendo forçadas a aceitar a remoção sem direito à defesa e à segunda instância. Neste momento, pesava nos moradores não apenas a tristeza da derrota em primeira instância, como o sentimento de injustiça. “Não importa se a gente vai ganhar ou vai perder, importa é que a gente quer justiça. Todo mundo tem direito à justiça”.¹²⁶ A indignação contra o fato de não ter direito a recurso doía mais que a sentença. A semana foi de suspense, de ansiedade, primeiro marcada pela expectativa de que o juiz poderia voltar atrás quanto aos prazos.

A situação piorou ainda mais quando o magistrado acrescentou aos autos juntados da prefeitura que denunciavam novas invasões, culpando a Associação de deprestar os

¹²⁶ Desabafo de Neide, marisqueira e militante da resistência.

apartamentos, e afirmando que terceiros estariam sublevando os moradores a resistir (no caso, terceiros seriam traficantes e professores da Universidade). Outra dúvida que pairava era se a prefeitura poderia ocupar os apartamentos com outras pessoas, caso os moradores não assinassem, porque havia comentários na comunidade que já existia uma lista de escolhidos, caso eles não assinassem. Uma advogada que participava do Movimento Abrace a Vila esclareceu que não, que a Prefeitura teria que voltar ao juiz para ele autorizar a substituição. Ou seja, a estratégia da prefeitura de estimular, por meio de um funcionário, como relatam os moradores, a formação de uma lista substituta, não foi suficiente para dividir a comunidade, ao contrário, pela primeira vez, desde a divisão da comunidade, houve uma atmosfera de união, com a fusão dos dois grupos, e a resistência ganhou, do ponto de vista da coesão grupal, novo fôlego, como pode ser visto na fala de um pescador ligado ao grupo dos excluídos dos apartamentos: “se a gente ganhar essa luta, não vamos nem depender da prefeitura, porque podemos conseguir verba do Ministério da Pesca. Portanto, quando a prefeitura chegar pedindo pra gente assinar alguma coisa vamos permanecer na luta”.¹²⁷

É interessante notar a fala do seu Waldomiro, líder desse grupo, tentando conscientizar as pessoas a não aceitar a proposta da Prefeitura de levá-los para um conjunto na zona de expansão da cidade. Além de atestar a pressão psicológica, ele finaliza sintetizando o Carter coletivo da ação da resistência:

O pessoal tá desistindo pelo benefício da comunidade, por amor ao lugar, em querer conviver nessa área. Porque o pessoal da comunidade invasora, a comunidade invasora não é só os pescadores, tá todo mundo, até os próprios pescadores tá taxado como invasor. As pessoas têm que se conscientizar, e se a habitação mandar chamar, não vá. A não ser que eles venham aqui. E mesmo assim não vamos aceitar que venham com pressão psicológica pra cima de todo mundo. Tem senhoras aí aperreada, que ‘vão levar meus filhos pro conselho tutelar’, isso não existe, a justiça não pode entrar na sua casa e levar seus filhos. E é sequestro? Temos que ter a dignidade de dizer não vou e não vou mesmo. E olhe que o juiz botou amarrado no papel, que eles tinham de assinar hoje, e eles não foram. O que o pessoal da dona Enaura tá fazendo é por todo mundo, não é só por eles.

Esta fala revela duas contradições do processo: pescadores rotulados de invasores, e a pressão psicológica, referindo-se ao processo de coação que permeou toda a história desta remoção. Outros moradores acreditavam que não seria problema para a prefeitura, porque uma vez removendo os moradores da resistência, a negociação com os demais seria mais fácil:

O juiz apunhalou o povo pelas costas. Garantiu pra eles que ia prolongar o prazo, mas não cumpriu. E isso ia adiantar alguma coisa? Só Deus mesmo. O

¹²⁷ Informação verbal colhida durante visita *in loco*.

prazo é até amanhã. Se não assinar, perde. O pessoal falou que a raiva deles é só em cima deles, da resistência, não é em cima da gente não. Porque se o povo da resistência sair acaba a luta e pronto. O resto eles já vão incluir com mais calma.

No entendimento dos juristas que aderiram ao Movimento Abrace a Vila, caso assinassem a adesão, seria como se estivesse concordando com a sentença. O agravo de instrumento perderia força, uma vez que não haveria moradores resistentes (considerando que o restante rotulado de “coletividade invasora” aceitaria a remoção). A luta neste momento dependeria de não assinar a adesão. Esse era o mesmo entendimento dos moradores. “Se eu assinar eu vou tá abrindo mão do meu direito. Porque se depois que eu sair daqui e se vier a resposta de Recife, favorável à comunidade, aí eu não vou tá mais aqui e a luta foi em vão”. Outra moradora completa: “A gente vai permanecer aqui. Não queremos apartamento porque nosso lugar é aqui, perto da praia, perto do trabalho da gente”.¹²⁸

No exato dia de assinar a adesão e aceitar a sentença, os moradores da resistência se reuniram na casa da dona Odisseia, moradora mais antiga da comunidade. Após longos momentos de aflição e ansiedade, finalmente saiu a primeira posição:

Faltam vinte minutos pra duas horas, a Prefeitura fecha de duas. Mas dá tempo, porque se chegar depois eles vão aceitar, porque o sonho deles sempre foi tirar a gente daqui. Se alguém quiser assinar, a gente respeita. Acho que ninguém tem que discriminar quem quiser assinar, porque afinal foi um lutador que resistiu até o fim, ao contrário dos outros que se entregaram e dos outros que traíram a comunidade. Mas eu mesma não assino. Vou pra debaixo da ponte, mas não me humilho para a Prefeitura. Porque essa sentença foi comprada.¹²⁹

Enquanto várias pessoas falavam ao mesmo tempo, algumas em visível estado de revolta, outras choravam, percebia-se um e outro enxugando lágrimas. “É doloroso, é... Mas vai fazer uma praça, um estacionamento, pra que? Agora é uma questão de honra” Encontravam-se na difícil tarefa de decidir não apenas sobre o futuro de um investimento coletivo que construíram ao longo de quase duas décadas, mas decidir também pelo futuro individual, com a possibilidade de abrir mão de um imóvel. A cena que assisti me chamava atenção não apenas pelo alto nível de comoção das pessoas reunidas e da multidão que espera da porta para fora, mas pelo grau de perversidade com que o Estado colocava essas pessoas a optar entre o sacrifício pessoal e a conquista coletiva.

De todo jeito, quando a apelação sair e for desfavorável, eles não podem jogar a gente na rua. Eles têm quer tirar a gente daqui e botar numa casa.

¹²⁸ Informações verbais colhidas durante visita *in loco*.

¹²⁹ Informação verbal colhida durante a reunião que decidiria sobre a assinatura da adesão, realizada na casa de Dona Odisséia.

Ou então a gente invade a Secretaria de Habitação e faz moradia lá. Os sem-terra não fazem, porque a gente não pode fazer. Eu mesma não assino.

Uma pescadora se queixava que, quando foi assinar a adesão, os funcionários da Prefeitura ficaram ridicularizando-a, com sorrisos e olhares sarcásticos. A alta funcionária que coordenava a remoção falou para ela não chorar, porque ela não estava sendo obrigada:

E ainda tem mais, quando a pessoa vai assinar eles ficam debochando, lá, diz “eutô obrigando você vir assinar?”, tá sim, que eu tô indo sem querer, contra a vontade, aí chorei e eles ficaram debochando, como não quer que a pessoa chore numa situação dessas?

No tumulto da decisão, no calor da revolta, alguns ressaltavam as irregularidades da transferência, tal como muitas falas que coletamos ao longo deste trabalho. “Nem a entrega dos apartamentos tá sendo justa, porque a mulher lá só tá dando a quem quer”. Um pescador reafirma o caráter arbitrário da remoção: “Ela foi bem clara lá na Habitação: manda, ela, lá, fica quem ela quer, e tira quem ela quer, ela foi bem clara”. Segundo outra marisqueira, “quando o povo chegou lá já tinha morador nos prédios. É brincadeira? Isso não tem lógica não”. E nem o ex-prefeito escapou das reclamações:

O Cícero Almeida chamou todo mundo de porco. Eu disse a ele, naquele dia na Jovem Pan, já agora, eu disse olhe, Cícero, tu entregou esse abacaxi do povo de Jaraguá pra tapar o teu rombo do resto dos milhões que falta. E aí, tu chamou todo mundo de ladrão, mas quem tá pagando como ladrão, processo? Nós trabalha com peixe e camarão, e tu pagando como ladrão. Nós somos pescadores, tudinho aqui trabalha. Minha filha tira cabeça de camarão, a filha dela tem quatorze anos, foram contemplados na frente dela e ela não foi.

A decisão final do grupo da resistência finalmente saiu quando a moradora mais antiga da comunidade se pronunciou. Ocupante da vila há cerca de cinquenta e dois anos, dono Odisseia assim se pronunciou: “Se minhas filhas quiserem, podem ir. Pelo menos uma tem que ir, porque tem uma filha especial. As outras decidem por si. Minha decisão é não ir”. Sob aplausos e lágrimas, a decisão dela potencializou outras decisões em cadeia e findou com todos decidindo não assinar. De repente, uma mudança no clima da comunidade: se antes o ambiente estava dominado pela tristeza e apreensão, surgiu um clima de euforia. A decisão foi comemorada com um clima de festa, notava-se nos semblantes certo orgulho, e, sobretudo, união entre os grupos, as pessoas referenciam-se ao povo da resistência com muita admiração. A multidão caminhou para frente da comunidade, onde foi afixada uma faixa com a frase: “somos pescadores, não invasores” e outra “vila de Jaraguá, local de tradição, trabalho e dignidade”.



Moradores assumem o risco da luta e decidem desobedecer a sentença judicial ao não assinarem a adesão aos apartamentos, até saberem do resultado da apelação ao Tribunal Regional em Recife.
Fonte: Movimento Abrace a Vila.

Um grupo de homens ergueu uma tenda em frente à faixa, e ali passaram a noite, afirmando que aquele espaço seria a partir de agora, um espaço de vigília, onde teve continuidade a aglomeração e os discursos inflamados, como da moradora mais antiga do grupo: “Quando eu vim morar em Jaraguá isso aqui foi limpo com nossas mãos, pra fazer as moradias”. Porque não tiraram a gente logo quando começou, quando chegou? Depois de mais de sessenta anos querem botar a gente pra fora. Isso é que eu não concordo. Indignação maior, era de uma moradora que, aos prantos, repetia:

Nós temos direito porque somos veteranas aqui dentro. Eu nasci aqui. Eu nasci na vila de pescadores de Jaraguá, eu não nasci na maternidade não, eu nasci aqui, dentro de casa. Então se eu tenho esse direito, então eles que me deem. Eles não tiram esse direito de nós.

A fala foi interrompida pelo choro, completada pela marisqueira que estava ao lado: “Eu não nasci aqui não, mas eu tenho quarenta e oito anos aqui dentro. Então eu tenho também os meus direitos”. E em meio à tensão das falas, sempre vinha à tona no discurso suas reais intenções quanto ao futuro do local: “eu vi na televisão, a urbanização de uma vila de pescadores, a coisa mais linda. A lama era na canela, hoje são casas de dois pisos, tudo lindo. Porque não podem fazer aqui na área da gente?”. As falas findaram com o discurso inflamado de uma moradora, seguida de aplausos e dispersão, continuando os protestos em meio à formação de subgrupos, dando sequência à vigília. Descrevemos esta fala abaixo:

Hoje em dia se você morar cinco anos num lugar você tem direito. Isso tá na lei. Agora eu com sessenta anos que convivo aqui, criei minha família aqui, meus filhos tudo nascido aqui, agora vem seu A e seu B, porque quer fazer

coisas pra eles, quer botar a gente pra fora. Não é assim que funciona. Eu acho que deve funcionar com honestidade com a gente. Nós não somos maloqueiros. Nós somos trabalhadores, somos pescadores, funciona fazendo o bem pra gente, e não esculachando a gente. Não sou maloqueira não, sou gente de bem. Lutadora pelo dia adia de nossa sobrevivência. Nessa luta eu vou até o fim, cheguei aqui com sete anos incompletos, tenho filha com cinquenta e dois anos nascida aqui e agora querem esculachar a gente daqui sem necessidade.

Por fim, podemos perceber claramente que as falas revelam para além das motivações lógicas inerentes a tudo que já dissertamos sobre o sentimento de pertencimento da comunidade, um alto nível de revolta pela falta de respeito da prefeitura, por todas as situações que consideram humilhantes, bem como a revolta com a Justiça Federal, mediante a clara tentativa de consolidar a expulsão sem dar aos moradores o direito a recorrer em segunda instância. Presenciamos uma situação em que o orgulho ferido falou mais alto, revelava-se o cansaço pela forma com que vinham sendo tratados.

Eu não assino e tô aqui na luta com muito orgulho. Eu não aceito esse projeto porque lugar de pescador é no seu local de trabalho. E lá é muito difícil, porque se você fizer a conta seis reais por dia nem todos podem pagar, e vem de pés ou de bicicleta e são assaltados, como muitos já foram pra mim isso não é projeto. Eu decidi não assinar porque mesmo pensando no meu filho, eu vi que se eu consegui criar até agora eu não ia ficar na rua, ia encontrar um jeito. Pra mim esse apartamento não tem nenhum valor. Aqui tem a minha história, praticamente a minha vida. Se eu passar num ônibus e olhar pra trás eu vou dizer, minha vida e minha história ficou ali. Foi uma fase difícil, mas a gente tem que lembrar sim, do que a gente era e do que a gente é hoje.

A decisão de não assinar mexeu com a comunidade, aumentou o nível de adesão do grupo do excluídos à resistência, porém semanas depois, sem notícias do agravo de instrumento, e aproximando-se o momento do despejo, considerando que não haveria mais caminhos jurídicos e políticos para o caso, o grupo dos resistentes que estava cadastrado decidiu assinar a adesão. A iniciativa ocorreu quando uma dessas moradoras teria recebido um telefonema da Prefeitura para aderir, mesmo tendo passado o prazo da sentença. Consultaram o restante da comunidade, que compreendeu a necessidade de aderir, para não ser mais vinte e cinco famílias à deriva largadas em escolas. O grupo foi em bloco, mas não sem antes passar no cartório e protocolar um documento afirmando estarem aderindo por força da sentença, não por vontade própria, para o caso de sair o resultado do agravo de instrumento e a Prefeitura alegar perda do objeto. Transcrevemos abaixo alguns itens deste documento:

- Que com este despacho, a sentença está prestes a ser cumprida sem a apreciação do recurso interposto pela instância superior;

- Que, ao ser cumprida a sentença, conforme determinou o juiz, os efeitos são irreparáveis e irreversíveis, ou seja, após a remoção-expulsão de nós, moradores, de nossa moradia e comunidade, não será mais possível voltar ao *status quo anterior*;
- Que os apartamentos prometidos e destinados para nós pela Prefeitura estão em condições de degradação e deterioração, inviáveis para habitação com dignidade.

O documento finaliza com o seguinte texto:

Diante disso, nós, já acima referidos, queremos registrar que estamos sendo coagidos a assinar este acordo com a Prefeitura, que este acordo em verdade é uma coação, pois não se dá de forma espontânea ou por vontade própria. Queremos registrar também que nós resistimos a todo tipo de pressão psicológica por parte da Prefeitura por mais de dois anos, que nossa vontade é permanecer na nossa moradia, no nosso lugar de origem, a Vila de Pescadores de Jaraguá, lugar onde preservamos nossa identidade sociocultural, nossa tradição e vínculo com o mar de Jaraguá, de onde tiramos o nosso sustento e mantemos a nossa dignidade, onde mantemos laços e vínculos fraternos uns com os outros e vivemos em coletividade.

Assim, registramos que o fato de assinar este “acordo” não significa que estamos aceitando nossa expulsão deste lugar para ir para um apartamento longe de nosso local de trabalho.

A chegada à comunidade, após assinatura, gerou grande comoção. Pelo menos duas moradoras se arrependeram de ter assinado, afirmando que não iriam para os apartamentos, preferiam se virar “de qualquer jeito por aí”.

1.11. Sobre a inversão de atores e sentidos: os equívocos de uma decisão jurídica descontextualizada.

No dia 22 de janeiro de 2015, o Tribunal Regional em Recife julgou a apelação, mantendo a sentença da 13ª vara. A comunidade recebeu a notícia pela imprensa e, como era de se esperar, com muita decepção, uma vez que estavam com esperanças e confiantes de seus direitos. Imediatamente, a comunidade e o Movimento Abrace a Vila convocaram uma reunião, que aconteceu na Praça Dois Leões, mesmo palco de encontros históricos dos trabalhadores no passado. Foi um momento em que a decepção se misturou ao entusiasmo, em que mantiveram o espírito de resistência e a vontade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal em Brasília. Decidiram criar um bloco de carnaval para dar visibilidade à sua questão para a população, dentre outros encaminhamentos da luta.

A leitura do voto do Desembargador já nos revela como um processo jurídico pode transcorrer e findar-se todo montado sobre o distanciamento fático de uma realidade. Não faremos considerações sobre os aspectos jurídicos em si por não ser este o objetivo deste

trabalho, nem ser de nossa competência. Teceremos, como proposto, comentários pontuais que desvelam os aspectos históricos e sociais omitidos na sentença, maquiados por informações inverídicas apresentadas e sustentadas do início ao fim do processo, sendo decisivas na transfiguração da realidade. O que está posto na sentença, e no julgamento da apelação, está totalmente desconectado com os fatos históricos, ou, mais precisamente, respaldado pela historicidade unilateral do discurso da oficialidade, como afirmou o juiz (parto do princípio de que a Prefeitura agiu de boa fé) e o desembargador (enquanto produto de uma atividade administrativa **presume-se correto e exaustivo** o trabalho de cadastramento da Prefeitura)¹³⁰. Percebe-se aqui um uso do direito que se gaba por julgar sobre formas sociais abstratas. Presumir, no caso em tela, significa prescindir da história, como tentamos demonstrar ao longo deste trabalho.

Alguns pontos já colocados antes, e que serão retomados adiante, nos ajudam a entender esse processo *maquínico* de inversão. Na página 4, item 3, do voto do desembargador, por exemplo, lê-se que “Do município de Maceió partiu a iniciativa do projeto e da ação, aos quais aderiu a União, cuja presença na lide justifica a competência da justiça Federal” (BRASIL, 2015b). Quem é a União? No caso em tela é a Superintendência de Patrimônio da União, a mesma que outrora cedeu a área para a construção de moradias por meio de convênio firmado com a Prefeitura, ou seja, uma Instituição ambígua, cujos pareceres revelam a contradição de seus atos administrativos, os quais variam de acordo com o momento político. A mesma União que negou, sem justificativa plausível, o direito líquido e certo da CUEM (Concessão de Uso Especial para fins de Moradia) solicitada pelos moradores, o que resolveria o caso de uma vez por todas e tornaria sem sentido a Ação Civil Pública. A mesma União que concedeu uma autorização precária e sem fundamento, sem precedentes na história administrativa da própria instituição¹³¹, maquiando de legalidade um projeto que, além de violar a Lei orgânica do Município e a convenção 169 da OIT, põe em contradição a própria lógica e os instrumentos de regularização de terras da União.

A leitura dos termos utilizados pelo desembargador, que ratificam a fala do juiz, que por sua vez é uma reprodução na íntegra do discurso da prefeitura, nos força a analisar aqui uma inversão de sentidos e atores deste contexto, uma vez que se trata de uma inversão que constrói as bases de uma injusta distorção na Vila dos Pescadores. Apesar de travar luta ferrenha contra a prefeitura no sentido de assegurar sua identidade cultural, o desenrolar do

¹³⁰ Grifo nosso.

¹³¹ Informação retirada da reunião da presidente da Associação de Moradores com a Secretaria Nacional da SPU em Brasília.

processo forçará esse reconhecimento, obrigando a prefeitura a reconhecer a tradicionalidade da comunidade, embora só depois de perceber-se segura por trás de um discurso antropológico que assegure que sua incursão não trará perdas.

Todavia, essa vitória parcial, e, sobretudo, simbólica, perderá todo sentido, pois quando se lê o acórdão percebe-se que o que se entende por comunidade é o grupo já removido pela prefeitura.¹³² É em função do seu “interesse” que se julga. Que interesse? O interesse das 110 famílias que seriam despejadas de seu território por não terem sido sequer reconhecidas como membros da comunidade tradicional? O interesse das centenas de famílias que aceitaram passivamente a remoção mediante sistemática tortura psicológica e ameaça de violência física?

Quando os magistrados afirmam que “o que se está pretendendo é o bem da comunidade”, considerando que esta permanecerá no espaço, usufruindo de equipamentos urbanos coletivos, e que a “permanência dos resistentes” impossibilita este progresso, a impressão que fica, para uma pessoa que não conheça a realidade da vila e sua história, é que este grupo de moradores removidos é o verdadeiro extrato representativo da comunidade (a despeito de seus representantes legais negligenciados durante todo processo), e que os resistentes são uma minoria que atrapalha o desenvolvimento (tudo pautado na ilusão quantitativa de uma maioria contra uma minoria, o que é outra inversão da realidade, uma vez que as cerca de 110 famílias resistentes contradizem as tais 25 famílias do discurso da Prefeitura, bem como os 400 do condomínio são bem menos, uma vez que boa parte vendeu o apartamento, outros voltaram para a vila, outros são favoráveis à permanência dos resistentes porque foram removidos em virtude da pressão psicológica).

Esses últimos, solidários com os moradores resistentes, tornaram público um abaixo assinado contendo 120 assinaturas, no qual expressam que não têm nada a opor sobre a permanência de seus pares na Vila, contrariando, portanto, a ideia de que existia um suposto interesse de uma suposta maioria sendo entravado.¹³³ Em termos matemáticos, somando os 120 moradores removidos, abertamente favoráveis à permanência de seus pares, às 110 famílias que resistem, temos um universo de 230 famílias, contrastando com a suposta minoria alegada pela prefeitura, que seria de apenas 25 famílias resistentes .

¹³² BRASIL. República Federativa do Brasil. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Gabinete do Desembargador Federal Manuel Erhardt. Apelação Civil 575621-AL (004070-23.2012.4.05.8000). Recife, 22 de janeiro de 2015.

¹³³ Este abaixo assinado foi entregue à Associação de Moradores, porém, a essa altura dos acontecimentos não poderia contribuir com o processo jurídico, uma vez que não podiam mais acrescentar provas.

Mais grave ainda é o argumento de que a permanência dos resistentes incorreria em deixar a situação degradante, como se o projeto da Prefeitura fosse a única possibilidade de intervenção. Ignora-se o pleito da comunidade, que é a urbanização com as moradias, pois em nenhum momento os moradores afirmaram desejar que o espaço permanecesse degradado. É certo que se poderia argumentar que fora o projeto da prefeitura não existe outro, o que também é um ofuscamento da realidade. Primeiro, porque o Ministério da Pesca se propôs, ao longo desse processo¹³⁴, a financiar a urbanização da vila com as moradias, conforme o desejo da comunidade, mas esbarrou no conflito entre o Ministro Gregolin e o Prefeito Cícero Almeida (O Ministro não apenas veio pessoalmente à vila, como recebeu a Associação de Moradores em Brasília, no que abriu as portas – e, sobretudo os cofres – do Ministério para a urbanização desejada pelos moradores); segundo, porque a própria União também possui programas de recuperação de áreas ocupadas por população de baixa renda, como está prescrito nas suas diretrizes; terceiro, porque o próprio programa FNHIS, do Ministério das Cidades, de onde a Prefeitura conseguiu a verba, é destinado exclusivamente para a urbanização no próprio local da ocupação, não tivesse a prefeitura desviado a localidade da obra com o argumento do Código de Postura do município; quarto, há o próprio projeto original da prefeitura na gestão da Kátia Born, que contou com a cessão da área e verbas do PRODETUR.

Portanto, existiam outras formas de urbanização com a contemplação das moradias, mas aqui citamos apenas as mais diretamente envolvidas com o contexto. Ou seja, o pleito da comunidade estava respaldado não apenas por legislações, mas, sobretudo, por programas governamentais geradores da verba necessária. Não se tratava, pois, de querer deixar o lugar na degradação, como propaga a prefeitura, e como deixa entender o discurso jurídico criado a partir desta propagação.

Todavia, tal discurso, ao propor o projeto da prefeitura como única realidade possível para a urbanização do lugar, não apenas mascara uma realidade, como também inverte a identidade dos atores envolvidos, uma vez que deixa o entendimento de que a “comunidade” está sendo beneficiada (ou seja, o movimento de lideranças removidas pela Prefeitura), e uma parte atrapalha o andamento das obras (os resistentes, outrora denominados pela prefeitura de vagabundos e traficantes, posteriormente rotulados como invasores). É nessa inversão que reside uma das maiores ironias da história de Maceió: os lutadores que

¹³⁴ Por meio tanto da visita do Ministro da Pesca à comunidade, como da visita feita pela presidente da Associação de Moradores a seu gabinete em Brasília, onde este se comprometeu em fornecer recursos de seu Ministério para urbanizar a Vila, uma vez resolvida a questão fundiária.

resistem até o último instante em defesa de um território e de uma cultura serão expulsos como invasores (isso porque os magistrados entenderam que o que resta da comunidade tradicional era apenas 25 famílias que já estariam contempladas com apartamentos no condomínio da Praia do Sobral), ao passo que aqueles que abandonaram a luta e abriram mão de sua tradicionalidade, da coesão do grupo (por meio de práticas de cooptação à revelia da representação legal da Associação de Moradores), e de sua história de pertencimento com o lugar, é que são considerados como legítimos representantes da comunidade. Um subgrupo heterogêneo, subdividido pelo medo, pelo cansaço, pela sedução, representado por um minúsculo grupo de lideranças instrumentalizadas pela Prefeitura.¹³⁵

É exatamente esta inversão que caracteriza as omissões do item 4 da página 4 do voto do desembargador:

Longe de ser aleatória, a escolha da ação civil pública bem revela que o interesse subjacente não é dos autores na posse do terreno, mas o da comunidade para a qual o projeto foi concebido, e que espera vê-lo concretizado.

Omite-se o fato de que este projeto começou sua implantação à revelia da participação desta mesma comunidade, como mostramos anteriormente. A Sociologia Urbana, a Antropologia Social e a Geografia (dentre outras ciências), por sua vez, têm sido claras em demonstrar o quanto essas intervenções têm representado interesses de grupos financeiros, (mormente o mercado imobiliário e o turismo)¹³⁶, resultando em exclusão social pela remoção dessas populações. Omite, sobretudo, o contexto histórico dessa relação conflituosa, em que os interesses dos proprietários de bares, hotéis e restaurantes, além de operadoras turísticas, construtoras e imobiliárias, sempre engendraram forte pressão sobre a remoção da comunidade, vista por eles com “favela”, população socialmente inadequada para a visibilidade ideal na exploração econômica do lugar, como descrevemos anteriormente.

Diferente da Favela do Rato, em Recife, que nada lucrou com o enobrecimento da cidade a não ser a exclusão da política urbana; diferente dos moradores do Pelourinho e entorno, em Salvador, que foram removidos pela força política e, sobretudo, econômica de

¹³⁵ Consideramos um dado importante de ser notado é que quando o grupo dos desistentes procura o MPF/AL para reivindicar a desocupação dos pares que permaneciam na resistência, estão acompanhados do Secretário de Habitação e da Gerente Social desta Secretaria, como pode ser visto na folha 653 do processo 004070-23.2012.4.05.8000. Em todas as ocasiões que presenciamos, estes líderes sempre chegavam e saíam em companhia dos agentes da prefeitura.

¹³⁶ Andrade (2005, p. 146) demonstra por meio de um quadro que os resultados da revitalização de Jaraguá favoreceram mais os comerciantes de classe média alta do que a população pobre local. 68% dos entrevistados afirmaram que a população de baixa renda foi menos favorecida, ao passo que 67% afirmaram que os mais beneficiados foram os proprietários de imóveis e empresários.

processos indenizatórios, diferente das remoções forçadas nas cidades sede da Copa do Mundo de Futebol Brasil; na revitalização de Jaraguá se dará um fato curioso: os atores políticos da remoção, aqueles que foram de encontro à lógica da inclusão social e do desenvolvimento sustentável são apresentados na imprensa local e nos autos do processo como heróis. Os mesmos que hostilizaram a comunidade pela omissão e por sucessivas remoções, em contextos históricos de ameaças, pressões, na medida em que a resistência popular lhes impõe a impossibilidade de trocar os atuais ocupantes do lugar por uma marina, inverteram inteligentemente a estratégia, mantendo a remoção, mas condicionada ao projeto que mantém as atividades coletivas da pesca, embora atribuindo ao lugar um novo uso, garantindo a perspectiva original de turistificação da área, conseguindo dividir a comunidade e com isso conquistando o apoio das Instituições ao seu projeto.

Com isso fica, *a priori*, o emblema de gestão que resolveu o problemático caso da “favela” de Jaraguá, trazendo benesses para a comunidade e para a cidade como um todo. Ou seja, conseguiu-se inverter o sentido da remoção, ofuscando seus aspectos excludentes, de modo que a substituição de um processo de expropriação pela modificação do uso do lugar (uma espécie de expropriação maquiada) constrói para a população o sentido de uma política “inclusiva” (teoricamente uma inclusão perversa, nos termos da Psicologia Social), ficando os meandros da exclusão ofuscados pela euforia da conquista jurídica.

Tal conquista não apenas confunde quanto aos interesses do jogo de poder em questão, cujo desenvolvimento competitivo se sobressai à lógica do interesse social (ANDRADE, 2005), mas quanto à própria definição sócio-histórica da composição da comunidade, o que leva à prática de outro tipo de equívoco, qual seja, a inversão do sentido de benefício e prejuízo. Vejamos, já sabemos que a permanência dos moradores da resistência não impediria nenhum tipo de urbanização, visto haver inúmeras possibilidades para a reestruturação do local. Assim, a urbanização com a permanência, em vez de causar prejuízo, traria benefícios para todos os grupos interessados na questão: ambos teriam acesso aos equipamentos urbanos coletivos da atividade pesqueira, bem como todos teriam acesso à moradia (os que já estão nos apartamentos e os que lutam pela permanência). Este seria o desfecho de uma intervenção para benefício, e a permanência do impasse só evidencia que existe confusão acerca do conceito de benefício, pois a remoção, por outro lado, beneficia apenas o grupo aliado da Prefeitura, porque este teria (como afirmou o magistrado) o usufruto de dois espaços, o apartamento e o Centro Pesqueiro. Todavia, até esse mesmo grupo ainda perde com o acórdão, uma vez que as quase cem famílias que foram removidas para os

apartamentos e posteriormente reconstruíram barracos na comunidade, por não se adaptarem à ruptura na relação moradia/trabalho, foram forçadas a reassumir sua opção conciliatória e voltar a ocupar apenas os apartamentos.

Do outro lado da balança, este é o agravo, estão as cerca de 110 famílias de pescadores que foram literalmente despejadas (“jogadas no olho da rua” – na linguagem deles), distribuídas em abrigo improvisado e impróprio para humanos, ou espalhados pelo tecido urbano sob o rótulo de “coletividade invasora”. A distância, as dificuldades materiais, dentre tantos outros inconvenientes as forçarão, em curto prazo, a abandonar a atividade pesqueira, tomando o mesmo destino das 350 famílias removidas pela prefeita Kátia Born em 2002 (incluindo a morte de um pescador que foi atropelado na Via expressa quando percorria os 40km que o distanciava do seu local de trabalho). Estes, ao final da história, ficarão sem nenhum território (nem os apartamentos, nem a vila), pois uma vez levados para o abrigo (tratamento de flagelados) ou espalhados por diversos tecidos da cidade, se dispersarão na complexidade da pobreza urbana, longe de seu meio de sustentação. O abandono da atividade representa, do ponto de vista sociocultural, o fim de uma tradição, que sucumbirá gradativamente na busca de outras estratégias de sobrevivência nos espaços que, por conseguinte conseguirem ocupar.

Deste modo, percebe-se que estamos diante de uma matemática que contradiz o discurso oficial da Prefeitura e dos magistrados. Somados, temos um universo de cerca de 210 famílias prejudicadas direta ou indiretamente com a remoção. Considerando que dos ocupantes dos apartamentos que, cerca de 100 são estrangeiros¹³⁷ que compraram ou alugaram, acrescidos dos estranhos que já ocupavam os apartamentos antes mesmo de acontecer a remoção dos que aderiram, e acrescidos de tantos outros que foram removidos posteriormente sem pertencer ao tal cadastro da prefeitura, como do caso dos últimos dezessete removidos¹³⁸, resta um universo de cerca de 200, sendo que destes, 120 assinaram um documento em favor da permanência de seus pares resistentes no local, porque boa parte são aqueles moradores que não queriam ser removidos, mas não suportaram as incertezas e as pressões do grupo aliado da Prefeitura (e de próprios funcionários), amedrontados com as ameaças de serem removidos para a zona de expansão da cidade ou serem expulsos sem nada, finalizando uma sobra de cerca de oitenta seguidores do grupo aliado da Prefeitura (daqueles que o magistrado e a Prefeitura consideram como sendo a comunidade, a esmagadora

¹³⁷ No sentido de estranhos à comunidade tradicional.

¹³⁸ Informação colhida no dia a dia das visitas à comunidade, segundo relato dos moradores.

“maioria”) ¹³⁹. Ou seja, uma análise qualitativa dos dois espaços mostra que o discurso quantitativo presente nos autos distorce a realidade social da população. Assim, a suposta “maioria” prejudicada pela resistência, é uma mera ficção.

Desse modo, o número de beneficiados com a remoção, quando submetidos a uma análise qualitativa, é igual ou até mesmo inferior ao número de prejudicados. Portanto, é inverídica a proposição do magistrado, de que existem benéficos, incluindo a ampliação do território, principalmente porque o Centro Pesqueiro não será a “Vila dos Pescadores”, será outro espaço tutelado, controlado pela prefeitura, e os conflitos de domínios já se fazem presentes antes mesmo da chegada dos estrangeiros, os turistas, com a perda de autonomia sobre a área. Nesse sentido, a tese de que a remoção amplia o território não se sustenta. O território dos apartamentos, uma vez descaracterizado¹⁴⁰, não pode ser considerado extensão da vila, assim como o território da vila não será mais usufruído por grande parte de sua população (acrescentando-se a isto a ausência das esposas, maridos, filhos e netos dos pescadores e marisqueiras que estão confinados no ambiente doméstico de outra urbanidade, afastados da área da vila, após ela ser transformada em parque turístico). Seria ampliação se fosse para todos, se toda a comunidade fizesse uso deste lugar, o que não está sendo e nem será o caso.

Na verdade, apenas os moradores aliados da Prefeitura desfrutariam do suposto benefício¹⁴¹, ao passo que a urbanização pautada pela permanência contemplaria moradia e ambiente de trabalho para todos. Portanto, não são os moradores da resistência que impediriam a reestruturação do lugar, mas a intransigência do projeto unilateral da remoção. Ao não perceber esta inversão e escolher um determinado grupo das partes em conflito, e considerando que este grupo ao longo da história rompeu com a resistência¹⁴², o magistrado transformou seu voto em uma opção por esta parte. E, histórica e socialmente falando, esta parte – enquanto aliada da prefeitura - é a que representa o capital na disputa clássica entre capital e trabalho (entendendo a divisão da comunidade como trabalhadores resistentes contra trabalhadores hospedeiros do opressor), transformando sua sentença numa opção de classe. Se a parte da comunidade não escolhida pelo magistrado (a parte

¹³⁹ Estes números não são exatos, porque não existe uma caracterização séria da comunidade, nem por parte da prefeitura, nem por parte de nenhuma instituição. Trata-se aqui de um esforço sócio-histórico pautado pela observação participante e pelos relatos dos moradores.

¹⁴⁰ Habitado por estrangeiros, no sentido de estranhos à comunidade tradicional.

¹⁴¹ Ainda que se deva considerar que muitos deles sequer dependem da pesca, a começar pelos próprios líderes.

¹⁴² Seus principais líderes marchavam juntos com a comunidade contra o projeto da Prefeitura com discursos completamente contraditórios ao sustentado hoje, como demonstramos não apenas pelas publicações de jornais, mas pelo testemunho participante deste processo.

representada pelos trabalhadores excluídos) fica só com o espaço do trabalho, mas sem moradia; e os que abandonaram a tradição ficarão sem moradia e sem a área de trabalho, então não há, neste processo, nenhum tipo de ampliação do território, conseqüentemente, nenhum tipo de benefício. Eis a contradição do voto.

Outro equívoco da decisão foi considerar que a “coletividade invasora” (termo inapropriado e improcedente, uma vez que se trata de famílias tradicionais de pescadores) não foi prejudicada pelo direito ao contraditório, porque, ainda que tarde, teria sido representada pela defensoria. Para isso, o juiz cita dona Cícera Gomes como representante desta coletividade, porém esta senhora não mora na comunidade há mais de 20 anos, e nem ela mesma sabia como o seu nome figurou nessa lista, como já demonstramos anteriormente. A outra representante era uma paciente psiquiátrica que se autoafirmava incapaz de tal representação; e o terceiro representante foi contemplado com um apartamento duas semanas depois do processo, apesar de não constar no cadastro da Prefeitura, e abandonou a causa. Ou seja, em nenhum momento essa coletividade é de fato representada, muito menos após a constituição de um defensor exclusivo, porque seus “representantes” de fato não eram representantes, como exposto acima.

Outro argumento improcedente é o de que a permanência atrapalha o turismo. A esse respeito vale ressaltar que professores do Curso de turismo da UFAL também lançaram uma nota pública de apoio à permanência dos moradores como interesse para a atividade turística.¹⁴³ Uma urbanização que envolva suas moradias também é contemplada na história documental, a permanência é justificada pelo poder público, com vistas ao projeto original da Prefeitura, como sendo de interesse paisagístico e para o desenvolvimento do turismo, como pode ser visto no Decreto Municipal nº 5.569, de 22 de novembro de 1996, o qual reproduzimos novamente:

[...] constituída pelo sítio histórico do Jaraguá, considerada área de interesse histórico e arquitetônico, tendo sua preservação dirigida à vocação turística, de lazer e de cultura. [...] **área da Vila dos Pescadores é um Setor de Preservação Ambiental – SPA**, a qual é [...] **considerada de interesse social por ser constituída de construções ocupadas por populações de baixa renda, cuja atividade principal é a pesca**(Grifo nosso).

Acrescenta-se a este dispositivo legal o Projeto de Revitalização do bairro de Jaraguá (MACEIÓ, 1995):

¹⁴³ BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **Carta de apoio aos moradores da Vila de Pescadores de Jaraguá**. Penedo - AL, 27 de fevereiro de 2014.

O projeto consiste na urbanização da área, com a permanência da população (pescadores), no mesmo espaço onde atualmente vivem (favela), através da melhoria na sua infraestrutura, implantando o sistema de saneamento básico, energia elétrica, abastecimento d'água, pavimentação, drenagem, **construção de residências térreas e sobrados** acabando com a sub-habitação e proporcionando beneficiamentos gerais.

A concepção do projeto levou em consideração os vários fatores econômicos e sociais, permitindo que a comunidade beneficiada possa obter em seu próprio espaço todas as condições de uma sociedade autossustentável. Após implantado, **o projeto integrará a área do complexo turístico do bairro de Jaraguá, permitindo não só a sociedade local se beneficiar, como também os turistas que visitarem Maceió**, através da criação de uma arquitetura pitoresca, com equipamentos como o mercado modelo, o cais e as habitações (Grifo nosso).

E ainda acrescenta-se o Ofício GP nº 037/03 de 08 de maio de 2003 da Prefeitura Municipal de Maceió. Este ofício é referente ao projeto original da Prefeitura, quando a urbanização envolvia a permanência dos moradores com a construção de 273 moradias, enviada à SPU:

Com o intuito de completar o Projeto de Urbanização da Vila dos Pescadores (Favela de Jaraguá), vem esta prefeitura solicitar o prosseguimento da tramitação do processo nº 10465000270/98-76, que trata da cessão de uso ao Município de Maceió, do trecho compreendido entre o Porto de Jaraguá e a Federação Alagoana de Vela e Motor. **O Referido projeto é de suma importância para o desenvolvimento social e turístico desta cidade, como também para a concretização da Revitalização de Jaraguá[...]** (Grifo nosso).

Ainda sobre a impropriedade do argumento do desembargador, a literatura científica tem demonstrado que turistificação do espaço, quando produzida por sobre comunidades tradicionais tem produzido drásticas consequências, como perda da identidade cultural, afetação das relações socioafetivas, rupturas nos processos pedagógicos da tradicionalidade, sofrimento ético-político e prejuízos econômicos, sobrando para as comunidades as funções subalternas dos resultados finais da turistificação (CARLOS, 1999; OLIVEIRA, 1995; OLIVEIRA, 2002; VASCONCELOS, 1990; ANDRADE, 2005). Ou seja, o espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, torna-se relíquia, consumo, presente sem espessura, sem história, sem identidade (o que faz com que a comunidade não reconheça o projeto da prefeitura como “Vila dos Pescadores”, mas como “parque turístico”). O lugar é visto, na acepção turística, como produção humana, mas é exatamente o que a prefeitura lhe retira.

1.12.O dia do despejo: de como a luta pelo espaço transcende a batalha corpo a corpo para o campo da memória política

No dia 17 de junho de 2015 aconteceu o despejo da comunidade, em cumprimento da decisão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal 5ª Região. O ato surpreendeu a todos, o despejo aconteceu sem conhecimento prévio da comunidade. Isso porque o prazo para a desocupação pacífica findaria dia 19 de junho de 2015, dois dias após a ação surpresa da prefeitura, porém, os moradores ainda estavam, desde o início deste prazo, aguardando a decisão de uma medida cautelar peticionada pela DPU/PE. Caso esta medida fosse favorável aos moradores, estes poderiam permanecer no local legalmente até o julgamento dos recursos no Supremo Tribunal de Justiça em Brasília, e eles estavam empolgados com a possibilidade de desfecho favorável após uma visita que fizeram ao desembargador responsável pelo julgamento. Este teria demonstrado interesse na importância cultural da comunidade, no que solicitou material sobre a importância histórica da vila para a cidade, que lhe foi fornecido pelo Movimento Abrace a Vila, intermediados pela defensoria. Todavia, esta expectativa não se consolidou e o parecer foi desfavorável, e a notícia havia chegado dia 10 de junho, cerca de uma semana antes do dia do despejo.

Uma vez esgotadas as possibilidades jurídicas, o clima na comunidade era de desgosto e tristeza, assim como de passividade e conformidade com o desfecho. Cientes de que deveriam desocupar a área, esperavam que a prefeitura entrasse em contato para discutir a operacionalização da desocupação, até porque a maioria de fato não tinha para onde ir. Contudo, a prefeitura não apareceu para dialogar, nem propor alternativas, a não ser no relato de um morador que afirma ter ouvido do funcionário que atuava na vila – quase sempre em conflito com os moradores – a seguinte expressão: “esta semana essa favela vai dormir, mas não vai amanhecer”. E de fato aconteceu. No dia 16 de junho de 2015, uma estranha mensagem circulou por vários grupos de whatsapp na cidade, e logo se espalhou pelas redes sociais, aconselhando os condutores de veículos a evitarem circular nas proximidades da Vila, devido à ação de despejo. Militantes do Movimento Abrace a Vila entraram em contato com autoridades para se informar da legalidade de uma possível invasão em plena madrugada:

Diante do quadro de incertezas e da mensagem surgida na rede social Whatsapp na terça-feira, parceiros da comunidade entraram em contato com a DPU e MPF e tomaram conhecimento de que estes não haviam sido informados sobre a execução da sentença. Após intervenção dessas instituições, fomos informalmente informados de que a remoção havia sido adiada das 4hs para às 7hs da manhã do dia 17 de junho. Assim, no dia 17 de junho, a Prefeitura iniciou o processo de despejo, e o Oficial de Justiça

informou que, apesar de o prazo ser até o dia 19 para que a respectiva comunidade se pronunciasse quanto à possibilidade de retirada espontânea, “os órgãos preferiram antecipar-se por uma questão de logística”.¹⁴⁴

Logística esta que, estranhamente, não foi comunicada aos moradores. Foi desta forma que esta comunidade formada por cerca de cento e cinquenta famílias, sendo cento e dez consideradas como habitantes tradicionais do lugar, ficou sabendo do despejo. Ao amanhecer, começou a movimentação de máquinas, policiais, funcionários de diversos órgãos da prefeitura, o que confirmou a informação obtida pelo whatsapp. No relatório elaborado pelo Movimento Abrace a Vila, foi descrito que nem a DPU, nem a o MPF foram informados que a operação aconteceria naquele dia.

O MPF enviou um representante para assistir ao processo, apenas – importante ressaltar - após o contato feito pela sociedade civil com o MPF, já que o mesmo não havia sido notificado pela Prefeitura. Porém, mesmo assim, registra-se que não houve qualquer intervenção do representante do MPF no sentido de garantir os direitos fundamentais ou a dignidade humana dos moradores durante o processo de desocupação. A todo momento, ele apenas assistiu aos acontecimentos.¹⁴⁵

Com relação à DPU, já em meio ao processo encontramos uma equipe de defensores, que contestavam claramente a forma como estava sendo conduzido o despejo. Ouvimos pessoalmente de um defensor que eles tinham ciência da sentença e do prazo de desocupação, mas não da operação e de sua data, que os pegou igualmente de surpresa. A fala desta moradora para um periódico local põe em contradição a afirmação da prefeitura, de que a ação foi bem planejada:

Moradora da Vila há 27 anos, a jovem Doriane Lima diz que está temerosa com a desocupação porque não sabe para onde vai. “A gente não sabe de nada. Acordamos com esse monte de polícia aqui, como se a gente fosse bandido. Estou preocupada”, disse Doriane.¹⁴⁶

Este mesmo periódico publicou outra matéria trazendo algumas falas que consideramos importantes para o que pretendemos aqui destacar:

Eu sabia que uma hora eles viriam, mas não sabia o dia nem a hora. Eles poderiam ter avisado. Moro aqui há 10 anos e hoje vão me levar para algum lugar que ainda não sei qual é, pois eu não tenho para onde ir. Sem falar que tenho três filhos que estão sofrendo com isso¹⁴⁷.

¹⁴⁴ MOVIMENTO ABRACE A VILA. Relatório do processo de despejo da Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió- al. Maceió, julho de 2015.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Disponível em: <http://cadaminuto.com.br/noticia/270523/2015/06/17/familias-deixam-vila-dos-pescadores-no-jaragua-apos-decisao-da-justica-federal>. Acesso em 18/06/2015.

¹⁴⁷ Disponível em: <http://cadaminuto.com.br/noticia/270524/2015/06/17/moradores-resistentes-lamentam-desocupacao-apos-decadas-de-existencia-da-vila-dos-pescadores>. Acesso em 18/06/2015.

Percebe-se o tempo de moradia dela é anterior ao cadastramento da prefeitura, o que contradiz a informação disseminada pela prefeitura e reproduzida pela mídia local, de que os moradores despejados teriam chegado à comunidade após a transferência dos contemplados com apartamento na praia do Sobral. Abaixo reproduzimos outro depoimento colhido no mesmo periódico:

Também mãe de três filhos, Sônia Maria Marinho não sabe o que vai acontecer com ela e os filhos Para onde a gente vai? Nem todo mundo vai poder ir para os apartamentos porque não tem cadastro para morar lá. Vão levar a gente pra algum abrigo, como se a gente fosse cachorro. Mas ninguém aqui é cachorro, marginal nem desordeiro¹⁴⁸.

Três informações contidas nessas falas corroboram para a compreensão de que a desocupação não foi tão bem efetuada, como informavam os órgãos envolvidos e, conseqüentemente, a imprensa local, cujos textos jornalísticos, em sua grande maioria, eram apenas reprodução do release distribuído pela prefeitura no ato da desocupação: a primeira é de que de fato os moradores não foram avisados da operação de desocupação, tendo sido surpreendidos, o que ocasionou os maiores problemas logísticos, ao ter que recolher seus móveis às pressas; o segundo foi o fato de não saberem para onde seriam levados, a não ser que passariam em torno de cinco dias num abrigo, o que demonstra a total falta de planejamento da operação; terceiro, a maioria dos moradores removidos não eram invasores, como informado, mas habitavam o local há décadas, como dona Maria Cícera:

Por ora, apenas as famílias cadastradas previamente terão direito a moradias no Residencial Vila dos Pescadores, construído na Praia do Sobral em 2012. Mas não é o caso da maioria. São pessoas como a dona Maria Cícera. “Isso é um absurdo, eu moro aqui há 33 anos e não tenho para onde ir. Tenho três filhos e eles vão acabar ficando sem estudar com a mudança”, lamenta¹⁴⁹.

E dona Eucina:

Eucina Silva também está na mesma situação. Ela vive no local há 30 anos e não tem outra casa para ficar. “Eu nasci aqui e não sei mais o que fazer, tenho quatro filhos, um neto, e ninguém sabe qual será nosso destino. Se não conseguirmos nada, vamos terminar morando aqui em frente [na Associação Comercial de Maceió]”, disse¹⁵⁰.

A megaoperação impressionou o pescador Aristides, que com sarcástica percepção lembrou que nunca, na história da comunidade, tantos órgãos e tanto aparato foram utilizados para beneficiar os moradores, mas para removê-los, lá estavam. Coordenados pela

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Disponível em: <http://tudonominuto.com.br/?p=25513>. Acesso em 18/08/2015.

¹⁵⁰ Idem.

Coordenação Municipal de Defesa Civil (Comdec), a megaoperação contou com a participação da Justiça Federal, Polícia Militar, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU), Secretaria Municipal de Habitação e Popular e Saneamento (SMHPS), Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), Conselhos Tutelares, Superintendência Municipal de Energia e Iluminação, Superintendência Municipal de Limpeza Urbana (Slum), Casal, dentre outros. Bastaria que pequena parte desses órgãos funcionasse no diaadia para garantir cidadania naquele lugar, e o espaço não estaria nas condições degradantes em que se transformou. Numa nota do site oficial, a prefeitura lançou a seguinte informação:

As famílias que têm direito a imóvel do Residencial Vila dos Pescadores serão transferidas para seus apartamentos no conjunto habitacional localizado na Praia do Sobral. **As demais famílias, que não moravam na Favela de Jaraguá à época em que foi construído o Residencial Vila dos Pescadores**, devem ser transferidas para casa de parentes ou para o abrigo temporário que será disponibilizado pela Prefeitura de Maceió¹⁵¹ (grifo nosso).

A nota omite o que seria feito com as **famílias que de fato “moravam” na favela de Jaraguá à época em que foi construído o residencial Vila dos Pescadores**. Como pode ser percebido na mensagem oficial, essas famílias, para a prefeitura, não existiam, embora estivessem lá o tempo todo e terem sido despejadas no dia da expulsão, junto com as poucas dezenas de famílias invasoras.

Assim, o despejo se consolidou, supostamente sob controle, mas repleta de irregularidades, a começar pela falta de planejamento de um local adequado para levar as famílias. Foi designada uma creche no bairro do Vergel, antiga escola Hélio Lemos, que além de estar em período letivo – forçando a convivência entre alunos e desabrigados – estava em reforma. O presidente da Comissão de Humanos da OAB, Daniel Nunes, demonstrou-se indignado com a forma como ocorreu a desocupação. Presenciamos por várias vezes ele entrando em conflito com representantes da prefeitura. Numa delas, ouvimos a seguinte expressão, direcionada a um procurador do município: “a escola que vocês querem botar esse povo não tem condições. Está em reforma. Eu fui lá e tirei fotos. Não é propícia para seres humanos”¹⁵². Num periódico local, ele forneceu a seguinte fala:

¹⁵¹ Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/secom/noticias/prefeitura-cumpre-decisao-judicial-para-desocupar-favela-de-jaragua/>. Acesso em 18 de junho de 2015.

¹⁵² Informação verbal colhida no ato da conversa durante a desocupação, registrada em aparelho celular.

A escola Nosso Lar está em atividade, não está parada, além disso é uma escola em decadência, com banheiro químico. É uma situação que esperamos que seja provisória. [...]A população está sendo expurgada de um local que habita há mais de 30 anos. É um crime contra a humanidade¹⁵³.



A Escola Nosso Lar estava em reforma e imprópria para servir de abrigo para seres humanos. Nem a diretora, nem a população local sabia que a mesma seria improvisada como abrigo.

Mediante a intervenção e indignação da Comissão de Direitos Humanos da OAB, bem como o surgimento de um protesto dos moradores, pais e alunos da escola Nosso Lar, a prefeitura mudou de ideia em pleno processo de despejo, chegando a notícia da mudança de local para abrigar as pessoas, que passou a ser a Escola Rui Palmeira, também no bairro do Vergel. Todavia, essa escola também estava em reforma, sem condições apropriadas para abrigar seres humanos, além de ter pegado a direção e os técnicos da obra de surpresa:

“É um absurdo. Convoquei os pais [de alunos] porque não tenho nada contra [abrigar], mas caso houvesse condições, e aqui não tem. Isso não foi da noite para o dia. Se a prefeitura não resolveu antes, não dá para colocar aqui”, criticou a diretora da instituição Aparecida Paciência. O representante da construtora responsável pela obra, Sérgio Almeida, disse que foi comunicado pela prefeitura sobre a situação da escola abrigar as famílias. Segundo ele, se isso acontecer, serão paralisados 40% da obra. “Vou ter uma reunião nesta tarde na prefeitura. O local será liberado se eles se comprometerem com os riscos e também no ressarcimento de todos os danos”, falou¹⁵⁴.

Ao saber da remoção dos moradores de Jaraguá para esta escola, a população local fez um protesto nas ruas do bairro, exigindo que os mesmos não fossem para lá, uns por receio de atrasar a obra e impedir o retorno das aulas de seus filhos, outros por preconceito

¹⁵³ Disponível em: <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/geral/2015/06/17/325337/desocupacao-da-vila-de-pescadores-em-jaragua-acontece-hoje>. Acesso em 18 de junho de 2015.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://tudominuto.com.br/?p=25513>. Acesso em 18/06/2015.

mesmo, já que a prefeitura propagara para toda cidade que já teria removido os trabalhadores da pesca, ficando na “favela” apenas invasores (e traficantes, no imaginário local).



A segunda opção de abrigo improvisada às pressas também era uma escola em reforma, igualmente imprópria.

Assim, após quase um dia inteiro de espera e incerteza, a sociedade ficou sabendo que o abrigo definitivo seria na Creche Tenente Madalena, uma obra inacabada ao lado da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A obra não possuía instalações elétricas, que foram improvisadas com gambiarras, nem instalação hidráulica, que foi improvisada, além da instalação de banheiros químicos dentro do prédio, que posteriormente foi reinstalado em ambiente mais afastado mediante aos protestos dos moradores desabrigados.



O abrigo definitivo acabou sendo uma obra inacabada da SEMED, cuja inauguração forçada já teria sido vetada pelos sindicalistas da educação por falta de estrutura adequada de funcionamento.

A praça de guerra montada para expulsar os moradores só não se transformou em tragédia porque os mesmos não apresentaram resistência. É preciso ressaltar o quanto teria sido desnecessário este aparato composto pelo BOPE, Cavalaria, Rádio Patrulha, Polícia Federal e Guarda Municipal, uma vez que em nenhum momento aqueles trabalhadores pacíficos pensaram em resistir à desocupação e desobedecer à ordem judicial. Se não haviam desocupado a área, era pelo fato de estariam legitimamente esperando o resultado do julgamento da medida cautelar peticionada pela defensoria, cujo desfecho teria se dado dias antes do dia do despejo.

Alguns funcionários da prefeitura agiam vez por outra com arrogância, o que provocou pequenos transtornos, sem maiores complicações.¹⁵⁵A primeira casa a ser derrubada foi um mercadinho, que teve sua porta arrombada porque estava fechada, uma vez que o proprietário não tinha conhecimento de que seu imóvel se encontrava na área da demolição. Em alguns minutos, ele apareceu em desespero. O mesmo aconteceu com as demais casas desta faixa de terreno, conhecido como sítio. Após as primeiras horas de tumulto, alguns moradores tentavam desesperadamente retirar telhas, portas, janelas e outros itens de suas casas, no que foram impedidos pela equipe que executava o despejo¹⁵⁶. Entendemos estes episódios como abuso de autoridade, na medida em que a ordem judicial dizia respeito ao terreno da União, e não à propriedade das pessoas. “Muitos foram ameaçados de voz de prisão quando solicitaram tempo para retirada de portas, janelas e outros materiais reaproveitáveis de suas casas, como se os bens pessoais das pessoas fossem também bens de propriedade da União.”¹⁵⁷

Um dos momentos mais tensos desse dia foi a demolição do terreiro de Mãe Vitória. Sob forte comoção popular, um grupo do policiamento invadiu a casa e tomou posse do local. Em seguida, um funcionário da prefeitura fez um inventário dos pertences, seguido de uma equipe que entrou para recolhê-los e colocar no caminhão. As começaram a ser demolidas ainda com as pessoas e objetos dentro da casa, incluído todas as imagens e utensílios sagrados. Essa prática se estendeu praticamente por toda a comunidade, nos casos em que as pessoas não tiveram tempo suficiente para fazer a retirada dos pertences por sua própria conta.

¹⁵⁵ Informação observada *in loco*.

¹⁵⁶ Informação observada *in loco*.

¹⁵⁷ MOVIMENTO ABRACE A VILA. Relatório do processo de despejo da Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió- al. Maceió, julho de 2015.

Ao longo do dia acumulavam-se pessoas em desespero, sem saber para onde seriam levadas, para onde teriam sido levados seus móveis e pertences pessoais, enquanto as máquinas demoliam apressadamente as casas, botando a comunidade abaixo. Algumas crianças e idosos perambulavam pelos escombros, a procura de seus parentes ou de alguma informação. Um idoso que procurava por seus pertences pessoais acreditava equivocadamente que seria levado para um asilo. Isso porque não houve um cadastramento social que pudesse atender antecipadamente aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, como destaca o relatório do Movimento social que apoiava os moradores:

A Secretaria Municipal de Assistência Social não possuía nenhum aparato documental para controle das famílias, seja no que se refere à quantidade de crianças, idosos, gestantes, deficientes físicos ou portadores de doenças crônicas. Inclusive, diante da ausência de um controle em relação às famílias que ficariam completamente desabrigadas orientou-se que as pessoas que não tivessem para onde ir que se dirigissem "voluntariamente" até o estacionamento de Jaraguá, onde a equipe de assistentes sociais se encontrava.¹⁵⁸

De fato, à medida que as pessoas eram expulsas de suas casas pela polícia e respectiva equipe de demolição, recebiam um papel a ser preenchido e entregue na tenda da Assistência Social. Fora isso, não havia nenhuma informação disponível aos moradores e suas necessidades, o que seria o óbvio numa desocupação pacífica.

As crianças, que deveriam ser previamente cadastradas e salvaguardadas de passarem por tal vexame, constrangimento e violência, de acordo com o Artigo 227¹⁵⁹ da Constituição Federal, e do Artigo 18º do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁶⁰, assistiam atônitas à demolição de suas casas e de seus vizinhos, algumas se expondo ao risco dos escombros, das máquinas e da possível violência policial – ainda que esta não chegasse a ser utilizada como previsto –, algumas chorando junto com os pais. Não havia um conhecimento prévio de quantas crianças se encontravam na vila, nem para onde seriam levadas. Ouvia-se falar da presença do Conselho Tutelar, embora não se tenha notícia de que tenham notificado o órgão ou que este tenha agido em alguma situação específica.

Após o fracasso na improvisação de duas escolas em reforma e a definição da Creche no bairro da Cambona, finalmente as pessoas foram levadas para o abrigo. Este, por

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Art. 227º da CF: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

¹⁶⁰ Art. 18º do ECA: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

sua vez, também não tinha condições de funcionamento, conforme descrito no relatório elaborado pela Assistente Social da DPU. No entanto, no dia seguinte foram improvisadas às pressas gambiarras para instalação elétrica, instalados banheiros químicos, lavanderias e água encanada (três dias depois), não havia espaço para banho, que teve que ser improvisado nos vestiários sem porta do ginásio ao lado.



Assim como idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, as crianças não tiveram o tratamento adequado e foram expostas a todos os riscos iminentes do despejo, além da violência psicológica de assistir a demolição de suas casas e testemunhar o desespero de seus pais. Fonte: Movimento Abrace a Vila.

Algumas salas apresentavam objetos pontiagudos da obra inacabada, pondo em risco as crianças, além da exposição ao risco por meio de buracos de galerias abertos, com água empossada com mau odor. Nos primeiros dias, faltaram objetos de higiene pessoal e fraldas para as crianças. Além disso, a água potável para consumo não foi suficiente, sendo providenciados apenas na medida em que acabavam. Um paciente com transtorno mental em evidente estado de agitação foi colocado num quarto com as mulheres, gerando pânico entre as mesmas. Até ao terceiro dia, as crianças não tinham ido mais à escola, nem suas mães sabiam onde elas iriam estudar após a destruição de suas casas e a incerteza gerada após a destruição da Vila de Pescadores. Amigos dos moradores e apoiadores da permanência foram proibidos de entrar no abrigo, caracterizando uma situação de semiconfinamento. Das cinco gestantes, duas entraram em trabalho de parto dentro do abrigo, sendo uma delas uma adolescente com gravidez de risco. Uma delas permaneceu no abrigo com a criança, onde foi improvisado um berço. No dia do despejo, outra gestante de sete meses passou mal e teve que fazer uma cesariana às pressas.

A Assistente Social Analice Dantas, que acompanhou a situação dos (des)abrigados como representante do Conselho Estadual de Assistentes Sociais, descreveu em seu relatório o quanto o grupo dos excluídos era composto pelos jovens da comunidade, quase todos nativos daquele lugar:

Percebemos que as famílias que residiam na Vila, no momento da desocupação realizada em junho de 2015, eram compostas, na grande maioria, de casais jovens ou por mulheres jovens e seus filhos. Algumas dessas famílias, os pais tinham recebido os apartamentos no Sobral em 2007 ou recentemente. Quase todos os jovens entrevistados, que agora tinham seu próprio núcleo familiar, tinham nascido na Vila de Pescadores do Jaraguá, sendo filhos/as de pescadores e marisqueiras, seguindo por tradição o ofício dos pais. Encontramos no abrigo, ainda, pescadores mais velhos, que sempre viveram e trabalharam com a pesca. Muitos não receberam os apartamentos do Sobral, por resistência ou por diversas razões, como a história de um pescador, que se encontrava pescando em Piaçabuçu no momento do cadastro e continuou vivendo na Vila até sua expulsão em 2015.

Uma situação que corrobora com as falhas apontadas ao longo deste trabalho quanto ao cadastramento dos moradores é a exclusão dos jovens da comunidade, causada pelo processo de coabitação não reconhecida, o que se configura como uma das principais perdas culturais quanto à tradicionalidade da comunidade. Chegamos a recolher a documentação destes “pescadores mais velhos”, cuja procedência põe em contradição a informação fornecida pela prefeitura de que eram invasores que chegaram à vila após o cadastramento de 2007, na intenção de barganhar casas.

Outra violação de garantia fundamental identificada se deu em relação à inviolabilidade da imagem, da honra e da vida privada, itens previstos na Constituição Federal, Art. 5º, X. Presenciamos momentos em que as pessoas foram submetidas à exposição de sua intimidade, privacidade e imagem na medida em que foram filmadas pelas emissoras de televisão locais sem sua autorização, ao contrário, as pessoas, constrangidas, pediam que não as filmassem. Mesmo assim, não tiveram sua vontade respeitada, violando indubitavelmente esses direitos. O pedido foi feito por pessoas em condição de flagelo, sob a tutela da prefeitura, que nada fez para impedir a atuação ilegal da imprensa no seu território, apesar dos apelos. O direito à informação da imprensa tem seu limite na medida em que esbarra na intimidade e na honra das pessoas, e a prefeitura teria obrigação de garantir àquelas

famílias a proteção de sua integridade, sua dignidade, seu direito à inviolabilidade de sua privacidade e de sua imagem, o que presenciamos não ter sido cumprido.¹⁶¹

Alguns móveis foram danificados, pessoas perderam objetos pessoais e instrumentos de trabalho, principalmente aqueles que estavam no mar ou no mercado vendendo pescado e não tinham sido informados da operação de despejo – chegaram à vila e foram surpreendidos com a comunidade ao chão, reduzida a escombros. Como a energia foi cortada, os moradores perderam grande quantidade de peixe e camarão que estava nos freezers. Enfim, prejuízos materiais se acumularam, caso a caso, pela falta de planejamento e comunicação da ação.

Salta aos olhos mais uma vez a violação à dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, da Constituição Federal), pois as pessoas foram submetidas a uma situação de despejo sem planejamento, sem assistência, sem os cuidados necessários para o preparo emocional e psicológico e organização de seus pertences e bens, sem o preparo essencial para o planejamento de suas vidas pessoais e profissionais que todo ser humano precisa em situação de mudança drástica, que só se admite em condições extremas de calamidade provocadas pela natureza, mas jamais em ação de responsabilidade do ente federativo (Prefeitura).¹⁶²

Por fim, vale considerar que não houve destinação para os móveis, equipamentos e documentos da Associação dos Moradores, o que já era esperado, visto que a prefeitura ignorou esta instituição que era a legítima representante dos moradores. Como já dito, o Poder público municipal teve suas relações com a comunidade intermediadas informalmente por um grupo de moradores desistentes que se intitulava “comissão”, à revelia da entidade representativa dos moradores. Todavia, na sede da Associação eram guardados os equipamentos do Ponto de Cultura Enseada das Canoas, material de propriedade do Governo Federal, fato igualmente ignorado, fazendo com que tivesse que ser providenciado às pressas um local provisório para os mesmos. Não se sabe ainda que destino esses equipamentos tomarão, visto que os minúsculos apartamentos mal cabem as famílias e seus núcleos, além de não serem o local adequado para guardá-los.

O desespero do despejo não findou com a derrubada das casas. As famílias que foram para os apartamentos encontraram os mesmos inadequados para moradia, visto que moradores já transferidos e avessos à resistência os depredaram, deixando-os sem portas,

¹⁶¹ Neste sentido, fomos procurados pelos moradores que se queixavam das gravações, e entramos em contato com o assessor de imprensa da Secretaria de Assistência Social, que prometeu providências. Contudo, nos dias que se seguiram presenciamos a continuidade da violação.

¹⁶² MOVIMENTO ABRACE A VILA. Relatório do processo de despejo da Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió- al. Maceió, julho de 2015.

janelas, pias, vasos sanitários, cheios de lixo e fezes. Já as famílias que foram para o abrigo, além da humilhação passada no mesmo, sofriam por não achar na cidade, em nenhum bairro, uma casa cujo aluguel correspondesse ao valor oferecido pelo programa de aluguel social da prefeitura, que era de R\$ 250,00. A casa mais barata custava R\$ 400,00, o que fez com que muitos tivessem que arcar com a diferença. Alguns encontraram a solução alternativa de dividir mesmo espaço, passando a conviver duas a três famílias em casas muito pequenas.

O drama estava longe de acabar. Já no primeiro mês, a prefeitura não cumpriu o prometido, levando as pessoas ao desespero, no que culminou com um protesto na frente dos escombros da vila, contando com cerca de cinquenta pessoas. Após o protesto, foi anunciado o pagamento. Além de pagar aluguel, despesa que não existia quando moravam na vila, os moradores despejados passaram a ter que arcar com despesas de transporte para chegar à vila para trabalhar. Alguns sequer conseguiam esse dinheiro, tendo que andar a pé cerca de 10 a 15 quilômetros, visto que praticamente todos que não foram para casa de parentes se concentraram no bairro da Ponta Grossa, local mais próximo da vila que encontraram, pelo fato deste possuir vilas com casebres ao preço citado acima. Os que conseguem o dinheiro do transporte passaram a gastar cerca de R\$ 150,00 mensais, enquanto que os transferidos para o apartamento, onde não há linha de Ônibus para a vila, são forçados a pegar transporte alternativo, entre moto-táxi ou táxi clandestino dos próprios moradores transferidos que mudaram de atividade, ficando a despesa em torno de R\$ 300,00 a 400,00 reais, dependendo da quantidade de viagens realizadas.

Além da passagem, como não possuem mais suas casas, não têm mais como almoçar, o que os força a comprar almoço pronto, sendo esse mais um problema enfrentado pela comunidade. Soma-se a isso que, como toda comunidade pobre, as pessoas buscam formas diversas de subsistência, e aquelas que vendiam lanches e refeições foram proibidas pela prefeitura. Com isso, a tutela do local não os afastou apenas da moradia, mas também de suas formas alternativas de trabalho e sobrevivência. Ou seja, a ação de despejo ampliou ainda mais os problemas dos pescadores e marisqueiras excluídos do cadastro da prefeitura (cerca de cento e dez famílias), porque se antes viviam sob a vulnerabilidade social, mas driblavam as dificuldades pelo fato de coincidir local de trabalho com moradia, a partir da ação da prefeitura passaram a vivenciar essa vulnerabilidade dispersos no tecido urbano, longe do local de trabalho, obrigados a arcar com novas despesas, como aluguel, transporte e a alimentação relativa aos intervalos do trabalho.

Os vínculos acima citados foram rompidos e a Vila de Pescadores de Jaraguá a partir do cumprimento da sentença de despejo expôs a comunidade

moradora da Vila de Pescadores à situação de risco e vulnerabilidade social. As famílias foram expostas à situação de desproteção jurídica e social antes, durante e após o processo de remoção e destruição de suas casas, contrariando as convenções dos direitos humanos internacionais, do qual o Brasil é signatário¹⁶³.

Um dado que consideramos salutar aqui é o sentimento alimentado pelos moradores despejados, tanto os que foram para os apartamentos, quanto os que foram dispersos pela cidade, de que a luta não acabou com o despejo. No dia seguinte à demolição, aos prantos, a marisqueira Maria Cícera, dizia: “derrubaram nossa casa, mas não derrubaram nosso orgulho. Se eles pensam que vão fazer daqui, desse lugar que ainda é nosso, o que eles querem, estão enganados. Nós vamos continuar lutando”. Essa mesma disposição foi notada em praticamente todos os despejados.

Para eles, a luta não acabou. Quando acabar o aluguel social, se a prefeitura não conceder uma moradia digna, eles prometem fazer protesto e lutar até conseguirem. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB prometeu entrar com petição na OEA (Organização dos Estados Americanos), solicitando ou a reintegração de posse, ou indenização por danos morais e materiais, além da solicitação do reerguimento o templo de Mãe Vitória. O Movimento Abrace a Vila protocolou um relatório na Defensoria Pública Estadual, que está analisando a possibilidade de uma ação coletiva por danos morais, assim como está programando um evento que será chamado de “Comissão da Verdade”, onde pretende apresentar à sociedade o depoimento de protagonistas desta história, além de estar articulando também exposição de fotografias e produção de documentários sobre a resistência da vila dos pescadores e seu despejo. A presidente da Associação dos Moradores, Enaura, teve sua luta e seu papel reconhecido por uma Faculdade de Direito da cidade, que lhe ofereceu uma bolsa integral, onde já está cursando o curso de Direito gratuitamente, a ainda continua acompanhando o sofrimento e os passos daqueles que foram relegados à condição de sem-teto.

Ou seja, a árdua luta territorial parece não ter findado com o despejo, porque os conflitos entre comunidade e prefeitura perduram, dia adia, com novos episódios e novas configurações. A sentença judicial pôs fim à disputa geográfica da área, dando posse à prefeitura. Mas a disputa territorial parece estar além das demarcações físicas da área, é uma disputa política e cultural pautada pelo uso do lugar. Neste sentido, nem a consolidação final

¹⁶³ MOVIMENTO ABRACE A VILA. Relatório do processo de despejo da Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió- al. Maceió, julho de 2015.

do tal Centro Pesqueiro parece apontar por uma solução pacífica, uma vez que os moradores tradicionais ignorados pelo cadastro da prefeitura, ainda que tenham passado como inexistentes na verdade jurídica produzida nesta história – sob o rótulo de “coletividade invasora” -, não deixaram de existir e continuam resistindo ao seu modo, na medida do possível, mesmo após o despejo.

Sendo assim, podemos projetar um futuro conflituoso para esta questão, quando pensamos no papel dessa população marginalizada, bem como todos os outros pescadores e marisqueiras transferidos para os apartamentos da praia do Sobral, na nova configuração espacial que será criada, a partir dos usos e contra usos que, a princípio, demonstram estar pautados por interesses enobrecedores do bairro e sua devida adequação aos equipamentos e estruturas urbanas voltados para o turismo, a mercantilização do lugar, e a comodidade dos turistas e das pessoas da classe média que usufruirão do espaço que sobra para além do Centro Pesqueiro – por sinal a maior parte da área. Resta saber como será a coexistência desses novos beneficiários com a comunidade tradicional, subdividida em seus respectivos subgrupos e, sobretudo, como será a possível postura repressiva da Guarda Municipal e segurança privada que porventura possam atuar na área, mediante possíveis inconvenientes que essa estranha convivência possa causar. Diante disto, pelo menos um quadro conflituoso já podemos antecipar: a luta simbólica pela memória da comunidade, pois a versão da prefeitura *versus* versão dos resistentes somados aos excluídos visivelmente não convergem.

1.13. Considerações sobre a resistência de Jaraguá: avanços e recuos na luta entre o poder público e os excluídos

Pretendemos agora fazer uma breve reconstituição da história da resistência da Vila de Pescadores para em seguida destacar os elementos que norteiam este trabalho. Em um primeiro momento, a comunidade se forma em torno de um espaço urbano sem valor de mercado, as relações com o poder público são de total distanciamento, marcada por remoções esporádicas de alguns prefeitos, como Fernando Collor, José Bandeira e Ronaldo Lessa. Na gestão da Kátia Born, a relação se estreita, na medida em que se assinala a possibilidade de urbanização da vila com a construção de 273 moradias, projeto que é precedido pela remoção de 350 famílias que se espremiavam no antigo armazém da Cibrazen. Ao final, a prefeitura justifica o “nada feito” com a ausência de rubrica para a construção de casas no contrato da verba, quando o óbvio seria, a título de planejamento, já indicar no projeto qual a origem alternativa de recursos para esta construção, visto que já estava claro no regulamento do

programa (PRODETUR) que a verba seria utilizada apenas na infraestrutura e equipamento. Fato que causa estranheza neste episódio é a quantidade pequena de moradias, que poderiam ser adquiridas por outros meios, como por exemplo o Programa Habitar-Brasil, do Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal, que por sinal já estava envolvido em parceria com o município como ator financiador de recursos para obras de saneamento no complexo Reginaldo/Salgadinho, dentro do próprio plano de desenvolvimento de Jaraguá.

O sonho vira pesadelo quando Cícero Almeida Assume a Prefeitura, anunciando o “fim da favela”, prometendo passar o trator por cima dos resistentes e instaurando uma ferrenha campanha de difamação da comunidade junto à mídia local. Com verbas do Governo Federal, ele constrói um condomínio de apartamentos na praia do Sobral, com a finalidade de construir no espaço da vila uma marina. Todavia, encerra sua gestão sem fazer a transferência, que será operacionalizada na gestão do Rui Palmeira. Impedida de remover os moradores resistentes à força, muito devido à atuação do procurador Rodrigo Tenório, do MPF, e da DPU, a Prefeitura entra com uma Ação Civil Pública solicitando a desocupação da área, referindo-se aos moradores como “coletividade invasora”. Ao longo desse processo, as relações Prefeitura/comunidade serão de grande hostilidade e tensão política.

Assim, no contexto social que problematizamos foi marcado o conflito político, jurídico e ideológico entre a prefeitura de Maceió e a comunidade da Vila dos Pescadores, conflito caracterizado pela vontade compulsiva da prefeitura em remover os pescadores, *versus* a vontade resistente de permanecer, desdobrada ao longo de mais de uma década em capítulos marcados por grande tumulto, provocações e enfrentamentos nas ruas, na mídia, no campo jurídico e político ideológico. Nosso objetivo consistiu em descrever este processo de higienização urbana como palco do conflito, a partir de uma análise fundamentada no debate sobre as políticas de *gentrificação*, para posteriormente procurar entender que fenômenos estariam por trás desta potencialização da população pobre, aparentemente desinformada e desarmada frente a um poder público munido de arsenal técnico e jurídico.

A linha do tempo desta luta retrata batalhas ganhas e perdidas por ambos os lados. Do lado da comunidade, percebemos que algumas vitórias pontuais já são suficientes para colocar a resistência da Vila de Jaraguá no rol dos grandes feitos históricos dos grupos populacionais marginalizados da cidade. A primeira delas é a não construção da marina de Maceió por sobre a histórica ocupação dos pescadores no local. Este empreendimento é um desejo antigo da elite maceioense, para a consolidação do comércio e lazer náuticos, promessa não cumprida de muitos governantes, diretriz do Plano Diretor da cidade, que esteve por um

triz de ser construída por sobre os escombros da comunidade de pescadores, cujo projeto sucumbiu diante da resistência. É a partir das irregularidades apontadas pelo MPF, e seus respectivos impedimentos legais, que o projeto e o discurso da marina desaparecem de cena, dando lugar ao projeto e discurso do Centro Pesqueiro.

Não estamos falando de uma coisa pequena, estamos apontando a queda de uma intervenção urbanística de grande porte, atrelada aos interesses econômicos do grande capital, sonhada pela elite da cidade, e condenada ao fracasso pela atuação política de uma comunidade de pescadores, pessoas pobres, de pouca escolaridade, vorazmente lançadas numa guerra desigual em defesa de sua dignidade, de sua identidade, de sua cidadania.

A outra batalha, não menos tensa, vencida pela comunidade, foi o fato de a Prefeitura não conseguir expulsar todos os moradores no ato da transferência para o condomínio da praia do Sobral. Contribuiu para este feito a atuação ética e estritamente presente do procurador da República Rodrigo Tenório, à frente do MPF, e da defensora Tarsila Lopes, da DPU, que no chamado dia “D”, o dia da transferência, deslocaram-se de seus escritórios para intermediar o conflito no próprio campo de batalha, além da realização de inúmeras reuniões com intenções pacificadoras nos dias que antecederam a transferência. Estivemos presente neste dia, quando observamos no bojo da tensão uma predisposição de remover todos os moradores. Fato é que em meio à tensão, os moradores resistentes não foram removidos à força, possibilidade que era cogitada, mas que acabou não acontecendo.

Na sequência desta linha do tempo, consideramos que foi um deslize a comunidade não ter entrado na justiça solicitando a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, após a indevida negativa da SPU. Não temos como avaliar o que mais pesou sobre esta falha, se um momento de acomodação gerado pela vitória parcial acima citada, se por falta de assessoramento jurídico, ou por descrença no judiciário, que são as principais hipóteses. É neste íterim que a Prefeitura se antecipa à comunidade e entra com a ação judicial solicitando a desocupação da área, iniciando uma nova fase da luta, sua judicialização (um campo desfavorável para uma comunidade pobre e estigmatizada). O que chama atenção aqui é que esta inteligente e estratégica antecipação proporciona uma inversão no campo de batalha, uma vez que a comunidade, mormente vilipendiada em seus direitos, atuará na defensiva, na condição de ré, numa realidade social na qual ela é a verdadeira vítima.

O processo judicial, por sua vez, também será marcado com vitórias e derrotas, embora a situação final tenha sido desfavorável. Nesse sentido, consideramos como vitórias

parciais as situações em que a comunidade consegue evitar a antecipação da tutela, ou seja, impedir que a prefeitura efetue o despejo antes mesmo que a ação seja julgada. Logo na entrada da ação, é solicitada a antecipação, que é negada pelo juiz. A prefeitura recorre, mas sua petição é negada pelos desembargadores. O processo tramita, a sentença é favorável à prefeitura, com antecipação da tutela, mas um agravo de instrumento aceito pelo Tribunal Regional evita a execução da sentença. Finalmente, a apelação transcorre em Recife, embora o resultado, conforme descrevemos anteriormente, tenha sido desfavorável à comunidade. A Prefeitura então entra com um pedido de execução provisória, uma vez que o recurso especial a ser enviado ao Supremo não tem efeito suspensivo. Sua petição é atendida pelo Juiz, mas um agravo de instrumento impetrado pela Defensoria Pública Regional em Recife é acatado pelo desembargador, evitando mais uma vez o despejo, gerando uma alternância de expectativas do processo que durou até ao último instante. Ou seja, vez por outra a comunidade se via condenada ao despejo, com prazo determinado para desocupação da área, e a defensoria conseguia empurrar o processo para as instâncias superiores, retomando a expectativa de vitória e reacendendo a resistência.

Assim, a política da gestão Rui Palmeira para a Vila de Pescadores se diferenciava da gestão do Cícero Almeida na medida em que a truculência deixava de se dar na brutalidade das ameaças de violência física, para dar lugar a uma política mais inteligente, pautada por inversões dos sentidos e atores sociais. São estas inversões que consolidarão os elementos de desqualificação social da comunidade, de modo a colocá-los como inimigos da cidade.¹⁶⁴ Começamos por analisara inversão de responsabilidades. O mito do tráfico de drogas¹⁶⁵, a imagem de um lugar de acúmulo de lixo, sem infraestrutura urbana onde as pessoas possam ter uma vida digna, uma reprodução de vidas humanas num ambiente degradado, este seria o espaço que o grupo da “resistência” supostamente queria perpetuar. Ao lutar para ficar na vila, este grupo estaria impedindo a Prefeitura de dar uma solução para o problema, e estaria “atrapalhando a vida da cidade e dos outros moradores transferidos”. Já dissemos que essa nunca fora a intenção do grupo, é fato público, porque estamos falando de fatos históricos,

¹⁶⁴ A prática de criminalizar a comunidade e colocá-la como inimiga da cidade já era exercida pelos comerciantes no auge da vida noturna trazida com a revitalização, como descrito por Andrade (2005), tendo a prefeitura, ao menos no discurso oficial, interferido favoravelmente à vila, com seu projeto de urbanização. Entretanto, com as mudanças de governo por nós descritas, e com o declínio das atividades de lazer do bairro, a prefeitura assume essa postura criminalizadora, principalmente associando a comunidade ao tráfico de drogas.

¹⁶⁵ Como demonstramos ao longo deste trabalho, havia um pequeno tráfico de droga na comunidade, embora os dados oficiais apresentados pela Polícia Militar nas audiências públicas do MPF/AL e Câmara de Vereadores apresentem números que não condizem com a exacerbação do fato, sendo irrisória tal associação, quando comparados esses dados aos das demais comunidades da cidade.

documentos, jornais, depoimentos, muitas provas e evidências mostram o quanto a comunidade apelou, implorou intervenções da prefeitura, e sempre e foi negada. Se o local estava degradado, o que fez a Prefeitura, ao longo dos anos, em relação às obrigações que lhe foram impostas pela sociedade e pela legislação vigente, para resolver ou pelo menos minimizar tal situação? Estamos falando de uma Instituição cuja guarda da área lhe foi atribuída com cláusulas claras e específicas em convênios junto à Petrobrás e a SPU, de resguardar pela limpeza, segurança, etc. Estamos falando de cláusula de contrato não cumpridas, além da obrigação legal que lhe é dada inclusive por algumas legislações ambientais.

Então se o ambiente se tornou acúmulo de lixo, foco de invasões, dentre todas as mazelas que já conhecemos, é porque a Prefeitura, ao longo dessas décadas, não cumpriu seu papel institucional. A começar pela redução territorial, de prefeito a prefeito, com suas remoções, a comunidade foi perdendo seu espaço e ficou espremida ali. Fotografias anteriores a essas intervenções mostram que não havia essa degradação. Foram a redução de território, o sufocamento da densidade populacional, as obras da prefeitura que criaram a degradação do espaço, ou seja, o espaço que se quer amaldiçoar foi moldado pela própria arquitetura urbana que o poder público desenhou.¹⁶⁶

Uma leitura desatenta dos processos político e judicial pode levar à impressão de que a comunidade queria perpetuar esta situação. Que sua permanência atrapalhava a reconstrução do espaço. A tese proposta é que se ela é culpada pela degradação e está atrapalhando quem quer ajudar, deve ser removida. A tese que justifica a remoção, como se pode ver, absolve a Instituição que gerou e perpetuou o problema por intervenções e omissões, e condena as vítimas. As mesmas pessoas que foram vilipendiadas, violentadas física e simbolicamente, isentas completamente de seus direitos básicos, teriam que ser retiradas do lugar que nasceram por serem culpadas pela sua própria desgraça, segundo a lógica da Prefeitura que vingou nos processos político e jurídico.

As inversões apontadas acima construíram um imaginário que proporcionou a troca de papéis, as maquinações capitalísticas, como diria Felix Guattari, que transformaram o agente opressor em herói e as vítimas em réus. Quando a luta significava um conflito entre Prefeitura e comunidade, no momento em que a união da comunidade garantia a identidade pela coesão do grupo, a configuração do conflito era favorável à permanência, uma vez que as

¹⁶⁶ Nesse sentido, é válido retomar a questão do estacionamento de Jaraguá, espaço que era ocupado pelos pescadores e que foram removidos para sua construção, chegando a ser considerado como o “elefante branco” da revitalização, pelos donos de bares e restaurantes (ANDRADE, 2005, p. 140).

articulações costuradas pela Associação de Moradores deram frutos, sobretudo pelas atuações mais que presentes da DPU e do MPF. Como exemplo, está o fato de o prefeito Cícero Almeida, em oito anos de mandato, não ter conseguido nem remover a comunidade, nem construir a marina, o projeto dos olhos da Prefeitura e da elite alagoana. No momento em que a comunidade se divide, devido a divergências internas do surgimento de uma geração de lideranças mais conscientes politicamente, mais instruídas, e muito pautadas pela ética e pela negação de quaisquer práticas clientelistas, a aliança PP/PT fragiliza o apoio político da comunidade e acontece a cooptação e instrumentalização de lideranças que atuarão como aliados da Prefeitura no interior da comunidade, à revelia da Associação de Moradores.

Naquele momento, o conflito tomou outro rumo: a luta adquiriu novo *front*, e a resistência passou a ter como oponente não apenas o agente opressor, mas seus hospedeiros (os semelhantes dissidentes). No âmbito da justiça, mediante o transcurso que o processo tomou e as informações inverídicas contidas nos autos, a impressão é que não existe ou nunca existiu conflito, que se está diante de uma relação harmoniosa, negociada, cuja minoria radical causa problemas. É quando a luta toma este sentido, o sentido da obnubilação da tensão e do conflito, de uma falsa harmonia entre os atores sociais, que o desfecho negativo começa a se sobrepor contra a vila. Como combater um inimigo oculto, como fazer uso das conquistas democráticas, se essas conquistas estão maculadas, se o que aparece nos discursos políticos, jurídicos e midiáticos não são as agressões, a arbitrariedade, mas, pelo contrário, o que aparece é a unilateralidade do discurso oficial.

Na medida em que a prefeitura tivesse construído as casas, iria construir um espaço de interesse paisagístico e mercadológico, espaço destinado ao consumo do lugar, à valorização imobiliária do entorno, mas iria ter que manter moradias de um grupo que, a julgar pelo estigma e pela imagem, e, a julgar pela forma com que as autoridades e técnicos lidam com as pessoas no cotidiano, pela hostilidade, acham que é incompatível com o interesse paisagístico. No entanto, o grupo da resistência conseguiu demonstrar, sobretudo, com o apoio de urbanistas do Movimento Abrace a Vila, que é exatamente o contrário. A Vila dos Pescadores, como demonstrado anteriormente, representa interesse paisagístico para a cidade, porque não há interesse paisagístico maior que a presença e a moradia de pessoas que representam o diferente, o nativo, uma vila de pescadores, construída por décadas num espaço que já fora utilizado pelos índios, da enseada como pesca, o que resgataria seu aspecto

histórico. Aí reside sua importância turística, porque o turista não quer ver a paisagem que já vê em qualquer lugar do mundo, ele quer ver as pessoas, o exótico.¹⁶⁷

Se a prefeitura considera o condomínio da praia do Sobral como a verdadeira vila dos pescadores, então porque não levar o turista para lá? Se esta comunidade está agora numa moradia digna, o argumento turístico da prefeitura se consolidaria no condomínio. Mas ao que parece, o projeto não é construir a relação do turista como o pescador em seu habitat, mas num ambiente de classe média, nunca no seu espaço de moradia, porque esse espaço é um espaço de pobreza¹⁶⁸. É isso que se quer retirar, o aspecto de pobreza que caracteriza a moradia do pescador, que é incompatível com o desenho de cidade que se pretende mostrar, já que é interessante, para ser visto pelo turista e pela classe média transeunte do local, apenas o ambiente de trabalho. Transformação do espaço que lote o estacionamento (o elefante branco da revitalização), que consuma na lanchonete, no restaurante ou na sorveteria, consumir o espetáculo de assistir o trabalho do pescador, que vai virar atração turística. Então, não cabem as casas no local por esse motivo, pela necessidade de espetacularizar o trabalho e esconder a moradia.

Mesmo assim, consideramos que, apesar do despejo, no conflito houve perdas e ganhos. O pescador perdeu a moradia, mas conquistou a permanência dos equipamentos coletivos da pesca. Permanecem com o espaço enquanto ambiente pesqueiro, porque a prefeitura não conseguiu engendrar o projeto da marina. Outra vitória dos pescadores é no sentido de conquistar o reconhecimento da identidade. Ao mesmo tempo em que o foco da luta era a moradia e a permanência no local, havia outras metas. A principal era o reconhecimento da identidade. O que diferencia esse grupo dos outros grupos removidos dos tecidos privilegiados da cidade, é que esse se apegou como instrumento de luta, barganha política e, inclusive, como argumento jurídico, ao princípio da identidade coletiva. Trata-se de um grupo de pessoas que não tem como ser reconhecido individualmente, na sua individualidade, na sua história pessoal, mas na forma como ocupou aquele espaço e o transformou em um lugar, ora conhecido como vila dos pescadores, ora conhecido como favela, de acordo com o lugar ideológico de quem o percebe.

Eles ocuparam aquele espaço e ao longo do tempo construíram tipos de relações, e essas relações, junto com o cotidiano do trabalho, com o fazer, acabou construindo um jeito

¹⁶⁷ Principalmente quando se trata de um projeto de revitalização que já traz em seu bojo a marca do esvaziamento populacional do bairro, como descrito por Andrade (2005), uma vez que as pessoas de baixa renda começaram a abandonar Jaraguá por conta do alto custo na época do auge da revitalização.

¹⁶⁸ Esta noção impera no imaginário de alguns técnicos, como pudemos ouvir de uma urbanista durante coleta de dados de nossa pesquisa de mestrado em Sociologia.

de ser, um jeito de fazer e, acima de tudo, jeitos de ser e fazer que reproduzem um conhecimento que não é encontrado na academia, nos trabalhos acadêmicos. Nenhum nível do conhecimento da educação formal é capaz de nos informar e ensinar e contribuir com a permanência desse saber da pesca, em toda sua cadeia, esse conhecimento está preservado na vida do grupo. E quando se reconhecem como fortes, como coletividade, usando essa coletividade e identidade, enquanto o poder público tenta estigmatizar, destruir e associá-los ao ser marginal, ao ser perigoso, eles resistem e dizem não. Quando se luta pela permanência e pela moradia naquele lugar, estão querendo dizer o que se percebe nas palavras da líder comunitária Izabel:

Não somos marginais e não somos perigosos, somos pescadores e marisqueiras, somos trabalhadores que fazemos a história desta cidade, somos patrimônio imaterial desta cidade, somos a história viva de Maceió e exigimos que o poder público nos reconheça como tal. Queremos a urbanização, mas a urbanização tem que dizer que somos o que somos, uma comunidade tradicional, e não um parque criado pela prefeitura para animar a vida dos turistas. O turista tem que gostar de nos como somos, desde que nosso habitat seja digno.¹⁶⁹

Como já mostrado, esse é fato negado pela prefeitura, em uma tentativa de não reconhecer essa característica sociocultural e trabalhar em cima do estigma do favelado, perigoso, sujo, bandido, marginal degradante, elencando um conjunto de adjetivos negativos e de signos que possam associar a comunidade a tudo que tiver de negativo pra que esta identidade “degradante” possa desqualificar a comunidade socialmente e culturalmente. Essa desqualificação consiste em mostrá-los como “ameaça a sociedade”, sujeira que ameaça o ambiente, paisagem que enfeia a cidade, todos esses atributos pejorativos fizeram e fazem parte de uma campanha midiática de violência simbólica que os coloca sob um signo degradante, o qual anula a existência positiva e de modo que a cidade não pode enxergar que ali existe, para além dessa visibilidade urbana decadente, uma Vila de Pescadores de extrema importância histórica e cultural. Cultural no sentido do acúmulo e preservação de um saber, do saber simples que só se adquire no cotidiano das relações sociais estabelecidas na ambivalência entre trabalho e moradia, de efeito totalmente geracional, só se adquire na experiência vivida do dia a dia da convivência, do estar presente, do ocupar o território, totalmente ligado à presença das pessoas no lugar, do ponto de vista diuturno e do ponto de vista da correlação trabalho/moradia (o trabalho acontece na moradia, a moradia é o trabalho).

¹⁶⁹ Entrevista concedida em 27 de junho de 2014. Izabel já havia sido transferida para os apartamentos, mas sua mãe e irmãs permaneciam na resistência. Antes da gestão da Enaura figurava como uma das principais lideranças da comunidade. No início chegou a participar da reconstrução da Associação de Moradores, mas por desentendimentos com Enaura, acabou se afastando e aceitando a remoção.

Essa intersecção é uma peça chave, é fundamental na reprodução do saber e coesão do grupo que se identifica como coletividade.

Então, a luta não é apenas pelo espaço, mas pela identidade. Neste sentido, chega-se ao ponto em que o reconhecimento da identidade chega a ser mais importante que a moradia, no sentido de se transformar em uma questão de honra, principalmente pela revolta, repugnância e indignação que as pessoas sentem ao serem xingadas, vilipendiadas, esculachadas em sua moral e na sua imagem pelo poder público, pelo terrorismo midiático em que a prefeitura usa todo seu aparato, suas verbas, seus técnicos, sua relação com a imprensa para construir o imaginário degradante. A comunidade tenta então defender sua imagem, tentando provar que ali, apesar de existirem mazelas que um assentamento precário pode produzir, apesar de tudo, orgulham-se do que são, e são diferenciados. Reconhecem-se como uma comunidade invadida por essas mazelas, não produtora dessas mazelas.

Quando a prefeitura não reconhece essa importância histórica, e quando eles descobrem, na sua relação com as instituições de pesquisa de ensino, extensão e artigos acadêmicos, como são importantes culturalmente, acabam se transformando na convivência de aprendizagem, compartilhamento de vivência. A principal descoberta é que eles estavam ocupando um espaço considerado como uma das origens do povoamento da cidade. A principal aprendizagem é esta. Reconhecem-se como peça importante da cidade, amostragem viva de uma história que já não tem tantos registros. Descobrem que estão localizados em um bairro histórico, que foram incluídos como parte desta história. Esse conhecimento passa a compor o arsenal de argumentos que a comunidade vai usar como barganha, como arma de luta, como vemos na fala emocionada desta liderança comunitária, no dia do despejo:

Vocês têm o poder da verba, o poder da legalidade sobre o espaço, o poder de manipulação sobre as instituições e seus pareceres, mas nós temos o poder de fazer a história, nós é quem damos sentido a esse espaço, e não vamos ser aniquilados sem lutar, não vamos ser expulsos passivamente, porque temos organização, temos lideranças combativas, temos poder político de se organizar, estudar e entender as leis tanto quanto vocês, porque também fazemos e gerenciamos projetos em parceria com o Governo Federal e Estadual, com a universidade, não somos os ignorantes que vocês julgam que somos. Não somos apenas um universo de ignorantes que só sabe despincar camarão, tratar peixe, consertar barco, nós também sabemos das leis, da história, sabemos muito e esse saber nos mantém vivos na luta pela permanência, e esse saber nos faz resistir mesmo sabendo que resistimos numa relação de poder desigual e desproporcional, mas acreditamos nos nossos sonhos e em nós mesmos. Não acreditamos no seu discurso. O seu discurso é para a mídia e para convencer a população. Não é para nós. Nós sabemos que vocês mentem. Não nos reconhecemos no seu discurso. Não

são vocês que dizem quem somos. Nós é quem dizemos quem somos. Somos o que somos e queremos ser reconhecidos no que queremos ser.¹⁷⁰

Esta é uma batalha cultural episcológica, batalha de símbolos e valores em torno de uma identidade e que tem a mesma força junto com a luta pela moradia. A moradia é um estar presente enquanto campo de batalha em defesa do território. No entanto, este espaço enquanto território vai ter batalhas ganhas de ambas as partes. A prefeitura ganha na retirada das moradias, mas perde a guerra total pelo território, na medida em que não pode mais construir sua marina para a satisfação e gozo da elite maceioense, sendo forçada a adaptar o espaço a um centro pesqueiro, na medida em que perde na quebra de braço dos argumentos técnicos e científicos, sendo forçada a recorrer aos fatos que, apesar de inverídicos, passaram pelo crivo da mídia e da justiça como critério de verdade. Do ponto de vista da história, é uma derrota moral para a prefeitura, na medida em que foi forçada a violar a própria Lei Orgânica do Município ao não realizar uma consulta transparente, ampla e democrática sobre a intervenção urbana pretendida. Essa opção equivocada e antidemocrática anuncia campos opostos de interesse, pondo em contradição o discurso de que o processo foi dialogado com os moradores.

Essas perdas iniciais geraram uma tensão que, ao longo do conflito, alimentou certo distanciamento por parte da prefeitura com os moradores resistentes, tanto que todo o processo vai acontecer à margem de todas as entidades democraticamente representativas da comunidade, e cujo processo será coordenado pelo poder paralelo de uma comissão de moradores que se rebelam contra a resistência e são instrumentalizados para conduzir a remoção a despeito da Associação de Moradores e da Colônia de Pescadores.

Duas grandes conquistas: a permanência dos equipamentos coletivos, apesar da turistificação pretendida para consumo da classe média, com finalidade mercadológica, atração de turistas que gerem receita. A vitória maior é o fato de grande parcela da sociedade reconhecer sua identidade maculada. Reconhecimento que a nível jurídico vai ser conseguido no desenrolar do processo, quando se pede defensor para os supostos invasores, uma vez que o réu era a fantasiosa “coletividade invasora”, de quem o poder público exige, além da remoção, o pagamento de multa e a punição por esbulho. Seriam, pois, na lógica da prefeitura, pilhadores, numa realidade urbana em que quem pilhou de fato foi o poder público, conforme demonstramos ao longo deste trabalho. Essa é a principal inversão. A cisão entre tradicionais e “coletividade invasora” consolida o reconhecimento da identidade jurídica e politicamente.

¹⁷⁰ Entrevista com seu Izidoro, concedida em 13 de março de 2014.

A história da vila de pescadores é, ao mesmo tempo, a história de como a cidadania, apesar de ter evoluído em diversos aspectos ao longo do período de redemocratização do País, ainda se configura, na vida dos pobres, como uma utopia, principalmente quando se trata de contextos em que populações vulneráveis entram em conflito com as elites na disputa pelo espaço urbano. O gozo efetivo desta cidadania foi maculado pelas armadilhas políticas, jurídicas e institucionais as quais descrevemos. Nesse sentido, consideramos problemática a efetivação de uma vivência cidadã, quando o Estado representa, por meio dos atores sociais envolvidos, os interesses dos grupos empresariais que se beneficiam de sua política urbana, em detrimento de um uso compartilhado do espaço por meio de uma política dialogada com a sociedade. Assim, a atuação do Estado no contexto urbano, quando este mantém suas características históricas opressoras, compromete a consolidação da vivência efetiva do direito à cidade.

É bem verdade que quando falamos do Estado, nos referimos especificamente à prefeitura de Maceió. Essa observação se torna importante quando percebemos a presença do Estado não apenas na condição de opressor, mas nas ações benevolentes de algumas instituições que participaram como agentes coletivos na defesa do movimento de resistência. Desta forma, reconhecemos o campo da resistência como polo de atuação de instituições que, assim como a prefeitura, também se configuram com Estado, quais sejam a Universidade Federal de Alagoas, presente do início ao fim desta luta por meio de diferentes atores; a DPU, em diferentes momentos, uma vez que com o afastamento da defensora Tarsila Lopes a atuação foi menos efetiva, salvo quando do momento da apelação, em que a causa passou para os defensores regionais em Recife, estes se envolvendo com extremo afinco; o Ministério Público Federal, no período de tempo em que esteve à frente o procurador Rodrigo Tenório, uma vez que no período posterior à sua saída, o processo tomou outros rumos; além de reconhecer que os eventos que engendraram processos educativos na comunidade foram decorrentes de ações do Estado, como os projetos de alfabetização (Ministério da Educação) e o Ponto de Cultura (Ministério da Cultura), além das intervenções políticas do Ministro da Pesca.

Percebe-se, deste modo, que estes exemplos revelam o aspecto multifacetário do Estado, o que empolga alguns críticos da Ciência Política, principalmente os que admiram a tríplice identidade que construiu, a partir da era PT, entre Estado, partido e Movimento Social. Todavia, duas considerações precisam ser feitas: primeiro, as intersecções que têm permeado as relações Estado-Sociedade não produziram efeitos estruturais nas transformações

almejadas, uma vez que em meio a suas múltiplas faces, a dimensão opressora do Estado parece ter mantido os mecanismos de decisão, o que pode ser visto pelas tendências dos poderes executivos e judiciários.¹⁷¹ A derrota do movimento de Resistência da vila de Jaraguá revela o quanto as múltiplas faces do Estado não têm produzido na prática transformações profundas. Ou seja, as concepções progressistas presentes no jogo do poder não consolidaram concretamente posições hegemônicas na correlação de forças da trama da política urbana, ao menos na cidade de Maceió, onde prevalece o critério mercadológico e o privilégio das classes dominantes, na mesma dinâmica da herança oligárquica da política local. A segunda consideração, que corrobora com a primeira, é que no que se refere às intervenções urbanas propostas em todos os contextos de revitalização de sítios históricos, prevalece a marca da exclusão social sofrida pelas comunidades pobres nativas desses espaços, e do privilégio de grupos financeiros ligados ao setor imobiliário e turístico.

Nesse sentido, o caso da Vila dos pescadores de Jaraguá pode ser entendida no bojo de todos os outros exemplos de *gentrification* ocorridos no Brasil e no mundo, cuja marca da exclusão é a atuação tendenciosa em benefício do mercado, o que consolida a figura do Estado no seu papel opressor, apesar de suas múltiplas faces. Desse modo, ainda que possamos reconhecer o papel benevolente de algumas instituições estatais, trabalhamos com a tese do Estado como agente da opressão, e esta é a marca final que fica no processo político da vila de Jaraguá: o Estado como o agente que arquitetou e executou a expulsão de seus moradores.

¹⁷¹ No caso específico da Vila de Jaraguá o legislativo interferiu apenas na correlação de forças em diferentes momentos.

PARTE II - De como a resistência contra a política de *Gentrification* de Jaraguá teve suas bases na Educação Popular e em processos de formação da Consciência Política

Capítulo2. *Gentrification* e tradição em conflito: incongruências de sentidos sobre o uso do espaço urbano.

Iniciaremos nossas reflexões com a concepção de cidade baseada na perspectiva de Henri Lefebvre, debatidas por Ana Fani Alessandri Carlos (2007). Nessa concepção, assentada sob uma perspectiva marxista, a cidade é concebida como construção humana histórico-social, como trabalho materializado acumulado em gerações, cuja finalidade seria a realização da vida humana, resultando como desdobramento de uma prática socioespacial. Assim, a cidade seria um processo em curso com base na reprodução das relações sociais. Ela não seria o palco, o *locus*, mas o próprio cerne da produção e reprodução do capital, sobretudo, nos tempos atuais, em que o próprio espaço se torna mercadoria. Nesse entendimento, haveria uma indissociabilidade entre espaço e sociedade, “na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto” (CARLOS, 2007), ou seja, ao produzir a vida, a sociedade produz também seu espaço, sendo essa prática socioespacial revelada no acúmulo de experiência que gerou o atual desenho das cidades e produziu os lugares, seus desdobramentos atuais e suas transformações.

A cidade vista como sentido da vida humana, em todas as suas dimensões, não pode ser reduzida à localização dos fenômenos urbanos, como fábricas, lojas, condomínios, etc. Olhar a cidade é olhar o vivido, ver uma condição social produzida historicamente, no calor da existência, e da qual o homem se apropria. É nesta apropriação do vivido que o cidadão atribui valor e importância ao seu espaço (casa, comunidade, bairro) sempre o tomando como lugar que o diferencia e estabelece suas relações com o restante da cidade, atribuindo-lhe qualidades específicas.

O quadro atual, entretanto, revela uma discrepância entre essa apropriação criativa da cidade, produzida por seus habitantes, e a dominação realizada pelos governantes, esta última pautada pelas estratégias de poder, pelas intervenções políticas que produzem o espaço da coação, direcionando a prática espacial para a ordem social que normatiza toda sociedade. Isto porque a atual generalização do processo urbano (o urbano como realidade mundial) gera inevitavelmente uma grande contradição: por um lado as **persistências** (reafirmação do vivido como referencial para a dinâmica urbana), por outro o **novo** (processo de modernização voltado para a transformação do espaço). É na redefinição da cidade, na constituição de

novas centralidades, que o capitalismo impõe suas formas, e concomitantemente é neste ínterim que a reação acontece e o processo urbano se revela enquanto conflito.

O momento atual revela continuidades e descontinuidades que se combinam como conseqüências das transformações na relação espaço/tempo urbanos traduzidos nos “lugares da metrópole” traduzido sob a forma de rupturas de ritmo, de realização desigual do poder, das relações entre classes diferenciadas, que se traduzem em movimentos de construção e transformação, lidas na morfologia urbana e passíveis de ser apreendidas na vida cotidiana (onde aparecem sob a forma de conflito). (CARLOS, 2007, p 11).

Deste modo, o conflito entre a Vila dos Pescadores de Jaraguá e a Prefeitura de Maceió, longe de se tratar de uma repugnância pessoal dos moradores a uma suposta benevolência do poder público, se revela como desdobramento do contexto geral em que vive a cidade contemporânea. O que se opõe na verdade são diferentes formas de pensar e sentir o espaço, diferenças estas norteadas por percepções ideológicas dos dois agentes sociais em conflito nessa questão. São contradições mundiais, vividas por todo o planeta, em que as transformações propostas pelos poderes públicos privilegiam as classes dominantes, ao passo que aos cidadãos não sobra nada além de resistir, tendo como consequência a deterioração de seu território. Trata-se de um evento contraditório, visto que no caso em tela consiste na reestruturação física do lugar, todavia por meio da deterioração dos sentidos existenciais, na medida em que os sentidos produzidos pelos sujeitos ocupantes não adquirem força de negociação na intervenção proposta de cima para baixo.

A ausência de intervenção urbana na comunidade deixa de ser um caso de omissão, passa ser abandono intencional como estratégia de degradação do lugar, de reafirmação do argumento oficial.

A análise urbana também nos coloca diante de uma situação de crise da cidade, que se faz notar pelo aprofundamento de velhas contradições, bem como a produção de outras novas em um movimento triádico, que surge enquanto persistências/transformação/deterioração dos lugares da vida (CARLOS, 2007, p. 12).

Enquanto a prefeitura tentava persuadir a população de seu projeto, supostamente centrado na urbanização da vila, o que assistimos foi o que Carlos chamaria de “centralidade móvel”, que consiste na transformação das funções dos lugares da cidade acoplada ao deslocamento do comércio, dos serviços e do lazer. O agravante maior é que, no caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá, esse deslocamento de função, dada sua forma autoritária, comércio, serviço e lazer seriam atividades que fugiriam do controle e da vontade da população local, para satisfazer a um novo público (turistas e classe média consumista). A

suposta “modernização” da Vila traz como pano de fundo a modernização dos serviços e a comercialização do lugar, por isso a população local não está inclusa neste redesenho – ao menos como morador, restando uma sobra de espaço para atividades laborais, porque não foi possível removê-los por completo, como era a vontade da prefeitura, dados os impedimentos legais já apresentados anteriormente. Daí o pouco ou nenhum olhar para o fato de que este processo urbanístico implode a sociabilidade atual do lugar, desloca seus habitantes, os impede de usar seu próprio espaço, em nome da valorização do bairro.

Ainda por esse prisma, a autora apresenta o conceito de “simplificação de necessidades” contida no planejamento urbano, cuja moradia, trabalho e lazer aparecem separados, em que o ato de morar se reduz à sua função residencial, dado o nível funcional destes projetos. É nesse ponto que o conflito com a Vila dos Pescadores emperra, uma vez que, tradicionalmente, os pescadores conciliam moradia e trabalho (e também lazer), como pode ser visto no cotidiano da comunidade. A intervenção proposta não apenas separa a secular conciliação moradia/trabalho, mas também afasta os moradores de seu espaço de lazer, sobretudo porque esta finalidade não está prevista como consumo após a intervenção. Isso, pois os equipamentos urbanos voltados para o lazer atendem a padrões de consumo acima da capacidade dos moradores/pescadores.

Essa simplificação também consiste em entender a cidade e seus habitantes como meros consumidores, como usuários, mediante um planejamento que redefine a cidadania a uma condição formal (no sentido de consumidor), e não real (no sentido de produtor). A intransigência da urbanização da Vila como para fins de moradia também atende a uma demanda sociopolítica da transformação social da cidade em mercadoria, na medida em que se prioriza a consecução do comércio. Analogamente, na metrópole paulistana se percebe uma expansão do eixo empresarial sobre áreas outrora habitacionais, uma alteração do “improdutivo” para o “produtivo” (CARLOS, 2007, p.17), que como cidade mundial nos serve de parâmetro para o que tentamos demonstrar, a partir do entendimento do caso da revitalização de Jaraguá como fenômeno urbano global.

Considerando as pressões de setores comerciais pela remoção da Vila, e conversas informais que revelam o interesse de algumas empresas do ramo de tecnologia de se instalarem no bairro de Jaraguá, além do também conhecido interesse do mercado imobiliário na valoração da área, se consolida a tese de que a impossibilidade de moradia está fortemente relacionada ao projeto de transformar o bairro de Jaraguá em ambiente eminentemente comercial, sem a presença da população pobre que, segundo o a prefeitura, enfeia o lugar (isto

porque a área não tem vocação para a especulação imobiliária voltada para as elites, pois se compararmos com as intenções de intervenções no bairro litorâneo de Garça Torta, os graves problemas ambientais serão muito maiores do que aqueles argumentados contra a Vila dos Pescadores). Esse viés atropela a própria história do bairro, pois segundo os historiadores Oswaldo Accioly e Golbery Lessa (CAIITE, 2014), o bairro de Jaraguá foi tradicionalmente habitado pelos trabalhadores (dentre os quais pescadores) que engendraram seu desenvolvimento no apogeu comercial.

Para além de sua vocação como centro das atividades produtivas, o bairro se caracterizou também por sua vocação como moradia da classe trabalhadora que sustentava esta atividade. Entretanto, agora essa classe trabalhadora, vivendo em condições cada vez mais precárias, incomoda a classe média que se avizinha nos empreendimentos imobiliários que se erguem e estão para se erguer na região. A partir da saída dos grandes empresários, ficando o lugar a mercê dos remanescentes operários, desaparecem também os investimentos públicos, deixando o espaço ao abandono, o que configura o retorno dos investimentos, a partir das verbas da revitalização para o fomento do comércio cultural de lazer, como prova incontestada do interesse capitalístico, em detrimento do desenvolvimento endógeno voltado para o benefício de seus usuários tradicionais.

Trata-se aqui da integração do espaço no tecido urbanizado, versus desintegração pelo empobrecimento das relações sociais e da vida cotidiana interpelada, fenômeno comum a todas as intervenções na cidade contemporânea. Este conflito reflete, para além das atitudes individuais dos moradores, uma prática social cujo valor de troca prevalece sobre o valor de uso. Quando o Estado domina a cidade por seus interditos e leis, se impondo pela norma, ele viola aquilo que o espaço urbano representa na vida cotidiana das pessoas, uma vez que:

[...] é pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através do uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apóiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória (CARLOS, 2007, p. 30).

Assim, o que aos olhos do senso comum aparenta ser um processo de intervenção desenvolvimentista, na verdade repercute formas sociais da produção e reprodução do capital que não apenas se desvelam no espaço, mas têm o espaço como seu próprio cerne, revelando as mesmas contradições que reduzem os indivíduos a meros usuários de serviço, sobrepondo o conceito de *habitat* (redução da vida ao espaço privado) ao conceito de *habitar* (interligação de planos espaciais que tornam capazes a realização da vida pelo ato criativo). *Habitar*, longe de se reduzir às dimensões técnicas do *habitat*, envolve a dimensão do uso, a relação

socioafetiva do morador com um lugar específico, é o lugar do gesto, do corpo, o espaço da memória, aquele que cria identidades pelo reconhecimento, pelo nível de pertencimento, e, nesse sentido, os apartamentos da praia do Sobral sequer podem ser chamado de habitação¹⁷², uma vez que não se revelam por nenhum destes sentidos. Assim, a resposta para as indagações da prefeitura e de parte da população que bombardeou a mídia eletrônica local parece óbvia, ao se ler as palavras de Ana Fani:

[...] o ato do habitar produz a “pequena história”, aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida cotidiana. Mas na lógica capitalista esse sentido se revela em sua dimensão “improdutiva” e é nesse sentido que ao *uso produtivo* - a cidade produzida dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção/reprodução do capital - se impõe o *uso improdutivo* do espaço, centrado na vida cotidiana (CARLOS, 2007, p. 95).

Este universo da percepção, carregado de significados afetivos, em nenhum momento foi levado em consideração nos entraves entre prefeitura e comunidade, o que de certo modo revela que as barganhas em jogo obedeceram a critérios mais políticos que técnicos. Sendo considerados improdutivos, os motivos da comunidade são incompreendidos e desconsiderados. As interpelações científicas tendenciosas, ou talvez a má-fé, ou talvez certa intolerância, transforma as dimensões do habitar em devaneios subjetivos, quando na verdade se tratam de dados objetivos da percepção e da produção de sentidos dos moradores em sua capacidade de interpretação do mundo, e da cidade.

A estratégia de remoção se transformou, no discurso da prefeitura e de seus aliados, em negação do sentido do *habitar*, reduzindo-o a uma simples troca de um barraco de madeira por um apartamento de alvenaria, de um espaço denso e degradado por um condomínio urbanizado. Ignorou-se completamente não apenas as funções do lugar, como sua importância na produção da vida (das pessoas e do espaço como comunidade tradicional). Por se tratar de um processo de transformação autofágico (a cidade que destrói a si mesma pela aniquilação dos espaços da vida, substituídos pelos espaços do lucro), as novas formas se impõem pela destruição das antigas, redefinindo o ato de habitar.

Do ponto de vista do indivíduo, este processo, não raro, é destituído de sentido, pois os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mercadorias passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do “progresso” imposto pelas necessidades do crescimento econômico que tem no espaço urbano, condição essencial de realização) (CARLOS, 2007, p. 95).

¹⁷² Do ponto de vista dos moradores resistentes.

O ato de se reconhecer como parte de um lugar, e não de outro é reduzido à função utilitária (tendo o sentido de utilitário a equivocada impressão de livrar a cidade da favela, quando na verdade se está privando a cidade de uma importante comunidade detentora de sua memória), e assim os sentidos do *habitar* são substituídos pelo mero sentido do morar. Questiona-se se seria melhor para os moradores “morarem” num apartamento ou num barraco, mas não se questiona se seria melhor “habitar” no seu território ou num território alheio, levados contra sua própria vontade.

Na cidade vista como mercadoria, o

[...] valor de uso tende a submeter-se ao de troca e como consequência esse processo traz a implosão das antigas relações de vizinhança, a perda da identidade em função da destruição dos referenciais urbanos vindos do passado, a transformação dos antigos valores que se confrontam na cidade (CARLOS 2007, p.30).

A resistência dos moradores da vila representa exatamente a presença forte e irredutível do valor de uso, da visão da cidade como lugar do possível, reunindo todos os níveis da realidade e da consciência, seus grupos e suas estratégias, suas apropriações e seus desejos. É um dizer não ao Estado opressor que governa pelo princípio de que o pobre não tem querer.

Exemplo dessa perda de identidade é a própria forma como passam a ser identificados: “o povo dos apartamentos”. Apesar de a prefeitura tentar confundir essa identidade, atribuindo ao seu condomínio o título de “Vila dos Pescadores”, versus a “favela dos invasores”, a tradição fez daquele espaço uma reconhecida comunidade tradicional, que a prefeitura tenta desqualificar, atribuindo ao seu condomínio a verdadeira nomenclatura da vila. Mas no dia a dia da comunidade, ao se tratar as pessoas removidas como “o povo dos apartamentos”, percebe-se que essa identidade permanece confusa e conflituosa.

Nesse sentido, a questão da produção da identidade na metrópole moderna passa pela construção de uma identidade abstrata movida pela constituição de valores novos - uma identidade que se refere, cada vez mais, ao mundial – dentro dos parâmetros de constituição da sociedade urbana – em detrimento dos parâmetros locais fundados em uma cultura específica e diferenciada. Esses espaços atestam o movimento de passagem do “espaço de consumo para o consumo do espaço”, redefinindo a segregação espacial a partir do uso que atrai o consumidor diferenciado e constituindo uma “centralidade móvel”, associada à monofunção de lazer (CARLOS, op. cit.).

Outro aspecto importante que precisa ser analisado é o temporal. Um dado pouco relevante para a prefeitura é de que a resistência dos moradores revela o apego à continuidade das formas, que resguardam no seu limiar um processo historicamente construído. O que Carlos chama de “tempo efêmero” é um fenômeno contemporâneo que destrói não apenas

relações sociais, mas as marcas físicas e simbólicas dos lugares, numa velocidade sem precedentes, em que as transformações abruptas transformam os lugares em espaços amnésicos. As formas atuais vislumbram a acumulação de tempos, as histórias de longa e média duração, mas a imposição da “curta duração” reflete o modo instantâneo como a cidade se transforma, não obstante sem respeitar a importância da memória no uso do espaço. A imposição do tempo efêmero aponta instabilidades do tempo presente gerando a percepção do estranhamento do indivíduo diante da cidade, obrigando-os a uma readaptação às novas condições impostas pela transformação. Esta seria uma das principais virtudes da resistência dos moradores da vila, a luta contra o estranhamento.

Fazendo uma análise comparativa, consideramos importante importar o próprio argumento da prefeitura, ao afirmar que os pescadores do Bairro de Pajuçara não moram na beira da praia e mesmo assim são felizes. Na verdade, esses pescadores são estranhos à morfologia do bairro. A invasão imobiliária, a chegada de estabelecimentos comerciais voltados para o consumo da classe média, as intervenções da prefeitura, transformaram o lugar em área nobre, alterando completamente sua população, seus usos, de modo que num prazo de cerca de trinta anos (tempo médio) os pescadores não reconhecem mais o lugar que era repleto de moradias de pessoas pobres, alguns deles morando a poucos metros do mar. Mais que isso, seus filhos e netos sequer têm acesso a essa nova urbanidade. São literalmente estranhos. Como bem afirmou Ana Fani, “a violência da transformação morfológica está associada, na metrópole, às intervenções urbanas que mudam, sem cessar, os usos dos lugares e com estes as modalidades e os tempos do uso”.

A explicação plausível para a infeliz comparação feita pelo Secretário de Habitação encontra-se no que Ana Fani chamou de “segregação como produto”. Neste sentido, aponta vários elementos que caracterizam essa prática segregacionista. O primeiro deles é a segregação espontânea, no caso uma estratégia de classe na qual as pessoas se localizam pela renda, uma vez que o uso do espaço está subordinado à propriedade privada. No caso específico, podemos afirmar que os pescadores do bairro de Pajuçara foram expulsos de seu lugar pela invasão imobiliária, seus edifícios, restaurante, hotéis, enfim, uma nova morfologia ditada pelo mercado, cuja segregação se marca pela incompatibilidade dos antigos moradores frente à nova classe social que se apropriou do espaço, mediante seu padrão de consumo. A expulsão dos pescadores da Pajuçara foi lenta, gradual, operada pelo mercado, contrastando com o projeto de expulsão dos pescadores de Jaraguá, fundada no que Lefebvre chamou de “segregação programada”, ou seja, orientada pela intervenção do Estado por meio

de sua política urbana (ainda assim impera a lógica do mercado, mas aqui o que diferencia é o ato do poder público como agente mediador desta mercantilização).

Por um lado, o Estado investe em determinados espaços com infraestrutura, adequando o espaço para a acomodação de Shopping Center, supermercados, condomínios, hotéis, etc., gerando a valorização; por outro lado, produz ele mesmo a desvalorização de determinados espaços, pela omissão, pela negligência, até que a população mesma abandone o lugar, ou que a degradação socioambiental justifique a remoção forçada. A Vila dos Pescadores ilustra esse tipo de segregação. Não bastasse o fato de o próprio Estado gerar a favelização da Vila dos Pescadores, por meio de uma onda migratória forçada de flagelados das enchentes, a Prefeitura contribuiu com a reprodução da degradação ambiental se recusando a coletar o lixo, na recusa da implantação do saneamento básico, e até mesmo na recusa em cumprir seu papel legal, enquanto tutora da área concedida pela União, de zeladora daquele espaço. Além disso, permitiu diversas ondas de invasões, fluxo migratório de novos moradores que se aproveitaram desta inércia para adentrar na comunidade, acentuando a densidade populacional.

Em relação à construção da cidade, o tempo atual é vivido de forma acelerada e imposto pelo quantitativo, tornando as formas da cidade obsoletas, trazendo como fundamento a capacidade de viabilização à circulação do produto.

Nesta condição transformam o espaço da vida através das mudanças do tempo da apropriação e no fato de que os usos se tornam produtivos, se eliminando, tendencialmente, os espaços cuja apropriação se realiza fora do mercado. Espaço e tempo são redefinidos pela possibilidade de geração de lucros, logo quantificados e desta forma realizam concretamente a abstração (CARLOS, op. cit.).

Assim, as intervenções urbanas que buscam redefinir os usos do espaço sem levar em conta as identidades e memória coletiva, acabam por construir um espaço que se reproduz sem referência. Daí ser um espaço amnésico, uma ruptura que não é gradual: “era e não é mais”, se dilui os traços que constrói a identidade.

A Vila dos Pescadores de Jaraguá é exemplo claro de lugar a ser transformado em espaço amnésico, embora o tempo da transformação não tenha sido instantâneo, devido à forte resistência dos moradores. Entretanto, o foco desta resistência, fortemente marcado nas suas falas, remonta exatamente a tudo que foi vivido e experimentado no diaadia da relação com o lugar, com os vizinhos, os desafios, as conquistas, o lazer, os amores, tudo isso experimentado em recortes temporais. Do ponto de vista do argumento da prefeitura, poder-se-ia questionar que vantagens se têm na preservação da memória de uma favela. Mas os próprios recortes

mostrarão que aquele espaço nem sempre foi favelizado, além do fato de que mesmo enquanto favela, o lugar não é definido pelos moradores apenas por suas características físicas, mas pelo que ele significa na afirmação do seu vivido, sobretudo de suas lembranças. Ali se confundem o uso do espaço com o mosaico das histórias de vida.

O plano que a morfologia da metrópole revela é aquela de uma nova ordem, que impõe novos valores e comportamentos e que compõe uma nova identidade (o que chamamos de **identidade abstrata**, posto que mediada pela mercadoria, ou seja, as relações sociais se realizam através dela) (CARLOS 2007, p.56, grifo nosso).

Esta abstração está explicitamente evidente no próprio fato de que a proposta homogênea e normatizada de intervenção modifica completamente o sentido do espaço: da tríade moradia/trabalho/lazer à homogeneização do parque pesqueiro com finalidades turísticas (no caso do centro pesqueiro, uma vez que, tratando-se do projeto original, qual seja, a construção de uma marina, não se configuraria mais alteração de identidade, e sim expropriação). Aqui se encontra uma das principais características do espaço amnésico: a modificação das funções e usos do lugar. Nessa mudança, deteriora-se a apropriação que seus ocupantes construíram ao longo de décadas de produção da vida cotidiana, além da dimensão historiográfica de uma ocupação secular capaz de caracterizar o espaço como “vila de pescadores” – cuja importância consiste na preservação da memória dos que outrora deram vida ao lugar, ao seu modo, ajudando a construir a cidade.

No contexto geral da urbanização do bairro de Jaraguá, podemos atribuir à remoção da Vila dos Pescadores aquilo que Ana Fani chamou de “centralidade móvel” no contexto das “novas centralidades”, ainda que sua análise seja voltada para a metrópole paulistana, uma vez que as transformações propostas na cidade de Maceió estão em estreita ligação com o processo homogêneo da urbanização mundial (transformação da cidade em mercadoria). Trata-se da associação dos espaços de lazer com novos centros econômicos, voltados ao setor comercial e de serviço, gerando “uma nova configuração ao espaço, aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e trazendo consigo a expulsão dos antigos moradores” (CARLOS, op. cit.).

Esta configuração capitalística, que estava explícita no projeto de construção da marina, não perde seu caráter com o surgimento do projeto do chamado Centro Pesqueiro, uma vez que o comércio e o lazer predominariam. E ainda que a urbanização de Jaraguá tenha sofrido retrocesso, perdendo para o bairro Estela Maris a preferência dos investimentos de bares e restaurantes, em longo prazo Jaraguá ainda permanece como centralidade nos projetos

urbanísticos da cidade, sendo a remoção da “favela” um de seus principais empecilhos (na ótica da Prefeitura e dos empresários).

Ao analisar a problemática pela ótica da revitalização, a dimensão higienista da remoção da Vila se torna muito mais evidente. Revitalização é uma prática socioespacial que revela contradições, sobretudo pela notória articulação entre os interesses do capital e o poder público nas intervenções do espaço, uma vez que os interesses privados dominam a lógica da revitalização. Como elemento estratégico das relações de poder, a revitalização habitualmente corrobora com as perdas dos referenciais urbanos, nos lugares transformados. Ao revelar contradições do processo de reprodução, agride, na essência, os lugares conhecidos e reconhecidos pelas ações da vida cotidiana que acontecem sem a mediação da troca, constituindo “[...] lugares de ausência, onde a forma efêmera se impõe como única possibilidade de realização do moderno” (CARLOS, 2007, p.88). Neste sentido, o status de cidadão se realiza apenas na prática do consumo de serviços.

É o que se revela explicitamente nos dois projetos de intervenção apresentados na questão da Vila. Tanto a marina, como o Centro Pesqueiro, ao centrar-se na total remoção dos moradores, produzem a remoção da vida do lugar, transformando-o em ambiente de consumo, o que esvazia o sentido da cidadania. O fato de a prefeitura negar qualquer possibilidade de debate com os moradores cuja tônica fosse a permanência (muitas reuniões aconteciam à revelia dos que se opunham à remoção), se explica exatamente pelo fato de que a essência da revitalização não é endógena, ou seja, não visa a melhoria do lugar para aqueles que lhe habitam e lhe dão sentido no plano do vivido. A lógica da revitalização, portanto, não seria a revitalização do lugar, mas uma expropriação do lugar para a revitalização do capital.

No caso brasileiro, o processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana, tem sua fundamentação em uma racionalidade que se impõe enquanto “processo autofágico”, em que a demolição dos lugares familiares para a produção de novas formas urbanas se realiza aprofundando a segregação, **além de expulsar a “população inadequada” e destruir as referências**, que são elementos definidores da identidade cidadão/cidade e que sustentam a memória (CARLOS, 2007, p. 87, grifo nosso).

Ou seja, a revitalização é uma revalorização de Jaraguá, trocando o uso do lugar pelo valor de troca, expulsando os não aptos a consumir.

A revitalização, por sua vez, produz a assepsia dos lugares, pois o degradado é sempre o que aparece na paisagem como pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza (CARLOS, 2007, p. 89).

Assepsia, na verdade, é o sentido mais profundo encontrado na fala dos moradores ao longo dessa luta, e motivo maior (acompanhado do apego afetivo ao lugar e da afirmação da identidade coletiva) da resistência. Os moradores adotaram a honra como barganha política, ou seja, para além da indignação pela campanha difamatória e estigmatizante da prefeitura, se baseiam fortemente na ideia que não aceitam ser removidos pelo fato de serem pobres, para dar lugar aos ricos. Eis um dos traços mais marcantes do discurso da resistência.

Revitalizar, não apenas em Jaraguá, mas em todas as áreas urbanas mundo afora que passaram por esse processo, significa, na ótica do poder público, erradicar a pobreza erradicando o pobre. Jaraguá é o exemplo claro do caráter classista dessa política higienista, quando comparado com o tratamento dado à Vila e aos proprietários dos armazéns degradados. A maioria das grandes edificações que sobraram do apogeu econômico do bairro acusa inadimplência, estão em décadas de dívidas que poderiam já incorrer na desapropriação, esta que poderia ocorrer também pela simples aplicação do princípio da Função Social da Propriedade, mas a comissão criada na Câmara de Vereadores para estudar essa situação foi dissolvida antes que se produzisse uma única linha.¹⁷³ Ou seja, a degradação dos casarões permanece intocável marcando a morfologia do bairro, ao passo que a Vila dos Pescadores (cuja degradação foi promovida por intervenções públicas desastrosas e omissões intencionais) sofre o ataque contínuo na compulsiva batalha pela remoção.

Para entender o contexto da remoção, torna-se necessária também a compreensão do conceito de acessibilidade apresentado por Serpa (2013). Há uma estreita relação entre acessibilidade e alteridade, na demarcação dos territórios urbanos, contrapondo uma dimensão simbólica à dimensão física, ou seja, ter acesso não é somente uma questão de estar ali, de comparecer ou permanecer num local, não se reduz à presença física, ao design físico das praças, parques, etc. Procuraremos demonstrar que a remoção implica perdas identitárias, na medida em que, saindo de seu território, uma inserção no novo espaço construído será compartilhada com outridades, assim como eles mesmos, em dados momentos, também serão considerados como “outro”, em seu próprio território.

Oliveira (2002) demonstrou esse fenômeno na Praia do Francês, onde os nativos foram desapropriados de seu território físico e tiveram grandes perdas culturais ao longo de duas gerações, além de sobreviverem, às vezes clandestinamente, nas funções mais subalternas que a mercantilização do lugar proporcionou. Esta faceta negativa que o turismo pode promover nos lugares de comunidades tradicionais pode ser prevista na remoção da Vila

¹⁷³ A Proposta de criação da comissão foi feita pelo vereador Silvano Barbosa.

de Jaraguá, e uma dessas perdas está na acessibilidade ao lugar. Enquanto ocupam seu território tradicionalmente, os moradores se afirmam como diferentes de todo o restante populacional da cidade. Prova disso é o hábito de referirem-se aos demais tecidos urbanos como o “povo lá de fora”. Buscaram esse reconhecimento no IPHAN, defenderam sua identidade durante todo o processo jurídico, brigaram com a imprensa contra o estigma de favelados, no sentido de tornar clara sua diferenciação em relação à urbanidade, enquanto grupo social de importância cultural, por ser portadora de saberes e significações historicamente importantes para a cidade, do ponto de vista do seu patrimônio.

Essa diferenciação, afirmação como diferente, além de definidora de um território, define, sobretudo, uma relação de alteridade. Somos o que somos, somos diferentes, somos nós e vocês são vocês, somos herdeiros de uma geração de ocupantes deste lugar, e pretendemos preservar essa herança, aqui mesmo, não em outro lugar. “Não queremos ser peças de museu, ver nossa história ser contada por objetos expostos a visitas de turistas, queremos nós mesmos contar nossa história”, afirmou uma líder comunitária.

Esse é o tipo de acesso que as pessoas teriam ao lugar. Uma vida de ocupação, e uma vida em histórias individuais e coletivas. Uma vez removidos, passando a ocupar o condomínio do Sobral, que apesar de ser “perto” geograficamente (porque geograficamente perto ou longe são dimensões muito subjetivas, depende do que simboliza para uma população o que seja perto ou longe) possui uma característica destrutiva para este grupo, qual seja, a partir dali eles passam a compor a mesma urbanidade de toda a cidade, eles se inserem na igualdade do outro lado da pista, ao passo que seu antigo território estaria repleto de pessoas outrora estranhas, turistas, consumidores da classe média da cidade, etc. Seu território se transforma em parque público, onde sua presença se limitaria ao tempo efetivo do trabalho, da atividade laboral, sem muita certeza e muito espaço sobre o que fazer com todo o resto do seu tempo. O turista que está para chegar não é apenas um visitante no ambiente da comunidade, ele divide o espaço. E o espaço do turista é delimitado, vigiado, proibido para os membros da comunidade que não estejam ali meramente para o trabalho.

E esse novo tipo de acesso não apenas torna a vida diferente, mas acima de tudo o faz diferente. Ele só se torna igual naquele lugar enquanto estiver trabalhando. Porque fora do contexto do trabalho, ele se torna um diferente, porque não será o consumidor do espaço, papel que está planejado para outra classe social. Esta diferença poderia ser facilmente vista ao se imaginar hipoteticamente o filho de um pescador na lanchonete junto com os filhos dos turistas. Primeiro, esse encontro é dificultado por questões econômicas, pela diferença de

preços cobrados nos espaços de consumo e lazer do projeto, muito além do poder aquisitivo do pescador; segundo, porque ainda que ele vá lá gastar algum dinheiro, será visto como intruso. Ou seja, o acesso dos moradores ao que antes lhe pertencia, passa a ser mediado por sua aparência, por sua diferença, por sua condição financeira (condição que em lugar público nenhum deste mundo permite esse tipo de mistura, de ricos e pobres consumindo igualmente o mesmo espaço, já que geralmente são espaços de consumo dos ricos e os pobres ocupam o espaço apenas como força de trabalho para o gozo desta classe).

Portanto, seu espaço está garantido na ordem do trabalho, e só. Dali ele volta pra casa, voltaria para o “seu lugar”, na ordem sucessiva da divisão de classe. Na medida em que as acessibilidades aos espaços urbanos se definem pela situação econômica dos usuários, abrir mão do território enquanto moradia é também abrir mão do acesso a ele.

A dissociação, mais ou menos artificial, entre aquilo que chamamos “arquitetura” e o que chamamos de urbanismo, isto é, entre o “micro” e o “macro”, não contribui para o incremento da diversidade na morfologia urbana. Ao contrário, o repetitivo substituiu a unicidade, o factual e o sofisticado prevaleceram sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados. Não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro neles empregada. Reina a repetição e a quantificação (SERPA, op. cit.).

Trata-se de um caráter abstrato, em detrimento do espaço absoluto, vivido/percebido, abstração construída na institucionalidade, no sentido de destruir qualquer resistência a essa homogeneidade. “[...] parece consensual que ‘identidades’ constroem-se a partir do reconhecimento de uma alteridade. [...] o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (SERPA, op. cit.). Nesse sentido, todo o debate sobre perdas culturais, que na verdade é uma revelação de uma luta pela identidade, aparece como variante da luta de classificação social urbana, que visa “impor as definições legítimas das divisões do mundo social, fazendo e desfazendo grupos”. Desfazendo (ou tentando desfazer) identidades e simultaneamente criando outras para poder impor sua visão e seu projeto. A prefeitura chama seu condomínio de “Vila dos Pescadores”, e lá de fato se encontram parte dos pescadores de Jaraguá, e a Vila dos Pescadores, a original, histórica, é chamada de favela de invasores e minoria resistente. Essa inversão de nomenclatura não é em vão, ela visa desqualificar a comunidade, deixando claro para a cidade que a os verdadeiros cidadãos, beneficiados pela política pública, por sua intervenção urbana, são os removidos que moram nos apartamentos, que os que resistem são “outros”, são umas

minorias, marginais, traficantes, bandidos, são tudo, menos pescadores, são os diferentes da cidade, que tornam a cidade feia, e por isso precisam ser varridos da cena urbana.

São estes atributos que se utilizam para transformar os moradores em “externos”, retirando-os de sua própria fronteira, e de algum modo tentando inseri-los no contexto da urbanidade (até porque toda exclusão contemporânea é inclusiva), seja como flagelado em uma creche, em aluguéis sociais, seja como condôminos, seja de modo a torná-los diferentes do que hoje são e diferentes do lugar que ocupavam. Afinal, sendo diferentes do que são, perdem a posse (tornam-se iguais, como alega a prefeitura na ação civil pública, sem nada que os diferencie de qualquer outro grupo populacional do tecido urbano) e aí se desfecha essa luta pelo território, da desapropriação urbana: sendo diferentes, impedem-lhes o acesso. Seu território passa a ser outro, embora outro igualizado no tecido urbanizado e culturalmente “civilizado”. E a Vila passa a ser de domínio público, embora um público ideologicamente seletivo. Como assegurou Serpa (2013), “É no sistema de relações que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida”. De tal modo, essa alteridade se altera quando da remoção, uma vez que o grupo se dispersa em outra urbanidade, na verdade deixa de ocupar o espaço como diferente, se inserindo na malha urbana vigente, como qualquer outro grupo, na verdade, se desfazendo enquanto grupo.

Ademais, o novo espaço, que deixará de ser exótico, passará a compor o universo dos parques turísticos, será ocupado por toda uma nova classe. Assim, ao ser reduzido ao espaço do trabalho, exclui de seu cotidiano as crianças, os jovens estudantes, as esposas e maridos que não labutam diretamente nesse sistema de produção. O magistrado elogiou o fato de o projeto da Prefeitura ter dormitório para os pescadores. Qual pessoa em sã consciência trocaria o aconchego do seu lar por um dormitório, em vez de estar na sua própria casa cuidando de sua família? O pescador se utilizaria dos dormitórios para esperar a hora de saída e chegada dos barcos, mas e as demais pessoas? Percebe-se que essa requalificação do espaço urbano traz como grande marca o desaparecimento de seus habitantes, por uma simples equação laboral. De fato, reproduz todo o processo excludente que se observa em todas as intervenções contemporâneas, como diria Serpa (2013, p.41) “produz transformações profundas do perfil populacional e da funcionalidade dos bairros afetados”.

Quando afirmamos que o território será desqualificado culturalmente pelo ponto de vista da acessibilidade, nos referimos não apenas à perda desta identidade coletiva, que se dissipará no novo tecido urbano, mas, sobretudo, pelo acesso de uma nova classe social, na

medida em que esta intervenção está norteada por diretrizes políticas e ideológicas. Vejamos o que afirmou Serpa (2013, p. 21):

Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo de novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas.

As intervenções urbanas têm se demonstrando, sobretudo, intervenções de classe. Na Vila, o megaestacionamento,¹⁷⁴ acoplado a uma praça e uma lanchonete, palco para atrações culturais, definem bem o tipo de consumo do novo local. Essa relação fica mais ampla quando percebemos que a urbanização da Vila não pode ser analisada fora do contexto da revitalização do bairro de Jaraguá, da pavimentação da via Cícero Toledo, da recuperação da orla de Pajuçara a Jatiúca. Como rota de passagem para os interesses turísticos e imobiliários, a Vila não poderia ficar de fora dessa transformação mercadológica do lugar. E toda transformação mercadológica começa, sobretudo, pela troca de população, da população pobre pela população consumidora.

Elaborado e concebido como equipamento urbano na escala da cidade e da aglomeração, o parque público concretiza-se, em geral, no contexto de um grande programa imobiliário. [...] Note-se que estas operações são acompanhadas de novos processos de especulação imobiliária nas cidades analisadas. (SERPA, 2013, p. 41).

Entender o lugar como espaço de consumo, nas transformações propostas da cidade contemporânea, é perceber que a modernidade atropela os sentidos tradicionais de lugares, movida por uma racionalidade econômica e burocrática. A imposição do novo, desvencilhado de configurações bem definidas no tempo e no espaço, choca-se ambigualmente com a resistência da tradição, cujas configurações são definidas pelo sentido de continuidade espaço-temporal. Ou seja, a relação entre tradição e localidade dá-se pela permanência dos nexos constitutivos entre o passado, o presente e o futuro das relações sociais ocorridas num espaço localizado. Ao tratar do enraizamento da tradição em contextos locais, Leite (2007) coloca que a continuidade é assegurada pela recorrência de práticas sociais no interior de um espaço diferenciado, estabelecendo marco de diferenciação externa e identificação interna onde os grupos criam as representações de si e dos outros. “Por essa razão, a tradição que orienta as ações de modo temporalmente contínuo e espacialmente localizado pode ser considerada meio de identidade e base para a segurança ontológica (LEITE, 2007, p.37)”. O autor recorre ao conceito de comunidade imaginadas de Benedict Anderson para demonstrar

¹⁷⁴ Nunca é demais lembrar que a poucos metros do local já existe o enorme estacionamento de Jaraguá, que foi apelidado pelos comerciantes do auge da revitalização de “elefante branco”.

que por meio desta identificação interna os indivíduos se reconhecem como semelhantes, definindo o que lhes é familiar ou estranho.

São essas experiências compartilhadas, de reconhecimento e estranhamento, que criam os nexos contínuos no tempo e no espaço, entre o passado e o presente, e fazem da tradição um meio de identidade, através da construção dos lugares sociais (LEITE, 2007, p. 38).

Este sentido de continuidade espaço-temporal, por sua vez, está sujeito a alterações por meio de práticas sociais que se desvencilham desses nexos, possibilitando erosões na tradição, quando minimizam sua capacidade de manter os marcos identitários. São esses desencaixes que, acentuados no contexto das contradições entre a modernização e a tradição, potencializam as demandas de reestruturação dessas relações sociais espacialmente definidas, tornando os lugares fluidos e cambiantes. Quando as intervenções urbanas surgem propondo outras formas de representação, como é o caso dos projetos da construção da marina ou do Centro Pesqueiro por sobre a Vila dos Pescadores, desloca-se o eixo da identidade e da segurança ontológica. Isso é visível na total descaracterização do condomínio construído na praia do Sobral, com a chegada de pessoas alheias que engendraram a heterogeneidade desse espaço, bem como na própria vila, como o retorno de moradores já removidos que venderam os apartamentos ou deixam lá apenas a família, ocupando a Vila apenas espacialmente, mas não mais corroborando com os sentidos do lugar, sustentados pela resistência.

Assim, a reconfiguração da Vila, antes mesmo da remoção total dos moradores e da construção do Centro Pesqueiro, no intervalo de aproximadamente um ano, já produziu o deslocamento das práticas cotidianas, com a consequente fragmentação da identidade da comunidade, o que põe por terra o argumento de que a remoção não incorreria em perdas culturais.

No sentido de entender a revitalização de Jaraguá, e a consequente remoção dos moradores da Vila, tornam-se importantes as reflexões de Certeau (1994, p.190), segundo as quais o patrimônio é transformado em fantasma do passado, narrando apenas o espírito do lugar, uma vez que este passado está desprovido de atualidade. É por isso que a fúnebre urbanização de Jaraguá produziu na prática um bairro fantasma, visto que o trato do lugar como relíquia, desconectado com o costume e a população, ficou refém do consumo de uma população alheia ao lugar e sua história. Na medida em que a revitalização foi projetada para pessoas abastadas — e a não urbanização da vila de Jaraguá foi o principal exemplo — a população local, sobretudo os pescadores, ficaram à margem da intervenção, findando por culminar num processo segregativo. Deste modo, podemos considerar que a revitalização, ao

excluir os pescadores e demais habitantes de Jaraguá da transformação daquele espaço, se deu pela “desapropriação de sujeitos” (LEITE, 2007), em duplo sentido: na exclusão das benesses da intervenção, e posteriormente na própria investida de expulsão dos pescadores de seu lugar. O patrimônio aliena-se justamente quando se dissocia das práticas sociais cotidianas (ou costumes locais), que, segundo Certeau (1994), constitui o verdadeiro capital da nação: as artes de fazer. Para ele, “O distanciamento dos sentidos da tradição que as políticas de reestruturação empreendem, ao aproximar o patrimônio de práticas urbanas que estriam as cidades para as demandas de mercado” (LEITE, 2007, p.41).

Este distanciamento tem origem no fato de que nas políticas de reestruturação do patrimônio predominam os monumentos que reafirmam o poder político, religioso e militar, como exaltação da cultura branca, cristã e capitalista, com pouco ou quase nenhum olhar para o conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que abrilhantam a constituição da nação ao longo de séculos de história. Deste modo, a revitalização de Jaraguá aconteceu também para corroborar e selar essa marca negativa da política patrimonial brasileira. À margem do grande investimento feito na recuperação de casarões e armazéns que deveriam potencializar novos focos de comércio, transformando o lugar degradado em nova centralidade urbana, ficou toda uma população que, de fato, sempre esteve presente e que ao seu modo (esquecida pelo poder público e isenta de investimentos) manteve a história do lugar e preservou seus sentidos.

Assim podemos, finalmente, discernir a verdadeira natureza dos processos de *gentrification*, bem como seus efeitos perversos, na transformação do espaço urbano em Maceió, ao longo de quatro administrações municipais. Ainda que grosso modo a população considere enobrecimento de Jaraguá como um processo fracassado, do ponto de vista dos investimentos iniciais, concordamos com o fato de que o turismo trabalha com prazos médios e longos, e as notícias de que muitas empresas ainda pretendem se instalar no bairro, além do interesse do mercado imobiliário no intervalo de tecido urbano que vai da Vila até a velha sede do DETRAN, enobrecendo toda Avenida da Paz, onde algumas torres já começam a se erguer.

Segundo Leite (2007), os centros históricos que passam por processos de *gentrification* são objetos de políticas que buscam recuperar o patrimônio cultural para torná-los passíveis de apropriação para a população e, sobretudo, para o capital. E o que seria *essagentrification*? Corroborando com os conceitos de Harvey, Featherstone, Smith e Zukin, Leitea define como formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades para transformá-los em áreas de investimentos públicos e privados.

Essa expressão começa a ser usada nos Estados Unidos, por volta de 1960, para designar a reabilitação residencial de alguns bairros centrais das cidades. No início, fazia-se distinção entre *gentrification* e “redesenvolvimento”, referindo-se à recuperação de velhas edificações ou construção de novas, mas o uso deste processo em larga escala comercial unificou as práticas, de modo que ela tanto se refere à reabilitação de casarios antigos, como novas edificações. Neste sentido, no que se refere à Vila dos Pescadores, a construção da marina ou do Centro Pesqueiro pode ser conceituada dentro deste processo por ser uma construção nova, sobretudo porque a urbanização da Vila, independente do projeto a ser engendrado, faz parte, como subprojeto, do próprio projeto de revitalização proposto pela Secretaria de Planejamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Portanto, quando se lê a sentença do Juiz que determinou a remoção dos moradores, dando ganho de causa à Prefeitura, e está escrito que a intervenção proposta “não se trata de *gentrification*”, fica a dúvida se tal equívoco ocorreu intencionalmente ou por falta de esclarecimento. Com isso, o magistrado tenta maquiagem a sentença, ofuscando seus aspectos mais perversos, visto que caracterizar o projeto da Prefeitura como *gentrification* é assegurar seu caráter higienista, o que deslegitimaria o fato de a sentença ignorar o (não pequeno) conjunto de legislações que contemplam a proteção e a permanência daquela comunidade tradicional em seu próprio território. A semente dessa higienização está posta na própria origem desta política, como, nos esclarece Leite (2007, p. 62):

Apesar de ser uma experiência típica do pós-guerra – claramente identificada pela tendência de disputa das cidades pelo mercado internacional -, as políticas de *gentrification* podem ser consideradas sucessoras pós-modernas da experiência francesa bonapartista do final do século XIX. A reforma realizada pelo barão Haussmann em Paris, com seus *quartiers* bem demarcados, suas longas avenidas e seus *boulevards* fizeram da capital francesa o mais importante modelo de *protogentrification*.

Não é por acaso que as políticas de *gentrification* se desenvolveram como paisagens de poder, como assegurou Sharon Zukin (2000). Na medida em que, como nova centralidade, elas promovem a reapropriação de alguns espaços da cidade, refazendo usos, articula-se a paisagem com uma dimensão simbólica do poder, por meio da reafirmação de inscrições arquitetônicas e urbanísticas que reproduzam valores e visões de mundo da nova camada social que passa a consumir o lugar. Esta articulação entre paisagem e poder reaparece dominante no discurso da urbanista da prefeitura de Maceió convocada para a audiência com o juiz que julgou a Ação Civil Pública, quando a mesma reafirma a impossibilidade de manutenção da comunidade por uma questão de interesse paisagístico. Se

em meio aos casarões e armazéns que erguem a imponência histórica do bairro não poderia existir uma vila de pescadores, que permaneçam apenas as edificações coletivas da atividade pesqueira, sem moradia.

A dimensão política (e jamais técnica) do depoimento da urbanista contradiz os próprios documentos, uma vez que a justificativa do próprio projeto de revitalização do bairro, produzido pela Secretaria de Planejamento, em outra gestão, traz em seu bojo dezenas de argumentos fortalecendo o interesse paisagístico da construção de centenas de habitações para os pescadores (anexado ao mesmo o projeto arquitetônico das habitações), como já demonstrado anteriormente. A fala da Prefeitura, como visto, se alterna conforme o interesse econômico e político do momento: na época em que a vila era interesse paisagístico para a prefeitura, representava a aquisição de verba do PRODETUR. Uma vez fracassada a urbanização, por motivos ainda obscuros, o interesse paisagístico se inverteu, quase oito milhões de reais se perderam, e a Vila não coube mais nos postulados que sustentam a paisagem de poder da urbanização de Jaraguá, o que torna o processo de *gentrification* ainda mais ostensivo do que já era.

Diante da resistência dos moradores, que ao longo do tempo gerou recuos e avanços de ambas as partes, a substituição do projeto da marina pelo centro pesqueiro vai em busca de uma adaptação do espaço para acomodação dos equipamentos coletivos da pesca, na medida em que em que a construção do mercado do peixe de dos estaleiros dividem espaço com um megaestacionamento e uma grande praça que acomodará os turistas, de modo que a proposta não foge à dinâmica excludente da paisagem de poder, visto que adequa o espaço aos ditames da nova ordem urbana de consumo (e, sobretudo pela ausência de pobres morando no entorno). A racionalidade que envolve o projeto do Centro Pesqueiro, portanto, implicaria agregar valor e retorno financeiro ao investimento, uma vez que para além do uso significativo do lugar por sua população, a intervenção transformaria a vila em mercadoria cultural a ser vendida como paisagem e atração turística. Como afirmou Leite (2007, p. 65),

O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de 'fetichização' da cultura.

Para além dos processos de coação conhecidos pela comunidade, o processo de cooptação também se fundamentou muito nesta premissa, gerando nos moradores que aceitaram a remoção a ilusão de um suposto progresso econômico (o que não ocorreria para toda a comunidade, mas só para alguns), sem perceber que na verdade estariam sendo

transformados em vitrine para os deleites econômicos de outros segmentos sociais que lucrarão com a nova paisagem. De fato, existe uma dimensão econômica na proposta, mas sua concepção implica na troca e destruição daquilo que exatamente caracteriza essa cultura: sua existência enquanto vila, e não enquanto parque. Essa mudança representa deixar de serem reconhecidos por práticas sociais que apelam pela semelhança, contrastando sua cultura com o diferente dos outros espaços da cidade, para passar a conviver em um espaço caracterizado pela convergência de diferentes atores sociais, trazendo a diferença para dentro de suas próprias fronteiras – mecanismo destrutivo. Como bem colocou Leite (2007, p. 68):

Uma noção de uso que recupere os sentidos atribuídos pela sociedade aos bens culturais deveria conjugar o “valor afetivo”, que recupera o sentido de “pertença” dos indivíduos, e o “valor pragmático”, que implica o uso qualificado dos bens sem operar qualquer redução a um único uso específico.

A imposição intransigente desse valor pragmático reafirma o uso capitalístico que a intervenção em tela se propõe. A transformação da Vila em parque, portanto, longe de proporcionar uma conquista para a comunidade, ocasiona um redesenho da cidade nos termos da paisagem do poder, o que está demonstrado na própria recusa dos moradores (considerando que os moradores já removidos igualmente recusaram o projeto, cuja aceitação aconteceu paulatinamente por meio de cooptações e coações). Ao não levar em consideração os moradores do local, ao ponto de os desdobramentos incorrerem inclusive na sua própria expulsão, a intervenção urbana em Jaraguá se compara a todas as intervenções atualmente ocorridas nas cidades contemporâneas, cujo enobrecimento de determinadas áreas, para atender à natureza mercadológica das políticas de *gentrification*, opera um rigoroso e intransigente processo de higienização.

É aqui também que se encontra uma das principais contradições dessa política, uma vez que o argumento da revitalização, na maioria das áreas, consiste no fato de que elas deixaram de ser palco de práticas sociais como encontros, habitação e convívio urbano. Todavia, longe de se transformarem em desertos urbanos, essas áreas, inclusive Jaraguá, nunca deixaram de ser habitadas, o tempo inteiro tiveram uma população que lhe dava vida. Segundo Leite (2007, p.68)

[...] essas áreas só foram desertos de benefícios públicos, nunca de pessoas. A maioria delas se fez refúgio para famílias – de baixa ou nenhuma renda – que buscaram nas áreas portuárias “abandonadas” um ancoradouro para sua morada.

Ou seja, a aparência de abandono na verdade é o abandono do poder, porque do ponto de vista do uso, nunca deixaram de ter sua sociabilidade e suas práticas cotidianas (e de

sobrevivência). Portanto, soa como absurdo o fato de que a chegada de uma política de revitalização exclua essas populações de seus projetos e negligencie seus moradores, porque são eles que imprimem, junto com o conjunto arquitetônico, usos e sentidos a este patrimônio. É nessa negligência que reside a base de todo conflito, e que explica o impasse na remoção da Vila de Pescadores de Jaraguá. Porque quando da decadência econômica do bairro, e, sobretudo, da ausência do Poder Público, foram eles que, por décadas, deram vida àquele espaço, e seria estranho que aceitassem passivamente que a revitalização do lugar fosse condicionada à sua extinção enquanto comunidade. Os conceitos de vida e morte se revelam contraditórios, quando se pretende revitalizar exatamente matando o que causa a vida. Tratando-se da questão urbana, não se configura uma falta de lógica, mas a adoção de uma lógica perversa.

A dinâmica de morte e vida da Vila de Pescadores de Jaraguá se assemelha à mesma sina da Favela do Rato, no processo de revitalização do Bairro do Recife. Em 1986, o Plano de reabilitação do Bairro do Recife, elaborado pelo governo Jarbas Vasconcelos, reconhecia a deteriorização do lugar, as péssimas condições sociais dos moradores, e sua ênfase era recuperar as funções habitacionais. A orientação política do projeto, nesta primeira fase, era reabilitar o bairro pra seus próprios moradores. Portanto, a essência não se fundava em atividades de consumo, nem tinha como premissa a remoção dos moradores da favela, mas sua integração como usuários do bairro. Resultante de um amplo diálogo com a população local, a revitalização traria melhoria das condições de vida na favela. Entretanto, ao longo da implantação, o projeto foi tomando outros destinos, com a interferência de novos atores (dentre eles, a fundação Roberto Marinho) que foram dando cara nova, estabelecendo outros parâmetros, de modo que ao final, com todas as etapas concluídas, restou a exclusão e segregação da favela, que não recebeu nenhum benefício.

Por estranha coincidência, como dito anteriormente, ao finaldo processo de revitalização de Jaraguá, todos os subprojetos foram realizados, menos a urbanização da Vila de Pescadores – substituída pelo projeto da marina e posteriormente pelo centro pesqueiro, que representam a expulsão das moradias. A prefeitura argumentou que não logrou êxito devido ao fato de que as verbas do PRODETUR não terem rubrica para construção de habitações. Todavia, é fato pouco compreensível que uma administração, ao longo de oito anos de mandato, não consiga angariar recursos para a construção de poucas centenas de casas populares. Até porque, quando a tônica se modificou e a política passou a ser de remoção, não

apenas se conseguiu verba, como esta foi conseguida com certa facilidade junto ao Ministério das Cidades.

É preciso considerar que este processo morte/vida vai se diferenciar da urbanização do Recife a partir da decisão da remoção, cuja resistência forçará a prefeitura de Maceió a refazer seus planos, abandonar o projeto da marina e reestruturar a Vila com o suposto centro pesqueiro, onde a morte toma outras tonalidades (do preto ao cinza, numa analogia cromológica). Aqui, a proposta migra das semelhanças com a Favela do Rato, para a reconfiguração da Praça do Marco Zero, redefinindo os sentidos do lugar. No Marco Zero arrancaram-lhe as árvores, removeram os bancos, refizeram seu traçado. “O resultado foi a transformação de um espaço que tinha potencial para o encontro público em um espaço para espetáculos públicos” (LEITE, 2007, p. 186). Em tese, é o que se pretende com a construção do Centro Pesqueiro, a transformação da Vila em espaço de espetáculo, onde os turistas possam assistir o diaadia da labuta desde a saída ao mar, o seu retorno, o trato do pescado, sua comercialização.

Sem bancos e sem sombras, o novo largo do Marco Zero repetia uma experiência comum nas metrópoles brasileiras: a remoção dos utensílios urbanos que asseguravam a permanência fortuita de pessoas nos locais. O enorme vazio do largo, somente preenchido em dias de eventos [...], passou a ser a representação urbanística mais fiel da ideia empresarial do Plano de Revitalização do Bairro do Recife em mudar a imagem do bairro, transformando-o em um “espaço público para reunião e o espetáculo” (LEITE, 2007, p. 187).

Eis em tela mais uma grande semelhança, visto que o projeto do centro pesqueiro concentra as edificações relativas aos equipamentos coletivos da pesca numa estreita faixa que corresponde a cerca de um terço da área. Dadas essas semelhanças e diferenças, uma coisa se repete em todos os processos de revitalização, e é reproduzida também em Maceió: começa e seduz pela força da política, se desenvolve e se finda pelo interesse empresarial. Ao final, os resultados da urbanização não contemplam propriamente os moradores do bairro, mas novos possíveis consumidores, com o outro perfil socioeconômico. Assim como em Recife e em outras cidades brasileiras, a benevolência, ou consciência, dos gestores em incluir a população pobre dos espaços degradados como objeto da reestruturação do espaço esbarrou na resistência do empresariado. Em Maceió, a saber, uma urbanista da Secretaria de Planejamento relatou-nos que a essa resistência existiu desde o início na própria equipe técnica da Prefeitura, ao passo que uma das pessoas mais envolvidas neste processo, ocupante de um cargo de confiança, ressaltou a pressão dos donos de bares, hotéis, restaurantes, imobiliárias e operadoras turísticas sobre a Prefeitura, exigindo a remoção da “favela”. Foi a

não remoção da comunidade, por exemplo, que inviabilizou a instalação de um Shopping Center em Jaraguá, neste período de revitalização.

A remoção dessas populações atende a uma única finalidade: evitar os contrausos, as fissuras da reurbanização. Assim como a presença indesejável de pedintes, ambulantes, meninos de rua e outros penetras no cenário da revitalização, a “favela”, ainda que urbanizada, subverte o sentido da *gentrification*. É neste sentido que, diante da resistência dos moradores e de recuos imprevistos no conflito pelo espaço, a reordenação da Vila e da marina em Centro Pesqueiro se define como uma nova estratégia. É uma forma de sanar as ressignificações que a Vila pudesse dar ao espaço reurbanizado. A “desapropriação dos sujeitos” ganha nova estratégia, uma vez que a exclusão não se dá apenas pelo esvaziamento (ou morte) do espaço público, mas pela reordenação de sua lógica interativa, pois “As transformações desses espaços em áreas de lazer e consumo alteram não apenas a lógica da intervenção desses lugares como também as relações de uso que seus usuários estabelecem com essas realocações da tradição.”(LEITE, 2007, p. 216).

A lógica popular “se não pode com o inimigo, junte-se a ele” nunca foi tão assertiva neste conflito. Ao surpreender a comunidade e a cidade com a novidade da Construção do Centro Pesqueiro, a Prefeitura “matou dois coelhos numa cajadada só”: introduziu a divergência que coadunou nas fissuras da coesão do grupo, explorado divergências pessoais entre lideranças cooptadas e a lideranças da resistência; e ao mesmo tempo aperfeiçoou a ressignificação do lugar, a partir de novos pactos com esses novos aliados (outrora adversários), adequando a presença da comunidade à lógica consumista desta como centro de atração turística. Reconheceu que, no final da sentença, se não conseguiu transformar o espaço em geração de lucro direto para alguns grupos empresariais (caso da marina), pelo menos o uso do lugar, ainda que não seja o desejado, será o uso que o poder ditará para a cidade: espaço de consumo visual e mercadológico – lucro indireto.

Introduzir a figura do turista na cena urbana da Vila (isenta da visibilidade da pobreza e dos costumes inerentes à presença da população moradora), por meio do Centro Pesqueiro, seria como garantir a transformação do patrimônio em mercadoria cultural, sem o ônus da expulsão dos moradores (ainda que a presença física dos mesmos seja radicalmente reduzida aos poucos que labutarão diretamente com os barcos e estaleiros como instalações sobreviventes). Uma estratégia quase perfeita, não fosse a resistência e a consciência dos moradores que de alguma forma tiveram acesso à informação, o convívio com a educação popular e a Universidade, que interpretaram essa manobra como um tipo de inclusão perversa

(igualmente geradora de sofrimento ético-político). A consolidação do parque pretendido pela Prefeitura também traz em seu bojo semelhanças com o processo de revitalização do bairro do Recife, sobretudo em suas já conhecidas consequências maléficas. Essa passagem de Leite (2007, p. 228) esclarece essa relação:

A cena comum, de uma visita turística, tinha um sentido único que provavelmente não se repetirá quando a “revitalização” estiver concluída e os moradores do bairro estiverem habituados a um cotidiano marcado pela presença do estranho, do diferente. O bairro, que era visto e visitado, também via quem o visitava. Os turistas também eram objeto de “visitação” quando, ao andar pelas calçadas, eram acompanhados pelos olhares curiosos e atentos de pessoas comuns, trabalhadores e moradores locais. Olhares que se divertiam com a quebra da monotonia diária da vida cotidiana; outros que pareciam guardar uma silenciosa indignação, porque já não podiam mais andar com tanta desenvoltura no próprio bairro.

Dada a conflituosa relação de uso desses espaços, no que se refere a um rigoroso e asséptico esquema de segurança, como foi observado em todos os centros históricos revitalizados, e que já acontece na vila antes mesmo da chegada dos turistas, é de se imaginar a recepção vigilante dos olhares panópticos da segurança que venha a se constituir no lugar, a partir de sua reestruturação, em nome da segurança dos novos consumidores. A possível ameaça viria, ironicamente, dos próprios personagens que outrora personificavam o lugar, ao tornaram-se estranhos à nova paisagem proposta. Todavia, com a ausência de moradias e a redução do lugar a espaço de trabalho (dos pescadores) e lazer (dos turistas), as possibilidades de transgressão da paisagem estariam, ao menos em tese, sob controle. Em tese, porque não há nenhuma garantia de sustentabilidade deste empreendimento, assim como todas as outras experiências higienistas ocorridas no Brasil, uma vez que o novo espaço não cria ilusões quanto a seu deslocamento da tradição, da violação do patrimônio cultural, de seu caráter aventureiro (teoricamente fadadas ao fracasso).

A aventura maior implica o fato de que a assepsia proposta não é, em si, garantia alguma de se evitar a transgressão, uma vez que, maquiada sob a condição de um Centro Pesqueiro (ou parque turístico), a comunidade permanecerá existindo enquanto espaço público. E os espaços públicos são, acima de tudo, espaços de ação, de afirmação de diferenças. Desse modo, a subversão social do espaço está mais que explícita como novo foco de conflito (removendo-se as moradias, não se elimina o caráter de espaço de ressignificações e novas apropriações do lugar). Principalmente quando se percebe que o espaço permanecerá coabitado pelos dois núcleos populacionais politicamente divididos e transformados em adversários pelas manobras da prefeitura, além dos pescadores e marisqueiras excluídos do cadastro da prefeitura e largados na cidade no abrigo, depois no aluguel social, e depois, sabe-

se lá onde, embora saibamos que, por mais longe que passam ser empurrados, jamais deixarão de compor a cena urbana da vila de pescadores.

A crise que se instalou a partir da divisão da comunidade entre os moradores da resistência (grupo coeso que luta pela permanência da tradição) e os moradores removidos (grupo heterogêneo que aceita as transformações) coloca de frente dois problemas: a demarcação de fronteiras e a convergência simbólica. Ainda que as fronteiras de um lugar singular, de territorialidade de subjetivação, não sejam fixas, elas garantem um mínimo de convergência simbólica, não no sentido de uma identidade monolítica, mas da agregação de práticas simbólicas que garantam sua singularidade e a diferencie dos outros espaços. Essa convergência que atribui sentidos a um lugar é condição necessária para sua constituição, mas não implica necessariamente em consenso, mas numa possibilidade de entendimento. Leite (2007, p. 288) entende assim a diferença entre consenso e entendimento:

[...] o entendimento, como juízo ou opinião, não pressupõe a existência do exercício político de formular pactos ou acordos, mas apenas a faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como parte de algo em comum. O consenso, ao contrário, advém sempre de uma negociação externa entre partes diferentes e pressupõe a existência de discordâncias, conflitos ou dissensões.

É nesse sentido que a busca de um consenso por parte da prefeitura vai aos poucos minando o entendimento da comunidade sobre si mesma, cuja lógica do “dividir para enfraquecer” aos poucos vai construindo um pacto com o diferente, no qual os moradores começam a abrir mão das fronteiras de sua tradição, passando a se reconhecer por outros signos. O triunfo da Prefeitura, entretanto, no trabalho de divisão da comunidade vai incorrer no uso inadequado do princípio do quantitativo sobre o qualitativo, quando a adesão de parte significativa dos moradores passa a ser usada como critério de desqualificação da resistência, buscando estabelecer a soberania da maioria sobre a minoria. Contudo, no que se refere à significação de um lugar, essa premissa do quantitativo não tem fundamento. Qual o sentido de se utilizar o fato de a maioria da população ter aceitado a remoção como critério de legitimação da transformação, se outrora, quando essa mesma maioria era contra a remoção e caminhava junto com os demais na resistência, o argumento não servia de critério para a permanência da comunidade? O que aconteceu no intervalo de tempo entre a negativa radical da comunidade e sua paulatina aceitação do projeto de remoção?

Para além de procurar entender os detalhes desse processo que gerou os pactos entre a prefeitura e parte da comunidade, torna-se importante perceber que, ao reduzir seu argumento ao quantitativo de moradores convertidos, a prefeitura se assenta numa concepção

de espaço urbano que ainda não é um lugar, porque estes ainda não de lhe dar sentidos. Há, evidentemente, a formação de um novo lugar, mas não é o lugar dos pescadores, é o lugar que a Prefeitura dita para os pescadores. Ainda que legitimados por parte da população convertida, a chamada maioria, os sentidos de apropriação dos moradores resistentes em nenhum momento perde legitimidade, sobretudo quando estão diante de pactos entre prefeitura e moradores cujos parâmetros se delinearão pela imposição oficial dos sentidos do novo lugar a ser construído. No momento em que a vila se torna contra uso do espaço, a solução encontrada é a remoção para atribuir-lhe novos usos. Essa é a verdadeira finalidade do Centro Pesqueiro, cuja execução esbarra na resistência dos moradores. A imposição do Centro Pesqueiro na verdade revela uma geopolítica da vida urbana cuja finalidade consiste em restringir o acesso e o uso do lugar, a partir do estabelecimento de novas fronteiras.

Como podemos perceber, este processo de espetacularização da cultura e do patrimônio, em todas as cidades em que foi implantado, e em Maceió não seria diferente, trouxe no seu bojo a forte marca da higienização.

Cidades históricas (em sua origem), via de regra construídas no período colonial, sitiadas, invadidas, destruídas e revitalizadas pela modernidade tomando como critérios a higienização (O. Cruz e pereira Passos), o embelezamento (C. Sitte), e a funcionalidade (Hausmann) (FREITAG, 2013).

As políticas de revitalização, ao adentrarem a concorrência intercidades, pela renovação da perspectiva, transformam seu espaço em mercadoria, trazem como marca o embelezamento e a higienização do espaço. Uma hipótese plausível poderia ser assentada nas tensões geradas nestas intervenções, entre o passado idealizado e o futuro que se espera do lugar e as demandas locais do presente. Assim, os projetos idealísticos entram em confronto com a realidade recente desses centros históricos, pois “será sempre um contrassenso reabilitar contra aquilo que existe” (LEITE, 2007). Neste sentido, as intervenções de enobrecimento geralmente comungam mais de uma produção imagética, que propriamente de um processo real de reabilitação urbana.

É deste contraste que o sonho de revigoração dos “fantasmas do passado” se depara com a maldição do presente: o fato de que o abandono dos sítios históricos pelas classes abastadas, com sua conseqüente depredação, serviu de abrigo para as populações de baixa renda. Em algumas situações, a presença dessas populações inclusive contribuiu com a preservação do próprio acervo arquitetônico, como é o caso das prostitutas, uma vez que o uso de casarões como prostíbulos tanto no Bairro do Recife, como no bairro de Jaraguá, em Maceió, evitou sua demolição. No caso específico da Vila dos Pescadores, sua presença

evidencia a única reminiscência de uma das principais atividades desenvolvidas no bairro histórico, a pesca (já utilizada pelos índios antes da colonização), o que credencia essa comunidade como de extrema importância enquanto patrimônio imaterial a ser preservado.

A presença dessas populações indesejadas, bem como as dificuldades de removê-las, nos casos específicos de resistência implacável, como em Jaraguá, configura uma espécie de revanchismo, e os processos de *gentrification* passam a vivenciar certos retrocessos. Por não incluírem as populações locais nos seus projetos, algumas intervenções entram em crise, uma vez que o crescimento econômico que proporcionam vem desacoplado de um referencial de desenvolvimento urbano. De todas as experiências de *gentrification*, a insustentabilidade da revitalização do bairro de Jaraguá foi a mais precoce. Em pouco tempo, comerciantes fecharam as portas, a população consumista abandonou a natimorta boemia. O revanchismo é uma espécie de retorno negativo como produto final da *gentrification*.

A expressão revanchismo, aplicada aos processos de *gentrification*, é conhecida nos estudos urbanos para designar uma espécie de vingança tardia, mas eficaz, da cidade, que demarca espaços, segrega usuários e expulsa moradores indesejados (LEITE, 2007)

Dentre outros fatores, o principal deles é a não inclusão das populações habitantes dos sítios históricos no processo de reabilitação urbana. Esta é uma das maiores polêmicas que envolvem estes processos, dada sua relevância não apenas como forma de potencialização do desenvolvimento urbano proposto (desde que não se reduza à finalidade meramente mercadológica), mas como válvula de escape de mecanismos revanchistas socialmente inevitáveis mediante a lógica da exclusão. Ao excluir a dimensão habitacional dessa reordenação do espaço urbano, abre-se mão de sua base de sustentação, uma vez que a vida do lugar é dada pelas pessoas que nele habitam, com sua rotina cotidiana.

O descaso, e, sobretudo, a evacuação dos moradores desses espaços também caracterizou a revitalização do Pelourinho, em Salvador, como descreveu Nobre (2003):

Do ponto de vista da população moradora, os impactos foram mais negativos ainda, pois o Estado promoveu a realocação dos realocatórios. Estes poderiam escolher entre a mudança para uma casa restaurada, ou receber uma compensação financeira. [...] Devido à realocação, a população residente no Centro Histórico e arredor mostrou uma grande redução entre os anos de 1980 e 2000, sendo que ela foi mais drástica na área central.

Enquanto no Bairro do Recife a Favela do Rato permanece sob o abandono da política de reestruturação do bairro, em Maceió os populacionais igualmente amargam as mesmas sinas dessa política. Há um núcleo populacional em torno do Centro de Convenções, em torno da Rua Uruguai (possivelmente antigas vilas de operários) e em torno do Cemitério,

todavia nenhum desses núcleos até agora sofreu ameaça de remoção, como no caso da Vila dos pescadores, talvez pelo fato de não estarem localizados na beira da praia, mas entrecortando as vias que dão acesso do Centro à Orla.

Vasconcelos (2005) percebeu e ressaltou a importância e adequação da vila dos pescadores aos anseios do setor turístico. Tal percepção permeou também os urbanistas da Secretaria Municipal de Planejamento que elaboraram o projeto original de revitalização de Jaraguá. Todavia, a ausência de concretização de tal projeto levaria o autor a suspeitar que se tratava de mais um caso de contradição da revitalização de espaço público, com a conseguinte segregação dos habitantes indesejáveis que pautam os projetos de *gentrification*. Tal suspeita se concretizou com a mudança de gestão, embora o legado da vocação turística da vila permaneça, não apenas nos preceitos teóricos das ciências que envolvem o turismo, como na própria resistência da comunidade.

Acreditando na recuperação da dinâmica local, empresários investiram em equipamentos de lazer e de apoio ao turismo, concentrando esses investimentos na Rua Sá e Albuquerque. Tais empreendimentos, agregados ao novo visual decorrente da restauração de alguns principais monumentos da rua, atraíram novamente os maceioenses e os visitantes (turistas e excursionistas) para o lazer noturno no Jaraguá. Entretanto, com uma simples observação da dinâmica diária local, podemos facilmente perceber que os processos de revitalização e de turistificação não lograram êxito. Isso pode ser observado, por exemplo, pelo baixo fluxo de turistas que visitam o bairro (VASCONCELOS, 2005).

O fracasso pode ser atribuído, sobretudo, ao não cumprimento dos aspectos comuns aos verdadeiros lugares, ressaltando-se a relação social e a identidade. Ou seja, não se respeitou a noção de lugar, ao se distanciar justamente daquele que lhe dá sentido. Segundo Vasconcelos (op. cit.), “o bairro de Jaraguá tornou-se um não lugar. [...] o não lugar é destituído de identidade, relações ou história”. Para este autor, os empréstimos junto a organismos internacionais e as ações de revitalização como forma de atrair visitantes aconteceram concomitantes à exclusão da comunidade local, e a indiferença com esta comunidade contrasta com a equivocada aceção de que a imponência dos prédios restaurados associados à construção de equipamentos modernos só tem valor quando apreciado por pessoas que vêm de fora. De tal modo, a construção do Centro Pesqueiro, ainda que mantenha os equipamentos coletivos da pesca, reproduz as dimensões da exclusão, mantendo uma paisagem antagônica revelada na condição periférica dos pescadores.

2.1. A batalha da subjetividade: comunidade e Prefeitura disputam a imagem do lugar.

É a representação mental de cada grupo que direciona a imagem no sentido do consumo de um lugar, selecionando e organizando seus elementos constitutivos. Ou seja, é a organização social e a tipificação do lugar que influenciam a transmissão da imagem do lugar, em cada situação. É por isso que a imagem possui um discurso que desafia qualquer aparência visual, porque ela se constrói da superposição de imagens gerais e singulares, objetivas e subjetivas, confluindo entre o percebido e o imaginado. Portanto, a imagem de um lugar não apenas codifica signos, acima de tudo ela se transforma de acordo com a ideologia de quem as percebe, as reconhece e as interpreta. Segundo Sarmiento (2002, p.10),

Após as primeiras imagens, aquelas que se apresentam num primeiro momento, surgem muitas outras, ou seja, além daquelas que perfilam uma cidade, no plano visual, aparecem outras surpreendentes ao olhar: aquelas que brotam dos sujeitos, de sua experiência com o lugar. [...] Qualquer que seja o lugar observado, ele produz imagens diversas, que podem ser classificadas sob o ponto de vista formal e sob o ponto de vista do observador. A primeira pode ser chamada de imagem geral e é aqui definida como sendo a “caricatura” do lugar, isto é, a maneira como este lugar é representado num primeiro momento, retratando suas partes constitutivas através de sua organização física, de seus aspectos morfológicos. Este primeiro contato com a aparência geral é determinado diretamente pela configuração do lugar; e nesta fase a cidade se apresenta formadora de uma leitura limitada a uma imaginação formal. Já no que se refere à imagem particular, entende-se ser a que individualiza um lugar, um de seus elementos ou conjunto de elementos, podendo ser considerada de natureza mais cultural, social ou histórica. Ela se revela além da forma, processando-se no plano da imaginação material.

Neste sentido, entendemos que a caracterização da favela no discurso oficial do poder público, esua reprodução no discurso da mídia local, obedece a um projeto ideológico de construção da imagem destrutiva que demoniza o lugar, combatendo todos os elementos que porventura resgatem o eixo de sua constituição subjetiva, de modo a formalizar a visão do feio, do sujo, do violento, do atrasado, do submundo que envergonha a cidade, ainda que seja este mesmo poder público o responsável direto pela constituição objetiva desta morfologia. A este respeito, concordamos com a proposição abaixo:

Atualmente a Comunidade sofre um intenso processo de tensão social promovida inicialmente pelo Estado, que desde a década de 1980 fomentou sua favelização, exclusão social e inserção de outras pessoas oriundas de outras localidades e não vinculadas a atividade pesqueira, o que causou uma grande transformação socioespacial na estruturação interna dos moradores trabalhadores da Comunidade, diferenciando-os entre os trabalhadores da pesca e os não trabalhadores da pesca. Foram identificados também outros modos de pressionar a comunidade a afastando de suas origens bem como a não utilização de recursos de órgãos federais via programas de urbanização

além das péssimas condições infraestruturais proporcionadas pelas más gestões do poder público no que se referem ao bem estar da Comunidade (ALMEIDA; PONTES; SANTOS, 2013).

A imagem não existe por si só, ela é construída historicamente, e o papel do poder público, ao promover o abandono até ao ponto em que a situação atingisse níveis insuportáveis, é objetivar a dimensão do indesejável, do degradante, de modo a justificar sua intervenção, ofuscando a violência simbólica praticada contra os modos subjetivados da população em relação ao lugar, e efetivando uma suposta política de inclusão. Desse modo, o poder público promove a imagem degradante que ela mesma ajudou a construir como elemento de um discurso higienista que justifique a impossibilidade de as pessoas permanecerem no lugar.

Entretanto, seu papel vai além, porque não apenas construiu essa imagem pela omissão de serviços e intervenções urbanas, não apenas se apropria da imagem pelo discurso ideológico da remoção para o bem da cidade e do interesse público, como se apropria também da imagem subjetiva do lugar, pela imposição de seu projeto definidor de como proceder à restauração do lugar. Ou seja, a “imagem imaginada” do lugar, produzida na vivência e no sonho de seus habitantes, no modo de fazer e viver o cotidiano do lugar, de ter moradia digna em seu próprio espaço coletivo de trabalho, sucumbe diante da ditadura da imaginação produzida no saber técnico, que projeta a imagem singular daquela comunidade. É a sobreposição da imagem construída nos constructos do discurso do “poder público”, contra a legitimação do imaginário popular que quer atribuir ao seu espaço o seu próprio sentido, como nos ensina dona Odisséia:

Onde eles no lugar de tá fazendo essas atrocidades, essa malvadeza com a gente, faça uma vilinha bonitinha pra gente, que é isso que a gente quer. Ele pode fazer, tem condições de fazer uma vilinha bonitinha, organizada, que em todo canto do Brasil tem. Porque não aqui?¹⁷⁵

O poder público, em sua imbricada relação com o capital, produziu a favelização direta e indiretamente (pela migração forçada de população estranha e pela omissão de serviços básicos), se apropriou da imagem objetiva da pobreza urbana a fim de denegrir a comunidade, apresentou soluções pautadas pela imposição de seu modelo homogêneo de cidade, pela lógica do capital e adequação espacial aos ditames do setor turístico. A lógica de transformação do espaço ditado pela sobreposição do fator econômico, no que objetiva a imagem da benevolência do poder, omite os danos culturais que tais transformações

¹⁷⁵ Entrevista concedida em 25 de janeiro de 2014.

promovem nos habitantes do lugar. A despeito da negação da tradicionalidade desta comunidade, por parte do poder público, Almeida, Pontes e Santos (2013) revelam:

A pesca tradicional como propõe Diegues (2012) faz parte da história brasileira no que se refere ao aspecto cultural com influências indígenas pela sua prática associada ao modo de vida, à época prioritariamente para o consumo. Tendo em vista esta característica associada ao recorte espaço-temporal atual pesquisado foram identificadas que a apropriação do mar socializado pelos pescadores da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá, em Maceió/AL traz consigo elementos que os configuram enquanto comunidade pesqueira tradicional marítima dentre os quais se destacam o modo de vida particular de parte de seus habitantes, a pesca em mar aberto, a não existência de vínculo agropecuário e são dependentes da imprevisibilidade e mobilidade dos recursos pesqueiros, neste caso apenas em águas oceânicas que equivalem ao território alagoano.

Se por um lado a negação desta tradicionalidade pode supor uma estratégia ideológica do Estado para legitimar a remoção, o reconhecimento da mesma implica considerar a importância do território no modo de vida particular dos habitantes, e de como possíveis alterações do espaço, ainda que voltadas para o próprio benefício da comunidade, podem incorrer em danos ao modo e ao uso do lugar por parte de seus habitantes. Neste sentido, observamos que a resistência incide não na transformação proposta pela intervenção urbana que se impõe aos moradores, estes totalmente favoráveis à construção dos equipamentos coletivos da pesca, mas à ruptura entre local de trabalho e local de moradia.

A questão da moradia no próprio local de trabalho foi relativizada na questão da vila de Jaraguá, pois se atribuiu papel secundário a esse ponto em relação ao uso do lugar para efetivação de equipamentos de trabalho. Todavia, estudiosos apontam para a importância dessa associação no desenvolvimento da atividade pesqueira, como demonstra Diegues (2003, p. 8) “Vários autores enfatizam a relação entre o espaço duplo – terra e mar – onde os pescadores moram e trabalham. Os pescadores percebem a natureza como feita por esses dois vastos mundos: o da terra e o do mar”. Este autor também destaca que a produção do trabalho, enquanto prática de construção de um conhecimento específico que caracteriza uma comunidade tradicional, não está desvinculada da importância do território:

Esse tipo particular de conhecimento é produzido por comunidades de pescadores que se caracterizam por: a) relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídas nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos; b) **pela ligação com o território onde o grupo social se reproduz socialmente**; c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que as relações com o mercado desempenhem um papel importante na reprodução do modo de vida; d) **pela acumulação limitada de capital; papel crucial desempenhado pela unidade familiar ou doméstica e as relações sociais baseadas principalmente no parentesco[...]** (DIEGUES, 2003, grifo nosso).

No caso específico da vila de Jaraguá, o ressentimento dos moradores resistentes consiste, conforme os relatos, além do apelo de apego ao território ocupado, no rompimento da unidade familiar nas atividades de trabalho. Tal fato gerou perdas econômicas já visíveis entre os pescadores transferidos que reergueram barracos na comunidade, e depois nos últimos moradores transferidos, assim como nos excluídos, principalmente se considerado o importante papel das mulheres neste contexto, já que a atividade laboral é compartilhada com o domínio dos domicílios.

Registros fotográficos da Vila mostram atividades diárias nas quais muitas vezes é preciso mobilizar dezenas de pessoas, desde a fabricação até ao deslocamento do barco para o mar. Presenciamos uma dessas situações, em que percebemos que essa mobilização se torna possível pelo fato de as pessoas morarem ali e estarem por perto. Uma vez retiradas as moradias, já se percebe certa dificuldade neste intento, uma vez que com a moradia em outro local, as pessoas vão à vila apenas para o exercício específico das atividades de trabalho, não se encontrando nas imediações nos momentos oportunos. Essa dificuldade pode ser ainda maior, na proposta de urbanização, na medida em que a vila passará a funcionar como atração turística e o espaço de uso dos pescadores será bastante restrito às suas funcionalidades, dividindo o espaço com turistas. Neste sentido, aí já se encontra um elemento de extrema importância na construção da tradição que passa a inexistir, a mobilização comunitária de certas atividades já se encontram, no momento, prejudicadas. A relação com o lugar é descrita por Selma:

Moro aqui há vinte e quatro anos. Antes daqui a vida era muito difícil, meus pais não tinham condições, eu vivia no interior e era ou estudar ou trabalhar, fiquei grávida muito nova, aí recebi um convite de uma amiga pra passar uma temporada aqui. Então quando eu vi aquele monte de peixe, camarão, eu fui me juntando com elas. Então comecei a trabalhar, minha filha hoje é engenheira, paguei os estudos dela com o que tirei daqui de onde eu moro, por isso não quero sair daqui. E eu me orgulho daqui e meu filho de doze anos diz “mãe, não assina pra sair, porque aqui meu pai tem uma jangadinha e quando eu quero eu vou lá e pego peixe, camarão, e lá eu não vou poder fazer isso”.¹⁷⁶

Espaço que não poderá mais servir para as atividades corriqueiras do cotidiano, a ponto de os apartamentos sequer criarem qualquer representação na mente das pessoas, como destaca dona Marta:

¹⁷⁶ Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2014. Selma foi uma das que permaneceu na resistência até o último minuto. Ela afirmava preferir ir para outro lugar, que ir para os apartamentos da prefeitura. Dizia que depois de todo o conflito, com todas as indisposições com muitos moradores do condomínio do Sobral, a convivência seria difícil.

Moro a quarenta e dois anos. Já tratei peixe, já tratei camarão, hoje não tenho mais condições. Aqui é meu canto de morar. É muito bom. Quando eu cheguei aqui morei perto da estação do trem. A balança era perto das Lojas Americanas. Aqui mesmo era tudo mato. A maré chegava ali na pista. Só tinha quatro a cinco famílias, o resto era espalhado do Salgadinho pra cá. Comi muito peixe no riacho salgadinho, tomava banho e comia peixe. Agora tá podre daquele jeito. Depois dessa história de retirar a gente eu ando muito agitada, muito nervosa. Já fui bater no hospital três vezes. Porque eles dizem que eu tenho que ir pro apartamento, ou eu vou, ou o trator vem pra derrubar. Mas eu não quero ir, pode dar o meu pra outro que queira. Eu acho que tenho direito, pelos anos que eu moro aqui. Eu gosto daqui, eu tenho minhas galinhas, e morro de medo do povo carregar minhas galinhas. E aqui ninguém mexe nas minhas galinhas.¹⁷⁷

O sentido subjetivo da imagem do lugar se torna bastante evidente quando os moradores comparam a “representação de vila” que constroem enquanto espaço que abrigou uma infância sadia, marcada pelas brincadeiras, e o crescimento marcado pelo casamento e construção de família, com a “representação de favela” construída pelos “de fora”, afirmando plena consciência da associação dessa imagem à chegada da população estranha e de hábitos distintos. Este sentido não apenas cria elementos de pertencimento, como acentua a afirmação de uma diferenciação cultural muito presente no discurso dos moradores resistentes, definindo inclusive fronteiras ao se referir aos outros tecidos urbanos com “lá fora”.

Cheguei aqui há 31 anos. Não tinha esse monte de casa. A gente brincava de voleibol, futebol, corria na beira da praia, amarelinha, elástico, corda, ximbra. Não tinha internet, era só brincadeira sadia, soltar pipa, pescar peixinhos, tudo isso pra gente era esporte, era muita alegria. Depois todo mundo foi crescendo, casando, construindo família, com os rapazes daqui da comunidade mesmo. **O povo de fora chama de favela, mas para nós aqui sempre foi a vila dos pescadores.** Isso virou favela quando o pessoal invadiu o prédio da Cibrazen. Aí tiraram um pessoal não sei de onde e trouxeram pra cá. Pessoas de fora, diferente, não se dava muito bem conosco, tinha outra cultura, não era a cultura da gente. Era só farra, bebida, baixaria... Nossa comunidade era diferente. Agente não saía pra rua, nossa vida era aqui dentro. A gente não tinha noção o que era lá fora. Pra gente o mundo era aqui dentro. Só saía procolégio e voltava. A vida era aqui dentro, por isso que casou um com o outro aqui dentro mesmo. Meu marido passa três quatro dias no mar. Quando chega vai pros barracos, pesa a produção, aí já descansa e já se prepara pra ir pro mar, enquanto as marisqueiras tratam o peixe e o camarão, de domingo a domingo, não tem dia nem ora. Aqui a gente começa a trabalhar de pequena, eu tinha nove anos quando aprendi a tratar camarão (Grifo nosso).

¹⁷⁷ Entrevista concedida em 29 de março de 2013. Dona Marta é considerada uma das mais antigas da comunidade. Foi contemplada com apartamento, mas não conseguia sequer imaginar se mudar para lá. Afirmava que se acontecesse de ser transferida, não demoraria um mês e venderia o apartamento. Seu filho, que vivia de comércio de bebida na vila, nascido e criado no local, não foi contemplado porque na época do cadastro era solteiro. No momento, com mulher e filhos, figura na lista da chamada “coletividade invasora”.

Pertencimento que inclusive, principalmente para os nascidos na comunidade, não encontra representação lógica nos esquemas de reconstrução cultural que justifiquem a anunciada diáspora. Tal dispersão já domina o condomínio da praia do Sobral, principalmente os jovens excluídos que foram dispersos pela cidade e hoje frequentam o condomínio do Sobral, à noite, em busca de refazer os laços desfeitos pela prefeitura, visto que são filhos e netos dos pescadores e marisqueiras, apesar de terem sido expulsos como invasores. Assim, a diáspora afeta os sentidos de construção cultural sobretudo pelo caráter traumático de uma migração forçada do lugar de onde nasceram, uma vez que o uso do lugar representa a satisfação e a segurança do convívio, do aprendizado natural e coletivo em detrimento da educação formal muitas vezes indesejada, como desabafa seu Dioclécio:

Uma família como a minha não tinha necessidade de ser estrangulada pelas próprias autoridades. Onde tá tudo aqui batizado num lugar, sabendo que o que vai fazer quando amanhece, o que vai fazer quando anoitece. Quando o barco chega, é do que a minha família vive, de tratar camarão, peixe. Meus netos de 12 anos estudam e catraiam, sabem mais da pesca do que do estudo. Porque pra escola ele vai forçado. E pra pesca ele vai saltando de alegria e achando graça. O filho do pescador chora quando o pai vai pra maré, pra ir mais ele.¹⁷⁸

Entendemos que o sentido de “amor” ao lugar, expressão muito corriqueira no discurso dos moradores, não se correlaciona diretamente com uma perspectiva meramente romântica, mas de um sentimento recheado de materialidade, ou seja, de relações materiais concretas estabelecidas com o lugar, e que as perdas econômicas provenientes da alteração proposta para o espaço põem em ameaça. Este sentido se repetia abundantemente quando a fala se voltava para o exemplo dos que foram removidos inicialmente, no fato de os mesmos terem retornado e reconstruído seus barracos, e mesmo os que não reconstruíram testemunharam cotidianamente o sofrimento da mudança, como afirma seu Dioclécio:

Tem gente que foi pros apartamentos deixar só as coisas. Porque passam o dia todinho aqui, tem gente que dorme aqui. Só vai pra lá final de semana. Sai daqui sábado no final da tarde e segunda de manha tá de volta. E muitas vezes domingo ainda volta. Muitos se arrependeram. Só não admitem por orgulho, pra não dizer que tá sofrendo. Mas a gente sabe que estão sofrendo. Isto sim é orgulho. No meu caso não é orgulho, é amor. Amor ao lugar que eu nasci e me criei e construí minha família. Amor à terra, ao trabalho, à família. Dignidade é dizer a verdade, assumir que não tá bem. Se eles viessem, trabalhassem e voltassem, estava bem. Mas não, ficam por aqui, é prova maior que não estão bem. Pessoas de idade vêm de pés de lá pra cá, pra economizar dinheiro. Quem não depende da pesca tá bem. Porque tem

¹⁷⁸ Entrevista concedida em 14 de março de 2013. Seu Dioclécio chegou na Vila no final dos anos 60. Após viver vários anos da pesca, passou a negociar em um pequeno quiosque na frente da vila. O bar do Seu Dioclécio era um dos pontos de convivência da comunidade.

seu trabalho, tem aposentadoria tá bem. Mas quem sai de lá pra cá é assaltado. Quem trabalha aqui chega de lá três, quatro horas da manha. Meu marido foi visitar a mãe dele nos apartamentos e foi assaltado, levaram a bicicleta dele.¹⁷⁹

Esta fala reflete bem o quanto os vínculos afetivos se relacionam com as benesses oferecidas pelo lugar, e o sentido de revolta pela suposta indignidade de não assumir o sofrimento e o arrependimento, a exemplo dos moradores que inclusive comparecem nos espaços de debates para insistirem na suposta felicidade dos removidos como se esta fosse unânime. É natural que ao falar do lugar, os moradores falem a partir de um discurso conflituoso, que é a dinâmica que eles vivem há quase duas décadas, ora na luta pela urbanização, ora na luta contra a remoção. Todavia, nas entrelinhas desse conflito, eles nos revelam suas percepções do lugar, sua memória, seu uso, na medida em que estes são utilizados como recurso argumentativo na lógica comunicativa da ação coletiva do grupo. É o que se percebe na fala de dona Mariluze:

Minha mãe lavava roupa no cais do porto, meu pai era estivador, e a gente vendia rolete de cana num saquinho. Os moradores antigos já morreram quase todos e ficaram os filhos dos pescadores. Aí eles dizem que esse povo é invasor. Eles querem o quê? Que os pescadores antigos tenham vida eterna, que os índios do século passado morem aqui ainda? Aqui vai passando de geração, de pai pra filho. Um dia os pais morrem e os filhos herdaram tudo. Até o prefeito vai ter que morrer um dia. Ele não herdou a tradição política do avô? Porque a gente não pode herdar a tradição dos nossos avós pescadores?¹⁸⁰

Ou seja, ela reconstrói não apenas o conceito de invasor, mas o conceito de tradição, ao ressaltar que sua herança cultural não se reduz a laços consanguíneos, ao contrário da tradição política do prefeito Rui Palmeira, enquanto continuidade de uma constituição oligárquica. E na produção do discurso de respostas à prefeitura, enquanto argumentos de luta, ela permanece respondendo com lições de memória que não seriam comuns a um suposto invasor:

Eu sou de 1950. Nasci aqui na balança. Essa areia que você vê na balança não era essa areia que é hoje, preta. Era uma areia bem alvinha, quando você pisava chegava a ringir. Tinha muita gente, dona Quinininha, um bocado de gente que criava cavalo. O cais do porto não era esse cais do porto que era agora. Era bem estreitinho. Quando a minha mãe me levava pra lá eu segurava na mão dela com medo. A água do mar vinha até aqui nessa pista.

Algumas falas revelam inclusive o modo de ocupação, ou seja, quando o lugar ainda era dominado por criadores de gado, vigiados pela figura do capataz, este incumbido de

¹⁷⁹ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

¹⁸⁰ Entrevista concedida em 11 de abril de 2014.

proteger a “propriedade”, geralmente grilada, embora tenham demonstrado certa tolerância com a figura do pescador, por vezes permitindo que construíssem barracos na beira da praia, como descreve seu Dioclécio:

Sofri muito quando cheguei aqui. Quando cheguei no Jaraguá as luzes parecia mais esses vagalumezinhos de inverno, bem fraquinha. Em 1978. Não tinha água, fizemos uma cotinha pra melhorar a luminária, a pessoa que arrecadou o dinheiro desapareceu. Depois conseguimos. Quando encanamos a água aqui pra dentro resumiram essa água em cinco chafariz aqui dentro, eu fiquei comprando água, enfrentando fila pra conseguir água. Aquilo tava muito errado. A taxa que eu paguei de água dava pra pagar toda água consumida aqui e ainda sobrava dinheiro. Existiam poucos moradores, mas todos já antigos. Tinha uma senhora de nome dona Eunice, mãe da dona Nocy. Tinha um marchante velho que morava ali, só tinha gente velha. Aí os mandantes, os poderosos, chamam nós de invasores. Mas eu não sou invasor. Eu cheguei aqui no tempo que ainda existia capataz na capitania. Falei com o capataz e ele autorizou, disse “faça sua moradia aqui, que lugar de pescador é na beira da praia. Faça seu barraco aí e deixe o tempo correr”. Esse cidadão não é mais vivo, mas o filho dele é. Prefeito nenhum olhou pra nós. Nós fomos quem lutamos na CEAL e na CASAL para botar água e energia. Prefeito nenhum deu nada a ninguém aqui. Eles dizem que estão dando, mas eles tão é desapropriando.¹⁸¹

Descrevemos assim diferentes modos de ver a vila dos pescadores, e de como o modo subjetivo do olhar do morador – recheado de memória - se distingue do olhar do poder público – recheado de pelo modelo homogêneo de cidade. Esta discrepância faz com que a questão da resistência não possa ser reduzida meramente a uma substituição material de um barraco por um apartamento, ou de uma favela por um espaço urbanizado na beira da praia do Sobral, mas implica a imagem e no valor que essa imagem representa na vida de cada um.

¹⁸¹ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

Capítulo 3. Educação Popular: processos educativos e culturais como mecanismos de potencialização e instrumentalização dos pescadores para a resistência

Neste capítulo apresentaremos informações acerca dos projetos culturais e projetos educativos que permearam a história e o cotidiano da Vila de Pescadores, procurando ressaltar sua importância na formação do grupo e no desenvolvimento de uma consciência política, associando-os concomitantemente com o processo de formação pessoal e política das lideranças do grupo resistente, na medida em que elas transformam seu projeto de vida num projeto coletivo de crescimento comunitário. Buscaremos em Paulo Freire elementos que consideramos salutar para o entendimento dos fatores empíricos aqui apresentados, considerando que os pressupostos elencados por ele ao longo de sua vida e de sua obra se revelam similares e condizentes com análises dos dados por nós apresentados.

Começamos pelo relato de um acontecimento. Certo dia, o coco-de-roda da vila dos pescadores foi convidado a participar de um evento, no Centro de Convenções de Maceió, e receberia um cachê de R\$ 300,00 (trezentos reais). As crianças receberam camisas, lanche, mas ao final não tinham como receber o referido cachê, porque não estavam com a Associação organizada. O valor, por questões burocráticas, também não poderia ser depositado numa conta individual. Daí a percepção de uma grande dificuldade, que era resultante da ausência de Associação bem estruturada. Assim, a líder comunitária Enaura ressalta que a conquista da Associação se deu muito mais pela necessidade de regularização das atividades do PELC. Em relação à entidade organizativa, não havia sequer registro na prefeitura, apenas um registro antigo na Receita Federal, que inclusive tinha dívidas.

Nesse sentido, Enaura uniu-se com os monitores do karatê, do coco-de-roda, do futebol, da capoeira, do voleibol, e decidiram “retomar a Associação”. Percebe-se que a Associação de moradores, a partir de Enaura, já começa com uma preorganização, em que as pessoas envolvidas já desenvolviam tarefas dentro da comunidade, cada uma delas voltadas para o resgate da cidadania e muito preocupada em manter ocupado o tempo das crianças para evitar ociosidade. Enaura e seus colaboradores já eram um movimento à parte dentro da comunidade, só não tinham a legitimidade da Associação. Durante as reuniões que discutiam a retomada, seu nome figurou quase que por unanimidade, e, como ela diz, “fui no empurrão”. A chapa apresentada foi única e a primeira gestão durou quatro anos. Durante a gestão, participaram de formações, congressos, fóruns, o que proporcionou uma visão diferente das coisas, um aprimoramento dos conhecimentos, da percepção dos direitos que têm, mas que

não chegam. Participar, entender, “brigar”, viver na prática o que aprendera na formação, como descreve Enaura:

A pessoa que tava na presidência da Associação em 2008 passou a entender que realmente tem que lutar. Se você não acredita, não chega a lugar nenhum. Dou graças a Deus porque tenho uma mente que disse ‘vamos, é isso mesmo’ porque eu poderia não querer, mas eu fui à frente.¹⁸²

Passados os quatro anos da primeira gestão, a reeleição era uma questão de convicção, ou seja, já havia um amadurecimento, uma preparação, uma crença no que se estava fazendo.

Quando você acredita e quando você aprende, você consegue passar pros outros, tanto é que você vê aí a turma da resistência acreditando, eles acreditam em mim como líder comunitária, e sabem dos direitos que têm, sabem que é negado esse direito, mas acreditam que no final possa ser feita a justiça, que possa ser construída uma vila de pescadores nesse local.¹⁸³

Esta crença na liderança foi um fenômeno que teve implicações diretas na resistência. A história da Vila de Jaraguá tem que ser contada obedecendo este corte temporal e geracional entre a velha e a nova Associação de Moradores, enquanto que a história desta nova geração está diretamente imbricada na história pessoal de sua liderança. História pessoal em que habilidades políticas que a projetam no meio social da cidade foram construídas paulatinamente, junto a um processo pedagógico como educadora dentro da comunidade. Neste processo, ela mesma se reconhece como maior aprendiz. Sendo educadora, descobriu-se educanda.

Enaura estudou até o então terceiro ano científico no colégio Benedito de Moraes, onde concluiu aos 18 anos. Em 2007, começou a trabalhar com alfabetização de jovens e adultos. Participou de várias reuniões de um curso de formação na Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante realização do projeto “todas as letras”. Este projeto foi uma parceria da CUT, Governo Federal e Petrobrás. A CUT recebeu quase R\$ 50 milhões para o mesmo. A Petrobrás lhe repassou 26 milhões entre 2004 e 2007, por meio de três convênios. Já o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, encaminhou outros R\$ 23,9 milhões. Na base da CUT havia categorias que tinham analfabetos, como construção civil, setor rural, etc. O projeto durou quatro anos e todas as suas filiais do Brasil o assumiram. O papel principal da entidade era a formação de dirigentes, mas foi percebida essa demanda, que ganhou força pela presença de Lula na presidência da República. Segundo uma das coordenadoras do projeto, não era alfabetizar por alfabetizar.

¹⁸² Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

¹⁸³ Idem

Era discutir o mundo do trabalho, onde esses trabalhadores estavam incluídos. Foram mais de trezentas turmas em quase todos os municípios de Alagoas. A Universidade Federal de Alagoas contribuiu na elaboração do projeto e na seleção dos coordenadores. Havia formação semanal, formação mensal de todo o grupo. Para cada 15 educadores, havia um coordenador pedagógico. O Ministério da Educação repassava as bolsas e o material, a Petrobrás entrou com dinheiro para a formação, e a CUT deu o apoio logístico, formação, espaço, reprodução de material. “Havia toda uma preocupação pedagógica, didática, de fazer algo, de mostrar que fosse uma experiência que desse fruto”, afirma a coordenadora pedagógica, Marluce Cavalcante. O atual deputado federal Paulão era vereador, já possuía uma relação com as lideranças comunitárias e debatia a história da Vila dos Pescadores. Depois que Paulão se tornou deputado, Judson Cabral assumiu mais de perto essa relação. Ao se formarem as turmas, propôs-se formar uma na Vila. Importante destacar que a coordenadora Marluce Cavalcante já tinha uma relação com a comunidade enquanto professora da FAL (Faculdade de Alagoas) e da UFAL.

A proposta era a construção coletiva dos saberes. Não trabalhar o letramento de forma tradicional, ou seja, a ideia era de superação do método burocrático, compreendendo que os adultos tinham uma leitura do mundo e da sua realidade. Assim, a construção de textos e as leituras eram voltados para a compreensão desta realidade. “A meta era lutar firmemente contra a evasão, de modo que os alunos pudessem ir até o fim, mesmo as educadoras de formação mais avançada. Muitas vezes a grande descoberta era conseguir que esses alunos tivessem a ousadia de dizer eu ‘quero continuar e vou sair disso’”. Os limites eram os mesmos de todo trabalho com EJA: os alunos trabalham, chegam em casa cansados. No caso da Vila, havia o entendimento de que o lugar onde moravam facilitava a evasão, mas isso não seria tudo. O entendimento intelectual de algumas coisas que têm hoje tem muito a ver com esse processo, os diálogos, conversas, que tiveram em sala de aula. No entendimento e visão de mundo, eles avançaram. Todavia, no processo de letramento propriamente dito, muitos não obtiveram o sucesso. Era necessária uma continuidade, mas o trabalho e a luta política, assim como a transferência de parte da comunidade para a praia do Sobral, prejudicou o andamento da formação. Eles teriam que avançar na escola regular, mas muitos não se adaptaram. Porque o ensino burocrático da escola é diferente, pouco atrativo para muitos deles, na avaliação da coordenadora do projeto. “No projeto se discutia o cotidiano, os direitos, juntar coisas para resolver essas questões da comunidade, e na escola formal é diferente”.

Na sua avaliação, Enaura foi uma pessoa diferenciada na formação. Ressalta que muitos educadores levaram a formação tão a sério que alguns hoje fazem doutorado na área. E coloca Enaura neste patamar, como uma das principais personalidades do curso.

Esse processo ajudou Enaura a ir além, no olhar dela na comunidade. Ela já tinha isso aguçado, porque é filha dali, nasceu e se criou e criou os filhos ali. Ela tomou pra ela, como filha daquele pedaço, uma luta. Ela começa a fazer outras leituras. E quando se junta com outras pessoas da comunidade, cada uma com sua experiência, com seu olhar, faz aguçar coisas que não estavam muito abertas.¹⁸⁴

A coordenadora do projeto sustenta que Enaura tinha latente alguma coisa de social, de liderança, de pensar “essa coisa da sociedade”, da justiça e do direito, e hoje ela tem toda condição, tem liderança e representatividade, tem conteúdo e eloquência, o que é “facilmente notado quando ela vai fazer a fala, não é uma fala qualquer, é uma fala qualificada”. Nesse processo como educadora, surge a discussão da associação. “Estimulamos ela a assumir a Associação. “Você tem toda condição de assumir essa Associação. Você não vai tá só, vamos estar juntas. O povo não queria mais a outra Associação, que estava desgastada, desacreditada, cooptada. Ela era jovem e já fazia o trabalho de alfabetização”. Deste modo, a CUT, por meio das coordenadoras do projeto “todas as letras”, deu suporte político para Enaura e a nova gestão. Aconselhamentos, debates sobre o papel da direção, como conduzir assembleia, como construir um estatuto, etc. Ou seja, a relação CUT/Comunidade extrapolou os limites da capacitação proposta pelo projeto e sua função pedagógica adentra na esfera política. Segundo uma das coordenadoras, é notória a mudança de qualidade que Enaura e seu grupo inauguram na nova Associação:

Era um momento diferente. As associações de modo geral são cartoriais, existiam muito no papel e tinha seu momento nas eleições. A gestão anterior foi cooptada e achava que tava fazendo muito coisa. Tinha políticos que tiravam proveito eleitoral na área e depois da eleição eles iam embora. Enaura inaugura outro momento. Já se vivenciava toda essa turbulência da remoção. Enaura tem outro olhar, tem outra clareza do momento, tinha formação política. E isso a fazia enxergar outras coisas e conduzir o processo, porque ao redor dela, ela soube construir isso bem, foi trazer a Universidade pra dentro da comunidade.¹⁸⁵

Em sua avaliação, os professores iam muito fazer pesquisa, conhecer as condições de vida daquele povo, mas Enaura aproveitou também esse momento, isso ajudou a compreender a história da própria vila, que eles não enxergavam, de tomar consciência de que eram um patrimônio imaterial. “Eles transformaram as informações em bandeira política, isso

¹⁸⁴ Entrevista concedida em 20 de abril de 2014.

¹⁸⁵ Idem.

é o máximo de um processo educacional, é isso que nos orgulha, aquele povo respira aprendizagem”. E foram os professores e estudantes, sobretudo antropólogos e sociólogos, psicólogos, mas também geógrafos, juristas, turismólogos, que trouxeram esses elementos que ajudaram na luta. Enaura então construiu um capital social e político com essa relação. Transformou a relação acadêmica em capital político. Tanto que nos momentos de crise, quando a tensão apertava, os professores e estudantes se transformaram em verdadeiros militantes, compraram a causa da comunidade, onde quer que acontecesse discussão sobre a Vila de Jaraguá, eles estavam questionando e levando as informações que tinham produzido ao longo desta relação. No momento mais decisivo da resistência, é a comunidade acadêmica quem vai dar respaldo à luta. Depois, este apoio político acaba se ampliando após o surgimento do Movimento Abrace a Vila, mas o modo militante como a comunidade acadêmica assume a defesa da comunidade, contribuindo com o peso institucional de suas Universidades, incluindo faculdades privadas, se deve a essa capacidade que a Enaura teve de se articular com essas instituições, ao contrário das gestões anteriores, que funcionavam de quatro em quatro anos, no fisiologismo das eleições. Segundo a coordenadora do projeto “Todas as Letras”,

Ela desnudou a vila para a academia, e ajudou a desfazer a imagem de favela para a de uma comunidade tradicional. Quebrou os estigmas de que nas favelas, no lugar da pobreza, o que a sociedade fala, ela desmistificou e disse que não é verdade. Que ali tem gente que trabalha, e que ali é um espaço de história e cultura, a universidade veio com um olhar acadêmico, do pesquisador, mas ela incorporou e construiu isso para a academia.

Desse modo, quando as pessoas questionavam qual o motivo que levaria as pessoas a permanecerem naquele lugar em vez de ganhar um apartamento na beira da praia, uma situação cujo entendimento realmente exige uma lógica relativamente complexa, logo se convencem após a fala de Enaura, na medida em que ela traz no seu discurso não apenas o dom da fala, mas o conhecimento dos modos de vida do pescador.

Tem todos os problemas, que todas as ‘ditas’ favelas têm. Tem a falta de assistência do poder público, o lixo eles não pegam, tem necessidade de escola, saúde, mas tem uma coisa que poucos sabem: ninguém passa fome. A gente se abusa de comer peixe e camarão, mas fome a gente não passa. A gente come barato o que vocês pagam caro pra comer.

Além desse argumento, Enaura enfatiza a necessidade de estarem perto dos barcos quando vem a ressaca, por causa dos ventos fortes, dos perigos de desancorar, as marisqueiras, que quando chega o pescado têm que estar lá. A academia vê com o olhar teórico, mas Enaura vê com o cotidiano. Ela tem esse conhecimento do cotidiano, mas

também se capacitou para o conhecimento do mundo letrado, conheceu as leis, os programas, aprendeu a se relacionar com as instituições. Daí outra característica que fez dela uma liderança forte junto ao seu povo, ela é filha do lugar, não é estrangeira – observação importante, numa realidade social em que os que serão considerados “verdadeiros pescadores” nunca tiveram relação com a pesca.

O projeto “Todas as Letras” iniciou-se na comunidade com turmas de 20 a 25 alunos. Na formação “aprendemos que teria que trazer pra comunidade a fala do cotidiano, e do direito que o nativo tem, o morador tem, direito que a população tem”, acrescenta a coordenadora. Cada turma durou cerca de oito meses, e neste período o monitor tinha entre três e quatro formações. Enaura conta que logo de início acreditava que não poderia alfabetizar o adulto, porque é difícil, muitos não querem, dizem que não aprendem mais, o que a deixou um pouco apreensiva. Mas a formação mostrou que realmente é possível trazer conhecimento para a comunidade, porque eles estavam desacreditados, sabiam que tinha direito à educação, à saúde, à moradia, mas isso de uma forma muito abstrata, porque sabiam também que o “governo não faz aquilo que tem que ser feito”. Na formação com a CUT trouxe para a comunidade falas sobre direitos, e foi acreditando que realmente dava certo, ter uma turma de vinte e cinco alunos onde eles compreendiam o que o educador estava falando não era uma coisa inatingível, então o educador estava ali para alfabetizar, conscientizar as pessoas desacreditadas. O próprio educador também tem suas dúvidas, suas descrenças, mas ao final, além de aprender, consegue passar a mensagem da formação, este é o grande orgulho demonstrado por Enaura.

A experiência mais importante extraída da formação foi o fato de perceber que tem que lutar, tem que “brigar até adquirir o que você quer, trazendo para a comunidade a informação”, afirmou a líder comunitária. Consiste em ir para a comunidade para falar de cidadania, o direito à saúde, educação, moradia. Para além do cotidiano da comunidade, eles teriam que acreditar no direito do cidadão. Ou seja, a proposta seria alfabetizar inserindo tudo aquilo que eles viam e viviam no dia a dia da comunidade, e que não sabiam o que acontecia para além das fronteiras da mesma. “Eu aprendi bastante, e consegui passar pra eles”, diz Enaura. Trazendo notícias de jornais sobre problemas políticos, inclusive sobre a própria vila, fazendo passeios pelo interior da comunidade para que observasse a situação coletiva, as casas, o esgoto, o lixo que não era coletado, a precariedade do trabalho, dentre outras situações que eram vistas e trazidas para debate em sala de aula. Enaura afirma que a cada etapa da formação ela aprimorava seus conhecimentos e a cada momento se empolgava

muito mais com o projeto. “Se você não acredita, você não consegue lutar”, ou seja, à medida que os alunos avançavam na sala de aula, Enaura avançava igualmente seu processo pessoal e sua formação.

Após o projeto de alfabetização da CUT aconteceu o projeto “Brasil alfabetizado” do Município de Maceió, este, segundo Enaura, sem muita relevância. Em seguida veio o Mova Brasil, uma parceria da Petrobrás com o Instituto Paulo Freire. O projeto da Prefeitura tinha menos tempo de formação, e não tinha como meta discutir direitos, era alfabetizar por alfabetizar, só aprender letras. “Você ensinava aquilo que você queria, não tinha uma programação politizada”, afirmou Enaura.

Para ela, o Projeto Mova Brasil ainda teve uma importância pedagógica maior, trazia uma ênfase muito forte na questão da alfabetização, com uma tônica muito presente da obra e do pensamento de Paulo Freire, embora o projeto da CUT tenha produzido uma maior articulação política. Com o Mova Brasil, eles aprenderam a alfabetizar, adquiriram um contato mais pedagógico com a técnica. “Quem aproveitou conseguiu ser uma boa alfabetizadora. Exigiu bastante, mas quem se dedicou conseguiu fazer um trabalho excelente”. Ensinavam pautados no cotidiano, centrando muito no trabalho, a questão do trabalho na infância. Como a maioria era filho de pescador, alguns vindos do campo, então se explorava esse cotidiano, procurando escrever palavras extraídas dos debates sobre este dia a dia. Alunos que aprendiam a palavra “peixe” ficavam emocionados ao perceber que tinha uma placa na sua parede, e que sabia o significado da placa, também poderia escrever sua própria placa. Eles sabiam que a placa era pra vender o peixe, mas não associava a palavra “peixe”, agora mais familiar. Ela conta da gratificação que sentia a cada descoberta dos alunos.

Eles aprendiam, não mandando escrever muito, não enchendo o quadro de palavras que eles não iam entender, lendo bastantes textos pra eles, e eles aprendem, quando começam a conhecer as letras fica tudo mais fácil. Pequenas palavras, pequenas frases. Nada de frasezinhas do tipo ‘a bola é redonda’, ou ‘o céu é azul’, ou ‘o boi comeu no pasto’, mas frases que tenham haver com o cotidiano deles.¹⁸⁶

Em todas as etapas dos projetos, cerca de 80% dos alunos foram alfabetizados. Enquanto algumas turmas terminavam com alto índice de evasão, a turma da vila concluía com bom desempenho. Aliás, excelência é a marca desta comunidade, como veremos adiante ao falarmos do Ponto de Cultura.

Enaura conta que o interesse era grande, porque eles conseguiam fazer contas mentalmente, mas não conseguiam colocar no papel, queriam elaborar uma lista de compras,

¹⁸⁶ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

fazer coisas simples. Como o caso de uma marisqueira, cujo sonho era aprender os nomes “ele” e “ela”, porque certa vez vinha meio dia no sol quente, empurrando um carrodemão, pediu para usar o banheiro em um bar, então procurou a tradicional figura do homem e da mulher, mas não encontrando, deparou-se com duas palavras. Resolveu arriscar em uma das duas, mas não deu sorte, entrou no banheiro masculino. No projeto, ela ficou admirada em descobrir que a diferença era só uma letra. Para Enaura, a gratificação estava em ver a evolução dos alunos nas pequenas palavras, e de como através delas conseguiam resolver problemas simples do cotidiano. Outra marisqueira expressara sua felicidade em ter ido ao médico e ter conseguido ler “sala 02”, sem ter que perguntar para ninguém. Houve pessoas mais velhas que tiveram realmente dificuldade, sobretudo, de esquecimento, mas no geral, a maioria aprendeu.

Enquanto na CUT aprendia-se que a melhor forma de alfabetizar era se aproximando, nunca gerar sensação de afastamento com os alunos, no Mova Brasil aprendeu-se a desenvolver um trabalho que pudesse levar os alunos a andar pela comunidade e ver o que há de errado: lixo, saneamento, de modo a debater em sala de aula as causas e as possíveis soluções desses problemas. Um evento que contam com orgulho é de quando o MPF solicitou da Associação um parecer para dizer se conhecia uma determinada pessoa que teria ido lá reclamar que sua casa tinha sido demolida indevidamente. Enaura reuniu os moradores, que coletivamente afirmaram não conhecer tal pessoa, e elaborou-se um documento com a assinatura de todos. Da turma de 2012, todos assinaram o documento, e era, naquele momento, a primeira vez que assinavam o nome, não escondendo o orgulho de ter participado de tal evento, participando da questão política e ainda manifestando sua opinião de próprio punho. Alguns que estavam ainda em processo inicial tiveram certa inibição, mas o coletivo insistiu, esperando pacientemente, fazendo o registro fotográfico, dado a importância que atribuíam àquele ato.

“É muito gratificante estar nessa luta, trazer a informação... E o papel do educador é esse trazer a informação e melhorar a autoestima das pessoas”, principalmente pessoas que na infância eram inclusive proibidas de aprender por determinação dos próprios pais, que privilegiavam o trabalho em detrimento dos estudos. “Venha ajudar a pegar água, em vez de tá aí sem fazer nada, escrevendo nome”, era o que uma marisqueira de 74 anos ouvia de sua mãe quando tentava aprender a escrever.

Enaura afirma que em seis anos à frente da Associação aprendeu mais que trinta e oito anos de vida, porque antes não acreditava. Sabia que tinha reuniões da Associação, mas

não se envolvia, achava que não adiantava nada, porque o povo queria uma coisa e o prefeito queria outra, que o mais forte sempre vencia o mais fraco, então desacreditava e não se envolvia. No entanto, hoje pensa completamente diferente, acredita que pode modificar a realidade e transformar o mundo. Em 2016, não estará mais na Associação, mas já sabe que vai continuar na liderança com seu grupo de mulheres “sempre brigando”. Afirma que é uma coisa que, quem começa, nunca deixará. É o que ela mais repete em suas falas, que tomou gosto pela luta e nunca mais vai deixar. Não consegue olhar para o futuro e se ver acomodada.

Eu aproveitei as formações e aprendi muito. Veja a questão de ser comunidade, de uma reunião sobre museu, comecei a fazer parte do museu de periferia e com as reuniões consegui enxergar que tem muita coisa que precisa ser guardada, pra daqui a algum tempo seja mostrada para as crianças, daqui há dez ou vinte anos você precisa tá com esse material, que do contrário vai acabando e as crianças não terão acesso à sua história. Eu aprendi que muita coisa que eu vi quando era criança não existe mais. Coisas que você não liga e que vai passando ao longo do tempo, e que depois você para e realmente vê que precisa juntar esse material, precisa ter um museu.¹⁸⁷

Perceber Enaura como educadora é perceber acima de tudo uma paixão não apenas pelo conhecimento, mas por sua transmissão, uma transmissão muito marcada pela solidariedade, pela identificação de classe, por um autorreconhecimento enquanto agente multiplicadora e formadora de opinião. Haja vista sua concepção de museu, quando nos ensina sobre a preocupação da memória enquanto experiência vivida a ser assimilada pelas crianças, que é, no cerne, o processo educativo de toda comunidade tradicional.

Neste sentido, por estarmos discutindo preservação da memória, cabe fazer uma comparação entre dois fenômenos parecidos no processo de revitalização dos bairros de Recife e do Jaraguá. Analisando a irônica revitalização do bairro do Recife, Leite (2007) nos traz um caso esdrúxulo da justificativa de tombamento, junto ao IPHAN, de um imóvel datado entre 1920 e 1930, fundado no fato de que abaixo deste tal prédio teria existido um “excelente exemplar de arquitetura”, reformado na primeira metade do século XIX e que em 1952 foi demolido para dar lugar à edificação atual. Ou seja, aquilo que seria de fato patrimônio, dentro dos critérios de valor cultural do IPHAN, não existe mais, não há sequer ruínas, e estranhamente foi tombado em seu lugar uma edificação atual, com status de pertencimento ao núcleo primitivo formador da cidade. A falta de lógica se completa no proposital questionamento deste autor: “Segundo esse mesmo raciocínio, todos os atuais

¹⁸⁷ Idem.

imóveis não deveriam ser incluídos nesse mesmo subnúcleo, uma vez que todos foram construídos onde antes existia um bairro inteiro do século XVII?” (LEITE, 2007, p.88).

Esta cômica política encontra situação semelhante na proposta da Prefeitura de Maceió de construir um “Museu da Vila dos Pescadores”, como foi proposto no projeto de urbanização. A prefeitura quer construir um “museu da vila dos pescadores” – ironicamente sobre os escombros da própria vila que destruiu, ou seja, removendo os elementos vivos da suposta memória que pretende preservar - para que os turistas possam ver equipamentos de pesca ser transformados em relíquias, talvez souvenirs, numa historicidade mórbida contada por uma visibilidade espetaculosa. Em vez de manter uma determinada comunidade e sua tradição, cuja memória social por si atribui valor cultural e histórico ao lugar e à cidade, a ideia seria manter sua “memória” - ou seria melhor dizer “lembrança” - pela destruição: expulsar os moradores e contar sua história não por sua presença física e psíquica, mas pelos objetos de uma relíquia construída para representar sua “outrora” existência. No caso do Recife, a destruição e a consequente produção da relíquia se deu na transformação espontânea da urbanidade, como diria Lefebvre, ao passo que no caso da Vila a prefeitura seria, ela mesma, o agente da destruição, por meio de uma política urbana que pretenderia substituir uma comunidade viva por sua representação em forma de relíquia.

Ao contrário, a preocupação museológica presente na consciência da comunidade revela, sobretudo, uma dimensão pedagógica, pessoas que não apenas sabem executar um ofício, mas passá-lo adiante.

Você participa, aprende, e vamos botar em prática, porque só aprender não é suficiente. Quando se aprende um ofício, tenta passar, e consegue, às vezes não é rapidamente, mas tem que ter o trabalho de tá passando. Quando você consegue tocar um, dois, três, aí é muito bom.¹⁸⁸

Aqui se percebe mais uma perda da transferência que a princípio não é percebida, porque não consta nos pareceres técnicos deste processo, mas que segundo Enaura prejudica a memória da comunidade, que foi o desperdício de muitos objetos que foram para o lixo no ato da remoção. Esteiras de piripiri, balaios de cipó (hoje substituídos pelas cubas de plástico), candeeiros de lata de leite, peneiras de arupemba, radiola, disco de vinil, ferro de carvão, pilão de café, enfim, muitos objetos que as pessoas diziam que eram “coisas velhas” para serem levadas para os apartamentos, pois não tinham a consciência de que esses objetos contavam a sua história, muitas vezes a história de vida de pais e avós, por conseguinte a história da própria comunidade. Ou seja, se a remoção ocasionou na perda significativa de material

¹⁸⁸ Idem.

museológico, o que já põe em contradição as intenções museológicas da prefeitura. Não é apenas a história de uma tradicionalidade construída ao longo de décadas de ocupação urbana – ainda que culturalmente seja uma prática secular herdada dos índios – mas a perda, sobretudo, da história política desses trabalhadores que resistiram às migrações forçadas – econômica e politicamente – de uma cidade que se constituiu por meio de um modo de produção excludente, subsistindo criativamente pela força do trabalho precário, da autoconstrução de moradias precárias, de relações institucionais igualmente precárias com um Estado opressor.

Que espaço terá, por exemplo, no museu da prefeitura, o Ponto de Cultura Enseada das Canoas, projeto que orgulha os moradores, que eleva a dignidade e registra um feito histórico desse grupo? Onde os turistas poderiam visualizar seus registros, se sequer existe um espaço físico para este projeto tanto no condomínio da praia do Sobral, quanto no projeto de urbanização da vila? Pelo contrário, o Ponto de Cultura foi expurgado junto com os moradores, apesar de seus equipamentos pertencerem ao governo federal. Que espaço teria neste museu as fotografias do seu Dioclécio, registro histórico da demolição de seu barraco cuja finalidade das mesmas foi exatamente eternizar em imagem a situação ocorrida, como ele nos relata:

Eu mandei tirar foto de todos os pontos, do barraco em pé e deles derrubando. Pra quando eu contar a história ninguém dizer que é mentira dele. Eu achei uma injustiça. Meu barraco era o ponto de encontro de quem quisesse se encontrar aqui nessa comunidade, era o barraco do seu Dioclécio. “Onde nós se encontra? No barraco de Dioclécio”. Fosse onde fosse, aqui dentro de Maceió só se encontrava no barraco do seu Dioclécio. A prefeitura deu 15 dias pra eu desocupar meu barraco. Eu perguntei qual foi o primeiro homem que deus vendeu terra a ele? Deus fez o mar, o céu e a terra pra o homem sobreviver deles. Particpei de reunião sobre o oleoduto, fui excluído das reuniões, porque os engenheiros da Petrobras diziam que ali era um lugar perigoso, cheio de explosivo, aí eu disse “e se vocês sabiam que era perigoso, porque botaram ele aqui, porque não desviaram pro mar. Essa comunidade chegou primeiro que o oleoduto se tiver alguém que tem que sair é ele”. Eu assisti o trabalho todo quando botaram o cano.¹⁸⁹

A evidência de que a história pessoal de cada um revela nas suas entrelinhas a história da sociedade é incontestável. Os moradores da vila de Jaraguá são a memória viva do bairro e da cidade. Daí a discrepância entre a política de criar um museu – na verdade uma casa de relíquias – para contar uma história que pode ser contada pelos personagens vivos.

¹⁸⁹ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

De modo geral, percebe-se que o trabalho educativo de Enaura, como agente multiplicadora, vai além da alfabetização, pois busca construir uma consciência de “direitos” em toda a comunidade. Esse depoimento foi dado antes da remoção final:

Foi um trabalho que demorou, mas funcionou, eu não sinto que falhei, apesar de que 80% da comunidade foi, porque por um lado eu quero uma coisa simples, uma casinha dentro da comunidade, mas tem pessoas que se ilude porque é um apartamento. Eu não me arrependo porque estas pessoas foram embora. Eu não digo que essas pessoas não mereçam, mas se elas não aceitam ajuda, se elas não querem ouvir, porque cada um sabe aquilo que quer. Pra você lutar, acreditar, lutar, precisa sim de uma formação. Mas você também ter um bom caráter.¹⁹⁰

Apesar de a fala de Enaura aparecer aqui como uma espécie de autojustificativa, acreditamos ser desnecessária, afinal ela e seu povo lutara, não apenas contra um inimigo poderoso, como o contexto histórico gerou reviravoltas que conduziram ao enfraquecimento da luta, tais como as perdas significativas do MPF após o afastamento do Procurador Rodrigo Tenório; da DPU, cuja atuação foi marcada por certo distanciamento após o afastamento da defensora pública Tarsila Lopes; da debandada do PT no conchavo com o então prefeito Cícero Almeida; das trapalhadas da CUFA, na pessoa do filho do deputado Paulão; no fisiologismo da CUT, preocupada em recrutar filiados e arregimentar votos para seu presidente, então candidato a vereador; na instrumentalização de lideranças por parte da Prefeitura, o que corroeu a coesão do grupo no interior da comunidade.

Todavia, Enaura chama a atenção para o fato de que a formação, a multiplicação do conhecimento, dentro da proposta seguida por ela e seus seguidores, de algum modo está associado ao caráter. É a partir deste princípio que as pessoas vão atribuir valor às coisas, de modo que o fisiologismo da Prefeitura, da CUT e do PT acabaria por afetar uns sim, outros não. No contexto da história da vila, como vimos, o processo educacional desenvolvido afetou menos do que se esperava. Menos, no sentido da quantidade, que foi decisiva para enfraquecer a resistência e construir o discurso jurídico da remoção; porém rico, do ponto de vista qualitativo, pelo nível de conscientização, politização, coragem, e união que potencializou a luta na voz e nas ações do pequeno grupo que resistiu até as últimas consequências.

Enaura afirma que antes dos projetos de formação eles estavam acomodados, mas no ano seguinte, incentivada pelos alunos e pelas coordenadoras, foi eleita presidente da Associação de Moradores, e com o entendimento que tinha adquirido na formação conseguiu

¹⁹⁰ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

encampar a liderança com segurança. Com o fim da turma de alfabetização, ela começou com o PELC, que também tem como fundamento o despertar da cidadania pelo esporte, levando as crianças para ocupar os espaços fora da comunidade, como praças, praias. Envolveu quatrocentos cadastrados, entre crianças e adolescentes, mas não conseguiram envolver os adultos e os idosos. O projeto teve a preocupação de inclusão dos deficientes, uma vez que as crianças deficientes subiam em braços, brincavam com naturalidade, de modo que conseguiriam igualmente praticar esporte. Também envolveu toda uma discussão acerca da diversidade sexual dentro da comunidade, para que os homossexuais pudessem ser tratados com respeito no cotidiano do projeto. Para a comunidade, o PELC era um exemplo de cidadania e eles faziam questão de tirar muitas fotografias e divulgar para a sociedade.

O cocoderoda começou a receber convites, de modo que Enaura reconhece que este foi o embrião das atividades culturais. Durante um ano compartilharam com outras comunidades. As crianças não apenas passaram a ocupar os espaços sociais, mas também a ocupar o próprio tempo com as atividades. A pesquisadora Marluce Cavalcante ressalta o PELC como um dos pilares do processo pedagógico da comunidade, porque é nele que vão se constituir os primeiros elementos de um princípio organizativo, além da interação com o mundo fora da comunidade, com instituições, vindo pessoas de São Paulo, Recife, dentre outras localidades. Havia encontros com outros cinco bairros de Maceió, monitores, participantes que trocavam experiências das atividades de futebol, basquete, capoeira, dança, momento de grande troca de experiência e interação. Este processo não apenas potencializou naquele grupo de pessoas um lugar de liderança na comunidade, como os pôs em contato com outras lideranças comunitárias dos outros bairros, algumas delas com larga experiência nos movimentos populares, ao mesmo tempo em que deu a esses outros organizadores, capacitadores, a oportunidade de entender a lógica da comunidade, de entrar na comunidade, de não sentir medo, e descobrir que para além da visibilidade sombria da favela havia uma população pacata, trabalhadora, rica de valores. Havia encontros que chegavam a levar duzentos jovens da comunidade para outros bairros, como Fernão Velho, Pontal da barra, junto com outras centenas de jovens de outras comunidades, participando de shows, danças, capoeira, campeonatos esportivos, exposições artísticas diversas. Toda uma experiência pedagógica que teve grande influência na formação de lideranças e na vivência de modos diferentes de ver e sentir, para uma comunidade que, como observamos de forma muito presente nas falas, refere-se ao resto da cidade com “lá fora”, como se os limites entre a pista e beira da praia definissem também uma fronteira grupal, uma coesão interna diferenciada.

De tal modo, para a Professora Marluce Cavalcante, a vivência do PELC, ao formar lideranças e fomentar, em grande parte da comunidade, a oportunidade de experimentar o mundo “lá fora”, prepara as bases pedagógica para a luta, para uma nova geração que em breve assumiria os rumos da resistência, muito mais fortalecida por este processo de aprendizagem. Esta Luta que era representada por antigas lideranças, como dona Mariluze, que tinha um discurso forte, vivia gritando “eu morro, mas não saio daqui!”, “eu criei meus filhos e meu netos e daqui eu só saio no caixão!”, porém pouco embasado. O discurso de Enaura, ao contrário, lapidado no cotidiano da luta e de seus avanços pessoais e coletivos à frente dos projetos e, posteriormente, da Associação de Moradores, passou a ser um discurso sedimentado, um discurso na lei, na lógica das articulações que passou a vivenciar. O domínio da internet, o hábito de ler e enviar e-mails, imprimir documentos, fazer leituras, elaborar planilhas, relatórios, de aprender a dirigir um convênio de alta complexidade, de extrema responsabilidade operacional, financeira, o dom de se tornarem gestores de projetos culturais de grande envergadura, com grandes recursos do Governo Federal. Para Marluce Cavalcante, é a transformação do saber em poder.

Essa pedagogia do pensar-fazer, uma dialética de fazer pensando, errando e acertando, encaminhar as coisas, e enfrentar o poder com a força do conhecimento, como no dia em que o Secretário de Habitação ficou irritado quando Enaura sacou um pendrive e mostrou o Plano Diretor, citando que não tinha nenhum dos artigos dizia que ela tinha que sair de lá. Então ele disse “quem foi que disse isso pra você?” Ela respondeu: “o senhor acha que eu não sei ler? Está aqui na lei. Eu sei ler. Diga onde está o seu artigo? Olhe, tem esse, esse, esse...” Ela leu os artigos todos que diziam que eles tinham direito. Existe ali uma pedagogia que a gente não conseguia compreender antes da formação de Enaura e do repasse que ela pode dar a todas as outras pessoas enquanto agente multiplicadora.¹⁹¹

E o modo como este saber se dissemina contamina a todos, a ponto de existirem na Vila pessoas não tão instruídas como Enaura, mas potencialmente habilitadas para herdar essa paixão pelo conhecimento e pela luta, a paixão como se autointitulam “resistência”, “somos o povo da resistência”, assim se referem a eles os semelhantes que abandonaram a luta, os adversários, os aliados. Para a Professora Marluce Cavalcante faltou, às pessoas que foram vencidas pelo cansaço, essa contaminação positiva de empoderamento pelo saber, essa sinergia com uma liderança consciente da situação, capaz de uma interpretação mais elaborada da luta e das possibilidades dessa resistência. Na verdade, algumas aversões à

¹⁹¹ Entrevista concedida em 20 de abril de 2014.

figura de Enaura, pautada por motivos pessoais, impediram que alguns participassem dessa riqueza, desse aprendizado que resultou na resistência coletiva.

Talvez não tenhamos entendido a tempo como isso se processa, e dela com o povo dela também, porque o povo dela é um povo tradicional que atende aquilo que ela diz, por mais que eles nos respeitem, não é a nós que eles ouvem, esse povo ouve a liderança deles. Então ela repassa essa segurança de tal forma que ela conseguiu, diante dessa angústia, diante dessa pressão, que não foi pequena, através desse conhecimento, dessa força, dessa pedagogia, inclusive de sala de aula, ter e ser apoio para a resistência incontestável.¹⁹²

Enaura aprendeu a aprender e aprendeu a ensinar. E enquanto grupo, enquanto coletividade, os moradores da Vila extrapolaram as fronteiras da comunidade e ensinaram a toda cidade, seduzindo setores da classe média local, não apenas pelo saber popular que resguardam enquanto comunidade tradicional e pelo saber político que os mantém vivos no enfrentamento contra um poder maior – porque não dizer poderes maiores – mas pela forma incansável com que suportam ofensivas, humilhações, batalhas perdidas não são capazes de arrefecer os ânimos, mantendo-se surpreendentemente firmes na posição de resistir até o último minuto e acreditar veementemente na vitória, enfrentando quadros negativos com uma naturalidade que, perceptivelmente, encantou e impressionou os setores sociais que abraçaram a vila. Tais setores passaram também a serem alvos da violência simbólica, da campanha midiática difamatória¹⁹³, e acabaram igualmente potencializando respostas organizativas de reflexão sobre a cidade.

Além de incorrer em um movimento de rede diretamente voltado para sua luta, como o Abrace a Vila, pode-se afirmar que a resistência de Jaraguá inspirou também de forma embrionária, o surgimento do Movimento Abrace a Garça (resistência dos moradores do bairro de Garça Torta contra o avanço imobiliário), que não por acaso tem adesão de muitos militantes em comum. A resistência ensinou também aos próprios colegas pescadores que não acreditaram na luta, por entenderem que ter ficado em cima do muro não foi um bom negócio, como observamos nas falas durante os momentos acalorados, as pessoas do grupo dos 57 afirmarem que deveriam ter lutado com Enaura desde o início.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ O periódico Cada Minuto publicou um artigo onde o jornalista chama os professores que atuam na comunidade de pseudointelectuais que se aproveitam da miséria da favela para ganhar bolsa e fazer tese, junto com os “pseudoestudantes” do movimento Abrace a Vila, afirmando que “abraçar a vila é abraçar a miséria e o tráfico de droga”, gerando reações nas redes sociais. Disponível em: <http://cadaminuto.com.br/blog/bernardino/263854/2015/02/09/parabens-maceio-a-favela-de-jaragua-ate-que-enfim-vai-acabar>.

Ensinou estudantes de uma Faculdade privada, oriundos de classe média e com pensamento geralmente voltado para a reprodução do capitalismo. A professora Marluce Cavalcante foi pioneira nesta inter-relação, levando os alunos para dentro da comunidade e trazendo o debate para a sala de aula. Lá, de início os alunos defendiam a remoção da “favela”, dadas as condições degradantes em que viviam e cujos relatórios pautavam certa culpabilidade individual da pobreza, mas aos poucos estudantes de Turismo, Comércio Exterior, Direito, por meio do convívio com os moradores, começaram a perceber outra lógica, que contrastava com a base teórica que estudavam, proporcionando mudanças de opinião entre os alunos.

Por mais que a resistência tenha engendrado apoios, por mais que as parcerias tenham influenciado no crescimento cognitivo e desenvolvimento político, nada disso funcionaria se não fosse a capacidade interna da comunidade, num processo educativo que, apesar dos incentivos vindos de fora, foi feito por dentro, pelo modo peculiar de absorver o conhecimento, do sentimento de pertença, da autovalorização, da autoestima. Como afirmou a Professora Marluce, “Eles se bastam. Eles compreenderam que estavam sendo trocados e perceberam que seriam tirados do seu território pelo fato de serem pobres, para dar lugar aos ricos. Eles foram além do ABC e fizeram uma leitura do mundo”. Para a professora que acompanhou os primeiros passos deste processo, eles atingiram um nível de amadurecimento que já não dependem dos outros, eles se capacitaram e sabem por onde caminhar.

Prova disso é a Associação ter perdido o elo com a CUT, quando esta entidade apoiou a transferência, e mesmo assim ter se mantido firme na correlação de forças, estabelecendo novos aliados – ainda que, reconhecidamente, tenham ficado politicamente isolados, sobretudo, no nível do parlamento, dependendo de apoio de Movimentos Sociais, artistas, comunidade acadêmica e movimentos alternativos. Ou seja, não houve, segundo a pesquisadora, apenas um aprendizado, houve um “aprendizado com autonomia”. A caminhada deles passou a independe da presença dos parceiros e suas posições políticas, independente da CUT, do PT, da Universidade, dos Institutos, dos formadores, eles criaram pernas, e quando os interesses se tornaram antagônicos, eles buscaram outros rumos. E a história mostra que conseguiram, independentemente do desfecho jurídico, eles conseguiram vencer. Para ela, a justiça já está feita, e ela consiste em ter ido até ao final com dignidade e pautados por suas próprias convicções.

Outro acontecimento de grande importância nesse processo se deu em 2009, quando a comunidade conseguiu aprovação no edital de pontos de cultura do Ministério

da Cultura. O projeto Enseada das Canoas foi um marco na história da comunidade, envolvendo um recurso de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). De início havia a falta de experiência, falta de visão, o que não impediu de conquistar e dar conta da missão. O projeto se constituiu em quatro oficinas. A fundamentação contou a participação direta da Professora Marluce Cavalcante, que por muito tempo dedicou seu interesse acadêmico para comunidade, seja trazendo os alunos para desenvolver trabalhos de pesquisa e extensão, seja pela luta por melhorias na comunidade, acompanhando a Associação nos enfrentamentos com a Prefeitura, ou ainda utilizando sua formação em Desenvolvimento Sustentável para capitanear recursos e desenvolver a cultura local.

No que se refere ao projeto de “pintura em tela”, Enaura afirma que as crianças da comunidade nunca tinham pintado uma tela. “Eu não entendia bem esse negócio de cultura. Mas quando se falou que as crianças que nunca pegaram num pincel iam pegar e pintar na tela, era uma coisa que eles nunca tinham feito. E foi uma coisa que deu muito certo”. A proposta era aprender a pintar e depois fazer uma exposição, o que empolgou as lideranças. Na primeira exposição venderam mais de quinze quadros.



Oficina de Pintura na Vila dos Pescadores realizada como atividade do Ponto de Cultura Enseada das Canoas. Fonte: Marluce Cavalcante.

Os trabalhos realizados pelas crianças foram expostos em várias oportunidades. Numa delas, no Memorial da República (Monumento que fora construído exatamente sobre casas de pescadores que foram removidos), unindo pintura com fotografia. Todavia, a exposição de maior peso aconteceu no Museu da Imagem e do Som (MISA), que fica em frente à comunidade, o que para eles teve uma importância simbólica grande, pois uma simples travessia de rua transporia aquelas crianças do Jaraguá pobre e degradado para serem apreciadas pela classe média no Jaraguá dos ricos. Vários telejornais noticiaram, a cada aparição na televisão era uma festa na comunidade, por parte dos pais e das crianças.



Exposição de pinturas no Museu da Imagem do Som. Ponto de Cultura Enseada das Canoas. Fonte: Marluce Cavalcante.

Outra oficina prevista no projeto foi a de percussão. Nela, as crianças aprendiam a tocar, fabricar os instrumentos e formar um maracatu mirim. A escolha do maracatu esteve relacionada com a afrodescendência de grande parte da comunidade.



Nas oficinas de maracatu as crianças fabricavam e consertavam os próprios instrumentos. Na foto acima aparecem tocando ao lado dos veteranos batuqueiros do Grupo Afrocaeté, animando o protesto em frente à Câmara de vereadores. Fonte: Marluce Cavalcante.

A partir da compra de quatro máquinas fotográficas as crianças também tiveram cursos de fotografia. O produto destas oficinas de fotografia foi exibido no CESMAC, na Associação Comercial, no Memorial da República e Cine SESI. Outra oficina foi a de formação de agente cultural. “Uma vez a professora Marluce Falou pra mim que eu era uma agente cultural. E eu não sabia o que era isso”, conta Enaura. A partir do momento em que ela começa a levar informação da comunidade para fora, como palestras, encontros, formações, de fato ela passou a funcionar como agente cultural. Além de Enaura, outras pessoas tinham

esta habilidade. “Nosso povo aonde chega sabe falar e sabe levar as informações da comunidade”.

Os critérios e exigências não apenas de aprovar, como executar um Ponto de Cultura dão conta do grau de organização e capacitação da comunidade, sobretudo, quando se trata de um dos melhores pontos de cultura do Brasil, como foi classificado pela Técnica do Ministério da Cultura que coordena este programa. Tal riqueza, confinada nas fronteiras de uma favela marginalizada, estigmatizada, degradada pelas condições subumanas e pela visibilidade decadente, mas que, uma vez estimulada, demonstrou a força do empoderamento que intervenções pedagógicas e culturais podem proporcionar, no caso em tela, assegurando o bem maior de um processo educacional, que é a conscientização política. Segundo os moradores, ter um Ponto de Cultura deu força à luta na medida em que chamou a atenção da sociedade para perceber que não era lugar de tráfico e bandidagem, mas de pessoas de bem, de crianças e jovens com futuro promissor. Com a remoção, esta seria das principais perdas, porque nem no condomínio do Sobral, nem no projeto da prefeitura existe espaço para as atividades do Ponto de Cultura, que permanecerá, mas ainda sem definição quanto à dinâmica de funcionamento.

Quando a crise com a prefeitura se acentuou, foi no tempo que estavam colhendo os frutos do Mova Brasil, e, como explica Enaura, eles se sentiam mais fortes, já tinham aprendido bastante e repassado muito para a comunidade. “A gente viu que eles aprenderam bastante, não só a turma de alfabetização, mas a comunidade em si, aprendeu bastante”. Por um lado, pessoas que não participavam dos projetos de algum modo se envolviam com a Associação porque tinham filhos nos subprojetos do ponto de cultura, apreciavam o trabalho desenvolvido pela Associação, reconheciam o esforço de Enaura e dos colaboradores externos para melhorar a vida das pessoas e trazer melhorias para a comunidade; por outro lado, os alunos da alfabetização cada vez mais se politizavam no cotidiano das turmas. Foram estes os primeiros a dizer não, a não aceitar o projeto da prefeitura, quando as velhas lideranças comandadas pelo Josué Félix e por seu Anselmo se converteram a favor da transferência. Sobretudo, quando se argumentava que a prefeitura era mais forte, que pescador pobre não teria como se opor aos que tinham o “poder nas mãos”, este grupo não se deixou influenciar e persistiu acreditando na luta por seus direitos. A cada reunião que acontecia, os representantes da Prefeitura saíam irritados, em meio a muito bate-boca, como contou Enaura:

O aprendizado maior foi aprender a dizer “não”. Quando começou essa história de transferência, se dizia que o prefeito vinha num trator, iria derrubar tudo, era coisa que ele dizia por aí, anunciava nos quatro cantos. Aí

um pessoal ficou com medo, mas outro resolveu dizer “não”. Mas eles resolveram dizer “não” porque tinham uma liderança, que tinha o apoio de muita gente, e não apenas dizia “não”, como apontava os caminhos. E vamos seguir.¹⁹⁴

Aprender a dizer “não”, aprender a se identificar coletivamente, aprender a ir buscar informações fora da comunidade, em todos os momentos e ações, a prática pedagógica move o grupo, define as estratégias. Aprendizagem que, segundo Enaura, já é própria da comunidade, na medida em que o conhecimento há décadas passa de pai para filho, os homens aprendendo a pescar e as mulheres aprendendo a fazer o beneficiamento do pescado. Desde pequenas, as crianças já veem a mãe descascando o camarão, e aprendem que enquanto crianças elas não podem fazer, mas na medida em que forem crescendo, vão entrando na cadeia. Isso que não vai haver para aqueles que se mudaram, pois as mulheres ou os homens que foram para os apartamentos, que vêm para a comunidade pescar e fazer o trabalho de mariscarem, deixam os filhos lá. Então, esses filhos não vão aprender o ofício da pesca. Para quem está longe da comunidade, não tem mais a tradição.

Em seis anos de liderança na Associação, estabeleceram-se fortes relações fora da comunidade, o que segundo Enaura foi de extrema importância na troca de informações. Por meio do ponto de cultura, constituiu-se parceria com jornalistas, professores, estudantes, despertou-se o interesse acadêmico, o que gerou inúmeros artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso e projetos de extensão, abrindo a comunidade para uma relação sadia com a sociedade, que pôde perceber que para além daquela visibilidade decadente da favela havia uma riqueza cultural e política. Foi por meio dessa relação que eles descobriram, por exemplo, que são uma comunidade tradicional. Não que não soubessem sobre si mesmos, sobre quem são, mas que o reconhecimento desta tradicionalidade, do ponto de vista institucional, poderia gerar dividendos políticos para a luta, principalmente se com isso conseguissem o reconhecimento como patrimônio imaterial. Foi a partir desta nova mentalidade, desta descoberta político-pedagógica, que deram entrada em processo no IPHAN.

Segundo Enaura, não bastava se reconhecer como uma comunidade tradicional, era preciso encontrar estratégias que fizessem dessa identidade coletiva o elo do grupo, como também o alibi jurídico para enfrentar o estigma de vagabundos e traficantes alimentado pela Prefeitura (como foi feito pela DPU). Em 2009, Enaura participou de um curso sobre comunidade tradicional e patrimônio. Antes, para ela, quando se falava em patrimônio,

¹⁹⁴ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

referia-se à conservação de prédios antigos, incluindo a referência do palestrante sobre o prédio da Associação Comercial de Jaraguá, dentre outros, então começou a falar do patrimônio imaterial. Nesta mesma época, aconteceu o congresso da Associação Brasileira de Psicologia Social, coincidindo com o trabalho de extensão do curso de Psicologia da UFAL, coordenado pelos Professores Marcos Mesquita e Simone Hüning. A comunidade foi apresentada no congresso, daí surgiu a ideia de dar entrada com o pedido de registro como patrimônio imaterial pelo modo de fazer. Era preciso fazer reuniões, agilizar documentação, promover debates, todo um processo que proporcionou à Enaura e as pessoas que dele participaram a apropriação do discurso da tradicionalidade que rendeu frutos, debates jurídicos e antropológicos.

Enaura, junto com alguns membros da Associação, também havia participado das oficinas que antecederam a construção do Plano Diretor, em 2005. Todavia, todas as vezes que se falava nos direitos das comunidades tradicionais, a equipe da prefeitura não gostava da ideia. Os moradores da Vila queriam deixar amarrado no texto a construção de moradias na Vila dos Pescadores, mas ao final passou a proposta “construção de moradia nas comunidades pesqueiras”, ou seja, uma definição bastante genérica. Ela conta das participações históricas:

Eles ficaram com raiva, eles não gostam muito quando a gente aparece nesses eventos. Muitas vezes a gente nem sabe dos eventos, porque se eles divulgam na internet, as comunidades às vezes não tem, embora hoje já tenha mais acesso. Participamos também do PLIS, as discussões só fazer uma escadaria em tal canto, no final não fazem nada. Muita dessas reuniões, dessas conferências, é só pra tirar a foto e dizer que a comunidade participou, mas nunca chega lá aquilo que você pediu.¹⁹⁵

Foram estas participações que a capacitaram a, numdos embates com o Secretário de Habitação, rebater as colocações dos urbanistas da prefeitura, quando os mesmos alegavam que não poderiam construir as moradias naquele local por causa do Plano Diretor. Ela pegou um notebook, abriu a página do Plano Diretor e desafiou a equipe: “onde é que fala aqui que não pode construir moradia? Eu conheço o Plano diretor indo e voltando”. Quando a equipe citou os artigos, ela leu em voz alta, contra-argumentando que o texto não era exatamente relativo ao que se estava sendo dito. Ainda foi além, citou artigos do Próprio plano diretor que contemplavam a permanência da comunidade. Tal situação gerou inclusive elogios por parte do Secretário: “A senhora está se confiando muito neste notebook. Eu nunca vi uma líder comunitária tão bem informada”. Talvez resida aí um dos motivos que levou a toda uma força

¹⁹⁵ Idem.

tarefa empenhada no seu isolamento político dentro e fora da comunidade: o acesso à informação, a paixão pelo conhecimento.

De tal modo foi essa capacidade, essa potencialidade do grupo da resistência que forçou a Prefeitura a, num dado momento do conflito, evitar reuniões em que a Associação estivesse presente. Cada encontro era a certeza de sair contrariada, até mesmo porque não se apresentava nada de novo, os moradores nunca se deparavam com uma nova opção. A opção de dizer não, como foi dito. E foi o ato de dizer não, ato este respaldado pelo conhecimento adquirido nos processos que já ressaltamos ao longo deste trabalho, que custou para a Associação o preço da política de cooptação, das infiltrações fisiologistas da prefeitura, instrumentalizando as lideranças que se converteram. O grupo do não ficou conhecido como “duro na queda”, difícil de convencer. Não por acaso, eram as pessoas que passaram pelos projetos do EJA e as pessoas que tinham filhos engajados nos projetos culturais da associação. E estes moradores narram conflitos em que contrapunham seus saberes ao saber dos técnicos da Prefeitura, como nesta fala de seu Dioclécio:

Os engenheiros dizem que aqui o solo não dá pra fazer casa de pescador. Tá aí o armazém, gigantesco, não sei nem dizer quantas mil toneladas são e não tem uma parede rachada. Quando enche de açúcar ou de trigo é do solo ate a telha; tá aí o terminal açucareiro, não sei nem dizer quantas mil toneladas são ali dentro. E agora esse porto com essa quantidade de ferragem é ferro que nem sei como tão acumulando tanto, não afundou nenhum até agora. E os prédios que tem a beira-mar? Os engenheiros da Prefeitura são todos comprados, eles só fazem o que eles querem. O meu barraco mesmo que foi demolido, deu trabalho comer ele. O mar nunca me deixou na mão, deu trabalho ao maquinário pra desmanchar meu barraco, coisa que a maré nunca conseguiu. A natureza sempre me ajudou. Nunca fui prejudicado pela água, fui pela própria humanidade. Quer dizer desumanidade da Prefeitura. Eu assisti eles derrubando meu barraco, deixou-me em dificuldade, eu com a mulher parálitica e o filho morrendo, sobrevivendo dali, e eles me tomaram. O armazém da Cibrazem era uma obra gigantesca, não sei quantas mil toneladas. Até hoje tá ali na frente as estruturas, o alicerce, que o maquinário não conseguiu tirar, de tão forte que era. E como vem dizer que aqui não pode construir uma casa simples de pescador? Esses engenheiros pensam que porque o pescador não tem estudo o pescador é burro. Mas nós não somos burros não.¹⁹⁶

A despeito de todo conhecimento técnico utilizado contra a comunidade, por meio de um saber-poder cujo conhecimento toma feições de autoridade, seja pelo direito, urbanismo, engenharia, antropologia, ambientalismo, os moradores, nas limitações de sua pouca escolaridade, mas na riqueza de sua capacidade de interpretação, resistiram também com sua própria lógica de pensamento. Uma lógica da simplicidade, da não compreensão do

¹⁹⁶ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

mundo de fora, do mundo do letrado, porém enriquecida de elementos éticos e epistemológicos. Tiveram uma formação pedagógica não a partir da educação formal, mas pela não formal, nas relações com movimentos sociais, universidade, nas lutas, enfim, em interações que remetem ao rompimento com o cotidiano. Com certa alienação, indubitavelmente, no sentido de não pertencimento ao mundo letrado, pela vergonha de falar, de não ter a palavra, de terem sidos privados, na infância, do saber formal, mas que têm seu próprio saber. E neste universo de saber, há pessoas que extrapolam os limites da formalidade e constroem interpretações próprias do mundo.

Ainda assim, no interior da própria comunidade também existem os que transcenderam a limitação escolar, sobretudo, as gerações mais jovens, que avançaram nos estudos, de modo que grande parte dessa juventude, uns que sonham em romper com a herança cultural da pesca e ascender economicamente, outros conciliando estudos e atividades pesqueiras, cursam o ensino médio na escola formal, outros que concluíram o ensino médio e adquiriam diplomas de cursos tecnológicos e profissionalizantes, enquanto outros cursam faculdade e alguns se formaram em jornalismo, Direito, Engenharia, etc. Um caso conhecido na comunidade é o da marisqueira Marina, cuja escolinha se tornou famosa e angariou apoio externo:

Meu sonho é se formar pra ser professora de verdade. Porque eu fui professora de brincadeira. Ensinava as crianças a cobrir. Peguei o barraquinho do meu irmão que tava desocupado e fiz a escolinha, meu marido fez um banquinho de madeira. Comecei com quatro alunos. Até que cheguei a quarenta alunos. A TV veio gravar uma matéria. Muita gente veio ajudar, doar livro, uma escolinha fechou lá fora e a moça doou as cadeiras, o comandante da Polícia Militar veio aqui e queria fazer uma escola na comunidade, mas não houve entendimento com a presidente da associação da época. Porque o espaço estava prometido par outra coisa que terminou nem acontecendo. Ele cedeu um espaço no quartel, mas o povo achou longe e não quis. Uma pizzaria cedeu lanche para as crianças, o povo doava pipoca, pirulito. Uma pediatra veio aqui e ficou vindo uma vez por semana. Duraram quatro anos, até que a construção de uma escola próxima da comunidade atraiu as crianças. Mas eu vou seguir em frente com meu sonho.¹⁹⁷

O trabalho de cooptação foi minando exatamente nos membros da comunidade que estavam afastados dessa influência político-pedagógica-cultural, embora mesmo dentro deste grupo muitos fossem vencidos pelo medo ou pelo cansaço. Se por um lado, o grupo de

¹⁹⁷ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2013. Marina vem de uma família de cinco irmãs, todas participando do Movimento de Resistência. Uma curiosidade foi sua separação conjugal, uma vez que seu marido, inconformado com o fato de ela não aderir ao projeto da prefeitura, saiu de casa. Meses depois acabou voltando. Contudo, o fato de sacrificar o casamento pela luta chamava atenção das pessoas.

lideranças instrumentalizado pela prefeitura tinha coisas materiais para oferecer, um apartamento, um megaprojeto pesqueiro, cursos, festas, brindes, dentre outros benefícios, a Associação oferecia conscientização, informação, luta (e suas dolorosas consequências e riscos). A convivência cotidiana com o medo, com a informação tenebrosa do despejo que corria porta a porta, e o “aviso” de que quem seguisse a associação ficaria sem nada. Os próprios moradores que vinham da reunião com a prefeitura já chegavam espalhando: “olha, avisa a seus vizinhos, seus parentes, que eles mandaram dizer que ali não fica ninguém”.

Há mais um detalhe salutar. Muitas vezes quando Enaura fazia as reuniões dos projetos do EJA, aproveitava o momento e o local para fazer as reuniões da Associação. Com isso, o cotidiano foi se tornando espaço de integração, em que a fala que recebeu como treinamento para os educandos era repassada para os membros da Associação, e simultaneamente, as demandas a serem tratadas com as pessoas da associação era assimiladas pelos educandos. “Gente, a gente tem direitos e vamos lutar por eles”. Assim, as reuniões aconteciam e as estratégias que eram utilizadas com os educandos do projeto também eram utilizadas com os Associados, criando uma atmosfera pedagógica única.

Cumpra notar que, de início, não se sabia, nos termos jurídicos, quais direitos seriam esses, o que foi aos poucos assimilado na convivência com o MPF, apropriando-se das falas do procurador Rodrigo Tenório e da defensora Tarsila Lopes, ouvindo referências a leis, como a Lei Orgânica do Município, a convenção da OIT, a MP 2.220, dentre outras. Segundo Enaura,

Eu demorei pra entender, hoje eu falo com convicção, porque você acaba aprendendo. Não basta só ser morador, você tem que entender sobre o direito e acreditar. Porque a gente sabe de todo direito que o cidadão tem, mas você vai botar uma criança na escola e não acha vaga, você vai no posto de saúde e não acha médico, você sabe que tem direito á posso da área que ocupa, mas isso é negado a você, você sabe que tem direito mas que não é dado.¹⁹⁸

Portanto, podemos concluir que o processo de formação adquirido no projeto de alfabetização de algum modo resvala e estende-se a todas as pessoas ligadas à Associação. Até porque o modo de atuação, a concepção, o estilo, o jeito de ser da educadora Enaura, do projeto, é o mesmo na condução da Associação. Com isso, entendemos que os membros da Associação também colheram os frutos da proposição construída na formação. E qual seria esta proposição? Seria a dialogicidade. Nossa hipótese é de que, na história da educação popular, a assimilação do aspecto dialógico da conscientização tem na vila de pescadores um de seus mais eficazes exemplos. Nos termos de Martim Buber (1977), um processo de

¹⁹⁸ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

crescimento em que a pronúncia da palavra princípio Eu-isto transcende ao nível da pronúncia da palavra princípio Eu-Tu. Nesse processo, deixa-se de ser ver como coisa para se reconhecer com Ser. Nos termos de Freire, um Ser mais. Para Freire, a dialogicidade se constitui da palavra, esta não se reduzindo apenas a meio constituinte do diálogo, mas como elemento de empoderamento, uma vez que é por meio dela que se condensa ação e reflexão.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, ao exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1987, p.45).

Assim, a superação da desumanização passa pela restauração do poder da palavra. Do poder de se pronunciar. Analisando o poder da palavra entre comunidades primitivas, Brandão (1984) lembra que o poder do chefe não está na pronúncia desta palavra enquanto representação de sua própria vontade, mas são palavras através das quais todos pensam, ou seja, representa a vontade coletiva. A palavra do chefe é sempre a palavra de todos já lapidada em todos os seus valores e códigos. Esta seria a premissa do que se espera de um ideal de democracia numa sociedade complexa, porém as relações entre palavra e poder nos remete, na sociedade contemporânea, a uma realidade totalmente discrepante.

Diferente é a condição de sociedades regidas pela desigualdade, mundo que obriga a pensar, na educação, a necessidade de uma estranha educação popular. Existimos dentro de um mundo social onde os senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós). Vivemos em uma sociedade onde um Estado de Democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las (BRANDÃO, 1984, p.10).

Assistimos a um processo em que a Prefeitura de Maceió, em nome de sua legitimidade como representação do Estado no Município, impôs sua regra, seu projeto, pela autoridade conferida pela política, pela justiça, com direito a violenta campanha de difamação contra o adversário, com o privilégio de se utilizar das Instituições públicas a seu favor (mediado pelo voto tido *a priori* de “boa fé”), para impor seu modelo de cidade sobre as populações de baixa renda, num guerra em que a palavra final e onipotente era sempre o “não” que saía dos gabinetes e das secretarias. Ou seja, a palavra da prefeitura tinha *status* definidor – incluindo atestado prévio de boa fé por parte das instituições envolvidas – a palavra da resistência é a palavra da rebeldia – teimosia – teimosia igualmente marcada pelo “não”.

Essa ideia de “democracia restrita” é uma das chaves para entender a guerra contra a Vila. O Estado (no caso a Prefeitura) inverte seu papel social, porque uma vez que despreza as significações dos grupos citadinos, passa a trabalhar a partir da imposição de normas e projetos que têm que ser obrigatoriamente obedecidos, sob pena de um forte processo de coação, o que os pescadores chamaram de tortura psicológica, ameaças de serem removidos para longe, de serem removidos à força, de terem seus filhos levados pelo Conselho Tutelar, de ficar na rua, ou ficar alojado em colégio como flagelado, dentre outras artimanhas de pressão exercida por funcionários da prefeitura dentro da comunidade. Cada dia de presença da Prefeitura era um dia de tensão, de intranquilidade, de medo, de ansiedade. Esta inversão se opera quando o Poder Público opta por trabalhar orientado exclusivamente sobre a ótica do mercado. Quando se tenta ofuscar um aspecto tão visível como a tradicionalidade da comunidade – que só será reconhecida em meio ao processo judicial, quando é forçada a reconhecê-la, mesmo que isso não altere a forma hostil de tratamento com a comunidade – mostram-se os sinais de que o poder em Maceió é executado sob o olhar retrógrado e autoritário das oligarquias que dominam secularmente no Estado de Alagoas.

O próprio lugar do Prefeito Rui Palmeira é um olhar oligárquico, na medida em que traz no seu próprio sobrenome a herança das forças políticas de direita que governaram o Estado para benefício das elites. Para esclarecer melhor esse papel de porta estandarte da burguesia local, façamos uma retrospectiva das oligarquias alagoanas, para demonstrar que nossa política é em certo sentido semifeudal, uma vez que é norteadas por uma democracia hereditária, e revela um revezamento dinástico do poder, cujo Prefeito de Maceió é o exemplo mais atual (num contexto em que o retrocesso político nos condena a uma realidade dominada pelas chamadas “bancadas da bala” e nas chamadas “dinastias dos juniores”, hierarquia de filhos e netos da velha oligarquia que assumem a missão de seus pais na dominação da política alagoana).

A marca do poder oligárquico gesta a república em Alagoas, no revezamento de poder entre as famílias Malta (patriarcas da ex-primeira-dama do País, Rosane Collor) e Góis Monteiro. Por volta dos anos 1950, a oligarquia agrária dá lugar a uma oligarquia urbana, nas disputas eleitorais entre o Velho Teotônio Vilela (conhecido nacionalmente como o menestrel das Alagoas, por seu papel na campanha das diretas) e o senador Arnon de Melo, pai do Fernando Collor. Muniz Falcão, representante do governo Vargas em Alagoas, rivaliza com esses grupos até a chegada do golpe militar de 1964, quando o poder vai passar pelas mãos da Família Gomes de Barros e Lages, até dar lugar a uma longa e famosa dobradinha, entre

Guilherme Palmeira (pai do atual Prefeito) e Divaldo Suruagy (oriundo da classe média, mas filho de militar que representou os ideais da direita alagoana por décadas – sobretudo no regime militar); em 1986, Fernando Collor assume o governo do Estado e dá início à dinastia dos juniores no governo de Alagoas. Geraldo Bulhões traz a velha guarda ao palácio por certo tempo, mas em seguida dá lugar à sequência dos juniores: Manoel Gomes de Barros (filho de Antônio Gomes de Barros), Téo Vilela (filho do velho usineiro Teotônio Vilela), e o atual Renanzinho (filho do senador Renan Calheiros – sobrenome igualmente tradicional nas rodas de poder em Alagoas), sendo essa sequência cortada apenas pela presença de Ronaldo Lessa, que representa certa ascensão da classe média, se elege com conotações de governo popular, mas no decorrer do mandato também se alia às elites. Por sua vez, a história do poder em Maceió é consequência direta da dinâmica estadual desse revezamento no poder que se dão muito mais pelo sobrenome do gestor, que por sua competência ou compromisso com a cidade (sequência igualmente quebrada por pouco tempo pela presença de Ronaldo Lessa, tendo como vice-prefeita, Heloísa Helena).

Esta breve exposição é importante para sabermos de que ponto, de qual olhar, pensa e age o Prefeito de Maceió, a ponto de classificar pescadores como invasores. No entanto, o lugar oligárquico do Prefeito é apenas a base do pilar que soterra os preceitos da democracia e da cidadania em Maceió: como consequência, suas intervenções urbanas e relações políticas com as comunidades trazem como princípio preconcebido a ideologia do mercado, a primazia do técnico sobre o cultural, do pragmático sobre o humano. Deste modo, as Instituições (jurídicas, científicas, administrativas, midiáticas), as normas, a legislação, bem como qualquer ator, grupo, ou instrumento social que possa dar sustentação à resistência dos moradores, passam a ser combatidas, rechaçadas, ignoradas. Em nome do interesse público, e como representante político e administrativo deste interesse, sataniza os mecanismos de defesa da comunidade e de sua tradição, operando mesmo uma inversão do que se possa entender como interesse público.

A prefeitura se apresenta como detentora exclusiva do interesse público, Mas dois fatores entram em choque com essa pretensão de arbitrar para a cidade o que seria interesse público: primeiro, o surgimento do Movimento “Abraça a Vila”, que se torna um calo no sapato da Prefeitura, pois consegue furar os bloqueios e a blindagem da mídia local e consegue aliados no próprio campo da justiça (cujos debates e opiniões acabam gerando polêmicas internas entre juristas locais, tornando claras as falhas jurídicas e algumas arbitrariedades do processo). Isso favorece uma retomada da imagem positiva da Vila no seio

da classe média maceioense, principalmente pelo fato de que, se o interesse de pescadores pobres, semianalfabetos, “favelados”, não são considerados públicos (como se não fizessem parte da cidade), a mesma lógica excludente não se aplica em relação aos anseios da classe média (professores, estudantes, juristas, jornalistas, artistas, etc.).

Deste modo, uma gama de categorias e organizações da Sociedade Civil Organizada entram na briga, dando visibilidade à causa dos pescadores, e como legítimos representantes do interesse público e de e da gestão democrática e participativa da gestão da cidade, põem em contradição o sentido de “interesse público” pretensamente reivindicado como exclusivo da concepção preconceituosa da prefeitura.

O segundo fator são as próprias contradições concernentes à total negligência com a legislação vigente, que atesta com todas as letras o caráter de interesse público que a permanência dos pescadores representa para a cidade. Soma-se a isso, ainda, a violação da legislação internacional, como bem colocado pela defensoria (e exposto na história descrita em capítulo anterior), com a resolução da OIT, a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Maceió, programas do Governo, uma gama de legislações e normas que asseguram a legitimidade cultural, a viabilidade administrativa, a adequação técnica, e legalidade jurídica da permanência da Vila dos Pescadores com suas moradias. O dado principal é fornecido pela própria Prefeitura, em uma de suas maiores e decisivas contradições, ao apresentar, no Projeto de Revitalização de Jaraguá, a comunidade como de importância histórica e cultural, de alto interesse paisagístico, e como um dos argumentos para angariar verbas do PRODETUR; o Decreto Municipal que define a área como de interesse ambiental, sendo este interesse a melhoria da situação da população local; a negação da CUEM por parte da SPU, uma das maiores violações de direito líquido e certo na história da urbanidade maceioense, reconhecida e lamentada pela cúpula da própria SPU, por ser um mecanismo democrático que teria evitado inclusive a ação civil pública; o Plano Diretor de Maceió, que em vários artigos contempla a urbanização da Vila com a possibilidade de permanência das moradias; ou seja, uma lista de situações que em tese deveriam garantir o direito dos moradores, mas que na prática foram solapadas, enquanto os direitos da comunidade iam sendo vilipendiados a cada momento, a cada processo, a cada estratégia, a cada tática.

Após essa exposição, podemos voltar à expressão “democracia restrita” utilizada por Brandão (1984) para ressaltar o papel opressor do Estado em nossa sociedade, sobretudo na função de solapar e vilipendiar direitos como forma de se fazer obedecer as suas normas.

Ao contrário das sociedades primitivas, onde a palavra do chefe via de regra representa a palavra de toda coletividade, em nossa sociedade a palavra do chefe representa a “sua” palavra, que geralmente é a palavra da sua classe social, formada por empresários que patrocinaram sua chegada ao poder, e que via de regra são os que ganham dinheiro com essas intervenções urbanas arbitrárias. Esta palavra, apesar de representar a ideologia de uma determinada camada social, tenta se passar como “palavra de todos”, por meio do uso ideologicamente perverso do princípio de “interesse público”. No campo jurídico, essa incongruência terá papel decisivo contra a comunidade, uma vez que o interesse público se sobressai aos demais interesses.

É neste sentido que a democracia, para os pescadores, se torna restrita (e a cidadania, fictícia), porque público não será apenas o interesse liderado pela Prefeitura (uma vontade compulsiva de remoção muito mais dos gestores, do que da sociedade em si), mas suas manobras e contradições, no desespero de anular os mecanismos políticos, jurídicos e sociais que legitimam a comunidade. Trinta anos de redemocratização foram suficientes para que direitos fossem reconhecidos, mas a luta dos pescadores demonstra que sua mera existência não implica diretamente o seu gozo. O estabelecimento desses direitos acaba fortalecendo os pactos sociais de certa forma contendo possíveis tensões políticas, embora a recorrência a seu gozo na prática possa ser subjugada pelas artimanhas da opressão.

Assim, entender a questão da cidadania entre os resistentes de Jaraguá é entendê-la como estratégia política, tal como a tradicionalidade, o que remete aos aspectos históricos da cidadania, ou seja, deixar de entendê-la em sua essência, para concebê-la a partir de interesses e práticas concretas de luta, como dinâmica dos conflitos reais. Imaginar uma sociedade cidadã, tal como se concebeu ao longo das décadas de 80 e 90, não implicou necessariamente em conquista direta da democracia. Ao contrário dos deveres e punições prescritos, que são aplicados automaticamente, parece que o conjunto de direitos conquistados e prescritos permaneceram atrelados ao fato de que os interessados deveriam encampar luta árdua por sua efetivação. É isso que distingue a nova noção de cidadania de seu sentido clássico liberal. Nos termos de Dagnino (1994)

Considero que a nova cidadania trabalha com uma redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Essa concepção não se limita, portanto a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implantação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. A disputa histórica é aqui também pela fixação do significado de direito e pela afirmação de algo enquanto um direito.

É na descoberta do falso gozo da cidadania, do direito como abstração, que os resistentes se descobrem oprimidos, ludibriados, e se lançam no mundo em busca da transformação. É neste lançar-se que percebemos a fé em si mesmos, a crença quase que absoluta no potencial que possuem independente do destino final do processo. A fala de Marina dá a dimensão dessa potência:

Eu não sabia que era tão forte. Foi nessa luta que eu descobri que eu posso ser capaz de lutar pelo que eu acho que seja melhor pra mim e pra minha família. Lutar até o fim. Mesmo que no fim não seja aquilo que a gente esperava que fosse. Mas a gente sai com dignidade. Aprendi a dar valor às coisas por mais pequenas que sejam. Se eu tenho uma coisa e querem tomar de mim, eu tenho que lutar, porque aquilo é o meu suor. E não me imaginava tão forte, hoje sei que sou forte pra lutar. Se eu tenho convicção que é aquilo que quero, que aquilo é o certo, eu tenho que lutar até o fim. Sabendo que tô certa pode tá na frente de quem for do papa, do juiz, do presidente... Isso eu aprendi na luta. Nós da resistência somos guerreiros. Eu tenho orgulho de ser da resistência. Independente do que acontecer, posso dizer que somos guerreiros. Eu me considero uma vitoriosa, porque eu fui até o fim. Não recuei um momento sequer. Pormais que tivesse aquela pressão dizer que o trator vai derrubar, passar por cima e vai sair sem direito a nada, do começo até o fim eu fui guerreira. Eles nos chamam de minoria, mas somos aminororia que foi uma pedra no sapato deles. Não foi nem uma pedra, foi um tijolo. Foi essa minoria quem lutou e que resistiu inclusive na justiça, quando eles queriam expulsar a gente como bandidos e nós provamos na justiça que somos uma comunidade tradicional. A gente pode até sair, mas não vamos sair como bandidos. Fizeram liminar, a gente quebrou, eles recorreram, a gente recorreu por cima.¹⁹⁹

A fé em si mesmo e nos outros, característica marcante na consciência dos resistentes, vai ser construída no processo. Enaura deixa claro que no início não tinha fé, era dominada pela dúvida. NO entanto, para além da dúvida, ela e seus companheiros possuíam os elementos que Buber (1977) e Freire (1987) consideraram salutar na construção de um processo dialógico: o amor, a humildade, a fé no outro, a certeza de se reconhecerem como seres inconclusos, capazes de autossuperação e compartilhamento existencial. Estas características estão inerentes nas pessoas, não estão num planejamento didático. Todavia, não há como não perceber a força que Enaura empresta a este processo, enquanto promotora de seu crescimento pessoal, e a influência das leituras e experiências vivenciadas na formação pedagógica recebida. Uma formação dialógica, na qual a educadora se descobriu educanda, problematizadora, e assimilou fortemente a ideia de que o conteúdo programático não é um depósito de saberes, que “ninguém educa ninguém” e “ninguém educa sozinho”, que a educação não se faz “para o outro” nem “sobre o outro”, mas “com o outro”, mediatizados

¹⁹⁹ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2013.

pelo mundo e as visões que esse mundo potencializa nesta descoberta existencial. A força encontrada nestas pessoas, pois, não está propriamente num método, mas na experiência de vida, na afirmação de um vivido autêntico, pautado pela busca da liberdade.

3.1. A resistência na perspectiva da Pedagogia do Oprimido: formação da consciência crítica como elemento de libertação.

A baixa autoestima comumente encontrada nas pessoas que vivem sob condições de pobreza urbana é uma característica comum, mas o que surpreende na Vila de Pescadores de Jaraguá é a percepção de um grande contingente de pessoas afetadas por um sentimento de grandeza. Esta fala de um pescador revela esta dimensão: “Só não quero que cheguem pra mim me diminuindo e eu não ter o que dizer”. Para Freire (1987) os oprimidos não são “menos”, pelo contrário, tornam-se “mais” por meio de sua missão libertadora que a condição de opressão lhes impõe. Aqui, percebemos que, quando as pessoas humildes entram em contato com esse pensamento, já não reproduzem o que se chama de “culpabilidade individual pela pobreza”. Este fenômeno foi muito observado por nós nos processos de remoção, quando as pessoas se reconheciam como menores, até justificavam a ação do poder público como correta “Nós somos pobres e eles são do poder, eles sabem o que fazem”. Na Vila de pescadores de Jaraguá, mesmo em meio a toda resistência, também pudemos encontrar muitas pessoas com essa autoimagem baixa. Eram comuns as falas de que “pobre não tem força”, “a Prefeitura tem poder”, “nós somos pequenos”, “não se mexe com gente grande” “manda quem pode, obedece quem tem juízo”²⁰⁰.

Quando os oprimidos se libertam, libertam-se também os opressores de sua desumanização. “Por isso é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa.”(op. cit., p. 17). É que nesta dialética em que a própria negação da humanização do oprimido gera, por sua vez, sua libertação, a liberdade jamais será dada por parte de quem oprime, pelo contrário, este último se retroaloimenta cada vez mais na injustiça de sua exploração.

A falsa generosidade do opressor, porém, não funcionou com o grupo de pescadores que sustentaram a resistência. Falas como “fique com seu castelo que eu fico com meu barraco” dão ideia não apenas de uma recusa, mas de uma consciência de que as

²⁰⁰ Informações retiradas de relatos e observações participantes.

intervenções propostas não são respaldadas em benevolência, mas numa percepção de opressão. Este pescador demonstra toda evidência da consciência de uma falsa generosidade: “eles dizem que estão dando, mas eles não estão dando nada. Eles tão é desapropriando”. Aqui estaria, pois, a verdadeira generosidade, qual seja, a de lutar contra “as razões que alimentam o falso amor”. Nesta leitura freireana, generosos seriam os moradores resistentes e os profissionais e estudantes que com eles se solidarizam. Em vez de estender a mão em busca da caridade do poder, o grupo dos resistentes da Vila dos Pescadores de Jaraguá se impõe para dizer ao poder como querem o seu lugar e o seu destino, e ainda transcendendo este querer, afirmando para este poder que sabem, que conhecem as normas e exigem o cumprimento e papel social que é posto para o Estado. Negam uma relação de súplica, para constituir uma relação de embates.

Na contramão da conscientização e salto para a libertação, a história da Vila ilustra igualmente o que Freire chamou de “aderência ao opressor”. Esta aderência ocorre quando o ser é parecer, e parecer é parecer com o opressor. Neste polo estariam aqueles que “hospedam” o opressor em si, nas contradições existenciais a que foram historicamente submetidos, tornando-se igualmente opressores. “Daí essa quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário (op. cit., p.18)”.

A estrutura do seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se formam. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressor. Na “imersão” em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, a ordem que segue aos opressores que, de certa forma, “vive” neles. Ordem que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agridem os próprios companheiros (FREIRE, 1997, p. 27).

Cumprir observar que seu discurso sempre permeia o suposto prejuízo da presença dos companheiros no lugar, impedindo de serem beneficiados. Quase sempre desdenhavam do discurso da tradicionalidade sustentado pela resistência, num movimento que deixa clara sua falta de uma identidade cultural e consciência de classe. Para a líder dos transferidos, por exemplo, o sentido de cultura seria uma dança que uma mulher vestia os meninos de marinheiros, revelando total ignorância sobre os processos culturais construídos na comunidade, ou seja, um folguedo. Como diria Freire (op. cit., p.18), sua aderência ao opressor “não lhe possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida”. Quando um grupo da comunidade se converte e passa a atuar do lado opressor,

contribuindo com a opressão de seus próprios companheiros, é sinal que a situação de opressão não foi superada. Seja nos embates cotidianos dentro da comunidade, seja nos embates públicos gerados a partir do judicialização da luta, as lideranças instrumentalizadas pelo poder público deram claras demonstrações de um comportamento prescrito. Para Freire (1987), a prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra, e a evidência maior é a defesa de uma pauta que não lhe convém. Não convém coletivamente, na medida em que não é a permanência de seus companheiros que impossibilita a construção do centro pesqueiro, mas a intransigência do poder público em mantê-los no lugar que reivindicam como território tradicional; não convém também individualmente, na medida em que essas lideranças sequer vivem da pesca e não vão tirar proveito na labuta.

Isto nos ajuda a compreender os processos que contribuíram para romper a coesão deste grupo social, por parte dos que de fato acreditaram no projeto. Para estes, os elementos claros de reconquista da cidadania e da dignidade contidos na proposta final da remoção coadunam com este ideal, enquanto que para os resistentes, conscientes da opressão e dispostos à superação, o sentido de cidadania, ainda que reconheçam seus traços no projeto, vai muito além da oferta material, atingindo não apenas as dimensões universais contidas enquanto expressão da *gentrification*, por conseguinte excludente, mas pelo orgulho de se reconhecerem como cidadãos a quem o direito lhes assegura exigir o gozo desta cidadania ao seu modo, no seu próprio território. Isso ocorre ao descobrirem que as condições degradantes em que vivem e o modo estigmatizado com que são tratados não são requisitos que anulam seu direito à cidade, além do fato de que a compreensão das contradições do poder público, quanto às impossibilidades de permanência no local, desvelam o preconceito ao fato de serem “favelados” ocupantes de uma área nobre – ou que se pretende tornar num espaço de nobreza. É o que podemos ver na fala de dona Mariluze:

O prefeito diz que tá salvando a comunidade. Salvando de quê? E ele é Jesus Cristo? E nós estamos pedindo socorro? Se ele quer salvar a gente, deixe a gente em paz. Se ele quer ajudar faça a urbanização, as nossas casas aqui mesmo. Não estamos pedindo, é nosso direito. Nós pagamos impostos e pagamos o salário dele. Ele só diz que quer tirar, mas não diz o motivo. Até hoje nunca disseram o motivo de tirar a gente. Porque vocês enfeiam a cidade, seja o que for. Eu sou preta, feia, mas só ando na dignidade. Mas ele só diz que aqui não é digno. Não é a moradia que mostra a dignidade. Ela vem de berço. Independe de classe social. Tanta gente que tem dinheiro faz coisa errada, enquanto gente que nasceu em cama de capim é digna. Porque não é sincero, diz que quer fazer a marina aqui? Eles não estão sendo honesto, sempre tem uma mentira por trás. Eles não trabalham com a

verdade. Minha revolta é que eles engavetaram o nosso projeto e de uma hora pra outra apareceram com esse outro projeto, de um dia pra outro.²⁰¹

Uma característica opostas dos dois grupos que se bifurcaram na comunidade é que o grupo da resistência tem uma forte tendência a não encarar o mundo e sua situação concreta como fatalidade. Aqui cabe parafrasear o psicólogo Afonso Lisboa Fonseca, quando afirma que “fatal, mesmo, é crer na fatalidade”. É na sensação de fatalidade que reside a impotência que mina todo potencial criativo das pessoas. Por isso que aqueles que se tornaram “hospedeiros”, passando a agir sob prescrição dos opressores, modelam suas atitudes pelo fatalismo. Ao passo que o poder criativo, a crença e si mesmos, enquanto consciência para si, a certeza da força criadora do possível desvela nos moradores resistentes certo desprezo pelo fatalismo, ao ponto de permanecerem otimistas. Mesmo após as violentas investidas da prefeitura e após duas derrotas no âmbito jurídico, a vontade de lutar e de se afirmar como seres pensantes e transformadores da própria realidade permanecem e a cada dia se fortalecem.

Os dois modelos de consciência acima descritos perpassam o que Freire chamou de “medo da liberdade” e “perigo da conscientização”. Entendemos que o medo à liberdade, tal como posto em Freire, assemelha-se ao mesmo conceito utilizado em outros autores da Psicologia social, tais como Erich Fromm e Wilhelm Reich, no sentido de que a liberdade implicaria a responsabilidade de “se preencher”, o que o existencialismo traduziria como afirmar o vivido, e o marxismo como afirmar seu papel na história. Numa leitura mais psicanalista, podemos ver certo paternalismo neste medo. O modo colocado por Freire (1987, p. 18) condensa todos estes sentidos acima expostos:

Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, à medida que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro conteúdo – o da sua autonomia. O da sua liberdade, sem a qual não seriam livres.

Mais precisamente, consideramos que suas proposições contemplam a leitura das duas situações antagônicas colocada neste trabalho, cuja escolha incide em analisar a tomada de consciência de um grupo que desperta para si mesmos, de consciências do mundo em si que se torna para si, que se preenchem de si mesmos, rompendo a relação de passividade ante o mundo e estabelecendo novas interações a partir da tomada de posição e afirmação de seu papel na história. Para compreender este processo de conscientização torna-se importante entender também seu oposto, ou seja, que processo de consciência se produziu nas pessoas

²⁰¹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2014.

que abriram mão desta afirmação, deste preenchimento de si mesmo, deste fôlego de autonomia que caracteriza tão fortemente o grupo social aqui apresentado. Recorrer ao pressuposto do medo à liberdade não é apenas um aporte teórico à obra de Paulo Freire, é uma constatação vivenciada na observação participante, durante a convivência com os pescadores e marisqueiras. Isso porque ouvimos e percebemos em suas próprias palavras exatamente o discurso que contempla esta condição da consciência. Medo este que ainda opera, mesmo após a remoção, num condomínio marcado pela lei do silêncio, na medida em que o conflito ainda permanece, mesmo após a tomada de decisão.

Segundo Freire, o medo da liberdade leva as pessoas a se conformarem com situações adaptativas, a encarar as consequências da busca da libertação. É perceptível no discurso dos pescadores esse medo, a incerteza do que finalmente conseguiriam levando a luta até o fim, de modo a aceitar a situação imposta pelo opressor. “Nenhum Prefeito nunca ofereceu nada de concreto pra gente, essa foi até hoje a melhor proposta. Faz medo agente não aceitar e no final ficar sem nada”, esta foi uma fala muito ouvida nesse tempo em que convivemos com essas pessoas. Durante a luta, grande parte dos pescadores conviveu com a dualidade de consciência descrita por Freire. Convivem com a vontade de lutar, mas ainda com a figura do opressor introjetado. Do ponto de vista prático, há de se entender o conflito vivido pelas pessoas ao se depararem com uma situação em que por um lado, os moradores aliados da Prefeitura ofereciam um bom apartamento na beira da praia, outras benesses, como cursos de capacitação, creche para as crianças, festas, brindes, enquanto o grupo da resistência só teria a oferecer as dores de encarar uma luta desigual, desprotegidos, além dos riscos e consequências implícitos na suposta perda, como a humilhação sofrida pelos que foram despejados. A superação de uma contingência tão marcadamente acomodada exigiria um bom nível de transcendência. Neste sentido, é interessante notar certa compreensão dos moradores resistentes com os que aceitaram a remoção contra a vontade, declarando abertamente falta de coragem de lutar. Estes últimos, mesmo depois de transferidos, mantiveram-se em silêncio quanto a seu apoio aos resistentes e seu desejo de que vencessem a luta.

São esses elementos de consciência, como o “medo à liberdade”, mediante uma contingência marcada pelos “perigos da conscientização”, de um lado, e pelas benesses da “falsa generosidade”, por outro, que terão peso decisivo no processo de divisão da comunidade, durante o processo de corrosão da coesão da resistência. Como podemos observar, diante do contexto da resistência, bem defendida, à época, pela Defensoria Pública da União, amparada, à época, pela atuação do MPF/AL, o projeto de *gentrification* de Jaraguá

não avançou, ao menos no viés do enfrentamento, até por volta de 2008. A partir daí, mudanças de contexto favoreceram o enfraquecimento da resistência – já relatadas anteriormente –, dentre elas a divisão da comunidade. A tática de divisão da resistência é clássica na política. Concordamos com Freire (1967) quando este afirma que:

A necessidade de dividir para facilitar a manutenção do Estado opressor se manifesta em todas as ações da classe dominadora. Sua interferência nos sindicatos, **favorecendo a certos ‘representantes’ da classe dominada que, no fundo, são seus representantes, e não de seus companheiros**; a promoção de indivíduos que, revelando certo poder de liderança, podia significar ameaça e que, ‘promovidos’, se tornam ‘amaciados’; a **distribuição de benesses para uns e dureza para outros**, tudo são formas de dividir para manter a ordem que lhes interessa (Grifo nosso).

Aqui percebemos três elementos muito claros no cotidiano da vila durante o processo de corrosão da coesão do grupo: 1) quando considerarmos a mudança de postura da CUT e do PT em seu apoio à remoção, temos o favorecimento de lideranças externas que, aparentemente falando em nome das melhorias para a comunidade, reproduziam exatamente o discurso do poder, dentro e fora da comunidade; 2) a promoção de indivíduos, quando as lideranças internas que se converteram à aceitação da remoção passaram a ter *status* diante da comunidade, mediando as reuniões, levando os moradores para a Prefeitura, interferindo nas comissões de trabalho; 3) a distribuição de benesses, como o poder de indicar pessoas na lista de beneficiados, realizando festas comemorativas com distribuição de brindes (dia das mães, dia das crianças), intermediando cursos de capacitação²⁰². Aos que insistiam em seguir a Associação e se manter na resistência, sobrava-lhe a dureza, a incerteza do futuro, a ameaça do prejuízo ou da truculência.

A superação da relação opressor/oprimido está na inserção crítica na realidade, objetivando-a. Por isso, inserção crítica e ação é a mesma coisa. Neste sentido, podemos afirmar que o processo pedagógico da comunidade ilustra a essencial diferença entre libertação e prática humanitarista. A pedagogia do oprimido, aquela que liberta, que promove a superação do homem em busca de sua humanização, não pode jamais ser realizada pelo opressor. A pedagogia que parte do opressor, de sua falsa benevolência, cuja ideologia sombreia seu egoísmo, permeada de um suposto humanitarismo, mantém os oprimidos na condição de objeto de seu projeto classista, como pode ser observado no antagonismo dos dois grupos de moradores da comunidade. Isto se entendermos a passividade dos desistentes como parte da dualidade de consciência que os impede de ser mais.

²⁰² Ouvimos muitos relatos de pessoa que se diziam prejudicadas pelo processo de indicação, de terem ficado de fora do condomínio por interferência das lideranças do processo.

É neste estado dual de consciência que se opera a divisão da comunidade, na aderência ao opressor, que se define outro importante processo da opressão: a construção de identidades. Freire cita alguns adjetivos que os opressores atribuem aos oprimidos que não aceitam sua condição violenta: “essa gente, massa cega, selvagens, nativos, subversivos, violentos, bárbaros, ferozes”. A Prefeitura de Maceió criou um adjetivo que não está nesta lista: insurgentes. Os insurgentes são os que não aceitaram seu projeto, que resistem pelo território, e por isso não mereceriam mais sua identificação como pescadores. Pescadores, para a prefeitura, são os outros, ou seja, os seus, aqueles que aceitaram ser removidos para o condomínio da praia do Sobral. Esta inversão de identidade, que perpassa todo o discurso oficial, e que tentamos desconstruir neste trabalho, remonta a uma desesperada tentativa de anulação do adversário. Para este entendimento consideramos salutar recorrer a este diálogo que Freire (1997, p. 25) estabelece com Erich Fromm, a partir do livro *Ter e Ser*:

Nessa ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua convicção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isto é que, para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, a custo, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter e ter como classe que tem. Não podem perceber, na situação opressora em que estão como usufrutuário que se ter é condição para ser, esta é uma condição necessária a todos os homens. Não podem perceber que, na busca egoísta do ter como classe que tem, se afogam na posse e já não são. Já não podem ser. Por isso tudo que sua generosidade, como salientamos, é falsa.

Ter, no sentido posto por Fromm e resgatado por Freire, no caso da Vila dos Pescadores, se desvela por dois sentidos. Primeiro enquanto classe social privilegiada, que lucra nos meios imobiliários, turísticos, lazer, etc., no consumo diário da cidade, incomodado com a visibilidade da pobreza; segundo, pela própria posse da área em questão, uma vez que a prefeitura se apresenta como portadora do suposto “interesse público”, que em sua suposta benevolência estaria recuperando aquele espaço urbano para toda cidade. No discurso higienista travestido de filantropo, é como se “nós somos a cidade, a cidade tem e a cidade é”, por isso os resistentes “não têm, e não são nada além de invasores e insurgentes”. Cria-se a partir daí uma nova posse para a área, cujos verdadeiros posseiros, os pescadores e marisqueiras, nada têm e nada são. É desse falso Ser que nasce a falsa generosidade da prefeitura. Um Ser que se constitui meramente no Ter, e neste egoísmo aniquila o outro, daí a insensibilidade de largar mais de uma centena de famílias na rua, sem direito a permanecer no seu local, sem direito a outra opção de moradia, e sem direito inclusive ser o que realmente são. Porque eles não deixarão de ser pescadores e marisqueiras, suas décadas vividas na vila

não se apagarão da memória social da cidade pelo fato de a Prefeitura de Maceió não os reconhecer.

No grupo dos removidos, na sua heterogeneidade, encontram-se os que faziam coro com a resistência, mas não suportaram o que chamam de “pressão psicológica”. Ao longo da convivência com a comunidade conhecemos muitos deles, e com eles estabelecemos muitas conversas informais, e podemos associar seus pensamentos e ação ao que Freire chamou de autodesvalia. Estes não hospedam o opressor, reconhecem-se como oprimidos, mas sua autoimagem e autoconceito se confundem com a imagem que o opressor constrói deles. De tanto serem acusados de incapazes – inclusive nos editais oficiais da prefeitura, conforme demonstrado – acreditam-se incapazes. Descrentes de si mesmos, não se reconhecem com potencial de superação da realidade concreta em que se encontravam.

Todavia, como ressaltou Freire (1997, p. 28), as primeiras alterações no contexto da superação da opressão já são capazes de potencializar mudanças dessa autoimagem. Podemos afirmar que um fator fundamental para diferenciar esses grupos no cotidiano da resistência consiste nas transformações desta autoimagem, facilmente observada naqueles que, ao estreitarem seus laços com a Associação de Moradores, se perceberam mais fortes e orgulhosos de si, portadores de direitos, e capazes de transformar a própria realidade. A autodesvalia, que já é um processo comum de formação das consciências em condição de opressão, se acentua em meio ao fogo cruzado da campanha difamatória da prefeitura contra a comunidade, no estigma de favela perigosa, de ambiente de bandidos, de sujos destruidores do meio-ambiente, etc. Trata-se de um efeito psicológico comum aos estados de opressão, mas que não surtiu efeito na parcela da comunidade que recebeu as influências da formação e organização populares.

Na educação de adultos, por exemplo, não interessa a esta visão “bancária” propor aos educandos o desenvolvimento do mundo, mas, pelo contrário, perguntar se “Ada deu o dedo ao urubu”, para depois dizer-lhes, enfaticamente, que não, que “Ada deu odedo a arara” (FREIRE, 1997, p. 35).

A educação problematizadora não está no ato de depositar, narrar, transferir conhecimentos e valores, mas no ato cognoscente, cuja exigência está na superação da contradição educador-educando. É por isso que ela é libertadora. A libertação está no seu caráter dialógico. Ser dialógico é entender que o educando não é um ser vazio, um depósito, mas um corpo consciente, consciência voltada para o encontro com o mundo, enquanto intencionalidade, enquanto afetação mútua entre os que se educam um ao outro. Neste sentido, os efeitos dialógicos do processo pedagógico dos moradores da Vila de Jaraguá

foram tão acentuados que não tem como não reconhecer o nível de superação dos resistentes em relação aos seus próprios educadores, uma vez que consideramos como matriz deste processo o curso de formação em alfabetização de Jovens e Adultos da CUT. No entanto, como já mostrado, esta entidade, no transcurso das mudanças do contexto político, se alia à prefeitura e se acomoda no discurso favorável à remoção da comunidade (momento político coincidente com a aliança do PT com o prefeito Cícero Almeida), levando consigo grande parte dos moradores, persuadidos por um grupo de lideranças. O grupo que teve acesso à educação libertadora, a esta altura, potencializado por suas próprias interpretações da situação, mantém a resistência, indo de encontro aos pressupostos daqueles que ali plantaram a semente da educação popular.

Ou seja, literalmente, presenciamos um processo pedagógico em que os educandos não se reduziram a depósito de conteúdos, assimilaram a capacidade de transformação do mundo de modo tão intenso que nos momentos decisivos da luta política transcenderam seus próprios precursores, a ponto de hoje atuarem em polos distintos: os educandos, aos trancos e barrancos, mantendo a resistência; e a CUT, aliada à prefeitura no projeto de remoção – inclusive desenvolvendo projetos no condomínio da praia do Sobral.

A dinâmica cognoscente que gera a superação é de fácil entendimento, na medida em que Freire recorre a Sartre e Husserl. Uma vez que “consciência e mundo se dão ao mesmo tempo”, enquanto não há “um eu que se constitua sem um não-eu”, o mundo em si não tem sentido, fora de uma consciência que o perceba. “Desta forma, o mundo constituinte da consciência se torna mundo da consciência, um percebido objetivo seu, ao qual intenciona” (op. Cit., p.41). É nesta intencionalidade, no seu sentido fenomenológico, que o mundo e a consciência se desvelam um para outro – ou um no outro – num esquema de figura-fundo, a qual a citação abaixo nos ajuda a compreender:

Na medida em que os homens, simultaneamente refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção e vão também dirigindo sua mirada a ‘percebidos’ que, até então, ainda que presentes ao que Husserl chama de ‘visões de fundo’, não se destacavam, não estavam postos por si. Desta forma, nas suas visões de fundo, vão destacando percebidos e voltando sua visão para eles. O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas, e, às vezes, nem sequer era percebido, se destaca e assume o caráter de problema, portanto, de desafio (Op. cit. p.41).

Percebe-se, pois, que o que torna a realidade perceptível é o potencial de problematização, quanto mais se problematiza, mas a figura ganha força, até o ponto em que se esgota e se acomoda como forma percebida, dando espaço para novas intencionalidades,

ampliando o universo cognoscível. É por isso que o papel do educador não pode ser mais que o papel de um provocador, de estimulador de problematizações. E uma vez provadas e assimiladas, as percepções ganham formas e o educando deslança um processo tão libertário que ele passa a ser seu próprio centro de referência, não podendo ter com o educador nada além de uma relação puramente dialógica. Quando este processo educacional vinga, o educador não tem controle sobre o educando.

Se por um lado a condição de opressão condiciona a certa alienação do mundo, não há nada nesta realidade que não possa se tornar cognoscível, por maior que seja sua obnubilação. Na educação libertadora, e sua prática problematizadora, o poder de captação e compreensão do mundo se desenvolve ao ponto de não mais se atribuir, ao mundo que lhe aparece, uma realidade estática. Ela estava sempre ali, vivida, porém não pensada. Uma vez pensada, passa a ser vista e vivida de modo diferente. É aí que nasce a percepção transformadora da realidade. Transformadora, sobretudo, porque uma vez vivida e pensada, pensada e vivida, a realidade que outrora se constituía fora da pessoa, como fatalidade, se condensa na sua descoberta, na sua experiência, já não mais dicotomizada como pensamento e ação enquanto formas distintas.

Esta experiência pedagógica na Vila dos Pescadores é descrita pelos educandos da alfabetização quando lembram os momentos iniciais do curso, quando a educadora os convidava para andar pela comunidade, observar as ruas, as casas, as pessoas, a situação, para posteriormente debaterem e produzirem atividades de leitura e escrita. “Eu sempre ouvia falar em direitos. Mas eu nunca tive essa ideia do que era realmente isso. Mas quando a gente vê direitinho, tem muita coisa errada, a gente vive aqui nesse inferno, no meio do lixo, mas podia ser diferente”. O contato com os educandos nos revela uma sensação de alegria, uma referência de importância de ter participado do projeto como se fosse uma das coisas mais importantes de sua vida.

Esta importância, evidentemente, e a conseqüente alegria, consiste na resolução de problemas simples do cotidiano, uma vez que a anterior incapacidade de decifrar o mundo letrado os conduzia a constantes constrangimentos. “Tinha vez que eu pegava ônibus e ia bater lá no cafundó do Judas, porque eu ficava aperreada, porque perguntava as pessoas e elas ensinavam errado. Hoje é uma maravilha, eu não preciso mais de ninguém”. Alegria e autoestima elevada ao perceber que poderiam dialogar com as crianças que estudavam na escola regular, pois antes, quando perguntavam sobre questões da tarefa escolar, eles não sabiam responder. No entanto, o aprendizado potencializou essa possibilidade de poder

participar nas tarefas escolares das crianças, de poder reconhecer e produzir o nome dos peixes, dos lugares, ler as placas, fazer contas, sem precisar de auxílio de outra pessoa. De tomar consciência do lugar em que vivem por meio de desenhos e debates, como as oficinas em que reconstituíam a memória do lugar desenhando os equipamentos urbanos do bairro, como praça, banco, agência dos correios, a igreja, o Porto, os armazéns, o estacionamento, a balança do peixe, etc. De exibir as pinturas, e dar gargalhadas da presença dos urubus no quadro pintado, como nos conta Salete:

Nunca vi urubu mais feio... Mas era o que eu tinha na mente. Hoje pode procurar um urubu aqui que você não acha. Tem uma arquiteta do movimento Abrece a Vila que tá fazendo um trabalho com a gente, pra gente cuidar da vila, do lixo, do esgoto, já que a Prefeitura não faz, a gente mesma faz. Pode olhar, fizemos um mutirão e recolhemos o lixo. E nós tamos vigilantes, quem botar lixo a gente grita. Só faz pena não poder mais pintar quadro com urubu. Olhando direitinho até que no quadro ele não tá tão feio não. Né que o danado é bonitinho...²⁰³

Uma clara intersecção entre a imagem vivida e a imagem pensada, uma viagem imagética num mundo concreto, uma leitura concreta de um mundo imagético. O encontro que faltava para o desenvolvimento da consciência, para o desvelamento de suas possibilidades, para a descoberta cognitiva de um cotidiano já compreendido na experiência vivida, embora não assimilado cognitivamente. Cotidiano este que, enquanto grupo vivencial, também potencializava crescimento pessoal, apoio mútuo, como descrito por uma educanda que tinha problemas psiquiátricos e revela ter sentido melhoras no seu processo “eu me ocupava, era uma terapia, eu aproveitei nos dois sentidos, na leitura e na vida”. Nada mais prazeroso que aprender a escrever produzindo cartas e bilhetes para os maridos e namorados. Esta dinâmica mobilizava o grupo, produzindo divertimento, descontração e aprendizagem. Perceber a vida pessoal e entender o quanto ela estaria inserida no contexto social que os cercava, compartilhar momentos com os vizinhos no lazer, nos bingos, nas oficinas, concomitantemente com a percepção de questões maiores que os projetavam como seres históricos no contexto maior da cidade. “A gente estudava tudo né, as casas, nossas casas, os projetos, lutamos pelo nosso projeto, que a gente tinha que ser tudo unido, se unirem tudo aqui, pra lutar, pra ficar...”. Das demandas do cotidiano, das necessidades pessoais, a uma gradativa problematização das questões coletivas, a aprendizagem do mundo letrado se coadunava com a aprendizagem das letras do mundo, ou seja, seus significados, seus emaranhados políticos, a posição de cada um nesse mundo, as possibilidades de

²⁰³ Informação retirada da realização de grupo focal na sede da Associação de Moradores, em 10 de outubro de 2014.

transformação. “Dentro do projeto a gente sempre se questionava o que tava precisando pra comunidade, que nem uma praça, uma escola, creche, posto de saúde”. E a assimilação das estruturas sociais mais complexas, da existência de leis, programas de governo, etc. “Nós estudamos muito sobre os direitos, gostei muito de conhecer a lei Maria da Penha, que é a favor das mulheres, e essa lei que chama Plano Diretor, que é a favor da gente”. Todavia, ter saído da comunidade, podendo compartilhar com o que chamam de “mundo lá fora”, nos encontros em que os programas de várias comunidades se encontravam, como conta Natália:

Tinha um grandão que veio de São Paulo e começou a falar que negócio de a pessoa não tem muito estudo, mas compreendia as coisas, e que era muito bom a gente aprender. Foi uma emoção tão grande que a gente tivemos, porque ele era uma pessoa grande, e tem muita gente que é acanhada pra falar no microfone, eu mesma nunca tinha falado num microfone, e falei bonito, e esse homem me elogiou.²⁰⁴

Uma expressão resume o processo de transformação vivido na comunidade: “a gente era tudo acanhada, tinha vergonha de falar, hoje não temos acanhamento não”. É notório o resgate da autoestima, e os elementos acima descritos revelam o quanto uma consciência marcada pela autodesvalia se movimentou em novas direções, novas intencionalidades. Autoestima que nasce da consecução de problematizações resolvidas, de potencialização para o mundo, e que para além das necessidades cotidianas, projetam essas pessoas simples na história da cidade, a partir do momento em que sua resistência atinge o nível do apoio popular, gera um movimento de apoio político marcado pela presença da classe média da cidade, mobiliza as instituições, as redes sociais, os movimentos sociais, inspira outros movimentos urbanos, os insere na luta universal contra as injustiças do capital e pelo direito à cidade.

Por meio de um projeto de alfabetização de jovens e adultos, o cotidiano se fez história. Esta equação é, por si, revolucionária, uma vez que demonstra as interfaces da intersubjetividade resignificando o mundo social. Uma transcendência do mundo da fatalidade, para o mundo da criatividade, um mundo onde os pescadores e marisqueiras, onde “favelados”, ex-analfabetos, se tornam educadores e ensinam a toda a cidade como resistir, como dizer não às imposições do Estado opressor. Ensinam aos pobres e iletrados a situarem-se diante de um “grandão” sem se intimidar, dizer o que tem a dizer, e ainda receber elogio. E mais além, se posicionar diante das autoridades e igualmente firmar seus etnométodos, suas próprias interpretações, seja pela argumentação, quando esta é possibilitada, seja pela radicalidade dos protestos de rua. Forçam o poder público a dar satisfações e justificativas, a

²⁰⁴ Idem.

travar batalhas na Justiça, na imprensa, impondo dificuldades inexistentes nos processos anteriores de remoção de populações de assentamentos precários, que foram removidas para a zona de expansão da cidade sem maiores problemas.

Os moradores da resistência não apenas aprenderam a problematizar seu cotidiano, eles problematizaram a dinâmica da remoção. Como disse Freire (op. cit., p. 43) “Nenhuma ordem opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: por quê?”. Encurralaram a prefeitura, exigiram respostas, forçando muitas vezes o discurso oficial a cair em contradições, como no caso do inexistente oleoduto da Petrobrás, os supostos impedimentos do Plano Diretor, as incongruências ambientais, etc. “Aceitar essa transferência é muito difícil, porque aqui é o setor de trabalho da gente, é a moradia que a gente tem certa, né, e de repente chega uma notícia contrária, a gente tem que ficar mesmo aperreada, procurando uma resposta né”. Para eles, não se trata apenas de resistir a qualquer custo, mas procurar entender, conhecer a lógica da remoção, que é a lógica de um processo que diz respeito a si mesmo e seu projeto de vida. “Isso é indignante, não ter resposta. Nessa luta todinha, não temos uma resposta qualquer. Eles só dizem que vão tirar e pronto. Quem não aceitar que aguarde as consequências. E não pode ser assim, tem que ter um motivo, uma resposta”.

É essa ausência de entendimento da lógica, diante da falta de consideração por parte do poder público em fornecer a resposta solicitada, que consolida no grupo a conclusão final, a leitura que fazem do processo: “querem tirar o pobre para botar o rico”. E a persistência na resposta é relacionada com a união e a confiança gerada dentro do grupo resistente, como destaca Marina:

Mesmo assim com a nossa fraqueza, nós temos união, com todo sacrifício, com toda dor de cabeça. Mesmo a maioria tendo ido embora, abriram mão de tudo, mas ainda estamos na guerra, a gente que ficou, a gente se orgulha da resistência, temos muita força e confiança uns nos outros. Os que resistem confiam uns nos outros.²⁰⁵

União e confiança que não enxergam naqueles que aderiam à remoção: “eles enfraqueceram, perderam a fé. Uns acreditavam que ia dar certo, outros não. Aí quando a prefeitura bateu o pé deu aquela fraqueza, perderam a fé, tem uns que tavam com aquela fé de enfrentar, mas nem todo mundo tem essa coragem”. Deste modo, uma das características que definem bem a diferença dos dois grupos é perseverança e a persistência. Isto porque, dentre os que aceitaram a transferência, é sabido que grande parte foi contra a própria vontade, e

²⁰⁵ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2013.

mesmo no grupo da resistência em determinados momentos também houve aqueles que fraquejaram e que sentiram e sofreram a pressão, as ameaças de despejo.

Mesmo que não fique, como eles dizem que ninguém vai ficar, mas gente tem aquela fé. Eles ficaram naquela ilusão, que não vai ficar, já foram logo desistindo, às vezes eu penso em desistir, dá uma desilusão, mas já tamo na luta, vou até o fim. Porque se invadir e me matar não vai me matar sozinha, vai morrer todo mundo.

É interessante notar também, para além desta afinidade para a luta, onde se revelam dispostos a suportar o sofrimento da resistência, o nível de solidariedade que desenvolveram. Questionada sobre o fato de que os “cadastrados” já tinham apartamentos garantidos, uma moradora reafirma que, mesmo cadastrada, só sairia “no pó”, e se tivesse que sair ia se “entupi de remédio” para não ver o sofrimento dos outros. “A gente tá garantido, mas a gente não pode pensar só na gente, tem que pensar também nos outros”.

Este potencial de ver o outro, esta solidariedade, está longe de ser uma preocupação individual. Reconhecemos nela a evolução de um processo de tomada de consciência a um nível histórico, cujo crescimento pessoal se torna indissociável da transformação da realidade histórica, o que Barreiros (2000) chama de consciência conscientizada. Barreiros (2000) elencou quatro tendências na interpretação do processo de conscientização proposto pelos grupos de Educação Popular em momentos diferentes. A primeira tendência corresponderia à descoberta do significado e dos valores da “dimensão da pessoa humana” e o compromisso com suas consequências. De base cristã, esta concepção parte da dimensão própria do homem em seu mundo, um mundo pensado quase que abstrato. O homem se conscientizaria a partir do “modo original de relações” que manteria com o mundo, como descoberta pessoal, dessas relações e consequências. A história poderia ser relativizada, porque o “homem” seria o princípio, enquanto núcleo de emergência da história: “[...] a pessoa e as suas exigências de humanização, pela qual a própria história humana tem um sentido anterior a seus próprios processos (BARREIROS, 2000, p. 65)”.

A segunda tendência na interpretação do processo de consciência foi posta pela ação e obra de Paulo Freire. Nesta perspectiva, Barreiros identifica os mesmo elementos cristãos e humanistas da concepção de consciência a partir da dimensão da pessoa humana, contudo acrescentada do valor histórico, ou seja, a tomada de consciência do homem no mundo não como atividade reflexa, mas reflexiva, como algo a ser transformado.

Assim, a consciência histórica não reflete o mundo que, ao mesmo tempo, intenciona e transforma: ela se antecipa ao mundo e quando o homem reflete, o que reflete já não é a sua própria situação-no-mundo, mais um mundo-em-situação, o que determina a um só tempo a dimensão própria da

consciência do homem e a existência de um mundo historicamente significado por ela (BARREIROS, op. cit., 59).

Neste sentido, dois pontos são fundamentais para a compreensão da “*consciência conscientizada*”, qual seja, a consciência que não percebe o mundo, mas se percebe mundo: primeiro, a possibilidade de transformação ativa, tarefa implicada na mediação dialética entre a sociedade (reestruturação urbana do bairro de Jaraguá), a cultura (construção de uma identidade coletiva como barganha política e jurídica), e a história (disposição para a resistência e seus desafios transformadores); segundo, o mundo percebido como problema a ser resolvido, a partir de um refinado sistema de interpretação de significados. Deste modo, a consciência conscientizada é realizada por mais de um sujeito que se reconhece como tal (sujeito histórico), dentro de uma relação dialógica; é produto de um movimento intencional (fora de si, como representação de alguma coisa); os sujeitos da relação e a coisa (o mundo) sintetizam-se, ou seja, um não existe sem o outro; conhecendo o mundo e se reconhecendo nele, como parte constituinte, implica a consciência-de-si.

Percebe-se que aqui já não se produz uma consciência pura na dimensão da pessoa humana, mas na dimensão homem-mundo, sob a forma de seus direitos e compromissos. A dimensão ética da humanização se torna enriquecida pela dimensão política implícita no entendimento do mundo a partir da necessidade de transformação. Assim, conscientização é a relação do significado da existência humana imbricado na circunstância histórica que determina os aspectos dessa existência (BARREIROS, op. cit., p.63).

A diferença fundamental é que na segunda tendência, a partir das contribuições freireanas, a Educação Popular passa a uma análise de mundo sociologicamente mais definido. Para além da transição de uma “humanidade” para o reconhecimento da conscientização em “sociedade”, especificamente uma sociedade em “trânsito”, a consciência da dimensão humana deixa de ser uma “coisa em si”, ao encontrar lugar definido nas transformações sociais oriundas de sua emergência.

O mais importante é a tentativa de correspondência entre os graus reconhecíveis de consciência e as circunstâncias sociais: a formas determinadas de organização social correspondem graus equivalentes de consciência pessoal; e mais pedagogicamente: determinadas formas de intervenção social planejada podem ocasionar a passagem de um determinado grau de consciência para outro (BARREIROS, op. cit.).

As sociedades fechadas possuem um caráter reflexo, em que as elites se sobrepõem com seus valores, ficando o povo alienado dos processos sociais decisórios. Por outro lado, processos internos de modificação alteram as mobilizações e recursos e valores

culturais, abrindo o trânsito para a passagem de formas sociais mais abertas. Aqui não nos reduziremos ao conceito de sociedade fechada ou aberta em função dos períodos históricos que coadunam com nossa realidade social atual, dada sua complexidade. A saber, o fato de vivermos em torno de três décadas de redemocratização da República não nos impede de vivenciarmos processos de neofeudalização da sociedade, convivendo com trabalho escravo, com o neocolonialismo que o turismo predatório engendra no nosso litoral, além dos arcaicos resquícios de modernização com o higienismo sofrido nas reestruturações urbanas vigentes.

A estes níveis arcaicos do desenvolvimento social existiria um estado de equilíbrio pautado pela vigência das estruturas, correspondendo, conseqüentemente, a um grau dominante de interpretação da realidade social marcada por uma *consciência intransitiva*. A consciência intransitiva, que é própria das sociedades primitivas, mas que, como sinalizamos acima, pode ser encontrada nas sociedades atuais. Quando consideramos a relação prefeitura/comunidade como uma relação fechada, pautada pelo autoritarismo e pela ausência do diálogo, percebemos que essa consciência intransitiva se caracteriza pelo descompromisso com a existência ao nível da “dimensão humana”, limitações de motivações e interesses, explicações mágicas dos fenômenos sociais. Empiricamente, acreditamos existir fortes relações entre este tipo de consciência e o grupo de moradores removidos, não necessariamente suas lideranças, mas uma parte da comunidade que facilmente assimilou as estratégias do opressor, tornando-se, sobretudo, seu hospedeiro, no contexto da remoção.

Todavia, modificações sociais são capazes de alterar as formas de organização social e de formação da consciência, ocasionando a passagem progressiva a um grau que Barreiros chamou de “*consciência transitivo-ingênua*” (BARREIROS, op. cit., p. 70). Esta representaria um aumento da capacidade de captação de estímulos, superando a *consciência intransitiva*, porém ainda dentro de um simplismo na interpretação dos problemas. Remonta ainda a uma fragilidade de argumentação, muito mais voltada para a polêmica do que para o diálogo. Neste nível, já se percebem os indícios da revolta, porém sem um caráter transformador passível de interferir na realidade social. Consideramos dois grupos da comunidade de Jaraguá que ilustram este perfil, a saber, o grupo que foi removido por suposta pressão, pois ainda que tenha transitado a um nível de rebeldia inicial, não foi suficiente para evitar uma acomodação da ação, dada a incapacidade de percepção das possibilidades reais de transformação; e o grupo que tinha promessa de transferência, mas que ao final do processo não logrou êxito, não entraram nem no cadastro da prefeitura, nem tiveram seu relato respaldado, sendo inclusos no rol da chamada “coletividade invasora”, forçados a uma

releitura da situação, transitando para novas posturas, todavia sem refinamento da reflexão e da ação, sem organização, sem uma identidade coletiva, agindo pelo desespero, sem muita eficiência e sem produzir efeitos maiores no quadro político.

Este último grupo acabou se configurando, na história da remoção da Vila de pescadores, como o subgrupo social mais vulnerável, o que os forçou a uma aproximação política com o grupo da resistência. Esse grupo foi responsável por ações como quando mulheres se juntavam em pequenos grupos, segurando crianças nos quadris, agrupando-se para invadir a prefeitura e xingar o Prefeito (intenção que certamente esbarraria na segurança, com possibilidade de desfecho violento e desfavorável), bem como no momento em que o grupão fechou a rua em um protesto desconcertado, ao que Barreiros (op. cit., p. 72) chamaria de “consciência fanática”, facilmente disperso pelo pelotão de choque, e anulado pela mídia, que em vez de dar voz aos protestantes, deu a voz ao Secretário de Habitação.

Se a *consciência transitivo-ingênua* não regredir para a *consciência intransitiva*, nem desvirtuar-se com consciência fanática, ela evolui para a *consciência transitivo-crítica*. Barreiros (op. cit., 72) sustenta que, enquanto a passagem da *consciência intransitiva* para a *transitivo-ingênua* depende de fatores não premeditados, a passagem desta última rumo à *consciência transitivo-crítica* depende de intervenção premeditada, sistemática, intencional, de ordem educativa. A passagem é atribuída apenas a pessoas críticas, comprometidas com a transformação social, sujeitos de seus próprios atos.

Aqui já notamos uma diferença de comportamento que começa a desenhar os grupos da Vila em função da consciência construída. Como sujeitos de seus próprios atos, os moradores resistentes superaram um dos pilares da opressão, que é a manipulação. Ampliaram suas relações com a Universidade, ao passo que estabeleceram novas relações políticas com outros setores da sociedade captados pelo Movimento Abrace a Vila, como o Mova (Movimento Cultural alagoano), Abrace a Garça, Bicicletada de Maceió, partidos políticos, entidades estudantis e profissionais, enfim, diversos setores da sociedade que compõem a cadeia de apoio à luta pela permanência da Vila. Todavia, são os moradores quem definem os termos da luta, têm o controle da situação e das diretrizes do movimento. Por outro lado, comparados com o grupo que foi transferido e que rivalizava politicamente com os resistentes, tanto no processo de remoção, quanto no embate pela retirada dos resistentes, ficam notório que para os desistentes, a pauta foia reprodução das diretrizes da prefeitura. Não apenas aceitaram um projeto que lhes foi imposto, sob pena de despejo ou remoção forçada para longe do lugar, como permaneceram na cena política representando os interesses da

prefeitura, por meio de abaixo-assinados, audiências no MPF/AL, na Justiça Federal, na imprensa, etc., pautando o discurso do opressor.

Assim, enquanto o comportamento oriundo da consciência intransitiva, ou seja, aquela que não transita e que não se abre para a transformação da realidade social vigente – caso do subgrupo que mantém o *status quo* proposto pela intervenção do opressor – não apresenta nenhum tipo de intervenção pedagógica no sentido da Educação Popular, a consciência crítica, reconhecível no grupo dos resistentes (enquanto superação da condição de opressão imposta pela imposição da remoção) demonstra não ser produto do acaso, mas um processo educativo intermediado. Essa consciência crítica se dá em duplo sentido, desde sua origem na formação pedagógica de sua liderança e no modo como disseminou a proposta conscientizadora no interior da comunidade, até o momento da remoção, quando, mesmo rompendo com o grupo político que disseminou na comunidade a semente da Educação Popular (CUT), estabeleceu igualmente outras relações pedagógicas, desta vez não num projeto de Alfabetização de Adultos, mas nas relações políticas e culturais com os movimentos de apoio à causa, no cotidiano de definições de estratégias, de mobilizações de recursos, de identificação de adversários, de educação pela luta.

É interessante notar, neste contexto, como a ampliação do apoio externo, no seio da sociedade civil, incorreu numa preocupação interna da comunidade com as condições do lugar, pois expressavam certa preocupação em mostrar uma situação melhor para os visitantes. Nesse sentido, abraçaram de modo entusiasmado as intervenções da arquiteta e urbanista Nichole Dellabianca, militante do Movimento Abrace a Vila, no sentido de melhorar o ambiente com os recursos disponíveis da própria comunidade, recolhendo o lixo e promovendo vigilância sobre moradores que depositavam lixo a céu aberto, numa campanha diuturna pela limpeza do lugar, além da produção de um sistema alternativo de esgoto, dentre outras ideias simples, mas minimizadoras dos impactos ambientais da degradação urbana vivida.

Este seria só um exemplo das dimensões pedagógicas e políticas das relações sociais estabelecidas a partir da vontade de transformar a própria história, em meio a uma comunidade diferenciada, caracterizada por esse apego extraordinário pela aprendizagem. Apego esse que tem na sua liderança uma personagem essencial, encarnada da função educadora/educanda, que numa sociedade em trânsito tem uma função ressignificadora e decisiva, comprometida com a libertação, com a superação da condição de opressão e as modificações sociais necessárias. Descrever esse processo pedagógico da Vila de Pescadores

de Jaraguá é um exercício quase que simbiótico com a descrição da história pessoal de suas lideranças, de suas relações iniciais com a formação de alfabetizadores de Jovens e Adultos e das relações político-culturais com os novos aliados. Enaura refere-se constantemente ao fato de que, há certo tempo, jamais se imaginaria, como pessoa, estar à frente de uma Associação de Moradores, e muito menos estar à frente de uma luta histórica pela resistência urbana na cidade de Maceió – neste sentido ela já se transformou numa figura pública cuja popularidade extrapola os limites da comunidade, e não por acaso, mas por encarnar de modo muito profícuo o perfil e as tarefas da educação popular. Quais sejam, nos termos de Barreiros (op. cit., p. 73), a) constituir-se como um instrumento oportuno de realização, com o povo, da passagem da consciência ingênua para a consciência crítica (o estágio a que chegou a luta pela resistência fala por si); b) opor-se à educação desumanizadora, contribuindo para uma possibilidade concreta de interpretação crítica das contradições sociais (segundo o relato dos educandos, levaram bastante a sério as premissas da conquista da cidadania); c) participar da criação de um modo próprio de cultura do povo, por sua própria tomada de consciência.

Os níveis de consciência correspondentes aos diferentes comportamentos dos subgrupos da Vila dos Pescadores claramente identificam as tendências da Educação Popular expostas por Barreiros (2000). A terceira tendência seria uma espécie de reinterpretação da segunda, redefinindo seus elementos. Sua exposição nos faz refletir sobre os processos da Vila, igualmente recorrendo às características fundamentais de cada subgrupo. Aqui temos a “conscientização como passagem da consciência oprimida à consciência da opressão”. O primeiro ponto de análise é que a consciência oprimida não é decorrente de uma simples relação intransitiva, mas é resultado da “ação opressora dirigida à manutenção dos significados e valores que mistificam, ‘explicam’ para o povo oprimido a ‘necessidade da opressão’ de acordo com os termos e na direção dos interesses dos opressores (BARREIROS, op. cit., p. 78)”. Assim, a consciência não conscientizada não para de refletir a consciência do opressor, fazendo sua a visão de mundo e dele. Aqui percebemos a mesma ambivalência colocada por Paulo Freire quando se refere à hospedagem do opressor: se por um lado sofrem na carne as consequências da condição social opressora, por outro lado adotam a figura do opressor como modelo de interpretação e como direção de projeto.

Para a consciência oprimida, a realidade social é sacralizada, imutável, e simultaneamente mistificada, mascarada nas suas reais contradições e interpretações estruturais. “Uma sociedade assim sacralizada e mistificada promove uma verdadeira *falsificação da consciência [...]*” (BARREIROS, 2000, p. 78). E seria essa falsa consciência os

parâmetros dos limites das ações e relações. Mas ela não se resume à falsa consciência, pesa também o medo à liberdade. Porque o processo de transição implica responsabilidade para com novas exigências existenciais, a passagem para a consciência crítica impõe modificações mais complexas e inseguras.

O oprimido tende a não se conscientizar porque simplesmente não pode. E porque não pode? Simplesmente porque lhe resulta ameaçador romper com quadros de referência da sociedade que, quando substituídos, deverão obrigá-lo a fazer opções correspondentes à “nova consciência”. Essas opções compreendem riscos pessoais, ou pelo menos o descompromisso, afinal, com uma situação injusta, mas que ele sente como estabelecida e “justificada”, e, portanto, aceitável e segura (BARREIROS, 2000, p. 80).

Esta citação, bem como os pressupostos acima, resume deveras o processo de conscientização dos moradores transferidos, tanto pelas lideranças que internalizaram a percepção do opressor – e assimilaram sua aceção –, quanto pelos liderados que anunciavam abertamente sentirem-se incapazes de enfrentar a prefeitura, por serem “pobres, fracos, pequenos”, dentre outros adjetivos autodesqualificantes. Em certo momento, quando a remoção para a praia do Sobral foi dada por muitos deles como irreversível, fizeram opção pela acomodação, pois os benefícios veementemente seriam muito mais claros que os riscos da resistência.

O processo de dominação foi descrito por Paulo Freire (1987) como modo de conquista, divisão, manipulação, e invasão cultural. A **conquista** é, via de regra, garantida no *status quo*, ela se dá nas significações de “depósitos reificadores”, quais sejam, os conteúdos da educação bancária (ou da ignorância), em que se soma a impossibilidade do diálogo com os conteúdos falsificadores da consciência, provocando a cointerpretação do mundo nos sentidos dos opressores. Associada à conquista, vem a tática de **divisão** para segmentar os grupos oprimidos, quando os opressores tiram proveito não apenas da sedução, mas da falta de identificação das pessoas como classe. Uma vez divididos, abre-se o caminho da **manipulação**, que emerge de atitudes paternalistas e protetoras voltadas para a criação de um clima de dependência. Por meio de pactos que aparentemente sinalizam uma suposta vontade dos oprimidos, os opressores controlam a vontade e a situação, causando a ilusão de bom relacionamento entre ambos, quando na verdade as intervenções revelam a sobreposição dos interesses de um sobre o outro. O fechamento deste processo é a **invasão cultural**, quando os opressores penetram no contexto cultural impondo sua visão de mundo e seu modo de perceber a realidade.

Estes modos de dominação descritos acima sintetizam muito do processo de remoção da Vila de Pescadores de Jaraguá. Ainda que a decisão que coadunou na remoção tenha sido uma determinação autoritária da prefeitura, cujo conhecimento da comunidade se deu pela imprensa, mediante o anúncio do “fim da favela Jaraguá”, quando já estava tudo decidido, isso não impediu que muitos moradores compactuassem com tal projeto. Naquele momento, era perceptível que a conquista se dava mediante ao interesse individual, pela possibilidade de lucro pessoal, mas também por uma suposta identificação com a percepção construída. Apesar de uma resistência inicial, mediante um nível de consciência transitiva ingênua das lideranças comunitárias – logo revertida em consciência intransitiva –, estratégias de convencimento já descritas anteriormente promovem a divisão da comunidade.

Até a chegada do MPF/AL na questão, havia ainda 67% dos moradores resistindo à remoção. Com a colaboração do PT no trabalho de convencimento, associada ao relato de pressões psicológicas contra os mais resistentes, este número se reverte para 80% de adesão à remoção. Com a comunidade dividida, a manipulação se tornou possível, de modo que a filosofia urbanística do projeto de remoção tomou conta da esfera ideológica, facilitando todo o trâmite administrativo junto aos órgãos federais, a manipulação da opinião pública, e as demandas organizacionais e operacionais da transferência – ao passo que os moradores resistentes se viam cada vez mais isolados, na medida em que o canal de comunicação da prefeitura passou a ser com os moradores aderentes, atribuindo o caráter de legitimidade à remoção.

Ou seja, conquistados, divididos e manipulados, os moradores da Vila presenciaram a invasão cultural sobre sua comunidade, em que o opressor, em nítida vantagem política e institucional, passou a ser o definidor não apenas dos destinos do espaço, traçados no projeto de reestruturação urbana, mas na própria definição das identidades, identificando os moradores aderentes como os verdadeiros “pescadores”, e dos moradores resistentes como “invasores”. Quando a prefeitura vai à Justiça dizer que ali não existe qualquer tradicionalidade – conforme consta nos autos –, ela tenta assumir o poder definidor da cultura local e promove uma invasão cultural.

Todavia, para cada modo de dominação, existe um correlato de libertação, ainda segundo Freire (1987). É aí que entra o papel da Educação Popular. Como contraponto da conquista, a **colaboração** estabelece um sistema de solidariedade entre os oprimidos, capaz de promover o diálogo, que é a base da transformação. Pelo diálogo, eles recolocam o problema da comunicação, instrumentalizando-se para contrapor os comunicados da mensagem

opressora. No encontro, criam modos novos de existir, tendo a si mesmos como centro de referência, que é a base de toda e qualquer resistência. Aqui não podemos deixar de frisar os modos como este processo de colaboração contribuiu na formação política dos moradores resistentes. Começa-se pelas primeiras reuniões da Associação, que eram realizadas no mesmo espaço do projeto de EJA, passando por toda a interação produzida no trabalho coletivo da efetivação dos projetos culturais (PELC, Ponto de Cultura, etc.) e participações em seminários, eventos diversos, até aos encontros cotidianos produzidos na luta, pautados por reuniões organizadas, repletas, produtivas. Vale diferenciar e comparar a metodologia de trabalho do grupo em relação aos aderentes ao oponente, na medida em que estes últimos não agiam a partir desses meios coletivos geradores de solidariedade e promotores de debates, pois atuavam individualmente, passando de casa em casa, promovendo o distanciamento e produzindo decisões fora de um diálogo com a coletividade.

É desta colaboração que surge a **União**. Até ao momento da prolação da sentença, sessenta e seis famílias tradicionais ainda permaneciam juntas. Caminhavam juntas, comemoravam e sofriam juntas as vitórias e derrotas parciais. Essas famílias foram o limite da capacidade da prefeitura na disseminação da desunião da comunidade. A desunião sempre foi tema central dentro na Vila, e foi neste aspecto que a prefeitura ganhou espaço no transcurso da inversão do quadro político interno. Uma vez ocorrida a transferência, os subgrupos se definiram com mais clareza, evidenciando no grupo resistente não apenas a força estrutural no cotidiano da luta, como uma incontestável unidade em torno da sua liderança. Colaboração e união são elementos que não existem por acaso, eles foram construídos no contexto de um princípio de extrema importância na resposta à dominação, que é a **organização popular**. É a organização que funciona como contraponto da manipulação, e neste sentido a Educação Popular produziu no grupo resistente efeitos de visível eficiência. Segundo Barreiros (2000), a organização popular permite ao povo a independência das estruturas e pactos que mantêm o controle sobre eles; colabora com a criação de grupos de representação de grupos populares comprometidos, contribuindo para a superação de etapas da luta.

Por serem sabedores da importância da organização popular no processo de libertação, os opressores concentram geralmente seus esforços no sentido de desarticular e deslegitimar esta organização. Isto explica, por exemplo, as investidas da prefeitura contra a Associação de Moradores e Amigos do Jaraguá (AMAJAR), incluindo as difamações ouvidas ao longo do processo. Desde os primeiros momentos de enfrentamento aberto, a partir do protesto no dia do lançamento da pedra fundamental do condomínio da praia do Sobral,

passando pela indiferença, deixando a Associação de fora das reuniões que diziam respeito à remoção, pelo desprezo aos convites feitos pelos moradores para reuniões, desde as tentativas de desmoralização, como a acusação de que a presidente teria enxertado a lista de famílias com o nome de seu filho e seu sobrinho (num caso típico de coabitação), às acusações de promover invasões na vila, dentre outras.

A estratégia de resistência contra o modo de dominação aqui chamado de invasão cultural seria a **síntese cultural**. Ela consiste num trabalho político-educativo no qual o povo elabora suas próprias significações sobre a sociedade e sua luta contra a opressão. O caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá nos fornece um exemplo típico desta categoria, ao opor à invasão cultural da Prefeitura a estratégia de reconhecimento como patrimônio imaterial. Começou com o pedido de registro junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), depois a defesa da DPU (Defensoria Pública da União) na ação civil pública, recorrendo à legislação que protege as comunidades tradicionais, até consolidar o discurso de construção da identidade coletiva do grupo. Tal estratégia, ainda que não tenha gerado o efeito jurídico esperado – afinal, a julgar pelo discurso dos magistrados de primeiro e segundo graus, o limite legal da proteção das comunidades tradicionais é a extinção, pois caso a intervenção não gere a extinção, as “drásticas perdas” podem ser minimizadas pelo poder público–produziu um forte efeito político, recolocando a comunidade na cena política da cidade a cada avanço da resistência, desde sua dinâmica interna, até aos desdobramentos do Movimento Abrace a Vila.

Diante das tendências da Educação Popular elencadas acima, bem como os processos de tomada de consciência em seus diferentes estágios, dos mecanismos de libertação correlatos aos modos de dominação, Barreiros (op. cit., 87) conclui que a função do educador é participar, na condição de agente de conscientização,

[...] na ação cultural libertadora, da explicitação dos elementos e relações da própria atuação-compromisso do povo e interpretação (inclusive com ajuda de categorias científicas) dos seus significados. Notemos bem: não há na conscientização a pura intenção de preparação para uma ação transformadora. Ela já acompanha esta ação, em última análise, traduzindo com o povo seus próprios termos.

Como foi exposto, esses elementos e relações foram construídos ao longo do processo, em função dos percursos percorridos, afinal, de modo geral os moradores não queriam estar na luta, as circunstâncias os levaram à luta. A diferença de interpretações, de significações, de ações, antes e durante as batalhas dão a dimensão de como eles se transformaram, e de como transformaram a realidade em que estão inseridos. Do ponto de

vista histórico, sua resistência pauta outras emergências urbanas, motivo que leva outros movimentos a aderirem à causa, e ainda que não consigam o êxito final, que é a permanência, uma possível remoção já se efetivaria sob novos sentidos, pautados pela resistência, ao contrário da situação anterior, quando a remoção por muito pouco não aconteceu à revelia dos resistentes. Como frisou Enaura, se não fosse a formação política que recebeu e se não fossem os diálogos produzidos nos projetos e nas reuniões da Associação, se não fossem as relações estabelecidas com a Universidade, possivelmente teriam sido removidos com certa facilidade. Ou seja, a resistência tem uma ligação direta com a Educação Popular e seus efeitos, nos moldes que expomos acima, e as possíveis relações com a história descrita.

Por ter como elemento essencial a conscientização, a Educação Popular se apresenta no contexto como um fator de uso político, ao criar situações pedagógicas que contribuam na formação de consciências. Afinal, ela não se opõe apenas à educação alienada, mas a qualquer processo político opressor. No caso em tela, nada mais opressor que a imposição de ser removido do espaço urbano que ocupam há décadas.

A luta está posta no sentido de superar, através dos tempos, os fatores que poderiam fazê-los acomodados ou ajustados. A luta pela permanência é a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pelo Estado que os oprime, estigmatiza-os, criminaliza-os, ansioso pelo momento fatal da violência maior, a expulsão pela força bruta da intervenção policial legitimada pela Justiça. E o mais irônico é que toda essa violência é praticada em nome da sua suposta libertação, da sua redenção.

É neste sentido, a partir desta visão histórica, que os resistentes acrescentam à realidade algo que eles próprios são fazedores, temporalizando o espaço geográfico e cultural, superando o aspecto unidimensional do tempo, que os fazem enxergar além do hoje, articulando seu passado e seu futuro na concepção de mundo. Ao desafiar a realidade, eles alteraram, criaram, recriaram, decidiram e se apropriaram de seus temas e reconheceram suas tarefas concretas. Segundo Freire (1967), o maior problema do homem moderno é a perda da capacidade de decidir.

Uma das grandes, senão a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e as entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se. (FREIRE, 1967, p. 50).

É neste rebaixamento que reside - em função do já referido medo à liberdade - o agir contra sua própria vontade. Em vez de lutar pelo que realmente quer, pensa e sente, ajusta-se ao mandado de autoridades e “adota um Eu que não lhe pertence”. Portanto, é a assimilação desses processos pedagógicos que diferenciarão os diferentes grupos, os diferentes níveis de consciência na vila. Da parte dos resistentes, um claro processo educativo que joga seus membros às experiências do debate, e da análise de seus problemas, propiciando-lhes uma autêntica experiência de participação (FREIRE, 1987., p. 100).

A análise que podemos fazer do processo pedagógico descrito acima é que, a partir de um programa de governo, uma proposta de Educação Popular pautada por princípios norteadores libertários e pressupostos teóricos críticos, levada a sério por uma equipe de profissionais, atingiu seus objetivos, no sentido de promover a formação de agentes multiplicadores de uma consciência crítica e transformadora no seio de uma comunidade excluída. O propósito deste trabalho não foi analisar o programa em si, considerando-se que o mesmo não se destacou na história da educação brasileira como de grande envergadura, mas o modo como a proposta resvalou – num contexto social específico – em um proveitoso processo educativo cujo desfecho contribuiu, junto com os demais elementos implícitos, para o empoderamento de uma comunidade situada numa camada social excluída dos mecanismos econômicos, sociais e políticas de uma cidade. Ou seja, o entrecruzamento perfeito entre um processo de formação educacional e política com uma educadora sedenta de aprendizagem coadunando na disseminação de um movimento cultural, político e pedagógico no exato instante em que seus beneficiários se encontravam numa condição de extrema vulnerabilidade, ameaçados de expulsão de seu território tradicional.

A eficácia deste processo, todavia, repousa sobremaneira em alguns elementos básicos próprios do contexto analisado, quais sejam as particularidades inerentes à educadora enquanto pessoa em constante processo de crescimento pessoal, suas habilidades como agente multiplicadora do conhecimento, nas suas maneiras de se relacionar com seus pares e de estender essas relações para além das fronteiras da comunidade, na paixão coletiva pela aprendizagem e pela política, e, finalmente, na apropriação de uma concepção pedagógica crítica e eficiente.

A partir de um processo de aprendizagem permeado de compostos e ingredientes salutarés ao enriquecimento pessoal e coletivo, como projetos culturais, projeto de alfabetização de adultos, projetos esportivos, atividades organizacionais, militância política, organização comunitária na Associação dos Moradores, aliados ao surgimento de uma

liderança comunitária incontestavelmente vigorosa, aliados ainda a uma mentalidade transformadora disseminada no seio da comunidade, e associado à dinâmica intempestiva da luta pela sobrevivência e da luta contra a expulsão, uma comunidade se potencializou, se presentificou, se capacitou para as exigências do enfrentamento contra a um adversário poderoso e extremamente superior, sob todos os aspectos.

Munida dessa capacidade pedagógica, de um nível de consciência que, como vimos, foi construída transitoriamente ao logo da luta, a comunidade descobriu paulatinamente esquemas e estratégias de enfrentamentos, descobriu-se autora de seu próprio destino, fazedora de sua própria história. Deparamo-nos não apenas com uma comunidade em luta, mas uma comunidade que tem gosto pela luta. Uma vez se autodescobrindo como líder comunitária, Enaura não consegue se imaginar, em sua vida pessoal, fora de uma atividade política – principalmente após receber, como reconhecimento, por sua competência, luta pela justiça social, uma bolsa de estudos numa Faculdade de Direito, e já se demonstra interessada nas áreas do Direito em que possa atuar na defesa da justiça social. A garra, a persistência, a coragem, a forma como se instrumentalizam, como fizeram uso produtivo dos recursos disponíveis fez com que a admiração pela comunidade se expandisse, ampliando as adesões à sua causa, no momento mais delicado de sua história.

Portanto, esse gosto pela luta, essa tomada de consciência, esta autoafirmação exacerbada gerada por um forte sentimento de autoestima, fará com que suas demandas ultrapassem o corpo a corpo dos limites fronteiros da comunidade, formando uma forte rede de apoio que se espalhará por todo o tecido social da cidade, por meio de suas relações e suas articulações. Uma cadeia ampla e complexa que vai desde os órgãos públicos, como os projetos conquistados junto aos Ministérios do Esporte e da Cultura; passando pela Universidade (públicas e privadas) e suas intervenções de pesquisa e extensão, além do incontestável apoio político; até todos os outros elos construídos com movimentos sociais, culturais, partidos políticos, entidades representativas, entidades corporativas, artistas, imprensa, sindicatos, etc.

O nível de consciência, bem como a forma aguerrida e de resistência por seu território e sua cultura, vão fazer com que, no bojo das polêmicas, na dinâmica política e jurídica que se arrasta, a Vila chame atenção da cidade, a ponto de potencializar os demais problemas urbanos, trazer para a pauta de discussões outros processos excludentes, dando origem, inclusive, a outros movimentos de resistência inspirados por sua luta. Neste sentido, os moradores resistentes quebraram paradigmas, reescreveram a história da cidade com sua

história de vida, que deixa de ser uma história contada a partir de um enredo pessoal, para adquirir contornos sociais mais amplos, assumindo papel de vanguarda na resistência contra a expropriação urbana, que é um processo globalmente acontece rotineiramente nas principais cidades do mundo, afetando cotidianamente milhões de pessoas. Assim, a capacidade de enfrentamento e disposição de resistir desse grupo passa a servir como exemplo.

O esforço dos moradores resistentes revela ainda a sobrevivência de um princípio fundamental da formação da consciência, que é a autonomia. Tanto no sentido de liberdade frente às imposições globalizantes de um projeto de cidade hegemônico, tanto no sentido de sua autonomia diante da condução da resistência, frente aos diversos segmentos sociais que apoiaram a causa, cujo controle e direção sempre estiveram sob seu comando. Autonomia diante do próprio parceiro que disseminou a semente da conscientização política, quando este deixou de convergir com seus interesses; autonomia em relação ao próprio defensor oficial, quando a DPU comunicou o prazo de 15 dias para o despejo, alegando não haver mais recurso, uma vez que a Associação se antecipa e vai à Recife se articular com a defensoria regional, que já estava trabalhando no recurso especial junto ao Supremo Tribunal Federal; autonomia no trato das informações, perante a mídia local, por meios das articulações com as mídias alternativas e das ações nas redes sociais – sobretudo pela atuação dos estudantes e profissionais de comunicação engajados no Movimento Abrace a Vila; autonomia inclusive urbanística, uma vez que não dependia da Prefeitura para a reestruturação urbana da vila, pois, munida de regularização fundiária, teria capacidade de articulação para engendrar sua própria revitalização.

Cumprir notar que, para além de todo o processo de conscientização já amplamente descrito, pautado por um forte sentimento de autovalorização, de autoestima, de força interior, de potencial hermenêutico, de capacidade crítica, as estratégias de enfrentamento também revelaram na comunidade a presença forte de uma identidade coletiva. Ainda que esta identidade resguarde na sua construção elementos culturais constituídos nas práticas cotidianas, cuja elucidação ainda demanda estudo antropológico mais aprofundado, ressaltamos o modo brilhante como a comunidade faz uso político desta identidade, a partir da sua descoberta, quando tomam ciência do que são e de até onde este “ser” pode compor os instrumentos da luta, como gozo das frutíferas relações de aprendizagem que estabeleceram com a academia.

Antes da existência deste grupo, de seu surgimento nas origens dos projetos iniciais, a resistência não havia encontrado elementos de coesão grupal que pudesse uni-los

em torno de algo comum, o que facilitou a penetração das contingências estranhas à comunidade. São as habilidades inerentes ao grupo da resistência que proporcionarão não apenas a descoberta de uma identidade coletiva, nas entrelinhas das ações educacionais e culturais praticadas no cotidiano de uma comunidade mais aberta às interações sociais, como a insistência desta identidade como barganha política. Até ao presente momento, não resta dúvidas de que esta identidade tem sido um dos pilares da resistência, seja no processo judicial, seja nas articulações políticas, seja no estabelecimento de novas parcerias e novas adesões.

Concluimos que os processos de educação popular, desde a formação de alfabetização de Jovens e Adultos aos projetos culturais desenvolvidos na comunidade, foram decisivos para a formação e manutenção da resistência. Todavia, fatos internos e externos pesaram para que a resistência fosse minada. Do ponto de vista interno, o surgimento e a potencialização de adversários dentro da própria comunidade, atuando desde a cooptação por práticas políticas clientelistas, e pela distribuição de brindes nas festividades dos dias das mães e dia das crianças, acrescidas pelo fator decisivo que foi o poder atribuído a essas lideranças antirresistência, poder de apontar quais moradores deveriam ou não receber apartamentos. Do ponto de vista externo, a atuação implacável da prefeitura, que não economizou no seu poder de influência na imprensa local para construir e manter a criminalização da comunidade por meio do estigma de “favela perigosa”, bem como no campo jurídico, fazendo prevalecer os fatos inverídicos que foram decisivos para que a sentença judicial pesasse a seu favor.

Capítulo 4. A resistência da Vila de Pescadores na Perspectiva da Psicologia Política: sobre a participação em ações coletivas e formação da consciência política

O entendimento dos processos de participação política na Vila dos Pescadores a partir do Pensamento de Paulo Freire nos leva a compreender na comunidade, em diferentes momentos, três níveis de consciência, como anteriormente descrito. A princípio, predominando um ambiente de luta, embora sem um princípio organizativo mais aprimorado na Associação de Moradores. Havia, inclusive a existência de relações na maioria das vezes eleitoreiras com políticos de direita, a exceção da penetração do então vereador Paulão, do PT e posteriormente com a chegada do apoio político do deputado estadual Judson Cabral, do mesmo partido, quando o PT ainda se enquadrava politicamente no campo da esquerda. Todavia, o anúncio do “fim da favela” gerou no seio da comunidade certa resistência, ao que chamamos anteriormente de consciência transitiva, visto ser pautada ainda por certa fragilidade e riscos de retrocesso, como de fato veio a ocorrer. Um terceiro nível de consciência foi descrito por nós como consciência crítica, esta pautada por um processo educativo norteado pela ciência de direitos, assegurada por firme tomada de posição perante a investida opressiva do Estado.

Esta reflexão, entretanto, ainda que retome uma perspectiva importante na história política e científica da resistência popular no Brasil, pode ser acrescida das contribuições da Psicologia Política, na medida em que essa última pode trazer maiores detalhes na análise do processo em questão, no que se refere à transição da filosofia para um postura psicológica mais empírica. Deste modo, recorreremos ao modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001), dialogando também com autores que desenvolveram diferentes análises utilizando-se deste referencial, como Ansara (2008), Silva (2008) e Costa (2008). Esta abordagem nos permitirá refletir a questão da resistência e seus meandros com maiores detalhes, na medida em que subdivide o processo de conscientização por meio de diferentes elementos psicológicos presentes no processo político vivido. Segundo Ansara (2008, p. 44), o que difere o modelo de consciência de Sandoval da perspectiva ideológica é que este se refere a um conjunto de significações e significados que fazem com que o sujeito participe da sociedade como ator político, sendo as crenças e valores apenas um desses elementos. Para esta autora, Sandoval se distingue de Freire na medida em que fornece categorias analíticas por meio de um modelo conceitual, cuja conscientização pode ser percebida através de análise sistemática.

Em princípio, consideramos salutar anotar a diferença feita por Maritza Montero²⁰⁶ entre ação política e participação política. A primeira noção supõe o sujeito como ator, como ser ativo e construtor da realidade, ao passo em que a segunda diz respeito às atividades normativas sobre processos eleitorais e implicações no sistema político como componentes da própria lógica do regime democrático, que pressupõe a participação popular para sua própria legitimação. Esta distinção implica níveis de consciência e intervenção completamente distintos, e perceberemos em seguida como pode fornecer diferentes análises no tipo de participação adotado pelos diferentes subgrupos formados na Vila de pescadores de Jaraguá. Complementando esta diferenciação, importante notar a classificação feita por Conge²⁰⁷, no que se refere às discrepâncias nos conceitos de participação política: “formas ativas *versus* formas passivas, objetivos governamentais *versus* não governamentais”. Ações dirigidas *versus* voluntárias; intencionais *versus* consequências não esperadas.

Isso se faz importante na medida em que analisamos a divisão da comunidade no processo de resistência, e percebemos como as ações coletivas e atitudes de parte das lideranças passam a fluir no sentido das orientações políticas da prefeitura de Maceió, o que se configura mais como maquinação governamental, no sentido dado a este termo por Guattari, do que como resistência. Fato é que as ações coletivas, sejam elas no sentido da resistência (contra a ação governamental), sejam no sentido da desistência (adesão à ação governamental – na medida em que o plano governamental vai de encontro aos anseios de permanência), começam a se delinear nas transformações do cotidiano.

Cumpre notar a conceituação inicial de Sandoval, que considera consciência como um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos de suas vidas (SANDOVAL, 1994, p. 59). Neste sentido, recorre a Berger & Lukman (1967) para alicerçar a compreensão no fato de que a sociedade é uma relação dialética entre o dado objetivo e os significados subjetivos. Esses significados servem como guia de conduta e contribuem para que a consciência não seja mero espelhamento do mundo material. Assim, a construção da realidade acontece numa via dupla de experiências sociais próximas e mediatas. Relações mediatas são as interferências externas, os fatos políticos, administrativos que transcendem os limites ideológicos dos indivíduos, ao passo que as relações próximas são as formas peculiares que as relações de poder assumem no

²⁰⁶ Apud Costa, 2008, p. 36.

²⁰⁷ Apud Costa, 2008, p. 37.

seio de uma coletividade. A consciência política aflora exatamente das condições fornecidas pelo tipo de estrutura criada a partir da sobreposição dessas relações próximas e mediatas.

Nesta formação estrutural, Sandoval (1994, p. 61) acrescenta ainda a noção de “universo simbólico” de Berger, comparando-o à noção de hegemonia de Gramsci e ideologia dominante de Marx, para compreender a importância do que chama de “estilo cognitivo”, qual seja, a capacidade de recorrer a um “quadro geral de referência que serve de apoio para a organização de definições discrepantes da realidade da vida rotineira”. Essas “definições gerais” – que na verdade são repertórios de conhecimentos (material cognitivo e cultural acumulado) – acabam servindo de parâmetro para avaliar velhas e novas experiências, muitas vezes orientando o diaadia pela hegemonia da sociedade. Com isso, conclui-se que a formação da consciência política tem “um aspecto imanente a si própria como um (sic) outro flanco objetivo o qual depende de pré-condições materiais” (SANDOVAL, 1994, p. 62).

Se a consciência política é construída no bojo desta via de mão dupla da formação social da realidade, cumpre entender a importância do cotidiano neste processo. Em geral, o mundo do cotidiano é o mundo da vida natural, do “aqui e agora”, movido pelo conhecimento do senso comum. Todavia, esferas não problematizadas desta realidade podem ser reinterpretadas a partir de novas problematizações, na medida em que conflitos ou fatos novos interrompem seu fluxo rotineiro. “Argumentamos neste estudo que é precisamente esse tipo de interrupção da estabilidade da vida rotineira no trabalho, na vizinhança, e nas instituições, provocada pela crise econômica e pelo desgoverno político, que aciona a mudança da consciência política.” (SANDOVAL, 1994, p. 63).

Heller (1972) explica a espontaneidade do cotidiano pelo fato de que a aplicação da racionalidade a todas as tarefas diárias tornaria sua prática impossível. Acrescenta-se a isto certo economicismo, na medida em que a falta de reflexão e profundidade das ações favorecem a rotina diária, prevalecendo o imediatismo e utilitarismo, garantindo um ritmo sem perturbações. E é neste pragmatismo que residem as bases da alienação:

O imediatismo do pensar e do comportamento cotidiano obscurece a diferença entre o possível e o correto, tanto quanto no comportamento tende a reduzir o correto ao possível e, em decorrência, a encobrir as questões de direitos de cidadania e moralidade política (SANDOVAL, 1994, p. 64).

Enclausurados nas tarefas do viver diário e não refletido, os sujeitos tendem a naturalizar as relações de poder, aceitando espontaneamente as desigualdades e permitindo que suas vidas sejam determinadas pelas estruturas sociais vigentes. Esta condição resulta no caráter fragmentário do pensamento, cujo processo revela “mescla não-sistemática de material

cognitivo e juízos superficiais de valores”. A alienação consistiria em suas suposições não questionadas da inevitabilidade da rotina diária e a naturalização e espontaneísmo das normas sociais e estruturação de classe, ocasionando uma submissão política. Trata-se de um conformismo construído na carência de instrumentalização intelectual para o raciocínio sistemático e crítico, que por sua vez se insere na ausência de “práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania” (SANDOVAL, op. cit.). Assim, a fragmentação é o principal obstáculo à consciência política. Fragmentação que impede a visão das relações sociais mais amplas, de sua inserção no universo da política, da economia, e demais determinações históricas e sociais, e que persistem pela falta de consenso de valores que “mantém a classe operária complacente”, segundo o autor.

Todavia, o cotidiano não é apenas o espaço da alienação, do “algo dado”, mas simultaneamente também da consciência histórica, isto porque é no cotidiano que a história se efetiva, que

Se constrói a liga que permite aos indivíduos viverem em sociedade, liga esta que alguns autores chamam de identidade e que se pode definir como o conjunto de idéias que tornam possível uma delimitação básica para o pensamento humano: nós e eles, pertencentes ou não ao grupo, etc. (SILVA, 2008, p. 395).

Ou seja, no mesmo espaço da alienação reside o espaço da libertação. Segundo Silva (2008), Heller sustenta que o cotidiano é um espaço a ser superado, a ser revolucionado. Para este autor, “É na vida cotidiana que se constrói tanto a alienação quanto a emancipação da vida cotidiana, o que nos parece lógico e válido dizer que não há liberdade e nem consciência fora do cotidiano [...]”. E seria exatamente este o elemento que faz confluir duas realidades historicamente distintas num único espaço, qual seja, não há realidade fora do cotidiano, uma vez que todas as determinações sociais são vividas pelo sujeito no seu diaadia. Assim, a superação da fragmentação da consciência e reestruturação do cotidiano em função da superação da alienação não significa a eliminação do cotidiano, porque sem ele a vida em sociedade seria impossível. Na construção da consciência histórica, rompe-se com as estruturas cristalizadas pela rotina, pois como lembrou Sandoval (1994, p. 66), “[...] a consciência truncada do indivíduo não resulta apenas de atividades quotidianas. Em geral, o indivíduo entra em contato com as instituições políticas que o ligam à sociedade mais ampla”. Seria nessa busca do outro, na ampliação do campo psíquico que residiria a formação da consciência histórica, gerando as possibilidades da consciência coletiva.

Para Heller a coletividade é o que possibilita o surgimento da idéia de passagem do tempo e de finitude do indivíduo diante da continuidade do

grupo, pois é em comunidade que homens e mulheres estabelecem a liga que os define como um grupo. Tal liga necessita ser cultivada de modo a permitir uma coesão suficiente para que os conflitos não desemboquem num enfraquecimento do grupo e coloque a sua sobrevivência em risco. (SILVA, 2008, p. 393).

É importante notar que o estabelecimento de uma identidade coletiva não garante a formação de uma consciência crítica, o que se comprova com o fato de grupos de alto nível de coletividade não exercerem sua liberdade ante os elementos alienantes do cotidiano. Silva (2008) lembra que, segundo Heller, não é a identidade coletiva que produz a consciência histórica, mas o contrário.

É ao se produzir a consciência, por meio da dialeticidade do tempo, que o indivíduo se produz e é produzido, que se possibilita a construção dessa liga identitária entre eu e nós, ou, pertencer a um grupo, é fruto da decisão consciente desse indivíduo capaz de analisar questões envolvidas na própria pertença ou não a dado grupo (SILVA, 2008, p. 395).

Isso fica claro quando a autora questiona o pensamento de Marx no sentido de que a revolução não se reduz à tomada de poder pela classe trabalhadora, sem que se tenha desenvolvido a consciência de classe. Assim, a consciência se constrói na capacidade de o indivíduo transformar suas formas de atividade numa “unidade”, a depender do tipo de relação que ele vai estabelecer com o “não cotidiano”, em suas diversas objetivações. Relação esta que produz novas percepções de si e dos outros, favorecendo novas interpretações e leituras em torno de seu lugar e sua posição no campo da hegemonia política, produzindo com isso uma reestruturação da identidade coletiva. Caso contrário, os sujeitos passam a atuar historicamente sob o manto de identidades genéricas atribuídas pelos dominadores, no bojo de uma suposta homogeneidade de seus grupos de pertencimento. É neste sentido que a consciência histórica, aquela que transcende as leituras pragmáticas do cotidiano, “torna-se arma no campo de batalha de definição dos rumos da coletividade” (SILVA, 2008, p. 396).

A vivência desta consciência, ancorada pela “memória política”, possibilita a experimentação da cidadania negada, tirando-os da marginalidade e rompendo com o fatalismo. A depender do tipo de interação social que os indivíduos e grupos experimentem no cotidiano, se produzirão distintas objetivações, de modo que a incapacidade de superação reduzirá o sujeito a uma essência genérica, isenta de sua ação própria enquanto sujeito histórico, objetivado pelo princípio da autoconservação. “[...] O indivíduo se identifica assim de maneira espontânea com o sistema de hábitos e exigências que permitem sua autoconservação, que fazem da sua vida o mais ‘cômodo’ e sem conflitos possíveis”

(HELLERapud SILVA, 2008, p. 396). Concluímos com isso que o ser consciente é superar a acomodação, reconhecendo-se como um ser para além das necessidades de sua própria existência, convertendo suas forças para que esta existência não se reduza à praticidade do cotidiano, de modo que sua necessidade de autoconservação não o determine socialmente. Neste sentido, a vida torna-se para ele objeto, em vez de ele tornar-se objeto da vida.

Para entender a formação da consciência política, Sandoval (1994, p. 67) toma como ponto de partida o esquema de Consciência operária de Alain Touraine, pois, segundo ele, é o que teoricamente mais viabiliza uma compreensão empírica da consciência. Neste esquema, a consciência seria composta por três dimensões básicas, quais sejam identidade, oposição e totalidade. Identidade é a dimensão da consciência que compreende as percepções de identificação de classe do indivíduo, no sentido das características culturais ou funcionais que separam a classe com a qual se autoidentifica de outras classes sociais. Oposição é a dimensão que focaliza a percepção que o indivíduo tem da relação entre sua classe e as outras classes, especialmente a classe dominante, enfatizando o caráter antagonístico dessa relação. Totalidade é a dimensão que se refere à percepção do todo societal, sua dinâmica social, distribuição de bens e relações de poder no sistema de dominação. A estas três dimensões, Sandoval acrescenta uma quarta dimensão, a qual chamou de *predisposição para intervenção*, que consiste na percepção que o indivíduo tem de sua capacidade de intervenção em seus interesses. Isso relaciona a consciência política ao autointeresse e ao interesse de classe. Assim, ações individuais ou coletivas ocorrem ou deixam de ocorrer não apenas por circunstâncias históricas ou, do contrário, das percepções dos indivíduos, mas pelo “repertório disponível de ações possíveis e a legitimidade atribuída às mesmas por seus atores” (SANDOVAL, 1994, p. 68). Esta dimensão possibilita ligar as visões societais às alternativas comportamentais possíveis em situações específicas de relações de poder. Segundo Silva, (2008, p. 402), com isso Sandoval aponta para a importância do ator social e para esse repertório de conhecimentos como um elemento que não se reduz a uma questão histórica linear, mas que é produtora desta história, retirando a questão da consciência do campo das “abstrações aleatórias”, para recolocá-la na trama psicossociológica em que os indivíduos estão situados.

Esta trama, por sua vez, nos remonta ao entendimento dos aspectos microssociais que de algum modo influenciam os indivíduos a participar de ações coletivas. O ponto de partida é a constatação de que, do ponto de vista das escolhas racionais, as pessoas estão muito mais propensas a não participar de mobilizações políticas, em termos de custo e

benefício (SANDOVAL, 1989, p. 62). O dilema do prisioneiro, exemplo apontado pela teoria dos jogos, demonstra que benefícios são maiores quando uma das partes trai, em vez da colaboração mútua.

Julgando do ‘Dilema do Prisioneiro’, fica claro que a cooperação não é necessariamente a melhor opção para melhorar os benefícios do ponto de vista do indivíduo, assim como muitas tendências teóricas de fundo idealista pensam. [...] A mesma lógica do dilema do prisioneiro pode ser utilizada para ilustrar a problemática da participação dos indivíduos nos movimentos sociais da óptica dos custos e benefícios que uma pessoa de camada popular possa ter como resultado de participar ou não participar em um movimento social (SANDOVAL, 1989, p. 64).

Cumprido salientar que a explicação de Sandoval situa-se epistemologicamente numa ótica psicossociológica que não pressupõe a separação artificial entre os aspectos psicológicos e os aspectos sociológicos, optando por um enfoque integrado no sentido de “analisar aqueles determinantes da dinâmica interna e externa nos movimentos sociais que influem nas formas de participação que as pessoas assumem frente às ações coletivas e os movimentos sociais” (SANDOVAL, 1989, p. 67). Há de se considerar a interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar.

Neste sentido, Sandoval vai de encontro às explicações deterministas das vertentes da dominação ideológica que atribuem poder exagerado às classes dominantes sobre a consciência, tanto quanto às explicações idealistas pautadas pela falsa consciência, para entender que a grande maioria da população, sobretudo nos setores mais carentes da sociedade, não participa de ações coletivas e movimentos sociais menos pela eficácia ideológica das classes dominantes e muito mais por influência de:

[...] múltiplos mecanismos de controle social que desenvolvem nos indivíduos formas de pensar o mundo da política caracterizadas por uma concretude de pensamento, fragmentária e permeada de inconsistências interpretativas e fáticas, com o objetivo de ser pouco conducente a reflexão mais abstrata e crítica das relações sociais (SANDOVAL, 1989, p. 68).

São mecanismos criados no cotidiano, cujos desdobramentos são a tendência a considerar os processos sociais como fatalidade. Neste caminho, Sandoval elenca um inventário de categorias de fatores importantes na análise do comportamento individual em situações de mobilizações coletivas. O primeiro mecanismo apontado por Sandoval são as **noções culturais**, expressões históricas de valores e crenças que permeiam as visões de mundo das pessoas como pressupostos sobre a natureza da sociedade e a naturalidade das relações sociais. Do ponto de vista da formação da consciência política, são os pressupostos de naturalização da estabilidade social, da estratificação social, da hierarquia social, da

legitimação da autoridade, da reciprocidade entre as camadas sociais. Um segundo mecanismo de controle seriam as restrições da vida cotidiana, em sua tendência de afastar os sujeitos de sua capacidade de análises abstratas. Costa reproduz a definição de Sandoval da seguinte maneira:

Neste sentido, a estrutura da vida pode ser caracterizada na seguinte maneira: sua fragmentação e heterogeneidade, sua hierarquia de valores e critérios sociais, sua espontaneidade e imediatismo das decisões, seu economicismo e pragmatismo, a importância atribuída à confiança, fé e sorte para explicar o desconhecido dos acontecimentos, o uso das ultrageneralizações, precedentes, analogias e imitações como formas de definir comportamento em situações novas, o uso de preconceitos e estereótipos para definir pessoas desconhecidas e predominância dos papéis sociais para interpretar e interagir em situações conhecidas e desconhecidas (COSTA, 2008, p. 62).

Esses dois mecanismos, na verdade, justificam muito mais o fato de as pessoas não participarem das ações coletivas. Digamos que explicam os processos de acomodação que influenciam a não adesão participação política e militância em Movimentos Sociais. Todavia, tal como já apontado por Heller em seus estudos filosóficos sobre o cotidiano e a história, Sandoval (1989, p. 70) busca identificar os elementos empíricos da superação da condição alienante do cotidiano.

Mas apesar dos valores, crenças sociais e a rotina cotidiana, os indivíduos têm a oportunidade de romper temporária e parcialmente com alguns dos mecanismos de submissão e viver, no movimento social, experiências coletivas que, por sua vez, são pedagógicas no sentido de que o indivíduo tem a oportunidade de vivenciar outras formas de agir frente a seus problemas, interagir com outras pessoas no âmbito de um esforço organizado coletivo e conhecer experiencialmente o sistema político na medida em que o movimento social contesta o status quo político-distributivo e leva o indivíduo a se defrontar com membros das elites políticas.

Dentre os fatores que impulsionam as pessoas à participação política, o autor destaca a demarcação de **fronteira do agrupamento** da comunidade, que são as características definidoras de uma população em termos de espaço de moradia ou trabalho num determinado local. As fronteiras físicas e seus aspectos psicossociais são definidos por padrões de confluência da rotina cotidiana e seus pontos de encontro. Esta demarcação física, e também social, pode ser definida também em função do tratamento das instituições locais de acordo com as características do assentamento habitacional.

Uma vez definidas as fronteiras, outro fator é a **solidariedade** entre os membros da coletividade, que pode ser classificada em função das categorias e das redes sociais estabelecidas na comunidade. Categorias são os grupamentos que distinguem as pessoas pelos

mesmos atributos, como características étnico-raciais, procedência geográfica, condições socioeconômicas, situações devida ou ocupacionais. Redes sociais são as relações sociais e os indivíduos interligados por estas relações, afetiva ou funcionalmente, por meio de laços interpessoais.

O quinto fator é **vida organizativa**. Corresponde à combinação da categoria com as redes sociais, a partir da coesão social produzida nesta fusão. Quanto mais intensiva é essa identificação, maior será o nível de organização da coletividade, uma vez que a interrelação específica das categorias e redes sociais influi nas formas organizativas que se articulam no sentido de mobilizar recursos para a coletividade. Sandoval (1989, p. 72) destaca como relevante os seguintes aspectos: estrutura, função, penetração e apoio local das instituições, interação das lideranças e atores locais com a população, questões explícitas de onde surgem as metas do movimento, intermediação política entre a comunidade e grupos externos.

O sexto fator são os **repertórios de ação coletiva**. São os acervos de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente, e o valor atribuído a elas. Assim, as ações coletivas dependem da capacidade e extensão de mobilizar recursos e do engajamento de seus membros na utilização dos mesmos. “Neste sentido, a participação em movimentos sociais é um processo de aprendizagem política em que indivíduos e grupos aprendem a se organizar, mobilizar recursos e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder” (SANDOVAL, 1989, p. 72).

O inventário dos fatores empíricos que contribuem nas atitudes individuais que estimulam ou desestimulam as pessoas a participarem de ações coletivas e Movimentos Sociais estabelece as bases para a compreensão da consciência política. Silva (2008, p. 402) é um dos autores que reconhece no modelo de Sandoval aproximações com a obra de Gramsci, e uma das semelhanças consiste no fato de que consciência política, para ambos, está relacionada com autoconsciência de cada sujeito. Para este autor, ao incrementar o modelo de Touraine com uma quarta dimensão ao processo de produção da consciência, qual seja a “predisposição para intervenção” Sandoval aponta para a importância do ator social e seu repertório de conhecimentos e a legitimidade atribuída ao mesmo, de modo que as ações coletivas transitam numa terceira acepção, para além das determinações históricas lineares ou da mera percepção dos sujeitos.

Tanto para Gramsci quanto para Sandoval a leitura dos fatos e a compreensão das coisas não são abstrações aleatórias e assépticas, pois nos parece que ambos derivam de uma trama por assim dizer psicossociopolítica na qual os indivíduos estão situados. A questão do interesse e da volição para a ação é uma questão que contém elementos gnosiológicos que são bem

mais do que um conjunto de técnicas e operações mentais (SILVA, 2008, p. 403).

Portanto, trata-se de um modelo cujas dimensões da consciência não resultam de processos ideológicos genéricos. Trata-se de experiência de “particulares imediatos”, visa o global de uma práxis na qual política, história e conhecimento não são pensados separadamente. Deste modo, interesse e volição são elementos essenciais na formação dos sujeitos críticos, fatores de autodeterminação e hegemonia (SILVA, 2008, p. 403). Somados à identidade coletiva e ao conjunto das crenças sociais participam da politização do sujeito componentes essenciais da consciência política. Assim, Sandoval enfatiza a formação da consciência em seu caráter político, ainda que isso não seja suficiente para considerar que no processo de estruturação da consciência o sujeito seja, necessariamente, um sujeito politizado. “Assim, a consciência política refere-se à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente de seu caráter político” (SILVA, 2008, p. 404). Segundo Silva, enfatizar o caráter político da consciência é mais um elemento que aproxima Sandoval de Gramsci, uma vez que este último centra sua perspectiva no interesse da classe trabalhadora, principalmente na ressalva que aponta os preceitos do interesse e das escolhas como propulsor da conscientização.

Isto não significa que para Gramsci as classes trabalhadoras sejam depositárias privilegiadas de alguma verdade prévia e nem que pré-exista um sujeito unitário que opere coletivamente de forma homogênea e infalível. Esse tal sujeito unitário também é um elemento que não se sustenta na realidade concebida na ótica gramsciana (SILVA, 2008, p. 403).

Para que todo grupo social conquiste sua hegemonia, sobretudo as classes populares, precisa passar por um processo constitutivo de sua identidade, de sua intelectualidade, e por uma educação que exige a construção rigorosa de um saber mais avançado e socializado. O que Silva pretende é destacar que, na perspectiva dos autores comparados, consciência política é um processo que está para além da ação coletiva. “[...] Consciência política não se limita e nem se refere apenas a um conjunto de elementos que levam um indivíduo a participar politicamente de ações coletivas, pois participar ou não participar não é o fim de um processo, mas um momento deste” (SILVA, 2008, p. 397). Portanto, além de procurar entender os elementos que levam as pessoas a participar de ações coletivas, há de se entender, sobretudo, como esta participação gera pertença, desfaz pertença, transforma consciências individuais em consciência coletivas, uma vez que o enfrentamento coletivo, por si só, ainda que seja uma condição necessária, é insuficiente para produção da

consciência coletiva. É no enfrentamento com os antagonistas que entra em cena a natureza educativa da luta.

Ao se produzir o enfrentamento cria-se a possibilidade de se visibilizar o conflito, e mesmo a irreconciliabilidade decorrente do(s) elemento(s) da e em disputa. Destaca-se, assim, o caráter político-pedagógico e pedagógico-político da luta e do enfrentamento e, por conseguinte sua face produtora de consciências. Isso se justifica porque por meio da participação política o indivíduo se educa e é educado, portanto, adquire consciência política. E uma vez produzida, essa consciência forja um novo sujeito, um sujeito ativo, um cidadão cômico de seu lugar no cenário (SILVA, 2008, p. 398).

Nessa perspectiva, o enfrentamento psicopolítico constituído no campo das lutas sociais é um potencializador da consciência de si, que por ser social tornar-se-á política. Assim sendo, contribui com a emancipação e a construção de um projeto social mais justo. A premissa é de que na reciprocidade entre o sujeito e a sociedade, o processo é mediado pela identificação e apropriação da atitude do grupo de pertença e a possibilidade de se aprofundar progressivamente esta consciência política.

A consciência de si constrói-se na esfera do político, se faz política durante o processo de construção. No processo de interiorização das estruturas sociais, das instituições, durante a apropriação do conhecimento. A consciência política é, portanto, um processo necessário e altamente educativo, principalmente para as classes populares que precisam se apropriar dos instrumentos fundamentais do conhecimento, superar seu saber disperso e aproximativo, adquirir confiança em suas capacidades, tornando-se autônomos (SILVA, 2008, p. 404).

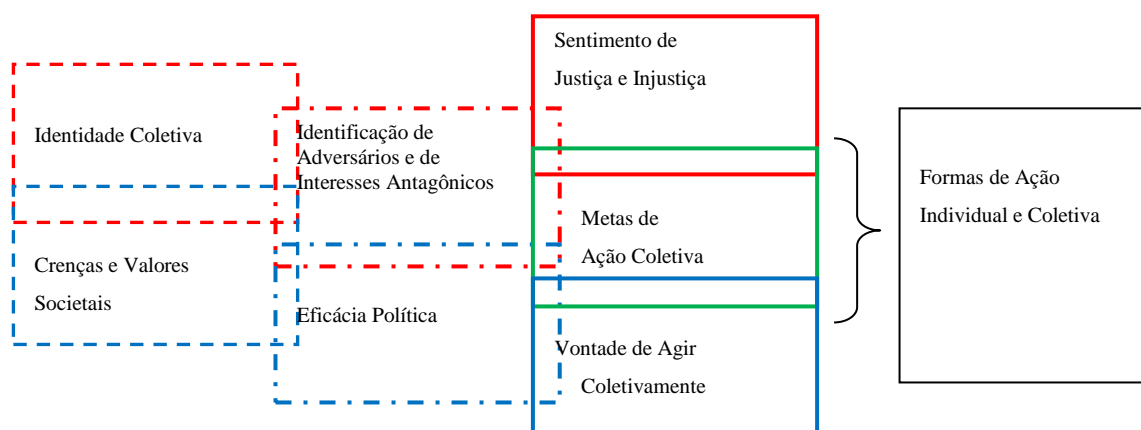
Os indivíduos se apropriam da capacidade de ler a realidade em suas múltiplas configurações, de fazer a leitura das estruturas, instituições e do outro com o qual ele tem contato. Essa leitura implica numa relação de mão dupla entre o sujeito e a sociedade, em que um influencia o outro, impregnados das posturas políticas assumidas no contexto, construindo a autoconsciência. Tanto Silva, como Sandoval e Gramsci reconhecem que a aquisição de uma consciência política coletiva está comprometida com a construção do bem comum, sendo imprescindível um processo de humanização das pessoas que se realize a partir de uma conscientização política.

Assim, em Gramsci é a partir da práxis humana que se desenvolve a consciência política e se garante o bem comum, o qual funciona como elemento aglutinador da sociedade e se materializará a partir da ação praxiológica das pessoas envolvidas no processo. Portanto, esse pensador italiano aponta para o processo de conscientização política como melhor caminho para assegurar a existência de uma sociedade justa, livre, igualitária e soberana, capaz de resistir às tentativas ditatoriais de grupos conservadores. Neste sentido, a consciência política não só é meio de prevenção e superação da injustiça, mas é também o instrumento político que assegura a soberania popular (SILVA, 2008, p. 393).

Sandoval (2001) desenvolve seu modelo de análise da consciência política a partir da análise da participação dos trabalhadores em ações grevistas no Brasil dos anos 90. Ao contrário dos anos 80, marcados por ampla participação dos mesmos nas atividades sindicais, a partir das transformações socioeconômicas implantadas pelo neoliberalismo passam a assumir postura defensiva, esvaziando as ações dos sindicatos e as atividades grevistas. Desta forma, analisa a desmobilização do trabalho na década de 90 por meio dos aspectos psicossociais decorrentes das mudanças ocorridas na consciência dos trabalhadores.

Este modelo de consciência política descreve as várias dimensões sociais psicológicas que constituem a consciência política de um indivíduo da sociedade e ele/ela como um membro dessa sociedade e, conseqüentemente, representa seu/sua disposição para agir em conformidade com essa consciência. Por consciência política entendemos um composto de dimensões psicológicas sociais inter-relacionadas de significados e informações que permitam aos indivíduos tomar decisões quanto ao melhor curso de ação dentro de contextos políticos e situações específicas (SANDOVAL, 2001, p. 195).²⁰⁸

São sete as dimensões apontadas por Sandoval, a saber, **identidade coletiva, crenças e valores sociais, identificação de adversários e interesses antagônicos, Eficácia política, Sentimento de Justiça e injustiça, Metas de ação coletiva, Vontade de agir coletivamente**. O esquema abaixo exemplifica o modelo que passamos a descrever:



²⁰⁸ “This model of political consciousness depicts the various social psychological dimensions that constitute an individual’s political awareness of society and himself/ herself as a member of that society and consequently represents his/her disposition to action in accordance with that awareness. By political consciousness we understand a composite of interrelated social psychological dimensions of meanings and information that allow individuals to make decisions as to the best course of action within political contexts and specific situations.”

A identidade coletiva pode ser definida como o sentimento de uma pessoa, de pertença ou de identificação com um ou mais grupos sociais e categorias sociais, e é um dos principais alicerces para o comprometimento da participação política. O autor propõe a superação do uso comum da noção de identidade utilizada na literatura americana e europeia sobre movimentos sociais, que abrange desde a persuasão ideológica individual até os atributos coletivos de um movimento. Para ele, esse uso indiscriminado retira o poder analítico do termo identidade, “torna-se virtualmente sinônimo tanto da representação coletiva que os participantes fazem do movimento, quanto da imagem pública que os líderes do movimento deliberadamente forjam para fins de visibilidade”(SANDOVAL, 2001, p. 187).²⁰⁹ Isso compromete e obscurece a diferença e importância significativa da interrelação entre identificações individuais e atores coletivos tal como ocorre nos movimentos sociais comprometidos com a consciência política. Assim, Sandoval compreende a identidade coletiva como essa dimensão de consciência política que se refere à maneira de os indivíduos estabelecerem uma identificação psicológica dos interesses e sentimentos de solidariedade e pertencimento a um ator coletivo.

Para Silva, a noção de identidade coletiva proposta por Sandoval, enquanto pautada nestes mecanismos de solidariedade e pertencimento, proporciona um elo entre o passado e o presente, “permitindo um movimento de retorno à história que nos possibilita estabelecer comparações com outros lugares, tempos, e espaços sociais” (SILVA, 2008, p. 409). Portanto, o resgate da história e da memória coletiva da luta e das conquistas do grupo é um espaço de aquisição de poder e conquista de novas hegemonias. Análises situacionais presentes na situação de conflito induzem as pessoas à participação em ações coletivas, podendo se dar aí a construção da dimensão identitária da consciência política. Quando memória e identidade estão devidamente constituídas, amarradas, as influências externas ao grupo não afetam a coesão, não provocam rearrumações, porque fortalecem o “sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, M. apud SILVA, 2008, p. 409).

Recuperar a memória histórica é um dos principais objetivos da psicologia da libertação de Martin-Baró, por meio da desideologização do cotidiano e do reconhecimento da realidade trágica da sociedade atual, desumana e injusta, marcada pelo conflito político e pela

²⁰⁹ “becomes virtually synonymous to either the collective representation that participants make of the movement or else the public image that movement leaders deliberately forge for visibility purposes”

alienação dos indivíduos e instituições, e na qual as pessoas não são donas de si mesmas, nem de seu destino (ANSARA, 2008, p. 31). Para Martín-Baró, a memória histórica é fundamental para a criação do sujeito histórico, uma vez que não há projeto político que não envolva a consciência do passado, para poder enfrentar a “mentira institucionalizada”. Resguardar a memória, pois, seria dizer não ao que chama de fatalismo.

Uma clarividente memória histórica para percibir precisamente todo aquello que há bloqueado, oprimido, aplastado a nuestro pueblo.[...] Descubrir selectivamente, mediante a la memoria colectiva elementos del pasado que fueram eficaces para defender los intereses de las classes explotadas y que vuelvem outra vez a ser útiles para los objetivos de lucha y concientización. (MARTÍN-BARÓapudANSARA, 2008, p. 32).

Para Ansara (2008), memória e consciência assumem relações próximas em um sujeito que reconhece sua condição de oprimido, ao adquirir uma visão crítica da realidade. Assim, memória coletiva não pode ser pensada apenas como transmissão geracional da experiência ou guarda de transmissões tradicionais, mas como estratégia de luta e resistência política (ANSARA, 2008, p. 33). Como bem define esta autora, “a memória mediatiza a consciência assim como a consciência política mediatiza a memória política que nos permite introduzir a noção de memória política [...]”. Recorrendo a Gamson, sustenta que os significados produzidos pelas pessoas no mundo político geram uma consciência latente que pode ser ativada mediante estimulação, ou seja, a memória pode estimular a consciência política e proporcionar formas de ação coletiva (ANSARA, 2008, p. 44). Nessa relação, a experiência passada organiza as imagens de um passado histórico, efetivando-se em recordações fundamentais na constituição de grupos sociais.

A importância da memória no processo identitário justifica a tese de Sandoval de que a identidade coletiva emerge dos investimentos de ordem social, política, econômica cultural e educacional que um grupo faz ao longo do tempo, fornecendo a cada membro o sentimento de unidade, continuidade e coerência, e sentimento de solidariedade capaz de desenvolver laços interpessoais que conduzem a um sentimento de coesão social. O sentimento de pertença fortalecerá a confiança e a credibilidade na eficácia do grupo. Esses elementos proporcionam o reconhecer e o ser reconhecido como pertencente, além de produzir impactos na identificação de interesses comuns compartilhados. “Esse compartilhar de interesses identificado a partir dessa identidade coletiva originam os sentimentos de reivindicações coletivas e dão sentido às metas de ação coletiva adotadas pelo grupo” (SILVA, 2008, p. 410). O valor atribuído às metas aproxima as pessoas e os grupos da mudança social, trazendo expectativas e instrumentalizando o grupo para as mudanças

almejadas. Assim, o que percebemos como identidade coletiva é menos um efeito do grupo sobre o indivíduo, e mais um mecanismo movido pelos interesses e caminhos escolhidos pelas pessoas, como menciona Sandoval:

Por esta razão, optou-se por compreender a identidade coletiva, no seu sentido mais restrito quanto a dimensão de consciência política que se refere à forma como os indivíduos estabelecem uma identificação psicológica dos interesses e sentimentos de solidariedade e de pertença a um ator coletivo (SANDOVAL, 2001, p. 187).²¹⁰

Ela se torna cidadania ativa na medida em que os sentimentos de pertença gerados possibilitam a participação em ações coletivas voltadas para a mudança social. Silva (2008) reforça que esta dimensão da consciência política se constrói nas redes sociais estabelecidas no grupo, tanto nas relações individuais quanto intergrupais, sejam estabelecidas com aliados ou com adversários claramente identificados com interesses antagônicos. São estas redes que fornecem os subsídios para determinação do autorreconhecimento, do reconhecimento grupal, e do reconhecimento dos antagonistas. Quanto mais consistente esta identificação, maior a noção de cidadania ativa e de participação política.

O segundo elemento adotado por Sandoval em seu esquema de análise da consciência política são as **crenças e valores sociais**. Elas expressam a noção de ideologia política nas visões de mundo individuais. Estas avaliações sociais podem ser entendidas como representações sociais sobre a natureza, a estrutura, as práticas e finalidades das relações sociais que constituem a sociedade em que se vivem. Portanto, trata-se de uma dimensão ligada à espontaneidade da vida cotidiana, uma ligação que permite a cristalização do pensamento, condição essencial da alienação e do comodismo.

A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de ‘requisito’ do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece de instrumentalização intelectual para o raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania (SANDOVAL, 1994, p.61).

A sociedade capitalista tende a fragmentar a consciência dos indivíduos por meio de interpretações fragmentadas de visões de mundo, dificultando a formação da consciência política. No entanto, é por meio de interações sociais que estimulam a reflexividade que o

²¹⁰ “For this reason, we have chosen to understand collective identity in its more restricted sense as that dimension of political consciousness which refers to the way individuals establish a psychological identification of interests and sentiments of solidarity and belongingness to a collective actor”

sujeito experimenta outros modos de conscientização, possibilitando a interrupção da vida rotineira. Como salientou Silva (2008, p. 408),

A participação coletiva é um elemento central para a compreensão da organização de movimentos sociais e da ruptura de inúmeros aspectos das crenças e valores mantidos pela cotidianidade. Resgatar a história das lutas e das conquistas dos movimentos sociais é um elemento importante na compreensão e na produção da consciência política.

Neste sentido, o autor insiste no aspecto educativo da luta, daí a importância desse resgate. A esse respeito, sustenta junto com Sandoval e Gramsci que os elementos pedagógicos presentes na luta são fontes importantes de aprendizado, oportunidade de confrontação com o Poder Público, com as próprias crenças e valores introjetados ao longo do tempo e, conseqüentemente, com a superação da cristalização alienante do cotidiano.

A terceira dimensão refere-se aos **interesses antagônicos e adversários**. Consiste em sentimentos de um indivíduo no que diz respeito à forma como os próprios interesses materiais e simbólicos são opostos aos interesses de outros grupos e na medida em que esses sentimentos conduzem à concepção da existência de adversários coletivos da comunidade. A chave para uma consciência política apoiada na ação coletiva é o sentimento de uma relação contraditória entre si mesmo e outro grupo ou categoria social.

Esse antagonismo pode ocorrer tanto aos interesses materiais quanto simbólicos de seu grupo de pertença em relação a outros grupos, situação definidora de adversários coletivos na sociedade. Em certa medida, esta dimensão refere-se a sistema e, portanto ao antagonismo de classe, pondo-o em oposição à estrutura social. Para Sandoval, sem a noção de um adversário visível, é impossível mobilizar os indivíduos a agir e coordenar ações contra um objetivo específico, seja indivíduo, grupo ou instituição. Assim, a mobilização do grupo depende da “identificação dos interesses comuns ao próprio grupo; de interesses contrários à manutenção deste grupo e a identificação de grupos que tenham por interesse aqueles que o grupo repudia” (SILVA, 2008, p. 411).

Os interesses e elementos antagonistas produzem uma tensão que pode levar à ruptura do cotidiano segmentado e alienante, iniciando o processo de conscientização, daí a análise necessitar considerar sempre os parâmetros de reflexividade e escolha do grupo. Segundo Silva, a segmentação e comodismo do cotidiano e o comodismo utilitarista são substituídos por um estado permanente de reflexividade, em função dos perigos que os interesses antagônicos e os adversários representam aos sentimentos de pertencimento. Nesse sentido, focaliza-se a percepção que o sujeito tem da classe a que pertence e das outras classes, como também da relação que essas estabelecem entre si. Sandoval (1994, p. 67)

afirma que a identificação de adversários está intrinsecamente ligada ao “caráter antagonístico das relações de classe (na medida em que esses são conflitos de interesse) e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos”, podendo tanto influenciar como impedir a produção da consciência política, na medida em que possibilite o real enfrentamento.

O quarto componente deste modelo é a **eficácia política**. Diretamente relacionada com a identificação de antagonismos e adversários, na esfera do enfrentamento político, trata-se dos sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervenção em uma situação política, ou seja, sua possibilidade de intervenção concreta na realidade. Sandoval se baseia na teoria da atribuição de M. Hewstone, em que as pessoas podem colocar a sua interpretação do nexo de causalidade em três lócus. O primeiro diz que os eventos podem ser o resultado de forças transcendentais, tais como tendências históricas, desastres naturais, ou mesmo intervenção divina. Para os indivíduos que localizam o nexo de causalidade social sobre esses tipos de forças, a sensação de eficácia é geralmente baixa, conquanto elas acreditem que há pouco a ser adquirida com suas ações, sucumbindo em reações conformistas e submissas frente às situações de aflição social.

O segundo lócus que influencia na sensação de eficácia política é o individual, ou seja, a pessoa reconhece a si mesmo como lugar da causa social. Assim, a causa social seria resultado de sua própria determinação e capacidade de lidar com uma situação específica. Busca soluções individuais para causas sociais. O terceiro lócus da causa social localiza as forças causais nas ações de outros indivíduos e/ou grupos. Essa crença de que situações estressantes são resultantes das ações coletivas permite que as pessoas acreditem também que as suas ações terão efeito na mudança de sua situação, além da sensação de que tais mudanças acontecem por meio de suas ações contra os autores da situação aflitiva, descobrindo-se como indivíduos ativos, atores de suas vidas.

Também influenciam nesta formação os **sentimentos de justiça e injustiça**. Referem-se ao modo como um indivíduo vê os arranjos sociais e em que nível estes representam o nível de reciprocidade social entre os atores. Sandoval (2001) sustenta que a justiça social é a expressão do sentimento de reciprocidade entre obrigações e recompensas. Quando as pessoas percebem que o equilíbrio nas relações recíprocas se voltou contra elas, interpreta como injustiça. No Brasil contemporâneo tem sido constante acontecerem protestos pautados pela sensação de violação dessa reciprocidade.

A partir do sentimento de injustiça surge a sexta dimensão da consciência política, a **vontade de agir coletivamente**. É a predisposição do indivíduo de empreender o jogo das ações coletivas, como forma de tentar corrigir as injustiças. Essa dimensão centra-se em três aspectos e situações. Uma refere-se aos custos e benefícios para as lealdades e laços interpessoais resultantes da participação ou não em movimento. Silva (2008) afirma que esta escolha tem caráter determinista na tomada de decisão em participações coletivas. A segunda refere-se aos ganhos percebidos ou perdas de benefícios materiais resultantes de envolvimento no movimento social. O autor afirma que existe uma tendência eminente que desestimula as pessoas a participar de movimentos sociais. O terceiro refere-se à percepção de riscos físicos em se engajar em ações coletivas dadas as condições situacionais.

Por fim, a sétima dimensão são as **metas e ações do movimento social**. Refere-se ao grau em que os participantes percebem uma correspondência entre os objetivos do movimento social, suas estratégias de atuação e seus sentimentos da injustiça, seus interesses e sentimentos de eficácia política. Sentem que as metas e propostas do movimento e sua liderança coincidem com seus próprios interesses materiais e simbólicos. Aqui se põe em consonância o grau de identificação entre as metas do movimento, as atitudes de sua liderança, e os interesses e sentimento de injustiça dos indivíduos em relação a seus adversários. É salutar que as propostas do movimento se enquadrem no sentimento de eficácia política.

Assim apresentamos as dimensões do que Sandoval chamou de “enfoque integrado” da análise dos fatores que determinam os motivos individuais que potencializam nas pessoas a participação nas ações coletivas. Segundo Silva (2008), o modelo proposto por Sandoval enfoca determinantes externos e internos da dinâmica dos movimentos sociais que se referem às formas pelas quais os sujeitos aderem a ações coletivas, contemplando aspectos sociológicos e psicológicos macro e micro.

4.1. Elementos de formação da consciência política na Vila de Pescadores de Jaraguá.

Passaremos a seguir a descrever algumas articulações possíveis entre os pressupostos teóricos sustentados por Sandoval e determinadas situações e comportamentos acontecidos na Vila de Pescadores de Jaraguá, ao longo da luta pela permanência no seu território tradicional. As informações aqui apresentadas foram colhidas de duas fontes, quais sejam nossas observações participantes ao longo de dez anos de convivência com a

comunidade, quando tivemos oportunidade de participar de inúmeras conversas informais, assistir bastantes reuniões da comunidade, além de participar diretamente de alguns eventos relacionados a esta luta; realizamos também entrevistas abertas com moradores de ambos os polos da luta.

Ao definir os elementos que proporcionam a adesão individual das pessoas em ações coletivas, Salvador elencou alguns aspectos constituintes deste comportamento, já descritos anteriormente, os quais retomamos agora para estabelecer algumas comparações com a realidade empírica acontecida na Vila de Pescadores de Jaraguá.

Dentre os fatores que impulsionam as pessoas à participação política, o autor destaca a demarcação de **fronteira do agrupamento** da comunidade, que são as características definidoras de uma população em termos de espaço de moradia ou trabalho num determinado local. As fronteiras físicas e seus aspectos psicossociais são definidos por padrões de confluência da rotina cotidiana e seus pontos de encontro. Esta demarcação física, e também social, pode ser definida também em função do tratamento das instituições locais de acordo com as características do assentamento habitacional. No caso específico da Vila, a retomada da Associação de Moradores por parte do grupo da resistência abriu as portas dessa fronteira para as relações com a sociedade local, como afirma Enaura:

É muito difícil pra quem vive em comunidade. Eu não saía. Até 2008 eu só conhecia o mercado e o Centro, e a casa da minha mãe no Tabuleiro. Não sabia nem de bairro nenhum. Cada um tem um destino. Com o tempo você vê que é diferente. Então eu comecei na Associação. Ali meu mundo se abriu.²¹¹

As fronteiras físicas da Comunidade Vila de pescadores de Jaraguá estão totalmente entrelaçadas às dimensões das fronteiras culturais. As pessoas guardavam com bastante veemência a noção de “dentro” e “fora” ao se referir territorialmente à comunidade em suas relações com o restante da cidade, bem como resguardavam relações específicas entre si, principalmente no que diz respeito ao namoro e casamento entre os jovens. Essa fronteira ficou bastante visível quando da aglomeração do grupo de flagelados das enchentes no antigo armazém da Cibrazen, quando muitos conflitos ocorreram mediante essa mistura, embora tenha dela também decorrido namoros e casamentos. Todavia, não há como negar a incompatibilidade de dois grupos culturais completamente distintos, forçados à convivência mútua pela migração forçada pela política habitacional esdrúxula da cidade de Maceió, bem

²¹¹ Entrevista concedida em 07 de maio de 2013.

como essa mistura tornou clara a demarcação territorial dos pescadores e marisqueiras frente a um grupo populacional distinto.

Outra dimensão que interferia nesta fronteira era a importância econômica da vila na dinâmica geográfica da cidade, localizada na beira de uma praia central, resguardando bela vista. Se para eles esta geografia dizia respeito apenas ao fato de ligá-los pelo trabalho da pesca, tinham ciência de que estavam ocupando um espaço cobiçado pelo mercado imobiliário, bem como por setores econômicos ligados ao turismo, principalmente por sua ligação histórica com questão patrimonial do bairro. De fato, se a “favela” estivesse localizada em outro local, talvez não existisse a vontade compulsiva da remoção, pois é evidente que outras comunidades que correm riscos físicos e ambientais evidentes e graves sequer têm cogitada suas remoções. Antes de acontecer a divisão política da comunidade, essa dimensão fronteiriça era levada a cabo com força, uma vez que a localização e limites caracterizavam a comunidade como diferente. Esse era um dos fatores que mais mobilizavam pessoas para protestos e defesa de ações coletivas no enfrentamento contra as então ameaças da prefeitura. A partir das mudanças políticas descritas anteriormente, com a cooptação de um forte grupo de lideranças locais, o discurso fronteiriço passou a ser relativizado, principalmente pelo fato de ser dado como troca uma moradia próxima do local, a cerca de cinco quilômetros.

Uma vez definidas as fronteiras, outro fator é a **solidariedade** entre os membros da coletividade, que pode ser classificada em função das categorias e das redes sociais estabelecidas na comunidade. Categorias são os grupamentos que distinguem as pessoas pelos mesmos atributos, como características étnico-raciais, procedência geográfica, condições socioeconômicas, situações de vida ou ocupacionais. Redes sociais são as relações sociais e os indivíduos interligados por estas relações, afetiva ou funcionalmente, por meio de laços interpessoais. Aqui reside um dos principais elementos da formação da consciência política e definição de participação em ações coletivas na comunidade. A cadeia da pesca divide as pessoas por categorias. Lá tinha o dono de barco, que necessariamente não era pescador ou morador; tinha o pescador, a marisqueira, o caiqueiro, o bombeiro. É uma cadeia na qual um precisa do outro, caso contrário o produto final não se realizaria. Ao longo do tempo a comunidade estabeleceu diferentes redes sociais que consolidavam o processo da solidariedade na vila, por diferentes cadeias de relações sociais. Mediante o surgimento do conflito da remoção, as oscilações entre a resistência e o colaboracionismo proporcionaram aproximações e distanciamentos nesta solidariedade, no que elencamos abaixo algumas redes e seus respectivos efeitos de solidariedade na formação de subgrupos dentro da comunidade.

1) Distinção entre categoria ocupacional, com discriminação entre "pescador", "marisqueira" e "morador". Esta distinção foi bastante evidente ao longo da luta. Muitas desavenças aconteceram nas reuniões quando se discutia quem teria direito à moradia, seja ela na vila ou fora. Havia uma tentativa de discriminação das marisqueiras e demais auxiliares da pesca, na defesa equivocada de que apenas os pescadores teriam direito. Discriminação maior acontecia em relação aos moradores que sequer participavam da cadeia da pesca. Ouvimos da presidente da colônia de pescadores que seu compromisso era apenas com os pescadores. “Infelizmente não podemos fazer nada pelos moradores. Temos muito respeito, mas eles devem procurar outro lugar. Aqui é lugar de pescador e vamos lutar para ficarem apenas os pescadores”. Nesse sentido, a categoria profissional, ao mesmo tempo em que serviu para unir e gerar cadeias de solidariedade, potencializando energia na luta pela resistência, em alguns momentos serviu como fomentadora da desunião, por meio da discriminação. Ainda no auge da resistência, em um dos momentos em que a luta estava fervilhando, presenciamos uma situação na Federação Alagoana de Pesca, na qual pescadores queriam impedir a entrada de marisqueiras na reunião, que seria mediada por um vereador. Diziam abertamente que era um momento “só dos pescadores”. Nessa mesma reunião, ouvimos um relato que também expressa um pouco esse conflito de categorias na vila: “o erro de vocês foi dar muita corda a Enaura. Deixar a Associação de moradores crescer. Hoje tem morador se dando bem, enquanto tem pescador sendo prejudicado”. A fala de seu Valdomiro revela um pouco dessa forma diferenciada de se reconhecerem dentro da comunidade:

O pessoal que vai é pouco pescador. É uma coisa bem certa, a maioria não é pescador. Tem aí uma turma de cerca de cinquenta pescadores. Comprovado. Pescador e marisqueira. Porque um não vive sem o outro. O pescador vai buscar, mas quando ele chega é obrigado a pessoa pra receber o pescado pra dar saída e esse povo tão aí com a gente, sofrendo. Mas fica uma desunião porque um diz que só pescador tem direito, marisqueira e morador não tem direito a nada. Acho que todos têm direito. Porque o pescador não faz nada sozinho.²¹²

2) Distinção entre grupos políticos ligados aos parlamentares Joaquim Beltrão, Galba Novaes, Judson Cabral, Paulão, etc. Parte desta discriminação acima citada ocorria também em função das redes sociais que se estabeleciam em função das ligações partidárias dos moradores da vila. Os interesses políticos na vila sempre existiram, no sentido da política

²¹² Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2013. Seu Valdomiro é pescador e morador antigo da Vila. Foi indenizado com a verba da Petrobrás e comprou uma casa no bairro do Vergel. Contudo, lutava para que seus filhos, pescadores nascidos e criados na vila, mas que não estavam no cadastro da prefeitura, herdassem o direito de sua falecida sogra. Seu Valdomiro acabou se transformando numa forte liderança dentro da comunidade, tomando a frente das reivindicações do subgrupo dos excluídos.

clientelista e da disputa pelos votos nos períodos eleitorais. Tradicionalmente, a vila era penetrada por políticos de direita, até a penetração do então vereador Paulão, hoje deputado federal, na época em que ele e seu partido, o PT, atuavam no campo da esquerda. Em seguida chega o então vereador Judson Cabral, que depois se elege deputado estadual. Este de fato permaneceu junto com o grupo da resistência até o momento da prolação da sentença pela desocupação, indo de encontro à postura do seu colega de partido, Paulão, que se uniu à prefeitura, como descrito anteriormente. Certa vez, fomos convidados pela comunidade para uma reunião no Ministério Público Federal e lá chegando havia um deputado federal. Não pudemos entrar na reunião, assim como não tivemos acesso à informação sobre o que levara o deputado até lá. Porém, cerca de um mês depois, o líder comunitário ligado a este deputado abandonou a resistência. Enfim, várias redes sociais se criavam em torno da influência e penetração de políticos na comunidade, com finalidades eleitorais, embora a influência política na formação de solidariedade se dará em torno de duas grandes redes formadas a partir da adesão do PT ao plano de remoção da prefeitura, delimitando desistentes de um lado e resistentes de outro, tendo o deputado Paulão como protagonista da primeira situação, e o deputado Judson Cabral como protagonista da segunda situação (uma discordância que adentrava em outras questões internas entre os dois dentro do partido). Os demais políticos nunca interferiram diretamente no processo de remoção, reduzindo-se à manutenção de grupos de apoio eleitoral.

3) Distinção entre a condição cadastral frente à situação do morador com a Prefeitura: discriminação entre "cadastrado", "relato", "resistência". Uma vez estabelecida a política de remoção da prefeitura, três novos subgrupos se formam dentro da comunidade, ocasionando conseqüentemente novas redes sociais. Na medida em que a prefeitura realizou o cadastro das famílias a serem removidas, grande parte delas não aceitou o projeto, assim como algumas, independente de aceitar ou não, ficaram de fora do cadastro, como descrito anteriormente. Muitas das relações sociais na comunidade passaram a ocorrer em função dessa tripla divisão. As três condições eram marcadas por intersecções, pois parte dos resistentes também eram cadastrada, assim como parte do grupo do relato pertencia aos desistentes, parte pertencia à resistência. Todavia, grosso modo, constituíam grupos e comportamentos bem definidos. Era comum a queixa de exclusão de pessoas nas reuniões dos cadastrados, que geralmente aconteciam ou na própria prefeitura, ou na comunidade, mas com a presença da prefeitura, embora muitas pessoas não soubessem, pois não eram avisadas, e algumas eram literalmente proibidas de participar. Nesses casos, ocorriam muitas situações de

disse-me-disse, gerando muitas conversas e desavenças posteriores quanto ao resultado do que fora debatido. Os moradores resistentes se queixavam quando percebiam a presença de aliados da prefeitura em suas reuniões, porque no dia seguinte a prefeitura já estaria sabendo de todo conteúdo que fora debatido. Já os moradores do chamado “relato ao longo do tempo” fizeram grandes peregrinações na Secretaria de Habitação, de onde igualmente saíam inúmeras conversas, informações desencontradas de todos os tipos. Percebemos com isso que, ao contrário das redes sociais estabelecidas por décadas no cotidiano permeado pela labuta, que gerou os diferentes tipos de solidariedade que caracterizaram a coletividade e forneceram a identidade cultural da comunidade, essas redes sociais geradas no período da resistência como produto da formação de subgrupos acabaram contribuindo para acentuar as desavenças e ampliação das brechas entre as relações comunitárias, gerando inimizades e dificultando a resistência, a partir da corrosão da coesão do grupo.

4) Distinção religiosa entre católicos e evangélicos *versus* terreiro, com atuações políticas separadas. As diferentes tendências religiosas presentes na comunidade também contribuíram para diferentes redes de solidariedade. Não o suficiente para interferir no processo da resistência, mas de algum modo fomentando a formação de subgrupos. Mãe Vitória, por exemplo, queixa-se de ser discriminada por parte da comunidade, sobretudo pelos evangélicos. Ela conta que no início o Ponto de Cultura funcionava na sua casa, que tinha boa relação com a comunidade, mas que depois surgiu o afastamento. Vale ressaltar aqui que durante o processo de resistência, praticamente as pautas da comunidade e do terreiro de Mãe vitória se constituíram como duas lutas distintas. Enquanto a comunidade era defendida pela defensoria, mãe Vitória era defendida por advogados particulares. A separação sempre esteve bastante nítida ao longo de nossa convivência na comunidade. Outro dado das influências religiosas nos foi fornecido por uma instrutora do Ponto de Cultura, militante histórica do PT, ao afirmar que acreditava pouco que o deputado Paulão pudesse interferir a favor da resistência, nos momentos finais da luta, devido a certa ligação que os líderes desistentes tinham com sua sogra, uma vez que eram frequentadores do Centro Espírita da mesma.

5) Redes sociais distintas geradas pelos diversos programas culturais da Associação de moradores. Aqui encontramos uma das principais redes de solidariedade no interior da comunidade. A fomentação de projetos culturais por parte da Associação deu uma nova cara à comunidade. A presença das crianças potencializou igualmente a presença dos pais, seja no acompanhamento dos meninos e meninas nas atividades na sede da Associação, seja nas apresentações, exposições. Esses eventos estavam sempre aproximando as pessoas,

que não por acaso acabavam servindo em três dimensões: vivência cultural com os filhos, tarefas organizativas da Associação, articulações da resistência.

Outro fator é **vida organizativa**. Corresponde à combinação da categoria com as redes sociais, a partir da coesão social produzida nesta fusão. Quanto mais intensiva é esta identificação, maior será o nível de organização da coletividade, uma vez que a interrelação específica das categorias e redes sociais influi nas formas organizativas que se articulam no sentido de mobilizar recursos para a coletividade. Sandoval (1989, p. 72) destaca como relevantes os seguintes aspectos: estrutura, função, penetração e apoio local das instituições, interação das lideranças e atores locais com a população, questões explícitas de onde surgem as metas do movimento, intermediação política entre a comunidade e grupos externos.

Nesse sentido, a vida organizativa da Vila dos pescadores oscilava em torno dos três principais grupos políticos que subdividiam a comunidade, quais sejam a Associação de Moradores e sua política de resistência – posteriormente havendo uma aproximação com o grupo dos desesperados que ficaram excluídos da moradia -, os desistentes e sua política de adesão às intervenções da prefeitura, e um grupo de pescadores ligados à Federação Alagoana de Pesca, tendo como motivação o apadrinhamento de um vereador. As funções e atuações de cada grupo já foram descritas anteriormente, aqui nos cabe registrar o papel organizativo que cada uma representou antes, durante e depois do processo de remoção.

No grupo desistentes as funções sociais são menos organizativas e mais burocráticas, institucionais, a começar pelo próprio nome da instituição que os aglomera, “Instituto Vila dos Pescadores”. Este Instituto foi criado com a finalidade de engendrar as ações da prefeitura no processo de transferência, no sentido de gerir as atividades concernentes a essa natureza – principalmente servir como pano de fundo de envio de verbas –, ou seja, trata-se de uma organização criada e gerida pela prefeitura. O grupo político que se organiza em torno da Federação Alagoana de Pesca sempre existiu e formou redes de solidariedade na comunidade por meio da influência de alguns líderes ligados a esta Instituição. Passou a ter certo poder de articulação no processo de remoção no momento em que alguns pescadores foram excluídos do cadastro da prefeitura, e receberam a promessa de intervenção do vereador Galba Novaes, do PMDB, de modo que sua natureza de fundo eleitoral é evidente.

Por fim persiste, antes, durante e depois do processo de remoção, a vida organizativa pautada nas redes de solidariedade geradas na militância via Associação de Moradores. Esta se constitui, ao longo deste processo, na principal fonte de articulação interna

e uma das redes mais importantes na história da comunidade, dado o processo político vivenciado no interior da Associação de Moradores, em virtude da resistência. E todo o processo de aprendizagem e união descrito anteriormente justifica essa importância. No grupo da resistência percebemos certa organização no que diz respeito à informação, ao trato dos acontecimentos. Na medida em que as coisas iam acontecendo, as lideranças iam mantendo os outros informados, geralmente se realizavam muitas reuniões, onde não apenas as informações, como as posições e encaminhamentos eram decididos coletiva e democraticamente. Neste sentido, se potencializava o gosto pela luta, o agir coletivamente, a organização política que encantou parte da sociedade maceioense que compreendeu a riqueza política deste grupo.

É também por meio da vida organizativa gerada nas ações da Associação de Moradores que vão se estabelecer as relações sociais, culturais e políticas mais importantes, no sentido da articulação externa da comunidade com as instituições externas. Primeiro por meio dos projetos culturais engendrados pela associação, como o PELC e o Ponto de Cultura Enseada das Canoas, articulações importantíssimas com o Ministério dos Esportes e o Ministério da Cultura, que vão mostrar a comunidade de forma positiva à sociedade maceioense, encantando os cidadãos com os trabalhos de artes plásticas, música, dança, etc., por meio de um trabalho que será elogiado em Brasília como um dos mais eficientes e organizados do Brasil. Segundo, com as Universidades (pública e privada), com destaque para os projetos de pesquisa e extensão, produção de trabalhos acadêmicos (artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado), além do apoio político incondicional destas instituições na resistência, sobretudo o engajamento militante no movimento *Abrace a Vila*, por parte de professores e estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Faculdade de Alagoas (FAL), e Centro de Ensino Superior de Maceió (CESMAC).

Outro fator são os **repertórios de ação coletiva**. São os acervos de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente, e o valor atribuído a elas. Assim, as ações coletivas dependem da capacidade e extensão de mobilizar recursos e do engajamento de seus membros na utilização dos mesmos. “Neste sentido, a participação em movimentos sociais é um processo de aprendizagem política em que indivíduos e grupos aprendem a se organizar, mobilizar recursos e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder.” (SANDOVAL, 1989, p. 72).

O sentido do agir coletivo na Vila de Pescadores de Jaraguá ficou marcado na história da cidade pelas ações da Associação de Moradores na resistência pela permanência no local. Foram dez anos de mobilizações, incluindo nelas um variado repertório de atividades, marcado por intervenções políticas e artísticas, além de uma insistente resistência jurídica em meio a um processo judicial que, segundo analistas do Direito, não fossem os vícios e as falhas processuais, a vitória da comunidade seria dada como certa. A história da cidade jamais registrara uma resistência tão árdua na luta pelo espaço urbano, sobretudo tratando-se de um assentamento precário sem muitas articulações com os grandes Movimentos Sociais institucionalizados.

Ainda que os diferentes subgrupos políticos no interior da comunidade tenham gerado diferentes redes sociais promotoras tanto de solidariedade como de intrigas e divisões internas, é notória a predominância dos interesses individuais nas suas ações, a começar pelos supostos privilégios recebidos pela comissão de líderes desistentes, como nos foi relatado amplamente pelos moradores; pelo abandono da resistência por parte dos que foram vencidos pelo medo e pela coação, atitude assumidamente causada pela consciência de que salvar a própria pele e não correr o risco de sair sem nada; assim como a própria resistência desorganizada do grupo dos excluídos (taxado de coletividade invasora), que a todo o momento oscilava com a possibilidade de ganhar moradia em algum local, principalmente com a falsa promessa da prefeitura de contemplá-los com uma casa no Conjunto Residencial Caeté (zona de expansão da cidade), o que de fato acabou não se concretizando. Nas ações coletivas desses grupos, não reconhecemos um processo de formação de consciência política, tal como descrito anteriormente nos pressupostos teóricos de Sandoval, Silva e Freire.

Será nos repertórios de ações coletivas da Associação de Moradores, no ímpeto político dos moradores que se orgulharam de serem chamados de “resistência”, que de fato encontraremos a dimensão psicossocial de um “nós”, do sacrifício pessoal em função de pautas coletivas, do sonho alimentado pelo desejo do bem comum, da esperança em resultados que afetassem toda a coletividade. Exemplo maior foi a abdicação dos apartamentos – forçados pela sentença a serem transferidos sem direito ao contraditório - em favor da esperança da vitória para todos, quando literalmente deixaram de pensar em si mesmos para arriscar a perda total em nome da coletividade. Enfim, todo um conjunto de ações de enfrentamento, de rituais de luta que de algum modo coadunou a aglutinação de elementos que os uniu, que os agregou em torno de uma unidade que os identificou, os apresentou para a cidade, para a região e para o Brasil como grupo, que os transformou em

rica fonte de estudos antropológicos, sociológicos, psicológicos, históricos, políticos, jurídicos, geográficos, e conseqüentemente os transportaram do anonimato, heterogeneidade e espontaneidade do cotidiano em direção a um papel maior, a um lugar na história como sujeitos ativos, como trabalhadores e trabalhadoras que não se dobraram ao destino e às fatalidades da vida social e política, e corajosamente enfrentaram um poder fortemente constituído e favorecido pelo campo fenomenal da luta.

Adiferença extrema de poder não os intimidou em nenhum momento. Apesar de um clima de agressões e ameaças de mais de uma década, mantiveram-se rigorosamente centrados na resistência e no papel histórico que tinham o conhecimento de estarem cumprindo, na ciência sociocultural das perdas e esperança e nas possibilidades políticas de conquistas. Nesse sentido, reconhecemos a resistência dos pescadores e marisqueiras da Vila de Jaraguá como o exemplo mais sólido de formação de consciência política na cidade de Maceió, na história política da cidade. Reconhecemos nos repertórios de luta deste grupo exatamente os componentes psicossociais descritos como essenciais na formação da consciência política, componentes de fácil evidência nas falas e atitudes dos seguidores da resistência.

A seguir elencamos algumas relações possíveis entre os pressupostos teóricos contidos no modelo de consciência política de Sandoval e alguns dados do processo de resistência da Vila de Pescadores de Jaraguá.

1) Crenças e valores.

Do ponto de vista dos componentes que estimulam ou desestimulam a participação em ações coletivas, o primeiro elemento apontado por Sandoval são as noções culturais. Neste sentido, percebemos diferentes estágios na comunidade, bem como diferentes posturas assumidas a partir das divisões políticas acontecidas ao longo da resistência. As noções culturais mais perceptíveis são as de estratificação social, hierarquia e legitimidade da autoridade. Foi por meio dessas noções que identificamos em muitos discursos, certa culpabilização individual pela pobreza, fenômeno comum em comunidades pobres, sobretudo em assentamentos favelizados, como vemos na fala da marisqueira Sara:

Eu não sei fazer outra coisa. Não tenho estudo. Meus pais me ensinaram a trabalhar desde cedo. Cresci sabendo que o certo é trabalhar pra não ter que pegar no que é dos outros. Isso aqui não é meu. Eu cheguei e fui ficando. Se aparece o dono, a gente tem que procurar outro caminho né. Só não pode ficar no que é dos outros. A gente fica enquanto não dá problema. Agora dói

né. Depois de trinta anos aqui dentro. Mas fazer o que? Só não pode deixar a gente na rua. Se for pra um lugar bom a gente agradece.²¹³

Percebe-se em muitas falas que, apesar da dor, a possibilidade de reação permanece silenciada. Predomina entre os moradores a naturalização das desigualdades sociais, uma vez que o fato de não terem estudos e não terem posses justificaria, para eles, a estratificação vigente. Não visualizam qualquer elemento social como provocador da situação degradante em que vivem. De tal modo, interpretam as dificuldades de moradia como fatalidade:

Não tem o que fazer. Ninguém vai dar valor a pobre. Esse povo se iludiu com a Kátia Born, que ia fazer aqui uma coisa linda pra nós. Depois veio o Cícero Almeida chamando todo mundo de vagabundo. E o Rui Palmeira deu continuidade. Eu nunca acreditei. E olha aí o resultado. Vão mandar é o trator passar por cima de tudo. Esse negócio de resistência não vai dar em nada. O certo é se conformar com o que a vida guardou pra cada um.²¹⁴

Decorrente desta baixa autoestima, surge o comportamento submisso que justifica o reconhecimento da legitimidade da ação da autoridade. Daí ser comum o encontro de falas como a desse pescador: “O prefeito é a autoridade maior né... Se ele mandar sair, a gente tem que sair. Quem tem força pra desafiar esses grandões?” A marisqueira Aline, que habitava a vila há vinte e cinco anos tem a mesma opinião:

Eu prefiro ficar aqui. Eu cheguei aqui com cinco anos, meu pai era pescador lá em Maragogi e trouxe a gente pra cá, foi muito bom pra nós. Nunca faltou nada. Aqui tem tudo. Aqui eu conheci meu marido, casei e tive filhos. Mas se os homens fortes mandam sair, fazer o que né...²¹⁵

Algumas crenças são movidas pela fé, principalmente pela ação de grupos religiosos na comunidade, daí serem comuns explicações divinas, como a irmã Flávia:

É a vida que Deus deu pra nós. Ele sabe o que faz, e a gente vai vivendo como ele quer que seja. Se Deus quiser a gente fica por aqui. Mas se ele achar que não dá, ele vai botar a gente num lugar melhor. Maior que Deus ninguém. Ele é quem tem o poder e há de iluminar o coração das autoridades.²¹⁶

Apesar de estas influências religiosas apresentarem certa tendência ao conformismo, encontramos na vila referências de fé muito igualmente voltadas para a crença

²¹³ Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2013. Sara fazia parte do subgrupo dos excluídos. Abandonou a resistência persuadida por um dos líderes do subgrupo da desistência, mas no ato da transferência acabou ficando sem apartamento. É interessante notar que, apesar de ter vivido trinta anos na comunidade, não demonstra o mesmo sentimento de pertença dos moradores do subgrupo da resistência.

²¹⁴ Informação verbal colhida durante visita *in loco*. Seu Durval nasceu na vila, mas ao longo da vida viajou por vários lugares. No momento do cadastro de 2007, estava pescando em Piaçabuçu.

²¹⁵ Informação verbal colhida durante visita *in loco*.

²¹⁶ Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2013. Irmã Flávia era evangélica participava no grupo da resistência no início da luta, depois desistiu, mas no final não foi contemplada com um apartamento.

na vitória. Ou seja, a crença na eficácia da luta movida pela fé em Deus, pois a luta estaria nas mãos de Deus. Neste sentido, percebemos que a resistência também aglomerou pessoas de diversas tendências religiosas.

Todavia, mais presentes que as concepções religiosas são os valores cristalizados quanto ao poder e ao papel social de cada um em função da condição social. De certo modo, para muitos, o sentido da democracia e os princípios da cidadania podem ser reduzidos ao ato de votar. Fora isso, a crença no poder popular se cristaliza na noção de que o povo é desunido e que jamais haverá união possível de engendrar alguma mudança significativa na vida cotidiana. Esse sentimento era muito presente na comunidade no período anterior ao processo de remoção e resistência, bem como se estende aos discursos dos moradores que aderiram ao projeto da prefeitura, embora este comodismo seja rompido com a manutenção e fortalecimento da resistência. Algumas falas expressam com clareza certa culpabilização individual e certeza na desunião. “A culpa é do povo mesmo. Se tivesse tudo unido desde o início não tava assim não. Mas um puxa pra aqui, outro puxa pra ali, dividiu tudo. Aqui teve muita desunião. E pescador, às vezes pela ignorância, foi levado.”

Seu Edivaldo não vê o universo político como participativo, atribui toda responsabilidade de cuidar da coisa pública aos políticos, reconhecendo-se como incapaz de reação, além de sentimento de culpa:

A única coisa que o pobre tem direito é votar. Votar no inimigo que vai mais tarde com o direito que a pessoa botou na mão dele desgraçar a vida da pessoa. Mas é eles quem cuida disso. Quem somos nós? Isso daí porque tá acontecendo? Pelo nosso próprio voto. Foi nós quem deu esse direito a eles... Pra fazer tudo isso pra gente.²¹⁷

Seu Dioclécio ressalta a doentia confiança dos pobres nos políticos:

Se tinham 24 milhões e foram gastos quatorze, porque não usou os outros dez pra fazer a casa do povo que não quer sair? Será que não existe justiça? Se eles tão fazendo isso num ano eleitoral, imagine o que vão fazer depois. Quem vota neles é o pobre. Porque o pobre sempre confia. Depois leva lapada. O pobre é doente da mente, esquece logo do que leva.²¹⁸

Valores comodistas também apareciam quando se tratava de debates visando à radicalização da luta. Algumas estratégias mais radicais foram discutidas ao longo da resistência, nos corredores da vila, embora não tenham ganhado fôlego. A fala de seu Valdomiro revela, de certo modo, como alguns valores interferem no comportamento do grupo, consequentemente definindo os estilos e metas da luta:

²¹⁷ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2013.

²¹⁸ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

Pescador não é como os sem-terra. Eu não espero nada do pescador, quando o assunto é radicalizar. Sem-terra ocupa prédio, enfrenta a polícia, pescador jamais vai ter esse tipo de atitude. Não faz parte da nossa natureza. Não temos costumes de enfrentar. Aqui a gente luta porque já tá lama mesmo, a prefeitura jogou todo mundo no mesmo buraco. Já não digo queimar pneu na rua, fazer barulho, isso o povo faz. Fora isso ninguém tem coragem de nada.²¹⁹

Radicalismos à parte, encontramos na Vila de Jaraguá igualmente exemplo de que valores e crenças também podem ser transformados, como ficou evidenciado na experiência vivida pelos moradores resistentes. Praticamente todos eles viviam na alienação do cotidiano – marcado pelas características já descritas anteriormente por Heller e Sandoval –, até o momento em que práticas culturais e educativas proporcionaram novas formas de ver o mundo e a si mesmos. Serão essas novas percepções que nortearão os repertórios de ações coletivas na comunidade, chamando bastante atenção o grau de superação e níveis de consciência política dos moradores ligados a esse grupo, como vemos na fala de Enaura:

Eu aprendi que cada um nasce com um destino. Com o tempo você percebe que é muito diferente. Eu me separei um ano antes e aí eu sei que se não tivesse separado não seria presidente da associação, porque o marido não ia deixar. Mas a gente se separou e eu comecei a participar do projeto e fomos regularizar a associação. Tudo mudou. Eu também achava que não, se é o prefeito que quer, porque fulano é rico... Depois disso com ajuda dos professores, de pessoas que chegaram na comunidade e disseram não é assim que funciona. A gente vive aqui como os índios vivem nas suas aldeias e os quilombolas vivem nas suas comunidades. É diferente, a gente, as crianças elas participam de tudo, mas não saem muito. Eu passei... Nossa como é difícil... Todo dia eu tava na rua. Como cada um nasce com um destino. E eu que nem gostava muito de falar. Aí vi que esse é meu caminho. O caminho da luta. Aí você aprende que não existe destino. Que o destino é você quem faz.²²⁰

O cotidiano da resistência potencializou novos valores na consciência das pessoas, e uma máxima se tornou quase hino na comunidade, chegando a ser uma das principais postagens na página do Movimento Abrace a Vila e dando origem ao título de um documentário produzido pelo professor Marcos Mesquita e seus alunos: “Manda quem pode e quem tem juízo resiste e luta”. Ou seja, uma clara oposição a uma máxima bastante popular que preza a obediência daqueles que supostamente teriam juízo, tendo-se o sentido de “juízo” como impossibilidade de lutar contra pessoas ou grupos ditos poderosos. O grupo da resistência rompeu essa máxima. De modo que em meio a crenças conservadoras de que o pobre nunca conseguirá vencer o rico, de que a Justiça nunca tirará o direito do rico para dar ao pobre, de que os grandes é quem mandam, de que a corda só arrebenta do lado mais fraco,

²¹⁹ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2013.

²²⁰ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

dentre outras máximas que cristalizam valores retrógrados, esses moradores resistentes inauguraram um novo repertório de crenças na comunidade, introduzindo um discurso de bravura e fé na força da coletividade e no poder popular, como vemos na fala de Marina:

Ser da resistência é não ser comprada. Nós devemos ter nosso pensamento próprio, nossa dignidade própria. Não ser “Maria vai com as outras”. Se eu penso uma coisa eu acredito até o fim, mesmo que não consiga. E se sair daqui sem nada, eu saio com orgulho, com dignidade. O povo do apartamento se acha esperto, porque tão no lucro, mas lucro de quê? De um pedaço de tijolo com cimento? Isso não paga a dignidade de ninguém. Enquanto nós sairemos com a honra de quem acreditou em si mesmo até o fim, com a moral de quem não se vende, eles saíram como traidores e com o nome sujo, vendido. Como é que esses homens conseguem dormir sabendo que traíram a comunidade, passaram por cima dos outros, praticaram várias injustiças deixando um monte de coitados aí a ver navio, como esse povo do relato?²²¹

E ainda o orgulho pela coragem, além de uma leitura não conservadora das questões divinas, como vemos na fala da irmã Lena:

Não vou correr antes do tempo não. Ainda ficou muita gente de coragem. Agora digo, espere em Deus. Vamos até onde Deus quiser. Agora sempre digo, espere em Deus, mas não somente fique esperando, porque Deus só reconhece quem luta e quem se movimenta. Ele não dá nada de graça pra ninguém.²²²

2) Identidade coletiva

Independentemente do autorreconhecimento ou do reconhecimento cultural por parte das instituições, a natureza da categoria de pescador de certo modo já provocara certa unidade em torno dos moradores da Vila de Jaraguá, unificando-os pela labuta, tal como ocorrera, em Maceió com os coletores de mariscos da beira da Lagoa Mundaú, ou dos catadores de material reciclado da Vila Emater, antigo lixão, diferenciando-se ambas as comunidades dos demais moradores de assentamentos precários que sofreram processos de remoção forçada. Estes três assentamentos se apresentam hoje como o tripé da resistência na política de remoção de pobres dos tecidos privilegiados da cidade, quando esses passam a figurar como potencialidade econômica aos olhos dos capitalistas. E o que existe de comum entre estas comunidades é o fato de existir, no bojo de suas relações, uma forte identidade.

Uma das considerações importantes colocadas por Sandoval nos ajuda a perceber com bastante clareza o processo de resistência da Vila de Jaraguá. Refere-se ao fato de que a

²²¹ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2013.

²²² Entrevista concedida em 13 de setembro de 2013. Irmã Lena era evangélica e sempre participou do grupo da resistência, se configurando como uma das mais ativas.

identidade coletiva não é simplesmente efeito do grupo sobre o indivíduo. Ainda que os efeitos coletivos participem e concorram nas contingências comportamentais construídas dia a dia durante a luta, depende bastante da vontade das pessoas em agir coletivamente. Depende, sobretudo, do interesse e sentimento de solidariedade que cada um desenvolverá nos contatos que estabelecem no meio do conflito. O que percebemos nos anos de convivência com a comunidade de Jaraguá é aspecto individual predominante, por parte das pessoas que aderiram ao projeto da prefeitura, e um peso também muito grande dado aos aspectos coletivos do conflito. Estes aspectos coletivos estão literalmente ligados à identidade construída ao longo de tempos.

Antes de formar o campo da batalha, de algum modo existia uma identidade na comunidade, ainda que dispersa na heterogeneidade do cotidiano. Existia a identidade coletiva construída nas décadas de convivência e labor, e o próprio reconhecimento que os aglomeravam enquanto favela, ainda que essa condição engendre diferentes sentidos. “Tenho saudades da minha favela”, eis uma fala recorrente nas pessoas removidas. Todavia, os laços identitários e processos políticos gerados até o momento em que se anunciou o conflito não foram suficientes para barrar a efervescência de ações individuais e alimentação de interesses pessoais na questão.

Ainda assim, é no bojo desta transformação, quando uma nova geração de jovens líderes comunitários surge na história da comunidade, que surge um processo de reação e resistência nessa nova configuração da política interna da comunidade, proporcionando aos moradores certo retorno à unidade fragmentada. Aqui já se nota a diferença de qualidade debatida anteriormente, quando se percebe na comunidade os fluidos de uma consciência política, e uma energia de luta extremante forte e incontestavelmente muito centrada no papel histórico que estavam desempenhando, uma vez que conheciam a história, as leis, a política, e este saber, que os fez transcender aos saberes cotidianos, os capacitou, a saber, o seu papel social e político na cidade, de reconhecer seus adversários para além da própria prefeitura, mas nos grandes capitalistas que lucrarão muito dinheiro com a *gentrification* de Jaraguá.

Este grupo atuou por anos com uma união e uma coerência que chamou atenção da sociedade, apresentando um poder de resistência inigualável, como jamais outro grupo social oprimido conseguira impor aos grupos de poder, de tal modo que sua característica maior é sua plena consciência de que suas ações de resistência lhes forneceriam a cidadania negada. Pela resistência, vivenciaram o sabor de ser cidadão, senão pelo gozo de direitos, mas pela luta desse gozo; um grupo que sempre exerceu domínio e sobriedade sobre aquilo que

queriam, e queriam em grupo, grupo coeso e coerente com as metas, quais sejam a construção das moradias no local de trabalho, como o fora durante décadas tradicionalmente feito por eles, junto com os equipamentos coletivos na pesca, num ambiente digno, urbanizado, de modo que a recuperação do espaço fosse concomitante à continuidade da tradição, da manutenção da comunidade exatamente com aqueles pessoas que a construíram ao longo do tempo - esta que foi a mais drástica consequência da remoção, a dispersão de pessoas importantes para o convívio e trabalho na comunidade.

Ou seja, suas metas estavam pautadas em ações que fizessem com que a cidade os percebesse lá onde era seu lugar, e não em outro, lá onde eles tivessem o controle das relações, em vez de terem seu cotidiano tutelado pelos poderes da prefeitura, que passou a gerir o local e dirigir a comunidade, sob a força da guarda municipal, enfim, a “vila dos pescadores” dos pescadores, e não a “vila dos pescadores” da prefeitura. O sentimento de pertença fica evidente na fala de seu Dioclécio:

Jaraguá?! Isso aqui foi limpadado com nossas mãos, pra fazer moradia. Hoje em dia quem tem cinco anos de moradia tem direito a morar, quem dirá eu que tenho 52 anos aqui dentro... por que não tiraram a gente lá trás, quando tudo começou? Agora com mais de 60 anos querem botar a gente pra fora.²²³

Falar dos desbravadores do lugar é falar daqueles que iniciaram a ocupação, porém, ao longo de aproximadamente sessenta anos, outras gerações foram se formando, de modo que grande parte dos moradores são literalmente nascidos no lugar: “Nós somos veteranos. Eu nasci aqui, não nasci na maternidade não. Nasci na vila de pescadores de Jaraguá”. São estes vínculos que sustentarão as metas da resistência. Essas metas, que concentraram forte energia e coadunaram na formação de um grupo forte dentro da comunidade, serão o elemento chave para que as pessoas da resistência pensem no conflito a partir do prisma da mudança social. Porque imaginar a urbanização da vila dos pescadores com seus moradores dentro, em detrimento da utilização do espaço para o uso de estrangeiros (sobretudo, de outras classes sociais, como é o caso do centro pesqueiro programado para a turistificação do local), constituída de pessoas pobres, num espaço privilegiado, que está contido numa área de transformação urbana, de valorização imobiliária, de geração de capital, uma população estigmatizada, desvalorizada social, cultural e politicamente, conseguir o grande feito de resistir ao poder da prefeitura e permanecer no seu território, seria o maior reflexo de mudança social vivido pela cidade nos últimos tempos. Estas pessoas imaginaram uma política pautada pelo que debatemos anteriormente sobre o uso do espaço, ou seja, que a

²²³ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

gerência da cidade, em sua intervenção, não fosse motivada apenas pelos fatores econômicos, em que o capital e a higienização urbana não fossem a tônica da intervenção política. Com isso, fizeram mudança social. Se não pela consolidação do sonho, mas pela fé e esforço pessoal e coletivo que jogaram neste sonho.

Esta forte identidade percebida no grupo da resistência tem sua base no sentimento de pertença abertamente demonstrado por seu Izidoro:

Nasci e me criei aqui. Aqui é o melhor lugar de se morar. Muita gente discrimina, mas aqui é nosso lugar. Aqui não tem assalto, não tem morte. Lugar de pescador é na praia. Aqui é mina de ouro, todo mundo cobiça isso aqui. O sonho deles é construir uma marina aqui. Mas aqui é nosso lugar, aqui construímos nossas vidas.²²⁴

Na comunidade tem a pesca de arrastão, que é o camarão, que leva quarenta e oito horas e para a qual os pescadores saem segunda-feira e chegam quarta-feira; além da pescaria de ida e vinda, quando saem pela madrugada e chegam no final da tarde. Na pesca de linha, alguns passam até oito dias. Tem a cassea, que é a rede de malha fina, e para usá-la, o pescador chega em torno de dez horas da noite; tem o espinhel, que são cem anzóis numa única linha, assim como a pesca da lagosta, e a pesca de agulha. Muitos chegam em casa na quarta-feira e voltam na quinta-feira, daí a responsabilidade da mãe, que toma conta da casa na ausência do marido. “Somos nós mulheres, que tomamos a frente de tudo, cuidamos da educação, da saúde, da casa, e ainda trabalhamos no trato do pescado”, explica uma moradora. Quando o pescador chega do mar, pesa a produção e vai para casa. Mas no mesmo dia, ele tem que estar lá para ajeitar o barco e sair no dia seguinte (fazer o rancho –feira com produtos que serão utilizados em alto mar – comprar o óleo, providenciar o gelo, realizar pequenos reparos no barco).

Outro aspecto levantado junto aos pescadores é que em tempo de chuva eles não podem ficar longe dos barcos, têm que estar sempre olhando, porque o vento faz com que os barcos batam uns nos outros, e se quebrar algum não é só o dono do barco que perde, mas todos que dependem desta cadeia. Existe uma cadeia de solidariedade, ou seja, mesmo não sendo o barco em que o pescador realiza sua pesca, ele se junta aos outros no sentido de resgatá-lo. Enaura, que é filha e ex-esposa de pescador, explica a transmissão de saberes na comunidade:

Os jovens aprendem o ofício do pai. Logo de criança aprendem a remar, a nadar, levar um caico até os barcos, poucas crianças tiverem ofício diferente. Ou é caiqueiro, ou pescador, ou vendedor de peixe, ou conserta redes,

²²⁴ Informação verbal colhida durante visita *in loco*, registrada em aparelho celular.

barcos, etc. As mulheres limpam o peixe e o camarão. As mulheres sempre levam as crianças e elas aprendem o ofício junto com as mães. Começam brincando, mais logo se adequam.²²⁵

O processo de aprendizagem por meio geracional aparece como um dos principais argumentos dos moradores, assim como a divisão de tarefas. São estas divisões e a consequente passagem de pai para filho que justificam o sentimento de pertença à categoria e, conseqüentemente, ao lugar. Lugar que, segundo a maioria dos moradores resistentes, adquiriu o sentido de “pouso”, uma vez que após peregrinarem pela vida foi ali que encontraram sossego e estabilidade, como vemos na fala de seu Dioclécio:

Eu pesquei aqui todo tipo de pesca. Pesca de linha, pesca de lagosta, arrastão de camarão. Eu fornecia pro restaurante O Lagostão. Passava às vezes 10 dias no mar. Esse comérciuzinho eu sempre lutei toda vida. Pescava e vendia minhas coisinhas. Uma coisa ajuda a outra. Trabalhei muito na agricultura, na salina, mas aqui foi que eu encontrei meu pouso.²²⁶

Quando falam da atividade pesqueira, os moradores não separam a atividade do lugar, assim como reproduzem com bastante frequência as formações iniciais da comunidade, no sentido de tornarem claro seu tempo de permanência e relações de vizinhança com os primeiros ocupantes. Também diferenciam os que pertencem e os que não pertencem à comunidade. Henrique, assim como tantos outros, refere-se ao líder do subgrupo dos desistentes, aliados da prefeitura, como estrangeiro, ressalta o fato de o mesmo não pertencer à categoria:

A pesca ainda é a profissão mais velha que vem da antiguidade e é um ato que vem de filho pra neto, que é um ciclo vital, que o pescador nasce na pesca, cresce na pesca, reproduz na pesca, envelhece e morre na pesca. Meu barraco é um dos primeiros. Tinha o de um senhor que já faleceu, tinha o do Tião, depois veio o meu. É tão tal que essa carteira minha foi emitida em 1985 e eu já era pescador e já tinha esse barraco. Aí botaram uma comissão de pessoas que não tem nada aver com a pesca, gente que nem morava lá, que nem o seu Neno mesmo, não tinha vínculo nenhum com a pesca, nem lá ele morava, e quando botaram essa comissão ele se juntou no meio, fez isso aí e tá a maior desgraça lá. Eu sei que eu tô prejudicado, sou pescador documentado, certinho, eles falam que não existe mais pescador lá, mas de fato eles tiraram uma minoria de pessoas que diziam que são pescadores, porque são moradores, e ficou o pessoal da resistência e ficou 57 pescadores de fato e de direito e eu sou um deles.²²⁷

A fala de seu Fernando, além de revelar o sentimento de pertença gerado na labuta, exalta ainda mais o papel dos moradores na formação do lugar, ao afirmar que, sem eles, o lugar não teria se transformado no polo pesqueiro no qual se transformou:

²²⁵ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

²²⁶ Entrevista concedida em 14 de março de 2013.

²²⁷ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2014.

Aqui existia um movimento muito grande de pesca. Hoje não tem. A produção aqui era demais. Chegaram até a enterrar camarão na praia porque não tinha a quem vender. Depois chegou um pessoal e começou a exportar. Aqui já trabalhou mais de 200 barcos. Mas o pessoal foram quebrando, foram vendendo... A lagosta era exportada para o exterior. O camarão era pra Salvador, saía muito. O movimento de camarão era grande. Essa moqueca ia pro interior, onde tinha usina se mandava moqueca. Sem nós aqui não teria nada disso.²²⁸

Como visto anteriormente, Silva (2008) articula identidade coletiva com memória política, e encontramos no interior da comunidade uma forte presença desta relação. Se por um lado a prefeitura e parte das instituições que lhe apoiavam não entendia a importância daquele lugar para os moradores resistentes, do ponto de vista sociopsicológico essa importância consistia no fato de que o lugar resguardava a história de vida de cada um, que estava associada à história de vida dos outros que, ao longo do tempo, construíram a ocupação do lugar. Para além da estabilidade financeira encontrada por muitos na cadeia da pesca, o lugar representava as lembranças que ajudaram a formar a consciência de cada um, e é exatamente quando essas lembranças se tornam ameaçadas que o discurso de resistência se transforma em barganha política, transformando-as em memória, como vemos na fala de seu Dioclécio:

Tinha 50 famílias. Em 83 já tinha carpinteiro. Seu Rupinto. Toda qualidade de navegação era com ele. Era muito querido. Quem protegia o povo aqui era seu Rubens Quintela que era uma autoridade muito importante. Tem muitos ainda aqui. Tem Neco, filha da dona Eunice. Pegamos muita amizade. Ela tinha uma venda e eu comprei muito fiado a ela. Um quilinho de açúcar, um quilinho de farinha. Tinha seu Cabral, era uma excelente pessoa que tinha outro estaleiro ali depois da balança. Aí foram se chegando, vai se ajeitando... Retiraram o povo da balança umas três vezes e o povo voltaram. Essa federação de vela e motor era pequena. Foi crescendo, foi estirando, mas era só essa partezinha de cá. Da metade pra lá foram aumentando, porque foi chegando os ricos, doutores, advogado, as pessoas de gabarito, recurso... tinha uns pescadores que moravam do lado de lá mas foram retirados, aí eles aumentaram. Era seu Zezito saiu de lá e veio pra cá. Veio Deda, o Lucas, todos moravam do outro lado de lá, foram retirados.²²⁹

Essa fala, além de reproduzir a formação e o povoamento da comunidade, ressaltando já um processo político em que o pescador pobre era removido para dar lugar aos ricos donos de embarcações e luxo da Federação de Vela e Motor, reproduz também a formação geográfica do bairro, como relata seu Dioclécio, na sequência de seu depoimento,

²²⁸ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2014. Seu Fernando morava na vila há 25 anos. Vendia peixe e camarão, e se considerava detentor de uma boa clientela. Tinha sido contemplado com um apartamento, mas se recusava a sair, afirmava que lutaria até o último minuto.

²²⁹ Entrevista concedida em 16 de setembro de 2014.

ao referir-se à presença do prostíbulo, fazendo a ponte com a modernização criada com a revitalização do bairro:

Aqui tinha uma zona. Chamava-se curral das éguas. Era ali depois do sindicato dos arrumadores. Na rua da Socôco. Ali na época era seu Hélio. Ele vivia lá com uma mulher, tinha família, mas gostava de uma mulher de lá. Cheguei a farrear várias vezes com ele e o capitão Leo. Pesquei muito pra ele, tinha cinco navegação aqui, em Coruripe, Piaçabuçu, depois ia beber lá no curral das éguas. Mas cabaré mesmo quem fez aqui foi essa revitalização, um monte de boate, quem desmantelou o Jaraguá foi esse monte de boate que veio nessa urbanização.²³⁰

É importante perceber que essa relação entre memória e identidade se fragiliza no momento em que um grupo de líderes passa a colaborar com a prefeitura, e não é por acaso que este grupo representa exatamente aqueles moradores que não têm essa relação fortemente estabelecida com o lugar. Dada a heterogeneidade da comunidade, muitos moradores não tinham relação com a pesca, e é exatamente a partir destes que começará o processo de desistência da luta. Essa relação fica clara na própria morfologia da comunidade, uma vez que a própria procedência desses líderes já os desqualifica em relação aos que de fato alimentavam esta identidade. Segundo os moradores resistentes, o principal líder do subgrupo dos desistentes nunca morou de fato na comunidade, e sim num bairro chamado Cruz das Almas, levou a vida como gerente de uma loja no comércio de Maceió; o segundo seria um aposentado que sempre morou na comunidade, mas nunca pescou; a terceira passava maior parte do tempo em Salvador e Recife, deixando seus filhos aos cuidados da comunidade; a terceira, esta sim, seria a esposa de um pescador. O desprezo deste grupo pode ser visto com bastante clareza nas falas públicas desses líderes ao longo das ações de enfrentamento, aqui citamos duas que consideramos relevante: A primeira delas é a fala da representante do Instituto do condomínio da praia do Sobral, quando rebate a fala da Enaura (presidente da Associação de Moradores e representante da resistência).

A única cultura que existia ali era uma senhora que ela já faleceu, ela vestia as crianças de marinheiro e saía pela rua, ela se chamava dona Odete. Era a única cultura que tinha. Era a única. Porque até então nunca vi ninguém com essa cultura lá, e é pouquíssimas pessoas que tem foto dessa cultura. Eu não vejo cultura. A cultura que a gente pode ter, se tem na vila de pescadores, a gente pode ter lá. A gente pode ter a capoeira, pessoas que podem ensinar dança de salão, só é da continuidade da segunda fase do projeto. Se o povo sair, a gente vai ter tudo isso.²³¹

²³⁰ Idem.

²³¹ BRASIL. Ministério Público Federal. **Audiência Pública sobre a Vila de Pescadores de Jaraguá**. Maceió, 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W--0ewPUtd0>.

Ou seja, para ela cultura se reduz a um folguedo que era realizado por uma senhora que já morreu. Um sentido totalmente diferente das ações e relações construídas pela comunidade nas práticas laborais ao longo de décadas, alimentadas pela resistência como motivo principal de sustentação da tradicionalidade. Durante o processo de resistência, pudemos conversar com moradores transferidos e ouvimos da maioria deles que cultura e tradicionalidade não tinham valor algum, que o que valia mesmo era morar num “apartamento digno” em vez de morar numa “favela imunda”.

A segunda fala também mostra o desdém pela tradicionalidade, epode ser percebido na fala do líder dos desistentes durante audiência pública no Ministério Público Federal: “Dona Enaura fala tanto em tradicionalidade, mas se a tradicionalidade serve para eles, serve para nós também”. Ou seja, mesmo abrindo mão do valor cultural da comunidade, em troca dos apartamentos na praia do Sobral, no momento em que esta cultura passa a ser pauta, eles a reivindicam, ainda assim apenas como forma de comparar os dois grupos e desqualificar o dado como critério de debate para a permanência, uma vez que asseguravam em seus discursos que a transferência não afetaria a tradicionalidade. Uma contradição que deixa claro o quanto o papel da identidade não interferia nas atitudes deste grupo, enquanto que no grupo da resistência, ela seria o fator primordial da permanência. Outra evidência é a fala do seu Washington, pescador que compareceu junto com a prefeitura no Ministério Público Federal para alegar que os pescadores estavam sendo prejudicados com a resistência. Segundo ele, “[...] as questões culturais suscitadas pela dona Enaura consubstanciam projetos externos, provenientes da UFAL, que não guardam relações com a cultura do pescador”.²³² Esta fala revela parte das contradições nos discursos dos líderes do subgrupo da desistência, pois em um momento seus integrantes afirmam que não existe nenhuma tradicionalidade a ser preservada; em outro, que a tradicionalidade seria mais bem exercida no condomínio da prefeitura; e, posteriormente, dizem que a tradicionalidade seria uma invenção da Universidade, que estaria insuflando Enaura. Desta forma, usam as mesmas alegações da prefeitura, ou seja, se apresentam como representantes dos pescadores, mas seu discurso, como demonstrado, refletem sempre o discurso da municipalidade.

Como pudemos perceber ao longo deste trabalho, a resistência na vila dos Pescadores de Jaraguá foi motivada, por um lado, por um processo de educação popular, a ação coletiva pautada pela realização de atividades culturais de cunho tanto educacional como recreativo; por outro lado, a capacidade organizacional, às vezes coesa, às vezes dispersa,

²³² Processo 0004070-23.2012.4.05.8000. Folha 656.

pautada na força política (às vezes fragilizada) da Associação dos Moradores da Vila, tendo como pano de fundo a coragem, as habilidades políticas e pedagógicas de seus membros e de suas lideranças. Como desdobramento dessa aprendizagem e caráter organizativo, a construção de uma identidade coletiva, fundamentada no apego ao argumento de população tradicional, de patrimônio imaterial da cidade, lançando mão desses fatores que compõem um universo de possibilidades favoráveis no campo político e jurídico, utilizados como armas potentes num guerra que, sem esses recursos e sem as instituições democráticas criadas ao longo das últimas décadas, a remoção já teria acontecido e de forma corriqueiramente violenta, como era de costume. O prefeito Cícero Almeida não negava, dizia em praça pública e nos meios de comunicação que removeria “aqueles favelados” nem que fosse no “cacete”.

3) Interesses antagônicos e adversários.

Como colocado anteriormente, a chave para a consciência política passa pela clareza quanto aos adversários do projeto que se busca. Neste sentido, o processo de remoção aproxima-se desta categoria de análise, principalmente quando se trata, como no caso em tela, de um conflito estabelecido no rol das atuais batalhas da luta de classes. A situação começa a mudar de configuração exatamente quando, a partir das manobras já amplamente citadas ao longo deste trabalho – as quais foram promotoras do processo de cooptação e coação na comunidade –, muitos moradores deixam de considerar a prefeitura como inimiga. Consideramos importante destacar um fato ocorrido na audiência ocorrida no Ministério Público Federal, quando a procuradora usou da palavra para advertir Enaura de que a prefeitura não seria “inimiga da comunidade”. Isso ocorreu após a presidente da Associação tentar convencer os moradores desistentes de que não deveriam estar lutando entre si, porque o verdadeiro inimigo seria a prefeitura. Este é o ponto de partida para entender como os papéis foram se invertendo ao longo das ações de expulsão e resistência.

Em nosso entendimento, só existe luta quando existe adversário, quando há grupos em oposição em polos distintos do conflito. E o conflito de Jaraguá é claramente um conflito de classe, do ponto de vista histórico. Os historiadores que acompanharam de perto esse processo não alimentam dúvidas quanto ao fato de que a luta expulsão *versus* permanência foi decorrente da dinâmica do grande capital, seja pela necessidade compulsiva do poder público redesenhar a cidade a partir de um modelo urbanístico hegemônico que

transformasse o espaço em lucro, seja pela resistência dos trabalhadores que habitam esse espaço.²³³

Desta forma, percebe-se que a remoção dos moradores aconteceu mediante um processo claro de *gentrificação* que, ainda que executado pela prefeitura, foi pautado pelos grupos financeiros ligados ao mercado imobiliário e turístico, os grandes beneficiários dessa intervenção. Nesse sentido, concluímos que os adversários da comunidade estão para além da prefeitura, no bojo dos interesses econômicos em pauta, embora como executora do empreendimento, a municipalidade se configure como inimiga direta da comunidade, principalmente porque, institucionalmente, a remoção depende exclusivamente do poder público (e não por acaso a sentença judicial será maquiada em nome de um suposto “interesse público”, ofuscando os interesses do setor turístico e imobiliário que investe nos arredores e conta com o fim da favela para valorizar seus empreendimentos”). A definição classista da disputa se torna clara na mercantilização do espaço, embora esta relação opressora seja minimizada pelo fetichismo desta relação, que aparentemente aparece como justa. Com isso, o trabalhador acaba reconhecendo como justo exatamente aquele que o oprime.

A troca material, reforçada pela concessão de um apartamento e de um centro pesqueiro, de certo modo ofuscou o conflito e obnubilou na consciência das pessoas a figura do adversário. Isso fica claro nos momentos iniciais, quando a prefeitura anuncia a construção da marina e praticamente toda a comunidade se volta contra a prefeitura. São as mudanças do projeto que farão com que grande parte deixe de ver a prefeitura como inimiga, reforçadas, como dito, pela recompensa material. Todavia, esta recompensa não foi suficiente para obnubilar a consciência daqueles moradores que, como integrantes da resistência e, por conseguinte, munidos de uma leitura histórica, enxergaram para além da simples troca, reconhecendo os aspectos macro envolvidos na questão, quais sejam os efeitos da *gentrificação* e higienização. A partir desta percepção, a troca deixa de ser justa, não atingindo a escala de valores do grupo resistente. O sentimento dos moradores resistentes quanto ao papel da prefeitura no conflito pode ser visto na fala desta moradora: “O prefeito diz que tá salvando a comunidade. Salvando de quê? E ele é Jesus Cristo? E nós estamos

²³³ Mais especificamente os Profs. Drs. Oswaldo Acioly e Golbery Lessa, que debateram a temática no evento científico mais importante do Estado. CAITE – CONGRESSO ACADÊMICO INTEGRADO DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA. **Seminário sobre a Vila de Pescadores de Jaraguá**: aspectos históricos e suas dimensões territoriais. Universidade Federal de Alagoas. 2014, Maceió.

pedindo socorro? Se ele quer salvar a gente, deixe a gente em paz. Se ele quer ajudar faça a urbanização, as nossas casas aqui mesmo. Não estamos pedindo, é nosso direito.”²³⁴.

É notória a indignação com a prefeitura, a certeza de que lutam em polos opostos. Ao longo desse processo, os moradores referiam-se à prefeitura como inimiga declarada, sempre reclamando falta de transparência no trato com a comunidade. Para uns, foram momentos de uma verdadeira guerra, uma disputa pelo território e, ainda que proporcionalmente desigual, marcada por algumas vitórias parciais da comunidade, como destaca marisqueira Marina:

Em várias partes nós fomos vitoriosos. Cada guerra fomos vencendo por partes. Primeiro quando tirou o povo e não conseguiu tirar a gente. Isso foi uma vitória. Graças ao Dr. Rodrigo Tenório, do Ministério Público, que foi um dos primeiros, eu tenho certeza que se ele ficasse no cargo até o fim a gente tinha ganhado, mas teve essa mudança. Quem entrou não teve aquele pulso firme do Dr. Rodrigo Tenório. O povo dizia, já viu o pobre ganhar de rico? O povo do apartamento chamava eles de grandão. Pra mim grandão é Deus. Eles passam quatro anos e a nossa dignidade é pra sempre.²³⁵

A certeza de que o fato de serem pobres não diminuiria seu poder de lutar foi uma das marcas deste grupo. Percebe-se na fala acima como esta moradora se ressentia da substituição do procurador do MPF/AL, mudança que de fato interferiu negativamente no andamento do processo, do ponto de vista da resistência. Se antes os moradores viam o MPF no campo dos aliados, com a mudança passaram a se ressentir de certo distanciamento. Isso se deu a partir do momento em que o grupo dos transferidos se apresentou como prejudicado com a resistência e passou a protagonizar o papel de principais interessados na desocupação do espaço, gerando a inversão a que já nos referimos anteriormente. Com esta inversão, o inimigo deixou, em tese, de ser a prefeitura, passando a se considerar – ao menos na imaginação jurídica dos magistrados – um conflito entre os próprios moradores. Os dados, evidentemente, desmentem essa hipótese, e o principal deles é um abaixo assinado com 120 assinaturas de moradores transferidos que afirmam nada se opor à permanência dos companheiros de trabalho. Todavia, a inversão aconteceu e, ao menos para quem apenas lê os autos do processo, tem-se a impressão de que a prefeitura teria sido, desde o início, amiga da comunidade, e que o conflito teria sido gerado pela divergência interna marcada pela resistência do que se chamou de “grupo de insurgentes”.

²³⁴ Citada anteriormente, na página 248 desta tese.

²³⁵ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2013.

Vale lembrar que tal adversidade nunca atingiu a coletividade propriamente, foi alimentada principalmente pelos líderes do subgrupo da desistência. Vejamos a fala do principal deles, ao elogiar o condomínio e condenar a comunidade:

Aqui não falta nada, não falta condução, e cada qual que tome conta do que é seu. Ninguém sabe o problema daquele povo não. A gente tem que lutar pelo bem, pelo melhor. Foi isso que a gente fez. Porque o cabra morar num lugar daquele cheio de sujeira, cheio de porcaria. A feze corria ali, eu gastei 150 reais pra fazer aquela galeria perto da praia. A sujeira foi grande. Nós lutemos. Não sei como não peguei pneumonia. Era muito esgoto, feze, pelo amor de deus. Vou te contar. Ali foi muito sofrimento. Eu não sei por que o povo deixa uma coisa dessa pra viver naquele lixo. Culpa de quem? Porque não quiseram vir morar. E ainda tem gente contra. É porque acostumado a viver naquela 'imundice', não quer zelar pelo seu. Mas aqui é bom. Isso aqui é uma injustiça deles. Todo mundo aceitou vir. É brincadeira, ficar botando obstáculo. Quantas pessoas foram na minha casa me abraçar, por essa conquista. Aí vem dizer que abandonei a luta. Ali não é nosso não, nosso lugar é aqui. Isso é blá, blá, blá. Aqui não falta água, não falta energia, não falta nada. Falta cabeça. Lutemos e tamos conseguindo.

Consideramos importante perceber o momento em que ele afirma que a vila não é o lugar deles. Essa fala justifica o fato de que o apartamento de alvenaria vale mais que toda história vivida em comunidade, todos os valores coletivos alegados pelos moradores da resistência. Pra ele, o conceito de luta é ter aquilo ali, ou seja, ganhar um apartamento e sair da sujeira. Traz a concepção, a certeza e a vivência de que após tanta luta da comunidade, após conseguirem as casas perto, o estaleiro, o mercado de peixe, quando conseguiram, outro grupo resistiu. Conversando com outros moradores transferidos, percebemos com clareza que para além do processo de cooptação que é claro, pesou também o cansaço da luta, do desprezo, das decepções, dos medos, de modo como algumas pessoas, ao se deparar com a proposta, se viram em um momento mágico de solução.

Sesairmos do universo da política e entrarmos no universo psicológico dessas pessoas e desses subgrupos, perceberemos como se procede a essa divisão. Enquanto quatro lideranças que a prefeitura conseguiu barganhar a adesão, não numa assembleia ampla e transparente, mas desses subgrupos formados por esses agentes multiplicadores que se multiplicaram na comunidade levando a fala da prefeitura, levando as pessoas ao contato exclusivo com o poder público, outro grupo opta por não aderir a essas propostas de retirada. Assim, todo esse contato com esse grupo de pessoas da comunidade que tem espírito de liderança e rompem com a união e coesão que existia em torno da resistência, dizem "não resistiremos mais". Uns porque não aguentaram mais, carregado de emoção, de choro, "até que enfim vou morar num lugar fino, vou sair do lugar da degradação". É uma opção acreditar que pode ser – e estar vendo na prática –, mas ninguém sabe ainda as verdadeiras intenções da

prefeitura, depois de tantas mentiras, tantas promessas não cumpridas, tantos argumentos contraditórios, tantas perdas, tantas agressões, confiar se torna complicado para parte do grupo, que não vai acreditar, que vai até ao final, e dizem com clareza os motivos pelos quais não acreditam: pelo jogo de mentiras, pelas contradições, falácias, informações inverídicas, criação de situações que são incondizente com a realidade, a tentativa de distorcer fatos na imprensa, distorcer o protesto, fazer com que a fala das pessoas não apareçam na mídia. Por esses motivos é que parte significativa da comunidade não se rendeu às pressões e ofertas da prefeitura, mantendo-se na resistência, como a marisqueira Glória:

A prefeitura age muito de má-fé. Eles abandonaram a coleta de lixo, pra ficar o caos e poder justificar que ali é uma nojeira. Depois usa o acúmulo de lixo como desculpa pra retirar o povo, quando na verdade eles mesmos são responsáveis pelo lixo acumulado. Aí causa um terrorismo, dizem que vai mandar o conselho tutelar tomar as crianças dos pais, porque criança não pode viver no lixo.²³⁶

As hostilidades entre prefeitura e comunidade nunca cessaram, mesmo após a sentença favorável à primeira. Isto porque pouco se acreditava que a comunidade conseguisse o agravo de instrumento que ocasionou o julgamento em segunda instância. Diariamente, durante este processo, convivemos com trocas de acusações, boatos, novidades do processo. A fala de dona Mariluze diz um pouco do clima que imperava:

Aí eles dizem “uma certa associação tá acuando o povo pra não assinar”. Será que ele tá com ódio da Associação? A associação já perdeu na justiça. Quem vai lutar contra a justiça? Pregaram a intimação na parede da balança. Nem entregaram pessoalmente. É muito ódio que eles têm do povo daqui. Porque ninguém se dobrou a eles. Depois diz que notificou. Noticiou nada. Se a mulher não visse a chuva ia derrubar. E é um papel da justiça.²³⁷

Nesse caso, ela se refere à notificação da justiça quando da sentença em primeira instância, e de certo modo reflete o tipo de relação da prefeitura com a comunidade: nenhum diálogo, sequer uma notificação da justiça fora entregue em mãos. O termo ódio, citado pela marisqueira, dá o tom da relação.

A gente luta pelo que é da gente. Se une tudinho. Pego meu filho na cadeira de roda chego no gabinete da Dra. e venho simhora. Pego as crianças de 12, 13 anos deixo lá pra eles. Pego um monte de menino e jogo lá. Não tenho onde botar, vou botar onde? Porque ela não bota a cara aqui? Não tem nem coragem. Botou outro pra andar aqui. Eu já meti o pau e não retiro de jeito nenhum o que eu falei.²³⁸

²³⁶ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2013.

²³⁷ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2015.

²³⁸ Idem.

A doutora a qual se refere é a funcionária da Secretaria de Habitação que está abaixo do Secretário na hierarquia, foi a pessoa que esteve a frente de todo o processo, desde o cadastramento em 2007 e, pela quantidade de queixas que ouvimos, seu nome está associado a uma grande quantidade de problemas, a ponto de ser substituída por outro funcionário, daí a marisqueira usar esse tom provocativo em sua fala.

Eles não atendem a gente não. A gente vai lá e eles se escondem, dizem que tá em reunião, a gente espera, e quando vê ele sai escondido. Eu fui na prefeitura duas vezes num fui atendido não. Eu queria encontrar com ele. Já tô velha mesmo não tenho nada a perder. Ia dizer um monte de desaforo. Por isso que dizem que o povo é ignorante.²³⁹

Esta moradora que é mãe de um pescador se ressentiu das promessas não cumpridas e do trato recebido:

Como é que a prefeitura diz que tem social? O que é social? Social é só no papel. Meu marido tinha barco aqui, mas nós era separado. Quando ele morreu passei a morar aqui e tomei conta, vim por causa do meu barco. É registrado, documentado, pago seguro, e o que a gente sofre aqui é que a prefeitura só tem conversa, gente irresponsável. Foi tudo por causa desse dinheiro. Se não aparecesse esse dinheiro tenho certeza que a favela mofava aqui.

Como podemos perceber nas falas dos moradores, as relações com a prefeitura são de reconhecido antagonismo. A clareza com que a comunidade identifica a prefeitura no campo dos adversários, não apenas na execução da política de remoção, mas também nas relações com os setores econômicos que disputam o território com os moradores, apresenta-se como um dos principais indícios do das tomadas de posição frente ao conflito, configurando com exatidão o campo da luta e contribuindo com o processo de formação da consciência política dos resistentes.

Concluimos que a síntese de inversões apontadas anteriormente caracteriza, por fim mais uma inversão: a inversão de adversário. Segundo Sandoval (1989), a identificação do adversário é um dos fatores componentes da formação da consciência política. Se não há clareza na identificação do adversário, o processo fica truncado. Quando os moradores passam a lutar uns contra os outros, o adversário lucra com essa divisão e de agente opressor, aos poucos vai ganhando *status* de parceiro. Essa pseudoparceria é o elemento novo que favorecerá o campo de atuação da Prefeitura, minando as forças da resistência, como pode ser visto na leitura do acórdão, em que a alegação para a retirada dos moradores resistentes se baseia na concepção de que a remoção e a implantação do projeto da prefeitura é uma

²³⁹ Idem.

demanda da própria comunidade. Eis aqui a inversão fatal. O que faz a diferença neste processo, é que, como dito anteriormente, a comunidade, crente no seu potencial criativo e no seu papel como sujeito da história, não se prende ao universo da fatalidade.

4) Eficácia Política.

Como destacamos anteriormente, a crença na eficácia política na ação coletiva se configura como elemento definidor da consciência política. Ao longo do processo de remoção da vila de pescadores, pudemos identificar três formas de percepção da capacidade de intervenção da comunidade quanto à luta pela permanência. A primeira situação remonta ao que Sandoval identificou como “tendência histórica”, qual seja, a tendência das pessoas em atribuir os possíveis resultados das ações coletivas às situações costumeiras. Neste sentido, há uma tendência a crer na baixa eficácia do movimento, considerando que as pessoas estariam acostumadas a relatos de fracassos quanto a situações similares. Pudemos identificar esse comportamento com bastante ênfase no momento em que as pessoas começaram a aderir ao projeto da prefeitura. A descrença na possibilidade de vitória quando se trata de enfrentamento entre ricos e pobres se fez presente como um dos principais argumentos dos moradores que abandonaram a resistência e aceitaram a transferência, como vemos na fala de Seu Durval:

Essa resistência não vai dar em nada. Onde já se viu pobre ganhar dessa gente poderosa? O interesse aqui é muito grande, esse pedaço de terra vale milhões. Se é de a gente lutar pra depois ficar sem nada, acho melhor aceitar. Se a prefeitura bota na cabeça que vai tirar todo mundo ela tira, porque ela tem o poder e a justiça nunca vai ser contra ela pra dar razão a um monte de favelados. No recife os favelados ganharam a questão por causa do Lula. Mas cadê o Lula aqui? Falou de Jaraguá e num deu em nada. Faltou o Lula ser mais forte, ser mais direto com a gente.²⁴⁰

Nesse discurso, encontramos os moradores que não quiseram ir de encontro à política e à justiça, salvo mediante a proteção política do presidente da República, como ocorrera em outra localidade. Fora isso, a crença na eficácia do movimento não pronunciou nenhuma representação. Por outro lado, nos deparamos com muitos que acreditavam em possíveis soluções e capacidade de intervenção, embora tenham se mantido numa perspectiva meramente individual, tentando resolver situações particulares diretamente com a Secretaria de Habitação. Este quadro perdurou, inclusive, até os últimos momentos, quando era comum ouvir pessoas relatarem ter conseguido na Secretaria de Habitação a promessa que seu caso particular seria resolvido e que seria contemplada com uma casa. O resultado, todavia, foi o

²⁴⁰ Entrevista concedida em 22 de janeiro de 2014.

inverso, todos foram expulsos no dia da desocupação. Enfim, as atitudes individuais aconteciam em decorrência da já citada desunião – para essa parte das pessoas, ao contrário das que resistiram até o final –, ressaltando-se que tal desunião tem duas origens, em parte naturalizada nas relações entre os membros da comunidade, em parte estimulada pelas manobras políticas já descritas anteriormente. A fala do pescador Henrique revela um pouco das desavenças que permearam as relações:

A gente tentou várias vezes se juntar com dona Enaura, porque uma andorinha só não faz verão, e um grupo de pescadores com moradores juntos são mais fortes. E o pescador é morador também. Se você tem uma associação de moradores abrange do muro do cais à balança do peixe, onde tem moradores, não quer saber se é pescador ou não. O que tava acontecendo lá é que chegavam os pescadores e diziam “não, aqui é o grupo da gente, que a gente procurou vocês e vocês não acreditaram”... Não é assim, se você propõe uma associação é pra você ser aceito, vamos aceitar seu fulano que chegou de livre e espontânea vontade, tá querendo se agregar ao nosso grupo vamos aceitar. Mas aí diz “não, o movimento da gente é a gente aqui, vamos deixar seu fulano de fora”, isso não existe, a união faz a força, é que nem diz a história, se tão todo mundo junto ninguém quebra a gente, mas imperou a desunião, a gente tentou várias vezes e não deu certo. A Associação diz que procurou o povo e muita gente dizia que não queria mais resistir, que queria ir pros apartamentos, mas não existe isso de não quero. No meu entender houve falta de diálogo.²⁴¹

Igualmente na fala de dona Ana:

Aqui houve muita divisão. Pescador pela ignorância deixa se levar. E hoje nós estamos aqui. Nós somos filiados à colônia. Meus filhos são da colônia, meu neto... Agora pergunte se o presidente da colônia vem aqui. Agora vou acreditar que o povo vai acordar e procurar os direitos. Em vez de tá se humilhando pra prefeitura vamos buscar nosso direito.²⁴²

Todavia, ainda que tenha existido a predominância dos que não acreditaram na eficácia política da resistência, seja pela descrença na capacidade de intervenção em virtude do comodismo das experiências históricas anteriores, seja pela ação individual, foi no grupo da resistência que encontramos o sentido de eficácia política pautado pela fé na coletividade. “O pessoal ali aponta muito o povo, gosta de apontar. Não é assim, não vamos fazer assim, não vamos olhar o que o pessoal faz, vamos lutar juntos, dar a mão um ao outro, e vamos ver quem ganha essa luta. É assim que se faz”. De fato, este grupo sensibilizou a cidade não pelo alto nível de crença na coletividade, mas, sobretudo pela fé na eficácia deste tipo de ação. Um dado que chamou atenção foi o fato de que a cada fase da luta em que aumentavam as adversidades, o grupo mantinha-se firme na certeza da potencial vitória. “A gente sabe que

²⁴¹ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2014.

²⁴² Informação verbal durante visita *in loco*.

vai dar certo e a gente vai permanecer aqui, na vila dos pescadores. O lugar da gente é aqui, perto da praia, perto do trabalho da gente”.

Esta crença chegou a ser maior quando o grupo contava com o apoio do procurador do MPF/AL, e mesmo quando tiveram a prolatação da sentença dada desfavorável à comunidade, com o surgimento do Movimento Abrace a Vila e a posterior aparição em cena dos defensores públicos da DPU regional, de Recife, a convicção da luta tomou maior fôlego. O apoio da sociedade civil organizada mexeu com os ânimos na comunidade, de modo que ouvimos com muita frequência na fala das pessoas que mesmo que não ganhassem a luta já teria valido a pena pelo reconhecimento social que teriam conquistado. Foi esta energia, apesar das adversidades e pressão diária da prefeitura para que as pessoas ligadas ao grupo da resistência desistissem da luta e assinassem a adesão, que motivou o grupo a resistir até o último minuto, em meio a conversas e ameaças de que um ou outro teria desistido. A forte coesão deste grupo motivou também os excluídos do cadastro – os taxados de coletividade invasora –, que em muitos momentos passaram a atuar juntos, ainda que existisse uma clara divisão entre os dois grupos, em função da natureza das metas e objetivos iniciais, como vemos na fala de Mariza:

Essas pessoas estão contra a gente. O que eles querem é ganhar apartamento. Então estão todos na torcida pra gente não assinar. Todos os dias vão lá na prefeitura, saber o que vai acontecer se a gente não assinar. Estão como urubus atrás da carniça. Por isso que me revolta quando se diz que temos que nos unir a eles. Porque eles não são da resistência. São traidores. Só pensam individualmente. Esse tempo todo estivemos unidos. Posso sair daqui sem direito a nada, mas não me arrependo. O que der pra todos dá pra mim. Então não é justo a gente se juntar com esse povo. Ao menor sinal da prefeitura eles voltam lá e passam por cima da gente. Nenhum movimento funciona desse jeito. Não vamos chegar a lugar nenhum se unindo a esse povo. Embora estamos no mesmo barco, mas todo mundo sabe que eles só estão com a gente unidos pela mesma desgraça. Desgraça que eles mesmos ajudaram a fazer. Porque se estivessem unidos desde o começo, talvez a história fosse outra, talvez aquele povo que foi pudesse resistir junto se visse a união. Mas viram o quê? Só desunião, fofoca, disse-me-disse. No final levaram a pior. E ainda prejudicaram a luta.²⁴³

A fala desta marisqueira reflete ressentimento com o grupo do relato, que, como visto, era formado por aqueles que foram excluídos do cadastro, acabaram traídos por um falso relato, e nos momentos finais se viram forçados a atuar juntos com o grupo da resistência. Em todo caso, consideramos salutar registrar que, mesmo ressentidos pelo que consideravam

²⁴³ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2014. Mariza era uma das mais atuantes do grupo da resistência. Trabalhou como cabo eleitoral do então deputado Paulão, do PT, mas afastou-se do mesmo, e do partido, após as articulações que coadunaram com o crescimento do grupo dos desistentes.

traição por parte deste outro grupo, os membros da resistência ainda assim mantiveram a unidade e atuaram juntos, o que demonstra ainda mais o grau de comprometimento que tinham com as ações coletivas.

5) Sentimento de justiça e injustiça.

O sentimento de injustiça na comunidade pode ser visto de dois ângulos. Do ponto de vista global, no sentido da própria remoção, pois se reconhecem como pertencentes ao lugar e acham injusto serem retirados do lugar que habitavam há décadas e ajudaram a construir, como se vê na fala de Cleide:

Cadê a justiça, cadê o direito do povo? Nós somos uma comunidade produtiva. Somos uma comunidade de pescadores. Cadê o direito da gente? A justiça tá cega? Será que a justiça só é pro rico? Cadê o direito do pobre? Quando ele vai julgar porque não bota a constituição, o direito que o pobre tem? Isso se chama o quê? Justiça cega. Cadê os desembargadores do Estado? Cadê o juiz pra julgar ele? Isso tá errado.²⁴⁴

Durante o processo, os moradores da resistência conviveram simultaneamente tanto com a possibilidade da derrota judicial, como também alimentaram em alguns momentos a possibilidade da vitória. Neste sentido, acreditaram até o último instante. Este sentimento foi alimentado pela sensação de que tinham direito de permanecer, de fato, na comunidade, uma vez que conheciam as leis e tinham conhecimento de que várias delas favoreciam sua reivindicação. Ao longo do tempo, houve momentos de oscilação, como, por exemplo, a fé que tiveram a partir dos posicionamentos de Rodrigo Tenório, procurador do MPF/AL, e o desânimo quando receberam a informação da substituição do mesmo; a fé na primeira defensora, Tarsila Lopese o igual desânimo com sua saída do caso; a esperança a cada agravo de instrumento aceito pelo Tribunal Regional. Cleide acrescenta:

As reuniões no Ministério Público, na Defensoria, as autoridades diziam que tudo era favorável à gente. A mídia não divulga, muito menos a prefeitura. O próprio juiz propôs a prefeitura fazer as casas na vila. Cadê os direitos do ser humano? É só no papel, a lei diz que quem mora há cinco anos tem direito ao terreno. Isso não é de agora não.²⁴⁵

Este foi um dos principais quadros que ajudaram a cristalizar o sentimento de injustiça na consciência dos moradores, qual seja, a certeza de que as leis favoreciam suas demandas, leis municipais, nacionais e internacionais, mas que as mesmas teriam sido relativizadas para beneficiar a prefeitura. Após a sentença, os moradores vivenciam uma situação de total inversão de sentidos no que se refere à representação que faziam da justiça

²⁴⁴ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2014. Cleide negocia peixe há cerca de 15 anos. Chegou à vila com oito anos de idade.

²⁴⁵ Idem.

brasileira. Inicialmente acreditavam e depositavam fé na justiça, mas passaram a expressar um discurso de desencanto, principalmente pela certeza que possuíam sobre a falta de veracidade dos argumentos apresentados contra por seu oponente. De fato, uma simples leitura do acórdão do desembargador que julgou o mérito em segunda instância causa a impressão de que ele não está falando da Vila de Pescadores de Jaraguá, como já debatido anteriormente. A sensação vivida pelos moradores foi de que as pessoas ali presentes não existiam, que a vila de pescadores se resumia aos moradores transferidos. De tal modo, a representação sobre justiça se cristaliza como inexistência de direitos, como se vê na fala de Enaura:

Eu demorei pra entender, hoje eu falo com convicção, porque você acaba aprendendo. Não basta só ser morador, você tem que entender sobre o direito e acreditar. Porque a gente sabe de todo direito que o cidadão tem, mas você vai botar uma criança na escola e não acha vaga, você vai no posto de saúde e não acha médico, você sabe que tem direito à posse da área que ocupa, mas isso é negado a você, você sabe que tem direito mas que não é dado.²⁴⁶

A oscilação entre crença e descrença na justiça igualmente reacende nos moradores da resistência o entendimento sobre as influências ideológicas e o caráter classista do Direito: “O poder público tem sua culpa. Se o juiz lesse a sentença tudo direitinho pegasse e fosse honesto com a gente... Mas isso eu não me conformo. A revolta maior é com a justiça. Porque ela só dá direito aos ricos”. Todavia, consideramos importante destacar um sentimento que, de certo modo, interferiu com força na atitude de algumas pessoas agirem coletivamente. Em virtude da solidariedade, alguns moradores se comoviam diante do que consideravam injustiças sofridas por alguns. A principal injustiça descrita por eles se refere à exclusão de alguns moradores do cadastro que contemplou os ocupantes da vila com apartamentos. São diversos relatos, desde o sumiço do cadastro de pessoas devidamente cadastradas à negação propriamente dita, além da delação de pessoas que supostamente seriam ocupantes tradicionais, porém teriam sido acusadas de invasores pela comissão de líderes do grupo desistente. Dona Mariluze nos relatou vários casos de injustiça, dentre eles o que segue:

Uma senhora mora aqui há doze anos e o cadastro sumiu e quem foi contemplado não tinha nada haver. Se eles exigem o cadastro de 2007, porque levaram mais de trinta famílias que não tem nada haver? Eu conheço todos, fui presidente da associação muitos anos, conheço todo mundo aqui, sei os novos e sei os velhos.²⁴⁷

²⁴⁶ Entrevista concedida em 09 de março de 2013.

²⁴⁷ Informação verbal colhida em visita *in loco*.

Em algumas situações, o sentimento de injustiça se justifica pela própria desunião entre os moradores, assim como se faz presente o sentido de que teria havido benefício para a prefeitura no processo judicial, como pode ser visto na fala de Cleide:

Tudo bem, a gente sabe que o poder da gente é diferente do poder da prefeitura. Mas se é lei, se a gente correu atrás da defensoria, é porque a gente esperava uma proteção dela. Mas nós não tivemos isso. Porque nunca fomos ouvidos. Eles nunca souberam qual era nossa causa. Apenas deram à prefeitura, seja lá como for. E só que no meio de tudo isso houve muito erro da prefeitura porque ela deu apartamento a muita gente por debaixo do pano. Foi muitas pessoas que nem eram pescador e nem era daqui. E se tava na justiça, porque foi que sobrou pra fulano? Sabe por que acontece isso aqui? Porque não tem união. As pessoas não têm união. Não sentam pra ouvir um ao outro, pra ficar junto. Porque num tá tudo no mesmo barco, hoje? Hoje não tem mais pra onde correr não. Era pra ter se unido desde o início. Agora tem que abraçar a causa, abraçar mesmo.²⁴⁸

Percebemos nas falas que as falhas do cadastramento foram as principais fontes de revolta. Não apenas se ressentem das pelo fato de terem ficado de fora do cadastro, como da omissão da prefeitura em resolver as situações pendentes, como pode ser visto na fala do pescador Anivaldo:

Minha esposa tem cadastro desde 2001, da própria prefeitura, mas eles não querem reconhecer. Minha esposa teve problema de saúde, problemas de cabeça, isso eles não levaram em conta. Só mandaram fazer relato, ela ia lá, contava o que a situação e até hoje nada aconteceu. Não só ela como muitos estão lá nessa situação.²⁴⁹

6) Agir coletivo.

A dimensão da ação coletiva, do agir coletivamente, encontrou suas formas nas atitudes dos moradores da resistência, tendo a Associação de moradores à frente da luta. Como visto anteriormente, a Associação já desenvolvia certa resistência, embora em certo ponto tenha sido minada pelo abandono de algumas lideranças, ao passo que o grupo de Enaura também se movimentava por meio dos projetos de alfabetização e realização dos projetos culturais. Aos poucos, a necessidade da luta sobressaiu-se diante das necessidades das ações culturais, tornando-se a referência da comunidade na sistematização das informações. Para a presidente da Associação, a mais importante destas informações foi a descoberta de que a comunidade poderia ser considerada como patrimônio imaterial da cidade, por se tratar de uma comunidade tradicional.

²⁴⁸ Entrevista concedida em 12 de setembro de 2014.

²⁴⁹ Anivaldo se orgulha de ter dirigido barco para pessoas que considera importantes figuras da cidade. Afirma que é conhecido na capitania dos portos e acredita que um dia possa provar para a prefeitura que foi injustiçado, pondo o secretário de Habitação diante das pessoas conhecidas da capitania.

Associação é quem nos representa e quem nos organiza. A gente luta na justiça porque tem uma associação, a gente tem um ponto de cultura que se não fosse a associação nem entrava no edital. É ela que nos dá força. Sem a associação e sem as informações que a gente adquiriu com nossos parceiros, seria difícil. Porque o pessoal teria aceitado tudo, não saberia nem os caminhos da luta. Mas a gente vai em busca da informação e repassa essas informações pros moradores. Isso deixa eles bem confiantes. Todos aqui têm consciência de seus direitos. Direito à moradia, direito por ser nativo, direito por ser uma comunidade tradicional de pesca. Muitos movimentos apoiam nossa luta. MST, MLST, UFAL, sindicatos, DCE, pastoral da terra, grupo de mulheres pescadoras, todo mundo que acha justo.²⁵⁰

Esta seria a diferença essencial entre os dois grandes subgrupos que protagonizaram a história da vila de Jaraguá. Um grupo que representa a afirmação de ser, das lutas pessoais pelo que crê, e que se identifica ao se fazerem pessoas e se fazerem história, propondo mudanças; o outro, pelo contrário, ao se ver diante da história, abre mão de suas forças coletivas da ativação do poder popular frente ao poder político-econômico constituído, entregando-se à tentação de um apartamento, da premiação pessoal pela desistência da luta. Como descrito por Sandoval, no jogo das ações coletivas, o sujeito mede as vantagens pessoais que pode obter e resolve o que fazer a partir desta vantagem. Esse comportamento ainda se acentua quando, no outro polo, a permanência na luta ainda implica risco direto, tanto de perdas materiais, como ser expulso sem direito a ir para os apartamentos (caso de cerca de 150 famílias), sem direito a nenhuma moradia, quanto perdas morais, como as humilhações sofridas no ato da remoção forçada. Assim, colaborar com o inimigo, além de um caminho de vantagem, constitui-se também em um caminho de segurança. Por estas razões, as vantagens e a segurança do comportamento individual atuaram com bastante força para que as pessoas abandonassem a perspectiva coletiva.

Na balança dos interesses, a identidade coletiva criada ao longo da resistência não foi suficiente para barrar o processo de sedução vivenciado pelos moradores, sobretudo, considerando o processo de coação e cooptação exageradamente praticado pela prefeitura, aumentando progressivamente a corrosão da coesão do grupo. Todavia, chamou atenção, da parte do grupo da resistência, o apego e a entrega às ações coletivas, sensibilizando inclusive alguns oponentes, como mostra a fala de um pescador, que outrora estava contra a permanência, mas depois se voltou a lutar junto com os resistentes, na qual revela que “O pessoal tá desistindo pelo benefício da comunidade, por amor ao lugar, em querer conviver

²⁵⁰ Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2014.

nessa área. Porque o pessoal da comunidade invasora, a coletividade invasora não é só os pescadores, tá todo mundo, até os próprios pescadores tá taxado como invasor.”²⁵¹

É preciso destacar que o que eles chamaram de “dignidade de dizer não” o tempo inteiro esteve muito condicionado a um princípio de lealdade entre os membros da resistência, como raramente se presencia na cidade, em termos de resistência e movimentos sociais. De tal modo, os relatos de sedução por parte da prefeitura para a desistência pareciam inúteis quando se tratava deste grupo específico.

Ninguém assina. Fica tudo junto. Se algumas pessoas assinarem, vai enfraquecer o grupo. Minha irmã não tá aqui, mas mandou a opinião dela por mim. Eu sou encostada a ela. E ela mandou dizer que só assina se a Enaura assinar. Já está na luta, vai até o fim, dê no que der. Se a Enaura não assinar, ela não assina. E eu digo o mesmo. Todo mundo se reunir e ficar a te o final. Se começamos, então vamos até o fim. Vamos juntos com a presidente. Se ela assinar todo mundo assina.²⁵²

Foi bastante perceptível notar que nada abalava a coesão de grupo e a vontade de agir coletivamente. E as benesses materiais pareciam nada significar diante do valor simbólico do lugar, que acabou servindo de mote para unir pessoas de diferentes religiões, tendências políticas, além das diferenças individuais. A disposição para a luta e o sentimento de união parecia transcender todas as adversidades, como vemos na fala de dona Odisséia:

Existem várias promessas de fazer a melhoria aqui, e não em outro canto. Se alguém quiser assinar a gente respeita, porque tem que respeitar a decisão individual de cada um. Mas se estamos juntos, ninguém assina. Se perder o apartamento eles não podem tirar a gente daqui sem dar uma casa pra gente. Não podem jogar o povo na rua como cachorro. Se fizer isso a gente acampa lá na frente da Secretaria de Habitação. Os sem-terra num faz, porque a gente não pode fazer?²⁵³

Enquanto um esmorecia, o outro levantava o moral. Ouvimos muitos relatos de pessoas que pensavam em desistir, e se reanimavam após receber força de um colega.

Eu já chorei que só. Minha mãe diz chore não que chorar não adianta não. O que adianta é lutar. Vamos pra reunião, fazer protesto. Onde for. Onde tiver justiça a gente vai. Vamos lutar até o fim. A gente vai tudinho, todo mundo junto. Se não tiver todo mundo unido não vai dar em nada.²⁵⁴

E na verdade o espírito de luta e apego à coletividade passou a ser modo de ser, se configurou como condição necessária da própria vida e a mover o cotidiano de muitos, como vemos neste depoimento da presidente da Associação de Moradores:

²⁵¹ Essa fala foi reproduzida, de forma mais completa, na página 144 deste trabalho.

²⁵² Fala de Mariza durante a reunião em que debatiam se assinariam ou não a adesão para os apartamentos, que chamamos aqui de “dia do fico”.

²⁵³ Fala proferida durante reunião sobre a adesão.

²⁵⁴ Informação verbal colhida durante visita *in loco*.

Eu achava que não, porque é o prefeito que quer, que é rico, poderoso. Mas também eu dialogava com os professores, com os estudantes, e eles diziam “não é bem assim” que funciona. E eu comecei a entender sobre mim mesma e sobre nós mesmos aqui na comunidade. A gente mora aqui dentro como os índios em suas aldeias, os quilombolas, é diferente. As crianças participam de tudo na comunidade mas não saem muito. O que faz os meninos saírem é só o futebol. Eu passei a andar muito pra regularizar a associação, todo dia eu tava na rua, dei muita ida na prefeitura, no cartório, na receita federal, lutar pela associação, e vi como o mundo lá fora é diferente. E descobri que esse era meu caminho. É uma luta, não tem salário, mas se realmente você quer lutar, quando você vive num conflito, você vai pra rádio, vai falar na universidade, se você tiver amor aquilo, eu que nasci na comunidade mas nunca tinha saído, vi um mundo diferente daquilo que eu conhecia. Passaram-se quatro anos. As pessoas mudam, as pessoas aprendem eu aprendi muita coisa. Peguei amor pela luta, é assim mesmo tem que ser assim.²⁵⁵

Ou seja, a necessidade de resistência modificou a vida de muitas pessoas, que outrora viviam voltadas para as tarefas cotidianas e se viram embrenhadas em novos desafios, e se apaixonaram por esse novo desafio de tal modo que transcenderam limites e mobilizaram toda a comunidade, a cidade, mexeram com os tribunais, com a imprensa, com a história da cidade. A luta dos moradores de Jaraguá para permanecerem no seu território acabou se configurando na história local como um dos maiores exemplos de conscientização política, de como o processo de formação da consciência política se dissemina entres pessoas simples, pobres, de pouca escolaridade, mediante um conjunto de fatores que potencializam nas pessoas a tendência para agir coletivamente.

4.2. Considerações psicopolíticas acerca da resistência: inversão de identidades e adversários define a remoção

Vimos que um dos principais elementos potencializadores de ações coletivas voltados para a resistência consistiu na consciência sobre as fronteiras da comunidade, elaboradas ao longo do tempo em função do processo cultural construído, sobretudo, na especificidade da labuta. Essa construção se fez na medida em que promoveu uma migração e aglomeração populacional de famílias ligadas à pesca, estabelecendo relações sociais específicas que engendraram ligações entre os membros da comunidade, desde a dependência coletiva mútua até os processos pedagógicos inerentes à transmissão de conhecimentos relativos à categoria. Observamos também que esta característica gerou na consciência das pessoas um sentido de “dentro” ou “fora” no que se refere aos limites físicos e relacionais que

²⁵⁵ Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2014.

definem a comunidade. Para muitos moradores, essa fronteira se alarga a partir do amadurecimento da Associação de Moradores, na medida em que as atividades culturais e administrativas engendram novos horizontes, favorecendo um movimento exógeno, no sentido de os jovens saírem da comunidade para participarem de atividades esportivas e culturais, ambas de alto nível, amparadas por projetos de grande envergadura patrocinados pelo Governo Federal. A fronteira também se expande mediante conquista de editais, o que favoreceu, sobretudo, o desenvolvimento organizativo de uma parcela da comunidade ligada à Associação dos Moradores, desde os jovens e crianças participantes dos projetos, até seus pais, que geralmente os acompanhavam, inaugurando uma nova rotina de exposições, competições, relações com instituições e com a imprensa local.

Vimos também que as redes sociais estabelecidas dentro da comunidade eram heterogêneas e algumas delas já se configuravam como conflituosas, ora por motivos de diferenças e discriminações por força do papel exercido pela categoria e o peso desta categoria na cadeia da pesca, ora pela influência externa de grupos políticos de interesses eleitoreiros. Somados e associados à formação de grupos religiosos, estes fatores proporcionaram diferentes redes de solidariedade no interior da comunidade, tendo essas redes desempenhado diferentes influências, em diferentes momentos deste processo político. Todavia, podemos afirmar que as redes de solidariedade que de fato potencializaram ações coletivas voltadas para a construção de uma consciência política se concentraram nas ações de enfrentamento da Associação de Moradores, em seus dois níveis de atuação: realização de projetos culturais e organização da resistência política.

Neste sentido, no momento crucial da história da comunidade, quando a Associação já se encontrava praticamente sem resistência, o grupo liderado por Enaura assume a ponta do Movimento e define novos horizontes para a vida organizativa da comunidade, com um nível de energia tão forte e consistente que transcende os limites do conflito e passa a ser assunto para toda a cidade, não apenas comovendo setores populares, como movimentossociais e culturais militantes das causas populares, mas também setores a classe média, como profissionais liberais, estudantes, que de algum modo conseguem romper a blindagem da imprensa local por meio de uma militância construída a partir das redes sociais. A força da resistência dos moradores pela permanência na Vila de pescadores visivelmente ganhou novo fôlego com esta nova adesão, liderada pelo Movimento Abrace a Vila. Todavia, observamos que este movimento se constitui exatamente a partir da prolação da sentença judicial, ou seja, de certo modo uma mobilização tardia, ainda que salutar, e de

tão grande expressão que incomodou a prefeitura e impulsionou a resistência no âmbito jurídico, dividindo opiniões dos juristas locais, sensibilizando os defensores públicos regionais da DPU/PE, que se empenharam com extrema dedicação no caso, além de diversas articulações políticas tentadas ao longo da resistência.

Por fim, percebemos que, ao contrário das ações engendradas pelo grupo desistente, cujas atitudes os levaram a abrir mão do seu território e de sua identidade coletiva, as ações de enfrentamento do grupo da resistência liderado pela Associação de Moradores engendram rituais de luta que exaltaram a dimensão coletiva da participação política, bastante evidente nos casos de reconhecido sacrifício pessoal em benefício da coletividade.

Vimos o desenrolar de elementos que coadunam com o processo de formação da consciência política e que, em meio a estas ações coletivas, constrói-se um sentimento de apego à luta. De tal modo, observando as premissas hellerianas, percebemos um expressivo grupo de pescadores e marisqueiras transcendendo o conservadorismo do cotidiano para negar crenças e valores tradicionais preexistentes em benefício de uma nova mentalidade. É assim que a predominância da baixa autoestima, responsável pelo sentimento de autodesvalorização; a exaltação da legitimação do poder da autoridade que naturaliza a violência da política de remoção; a tendência a encarar a expulsão como fatalidade; e a descrença na eficácia da mobilização do poder popular, valores presentes fixamente na consciência dos moradores, dão lugar a uma mudança de concepção, a uma percepção de que o sentido da coletividade pode dar frutos e conduzir à vitória, independente do tamanho do poder do adversário. Eis uma nova crença alimentada, sobretudo, pelos militantes da Associação dos Moradores e que passa a rivalizar e dividir espaço com o processo de desistência que estava em curso, à época da retomada da Associação pelo grupo liderado por Enaura. Esse grupo, como dito anteriormente, inaugurou um novo repertório de crenças e atitudes na comunidade, tendo como princípio a defesa dos direitos, a conquista da cidadania e a transformação política.

Vimos que o sentido da identidade coletiva adquiriu sentidos distintos para os dois grupos hegemônicos da comunidade, dependendo da “vontade de agir coletivamente” e dos interesses ora pautados pelas vantagens individuais (caso dos desistentes), ora pautados pelos princípios da coletividade (caso dos resistentes). Assim, ainda que existisse uma identidade coletiva antes da aparição do grupo da resistência, esta era naturalizada pela convivência e práticas laborais, e dissociada de uma consciência política. Assim, a identidade coletiva se torna crítica e adquire poder de barganha no processo político exatamente quando o grupo

politicizado da Vila estabelece o sentimento de pertença ao lugar e à população ocupante como condição indissociável da comunidade e de sua tradicionalidade.

O debate político passou a ser pautado pelos vínculos sociais, culturais e afetivos que, segundo os moradores, jamais poderiam deixar de nortear as metas do movimento de resistência, deixando clara sua percepção da diferença entre a urbanização da vila para seus ocupantes, e a reapropriação do espaço para gozo de outras populações oriundas de outras classes sociais advindas da transformação do lugar para as finalidades mercadológicas e turísticas, caso do centro pesqueiro da prefeitura. Este sentimento de pertença também norteou as preocupações com o processo de aprendizagem geracional, na medida em que os jovens e as crianças passarão a viver em outra urbanidade, distanciados das práticas relativas à atividade pesqueira.

Acrescente-se ainda o sentido de “pouso”, “sossego”, enfim, lugar de estabilidade financeira que caracterizaria o fim de uma peregrinação na sobrevivência econômica, uma vez que, contrariamente à paisagem degradante construída a partir da favelização, aquele pedaço de terra sempre foi sinônimo de fartura para muitas destas famílias. Ao encerrarem um círculo de migrações e ali se estabelecerem para garantir o ganha-pão, tiveram trabalho certo, uma vez que a partir deste estabelecimento puderam criar seus filhos e netos, assegurando o sustento para duas ou mais gerações.

O sentimento de pertença se estampa no orgulho de terem desbravado o lugar, de se sentirem donos da história recente, e poder contar sobre todo o processo inicial do povoamento, de modo que a história de vida de cada um se entrelaça com a história e a geografia daquele espaço, transformando a luta política numa luta direta pela memória. Ao perceberem que esta relação entre identidade e memória foi quebrada exatamente pelos líderes do grupo desistente que não possuíam, como vimos, esse sentimento de pertença, entendemos que esta condição desempenhou influência direta na relação entre identidade coletiva e consciência política, na medida em que ambos atribuíram valores diferentes ao sentido de tradicionalidade da comunidade.

Vimos que o processo político da Vila dos Pescadores de Jaraguá, num determinado momento, sofreu forte golpe no sentido de clareza das forças oponentes e identificação do adversário, esta que é uma das principais condições do processo de formação da consciência política, uma vez que só pode existir resistência quando se tem clareza contra quem se estaria resistindo. Se por um lado a luta se inicia com uma configuração bastante clara quanto aos adversários da comunidade, a partir do anúncio do “fim da favela” pelo

prefeito Cícero Almeida, no transcorrer da luta a conquista de moradores desistentes modifica este quadro, principalmente a partir da substituição do projeto da marina pelo do centro pesqueiro. Neste sentido, as contradições históricas entre capital/trabalho, morador/gestor acabaram sendo obnubiladas, sobretudo pelas impressões equivocadas do “bom gestor”, mediante a fetichização dessa relação com o poder que finda por gerar a ilusão de uma relação justa, impedindo a percepção da mercantilização que envolve a intervenção urbana em tela. É neste ínterim que o inimigo se transforma em suposto amigo, e, por conseguinte, os ex-parceiros de luta, companheiros de comunidade, se transformam em vilões da nova meta, qual seja, assegurar a vantagem pessoal adquirida na colaboração com o projeto da remoção.

Esta inversão no sentido da identificação do oponente se torna crônica quando os moradores transferidos, que até determinado momento estavam passivamente esperando o desfecho da ação civil pública movida pela prefeitura, passam a ser usados como argumento contra o grupo da resistência e apresentados como principais interessados na remoção dos moradores que insistiam em permanecer. Com o argumento de que a resistência prejudicaria a suposta “maioria” já transferida – já demonstramos anteriormente que essa noção de maioria é relativa e equivocada –, o discurso jurídico da prefeitura ganha força no sentido de gerar a ilusão de uma “maioria” prejudicada pela insurgência de uma “minorias” inconsequente. É nesse momento que percebemos uma das situações mais drásticas deste processo, qual seja, o enfrentamento de pescador contra pescador, morador contra morador, consagrando a máxima “dividir para dominar”. Ainda que essa suposta divergência de interesses entre os próprios membros da comunidade tenha tido respaldo apenas dos líderes desistentes e alguns seguidores – lembramos que um grupo de cento e vinte e um moradores transferidos para os apartamentos tornaram público um abaixo assinado apoiando a permanência de seus companheiros resistentes –, ela foi suficiente para povoar o imaginário do poder judiciário e de parte da população informada pela blindagem da grande mídia local. De tal modo, a partir deste momento – cuja espetacularização se consagra na audiência do Ministério Público Federal – o processo político passa a conviver com a ilusão de que os oponentes em conflito eram os moradores entre si, e não os moradores *versus* prefeitura.

Todavia, para além das condições alienantes inerentes aos conflitos políticos oriundos da atual luta de classes, percebemos que nenhuma manobra foi capaz de abalar a percepção, e, por conseguinte, a leitura de mundo e capacidade interpretativa do grupo da resistência. Para esses, permaneceu inabalável a percepção de que comunidade e prefeitura atuavam politicamente em campos opostos. O fato de serem barrados nas reuniões que

definiram a reviravolta do processo de adesão exemplifica o quanto se tornaram *persona non grata* nas negociações – se é que se pode chamar de negociação uma reunião onde apenas a proposta da remoção pode ser posta em pauta, excluindo qualquer possibilidade de debater sobre a permanência.

Vimos também que, ao contrário do grupo de moradores desistentes, que se basearam em leituras transcendentais, conservadoras e atitudes individuais, o grupo da resistência demonstrou excessivamente uma leitura crítica da situação, permeada de visão histórica e crença na eficácia política do movimento, e que esta crença teve origem na postura incondicional em relação às ações coletivas. O apego à coletividade e o forte sentimento de união que movia o grupo potencializaram a consciência de que as metas estabelecidas pelo movimento poderiam ser alcançadas com a união de todos e a manutenção da unidade do grupo.

Vimos também que o sentimento de justiça e injustiça desempenhou papel significativo no desenrolar de ações coletivas e formação da consciência política. A princípio, o grupo estava permeado por um sentimento generalizado de injustiça, compartilhado por todos, cujo sentido expressa a inexistência de direitos, a saturação pela condição subumana imposta pela omissão do poder público que levou a comunidade à situação degradante em que se encontrava. Paradoxalmente, a partir da divisão da comunidade entre resistentes e desistentes, emerge com maior afinco o sentimento de conquista de direitos, de luta pela cidadania, principalmente quando tomam ciência que as leis vigentes no ordenamento jurídico brasileiro estariam favoráveis às suas reivindicações de permanência, incluindo a possibilidade de regularização fundiária da ocupação, que é um dos maiores avanços da legislação brasileira no que se trata de garantia de direitos às populações vulneráveis de assentamentos precários. A certeza na efetivação dos direitos mobilizou fortemente os moradores da resistência, que o tempo todo acreditaram que as diferenças sociais entre eles e seu oponente seria superada nas decisões judiciais. A história mostrou, contudo, que essas diferenças ainda permanecem influenciando o judiciário, embora tenha mostrado, igualmente, a potencialidade de fomentar ações coletivas no sentido da conscientização política, o que fomenta esperança de transformação social.

Por fim, vimos que o sentido do agir coletivamente, ainda que afetado pela onda das desistências que afetou as velhas lideranças, acaba sendo retomado a partir do espírito de luta resgatado pelas novas lideranças que retomam a Associação de Moradores, provocando uma resistência que perduraria por uma década, apesar da visível desvantagem frente aos

encantos materiais oferecidos para a desistência. Desse modo, consideramos que prevaleceu na comunidade o princípio do custo benefício, na medida em que a adesão ao projeto da prefeitura implicou diretamente a conquista de ganhos materiais, ao passo que a resistência implicaria em possibilidades de perdas. Esta relação é tão direta que, quando parte da comunidade que aderiu acabou sem apartamento, excluída do cadastro da prefeitura, voltou para o campo da resistência. Enfim, no que se refere à manutenção do sentido do agir coletivo, pesou igualmente a possibilidade de riscos físicos, presente no discurso dos moradores que manifestavam o medo de a prefeitura passar o trator por cima das casas – medo concreto e real, desde as ameaças do ex-prefeito Cícero Almeida, iniciador da remoção, até a concretização da remoção pelo prefeito Rui Palmeira, que de fato passou o trator por cima das casas. Os moradores que abandonaram a luta se precavam do que de fato veio a acontecer, assistiram a humilhação de seus companheiros sendo expulsos, os choros desesperados, que poderia ter sido deles, caso não tivessem aderido à transferência. Custos e riscos que foram decisivos na quebra da coesão do grupo e, conseqüentemente da resistência, apesar da bravura dos que resistiram até ao final.

Percebemos que a identificação das dimensões da consciência política, escritas por Sandoval e visivelmente reconhecidas no cotidiano e no processo de luta pela resistência dos moradores da Vila de Pescadores de Jaraguá, perpassa o tempo todo pela reconstituição do passado, como vimos anteriormente na construção da identidade coletiva, ou seja, uma clara recuperação da memória histórica e social que, ao penetrar no jogo sob forma de barganha, se transforma em memória política. É essa dimensão da consciência que não permite que as ações coletivas se esgotem propriamente nos fatos consumados, o que condenaria a resistência até ao limite do despejo, mas a ir além, persistir nas lembranças contadas sobre a luta, sobre quase uma década de história pessoal e coletiva que não serão apagadas meramente com o desfecho jurídico da questão. Eis aí uma dimensão da luta que o judiciário jamais penetrará, qual seja a preservação da memória desta luta, que persistirá com seus próprios e novos desdobramentos.

Ansara (2008), ao estudar os efeitos da memória da ditadura militar no Brasil, retrata a existência de uma memória política construída pelos Movimentos Sociais, destacando a importância desta memória não apenas na consolidação da democracia, e sua conseqüente vigilância, como na consciência das lideranças desses Movimentos. Tais movimentos, ao herdarem a história contada por seus antecessores de luta, tomaram ciência de seu passado, o que potencializou suas ações, fazendo com que a luta contra o esquecimento

permanecesse fluindo seus efeitos e interferindo no aprendizado para o futuro. Conclui que as práticas de resistências dos movimentos que atuaram no período da ditadura interferiram positivamente no processo de constituição da consciência política dos atuais militantes.

É exatamente este mecanismo de interferência que reconhecemos na resistência de Jaraguá, ao identificar o apelo dos moradores à memória desta resistência. Isso, no que se refere aos membros da Associação liderados por Enaura, uma vez que os moradores despejados e dispersos pela cidade intensificarão essa memória, na medida em que permanecerão no cotidiano da Vila sob a forma dos contra usos do espaço, realidade que já está posta na forma de conflito com a Guarda Municipal, e que certamente se acentuará quando for inaugurado o parque turístico da prefeitura. Afinal, a lógica do contra uso é uma herança social perversa que permeia todas as intervenções urbanas pautadas pela política de *gentrification* no Brasil e no mundo.

Assim, podemos concluir que a resistência dos moradores da Vila de Jaraguá se perpetuará na história por duas vias, alimentada pela sobrevivência de dois importantes subgrupos que compunham a comunidade, a saber, a continuidade das ações coletivas propostas pela Associação de Moradores, instigadas por sua conhecida afinidade com a luta política, pelo alto nível de consciência política e apego às ações coletivas, de modo que os projetos que por ventura aconteçam sob a égide desse grupo serão sempre vistos pela sociedade com continuidade de um trabalho que não esmoreceu perante as ofensivas do poder, mesmo após o despejo, principalmente no que se refere às ações culturais do Ponto de Cultura enseada das Canoas; e a presença física dos excluídos, sob a forma de contra uso do espaço, que, por não serem aniquilados da cena urbana da vila, reescrevem as lembranças subterrâneas dessa história, caracterizadas pela perversidade do poder, por fatos inverídicos, pela violação de direitos, pelo clientelismo, dentre outras mazelas que, ao povoar a consciência coletiva, reinstauram fatos e visões de uma cultura, de uma comunidade ameaçada e agredida, perpetuando o campo do antagonismo no conflito histórico entre a memória dos vencidos versus memória oficial, transformando, conseqüentemente, lembrança em resistência.

A resistência política se constitui na medida em que a luta pelo espaço, cujo triunfo do poder foi traçado no âmbito da ideologia jurídica, agora transcende a dimensão geográfica territorial para se transformar em uma disputa de versões, de leituras do fato histórico, ou seja, as casas foram abaixo, mas o antagonismo permanece. Desse modo, a história sai do campo do enfrentamento corpo a corpo, para continuar no campo da memória

política, na disputa entre as lembranças dos resistentes contra a política do esquecimento, implícita na biografia de seus protagonistas e na história da cidade, história essa que não poderá ser contada sem que se retrate este episódio de valentia na resistência pelo espaço urbano. Afinal, Ansara (2008), ao propor a “política da memória” por meio do reconhecimento da memória política como estratégia de resistência, indica-a como “[...] confronto de versões antagônicas que se apresentam como ‘esferas públicas de memória real’ que contestam a memória oficial [...]”. Se no âmbito judiciário, ainda que o interesse público versasse pela urbanização da vila com seus moradores e suas moradias, foi considerado interesse público apenas os interesses obsessivos da prefeitura – que por sinal favoreceram os interesses obscuros do poder econômico, real beneficiário da remoção – no âmbito da memória política sai de cena o poder arbitrário de um julgador e o conflito se estende sob a égide da história, da antropologia, da geografia, da psicologia, da sociologia, do urbanismo, e de tantas outras esferas do conhecimento que foram silenciadas em benefício da marginalização e desqualificação social da comunidade. Por fim, os moradores da vila de Jaraguá ensinaram à cidade de Maceió a resistir e agora vão ensinar a recordar. Eis a importância pedagógica que estes trabalhadores e trabalhadoras semianalfabetos revelaram para a cena urbana recente.

Capítulo 5. À guisa de conclusão: resistir ao estigma de “favela violenta”, contra um “Estado violento”, e aprender que “lutar” é sinônimo de “ter juízo”²⁵⁶.

A resistência proporcionou transcender os limites da fronteira do conflito, transformando a luta da comunidade numa luta da cidade. Esta transcendência foi muito influenciada pelo contato de alguns moradores com o pensamento e os trabalhos de Paulo Freire, onde iniciaram um trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos, cujas práticas e consequências pudemos notar que foi bastante parecida, expressa sobretudo na paixão que estes moradores despertaram pela luta por direitos, pela cidadania, e no nível de engajamento coletivo e consciência crítica das pessoas que resistiram.

Por meio da Psicologia Política, o modelo analítico de consciência proposto por Sandoval proporcionou compreender a questão de modo mais empírico, detalhando os processos internos inerentes à formação dessa consciência, indo além dos pressupostos ideológicos. Esse detalhamento da experiência nos fez perceber que na realidade vivida e seu contexto histórico as perdas inerentes à participação política comprometeram a expansão da consciência política construída na comunidade. Ao analisar a participação política dos trabalhadores brasileiros nos anos 90, Sandoval demonstra que a crise econômica e a reestruturação do Estado forçaram recuos dos trabalhadores na luta sindical, pelo fato de que as perdas provenientes da política econômica eram menos danosas do que perder o emprego, do ponto de vista da experiência pessoal de cada um. Ou seja, um componente da realidade social vivenciada que põe a pessoa em risco, faz com que a vontade de agir coletivamente perca força para o comportamento defensivo.

Em determinado momento, abrir mão dos direitos acaba sendo uma estratégia de sobrevivência, de modo que para algumas pessoas é melhor ceder do que resistir, especialmente no sentido da experiência pessoal e do que isso significa para sua paz, sua comodidade, e sua segurança. Portanto, para muitas pessoas, cansadas de viver em condições tão desumanas e insalubres, marcadas por conflitos políticos antigos e mal resolvidos com a prefeitura de Maceió, em meio a promessas não cumpridas que resultaram no abandono do lugar e sua conseqüente degradação – causada sobretudo pela falta de requisitos urbanos básicos que eram deveres do Estado, mas que nunca foram cumpridos – resistir às investidas da prefeitura em retirar todos para construir uma marina, era sinônimo de risco, perda,

²⁵⁶ Trocadilho baseado na conhecida expressão de Enaura, presidente da Associação de moradores, que acabou se tornando célebre entre os partidários da resistência: “Manda quem pode, quem tem juízo resiste e luta”.

sofrimento. Isso, mesmo considerando o ato como preconceito, e “que estariam tirando sua terra para dar aos ricos”.

É certo que outra grande parte de pessoas, mesmo diante do sofrimento e do risco, não cederam, embora tivessem a possibilidade de “ceder” em seus propósitos. Trata-se de uma característica muito típica de quem tem plena consciência de sua identidade e de seu poder. Para uns, a persistência naquilo que acreditam ser correto e digno, aquilo que de fato significa sua vontade, representa o pesadelo de se embrenhar numa luta política pesada e desigual – e, como visto, insuportável, a ponto de a grande maioria dos moradores saturar e não suportar mais a resistência, não aguentar a rotina de enfrentamento dia a dia contra várias instituições do Estado, que lhe impuseram uma condição opressiva. Os rituais cotidianos de labuta, de lazer, de sobrevivência, deram lugar aos rituais de confronto direto com pessoas e suas instituições. O modo violento como foram tratados os pescadores e marisqueiras de Jaraguá revelou uma face das relações políticas entre as comunidades e o Estado que não é divulgada na imprensa local. Esta omissão da imprensa é o principal veículo de reprodução da violência simbólica, mas o fato de não ter culminado em mortes, feridos, ou festival de pancadaria, como é de costume no Brasil, não isenta o fato de as ações da prefeitura terem sido também uma violência física, porque toda opressão imposta por mais de uma década foi vivida por cada um com o corpo, com seus sentimentos, sua indignação e sensação de humilhação.

Para os que persistiram na resistência, nenhum sofrimento, nenhum dano, nenhum perigo foi suficiente para fazê-los abrir mão de si mesmos e de seus direitos, não mediram diferenças sociais, econômicas e políticas de seus oponentes, enfrentaram de “igual para igual”, como afirmou uma liderança. E entender a história dessa resistência é entender o quanto Estado e comunidade se encontram hoje em polos opostos, e como a defesa incondicional do gozo da cidadania implica entrar em guerra contra o Estado, em praticamente todas as suas esferas, suas instituições e sua violência. Por mais que a realidade social os tenha empurrado para um contexto desfavorável, violento, insistiram em não abrir mão do que “são” e do que “querem”, enfrentaram as consequências, por mais drásticas que fossem.

Será no ritmo desse drama da cidadania sentida mais como fantasia do que como condição política vivida na realidade social, que se desenha a grande contradição, e por que não dizer, a origem da inversão de atores sociais e inversão de papéis: eis que pondo em comparação a atuação da comunidade – tanto os moradores que cederam, quanto os que resistiram, quanto os moradores excluídos – com a atuação de seu oponente – o Estado e suas

instituições –, vamos perceber onde se encontra o uso da violência. Desse modo, não cabe o sentido construído na estratégia política de desqualificação, ao atribuir à comunidade o rótulo de “favela violenta”, o que se mostra totalmente discrepante com a realidade da vila de Jaraguá. Porque violento, nesta história, foi o Estado. Violência suficiente para intimidar e forçar a desistência, eis porque abrir mão daquilo que se crê como cidadania num contexto histórico perigoso acaba sendo um ato de sobrevivência em meio ao desespero da remoção. Resistir acaba sendo sinônimo de insegurança, de uma ameaça que vem do discurso de que a vila é a “favela dos perigosos”. Tal discurso acaba pondo a cidade contra a comunidade, deixando-a temerosa, e ao mesmo tempo acaba justificando o comportamento duro e repressivo do Estado para a população desinformada, que confunde a identidade da comunidade e aceita o uso da força estatal contra ameaças à suposta ordem social. Na verdade, os treze anos de convivência com esta comunidade só nos fazem concluir que quem correu perigo, de fato, foram os moradores. E ainda correm, na medida em que o conflito permanece – sobretudo, porque a resistência continua como memória política –, principalmente os excluídos, que foram dispersos pelos tecidos da cidade, e agora estão expostos a riscos sociais e vulnerabilidade outrora inexistente. Risco social e vulnerabilidade, pois, é a grande marca deixada pela “revitalização de Jaraguá”.

Resistir não era apenas sinônimo de crise com o gestor municipal, para os que faziam parte da resistência. Como visto acima, a consciência de que não queria ver sua terra tirada de suas mãos colocada na “mão dos ricos”, como se referiam, revela o quanto se incomodavam com a possibilidade de saber que seu lugar estaria em disputa por questões econômicas – afinal é de conhecimento público que a presença da “favela” incomodava alguns setores empresariais, principalmente os turístico e imobiliário, assim como também é demonstrado por Andrade (2005). Os dados apresentados e os diálogos propostos nos levam a analisar o polêmico conflito da Vila de Jaraguá sob a égide de uma realidade infelizmente marcada pela gestão empresarial da cidade. É essa mentalidade capitalística, que atribui a dimensão mercadológica em todas as possibilidades de relação entre o poder público e a sociedade civil que trava o processo de construção de uma cidade democrática. Percebemos na lógica da urbanização da Vila que as possibilidades de diálogo são abortadas do início ao fim, na medida em que as significações geradas no discurso do poder público não alcançam outra dimensão que não seja a transformação do lugar num espaço de consumo. É por isso que, com ou sem moradores, a condição básica da intervenção é prioritariamente a turistificação – como bem propagado pelo poder público.

Toda e qualquer benevolência, beleza, utilidade e funcionalidade presente na intervenção sucumbe na ânsia de transformação do espaço em nova centralidade. Eis aqui um dos principais empecilhos de uma cidade dialogada, porque quando a cidade é pensada apenas pela lógica do capital, quando o interesse público se confunde com o interesse privado, evidentemente os grupos populacionais excluídos do processo produtivo perdem seu poder de representação. Neste sentido, a urbanidade se reduz aos privilegiados, que definem a seu modo o uso dos espaços, ignorando os desenhos de cidade arquitetados na intersubjetividade desses grupos excluídos. Como resultado, temos uma ditadura urbana travestida de gestão participativa, porque a exclusão aqui adquire requintes de inclusão, a partir das inversões, anteriormente apontadas, que maquam o caráter autoritário da relação entre o poder público e a comunidade, confundindo a opinião pública com sua falsa generosidade.

E onde repousa essa falsa generosidade? Literalmente, na transformação de um espaço de memória (lugar da vida) em um espaço amnésico (reliquia), maquinado nas impossibilidades de acessibilidades dos atuais usuários, que serão condenados ao contra uso. É nesse sentido que o interesse público é subvertido, na medida em que esses grupos populacionais excluídos não imprimem suas acepções na política urbana, suas representações, suas interpretações e seus respectivos sentidos, ainda quando passíveis de contemplação de possíveis intervenções urbanas, uma vez que sua intersecção se dará de forma passiva, submissa, sendo o seu interesse representado não pela sua voz, mas pela força impositiva dos ditames da palavra técnica unilateralmente pronunciada nos ambíguos projetos do poder público. Ou seja, Uma dimensão política da assepsia urbana.

Concluimos que o conflito aqui analisado consiste no fato de que este modelo de gestão da cidade nem sempre encontra campo fértil para suas artimanhas excludentes, na medida em que encontra do outro lado da questão uma comunidade consciente de seus desejos e de seus direitos. A comunidade da vila de Jaraguá não é uma população qualquer, tem uma especificidade, exposta ao longo deste trabalho, que é seu nível de consciência, sua capacidade de articulação, seu gosto pela luta e sua paixão pela aprendizagem. Pessoas simples, de boa índole, centradas no trabalho, de baixa escolaridade, mas munidos de alto grau de conhecimento sobre o funcionamento das Instituições e dos processos sociais em andamento, nos quais aprendem e nos ensinam. O principal ensinamento sai da boca de um pescador: “a cidade não pode se envergonhar dos seus pobres, mas da forma desumana como tratam seus pobres”. Neste sentido, concluimos que a Vila de Pescadores de Jaraguá não é um problema em si, o problema é a forma com que a prefeitura lida com ela, insistindo em

desconhecer seu potencial social, cultural, político, e, sobretudo, econômico. Essa é a particularidade específica desta história, e ao mesmo tempo o seu mais intragável incômodo, qual seja a incompreensão, por parte das autoridades administrativas, jurídicas, ou de qualquer outra ordem, de como um grupo de excluídos de pouca formação escolar, privados de recursos, violados em sua dignidade e desnudos de cidadania, se instrumentalizaram e se capacitaram para resistir de forma tão veemente não apenas às seduções embutidas em um projeto pseudoinclusivo – típico dos contemporâneos projetos de inclusão perversa demonstrado pela Psicologia Social –, mas às violentas investidas ora permeadas de ameaças do uso da força, ora permeadas de artimanhas jurídicas.

Exporemos abaixo uma fala de Paulo Freire, entendendo que ela expressa e sintetiza com clareza o processo educativo aqui descrito:

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação.

Eis uma situação, uma pronúncia, que descreve, aproximadamente, o processo dos resistentes da Vila. Nos encontros dos grupos de formação, como nos encontros da Associação, como nos encontros dos projetos culturais, os moradores estavam sempre em “encontro”. A vivência de um contato muito próximo, compartilhado com o prazer de trabalharem juntos pela coletividade. É nesse contexto que acontece a troca de experiência, no caso o repasse das informações trabalhadas no curso de formação, o modelo de alfabetização dos adultos, as dicas organizacionais, na qual a líder compartilha sua aprendizagem com seus pares, capacita-os junto com seu próprio processo de crescimento. Cresce individualmente e socializa o conhecimento adquirido. Ao praticar a educação popular na comunidade, a líder comunitária Enaura ajudou na politização, contribuiu também com seus pares. E essa conscientização, que neste grupo fluiu com força, permanece cada vez mais coeso: quanto mais se ampliam as dificuldades, mas o grupo da resistência amplia seus laços, reencontra a coesão perdida.

E como se dá esse fortalecimento? Dá-se na experiência existencial dessa jornada, no vivido, em que as pessoas, ao encontrar o “outro”, ao agir coletivamente, se deparam com suas situações, com sua posição existencial, com a situação dos demais membros da comunidade, entram em contato com sua realidade, com seu presente. Quando Enaura se recusa a trabalhar com seus alunos enunciados como “o pato pisou na bola”, e os convida a passear pela comunidade, identificando suas paisagens, as casas, as ruas, as pessoas, este

exercício debatido entre eles acaba os colocando como problemas de si mesmos, e, como problema, começam a ver as respostas surgindo nos debates. Quando coletivamente desafiam uma sentença judicial e abrem mão da segurança de um apartamento, igualmente problematizam a realidade, tornando-se eles mesmos significantes de suas próprias respostas. Os encontros, portanto, tornam-se poéticos, criativos, na medida em que eles experimentam suas dúvidas, esperanças, temores. Ao experimentar, transformam. E esta vivência, essa experimentação de “temas geradores”, de entrar em contato com seu “universo temático”, porém de forma cognoscível mais elaborada, mais estruturada, porque além de vivida, também é pensada, debatida, acontecida na multiplicidade de possibilidades da comunidade, tanto na experiência do programa de EJA, quanto naquelas tocadas pela Associação de Moradores, nas parcerias inter-relacionais, nas demandas intempestivas da luta, ou seja, ambos os grupos recebem a mesma influência educadora, politizante, seja no momento pedagógico da alfabetização, seja no momento pedagógico da militância. Melhor dizendo, o elemento pedagógico da resistência é o contato, e isso em função do tipo de contato experimentado: o dialógico. Um lugar onde existe o diálogo, onde as relações funcionam. Contrariando as expectativas socialmente criadas, de tentar ver a comunidade como apática, como desunida, para certa quantidade de pessoas, a relação pedagógica aconteceu, o contato se estabeleceu e por meio dele veio a troca, a aprendizagem, o crescimento pessoal e coletivo.

Assim, concluímos que todo sacrifício, todo sofrimento, todos os riscos vivenciados pelos resistentes não foram em vão, eles são hoje a vitrine de uma consciência e atitude que ensinou a toda a cidade de Maceió, e quem quiser lutar e resistir contra uma situação opressora, hoje, deve, com certeza, aprender com os pescadores e marisqueiras da Vila de Jaraguá.

E a título de entendimento sobre até onde vai e qual a importância deste aprendizado, ressaltamos que o caso de Jaraguá é apenas mais um de um contexto urbano perverso, excludente e violento, porque como eles, outras populações vivenciam a precariedade, a vulnerabilidade e a ameaça de expulsão, assim como outras comunidades que aparentemente repousam sem perceber o perigo também são passíveis de passar por tal tragédia, na medida em que os interesses financeiros do mercado se aproximam de suas fronteiras. Neste caso, já sabemos de que lado cada um dos atores sociais envolvidos pretendem atuar.

Neste sentido, descrevemos aqui dois cenários urbanos distintos, porém relacionados com as questões levantadas. Neste ano de 2015, processo semelhante de

expropriação urbana está acontecendo na cidade de Arapiraca, agreste de Alagoas. Por ser a segunda maior cidade do Estado, tem experimentado grande crescimento, principalmente no tocante ao mercado imobiliário. Essa cidade tem vivenciado o que seus cidadãos aprenderam a chamar de “bairro planejado”. Todavia, por sobre as estrelinhas desse tal planejamento, repousa um quase silencioso processo de higienização urbana, marcado pela expulsão das famílias que durante anos habitam as margens do lago Perucaba. Atualmente, transcorre um conflito entre a Prefeitura daquele município e treze famílias de pescadores que habitam as margens do lago há décadas. O discurso oficial é montado em cima do progresso e do desenvolvimento urbano, quando na verdade tal progresso, em vez de favorecer a todos, acabará favorecendo um pequeno grupo de empresários que esperam ansiosos pela remoção dos pescadores e pela intervenção urbana, para valorizar seus terrenos e aquecer o mercado imobiliário, maior beneficiado com os contornos urbanos que se intensificam em torno do lago com a construção de condomínios de luxo com preços astronômicos. Processo semelhante ocorreu nesta mesma cidade, onde hoje se encontra o chamado Bosque, extensão da Praça Ceci Cunha, que antes de sua construção era habitada por uma comunidade pobre chamada Caboge, e que foi removida para um lugar bastante distante do tecido urbano.

A título de futuro próximo, desta vez na capital alagoana, atentemos para o bairro de Cruz das Almas, onde recentemente foi construído um Shopping Center, cujo entorno já está tomado por empreendimentos imobiliários caríssimos. A partir dali, a cidade se projeta rumo à invasão do litoral Norte da cidade, onde já existe um movimento de resistência chamado Abrace a Garça – cujo nome demonstra claramente a inspiração no Abrace a Vila. O movimento denuncia a possibilidade de uma urbanidade insustentável em pouco mais de uma década, com ameaça às populações tradicionais desse litoral. Este crescimento também está subindo em direção ao bairro do São Jorge, onde a Prefeitura construiu recentemente uma via, a Avenida Josefa de Melo, que liga o Shopping ao bairro do Feitosa, de modo que os dois lados da via já estão se transformando em canteiros de obras, cujas informações iniciais dão conta de uma grande invasão de hotéis e condomínios, onde hoje habita uma comunidade formada por famílias pobres. A julgar pelo caráter higienista que estas reordenações urbanas têm pautado, podemos aqui inferir confrontos futuros com essas comunidades, e prever o mesmo futuro para os pescadores e demais moradores do lago Perucaba, assim como para os pescadores e demais moradores da Garça torta?

A resposta é não. Podemos claro, imaginar que todas as comunidades pobres que porventura ocupam hoje tecidos urbanos e que venham a ser alvo do mercado imobiliário,

certamente sofrerão essas mesmas investidas – com grande possibilidade de o “poder público” se posicionar contra essas comunidades. Todavia, se eles farão parte das estatísticas que conformam os moradores da comunidade Caboge, já removida para a construção da Praça em Arapiraca, ou dos moradores dos assentamentos precários de Maceió que foram removidos para a zona de expansão da cidade, no entorno do Bairro Benedito Bentes, ou dos pescadores já removidos da vila de Jaraguá, isso vai depender de sua consciência e de sua atitude, de como vão reagir, de como vão se articular politicamente, e, sobretudo, dos recursos pedagógicos que dispõem para este enfrentamento, além da presença dos demais elementos empíricos que levantamos anteriormente.

Assim como concluímos que a resistência da Vila de Jaraguá está associada aos elementos pedagógicos que elencamos, pressupomos também que estas comunidades aqui apresentadas, assim como tantas outras que estão na rota do “progresso” econômico dos grupos financeiros beneficiados com as intervenções urbanas praticadas atualmente, no Brasil e no mundo, provavelmente não possuem tais características. Neste sentido, a julgar pela experiência de luta da Vila de Jaraguá, e da importância que um processo educativo pode ter na potencialização da resistência, concluímos pela necessidade de empoderamento dessas comunidades passíveis de igual processo de espoliação, apontando a Educação Popular como meio de construção de uma relação construtiva no sentido de capacitar tais comunidades preventivamente para os desdobramentos que a questão urbana possa ter em suas vidas, do mesmo modo que apontamos uma correlação entre alguns pressupostos da Psicologia Política na compreensão deste processo educativo.

A história da resistência da vila de Jaraguá serve de pilar para que as comunidades possam debater sobre sua condição e seu papel no espaço da cidade, saber com quem se relacionam, pactuam ou rivalizam, para se potencializar e prevenir possíveis tormentos e ameaças. Ou seja, as casas dos moradores de Jaraguá já não existem mais, mas a Vila dos Pescadores permanece e há de permanecer ainda por muito tempo na memória da cidade de Maceió. Principalmente nos campos de batalha que porventura se formem nesta luta árdua pelo espaço, por um lugar na cidade. Porque a história da cidade não poderá mais ser contada sem a história de resistência dos moradores ligados à Associação dos Moradores, assim como essa resistência não pode ser contada sem contar a história pessoal de cada um. Enquanto houver quem se lembre da resistência dos moradores de Jaraguá, ela existirá. Enquanto não houver esquecimento, há luta e a resistência permanece.

6. Bibliografia.

ALAGOAS. Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto do Meio Ambiente – IMA/AL. Gerenciamento Costeiro- GERCO/AL. **RELATÓRIO VISTORIA DILIC/GERCO nº 16/11**. Maceió, sd.

ALMEIDA, R. S. de; PONTES, A. de A.; SANTOS, C. J. A complexa tessitura da cadeia produtiva da pesca artesanal na comunidade tradicional vila dos pescadores de Jaraguá, Maceió/AL. Ricardo Santos de Almeida, Ariane de Almeida Pontes, Cirlene Jeane Santos. **I Seminário Nacional de Geoeologia e Planejamento Territorial e IV Seminário do GEOPLAN**. Universidade Federal de Sergipe, 11 a 13 de Abril de 2012.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método em ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª edição. São Paulo: Editora Thompson, 1999.

ANDRADE, Lourdes Magalhães Correia de Oliveira. **Jogos de poder na revitalização de centros históricos: o caso do bairro de Jaraguá em Maceió**. 2005. 294 f. Dissertação. (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco.

ANSARA. Soraia. **Memória política , repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

AZEVEDO, Ana Firemann. **Responsabilidade da SPU sobre o caso da vila dos pescadores de Jaraguá**. Maceió: FB, 2015. Disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/255112871350488/permalink/338898726305235/>.

BARREIROS, Júlio. **Educação Popular e Conscientização**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

BARROS, Raquel Rocha de Almeida. Apropriações de espaços naturais e exclusão turística: o caso da Vila de Pescadores de Jaraguá, Maceió (AL) in Anais da II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste. In: **II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste**, 2009, Natal-RN. Anais da II Reunião de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. Coleção Primeiros Voos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Urbanização , Regularização e integração de Assentamentos precários. Brasília, 2008/2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis. Superintendência do IBAMA em Alagoas –SUPES/AL. Divisão de Proteção Ambiental –DIPRAM. Núcleo de Biodiversidade – NUBIO. **Relatório Técnico 2011-NUBIO/DIPRAM/IBAMA/ALAGOAS**. Maceió, 01 de abril de 2011.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Inquérito Civil Público nº 1.11.000.000278/2008-11. Maceió, 21/05/2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Audiência Pública sobre a Vila de Pescadores de Jaraguá**. Maceió, 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W--0ewPUtd0>.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais – ICS. **Moção de apoio aos pescadores da Vila de Jaraguá**. Maceió, 25 de fevereiro de 2015.

BRINGEL; VARELLA. Pesquisa Militante e Produção de Conhecimentos: o enquadramento de uma perspectiva. **Seminário Diálogos Universidade e Movimentos Sociais na América Latina**: pesquisa militante, construção de conhecimentos e bens comuns. Rio de Janeiro, 9 e 10 de maio de 2014.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

CAIITE – CONGRESSO ACADÊMICO INTEGRADO DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA. **Seminário sobre a Vila de Pescadores de Jaraguá**: Aspectos históricos e suas dimensões territoriais. Universidade Federal de Alagoas. 2014, Maceió.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGUI, E.; CARLOS A.F.A. ;CRUZ, R.C.A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. São Paulo: Editora Vozes, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8ª edição – São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió-AL: SERGASA, 1981.

COSTA, Gisele Paim. **Cidadania e participação**: impactos da política social num enfoque psicopolítico. Curitiba: Juruá, 2008.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2ª edição, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável**: o caso da resex marinha do Arraial do Cabo-Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/ressexarraial.pdf>>.

DI DOMENICO, Viviane Galhanone da Cunha. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**: uma introdução. São Paulo: Edicon, 1999.

ESPÍNDOLA, Thomás do Bom-Fim. **Geografia alagoana, ou, descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió-AL: Edições Catavento, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura**. São Paulo: Editora perspectiva, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro – RJ: Paz e terra, 1987.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e terra. 1982.

FREITAG, Bárbara. **A revitalização dos centros históricos das Cidades brasileiras**. CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante**: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GUATTARI, Felix. **Espaço e poder**: a criação de territórios na cidade. Espaço e Debates, nº 16, 1985.

_____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUIMARÃES, Eduardo Cotrim. **Espaços urbanos da habitação**: globalização e identidade. In: GOMES, M. de F. C. M. & PELEGRINO, A. I. de C. *Política de habitação popular e trabalho social*. Maria de Fátima Cabral Marques Gomes e Ana Izabel de Carvalho Pelegrino (orgs.); Ana Clara Torres Ribeiro... [ET al.]. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. **Método qualitativo**: epistemologia, complementariedades e campo de aplicação. Sônia Grubits, José Angel Vera Noriega. São Paulo: Vetor, 2004.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HÜNING, Simone Maria. **Encontros e confrontos entre a vida e o direito**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 3, p. 491-501, jul./set. 2014.

MACEIÓ. **JARAGUÁ**: Plano Setorial de Desenvolvimento Urbano. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. (SMDU). Maceió, Prefeitura Municipal de Maceió, 1995.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Aracaju-SE: Editora UFS, 2007.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Planejamento. **Programa de Desenvolvimento Turístico de Maceió**: revitalização do bairro de Jaraguá. Unidade ., 1996.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Habitação. **Programa Habitacional de Otimização e Urbanização de Favelas.**, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslands, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOBRE, Eduardo A. C. **Intervenções urbanas em Salvador**: turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. Belo Horizonte: X Encontro Nacional da Ampur, 2003.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Praia do Francês**: uma comunidade invadida pelo turismo – uma análise psicossocial. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

_____. **Turismo e comunidade**: a configuração do sofrimento psicossocial em um povoado de pescadores. Dissertação 1995. São Paulo. (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. **Pesquisa Social e ação educativa**: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. Cidade, globalização e condições de vida em favelas do Rio de Janeiro. In: GOMES, M. de F. C. M. & PELEGRINO, A. I. De C. **Política de habitação popular e trabalho social**. Maria de Fátima Cabral Marques Gomes e Ana Izabel de Carvalho Pelegrino (org.); Ana Clara Torres Ribeiro... [et al.]. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PEREIRA, Parmênides Justino. **Urbano, demasiadamente Humano**: uma reflexão político-afetiva da remoção de moradores da Comunidade Jaraguá. (Dissertação de Mestrado). Maceió: UFAL, 2005.

SANDOVAL, S. A. M. **Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais**. Psicologia e sociedade, (7), p. 61-89. São Paulo: ABRAPSO, 1989.

_____. **Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s.** Revista Psicologia Política. 1 (1), 2001, p. 173-195.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora Nobel, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** / Milton Santos. – 13ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARMENTO, Maria Emília de Gusmão Couto. **A imagem do lugar: da veiculação à experimentação dos fronts turísticos de Maceió-Alagoas.** 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade na cidade contemporânea.** 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Alessandro Soares da Silva. **Luta, resistência e cidadania: uma análise psicopolítica dos Movimentos da parada do orgulho LGBT.** Curitiba: Juruá, 2008.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. **A turistificação do Espaço e a exclusão de uma comunidade periférica da revitalização do bairro de Jaraguá.** Maceió-AL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Sociedade de Ensino Superior de Alagoas/Faculdade de Alagoas, Maceió, 2004.

_____. **Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió-AL, Brasil.** Turismo em análise. Vol. 16. Nº 1. 2005. P 47-67. São Paulo. CRP/ECA/USP: Aleph, 1990. Semestral. ISSN 0103-5541.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.** In: A. Arantes (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papius, 2000.